COMANDO DA AERONÁUTICA

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2019

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Asas que protegem o País

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2019

BRASÍLIA /2020

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como parte integrante da prestação de contas anual a que esta UPC está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 178/2019, da Portaria TCU nº 378/2019, Decisão Normativa nº 182/2020 e Decisão Normativa nº 180/2019.

Unidade Prestadora de Contas (UPC)

Comando da Aeronáutica - COMAER

SUMÁRIO

1. SIGLAS - 13

2. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE - 22

3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO - 23

3.1. Mensagem clara sobre missão e visão - 24

3.2. Principais normas direcionadoras da atuação do COMAER - 26

3.3. Estrutura organizacional - 27

3.4. Modelo de Negócio - 29

3.5. Relação de Políticas e Programas de Governo – PPA 2016-2019 - 31

3.6. Contratos de Gestão - 31

3.7. Ambiente externo - 31

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS - 34

4.1 ESTRATÉGIA - 34

4.2 GOVERNANÇA NO COMAER - 37

4.2.1 Finalidade da governança no COMAER - 37

4.2.2 Estrutura de governança no COMAER - 38

4.2.2.1 Comandante da aeronáutica (CMTAER) - 39

4.2.2.2 Alto-Comando da aeronáutica (ALTCOM) - 39

4.2.2.3 Comitê de governança da fab (CGOV-FAB) - 39

4.2.2.4 Estado-maior da aeronáutica (EMAER) - 40

4.2.2.5 Conselho de vice-chefes (CONVICE) - 40

4.2.2.6 Comitês temáticos de governança - 40

4.2.2.7 Comitês setoriais de governança (CSG) - 40

4.2.2.8 Assessorias de governança (ASGOV) - 41

4.2.3 Os indicadores estratégicos do COMAER - 41

4.2.4 O programa de integridade da FAB - 44

4.2.4.1 Principais instrumentos internos relativos à área de integridade - 44

4.2.4.1.1 Estatuto dos militares - 44

4.2.4.1.2 Código penal militar - 45

4.2.4.1.3 Regulamento disciplinar da aeronáutica - 45

4.2.4.1.4 MCA 909-1 “programa de formação e fortalecimento de valores (PFV)” - 45

4.2.4.2 Estrutura de gestão da integridade - 46

4.2.4.3 Comissão de ética - 46

4.2.4.4 Transparência e acesso à informação - 46

4.2.4.5 Tratamento de conflito de interesses - 46

4.2.4.6 Tratamento de nepotismo - 47

4.2.4.7 Canal de denúncias - 47

4.2.4.8 Controles internos e cumprimento de recomendações de auditoria - 48

4.2.4.9 Procedimentos de responsabilização - 48

4.2.4.10 Unidade responsável pelo plano de integridade - 49

4.2.5 O acompanhamento institucional do COMAER - 49

4.2.6 Planejamento de alocação de recursos - 50

INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS - 51

5. A GESTÃO DE RISCOS NO COMAER - 58

5.1 O MODELO DE TRÊS LINHAS DE DEFESA NO COMAER - 58

5.1.1 1ª Linha de Defesa – Controles da Gestão - 58

5.1.2 2ª Linha de Defesa – Funções de Gerenciamento de Riscos e Conformidade - 58

5.1.3 3ª Linha de Defesa – Auditoria Interna - 58

5.1.4 4ª Linha de Defesa – Auditores Externos, Reguladores e Outros Órgãos Externos - 59

5.2 MÉTODO DE GESTÃO DE RISCOS DO COMAER - 59

5.2.1 Etapas do Gerenciamento de Riscos - 59

6. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA GERANDO RESULTADOS E DESEMPENHO NA GESTÃO - 60

6.1 ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA - EMAER - 60

6.2 COMANDO DE OPERAÇÕES AEROESPACIAIS - COMAE - 64

6.3 COMANDO DE PREPARO - COMPREP - 69

6.3.1 Principais Operações de Preparo - 72

6.3.2 Principais resultados, progresso em relação à meta estabelecida e impacto observado, com uso de indicadores - 72

6.4 COMANDO-GERAL DE APOIO - COMGAP - 74

6.4.1 Principais áreas e macroprocessos - 77

Área 5 - ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA - 77

13.4 Macroprocesso GESTÃO PATRIMONIAL - 77

13.6 Macroprocesso OBRAS DE ENGENHARIA - 77

13.5 Macroprocesso PROJETOS DE ENGENHARIA - 77

13.8 Macroprocesso ENGENHARIA DE CAMPANHA - 78

13.9 Macroprocesso SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - 78

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições - 83

Ações para redução do consumo de recursos naturais - 84

Redução de resíduos poluentes - 84

13 Macroprocesso GESTÃO DE ENERGIA - 85

4.2 Macroprocesso LOGÍSTICA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO – SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO - 85

10.1 Macroprocesso SISTEMATIZAR A CATALOGAÇÃO - 85

O Planejamento Institucional do COMGAP em 2019 - 85

6.4.2 Gestão Patrimonial e Infraestrutura - 86

6.4.2.1 Conformidade legal - 86

6.4.2.2 Estrutura - 86

O COMGAP em 2019 - 87

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos (inclui todo o COMAER) - 89

Desfazimento de ativos - 90

Locações de imóveis e equipamentos - 92

Mudanças e desmobilizações relevantes - 93

Principais desafios e ações futuras - 93

6.4.3 Gestão da Tecnologia da Informação - 94

6.4.3.1 Conformidade Legal - 94

6.4.3.2 Descrição das atividades do COMEX-TI – Comitê Executivo de TI em 2019 Descrição das atividades do CONTI – Conselho Diretivo de TI, em 2019 - 94

6.4.3.3 Governança de TI - 95

Montante de recursos aplicados em TI - 95

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor - 97

Segurança da Informação - 99

Principais desafios e ações futuras - 99

Contratações mais relevantes de recursos de TI - 99

Estágio atual do desenvolvimento dos indicadores de desempenho do COMGAP - 100

Força de trabalho de TI do COMAER - 102

6.5 COMANDO-GERAL DE PESSOAL - COMGEP - 104

DIRETORIA DE ENSINO (DIRENS) - 107

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL (DIRAP) - 107

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA (CENDOC) - 107

DIRETORIA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA (DIRSA) - 108

COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA - 108

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA - 108

1 Programa De Valorização Da Vida (PVV) - 108

6.5.1 GESTÃO DE PESSOAS - 111

GESTÃO DE PESSOAS: MILITAR - 111

1 Conformidade legal sobre Gestão de Pessoas - 111

2 Avaliação da Força de Trabalho - Distribuição dos servidores -112

A) DISTRIBUIÇÃO DE MILITARES POR FAIXA SALARIAL - 112

B) GÊNERO - 113

C) DEFICIÊNCIA - 113

D) ETNIA - 113

E) FAIXA ETÁRIA - 114

F) SITUAÇÃO FUNCIONAL - 114

G) CARREIRA - 114

H) ÁREA DE TRABALHO - 114

I) UNIDADE DE EXERCÍCIO - 115

J) CONDICIONAMENTO FÍSICO - 115

3 Estratégias de recrutamento e Alocação de pessoas - 116

4 Avaliação de desempenho, recrutamento e meritocracia -117

A) GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO - 118

B) PROGRESSÃO FUNCIONAL - 118

C) ESTÁGIO PROBATÓRIO - 118

D) TABELA DE REMUNERAÇÃO - 119

E) PERCENTUAL DE CARGOS GERENCIAIS (ALTA ADMINISTRAÇÃO) OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS - 119

F) DETALHES SOBRE A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS - 119

5 Capacitação: Estratégia e números - 119

6 Principais desafios e ações futuras em Gestão de Pessoas - 121

GESTÃO DE PESSOAS: CIVIL - 121

1. Conformidade legal sobre Gestão de Pessoas (CIVIL) - 121

2. Avaliação da Força de Trabalho: Distribuição dos servidores por faixa salarial; Gênero; Deficiência; Etnia; Faixa Etária; Situação Funcional; Carreira, Área de Trabalho e Unidade de Exercício - 122

A) FAIXA SALARIAL - 123

B) GÊNERO - 124

C) DEFICIÊNCIA - 124

D) ETNIA -125

E) FAIXA ETÁRIA - 125

F) SITUAÇÃO FUNCIONAL - 126

G) CARREIRAS - 127

H) ÁREA DE TRABALHO - 127

I) UNIDADE DE EXERCÍCIO - 128

3. Estratégia de recrutamento e Alocação de pessoas - 128

4. Gratificação de desempenho; Progressão funcional; Estágio probatório - 129

A) TABELA DE REMUNERAÇÃO - 129

B) PERCENTUAL DE CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS - 129

C) IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS - 129

5. Principais desafios e ações futuras em Gestão de Pessoas - 130

GESTÃO DE PESSOAS: MILITAR INATIVO (PTTC) - 130

1. Conformidade legal sobre Gestão de Pessoas - 130

2. Conformidade legal sobre Gestão de Pessoas - 130

3. Avaliação da Força de Trabalho – Distribuição dos servidores de Prestação de Tarefa Por Tempo Certo (PTTC) - 130

A) DISTRIBUIÇÃO DE MILITARES POR FAIXA SALARIAL - 131

B) GÊNERO - 131

C) DEFICIÊNCIA - 131

D) ETNIA - 132

E) FAIXA ETÁRIA - 132

F) ÁREA DE TRABALHO - 133

G) UNIDADE DE EXERCÍCIO - 133

4. Estratégia de Recrutamento e Alocação de pessoas - 134

5. Avaliação de desempenho, recrutamento e meritocracia - 134

A) GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO - 134

B) PROGRESSÃO FUNCIONAL - 134

C) ESTÁGIO PROBATÓRIO - 134

D) TABELA DE REMUNERAÇÃO PTTC – PRÓ-LABORE - 134

E) PERCENTUAL DE CARGOS GERENCIAIS (ALTA ADMINISTRAÇÃO) OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS - 135

F) DETALHES SOBRE A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS - 135

G) CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS - 135

6. Principais desafios e ações futuras em Gestão de Pessoas - 135

6.6 SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA - SEFA - 136

6.6.1 GESTÃO DE CUSTOS - 139

– Conformidade legal (art. 50, *3 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, e Portaria STN 157, de 09 de março de 2011) - 139

– Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos - 143

- Informações Contábeis do COMAER - 143

- Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC e mecanismos adotados pela alta administração e pelos responsáveis pela contabilidade para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização - 143

6.6.2 Informações Contábeis do COMAER - 147

- Tratamento das informações financeiras, contábeis e orçamentárias -150

1 – Caixa e Equivalentes de Caixa - 150

Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição - 151

Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Composição - 151

Aplicações Financeiras – Composição - 151

2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - 152

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição - 152

3 – Ativo Realizável a Longo Prazo - 153

Ativo Realizável a Longo Prazo – Composição - 153

4 – Imobilizado - 153

Imobilizado – Composição - 153

Bens Móveis -154

Os Bens Móveis do Órgão 52111, em 31/12/2019, totalizavam R$ 27.864.591.898,05, após deduzida a depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir - 154

Bens Móveis – Composição - 154

Bens Móveis por Conta Contábil - 154

Bens Imóveis - 154

Bens Imóveis – Composição - 155

Bens Imóveis por Conta Contábil - 155

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão - 155

Reavaliação - 155

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment - 156

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - 156

5 – Intangível - 156

Intangível – Composição - 156

6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais - 157

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Composição - 157

7 – Fornecedores a Pagar - 157

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Contratado - 157

8 – Empréstimos e Financiamentos - 157

Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo – Composição - 157

9 – Demais Obrigações a Curto Prazo - 158

Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição - 158

10 – Provisões a curto e longo prazo - 159

11 – Demais Obrigações a Longo Prazo - 159

12 – Obrigações Contratuais - 159

Obrigações Contratuais – Composição - 159

Obrigações Contratuais – Por Contratado - 160

13 – Ajustes de Exercícios Anteriores - 160

14 – Execução Orçamentária da Receita - 160

Receitas Realizadas – Composição - 160

14.1 – Receitas Correntes - 160

Receitas Correntes Realizadas – Composição - 161

14.2 – Receitas de Capital - 161

Receitas de Capital Realizadas- Composição - 161

15 – Execução Orçamentária da Despesa - 161

Despesas Empenhadas - Composição - 161

15.1 – Despesas Correntes - 162

Despesas Correntes Empenhadas – Composição - 162

15.2 – Despesas de Capital - 162

Despesas de Capital Empenhadas – Composição -162

16– Resultado Orçamentário do Exercício - 162

17 – Execução Orçamentária de Restos a Pagar - 163

17.1 – Restos a Pagar Não Processados - 163

Restos a Pagar Não Processados - 163

17.2 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados - 163

Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados - 163

18 – Resultado Patrimonial do Exercício - 163

Variações Patrimoniais Aumentativas X Diminutivas - 164

Órgão 52111 - 164

Aumento do item "Outras Variações Patrimoniais Diminutivas" - 164

Aumento do item "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. De Ativos" - 164

Aumento do item "Benefícios Previdenciários e Assistenciais" - 164

Aumento do item "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" - 164

Órgão 52911 - 165

Variações Patrimoniais Aumentativas - 165

Variações Patrimoniais Diminutivas - 165

19 - Resultado Financeiro do Exercício - 165

Resultado Financeiro - 165

20 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa - 165

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição - 166

Órgão 52111 - 166

a) Atividades Operacionais - 166

Pessoal e Demais Despesas – Composição - 166

b) Atividades de Investimento - 166

c) Atividades de Financiamento - 167

Geração Líquida de Caixa das Atividades de Financiamento - 167

Órgão 52911 - 167

a) Atividades Operacionais - 167

b) Atividades de Investimento - 167

21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 167

ITEM 6.6.1 – Orçamentária e financeira - 168

Representatividade das Ações Orçamentárias que correspondem a mais de 90% das despesas empenhadas em 2019 - 171

Representatividade dos Programas que correspondem a mais de 90% das despesas empenhadas em 2019 - Exceto Despesa de Pessoal - 172

Item 6.6.4 CONTRATAÇÕES DIRETAS DO COMAER - 173

DESPESAS POR AÇÃO - 175

Pessoal e Encargos Sociais - 175

Juros e Encargos da Dívida - 176

Outras Despesas Correntes -177

Investimentos - 178

Inversões Financeiras - 179

Amortizações - 179

Despesa por Ação - Totais - 180

CONTRATAÇÕES DIRETAS ODGSA UCR E UGE - 181

DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - 184

Pessoal e Encargos Sociais - 185

Juros Encargos da Dívida - 186

Outras Despesas Correntes - 186

Investimentos - 187

Inversões Financeiras - 187

Amortizações - 187

DESPESAS POR PROGRAMA - 188

Juros e Encargos da Dívida - 189

Outras Despesas Correntes - 190

Investimentos - 191

Inversões Financeiras - 191

Amortizações e Refinanciamento da Dívida - 192

DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 193

6.7 DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREA - DECEA - 196

Organizações Subordinadas e suas Principais Atribuições - 200

Atribuições - 202

AMBIENTE EXTERNO - 203

Modelo de negócios - 204

Modelo de Governança - 204

Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas - 205

Estrutura de Planejamento - 206

Gestão de Riscos - 208

CONTEXTO DA ORGANIZAÇAO - 208

PROCEDIMENTO - 208

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS - 208

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE RISCOS - 209

PLANEJAMENTO DE RESPOSTA AOS RISCOS - 209

MONITORAMENTO E CONTROLE DOS RISCOS - 209

TABELA DE PROBABILIDADE - 209

TABELA DE SEVERIDADE - 210

NÍVEL DE RISCO (NR) - 210

MATRIZ DE ANÁLISE DE RISCOS - 210

PRINCIPAIS RESULTADOS DA GESTÃO - 211

Empreendimento: Implementação Operacional de Navegação Baseada em Performance (PBN) em Rotas ATS, Áreas de Controle Terminal (TMA) e Otimização das Operações em TMA - 211

Empreendimento: Uso Flexível do Espaço Aéreo (FUA) - 211

Empreendimento: Implementação de Gerenciamento do Fluxo de Tráfego Aéreo (ATFM) - 212

Empreendimento: Serviço de Informação de Voo (FIS) - 212

Empreendimento: Melhoria dos Serviços de Navegação Aérea nas Bacias Petrolíferas (Áreas Oceânicas) - 213

Empreendimento: Implantação de estruturas e sistemas para integração dos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAS) no espaço aéreo brasileiro - 213

Empreendimento: Evolução do Gerenciamento de Tráfego Aéreo - 214

Empreendimento: Projeto de Integração/Concentração de Órgãos de Controle de Aproximação (APP) do SISCEAB - 214

Empreendimento: Evolução do Apoio às Operações Aéreas Militares - 214

Empreendimento: Melhoria da Qualidade, Integridade e Disponibilidade da Informação Aeronáutica - 215

Empreendimento: Melhoria da Interoperabilidade de Sistemas e Dados ATM por meio da Implantação do Conceito SWIM no SISCEAB - 216

Empreendimento: Infraestrutura de Comunicações Terra-Terra e Ar-Terra - 216

Empreendimento: Melhoria dos Sistemas de Navegação - 217

Empreendimento: Melhoria da Vigilância no Espaço Aéreo - 218

Empreendimento: Tratamento de Dados Meteorológicos para a Integração ao ATM Nacional - 218

Empreendimento: Coleta de Dados sobre o Ambiente Meteorológico - 218

Empreendimento: Implantação do Centro Integrado de Meteorologia Aeronáutica (CIMAER) - 219

Empreendimento: Incremento na Eficiência da Prestação do Serviço SAR - 219

Empreendimento: Evolução dos Serviços e Sistemas de Inspeção em Voo e Radiomonitoragem no SISCEAB - 220

Empreendimento: Incremento do Gerenciamento da Segurança Operacional no SISCEAB - 220

Empreendimento: Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade Integrada do SISCEAB (SGQI) - 220

Empreendimento: Aprimoramento da Performance Humana para a Prestação dos Serviços de Navegação Aérea - 221

Empreendimento: Gerenciamento do Programa DECEA-EUROCONTROL - 222

Empreendimento: Cooperação Técnica Internacional – Projeto TYR - 222

Empreendimento: Incremento da Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC) - 222

Empreendimento: Implantação do Serviço de Gerenciamento Técnico do SISCEAB (CGTEC) - 223

Empreendimento: Aprimoramento da Gestão Baseada em Desempenho - 224

GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO - 224

Aplicação de Multas - 225

Plataforma de Comunicação Processual - 225

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - 225

Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019 - 225

Gestão de pessoas - 226

GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS - 227

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para a realização - 227

• Implantação de Torre de Controle de Aeródromo Remota na ALA 12 (Santa Cruz) - 227

• Aquisição de Radar de Rota Bidimensional para Forte Príncipe da Beira (RO) - 228

• Aquisição e implantação de Sistemas Integrados de Distance Measuring Equipment (DME) - 228

• Fornecimento de Sistemas de Energia Ininterruptos (UPS) de tecnologia modular - 228

• Obra da rede de cabos dos sistemas eletrônicos para interligação da KT-RADAR/VHF ao DTCEA em Fernando de Noronha - PE - 228

• Obras de VHF nas localidades de Corrente-PI e Lençóis-BA - 228

Justificativas referentes às contratações - 228

Conformidades legais - 228

Principais desafios e ações futuras - 229

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA - 229

Conformidade Legal - 229

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos - 229

Principais Desafios e Ações Futuras - 229

Sustentabilidade ambiental - 230

6.8 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL - DCTA - 232

AMBIENTE EXTERNO - 238

INFORMAÇOES COMPLEMENTARES - 238

MODELO DE GOVERNANÇA NO DCTA - 240

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS - 241

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES – Riscos, oportunidades e perspectivas - 241

Apresentação e análise de Indicadores de Desempenho - 242

Indicador Setorial da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG) - 246

Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro (EAF) - 248

Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores (EAF-OS) - 248

Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI) - 250

Indicador Setorial de Sustentabilidade da Qualidade da Competência na Atividade-Fim (QCAF) - 252

Indicador Setorial da Produção Técnico-Científica (PTC) - 253

Indicador Setorial de Gestão de Aporte e Execução Financeira (GAEF) - 254

O DCTA em 2019 - 255

De pessoas e Competências - 257

Ações realizadas pelo DCTA - 262

4.2.3.1 Política de Capacitação - 262

Gestão de patrimônio e infraestrutura no DCTA - 265

a) Área Patrimonial sob a Responsabilidade Administrativa do GAP-SJ - 265

b) Área Patrimonial sob a responsabilidade do CLA - 266

c) Área Patrimonial sob a responsabilidade do CLBI - 266

d) Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos - 266

e) Desfazimento de ativos - 267

f) Locação de imóveis e equipamentos - 267

g) Mudanças e desmobilizações relevantes - 267

Principais desafios e ações futuras - 267

Gestão da tecnologia da informação no DCTA - 268

Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - 268

ESTRUTURA BÁSICA - 269

PROJETOS - 270

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE - 271

Gestão de Riscos na COPAC - 272

RESULTADOS OBTIDOS - 272

PROJETO A1-M (AM-X) - 273

PROJETO CL-X2 - 292

PROJETO I-X - 298

PROJETO E-99M - 305

PROJETO F-X2 - 317

PROJETO H-XBR - 329

PROJETO KC-X - 339

PROJETO KC-390 - 348

PROJETO MAA-CA 5ª GERAÇÃO (A-DARTER) - 357

PROJETO LINK-BR2 - 368

PROJETO F-5BR - 376

7. OUTRAS INFORMAÇÕES - 384

7.1 O CECOMSAER E OS PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E OUTROS INTERESSADOS - 384

7.1.1 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE - 384

Portal FAB - 385

Serviço de Informações ao Cidadão da Força Aérea Brasileira (SIC-FAB) - 386

Ouvidoria (e-OUV) - 386

Mídias Sociais - 387

Aplicativo da FAB para smartphones - 387

Carta de Serviços ao Cidadão - 388

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade - 388

7.2 CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA – CENCIAR - 389

7.2.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU - 389

7.2.2 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário - 390

7.3 Atenção ao TC 036.986/2019-4 - 391

Lista de siglas e abreviações

1SC	1ª Subchefia do EMAER
2SC	2ª Subchefia do EMAER
3SC	3ª Subchefia do EMAER
4SC	4ª Subchefia do EMAER
5SC	5ª Subchefia do EMAER
6SC	6ª Subchefia do EMAER
7SC	7ª Subchefia do EMAER
A3P	Agenda ambiental na Administração Pública
AAAe	Artilharia Antiaérea
ABN	Abaixo do Normal
Ação 20XV	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
A-CDM	Airport Collaborative Decision-Making
ACI	Assessoria de Controle Interno
ACISP - A-CDM	Information Sharing Plataform
ACN	Acima do Normal
ADM	Administrativo
ADS	Airbus Defense and Space
ADS-B	Automatic dependent surveillance-broadcast
ADS-C	Vigilância Dependente Automática por Contrato
AEB	Agência Espacial Brasileira
AFA	Academia da Força Aérea
AFIS	Serviço de Informação de Voo de Aeródromo
AGA	Área de Aeródromos
AGU	Advocacia-Geral da União
AIM	Gerenciamento da Informação Aeronáutica
AIP	Publicação de Informação Aeronáutica
AIS	Serviço de Informações Aeronáuticas
AJUR	Assessoria Jurídica
ALTCOM	Alto-Comando da Aeronáutica
AMDAR	Aircraft Meteorological Data Relay
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
APF	Administração Pública Federal
APP	Centros de controle de tráfego aéreo
APP-ME	Controle de Aproximação Macaé
ASOCEA	Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo
ASPAER	Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica
ATC	Controle de Tráfego Aéreo
ATECH	Nome de Empresa
ATFM	Air Traffic Flow Management
ATG	Apropriação de Tecnologias Geradas
ATM	Gerenciamento de Tráfego Aéreo
ATN	Rede de Telecomunicações Aeronáuticas
ATS	Serviços de Tráfego Aéreo
AVOEM	Autorização de Voo do Estado-Maior
AVSEC	Segurança da Aviação Civil
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
C&T	Ciência e Tecnologia
CABE	Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa
CABW	Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington
CACIG	Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado
CAF	Capacidade de Atendimento Financeiro
CANSO	Civil Air Navigation Services Organisation
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAR/SAM	Região do Caribe e América do Sul
CAT62	Data Category
CBA	Código Brasileiro de Aeronáutica
CCA-BR	Centro de Computação da Aeronáutica de Brasília
CCA-RJ	Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro

Lista de siglas e abreviações

CCISE	Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais
CCS	Central de Coleta Seletiva
CCTI	Comissão de Coordenação da Tecnologia da Informação
CDA	Comissão de Desportos da Aeronáutica
CDR	Critical Design Review
CDRL	Contract Data Requirements List - Lista de Requisitos de Dados do Contrato
CEA	Centro Espacial de Alncântara
CECOMSAER	Centro de Comunicação Social da Aeronáutica
CELOG	Centro Logístico da Aeronáutica
CEMADEN	Centro de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais –
CEMAER	Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica
CENCIAR	Centro de Controle Interno da Aeronáutica
CENDOC	Centro de Documentação da Aeronáutica
CENIPA	Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
CEO	Capacidade de Execução Orçamentária
CF	Constituição Federal
CFF	Cronograma Físico-Financeiro
CFIAe	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
CFT	Composição da Força de trabalho
CGNA	Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea
CG-PLS	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável
CGRS	Comissão Gestora de Resíduos Sólidos
CGTEC	Centro de Gerenciamento Técnico do SISCEAB
CGU	Controladoria Geral da União
CIAAR	Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CIMAER	Centro Integrado de Meteorologia Aeronáutica
CINDACTA	Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CIRCEA	Circular Normativa de Controle do Espaço Aéreo
CIRIUS	Software
CISCEA	Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo
CJU-SJC	Consultoria Jurídica em São José dos Campos
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
CLS	Contractor Logistics Support - Suporte Logístico Contratado
CMI	Centro Meteorológico Integrado
CMTAER	Comandante da Aeronáutica
CMV	Centros Meteorológicos de Vigilância
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Comunicações, Navegação e Vigilância
CO2	Dióxido de carbono
CO-DCTA	Comissão de Obras do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COMAE	Comando de Operações Aeroespaciais
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMAR	Comando Aéreo Regional
COMDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
COMGAP	Comando-Geral de Apoio
COMGAR	Comando-Geral do Ar
COMGEP	Comando-Geral do Pessoal
COMPREP	Comando de Preparo
COMTI	Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação
CONDIR	Conselho de Direção
CONOP	Concepção Operacional
CONSEFA	Conselho Superior de Economia e Finanças da Aeronáutica
CONVICE	Conselho de Vice-Chefes

Lista de siglas e abreviações

COPAC	Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
COSPAS-SARSAT	Sistema de Busca e Salvamento por Rastreamento de Satélites
CPDLC	Controller Pilot Data Link Communications
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPO	Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica
CPORAER-SJ	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos
CREFAB	Comissão de Reestruturação da Força Aérea Brasileira
CRM	Centro de Monitoração Regional
CRONOS	Complete Reliable Operable NOTAM System
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CTCEA	Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo
CTR	Zonas de Controle
C-UAS	Counter Unmanned Aerial System
DA	Diretoria Administrativa
DAST	Divisão de Meio Ambiente, Saúde Ocupacional eSegurança do Trabalho
DCA	Diretriz do Comando da Aeronáutica
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DEPED	Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento
DEPENS	Departamento de Ensino da Aeronáutica
DGCEA	Direção-Geral do Controle do Espaço Aéreo
DGCTA	Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DGI	Divisão de Gestão e Inovação
DI	Diretoria Infraestrutura
DIPLAN	Diretriz de Planejamento Institucional
DIRENS	Diretoria de Ensino
DIRINFRA	Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica
DIRSA	Diretoria de Saúde da Aeronáutica
DL	Diretoria logística
DLRS	Estação Remota de Data Link
DM	Dirigentes Máximos
DME	Equipamento para Medida de Distância
DN	Decisão Normativa
DO	Diretoria Operacional
DoD	Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América
DOMPSA	Dobragem, Manutenção de Pára-quedas e Suprimento pelo Ar
DPAA	Divisão de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
DRH	Divisão de Recursos Humanos
DRONES	Veículo aéreo não tripulado
DT	Diretoria Técnica
DTCEA	Destacamentos do Controle do Espaço Aéreo
DTCEATM-RJ	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo e Telemática do Rio de Janeiro
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica
DT-INFRA	Destacamentos de Infraestrutura da Aeronáutica
DVOR	VOR Doppler
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EA	Estado de Alerta
EAF	Estabilidade de Aporte Financeiro
EAF-AI	Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno
EAF-OS	Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores
EAI	Embraer Aircraft International
EB	Exército Brasileiro
EC	Estado Crítico
ECEMAR	Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Lista de siglas e abreviações

EEAR	Escola de Especialistas de Aeronáutica
EFB	Electronic Flight Bag
EGN	Escola de Guerra Naval
EI	Estado de Insubsistência
EIA	Estudo De Impacto Ambiental
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
SEM	Estação Meteorológica de Superfície
EN	Estado de Normalidade
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ENCE	Etiqueta Nacional de Conservação de Energia
ERISC/DCTA	Equipe de Recuperação de Incidentes de Segurança em Computadores do DCTA
eTOD	Electronic Terrain and Obstacle Data
EUROCONTROL	European Organization for the Safety of Air Navigation
FA	Forças Armadas
FAA	Federal Aviation Administration
FAB	Força Aérea Brasileira
FAer	Fundo Aeronáutico
FAP	Fichas de acompanhamento de Projeto
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FIN	Fichas de Informações de Necessidades
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FIR	Regiões de Informação de Voo
FIS	Flight Information Service
FISS	Full In Service
FL245	Flight Level 24.500 pés
FPPS	Flight-Plan Processing System
FUA	Flexible Use of Airspace

FUNCATE	Fundação de Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais
GABAER	Gabinete do Comandante da Aeronáutica
GAD	Gerador Automático de Desenho
GAEF	Gestão de Aporte e Execução Financeira
GAPCEA	Grupamento de Apoio às Unidades do Sistema de Controle do Espaço Aéreo
GAP-DF	Grupamento de Apoio do Distrito Federal
GAP-RJ	Grupamento De Apoio do Rio de Janeiro
GCC	Grupo de Comunicações e Controle
GEIV	Grupo Especial de Inspeção em Voo
GFE	Government Furnished Equipment
GIA-SJ	Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos
GITE	Grupo de Instrução Tática e Especializada
GNA	Grupamentos de Navegação Aérea
GNSS	Global Navigation Satellite System
GPAer	Sistema de Gerenciamento de Projetos da Aeronáutica
GRU	Guias de Recolhimento da União
GUARNAE-SJ	Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos
HELIBRÁS	Helicópteros do Brasil S/A
HOBECO	Software
HOTRAN	Horário de Transporte
IACIT	Empresa De ESTRATÉGICA DE DEFESA
IAE	Instituto de Aeronáutica e Espaço
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
ICAO	International Civil Aviation Organization
ICEA	Instituto de Controle do Espaço Aéreo
ICP	Projetos de Cooperação Industrial
ICT	Instituições Científicas e Tecnológicas
IEAV	Instituto de Estudos Avançados

Lista de siglas e abreviações

IFI	Instituto de Fomento Industrial
ILA	Instituto Logístico da Aeronáutica
ILS	Sistema de Pouso por Instrumentos
INCAER	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
INCOTERMS	International Commercial Terms
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IP	Internet Protocol
IPEV	Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo
IPS	Internet Protocol Services
ISS	Imposto Sobre Serviço
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
JJAER	Junta de Julgamento da Aeronáutica
Kit SSS	Kit de material de segurança, salvamento e sobrevivência
kW	Kilowatt
LAI	Lei de Acesso à Informação
LED	Light Emitting Diode
LOA	Lei Orçamentária
LOG	Logística
LPC	Lotação de Pessoal Civil
LPM	Lotação de Pessoal Militar
LPNA	Licenças Navegação Aérea
LQCEA	Laboratório de Qualificação de Sistemas para o Controle do Espaço Aéreo
MAB	Muito Abaixo do Normal
MAC	Muito Acima do Normal
MAN	Redes Metropolitanas
MB	Marinha do Brasil
MBA	Master of Business Administration
MCA	Manual do Comando da Aeronáutica
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviço
ME	Medidas Estratégicas
MEC	Ministério da Educação
MEOSAR	Sistema de Satélite de Órbita Média SAR
MET	Meteorologia Aeronáutica
MHz	Unidade De Frequência
MIB	Management Information Base
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPLS	MultiProtocol Label Switching
MSC	Mission Support Center
MTA	Módulo de Trabalho Anual
MTAB	Missão Técnica Aeronáutica Brasileira
MT-TAT	Mission Trainer – Tatical Trainer
NAV	Navegação
NCTI	Núcleo Corporativo de Tecnologia da Informação
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NPA	Normas Padrão de Ação
NPTC	Número de Publicações Técnico-Científicas
NR	Nível De Risco
NSCA	Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica
NUCIMAER	Núcleo do Centro de Informações Meteorológicas
OACI	Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional
OCSISCON	Órgão Central do Sistema de Contra Incêndio
ODG	Órgão de Direção Geral
ODGSA	Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica
ODS	Órgãos de Direção Setorial

Lista de siglas e abreviações

ODSA	Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica
OE	Objetivo Estratégico
OFFSET	Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica
OGU	Orçamento Geral da União
OM	Organizações Militares
OMS	Organizações Militares Subordinados
ONU	Organização das Nações Unidas
OPM	Operações Militares
OPMET	Banco Internacional de Mensagens Meteorológicas Operacionais de Brasília
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAG	Processos Administrativos
PAM/S	Pedidos de Aquisição de material/Serviço
PAMA-SP	Parque de Material Aeronáutico de São Paulo
PAME	Parque de Material Eletrônico
PAME-RJ	Parque de Material de Eletrônica
PAR	Precision Approach Radar
PASA	Processos de Apuração de Sanção Administrativa
PASJ	Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos
PBE EDIFICA	Programa Brasileiro de Etiquetagem
PBN	Performance Based Navigation
PCA	Plano do Comando da Aeronáutica
PCICEA	Plataforma de Compartilhamento de Informações Correntes do Espaço Aéreo
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDR	Preliminary Design Review
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PEMAER	Plano Estratégico Militar da Aeronáutica
PEPD	Plano Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento do DCTA
PESE	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PF	Programação Financeira
PFC	Programa de Formação Complementar
PIMO	Programa de Instrução e Manutenção Operacional
PLAMENS	Planos de Missões de Ensino
PLAMTAX	Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior
PLANSET	Plano Setorial do DECEA
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PLS	Plano de Gestão Logística Sustentável
PMA	Política Militar Aeronáutica
PMT	Proposta de Modificação Técnica
PNAE	Programa de Atividades Espaciais
PNBL	Projeto Nacional de Banda Larga
PND	Política Nacional de Defesa
PNDAE	Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PO	Planos Orçamentários
PoC	Prova de Conceito
PPA	Plano Plurianual
PPLOA	Pré-Proposta de Lei Orçamentária Anual
PPP	Parceria Público-Privada
PROCEL	Programa de Conservação de Energia Elétrica
Projeto I-X	Avião
PSNA	Provedor de Serviço de Navegação Aérea
PTA	Programa de Trabalho Anual

Lista de siglas e abreviações

PTC	Produção Técnico-Científica
PTTC	Prestação de Tarefa por Tempo Certo
PVA	Plano de Homologação e Certificação
PVDF	Fluoreto de Polinivilideno
QCAF	Qualidade da Competência na Atividade Fim
QCOA	Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica
QOCON	Quadro de Oficiais Convocados
QPEO	Qualidade do Processo de Execução Orçamentária
QSCON	Quadro de Sargentos Convocados
RADA	Regulamento de Administração da Aeronáutica
RADAR	Radio Detection And Ranging
R-AFIS	Serviço de Informação de Voo Aeronáutico Remoto
RAP	Restos a Pagar
RAS	Relatório Ambiental Simplificado
R-ATS	Órgão ATS Remoto de Aeródromo
RCA	Regulamento do Comando da Aeronáutica
RDAER	Regulamento Disciplinar da Aeronáutica
REDEMET	Rede de Meteorologia do Comando da Aeronáutica
REUNI	Rede de Unidades de Informação
RFP	Request for Proposal
RG	Relatório de Gestão
RH	Recursos Humanos
RIMA	Relatório De Impacto Ambiental
ROCA	Regulamento do Comando da Aeronáutica
ROP	Requisitos Operacionais
RP	Resultado Primário
RPAS	Aeronaves Remotamente Pilotadas
RSA DoD	Departamento de Defesa Sul-Africano
RSS	Resíduos dos Serviços de Saúde
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
RTLI	Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais
RTLIB	Requisitos Técnicos Logísticos e Industriais Básicos
R-TWR	Torre de Controle Remota
SAAB	Svenska Aeroplan AB
SAC	Sistema de Aviação Civil
SAD	Sistema de Aquisição de Dados
SAGITARIO	Software
SAIPHER ATC	Software
SAR	Busca e Salvamento Aeronáutico
SATM	System Avionics Test Missiles
SAUTI	Serviço de Atendimento aos Usuários de Tecnologia da Informação
SCP-01	Suporte Logístico do Radar
SCTC	Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica
SDA	Subdepartamento de Administração
SDAB	Subdiretoria de Abastecimento
SDAD	Subdepartamento de Administração
SDCTAer	Sistema de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Aeroespacial
SDIA	Solicitação de Divulgação de Informação Aeronáutica
SDOP	Subdepartamento de Operações
SDT	Subdepartamento Técnico
SDTP	Fundação Serviços de Defesa e Tecnologias de Processos
SecexDefesa	Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública
SEFA	Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
SEM	Controle Operacional
SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

Lista de siglas e abreviações

SGDC	Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
SGPO	Sistema de Gestão de Pessoal Operacional
SGQI	Sistema de Gestão da Qualidade Integrada
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIC-FAB	Serviço de Informação ao Cidadão da Força
SIGADAER	Sistema de Gestão Documental
SIGAER	Sistema de Informação Gerencial de Apoio à Decisão do Comando da Aeronáutica
SIGMA	Sistema Integrado de Gestão dos Movimentos Aéreos
SIGPES	Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal
SIGPIMA	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da Aeronáutica
SILOMS	Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário
SIPAER	Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIPG	Sistema Integrado de Planejamento e Gestão
SIPLORC	Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário
SIRIUS	Software
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
SISCON	Sistema de Contra Incêndio do Comando da Aeronáutica
SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SISGA	Sistema Gestão Ambiental

SisGAAz	Sistemas de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISOCOAM	Sistema de Gerenciamento de Órgão de Controle de Operações Aéreas Militares
SISPAT	Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica
SISSAR	Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico
SITC	Sistema Integrado de Torre de Controle
SLA	Service Level Agreement
SNMP	Simple Network Management Protocol
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SOW	Statement of Work
SPA-C2	Análise de Comando e. Controle
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPV	Sistema de Proteção ao Voo
SQG	Sistema de Gestão da Qualidade
SRPV	Serviço Regional de Proteção ao Voo
SRPV-SP	Serviço Regional de Proteção ao Voo
SSR	Radar Secundário de Vigilância
STCA	Sistema de Telecomunicações do COMAER
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STVD	Vigilância e tratamento e visualização de dados
SUCONT	Subsecretaria de Contabilidade
SUFIN	Subsecretaria de Administração Financeira
SUTECH	Empresa de Engenharia
SWIM	System Wide Information Management
SysAGA	Sistema de Informações Administrativas da Área de Aeródromos
TA	Termo Aditivo

Lista de siglas e abreviações

TATIC	Sistema Controle de Informação de Tráfego Aéreo
TCA	Tabela do Comando da Aeronáutica
TCE	Tomada de Contas Especiais
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TEL	Telecomunicações
TELESAT	Operadora Global de Satélite
TI	Tecnologia da Informação
TIOP	Seção De Tecnologia Da Informação Operacional
TMA	Áreas de Controle Terminal
TOPNET	Empresa
TRM	Team Resource Manegement
TWR	Torre de Controle de Aeródromo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UG	Unidade Gestora

UG EXEC	Unidade Gestora Executora
UHF	Ultra High Frequency
UJ	Unidade Jurisdicionada
UPC	Unidade Prestadora de Contas
V / UHF	High Frequency
VDCTA	Vice-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
VHF-AM	Very High Frequency
VICEA	Vice-Direção do Controle do Espaço Aéreo
VIG	Vigilância
VOIP	Voice Over Internet Protocol
VOR	Radiofarol Omnidirecional em Frequência Muito Alta
WAN	Redes De Longa Distância
WBS	Work Breakdown Structure

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE



O Relatório de Gestão do exercício de 2019, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, mais do que uma obrigação do Comando da Aeronáutica (COMAER), representa nosso compromisso com a transparência na administração dos recursos da Instituição.

Na condição de Comandante da Aeronáutica, incumbi ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), Órgão de Direção-Geral da Aeronáutica, a coordenação a elaboração deste documento, reunindo e consolidando o vasto campo de atuação das tarefas atinentes ao COMAER, realizadas pelos Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comando da Aeronáutica (ODGSA).

Desta maneira, este relatório, estruturado com base no Anexo II da DN 178/2019 do Tribunal de Contas da União (TCU), contém informações necessárias para demonstrar a correta aplicação dos recursos disponibilizados ao COMAER no último exercício financeiro, em proveito de sua missão constitucional.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Comando da Aeronáutica é uma das Forças Armadas do país, subordinado ao Ministério da Defesa (MD), destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Enquanto Comandante, tenho diversas responsabilidades perante a Instituição, destacando-se as seguintes: exercer o Comando, a Direção e a Gestão da Aeronáutica; orientar a elaboração e supervisionar a execução dos programas setoriais da Aeronáutica; e zelar pela aptidão da Força Aérea Brasileira (FAB) para o cumprimento de sua missão constitucional e de suas atribuições subsidiárias. Para tanto, o Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 (e suas alterações), dentre outras coisas, aprovou a Estrutura Regimental do COMAER, do Ministério da Defesa. O Anexo I desse Decreto estabelece as competências do órgão, cuja finalidade é "preparar os órgãos operacionais e de apoio da Aeronáutica para o cumprimento de sua destinação e suas atribuições subsidiárias", todas previstas constitucionalmente.

Para cumprir sua missão, a Força Aérea divide sua estrutura de defesa por tipos de aviação: Caça, Asas Rotativas, Transporte, Patrulha Marítima e Reconhecimento. Este aparato está divido em localidades estrategicamente distribuídas no território brasileiro. Assim, atualmente, possui uma força de trabalho de 71.769 (setenta e um mil, setecentos e sessenta e nove) servidores, militares e civis, distribuídos por todos os Estados do país, sendo que 58,6% atuam na atividade-meio e 41,4% na atividade-fim.

Em 2019, meu primeiro ano de Comando, a prioridade foi preparar a Instituição para o recebimento de dois vetores aéreos que modificarão o patamar de cumprimento da missão atribuída ao COMAER: o caça F-39 Gripen, com recebimento previsto a partir de 2021; e a aeronave de transporte KC-390 Millennium, com o primeiro recebimento ocorrido em setembro de 2019.

Além disso, nosso objetivo constante tem sido manter a operacionalidade e o funcionamento de todas as instalações, dentro das possibilidades orçamentárias disponibilizadas ao COMAER, bem como o adestramento da tropa, incluindo suas equipagens, e atendendo ao chamado de suas atribuições subsidiárias em calamidades públicas, vacinações, apoio às comunidades indígenas, apoio à segurança pública, entre outras atividades. Tudo sem perder o foco na missão-síntese precípua da Força Aérea Brasileira de "Manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria".

Tenente-Brigadeiro do Ar
Antonio Carlos Moretti Bermudez
Comandante da Aeronáutica

3. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Desde a criação do então Ministério da Aeronáutica a FAB se estruturou para defender os céus de nossa pátria e apoiar as demais Forças no cumprimento da defesa da soberania nacional, desde sua atuação no grande conflito da "2ª Guerra Mundial" até os dias atuais, nas missões de paz, integrando as tropas da ONU, assistindo a nações amigas e internamente na vigilância de nossa imensa fronteira, combatendo crimes transfronteiriços, controlando e vigiando os mais de 22 milhões de Km2 de tráfego aéreo, com excelência de qualidade, reconhecida pelos Órgãos internacionais como a International Civil Aviation Organization (ICAO), - agência especializada das Nações Unidas criada em 1947 com 191 países-membros, cujos principais objetivos são o desenvolvimento dos princípios e técnicas de navegação aérea internacional e a organização e o progresso dos transportes aéreos.

No contexto administrativo, voltado à apresentação das contas do COMAER o Comandante da Aeronáutica (CMTAER) é o responsável primeiro pela destinação da aplicação dos recursos alocados ao Comando da Aeronáutica, devidamente assessorado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, responsável pela montagem e apresentação de como esses recursos foram distribuídos, concatenados às diretrizes do CMTAER; tal evento se dá em reunião do Alto Comando da Aeronáutica (ALTCOM), presidido pelo CMTAER quando são dados os últimos ajustes, saindo dessa apresentação o Plano de Ação das aplicações orçamentárias para a LOA aprovada.

O EMAER, como Órgão de Direção Geral (ODG), é o grande coordenador das diretrizes para que os Órgãos de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao CMTAER (ODSA) possam atuar em suas áreas específicas, que representam as grandes áreas onde o COMAER atua para o atendimento de sua missão, devidamente alinhadas ao planejamento estratégico, coordenado e elaborado no Estado-Maior, aprovado pelo CMTAER, após apresentação no ALTCOM.

Os ODSA, em suas respectivas áreas de atuação, representam o COMAER nos assuntos atinentes a sua missão e responsabilidade, por esse motivo os temas solicitados no Anexo II da IN-TCU nº 178/2019, neste Relatório de Gestão, são apresentados no contexto de cada ODSA que tem autonomia de ação para que, alinhados à Diretrizes macros do CMTAER sejam transformadas em planos de atuação, válidos para todo o Comando, por intermédio de Normas de Sistema (NSCA – Normas de Sistema do Comando da Aeronáutica) e mais especificamente, no como fazer, por meio dos Manuais de Sistemas do COMAER (MSCA).

No nível de suas Unidades subordinadas e em alinhamento aos planejamentos de mais alto nível, Concepção Estratégica do COMAER, Planejamento Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e da Diretriz de Planejamento (DIPLAN) do CMTAER, os ODSA produzem seu Plano Setorial (PLANSET), com as linhas mestras de como executar e o quê executar, dentro de uma visão temporal, tanto do período da LOA quanto extrapolando-o, visando um entendimento num contexto amplo de entrega ao público alvo do que é previsto na "Cadeia de Valor", onde são traduzidas a totalidade das entregas do COMAER para o atingimento de sua missão.

Dentro dessa visão foi construído o Relatório de Gestão, haja vista a necessidade de ser clarificada a forma de gestão do COMAER, a setorização da administração dos macroprocessos que definem as entregas à sociedade; o emprego matricial da atuação dos elos de sistemas e de sistemáticas usadas para fazer acontecer, de forma econômica, buscando-se sempre a efetividade das ações com a eficiência e eficácia necessárias, os objetivos da Força Aérea no cumprimento de sua missão.

Há de se ressaltar que, em alguns casos, apesar da apresentação do sistema ou sistemática ser feita pelo Órgão central, por ele responsável, há a apresentação do como aquele sistema/sistemática funciona naquele outro Órgão; isso visa ilustrar seu funcionamento, desde o mais alto nível decisório da Força, até o chamado chão de fábrica, perpassando todas suas fases; visando atender as diretrizes de conectividade, confiabilidade e completude das informações, mas não sendo viável a apresentação de todos eles, nem dos que são apresentados, de como é sua execução em cada ODSA, pois fugiria da diretriz de concisão, imposta a qualquer relato integrado, como este.

3.1. MENSAGEM CLARA SOBRE MISSÃO E VISÃO

A missão do COMAER é formulada com base na Constituição Federal de 1988 e no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 que aprovou sua Estrutura Regimental.

Neste contexto, a Força Aérea Brasileira é responsável por defender o espaço aéreo, que compreende os 8,5 milhões de km² de extensão de todo o território brasileiro, somado à Zona Econômica Exclusiva (ZEE) - que possui 3,5 milhões de km². A ZEE se refere ao espaço marítimo, adjacente à costa continental e ilhas oceânicas brasileiras, na qual a exploração de recursos é exclusiva do País. As duas partes somadas totalizam 12 milhões km², que correspondem à área de atuação das unidades operacionais posicionadas em pontos estratégicos, realizando a segurança nas fronteiras e garantindo a defesa da Pátria. Além disso, em cumprimento aos acordos internacionais, no que diz respeito ao controle do espaço aéreo, a Aeronáutica é responsável também por controlar voos em mais de 10 milhões de km² sobre o Oceano Atlântico.

Uma Força Aérea presente em 22 milhões de km². É assim que a Força Aérea Brasileira se apresenta na Dimensão 22 (figura abaixo). Um conceito moderno que sintetiza a responsabilidade de atuação da instituição no cumprimento de sua missão, em sintonia com os desafios do futuro. A FAB tem em seu código genético o compromisso de controlar, defender e integrar o País numa dimensão muito maior que os limites geográficos que ele tem.

Dentro deste escopo, a missão-síntese da Aeronáutica é assim sintetizada:

"MANTER A SOBERANIA DO ESPAÇO AÉREO E INTEGRAR O TERRITÓRIO NACIONAL, COM VISTAS À DEFESA DA PÁTRIA".

Com vistas ao cumprimento desta missão, podem ser abstraídos dois macroprocessos finalísticos a serem executados pela Instituição, o "preparo" e o "emprego" da Força Aérea.

O "Preparo" capacita e treina as equipagens operacionais das Unidades Aéreas, de Aeronáutica e de Controle do Espaço Aéreo para agirem com prontidão, precisão e mobilidade.

O "Emprego" comanda, executa e controla as ações de Força Aérea em tempo de paz, e emprega as capacidades e os meios aeroespaciais e terrestres da FAB nas eventuais ações de pronta resposta, que antecedem a ativação da Estrutura Militar de Defesa. O "Emprego" também atua continuadamente no gerenciamento do tráfego aéreo sobre os 22 milhões de km2.

Para colimar esforços no sentido de seu desenvolvimento, o COMAER identificou a seguinte visão de futuro:

"UMA FORÇA AÉREA DE GRANDE CAPACIDADE DISSUASÓRIA, OPERACIONALMENTE MODERNA E ATUANDO DE FORMA INTEGRADA PARA A DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS".

Para ajudar na construção da organização, foram definidos os seguintes valores institucionais: disciplina, patriotismo, integridade, comprometimento e profissionalismo.

Para cumprir sua árdua missão, o COMAER conta com a estrutura organizacional prevista no Anexo I do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 (e suas alterações), a qual pode ser visualizada pelo organograma apresentado na figura do item 3.3 (Estrutura Organizacional).

MISSÃO DA FAB NA DIMENSÃO 22

Manter a ***soberania*** do espaço aéreo e ***integrar*** o território nacional, com vistas à defesa da pátria.



Vários Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo

Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA)

Profissionais atuando no Controle de Tráfego, 24 horas por dia, 365 dias por ano

Busca e Salvamento em toda a Dimensão 22

DIMENSÃO 22

Diversas Torres de Controle de Aeródromo

Vigilância

Defesa Antiaérea

Transporte de Urnas Eleitorais

Transporte de Órgãos

Patrulha Marítima

Defesa Aérea

Transporte Aéreo Logístico

Ações Cívico-Sociais

Construção e Recuperação de Aeródromos

Reconhecimento

GLO (Garantia da Lei e da Ordem)

Os PROJETOS ESTRATÉGICOS DA FAB - o **Gripen NG**, o **KC-390** e o **Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)** - são fundamentais para o cumprimento da missão no contexto da **Dimensão 22**. Além disso, estimularão a geração de empregos e desenvolvimento da **Indústria Nacional de Defesa**.



CONTROLAR

O Controlar diz respeito à responsabilidade da Força Aérea Brasileira pela prestação dos Serviços de Tráfego Aéreo em todo o espaço aéreo brasileiro. Em cumprimento a acordos internacionais, o Brasil também é responsável por prestar esses serviços além do continente, sobre o Oceano Atlântico, totalizando 22 milhões de km². Ainda, em toda essa área, a FAB cumpre missões de busca e salvamento para localizar e salvar pessoas em perigo na terra ou no mar.

+



DEFENDER

O Defender refere-se à garantia da soberania do espaço aéreo, que inclui todo o território brasileiro, suas fronteiras e também se relaciona com a defesa dos interesses nacionais na chamada Zona Econômica Exclusiva, totalizando 12 milhões de km². Com unidades operacionais em regiões estratégicas, a FAB utiliza sua estrutura de defesa aérea com aeronaves de Caça, Transporte, Patrulha Marítima, Reconhecimento, Asas Rotativas e Alerta Aéreo Antecipado. Além da aviação, utiliza ações terrestres de Contraterrorismo, de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e de Defesa Antiaérea.

+



INTEGRAR

Integrar o território nacional sempre foi missão da FAB. Desde seus primórdios, grande parte das aeronaves da FAB proporciona a integração do Brasil em diferentes missões. Ajuda humanitária, ações cívico-sociais, transporte de pessoas e suprimentos, transporte de órgãos e de urnas eleitorais, evacuações aeromédicas e construção de pistas são algumas das ações que levam direitos fundamentais à população carente em regiões de difícil acesso do País.

=



PROTEGER

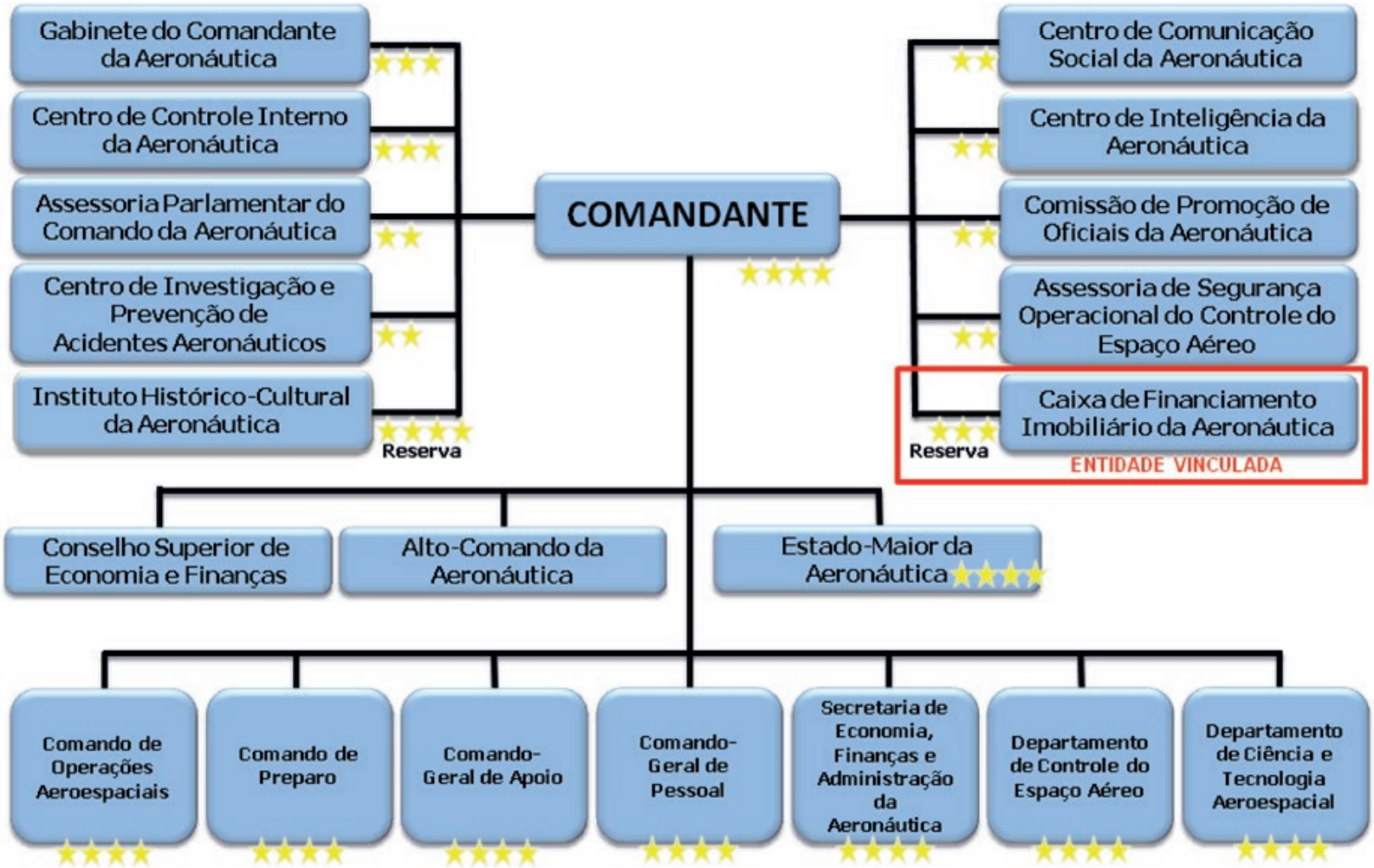
22 MILHÕES DE KM²

3.2. PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS DA ATUAÇÃO DO COMAER

- Constituição Federal de 1988;
- Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999;
- Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;
- Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e alterações posteriores, que aprova a finalidade, subordinação, competências e estabelece a Estrutura Regimental do COMAER;
- A Portaria nº 871/GC3, de 24 de maio de 2019, do COMAER, aprovou o Regimento Interno do Comando da Aeronáutica, com toda sua estrutura e atribuições.
- Decreto legislativo nº 179, de 2018, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional, encaminhados ao Congresso Nacional pela Mensagem (CN) nº 2 de 2017 (Mensagem nº 616, de 18 de novembro de 2016, na origem).

3.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O COMAER possui a seguinte estrutura:



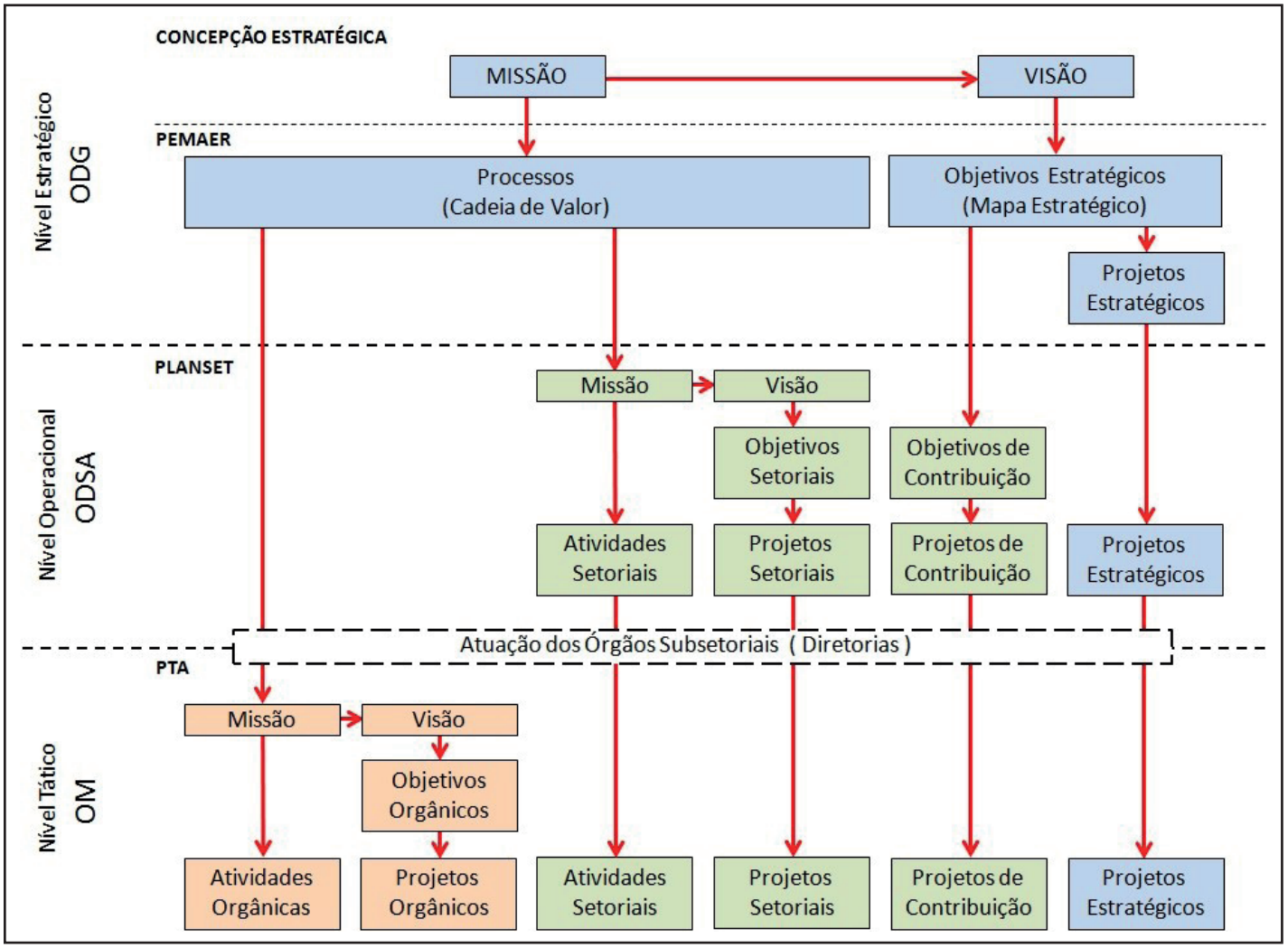
Fonte: Decreto nº 6.834/2009 e Regimento Interno do COMAER (RICA 20-36)

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Cargo	Titular	Período de atuação
Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER)	- Coordenar as ações dos Órgãos de Direção Setorial; - Orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento, de orçamento e gestão e de modernização administrativa; e - Planejar, executar e coordenar as atividades do Sistema de Inspeção do Comando da Aeronáutica.	Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica	Tenente-Brigadeiro do Ar Raul Botelho	01/01/2019 a 10/01/2019
			Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira	10/01/2019 a 31/12/2019
Comando-Geral de Apoio (COMGAP)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, patrimonial, da tecnologia da informação e de serviços correlatos.	Comandante-Geral de Apoio	Tenente-Brigadeiro do Ar Paulo João Cury	01/01/2019 a 14/11/2019
			Major-Brigadeiro do Ar Sérgio de Matos Mello	14/11/2019 a 31/12/2019
Comando-Geral do Pessoal (COMGEP)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar do COMAER.	Comandante-Geral de Pessoal	Tenente-Brigadeiro do Ar Luis Roberto do Carmo Lourenço	01/01/2019 a 31/12/2019
Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE)	- Realizar a defesa aeroespacial do território nacional contra todas as formas de ameaça, a fim de assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo brasileiro; e - Empregar os meios sob seu controle operacional, incluídos os necessários para o estabelecimento dos procedimentos a serem seguidos com relação às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins.	Comandante do Comando de Operações Aeroespaciais	Major-Brigadeiro do Ar Ricardo César Mangrich	01/01/2019 a 08/01/2019
			Ten Brig Ar José Magno Resende de Araujo	08/01/2019 a 31/12/2019
Comando de Preparo (COMPREP)	- Preparar, para o emprego, os meios da Força Aérea sob sua responsabilidade.	Comandante de Preparo	Tenente-Brigadeiro do Ar Antônio Carlos Egito do Amaral	01/01/2019 a 31/12/2019
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)	- Planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do COMAER.	Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	Major-Brigadeiro do Ar Hudson Costa Potiguara	01/01/2019 a 02/02/2019
			Tenente Brigadeiro do Ar Luiz Fernando de Aguiar	02/02/2019 a 31/12/2019
Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)	- Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do COMAER.	Diretor-Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo	Tenente-Brigadeiro do Ar Jeferson Domingues de Freitas	01/01/2019 a 31/12/2019
Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA)	- Superintender as atividades relativas à administração financeira, execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos recursos de qualquer natureza, contratos, convênios e instrumentos congêneres, operações de crédito, acordos de compensação e financiamentos internos e externos; e - Superintender as atividades relacionadas com as áreas de gestão de apoio administrativo, por meio dos grupamentos de apoio, moradia funcional dos próprios nacionais residenciais, por meio das prefeituras de aeronáutica, provisões e material de intendência, pagamento de pessoal, subsistência e apoio assistencial e social.	Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica	Tenente-Brigadeiro do Ar José Magno Resende de Araújo	01/01/2019 a 08/01/2019
			Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno	08/01/2019 a 31/01/2019

Fonte: EMAER – Decreto nº 6.834/2009

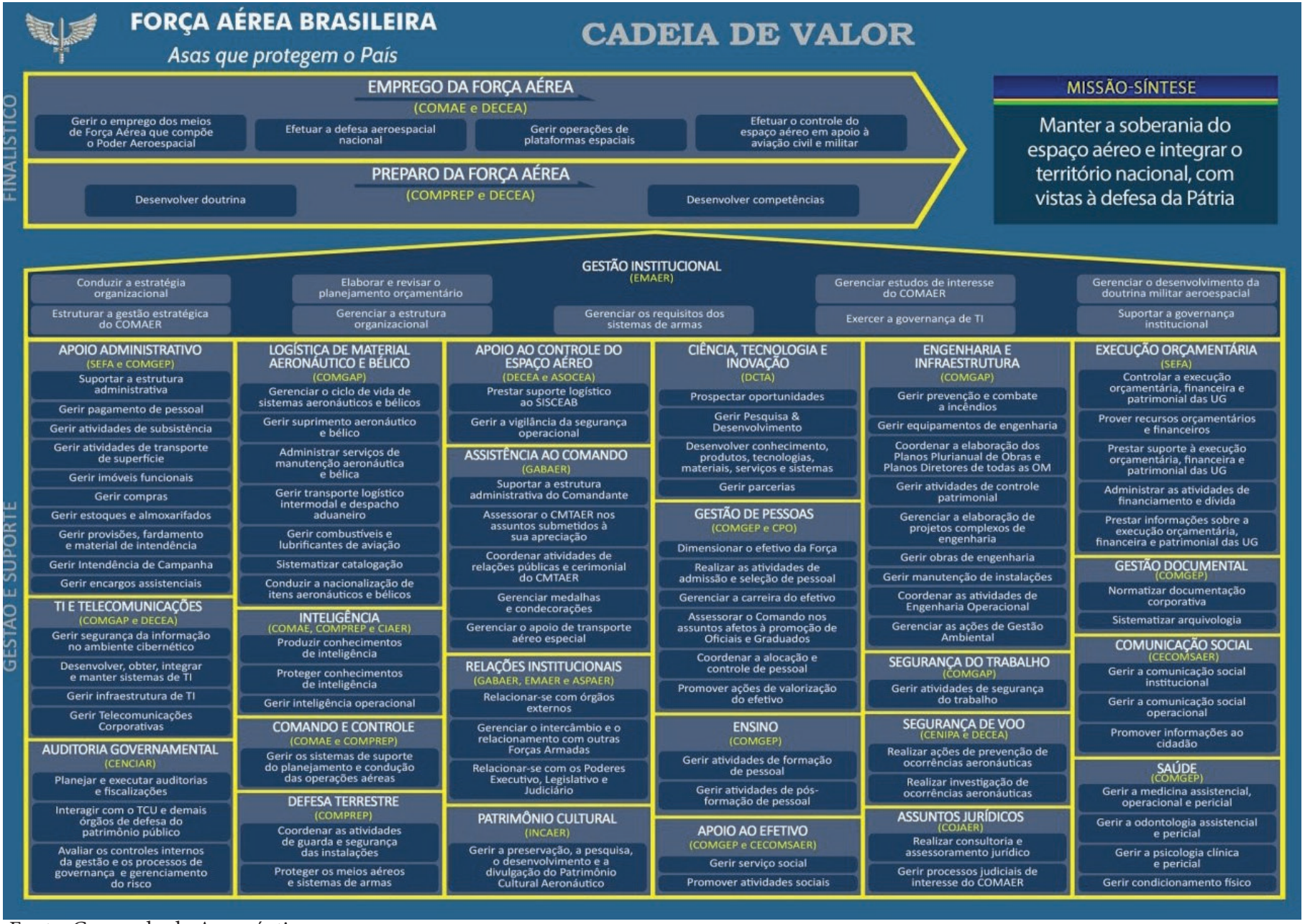
3.4. MODELO DE NEGÓCIO

A Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SPGIA) baliza o planejamento institucional no COMAER, onde os Objetivos Setoriais não decorrem dos Objetivos Estratégicos, assim como os Objetivos Estratégicos não refletem as entregas à sociedade das atribuições do Comando da Aeronáutica. A imagem abaixo, constante do normativo DCA 11-1, ajuda a esclarecer este aspecto:



Visão geral do Alinhamento Estratégico do COMAER.

A modelagem de negócios do COMAER é representada por sua Cadeia de Valor, a qual reflete as entregas à sociedade no cumprimento de suas atribuições constitucionais:



Fonte: Comando da Aeronáutica

3.5. RELAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO – PPA 2016-2019

O PPA 2016-2019 equalizou a heterogeneidade na aplicação de conceitos durante sua elaboração, contribuindo para a construção de Programas Temáticos, com seus objetivos e metas, estruturantes e capazes de transformar a realidade a partir da implementação das políticas públicas.

Dessa forma, os Indicadores mensuram a evolução dos resultados da política, retratados pelos Objetivos, Metas e Iniciativas do Programa Temático; os Objetivos retratam as escolhas de governo, as Metas a Medida do alcance do Objetivo e as Iniciativas qualificam os Objetivos/Metas, especificando como os Objetivos/Metas serão alcançados, evidenciando as entregas (bens e serviços) e facilitando a comunicação com a sociedade.

O Programa Temático 2058 – Defesa Nacional é o responsável pela alocação primeira dos recursos que suportam as ações finalísticas do COMAER, cuja execução física e financeira está disponível no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, atualmente do Ministério da Economia, que, conforme orientação dada pelo TCU, na reunião de esclarecimento sobre o Relatório de Gestão, ano base 2019, nas instalações do Instituto Serzedelo Correa – ISC, não é necessário trazê-lo ao corpo deste relato integrado.

Em prol do atingimento das metas do COMAER estão as "Cadeia de Valor" dos Órgãos de Direção Geral e Setorial, que, colimados com a "Visão Geral do Alinhamento Estratégico do COMAER", os quais serão melhor abordados em capítulos à frente.

3.6. CONTRATOS DE GESTÃO

Não há contratos de Gestão no COMAER.

3.7. AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo, em seu universo macroeconômico e globalizado, influencia diretamente o cumprimento da missão do Comando da Aeronáutica.

O atual cenário brasileiro ainda é fortemente impactado pela crise econômica vigente em nosso país desde 2014, o que tem acarretado dificuldades ao governo de manter os investimentos em todas as áreas, inclusive aquelas consideradas prioritárias. Num ciclo de expectativas de receitas constantemente frustradas, os recursos arrecadados têm permanecido abaixo das metas de arrecadação previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), ocasionando cortes e contingenciamentos/bloqueios, impactando diretamente a execução orçamentária por parte das Unidades Gestoras.

Dadas as peculiaridades de uma Força Armada que depende de itens altamente tecnológicos, onde a indústria nacional não atende à demanda de itens específicos de aviação, uma desvalorização do real frente ao dólar, muito comum no cenário até então vigente, acarreta maior quantidade de recursos disponibilizados em cada operação de envio de recursos para o exterior, visando honrar os contratos que são realizados em moeda estrangeira e em nome do País.

Para dirimir tais riscos, este Comando busca monitorar o mercado de câmbio, de forma a buscar taxas de câmbio mais atrativas e minorar os impactos nos projetos estratégicos para a Aeronáutica e, consequentemente, reduzir os custos aos cofres públicos.

Como já comentado, perante um cenário de retração da atividade econômica que repercuta na LOA, o Governo, bimestralmente, se vê na obrigação de cortar ou contingenciar/bloquear os créditos iniciais, a fim de que as metas de realização de Superávit Primário e de Déficit Nominal sejam cumpridas. Quando os cortes ou contingenciamentos/bloqueios são aplicados, com base nos Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, de caráter bimestral, o MD, distribui esse corte ou contingenciamento/bloqueio entre sua estrutura (Administração Central) e os Comandos subordinados (Marinha, Exército e Aeronáutica).

No tocante ao COMAER, o EMAER, em conjunto com a Diretoria de Economia e

Finanças (DIREF/SEFA), ouvindo os demais órgãos da estrutura do COMAER, define quais as Ações Orçamentárias e Planos Orçamentários sofrerão ajustes a menor nos montantes inicialmente alocados, de modo a causar o menor impacto no cumprimento da missão institucional do COMAER.

No intuito de mitigar os riscos decorrentes de contingenciamentos/bloqueios aplicados, o COMAER tem procurado alocar, na fase de elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA), as Ações Orçamentárias mais estratégicas para o cumprimento da missão, tais como: Aquisição de Combustíveis de Aviação, Aquisição de Suprimentos de Material de Aviação, Aquisição de Combustíveis Automotivos, Prestação de Serviços Públicos (Água/Esgoto, Energia Elétrica e Comunicações), Aquisição de Material de Consumo necessários à Vida Vegetativa das Organizações, etc., custeadas por fontes de recursos próprios, não dependentes da arrecadação Governamental (Impostos, Taxas, Contribuições de Melhoria).

No entanto, para gerir uma Organização do vulto do COMAER, são despendidos volumosos recursos em outras ações (aquisições, contratações, aferições, inspeções e manutenções), principalmente relacionados a projetos aeronáuticos (aeronaves e sistemas aeroembarcados), radares e outros equipamentos para controle de tráfego aéreo, cujas ações são rotineiramente impactadas com os cortes e contingenciamentos/bloqueios no orçamento público. Ressalta-se que grande parte destes recursos são utilizados para aquisições no exterior, como, por exemplo, a ação orçamentária 2048 - Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico, na qual, normalmente, mais de 60% dos recursos, anualmente são utilizados para custear aquisições no exterior.

Pode-se identificar que a necessidade do uso de mais moeda nacional para se honrar os compromissos no exterior demanda uma menor disponibilidade de recursos no País, o que gera restrição do aporte orçamentário, consequência da conjuntura política e econômica do país. Essa restrição influencia principalmente na capacitação do pessoal e na adequabilidade dos recursos materiais e de infraestrutura necessários ao cumprimento das atividades de preparo operacional. Isso pode ser observado, principalmente, no cancelamento de exercícios operacionais (obsolescência) e de disponibilidade (manutenção e suprimento) das aeronaves, equipamentos, materiais bélicos e outros agrupamentos de itens afins.

Numa análise do ambiente externo ao COMAER, mas interno ao País, observa-se claramente uma relação direta entre a economia, os indicadores sociais e a atividade de Recursos Humanos (RH). O aquecimento da economia e do mercado de trabalho influenciam diretamente no processo de captação, seleção e ingresso do pessoal da Aeronáutica. Nota-se que existe uma maior procura pelas fileiras do COMAER quando se eleva a taxa de desemprego, ocasionada pela degradação do cenário econômico.

Nesse contexto, os candidatos enxergam, mediante ingresso, a possibilidade de acesso à Saúde, à alimentação balanceada e de qualidade, às condições médico-sanitárias, além da melhoria da qualidade de vida e acesso ao consumo. Desta maneira, é possível afirmar que houve uma maior procura de candidatos para entrar no COMAER nos últimos anos (maior concorrência), propiciando o ingresso de mão de obra mais qualificada. No entanto, considerando o cenário de melhorias no quadro econômico, com melhoras em todos os indicadores, acredita-se que haverá menor demanda de candidatos ao ingresso nas carreiras militares nos próximos anos (menor concorrência), propiciando o ingresso de mão de obra menos qualificada.

É importante destacar que o Governo Brasileiro é representado em fóruns internacionais pelo DECEA, de modo que esse ODS operacionalize e honre os inúmeros acordos técnicos e operacionais firmados pelo Brasil junto às entidades que regulam a atividade do transporte aéreo a nível mundial. Salienta-se o importante papel do Brasil no contexto do controle do espaço aéreo mundial, porque é uma significativa parcela deste, com 22 milhões de km² de espaço aéreo soberano, parte do qual, debruçado sobre o Oceano Atlântico, como uma porta que se abre aos continentes africano e europeu a partir da América do Sul.

Essa posição geoestratégica brasileira o eleva a uma posição destacada no cenário global, figurando entre um dos dez países membros do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), desde sua fundação. À medida que atua como suporte indispensável ao transporte aéreo, nas 24 horas do dia, pelos 365 dias do ano, o COMAER/DECEA contribui diretamente para o desenvolvimento da vida social, econômica e política do Brasil.

Devido sua representatividade, a área de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, exercida no COMAER por meio do DCTA, vem consolidando progressivamente sua grande relevância no âmbito nacional e internacional, seja na esfera pública ou no ambiente privado. Esse sucesso refere-se ao reconhecimento de suas capacidades, à dinâmica das relações de parcerias e a uma postura mais proativa, o que tem possibilitado o aproveitamento de novas janelas de oportunidade.

Sendo de suma importância: a identificação de parcerias estratégicas vinculadas aos projetos e atividades prioritárias e de grande porte; os acordos de compensação (cada vez mais bem elaborados e abrangentes); e os acordos de cooperação bilaterais (especialmente Estados Unidos da América e União Europeia), merecendo destaque e, apenas para citar como exemplo, a iniciativa de preparação para a utilização comercial do futuro Centro Espacial de Alcântara (CEA), além dos novos projetos derivados das atividades do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) que demandam uma forte ação de gestão do relacionamento entre empresas e governo.

Nesse contexto, cabe mencionar as compensações industriais e tecnológicas do acordo de offset derivado do contrato de aquisição das aeronaves "Gripen", as quais possibilitarão o aprimoramento das atividades de ciência e tecnologia, com impacto direto na indústria nacional, além da cooperação na área espacial, onde a Alemanha tem papel de destaque, numa relação de quase cinquenta anos, cuja atividade conjunta mais recente é a cooperação no projeto VLM-1(Veículo Lançador de Microsatélites).

A divulgação dos planos estratégicos e das medidas adotadas para o alcance de objetivos e metas, previstas no § 3º do art. 4º da DN-TCU nº 178/2019, encontra-se na internet, no endereço www.fab.mil.br/prestacaodecontas.

É importante enfatizar que a importância do ambiente externo sobre as ações do COMAER toma vulto expressivo tanto no DECEA quanto no DCTA, merecendo uma abordagem específica, quando da apresentação desses ODS.

4. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

A seguir uma apresentação no mais alto nível da governança da instituição, ficando a exposição mais amiúde, para um melhor entendimento, quando for feita a divulgação das ações de cada ODS, mais abaixo, no capítulo que trata do **"APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DA UPC EM GERAR**

4.1 ESTRATÉGIA

Para coordenar o funcionamento de uma organização tão abrangente, que se faz presente em todos os Estados da Federação, o COMAER utiliza-se de uma metodologia, a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SPGIA). O Planejamento Institucional da Aeronáutica tem por finalidade subsidiar a execução dos planejamentos de curto, médio e longo prazo, em todos os níveis da Administração. Para tanto, a SPGIA considera as demandas advindas do Governo Federal e do MD, bem como a análise ambiental realizada por intermédio de um diagnóstico estratégico.

O Planejamento Institucional da Aeronáutica é classificado em três níveis, ocorrendo em cinco fases, sendo as duas primeiras no nível estratégico, as duas seguintes no nível operacional e a quinta fase no nível tático.

O Planejamento no Nível Estratégico é o processo de formulação da concepção de futuro e delineamento da estratégia para que se cumpra a missão institucional em patamares sempre mais elevados. Neste nível são apresentados a missão, visão e valores da Instituição, bem como a cadeia de valor, de modo a subsidiar a elaboração do mapa estratégico que define os objetivos estratégicos da instituição. Neste nível também são definidos os projetos estratégicos do COMAER e traçadas as diretrizes de alto nível para funcionamento do COMAER. Este nível elabora documentos de horizonte temporal de longo prazo.

O Planejamento no nível estratégico, consolidado pela Concepção Estratégica e pelo Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), é elaborado pelo EMAER (órgão responsável pelo planejamento de alto nível no COMAER), com colaboração dos ODSA, sendo submetido ao Comandante da Aeronáutica para aprovação.

O Planejamento no Nível Operacional é aquele no qual as estratégias são desdobradas, buscando concretizar as ações decorrentes do Plano Estratégico. Inicia-se com a preparação da Diretriz de Planejamento Institucional (DIPLAN) pelo EMAER, documento que baliza a confecção dos Planos Setoriais (PLANSET), ainda no nível operacional. É responsabilidade de cada ODSA a elaboração e a aprovação do respectivo Plano Setorial. Este nível elabora documentos de horizonte temporal de médio prazo.

O Planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Programa de Trabalho Anual (PTA) que traduza o planejamento na base da estrutura organizacional, alinhado ao planejamento de médio prazo, como desdobramento das estratégias concebidas no Planejamento Estratégico. O PTA é confeccionado por todas as Organizações Militares do COMAER, sendo aprovado pelo respectivo Comandante, Chefe, Prefeito, Secretário ou Diretor. O PTA é um documento de horizonte temporal de curto prazo.

O planejamento institucional do COMAER adota os seguintes horizontes temporais:

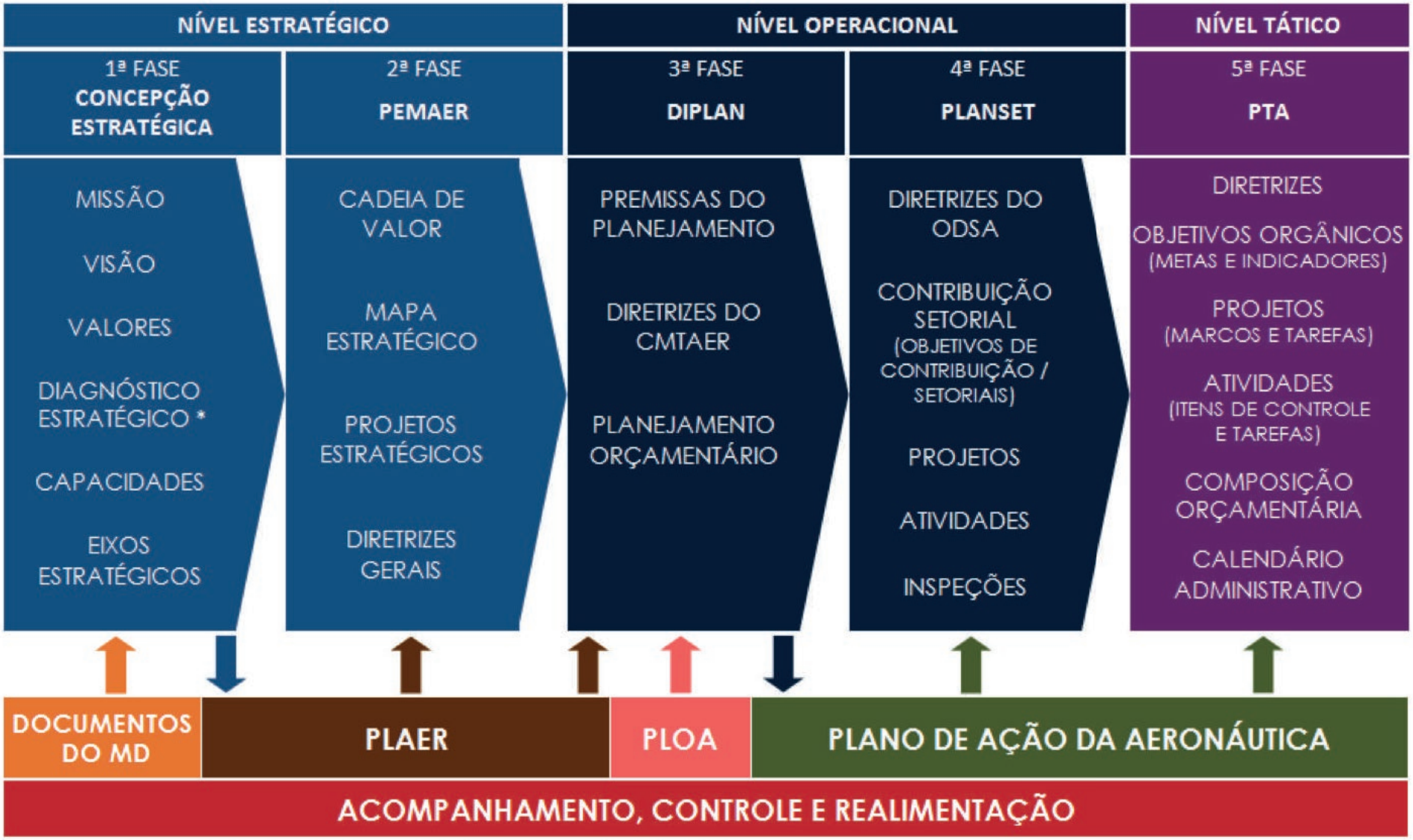
a) longo prazo: a partir de 10 anos (1ª e 2ª fase);

b) médio prazo: acima de 2 até 10 anos (3ª e 4ª fase); e

c) curto prazo: de zero até 2 anos (5ª fase).

A Figura a seguir apresenta a visão geral do encadeamento de documentos da SPGIA.

Visão geral dos documentos da SPGIA



*** O diagnóstico estratégico não é reproduzido na Concepção Estratégica.**

Fonte: EMAER

Obs: Diferentemente do meio civil o COMAER atribui ao nível tático o chamado "nível chão de fábrica".

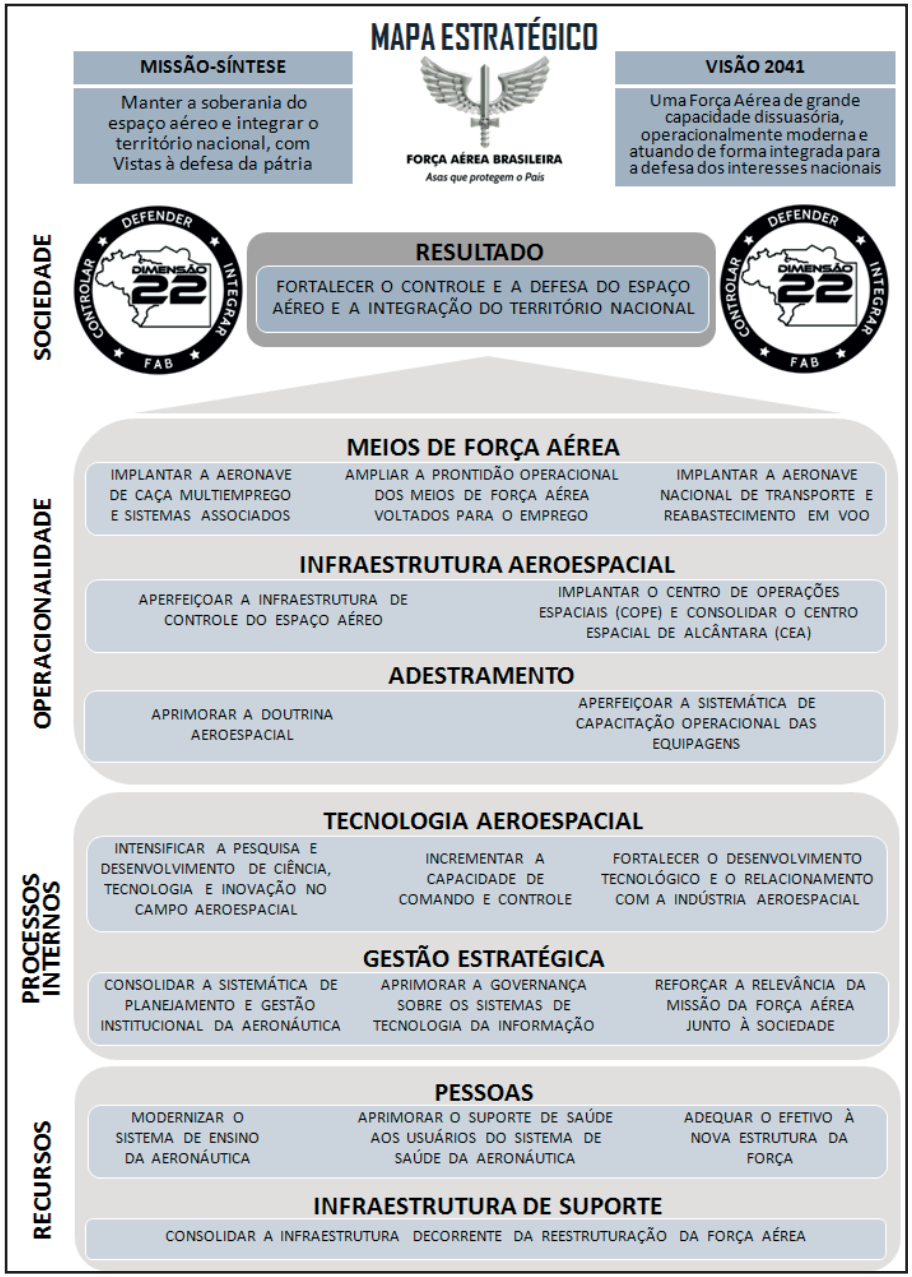
O Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) nasce da premissa de que um processo integrado de planejamento, com visão sistêmica da Instituição, tem muito mais chances de sucesso do que iniciativas isoladas, haja vista que permite congregar esforços para o atingimento de objetivos mais audaciosos no longo prazo. Por outro lado, a ausência de um plano de médio/longo prazo gera impactos de baixa governança orçamentária, sem garantias da qualidade do gasto público ao longo dos diversos ciclos orçamentários.

Sendo assim, o PEMAER institucionaliza um processo contínuo de planejamento e gestão estratégica que registra e revisa, sistematicamente, objetivos estratégicos e linhas de ação de médio e longo prazo, coerente com a Concepção Estratégica e com as orientações governamentais mais abrangentes.

Com esse foco, o PEMAER contempla um período de dez anos, além de apresentar a estratégia a ser seguida pelo COMAER para o alcance da Visão de Futuro descrita na Concepção Estratégica, proporcionando os ajustes necessários para adequar a Força Aérea atual às necessidades do amanhã.

Neste alinhamento, surge o Mapa Estratégico, que é um grande direcionador de esforços de mudança na Instituição.

A Figura a seguir apresenta o Mapa Estratégico da Instituição.



Fonte: EMAER

4.2 GOVERNANÇA NO COMAER

Com fundamento nos princípios, funções e mecanismos de Governança preconizados para a Administração Pública Federal, descreve-se a seguir a finalidade e a estrutura da Governança no COMAER, em conformidade com a nova versão da DCA 16-1 "Governança no COMAER", aprovada pela Portaria nº 2.189/GC3, de 19 de dezembro de 2019, e publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) nº 232, de 23 de dezembro de 2019.

4.2.1 Finalidade da Governança no COMAER

A Governança tem por finalidade garantir que tudo o que se faça ou se busque fazer no COMAER esteja, direta ou indiretamente, alinhado com os objetivos estratégicos da FAB, e que seja feito de forma eficiente, para que sejam atingidos resultados eficazes. Deste modo, está-se a buscar atender os anseios da sociedade brasileira de uma Força Aérea à altura de defender um grande país como o Brasil, com o uso racional e inteligente dos recursos públicos.

Para se alcançar tal desiderato da Boa Governança, buscar-se-ão os seguintes propósitos:

1) promover um planejamento institucional, em todos os níveis, que esteja em conformidade com os objetivos estratégicos da FAB;

2) realizar gestão de riscos dos processos atinentes aos objetivos estratégicos e setoriais, para que esses sejam atingidos com eficiência e eficácia, graças à implementação ou o aperfeiçoamento das ações de controle desses processos;

3) acompanhar o desempenho institucional, por meio de índices estratégicos e demais indicadores deles decorrentes; e

4) promover ações ligadas ao Plano de Integridade da Instituição, a fim de prevenir, detectar e corrigir atitudes não condizentes com a Ética Militar, pelo conjunto de regras de conduta preconizadas pelo Estatuto dos Militares, pelo Código Penal Militar, pelo Regulamento Disciplinar da Aeronáutica e pelas demais legislações ou regulamentos, bem como pelas ordens escritas e orais das autoridades militares.

Destarte, todos esses aspectos estão representados pela figura abaixo, na qual a Integridade é uma esfera que a tudo envolve, porquanto se acredita que todas as ações ligadas à Governança devem, antes de tudo, serem íntegras.

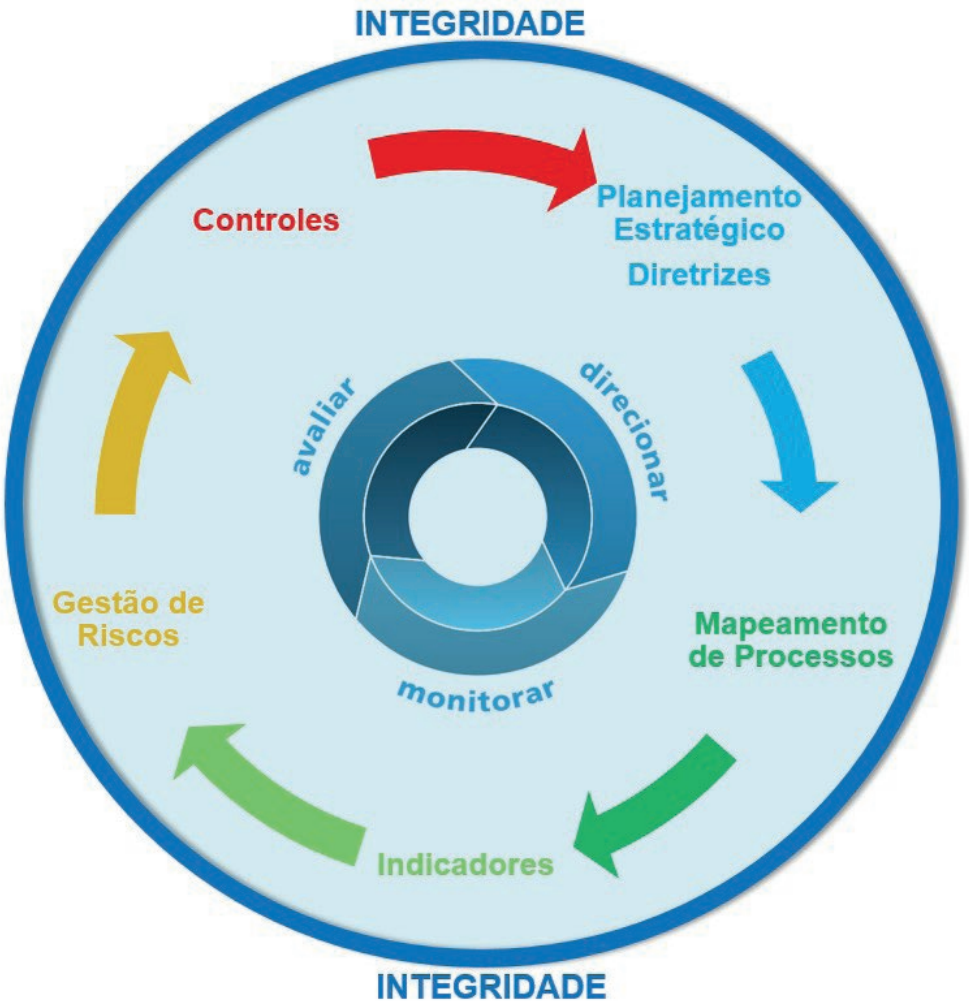


Figura 1: Representação dos aspectos ligados à Governança no COMAER.

4.2.2 Estrutura de Governança no COMAER

Primeiramente, deve-se dizer que todos os integrantes da FAB são, ab initio, os responsáveis pela Boa Governança da gestão dos processos de seus setores, isto é, todos são responsáveis por: 1) zelar para que suas ações estejam alinhadas com os objetivos institucionais; 2) desenvolver as ações com eficiência e eficácia dentro do apetite de risco de suas organizações; 3) buscar o alcance das metas preconizadas pelos indicadores; e 4) realizar tudo por meio de atitudes que estejam em conformidade com a Ética Militar.

Não obstante o que foi dito no parágrafo anterior, foi criada uma estrutura de Governança no COMAER, com órgãos bem definidos, em todos os níveis, para que a implementação e observância continuada das boas práticas de Governança possam ser mensuradas, acompanhadas e aperfeiçoadas pelos dirigentes do COMAER, cujas instâncias mais importantes são o Alto-Comando e o Comandante da Aeronáutica, os quais representam o último e mais importante estamento de decisão da Força Aérea Brasileira.

Para se ter uma visão panorâmica e sistêmica da Governança no COMAER, passa-se a representá-la na Figura 2, a seguir, na qual se podem observar as instâncias de Governança da FAB, em conformidade com a Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA) 16-1 "Governança no COMAER":

a) As instâncias externas de governança mais relevantes para o COMAER, as quais são responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação são o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

b) As instâncias externas de apoio à governança, no caso do COMAER, são a sociedade como um todo, a qual vai apoiar em maior ou menor grau as ações da instituição, conforme a percepção que tiver do proveito de suas ações para a nação como um todo. Não obstante a isso, entende-se que o Conselho Superior de Governança do Ministério da Defesa e o Comitê Interministerial de Governança (CIG) também poderiam ser considerados como instâncias externas de apoio à Governança, pois suas decisões podem trazer consequências para a FAB.

c) As instâncias internas de governança, no mais alto nível institucional, são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público. No caso da FAB, são representadas pelo Comandante da Aeronáutica (CMTAER), pelo Alto-Comando (ALTCOM) e pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

d) As instâncias internas de apoio à governança do COMAER são o Comitê de Governança da FAB (CGov-FAB), responsável por analisar as questões de Governança no mais alto nível da instituição; a Unidade de Gerenciamento de Integridade (UGI), responsável pelo gerenciamento do Programa de Integridade; o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), responsável pela auditoria interna e pelo sistema de controle interno; o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), responsável por desempenhar a função de Ouvidoria do COMAER, sendo, portanto, o Canal de Acesso à Informação e o Canal de Denúncias da Organização; e a Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica (ASPAER), que é responsável pela gestão das partes interessadas (stakeholders), isto é, compete-lhe gerir as ações de relações institucionais do COMAER com os representantes da sociedade nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como nos Órgãos que exercem funções essenciais à Justiça.

e) No nível dos ODSA, há ainda duas instâncias de apoio à Governança que são as Assessorias de Governança (AsGov) e os Comitês Setoriais de Governança (CSG), caso os ODSA julguem necessário criá-los.

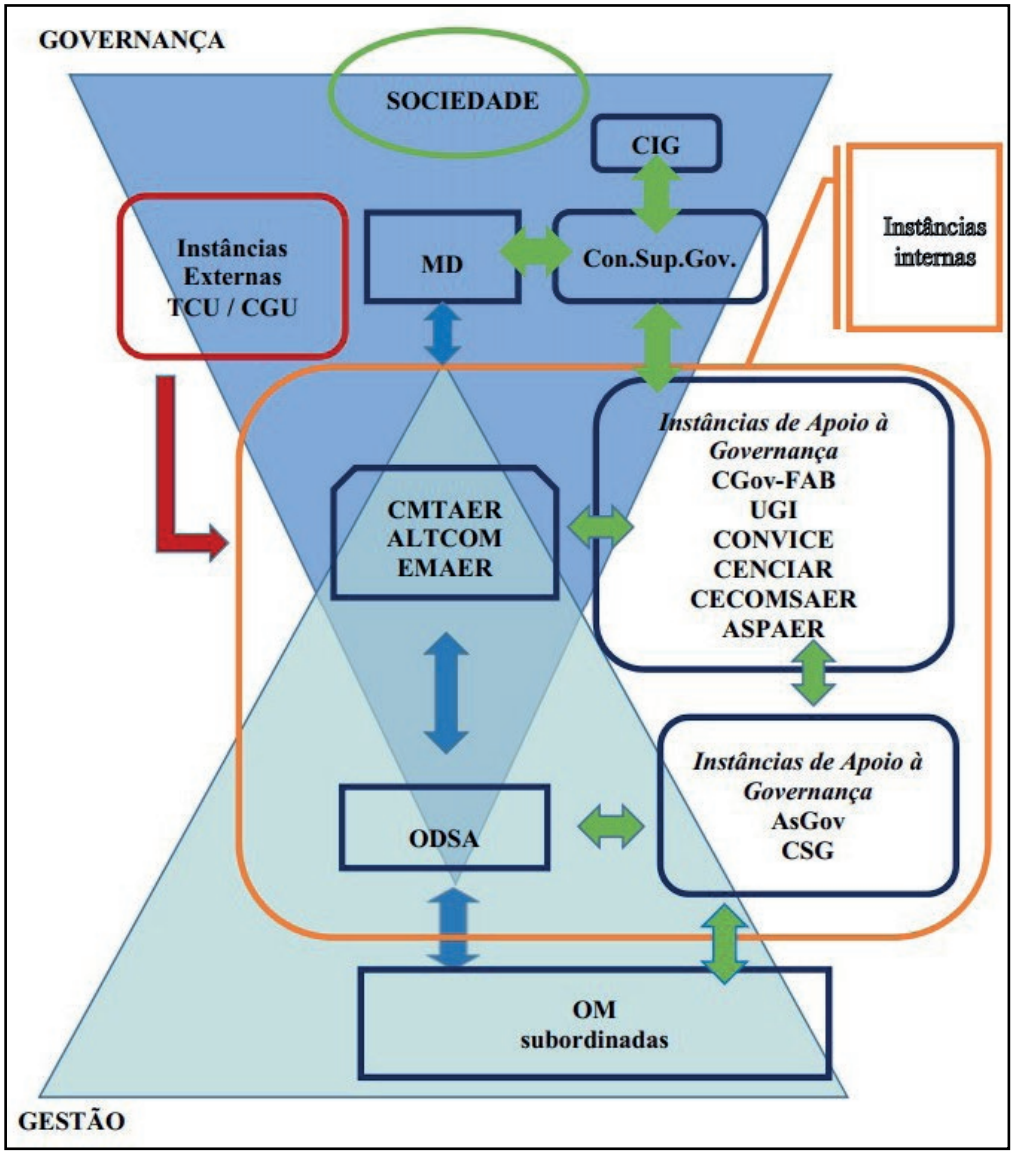


Figura 2: Inter-relacionamento das Instâncias de Governança com a estrutura organizacional do COMAER.

4.2.2.1 Comandante da Aeronáutica (CMTAER)

Como não poderia deixar de ser, o dirigente máximo da Instituição, o Comandante da Aeronáutica, é a maior autoridade decisora relativamente às questões atinentes à Governança, devendo ser assessorado, no que for cabível, pelo Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM), pelo Comitê de Governança da FAB (CGov-FAB), pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) e pelos demais órgãos da estrutura de Governança, descritos a seguir.

4.2.2.2 Alto-Comando da Aeronáutica (ALTCOM)

Conforme estatui o Decreto nº 6.834/2009, o Alto-Comando da Aeronáutica é o órgão colegiado de mais alto nível do COMAER, encarregado de assessorar o Comandante da Aeronáutica nas suas atribuições de direção e gestão da Força, além das questões relativas à Política Militar Aeronáutica.

O Alto-Comando da Aeronáutica, convocado e presidido pelo Comandante da Aeronáutica, e, conforme estatuído no §1º do art. 6º do Decreto nº 6.834/2009, é constituído pelos Tenentes-Brigadeiros do Ar, da ativa, quando no exercício de cargos no Comando da Aeronáutica e no Ministério da Defesa.

4.2.2.3 Comitê de Governança da FAB (CGov-FAB)

O CGov-FAB foi criado por meio de ato do Comandante da Aeronáutica, consignado na Portaria nº 1.738/GC3, de 4 de outubro de 2019 (publicada no BCA nº 181, de 8 de outubro de 2019), em conformidade com o que estatui o Decreto nº 9.203/2017.

Conforme prevê o Art. 2º da Portaria de criação do CGov-FAB, este colegiado tem as seguintes competências:

I - aprovar a implementação de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança;

II - promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Gover-

nança – CIG em seus manuais e em suas resoluções;

III - definir o direcionamento estratégico que norteia as boas práticas de governança, gestão de riscos e indicadores estratégicos, e emitir recomendações para seu aprimoramento;

IV - direcionar o fomento dos princípios e valores fundamentais da Ética Militar condizentes com o fortalecimento da integridade institucional;

V - direcionar, monitorar e avaliar o Programa de Integridade da FAB;

VI - aprovar a estratégia da gestão de riscos, monitorar a sua implementação e avaliar o nível de risco institucional, a fim de propor aperfeiçoamentos futuros;

VII - tomar conhecimento e avaliar os riscos que podem comprometer o cumprimento da missão organizacional, a fim de propugnar a tomada das providências necessárias; e

VIII - incentivar, promover e monitorar o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e da integridade decorrente de recomendações do próprio Comitê e dos órgãos de controle.

O CGov-FAB é constituído pelo Comandante da Aeronáutica, que o preside, e pelos membros do Alto-Comando da Aeronáutica.

4.2.2.4 Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER)

Em conformidade com o Art. 5º do Anexo I, do Decreto nº 6.834/2009, o EMAER é o Órgão de Direção Geral do COMAER, responsável pelo planejamento e pela emissão de diretrizes que orientam o preparo e o emprego da Força Aérea, visando ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica, competindo-lhe:

a) coordenar as ações que envolvam os órgãos de direção setorial;

b) orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento, de orçamento e gestão e de modernização administrativa; e

c) planejar, executar e coordenar as atividades do Sistema de Inspeção do Comando da Aeronáutica.

Em relação à alínea "c", com a publicação, em abril de 2019, da DCA 16-4 "Acompanhamento Institucional do COMAER", o sistema de inspeção passou a se denominar "Acompanhamento Institucional".

O EMAER também desempenha a função de Unidade de Gerenciamento de Integridade (UGI) da FAB, de acordo com a Portaria nº 1.932/GC3, de 1º de novembro de 2019.

4.2.2.5 Conselho de Vice-Chefes (CONVICE)

A Portaria nº 1.710/GC3, de 27 de setembro de 2019, atualmente regula as atividades do Conselho de Vice-Chefes (CONVICE), órgão colegiado permanente, criado em 16 de março de 1999, que tem por finalidade assessorar o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (CEMAER) na apreciação de assuntos de natureza relevante e de interesse da Aeronáutica, bem como na coordenação de estudos de problemas afetos às áreas de atuação do Estado-Maior, e suas ações decorrentes.

4.2.2.6 Comitês Temáticos de Governança

Sempre que julgar necessário, o COMAER pode instituir Comitês de Governança especializados na análise dos aspectos atinentes a uma área específica de atuação da FAB. Como exemplo de Comitê Temático, cita-se o Comitê de Governança e Projetos (CGP) que foi instituído, no âmbito do EMAER, pela Portaria nº 08/CEMAER, de 13 de fevereiro de 2019, cujas competências estão ligadas à avaliação das linhas de ação e priorização dos Projetos Estratégicos e dos Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação publicados no PCA 11-217.

4.2.2.7 Comitês Setoriais de Governança (CSG)

Os Órgãos de Direção Setorial e Assistência Direta ao Comandante (ODSA) podem instituir Comitês Setoriais de Governança, caso julguem necessário, para assessorar o Comandante, Chefe ou Diretor desses órgãos acerca das questões relacionadas com a Governança: Indicadores, Gestão de Riscos, Integridade, etc.

Esses colegiados setoriais apoiariam o Comandante, Chefe ou Diretor dos ODSA no seu processo decisório, com base nas questões levantadas pela sua respectiva Assessoria de Governança (AsGov).

4.2.2.8 Assessorias de Governança (AsGov)

As Assessorias de Governança (AsGov), anteriormente denominadas como Assessorias ou Centros de Planejamento, Orçamento e Gestão (APOG/CPOG), constituem-se em órgãos consultivos que tem por finalidade assessorar os ODSA relativamente às questões atinentes à Governança, Gestão de Riscos e Integridade, competindo-lhes a coordenação das ações necessárias para o monitoramento e controle das seguintes atividades desses órgãos:

a) Processo de Monitoramento Temático do PPA;

b) Processo de Acompanhamento Orçamentário das Ações PO;

c) Elaboração da Prestação de Contas da Presidência da República;

d) Confecção do Relatório de Gestão do COMAER;

e) Demandas Diversas do TCU;

f) Gestão por Processos;

g) Gestão de Riscos;

h) Indicadores Estratégicos;

i) Gestão de Projetos; e

j) Programa de Integridade.

4.2.3 Os indicadores estratégicos do COMAER

Com fundamento nos Objetivos Estratégicos da FAB, e com o escopo de abranger todas as atividades desenvolvidas pela Força, tanto as de caráter finalístico, como as de matiz administrativa, o COMAER determinou que o objetivo do Estudo de Assunto Relevante da Aeronáutica (EARA), dos Cursos de Política e Estratégia Aeroespaciais (CPEA), fosse o delineamento dos Índices de Desempenho da FAB, os quais foram pensados para serem indicadores que pretendem apresentar uma visão macro do resultado matemático consolidado de um conjunto de outros indicadores atinentes a cada universo operacional ou administrativo que, no seu bojo, açambarcaram todas as atividades relevantes executadas pela Força Aérea Brasileira.

Deste modo, o resultado desse trabalho teórico foi levado à apreciação dos Órgãos de Direção Setorial e Assessoria (ODSA) da Aeronáutica, para que fosse analisada a viabilidade de sua implementação como instrumentos de medição das atividades desenvolvidas por cada um desses órgãos, tendo-se, finalmente, chegado à definição de quatro Indicadores Estratégicos, a seguir descritos, com a finalidade de avaliar o desempenho institucional da FAB:

ICOFAB: Índice da Capacidade Operacional da FAB: é a consolidação da mensuração dos indicadores ligados às atividades direta ou indiretamente voltadas para o combate, tais como treinamento, logística, ciência e tecnologia, comando e controle, Inteligência, interoperabilidade e capacidades de prontidão e mobilidade. Considera-se que as informações ligadas a esse indicador são de caráter sensível e não deverão ser amplamente divulgadas, porquanto medem a capacidade do poder militar da Força Aérea.

InCEAB: Índice do Controle do Espaço Aéreo Brasileiro: é a consolidação dos indicadores referentes ao controle de tráfego aéreo, abarcando a medição do nível de aderência às normas internacionais, o comando e controle, a abrangência da área controlada e o número de incidentes de tráfego aéreo. Considera-se também que as informações ligadas a esse indicador são de caráter sensível e não deverão ser amplamente divulgadas, porquanto medem a capacidade do poder militar da Força Aérea, haja vista que, no Brasil, a infraestrutura de controle do espaço aéreo é praticamente a mesma para a aviação civil e para a aviação militar.

InGeFAB: Índice de Gestão Administrativa da FAB: é a consolidação dos indicadores atinentes às atividades de apoio administrativo, tais como a Logística não voltada para

o emprego operacional, o Ensino e a Saúde. Estão indiretamente ligados a capacidade militar da FAB.

InGeFin: Índice de Gestão Financeira da FAB: é a consolidação dos indicadores que medem a eficiência na gestão dos recursos financeiros disponibilizados para o COMAER, considerando a PLOA, a LOA e o Plano de Ação.

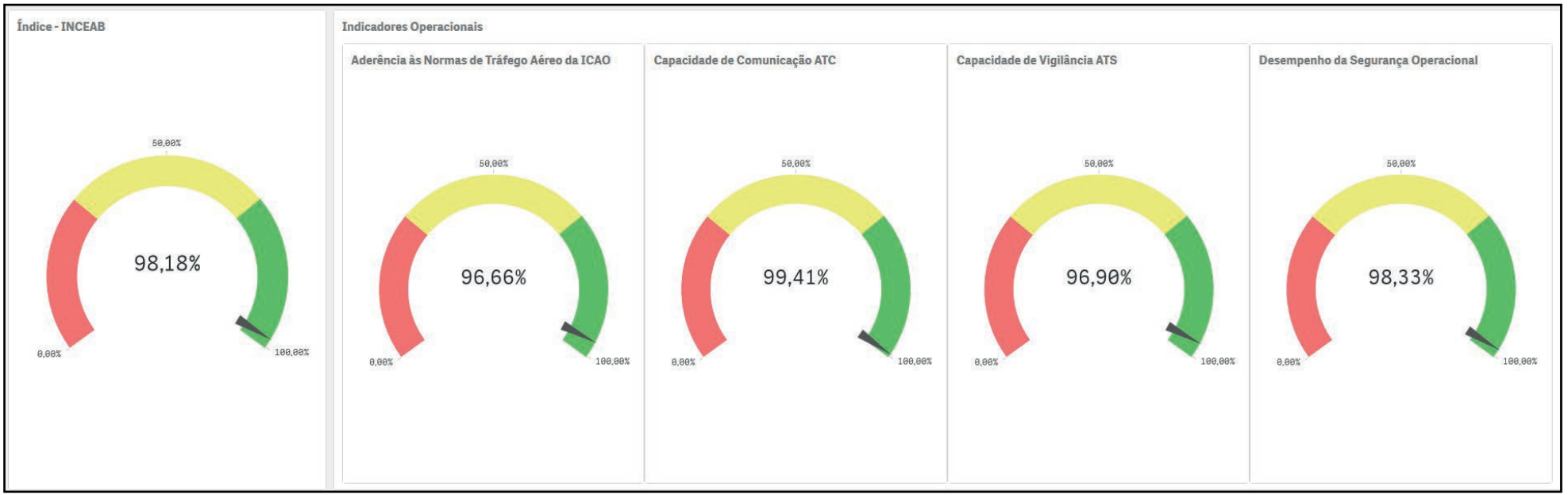
O ICOFAB e o InCEAB foram elaborados a partir dos objetivos estratégicos comuns à Estratégia Nacional de Defesa (END) e ao Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), tendo, pois, por finalidade atender todas as ações direta ou indiretamente relacionadas à Missão-síntese da Aeronáutica: "Manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria."

Utilizando-se a mesma metodologia, o InGeFAB e o InGeFin foram produtos da confrontação do PEMAER com as orientações gerais da Diretriz do Comandante da Aeronáutica e com as prioridades gerais para o COMAER contidas no PCA 11-110 Plano de Trabalho Plurianual da Aeronáutica. Uma vez que esses índices retratam a situação da gestão dos processos de administração do COMAER, são chamados de "Indicadores Estratégicos de Gestão".

Atualmente, o InGeFAB e o ICOFAB estão em processo de implantação e verificação de sua efetividade na mensuração das atividades para os quais foram pensados.

O InGeFin e o InCEAB já apresentam informações confiáveis e já podem ser acompanhados.

Na imagem a seguir, têm-se o resultado das medições de dezembro de 2019 de ambos os indicadores:



InCEAB e seus indicadores constituintes



InGeFin e seus indicadores constituintes

Por fim, faz-se necessário lembrar que há informações sensíveis que estão diretamente ligadas à capacidade do poder militar da Força Aérea e do Brasil a qual não deve ser amplamente divulgada, para que se evite a coleta desses dados por serem estratégicas para nosso país.

4.2.4 O programa de integridade da FAB

O Programa de Integridade da FAB foi instituído pela DCA 16-3 "Plano de Integridade da FAB", de 20 NOV 2018 (publicada no BCA nº 202, de 21 NOV 2018 e no DOU1 nº 223, de 21 NOV 2018).

4.2.4.1 Principais instrumentos internos relativos à área de integridade

Na Instituição Militar, a Integridade está inserida em um universo muito mais amplo relacionado ao conjunto de valores e deveres que constituem a Ética Militar, a qual não se limita apenas às questões profissionais, estendendo-se também às vidas particulares dos integrantes das Forças Armadas.

4.2.4.1.1 Estatuto dos Militares

No Estatuto dos Militares (Lei 6.880/1980), os Valores, a Ética e os Deveres militares são descritos no Título II - "Das Obrigações e dos Deveres Militares", que é encabeçado pelo Art. 27, que elenca as manifestações essenciais do valor militar:

Art. 27. São manifestações essenciais do valor militar:

I - o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida;

II - o civismo e o culto das tradições históricas;

III - a fé na missão elevada das Forças Armadas;

IV - o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve;

V - o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e

VI - o aprimoramento técnico-profissional.

No que se refere à Ética Militar, o Art. 28 do Estatuto dos Militares estatui uma série de preceitos que devem ser seguidos por militares da ativa e da reserva.

Art. 28. O sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, conduta moral e profissional irrepreensíveis, com a observância dos seguintes preceitos de ética militar:

I - amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal;

II - exercer, com autoridade, eficiência e probidade, as funções que lhe couberem em decorrência do cargo;

III - respeitar a dignidade da pessoa humana;

IV - cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;

V - ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados;

VI - zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;

VII - empregar todas as suas energias em benefício do serviço;

VIII - praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação;

IX - ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;

X - abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa de qualquer natureza;

XI - acatar as autoridades civis;

XII - cumprir seus deveres de cidadão;

XIII - proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;

XIV - observar as normas da boa educação;

XV - garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

XVI - conduzir-se, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar;

XVII - abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;

XVIII - abster-se, na inatividade, do uso das designações hierárquicas:

a) em atividades político-partidárias;

b) em atividades comerciais;

c) em atividades industriais;

d) para discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, se devidamente autorizado; e

e) no exercício de cargo ou função de natureza civil, mesmo que seja da Administração Pública; e

XIX - zelar pelo bom nome das Forças Armadas e de cada um de seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética militar.

Outrossim, o Art. 31 da referida lei lista seis relevantes deveres que os militares têm que observar.

Art. 31. Os deveres militares emanam de um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço, e compreendem, essencialmente:

I - a dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, integridade e instituições devem ser defendidas mesmo com o sacrifício da própria vida;

II - o culto aos Símbolos Nacionais;

III - a probidade e a lealdade em todas as circunstâncias;

IV - a disciplina e o respeito à hierarquia;

V - o rigoroso cumprimento das obrigações e das ordens; e

VI - a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.

4.2.4.1.2 Código Penal Militar

O Código Penal Miliar (Decreto-lei 1.001/1969) tutela os bens jurídicos ligados à Instituição Militar, porquanto define quais são as condutas consideradas como crimes militares, elencando uma série de tipos penais, dentre os quais muitos já previstos no Código Penal, mas com uma previsão de penas maiores.

O tratamento mais rígido dado pelo Código Penal Militar aos desvios de conduta dos militares, somado à celeridade da Justiça Militar, proporciona um nível satisfatório de segurança jurídica para que a Autoridade Judiciária Militar, isto é, o Comandante da Organização Militar, possa coibir os ilícitos no seio da Instituição Militar.

4.2.4.1.3 Regulamento Disciplinar da Aeronáutica

O Regulamento Disciplinar da Aeronáutica ou RDAer (Decreto 76.322/1975) prevê uma série de desvios de conduta que são vedadas aos militares da FAB, tanto no ambiente profissional, quanto na esfera privada e que são de baixo potencial ofensivo e não chegam a ser considerados crimes. É, pois, considerado um importante instrumento administrativo que a Instituição tem à sua disposição para a prevenção de quebras de Integridade.

4.2.4.1.4 MCA 909-1 “Programa de Formação e Fortalecimento de Valores (PFV)”

O Programa de Formação e Fortalecimento de Valores constitui um conjunto de ações que norteiam as atividades a serem desenvolvidas por todos os setores das Organizações Militares (OM) do COMAER. A abordagem “Formação” tem como público-alvo o Corpo Discente das Organizações de Ensino (OE) de Formação e dos Elos do Sistema de Ensino (SISTENS). A abordagem “Fortalecimento” tem como público-alvo o efetivo de todas as OM do COMAER.

O PFV visa orientar ações e pensamentos, voltando-os para os valores fundamentais da Instituição e da vida militar. No viés “Formação”, o programa abrange o esforço

conjunto de todos aqueles que participam, direta ou indiretamente, da formação dos alunos, por meio de uma abordagem sistêmica, complementar e simultânea dos valores propostos. No viés "Fortalecimento", o programa busca sensibilizar, em todos os níveis, a importância e a necessidade de culto aos valores fundamentais que norteiam a vida dos militares da Força Aérea Brasileira, ao longo de toda a carreira, e que devem fazer parte da Cultura Organizacional da Instituição.

4.2.4.2 Estrutura de gestão da integridade

As principais instâncias de Integridade do Comando da Aeronáutica compreendem as seguintes instituições:

a Alta Administrão da Organização, que é constituída pelo CMTAER – Comandante da Aeronáutica, pelo ALTCOM – Alto-Comando da Aeronáutica, e pelo EMAER – Estado-Maior da Aeronáutica; a UGI – Unidade de Gerenciamento de Intridade; o CENCIAR – Centro de Controle Interno da Aeronáutica, o CECOMSAER – Centro de Comunicação Social da Aeronáutica; e as Comissões de Promoção de Oficiais e de Graduados (CPO/CPG).

A principal instância de apoio à Integridade são as AsGov (Assessorias de Governança), anteriormente denominadas como APOG/CPOG (Assessorias ou Centros de Planejamento, Orçamento e Gestão) dos ODSA.

4.2.4.3 Comissão de Ética

A CPO (Comissão de Promoções de Oficiais) e a CPG (Comissão de Promoção de Graduados) são as duas mais importantes instâncias de análise profissional e moral dos Oficiais e Praças da Força Aérea.

A apuração de atos que atentem contra a Ética Militar é realizada pelo Conselho de Disciplina, para avaliação de casos envolvendo os Aspirantes-a-oficial e as demais praças com estabilidade assegurada para a permanência na ativa, como também das praças reformadas ou na reserva remunerada; e pelo Conselho de Justificação, para os casos envolvendo os Oficiais da ativa, reformados ou da reserva remunerada.

O Conselho de Disciplina e o Conselho de Justificação são procedimentos administrativos de natureza disciplinar e moral, independente de ação penal, podendo entretanto tornar-se peça a ser utilizada na instrução de processo criminal na Justiça Militar, caso as acusações provadas e consideradas procedentes constituam ilícitos penal militar. O conselho de Disciplina é previsto pelo Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972, e o Conselho de Justificação é um procedimento previsto pela Lei 5.836, de 5 de dezembro de 1972, sendo aplicadas, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM).

4.2.4.4 Transparência e acesso à informação

Conforme o Art. 2º da Portaria nº 1.932/GC3, de 1º de novembro de 2019, o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER) é o responsável pela promoção da transparência ativa e do acesso à informação, em observância ao que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e a Resolução nº 11, de 11 de dezembro de 2017, da Comissão de Ética Pública (CEP), conforme o inciso II do Art. 6º da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018.

4.2.4.5 Tratamento de conflito de interesses

Foi estruturado um fluxo para prevenção de situações de conflito de interesses no seio da Organização Militar (OM), considerando-se que ela é a menor unidade organizacional da estrutura institucional do Comando da Aeronáutica, de acordo com a seguinte sequência:

a. O integrante da OM, militar ou servidor civil, interessado em esclarecer uma possível situação de conflito de interesses apresenta a sua demanda ao Comandante da OM;

b. O Comandante da OM, se não tiver dúvida acerca da questão, pode autorizar o seu prosseguimento imediatamente, mas, caso haja dúvida, deve enviar a situação para

análise de sua Assessoria Jurídica; e

c. Caso a Assessoria Jurídica não consiga dirimir a dúvida refentemente à possível existência de conflito de interesses quanto à situação apresentada, essa deve orientar o integrante da OM a inserir sua demanda no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI) da CGU.

Caso a situação de conflito de interesses já seja um fato consumado, a Organização Militar deverá tomar as medidas necessárias para, dependendo da gravidade, instaurar um Procedimento de Apuração de Transgressão Disciplinar (PATD), em caso de transgressão disciplinar, ou um Inquérito Policial Militar (IPM), em caso de crime.

4.2.4.6 Tratamento de Nepotismo

Levando-se em conta que a totalidade dos integrantes do COMAER são contratados por meio de concurso público, tanto os de carreira como os temporários; que as funções e cargos são ocupados em conformidade com o posto ou graduação, no caso dos militares, ou de acordo com a classe, no caso dos civis; e que não há cargos comissionados, não se vislumbram possíveis hipóteses de nepotismo na FAB.

Não obstante, cabe às Organizações Militares a verificação e a correção de possíveis casos em que parentes têm relação de subordinação direta entre si, como uma boa prática ligada à Integridade, ainda que não configure uma situação de nepotismo conforme descrito na lei.

4.2.4.7 Canal de denúncias

O Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, através da ferramenta E-OUV, é o canal pelo qual os cidadãos podem denunciar desvios cometidos por pessoas do COMAER. É um canal indispensável à garantia da manutenção da integridade pública.

Além da obrigação de denunciar irregularidades de que tenham conhecimento em virtude de seu trabalho, os cidadãos precisam saber como, quando e onde fazer uma denúncia, a possibilidade de realizá-la de maneira anônima, bem como os seus direitos enquanto denunciante.

A ouvidoria assegurará a proteção da identidade e dos elementos que permitam a identificação do usuário ou do autor da manifestação, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 2011, sujeitando-se o agente público às penalidades legais pelo seu uso indevido.

No âmbito do COMAER, conforme a figura a seguir, as denúncias serão recebidas pelo CECOMSAER e, se sua natureza estiver ligada à possível gestão irregular de recursos públicos por pessoa física ou ato lesivo de pessoa jurídica contra a Administração Pública, ela será encaminhada ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), para que este a direcione ao Órgão de Direção Geral (ODG) ou Órgão de Direção Setorial ou de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODSA) hierarquicamente superior à Organização Militar mencionada na denúncia, para que sejam tomadas as medidas cabíveis concernentes ao esclarecimento dos fatos, com base no Código Penal Militar e na Legislação Brasileira em geral, em observância ao disposto na Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017, na Instrução Normativa Conjunta nº 1 da Corregedoria-Geral da União e da Ouvidora-geral da União, de 24 de junho de 2014, e na Instrução Normativa nº 1 da Ouvidora-geral da União, de 05 de novembro de 2014, conforme o inciso IV do art. 6º da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018.

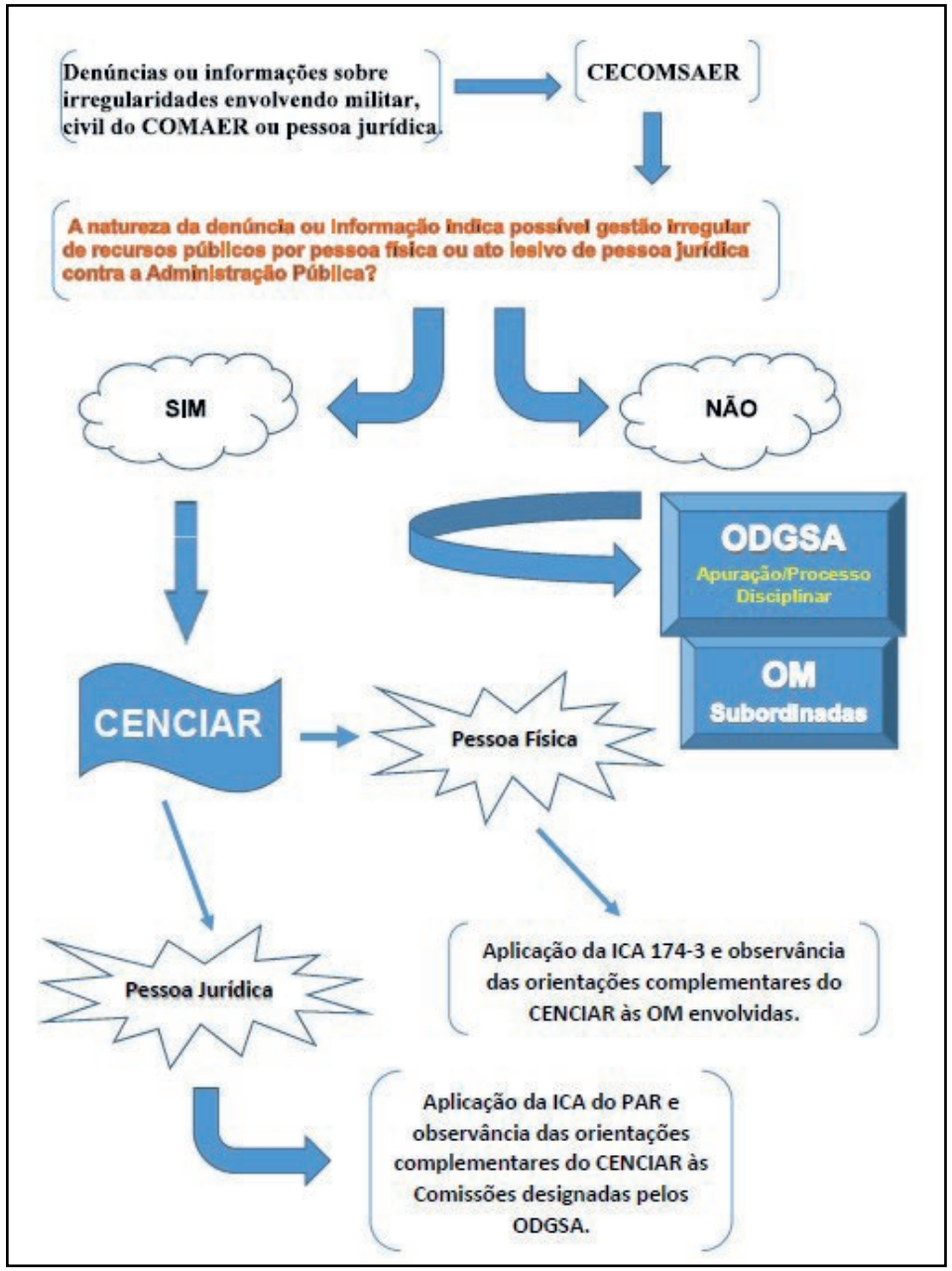


Figura 4: Fluxo para tratamento de denúncias no COMAER.

4.2.4.8 Controles internos e cumprimento de recomendações de auditoria

A Portaria nº 576/GC3, de 2 de maio de 2018, instituiu o Sistema de Controles Internos da Aeronáutica (SICONIAER), designando como órgão central desse Sistema o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR).

Cabe, portanto, ao CENCIAR a verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria, observado no mínimo o disposto na Instrução Normativa CGU nº 03, de 9 de junho de 2017, e da Instrução Normativa CGU nº 08, de 6 de dezembro de 2017, conforme o inciso V do art. 6º da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018.

4.2.4.9 Procedimentos de responsabilização

Relativamente às denúncias recebidas pelo canal de denúncias e que representem quebras de integridade, quando comprovada a ocorrência de dano ao Erário, cabe ao CENCIAR o direcionamento da apuração e a implementação de procedimentos de responsabilização, envolvendo a instauração de processo administrativo, observado, no mínimo, o disposto na Portaria CGU nº 1.196, de 23 de maio de 2017, conforme o inciso VI do art. 6º da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018.

A implementação de procedimentos de responsabilização disciplinar, observado, no mínimo, o disposto no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, na Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, ficará a cargo da Organização a qual pertencer o militar ou servidor civil, sendo importante ressaltar que o Comando da Aeronáutica possui um sistema de correição próprio, no qual cada Comandante de Organização Militar tem o poder de instaurar um processo disciplinar, ou inquérito policial, ou sindicância acerca de fato que implique mácula ética, desvio de conduta ou crime.

Nesse sentido, no que se refere às quebras de Integridade havidas no seio das Organizações Militares do COMAER, cabe ao Comandante da Organização Militar instau-

rar o procedimento de apuração do desvio de conduta, seja ele um Procedimento de Transgressão Disciplinar (PATD), no caso de transgressão disciplinar; ou um Inquérito Policial Militar (IPM), no caso de crime; ou então uma sindicância, se as informações disponíveis ainda não esclarecem acerca da possível autoria ou da natureza dos atos.

Não obstante ao fato de o poder de punição disciplinar estar assentada na figura do Comandante da Organização Militar, a Divisão de Pessoal Civil (DPC) do COMGEP (Comando-Geral do Pessoal) é a unidade responsável pela coordenação das ações ligadas à correição do pessoal civil, tais como coordenar o cadastramento dos processos no sistema CGU-PAD.

4.2.4.10 Unidade responsável pelo Plano de Integridade

A Unidade de Gerenciamento de Integridade, cujas funções são desempenhadas pelo EMAER, tem suas funções descritas pela Portaria nº 1.932/GC3, de 1º de novembro de 2019, competindo-lhe:

I – Coordenar a elaboração e revisão de Plano de Integridade, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas;

II – Coordenar a implementação do programa de integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;

III – atuar na orientação e treinamento dos militares/servidores da Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica com relação aos temas atinentes ao programa de integridade;

Em consonância com o Art. 5º da referida Portaria, São atribuições da Unidade de Gestão da Integridade (UGI), no exercício de sua competência:

I - Submeter à aprovação do Comandante da Aeronáutica a proposta de Plano de Integridade;

II – Avaliar a situação das unidades relacionadas ao programa de integridade e, caso necessário, propor ações para sua estruturação ou fortalecimento;

III – Apoiar a Unidade de Gestão de Riscos no levantamento de riscos para a integridade e proposição de plano de tratamento;

IV – Coordenar a disseminação de informações sobre o Programa de Integridade na Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica;

V – Planejar e participar de ações de treinamento relacionadas ao Programa de Integridade na Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica;

VI - Identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pela organização, propondo, em conjunto com outras unidades, medidas para mitigação;

VII – Monitorar o Programa de Integridade da Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica e propor ações para seu aperfeiçoamento; e

VIII – Propor estratégias para expansão do programa para fornecedores e terceiros que se relacionam com a Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

4.2.5 O acompanhamento institucional do COMAER

A sistemática de Acompanhamento Institucional do COMAER foi instituída pela DCA 16-4 "Acompanhamento Institucional do COMAER", de 03 ABR 19 (BCA nº 058, de 09 ABR 2019), constituindo-se num aperfeiçoamento da metodologia de inspeção presencial, porquanto, ao mesmo tempo em que manteve a possibilidade de realização de inspeções in loco, realçou a importância de os Órgãos de Direção Geral, Setorial e de Assessoria Direta ao Comandante (ODGSA) acompanharem o desempenho administrativo das Unidades Subordinadas, por meio dos sistemas de TI e de Business Intelligence (BI) existentes, utilizando-se como fundamentos, os alinhamento estratégico dos planejamentos institucionais, os indicadores estratégicos e a gestão de riscos.

O Estado-Maior da Aeronáutica é o responsável pela supervisão da Sistemática do Acompanhamento Institucional do Comando da Aeronáutica, cabendo-lhe coordenar e regulamentar as ações atinentes a essa sistemática.

O Acompanhamento Institucional compreende o monitoramento e avaliação dos resultados da gestão dos ODSA e de suas unidades subordinadas, por meio da verificação dos seguintes três pilares fundamentais:

a) Alinhamento Estratégico - aferição, no GPAer, do nível de atingimento dos ob-

jetivos estratégicos, por meio da análise dos Objetivos dos Planos Setoriais, bem como as metas e tarefas de seus projetos e processos, e sua execução ao longo do ano;

b) Índices de Desempenho da FAB – aferição mensal dos seus resultados, que abrangem um amplo espectro das atividades finalísticas e de apoio da FAB, por meio dos painéis baseados em Inteligência de Negócios (BI); e

c) Gestão de Riscos – gerenciamento, no GPAer, da análise do risco das metas dos planos setoriais e das questões afetas à Integridade institucional.

VI - Identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pela organização, propondo, em conjunto com outras unidades, medidas para mitigação;

VII – Monitorar o Programa de Integridade da Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica e propor ações para seu aperfeiçoamento; e

VIII – Propor estratégias para expansão do programa para fornecedores e terceiros que se relacionam com a Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

4.2.6 Planejamento de Alocação de Recursos

A documentação basilar para o direcionamento da alocação de recursos no Comando da Aeronáutica são as abaixo elencadas e disponibilizadas no sítio da Força Aérea Brasileira https://www.fab.mil.br/prestacaodecontas, onde estão as documentações exigidas pelo art. 4º da DN-TCU nº 178, de 23/10/2019:

- DCA 11-118 - Diretriz de Planejamento Institucional (2019);

- PCA 11-44 - Plano de Ação da Aeronáutica (editado em Nov 2018);

- Aviso Interno nº 01/GC3, 13fev.2019 - Diretriz de Comando do CMTAER.

O ex-Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atual Ministério da Economia, define qual o valor que será disponibilizado ao Ministério da Defesa para a confecção do Projeto da Lei Orçamentária - PLOA, baseado em projeções de arrecadação futura.

O Ministério da Defesa, após discussões com as três Forças, delimita o valor a ser alocado a cada Força Armada no PLOA.

Após o recebimento dessa delimitação de valores e atendendo ao "Planejamento Institucional", contido na DCA 11-118 e às "Diretrizes do Comandante da Aeronáutica", existentes no Aviso Interno nº 01/GC3, balizam a alocação desses valores dentro das Ações orçamentárias e seus respectivos planos orçamentários (PO), buscando-se honrar os compromissos assumidos, tanto no plano nacional quanto internacional; após o que é feita a apresentação dessa pretensa PLOA, pelo EMAER, relativa aos recursos disponibilizados à FAB cumprir sua destinação constitucional, ao Alto Comando da Aeronáutica, quando são feitos os últimos ajustes, aprovados pelo CMTAER, sendo gerado o Plano de Ação da Aeronáutica, e encaminhados, pelo EMAER, ao Ministério da Economia, juntamente com os das demais Forças, via Ministério da Defesa, para que o Projeto da LOA completo seja encaminhado à aprovação do Congresso Nacional.

Finalmente aprovada a LOA são feitos os ajustes devidos e o Plano de Ação da Aeronáutica (PCA 11-44) definitivo é encaminhado à Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica para a devida execução.

Todos os Programas orçamentários, com suas respectivas Ações e PO encontram-se no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, contendo as descrições de cada uma, suas metas, valores alocados e suas execuções orçamentárias e financeiras diariamente, com dados extraídos do SIAFI, bem como, todas as explicações de suas execuções, dadas por seus agentes responsáveis, semestralmente, nos meses de julho e janeiro, que embasam este Relatório de Gestão.

INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

Perfil do Comandante da Aeronáutica
Tem Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI **BERMUDEZ**



ANTONIO CARLOS MORETTI **BERMUDEZ** é natural de SANTO ANGELO – RS, ingressou na Força Aérea Brasileira em 15 de fevereiro de 1975, tendo sido promovido a Tenente-Brigadeiro em 25 de novembro de 2014. O Tenente-Brigadeiro Bermudez possui 4.000 horas de voo, sendo 1.700 horas na Aviação de Caça; tendo voado as seguintes aeronaves: TZ-13, T-23; T-25; T-37C; AT-26; C-95; H-13, UH-50, U-42, U-7A, F-103, VU-93, A-1, R-99, E-99, R-35 e A-29. Dentre diversas funções, merecem destaque as de: Comandante do 1º/16º Grupo de Aviação; Comandante da Base Aérea de Brasília; Na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica foi Instrutor do Curso de Comando e Estado-Maior e Chefe do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais; foi Adido de Defesa e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil na França e na Bélgica; e ainda, Chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica; Comandante da Terceira Força Aérea; Vice-Diretor de Ensino da Aeronáutica; Comandante do Sexto Comando Aéreo Regional; Presidente do Clube da Aeronáutica de Brasília; Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Operações Aéreas; Chefe de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa; Diretor-Geral de Ensino da Aeronáutica; e Comandante-Geral do Pessoal da Aeronáutica; sendo atualmente o Comandante da Aeronáutica.

Perfil do Comandante da Aeronáutica – substituído
Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ **ROSSATO**



NIVALDO LUIZ ROSSATO é natural de São Gabriel, Rio Grande do Sul, ingressou na Força Aérea Brasileira em março de 1969. Foi promovido ao posto de tenente-brigadeiro em março de 2011. Durante sua carreira de 46 anos dedicados à vida militar assumiu 2015 a 2018 o Comando da Aeronáutica, outros comandos, chefia e a direção de diferentes organizações da Aeronáutica, a maior parte na área operacional da Força Aérea Brasileira. Esteve à frente do Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR); Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS); Quinto Comando Aéreo Regional (V COMAR), no Rio Grande do Sul; Terceira Força Aérea (III FAE) – unidade responsável pelo gerenciamento de todos os esquadrões de caça da FAB. O militar também comandou as unidades aéreas Esquadrão Joker (2°/5° GAV), sediado em Natal (RN) que especializa os pilotos recém-saídos da Academia da Força Aérea para a aviação de caça, e o Esquadrão Centauro (3°/10° GAV), sediado em Santa Maria (RS). No exterior, foi Adido Aeronáutico na Venezuela e cursou comando e controle na Força Aérea Francesa. O oficial-general é líder de grupo de aviação de caça e possui mais de 3.500 horas de voo em várias aeronaves, entre elas o T-23 Uirapuru, T-37 Tweet Bird, U-42 Regente, T-25 Universal, AT-26 Xavante, C-95 Bandeirante, P-95 Bandeirante Patrulha e C-115 Búfalo.

Perfil do Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica
Ten Brig Ar RAUL **BOTELHO**



Natural de São Paulo (SP), o Tenente-Brigadeiro Botelho ingressou na Força Aérea Brasileira em março de 1973. É oriundo da Aviação de Reconhecimento e possui 3.600 horas de voo nas seguintes aeronaves: T-23, TZ-13, T-25, C-95, R-95, R-35A, RC130E, U-42 e T-27. Foi promovido ao posto de Tenente-Brigadeiro em março de 2015. Durante sua carreira, assumiu o comando, a chefia e a direção de diferentes organizações, dentre elas o 1°/6° Grupo de Aviação - Esquadrão Carcará. Também exerceu a função de Observador Militar da ONU em Moçambique - África, Assessor na Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Representante do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, em Washington - Estados Unidos, Comandante da Primeira Força Aérea (I FAE), Comandante do Terceiro Comando Aéreo Regional (III COMAR), Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS), Comandante-Geral do Pessoal (COMGEP) e Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER). Atualmente, é o Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

Perfil do Chefe do EMAER
Ten Brig Ar CARLOS AUGUSTO **AMARAL** OLIVEIRA



Nascido em 13 de maio de 1960 na cidade do Rio de Janeiro - RJ, o Tenente-Brigadeiro Amaral é piloto de caça e soma, aproximadamente, 3 mil horas de voo. É Bacharel em Direito, pela Universidade de Brasília, e Pós-Graduado em Análise de Sistemas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Ingressou na Força Aérea Brasileira em 3 de março de 1975. Possui dezoito condecorações nacionais. Dentre os cargos ocupados pelo Oficial-General, em seus 44 anos de carreira, atuou como Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Secretário-Geral do Ministério da Defesa e atualmente, é o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).

Perfil do Comandante-Geral do COMGAP
Ten Brig do Ar PAULO JOÃO **CURY**



Nascido em 10 de dezembro de 1957 o Tenente - Brigadeiro do Ar Cury é natural de São José dos Campos -SP é piloto de caça e possui mais de 4.000 horas de voo, possui todos os cursos de carreira e ainda MBA em gestão estratégia, UFF – 2006. Ingressou na Força Aérea Brasileira em 07 de fevereiro de 1977, possui 30 condecorações dentre os cargos ocupados pelo Oficial-General, em seus 42 anos de carreira, atuou, entre outros, como Diretor de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB); e Comandante da Universidade da Força Aérea (UNIFA) e Presidente da Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA) e ocupa atualmente o cargo de Comandante do Comando Geral de Apoio (COMGAP).

Perfil do Comandante-Geral do COMGEP
Ten Brig Ar LUIS ROBERTO DO CARMO **LOURENÇO**



O Tenente-Brigadeiro Lourenço é natural de Carandaí-MG. Praça de 1976 foi declarado Aspirante em 09/12/1982 e foi promovido a Tenente-Brigadeiro em 25 de novembro de 2018. Possui 36 condecorações e todos os cursos de carreira, incluindo o de Política e Estratégia do Exército Brasileiro. Tem, ainda, um MBA Executivo em Gestão Administrativa (Fundação Getúlio Vargas). Com cerca de 3.900 horas de voo, desempenhou, dentre outros, os cargos de Comandante da Base Aérea de São Paulo (BASP), Adido de Defesa e Aeronáutico do Brasil no Equador, Chefe da Divisão de Análise e Processamento da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica, Chefe da Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo (ASOCEA); Presidente do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CNPAA), de Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral do Pessoal (EMGEP), Comandante do Quarto Comando Aéreo Regional (IV COMAR), Vice-Secretário da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (VISEFA). Atualmente, ocupa o cargo de Comandante-Geral do Pessoal (COMGEP).

Perfil do Comandante do COMAE
Maj Brig Ar RICARDO CESAR **MANGRICH**



O Major-Brigadeiro Mangrich é natural de Florianópolis (SC). Praça de 1979, foi declarado Aspirante em 12/12/1984 e foi promovido a Major-Brigadeiro em 31 de março de 2016. Fez todos os cursos de carreira, incluindo o de Política e Estratégia Aeroespaciais. Tem, ainda, um MBA: Gestão de Política e Defesa pela Universidade Federal Fluminense. Com mais de 5.500 horas de voo, desempenhou também as funções de Chefe do Grupo de Inteligência de Combate do COMGAR, Comandante da Base Aérea de Santa Maria, Chefe da Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE), Diretor do Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG), Subdiretor de Administração Logística da Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), Chefe do Estado-Maior do Comando-Geral de Apoio (COMGAP), Comandante Interino do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) entre 07 de novembro de 2018 a 08 de janeiro de 2019. Atualmente, ocupa o cargo de Chefe de Estado-Maior Conjunto do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE).

Perfil do Comandante do COMAE
Ten Brig Ar JOSÉ MAGNO RESENDE DE **ARAUJO**



O Tenente-Brigadeiro Araújo ingressou na Força Aérea Brasileira (FAB) em 1974. Em sua trajetória profissional exerceu cargos como os de Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil no Paraguai, Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER), Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica (ASPAER) e Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA). Possui mais de 4.400 horas de voo, tendo voado as seguintes aeronaves: T-23, T-25, U-42, AT-26, F-5, C-95, C-98, C-130 e VU-93. Possui 28 condecorações nacionais e três estrangeiras. Atualmente é o Comandante do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE)

Perfil do Comandante do COMPREP
Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS **EGITO** DO AMARAL



Nascido em 16 de novembro de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, o Tenente-Brigadeiro Egito é piloto de caça e possui, aproximadamente, 4.500 horas de voo, tendo voado as seguintes aeronaves: T-23, T-25, T-27, C-95, C-98B, AT-26, F-5 e R-35. Ingressou na Força Aérea Brasileira em 4 de março de 1974. Possui dezesseis condecorações nacionais. Dentre os cargos ocupados pelo Oficial-General, em seus 45 anos de carreira, destacam-se a Chefia da Terceira Subchefia do Estado-Maior da Aeronáutica, o Comando da Terceira Força Aérea (III FAE), o cargo de Adido de Defesa e Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil nos EUA, a Chefia do Estado-Maior do Comando-Geral de Operações Aéreas (EMGAR), o cargo de Comandante do Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), o cargo de Comandante do Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR) e, após sua reformulação, assumiu o Comando do COMPREP, tendo sido seu primeiro Comandante.

Perfil do Secretário da SEFA
Ten Brig Ar JOSÉ MAGNO RESENDE DE **ARAUJO**



O Tenente-Brigadeiro Araújo ingressou na Força Aérea Brasileira (FAB) em 1974. Em sua trajetória profissional exerceu cargos como os de Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil no Paraguai, Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER), Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR), Chefe da Assessoria Parlamentar da Aeronáutica (ASPAER) e Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA). Possui mais de 4.400 horas de voo, tendo voado as seguintes aeronaves: T-23, T-25, U-42, AT-26, F-5, C-95, C-98, C-130 e VU-93. Possui 28 condecorações nacionais e três estrangeiras. Atualmente é o Comandante do Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE)

Perfil do Secretário da SEFA
Ten Brig Ar MARCELO KANITZ **DAMASCENO**



O Tenente-Brigadeiro Damasceno é natural de Canoas-RS, nascido em 22 de agosto de 1959. Praça de 08 de Março de 1976, foi promovido ao atual posto em 25 de novembro de 2018. Fez todos os cursos de carreira, e possui, ainda, formação em Administração de Empresas pela Universidade de Santa Catarina. Possui 6 mil horas de voo nas seguintes plataformas: TZ-13, T-23, T-25, C-95, P-95, U-7, VU-93, UH-50, VH-55 e VC-96. Possui 26 condecorações. Desempenhou diversas funções ao longo de sua carreira, com destaque para: Comandante do Grupo de Transporte Especial (GTE), Comandante da Base Aérea de Brasília (BABR), Adido de Defesa e Aeronáutica junto à embaixada do Brasil na França, Chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), Comandante do Quarto Comando Aéreo Regional (IV COMAR) e Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER). Atualmente ocupa o cargo de Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA).

Perfil do Diretor-Geral do DECEA
Ten Brig Ar JEFERSON **DOMINGUES** DE FREITAS



O Tenente-Brigadeiro Domingues é natural do Rio de Janeiro, nascido em 12 de julho de 1959. Praça de 03 de Março de 1975, foi promovido ao atual posto em 31 de julho de 2017. Possui formação nas áreas de Instrução de Voo, Líder de Esquadrão da Aviação de Caça, Combate Eletrônico, Inspetor de Aviação Civil e Tráfego Aéreo Internacional, além dos cursos de carreira. Cursou "Gestão Orçamentária e Financeira" e "Gerenciamento de Contratos de Terceirização e Prestação de Serviços" pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), e MBA em "Gestão Estratégica" pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Entre seus principais cargos, foi Assessor Especial para Assuntos de Aeronáutica da Presidência da República nos governos Fernando Henrique Cardoso (2000 - 2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2004), Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil no Uruguai, Comandante da Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR), Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (VICEMAER) e Comandante do Quinto Comando Aéreo Regional (V COMAR). Possui 16 condecorações. Atualmente é o Diretor-Geral do DECEA.

Perfil do Diretor-Geral do DCTA
Maj Brig Ar CARLOS HUDSON COSTA **POTIGUARA**



Nascido em 8 de maio de 1962 na cidade de Cáceres - MT, o Major-Brigadeiro Potiguara, ingressou na FAB em 6 de março de 1978. Oriundo da aviação de caça, possui mais de 4 mil horas de voo. Possui 13 condecorações nacionais e duas estrangeiras. Atuou em diversas funções relevantes ao longo de sua carreira, com destaque para Comandante da Base Aérea de São Paulo (BASP), Vice-Chefe do Gabinete do Comandante da Aeronáutica, Chefe da Terceira Subchefia do EMAER, Comandante da Primeira Força Aérea (I FAE), Chefe da Subchefia de Operações Conjuntas do MD e Vice-Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Assumiu, interinamente, o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), no período de 23 de julho de 2018 a 2 de fevereiro de 2019. Retornou à Vice-Direção após esta data, posição que ocupa até o momento.

Perfil do Diretor-Geral do DCTA
Ten Brig Ar LUIZ FERNANDO DE **AGUIAR**



O Tenente-Brigadeiro Aguiar é natural do Rio de Janeiro - RJ, nascido em 28 de março de 1960. Praça de 08 de Março de 1976, foi promovido ao atual posto em 25 de novembro de 2018. Fez todos os cursos de carreira, e possui, ainda, MBA em Gestão Estratégica pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Oriundo da aviação de caça, possui 4.900 horas de voo nas seguintes plataformas: TZ-13, T-23, T-25, U-42, VU-7, C-95, C-98, VC-96, H-50, T-27, AT-26 e F-103. Possui 17 condecorações. Desempenhou diversas funções ao longo de sua carreira, com destaque para: Comandante da Base Aérea de Natal (BANT), Adido Aeronáutico junto à Embaixada do Brasil no Chile, Comandante da Terceira Força Aérea (III FAE), Chefe do Estado-Maior do COMGAR, Comandante do Segundo Comando Aéreo Regional (II COMAR) e Presidente da Comissão de Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE). Atualmente ocupa o cargo de Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

5. A GESTÃO DE RISCOS NO COMAER

Com fundamento no Decreto 9.203/2017, foi editada a DCA 16-2 "Gestão de Riscos no COMAER", em 05 NOV 2018 (publicada no BCA nº 202, de 21 NOV 2018), a qual definiu a obrigatoriedade da Gestão de Riscos para todas as Organizações Militares da FAB, incluindo-se nesse escopo a análise dos riscos de Integridade.

Este capítulo aborda a gestão de riscos no contexto do Comando da Aeronáutica, em seu nível mais elevado, ficando a cargo de cada Órgão de Direção Setorial a incumbência de levar ao nível operacional, alinhado com as Diretrizes emitidas pelo Comandante da Aeronáutica, essa gestão de riscos e cobrar de suas Unidades subordinadas o nível tático.

Em virtude das peculiaridades de suas atribuições, responsabilidades e ambiente de atuação, a gestão de riscos foi desenvolvida com maior ênfase e pioneiramente no DECEA e no DCTA, sofrendo pequenos ajustes quando do advento das atuais legislações nacionais. Na apresentação desses Órgãos de Direção Setorial é feita uma abordagem específica para melhor compreensão.

5.1 O MODELO DE TRÊS LINHAS DE DEFESA NO COMAER

A Diretriz de Gestão de Riscos do COMAER (DCA 16-2) preconiza que os controles realizados pelos gestores da OM sejam a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade executadas pelas Assessorias de Governança dos ODSA sejam a segunda linha de defesa; e a avaliação independente da auditoria interna do CENCIAR (Centro de Controle Interno da Aeronáutica) seja a terceira.

5.1.1 1ª Linha de Defesa – Controles da Gestão

Os controles implementados pela gestão de riscos da OM constituem a primeira linha de defesa, devendo haver controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade e para buscarem ações corretivas para os lapsos de controle, processos inadequados e eventos inesperados.

Compreendem as funções que gerenciam e têm propriedade sobre os riscos, como é o caso do responsável por determinado processo, projeto ou atividade (no seu sentido genérico de função ou operação específica), porquanto este gestor também é o responsável pela gestão dos riscos desse processo, projeto ou atividade.

5.1.2 2ª Linha de Defesa – Funções de Gerenciamento de Riscos e Conformidade

No que se refere à gestão de riscos no COMAER, a 2ª linha de defesa é constituída pelas Assessorias de Governança dos ODSA, as quais devem garantir que as OM subordinadas que constituem a 1ª linha de defesa estejam gerenciando os seus riscos apropriadamente e em consonância com a metodologia preconizada pelo COMAER.

5.1.3 3ª Linha de Defesa – Auditoria Interna

O órgão de auditoria interna, que constitui a 3ª Linha de Defesa do COMAER, é o CENCIAR. A auditoria interna contribui ativamente para a governança organizacional eficaz, desde que algumas condições, que promovam sua independência e profissionalismo, sejam atendidas. A melhor prática é estabelecer e manter uma função independente de

auditoria interna, a fim de fornecer avaliações independentes, com uma equipe adequada e competente, que inclua:

a) atuar de acordo com as normas internacionais reconhecidas para a prática de auditoria interna;

b) reportar a um nível suficientemente alto na organização, de modo a cumprir com suas responsabilidades de forma independente; e

c) ter uma linha de reporte ativa e eficaz ao órgão de governança.

5.1.4 4ª Linha de Defesa – Auditores Externos, Reguladores e Outros Órgãos Externos

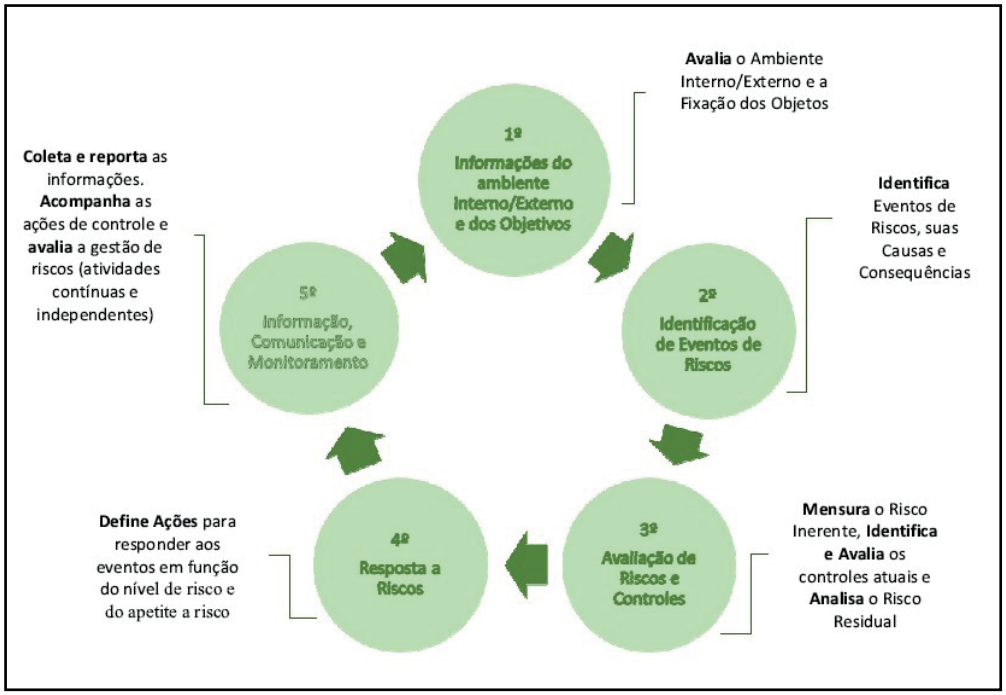
Além das três linhas de defesa, há os Auditores externos, reguladores e outros órgãos externos que estão fora da estrutura da organização, mas podem desempenhar um papel importante em sua estrutura geral de governança e controle. Nas instituições da Administração Pública Brasileira do Poder Executivo, como o COMAER, o TCU é o órgão de auditoria externa que constitui a 4ª linha de defesa.

5.2 MÉTODO DE GESTÃO DE RISCOS DO COMAER

O COMAER perfilhou o método de Gestão de Riscos preconizado pelo antigo Ministério do Planejamento (atualmente parte do Ministério da Economia), que por sua vez se inspirou no método preconizado pela COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), instituição norte-americana, sem fins lucrativos, constituída por várias organizações dedicadas à auditoria financeira.

5.2.1 Etapas do Gerenciamento de Riscos

A seguir se descrevem cada uma das etapas a serem seguidas para que se realize a gestão de riscos no COMAER. Não obstante a isso, é importante dizer que tais etapas são os requisitos mínimos que devem ser seguidos para a gestão de riscos, podendo a Organização Militar se valer de outros métodos mais complexos para a análise de seus processos ou projetos, de acordo com as especificidades técnicas de cada qual.



6. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA GERANDO RESULTADOS E DESEMPENHO NA GESTÃO

6.1 ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA - EMAER

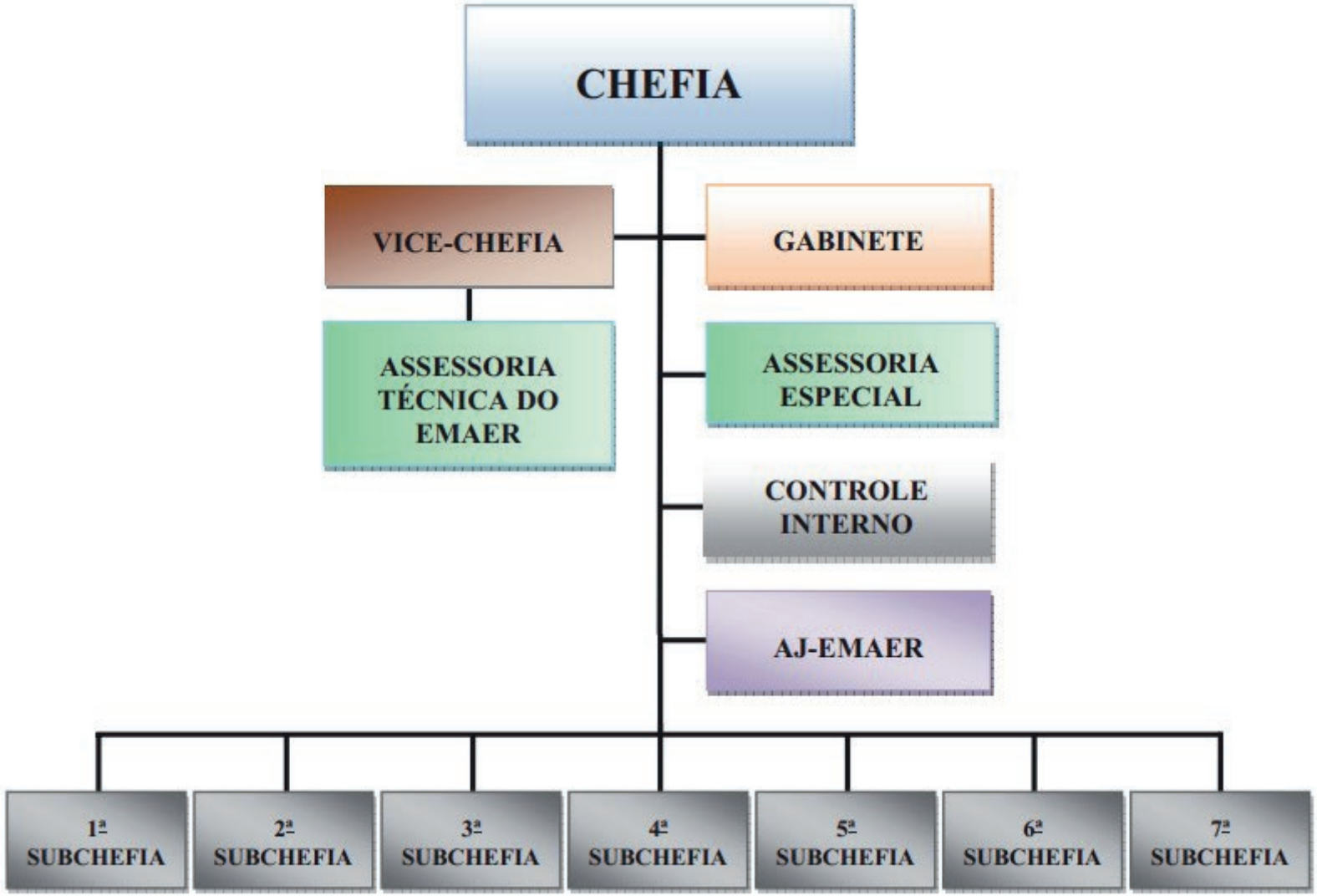
Missão:

"Elaborar o planejamento, de mais alto nível, para o cumprimento da missão da Aeronáutica; assessorar o Comandante da Aeronáutica no exercício das atribuições inerentes ao seu cargo e coordenar as ações que envolvam os Órgãos de Direção Setorial."

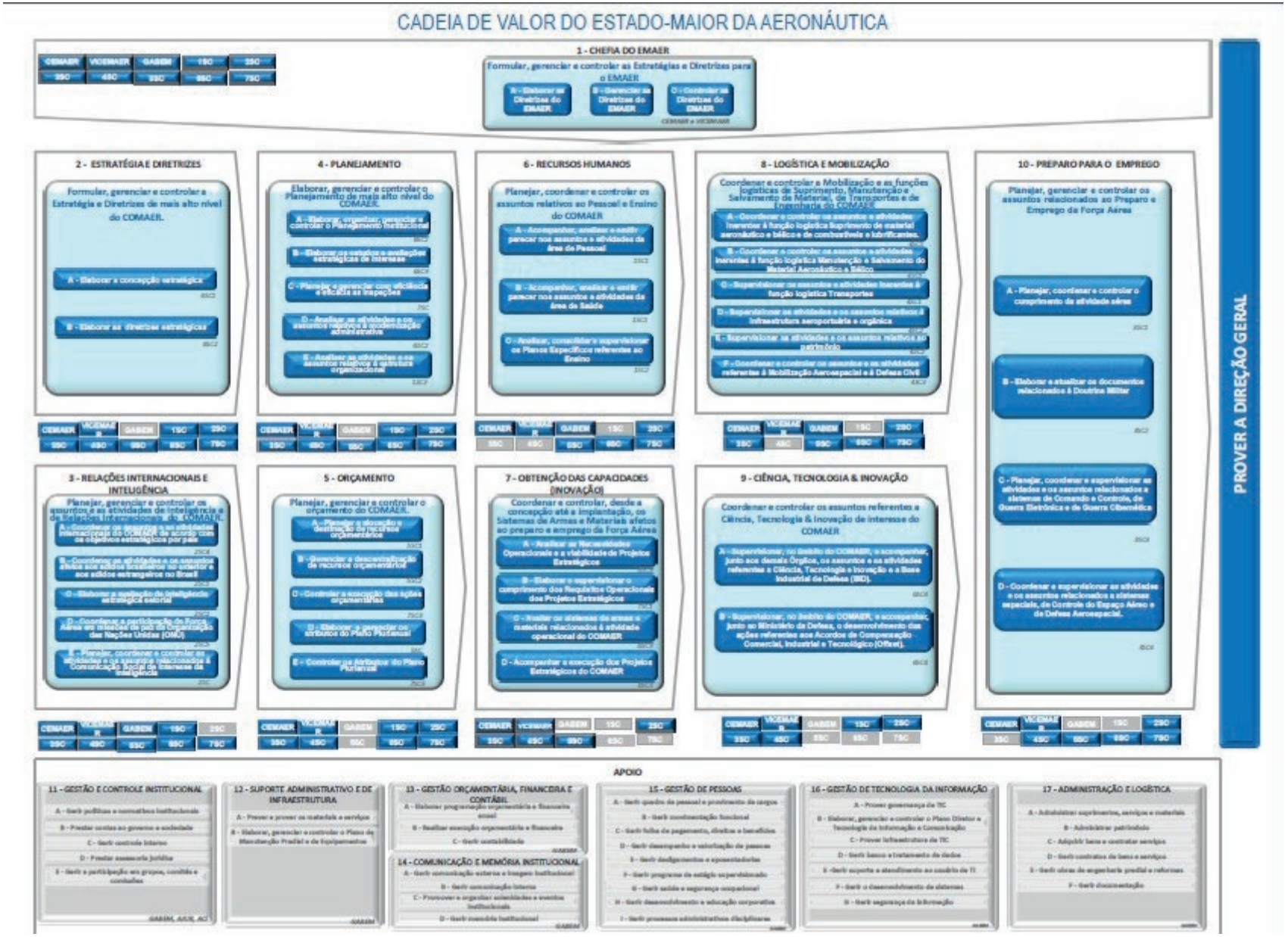
Visão:

"Ser reconhecido pela excelência em integrar ações estratégicas e setoriais do Comando da Aeronáutica."

Estrutura:


CHEFIA
VICE-CHEFIA
GABINETE
ASSESSORIA TÉCNICA DO EMAER
ASSESSORIA ESPECIAL
CONTROLE INTERNO
AJ-EMAER
1ª SUBCHEFIA
2ª SUBCHEFIA
3ª SUBCHEFIA
4ª SUBCHEFIA
5ª SUBCHEFIA
6ª SUBCHEFIA
7ª SUBCHEFIA

Cadeia de Valor:



Fonte: EMAER

O COMAER perfilhou o método de Gestão de Riscos preconizado pelo antigo Ministério do Planejamento (atualmente parte do Ministério da Economia), que por sua vez se inspirou no método preconizado pela COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), instituição norte-americana, sem fins lucrativos, constituída por várias organizações dedicadas à auditoria financeira. O Estado- Maior da Aeronáutica é o órgão responsável pelo planejamento e pela emissão de diretrizes que orientam o preparo e o emprego da Força Aérea, visando ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica, competindo:

I - coordenar as ações que envolvam os órgãos de direção setorial;

II - orientar, coordenar e controlar as atividades de planejamento, de orçamento e gestão e de modernização administrativa; e

III - planejar, executar e coordenar as atividades do Sistema de Inspeção do Comando da Aeronáutica.

É, também, de sua competência interagir com o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal nos assuntos concernentes ao Comando da Aeronáutica.

O Estado-Maior da Aeronáutica é o responsável pela supervisão da Sistemática do Acompanhamento Institucional do Comando da Aeronáutica, cabendo-lhe coordenar e regulamentar as ações atinentes a essa sistemática.

O Acompanhamento Institucional compreende o monitoramento e avaliação dos resultados da gestão dos ODSA e de suas unidades subordinadas, por meio da verificação dos seguintes três pilares fundamentais: Alinhamento Estratégico; Índices de Desempenho da FAB e Gestão de Riscos.

O EMAER, Órgão de Direção Geral do Comando da Aeronáutica, está presente na "Cadeia de Valores" do COMAER na Gestão Institucional, por intermédio dos macroprocessos:

- conduzir a estratégia institucional;
- estruturar a gestão estratégica do COMAER;
- elaborar e revisar o planejamento orçamentário;
- gerenciar a estrutura organizacional;
- gerenciar os requisitos dos sistemas de armas;
- gerenciar estudos de interesse do COMAER;
- exercer a governança de TI;
- gerenciar o desenvolvimento da doutrina militar aeroespacial; e
- suportar a governança institucional.

6.2 COMANDO DE OPERAÇÕES AEROESPACIAIS - COMAE

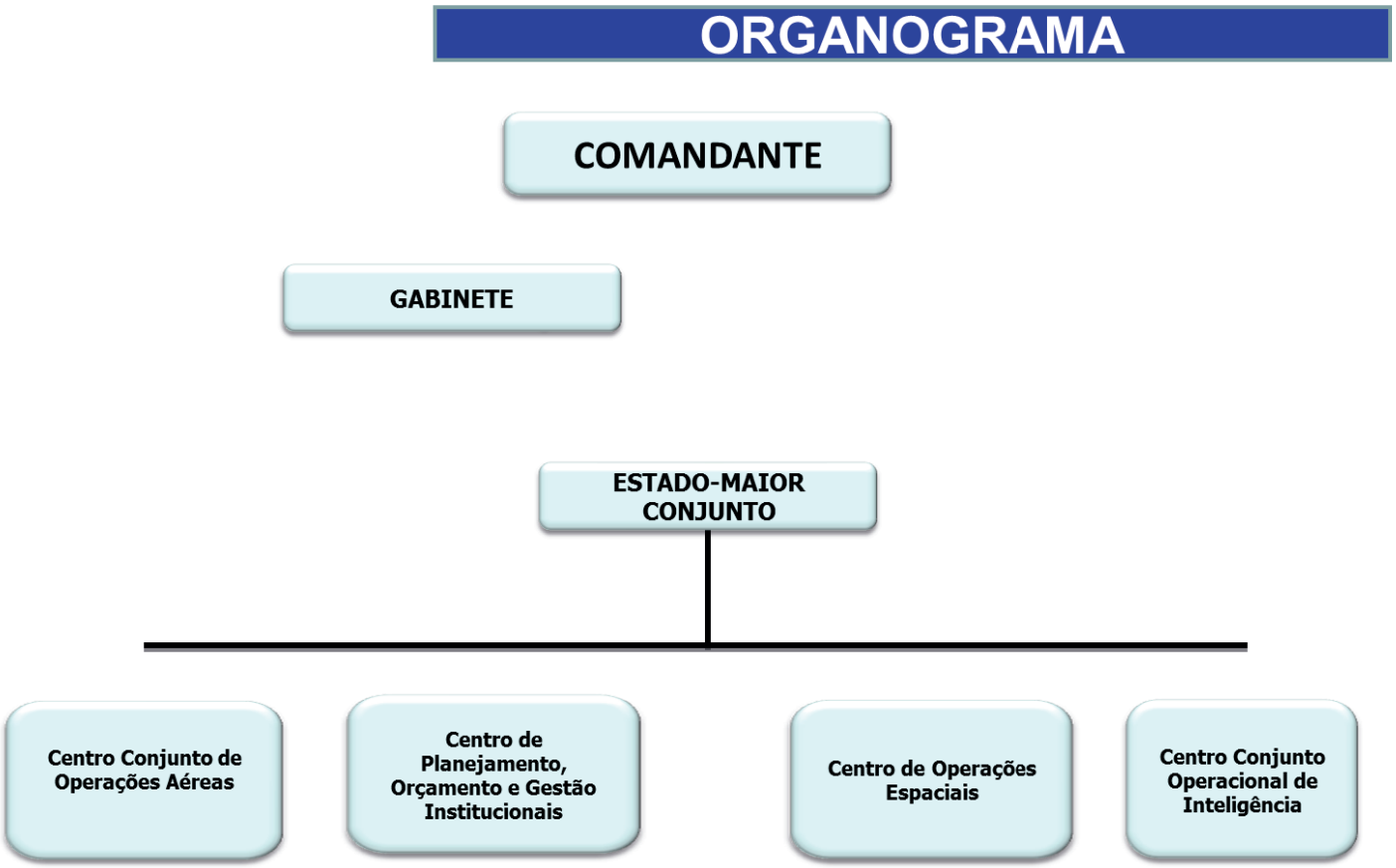
Missão:

"Empregar o Poder Aeroespacial Brasileiro, com vistas a assegurar a soberania do Espaço Aéreo e a integração do Território Nacional".

Visão:

"Um Comando de Operações Aeroespaciais moderno e com capacidade de dissuadir qualquer ameaça ao Espaço Aéreo Nacional e de realizar Ações de Força Aérea em cenários e ambientes específicos, na dimensão adequada, no momento oportuno e de forma contínua".

Estrutura:



O Gabinete é o responsável por planejar, coordenar e controlar o apoio administrativo, organizacional e de serviços necessários ao funcionamento do COMAE.

O Estado-Maior Conjunto coordena os projetos, atividades e processos afetos aos Centros a ele subordinados.

O Centro Conjunto de Operações Aéreas é o responsável por coordenar os processos relativos ao planejamento e condução de operações de emprego do poder aeroespacial.

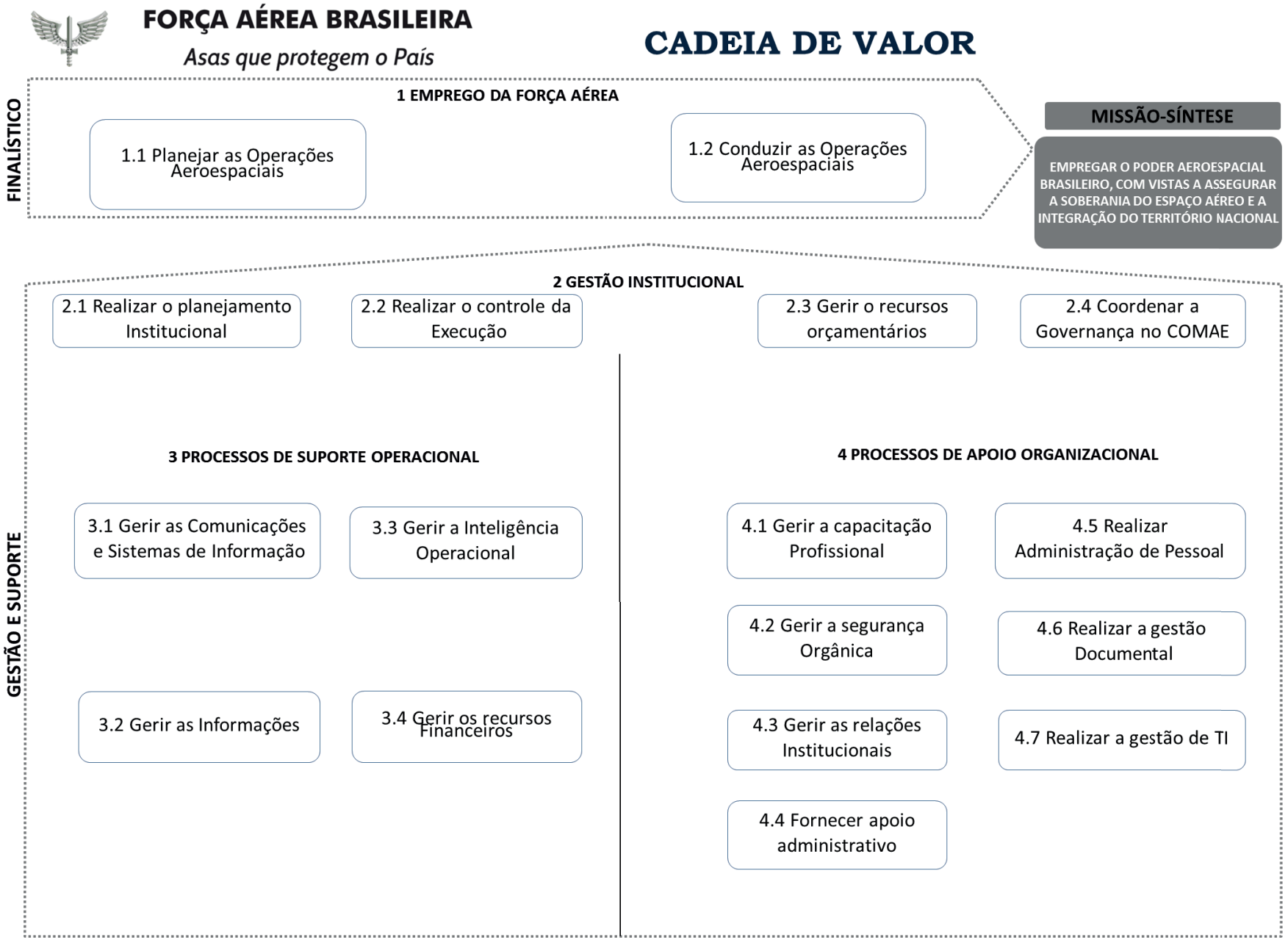
O Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais (CPOGI) coordena os processos de planejamento e gestão institucionais, de gestão/capacitação de Recursos Humanos e de gestão do conhecimento no âmbito do COMAE.

O Centro de Operações Espaciais é o responsável por planejar e executar o controle e emprego dos sistemas espaciais sob o seu domínio.

O Centro Conjunto Operacional de Inteligência planeja e coordena os recursos de inteligência, Vigilância e Reconhecimento, com vistas a apoiar o emprego do poder aeroespacial.

OBS: O COMAE não possui Organizações Militares subordinadas.

Cadeia de Valor:



Fonte: COMAE

A respeito da Governança Institucional, o COMAE está alinhado com os conceitos descritos na Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 16-1) que versa sobre Governança no COMAER. Tal legislação destaca o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) como órgão central de Governança e define as Assessorias de Governança, setores específicos dos Órgãos de Direção Setorial (ODS), como órgãos consultivos, responsáveis por assessorar seus respectivos Comandantes no que diz respeito a assuntos ligados à Governança, Gestão de Riscos e Integridade.

O COMAE, como um ODSA na estrutura do COMAER, conta com um setor específico dedicado aos assuntos afetos à Governança Institucional e Planejamento Estratégico. Este setor é o Centro de Planejamento, Orçamento e Gestão Institucionais (CPOGI), responsável por disseminar os conceitos de Governança e Planejamento, sendo também, o ponto de contato entre o COMAE e o EMAER para assuntos desta natureza.

As Divisões subordinadas ao CPOGI são as responsáveis pelos macroprocessos 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4, descritos na Cadeia de Valor do COMAE (Figura 3). Tais processos colaboram diretamente para o sucesso dos processos finalísticos do COMAE que, em segunda instância, atendem diretamente aos macroprocessos 1.1, 1.2, 1.3, 10.1 e 19.3, descritos na Cadeia de Valor do COMAER e atribuídos ao COMAE.

No que tange ao Planejamento Estratégico, o COMAE segue o preconizado na Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 11-1) que versa sobre a Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SPGIA). Neste cenário, em 2019, o COMAE participou desenvolvendo os documentos das fases quatro (Elaboração do Plano Setorial-PLANSET) e cinco (Elaboração do Programa de Trabalho Anual - PTA) descritas no SPGIA, ambos os documentos tendo como referência principal a Diretriz de Planejamento – DIPLAN (DCA 11-118). O PLANSET, em si, trata-se de um Plano com o horizonte temporal de quatro anos, no caso, de 2020 a 2023, e descreve os Projetos e Atividades, de responsabilidade do COMAE, que contribuem para a consecução da sua Missão e dos objetivos do COMAER, em segunda instância. O PTA, por sua vez, detalha as atividades dos Projetos e Atividades descritos no PLANSET, previstos para serem executados no ano seguinte, ou seja, em 2020.

No que se refere a gestão e controle do PLANSET anterior (2019-2022), a recente criação do CPOGI representou um avanço na Governança do COMAE. Na busca por uma gestão eficiente e eficaz, o COMAE passou a utilizar ferramentas específicas de gestão de projetos que auxiliaram substancialmente o acompanhamento da execução dos Projetos e Atividades. Tais iniciativas foram estruturadas a partir dos Objetivos Setoriais do COMAE, derivados dos Objetivos Estratégicos do COMAER, conforme a seguir:

OE: Fortalecer e aprimorar a capacidades de Emprego da Força Aérea Brasileira

OS 01: Aprimorar os processos e as diretrizes de emprego da FAB com vistas às possibilidades de atuação.

OS 02: Promover a adequação dos Meios de Força Aérea, com vistas ao emprego da FAB nas possibilidades de atuação.

OS 03: Aprimorar a capacidade de Inteligência em prol do preparo e emprego da FAB.

OS 04: Fortalecer a capacidade de C2 voltada para o emprego do Poder Aeroespacial.

OS 05: Consolidar a operação de sistemas espaciais em prol do preparo e do emprego das FA.

OE: Aprimorar a capacidade de controle do Espaço Aéreo Brasileiro

OS 06: Aprimorar os serviços de Controle Integrado do Espaço Aéreo Brasileiro.

OE: Modernizar a Gestão de RH na FAB

OS 07: Otimizar o modelo de gestão por competências.

OS 08: Ampliar o nível de capacitação no COMAE.

OE: Racionalizar a estrutura e a Gestão Organizacional da FAB

OS 09: Modernizar a Gestão organizacional do COMAE.

OS 10: Aperfeiçoar a gestão administrativa no COMAE.

OE: Aprimorar a integração nas ações com outras Forças e Órgãos Públicos

OS 11: Ampliar a interoperabilidade nas operações aéreas com outras Forças e órgãos públicos.

OS 12: Ampliar a comunalidade de sistemas e equipamentos com as demais Forças Singulares.

OE: Ampliar a capacidade de integração internacional de interesse do Estado Brasileiro

OS 13: Ampliar as medidas de cooperação com países e organismos internacionais de interesse.

* OE: Objetivo Estratégico

* OS: Objetivo Setorial

Desta forma, conclui-se que a estrutura de Governança implantada no COMAE está alinhada com as diretrizes emanadas pelo COMAER e é capaz de sustentar o planejamento e gestão das iniciativas do COMAE no intuito de cumprir sua missão.

Também inserido na estrutura do CPOGI, estão os processos internos afetos ao Gerenciamento de Riscos no COMAE. Tais processos foram definidos em norma específica, com total alinhamento à Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 16-2) que trata da referida matéria. Em resumo, a estrutura de Governança do COMAE se dedicou a preparação de seus militares, através de cursos internos e externos ao COMAER, a fim de melhor assessorar e apoiar os demais Centros do COMAE na identificação, análise e avaliação dos riscos inerentes a cada setor.

6.3 COMANDO DE PREPARO - COMPREP

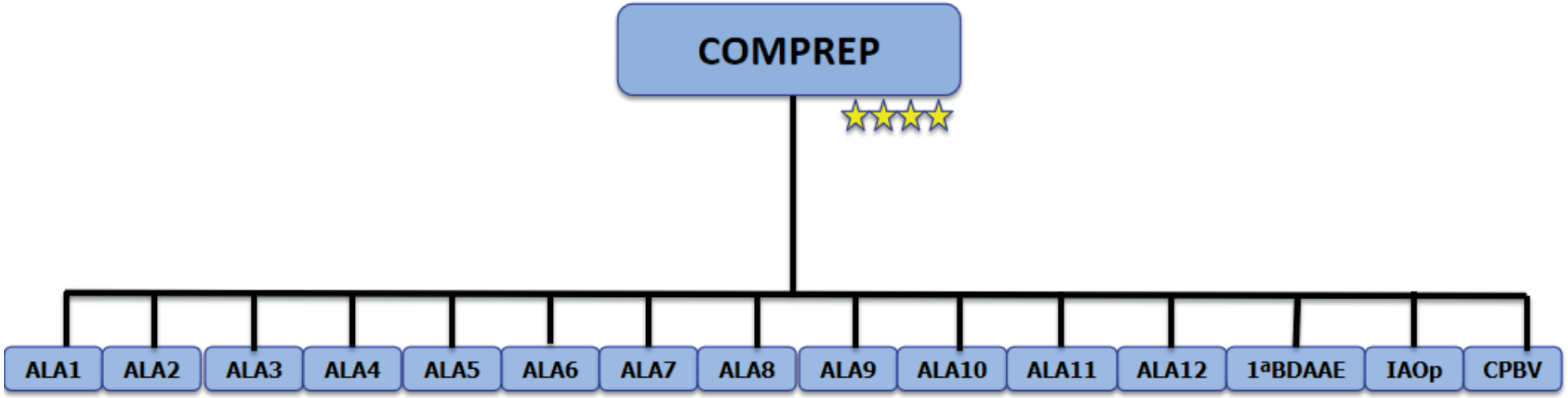
Missão:

"Preparar meios de Força Aérea, sob sua responsabilidade, a fim de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional".

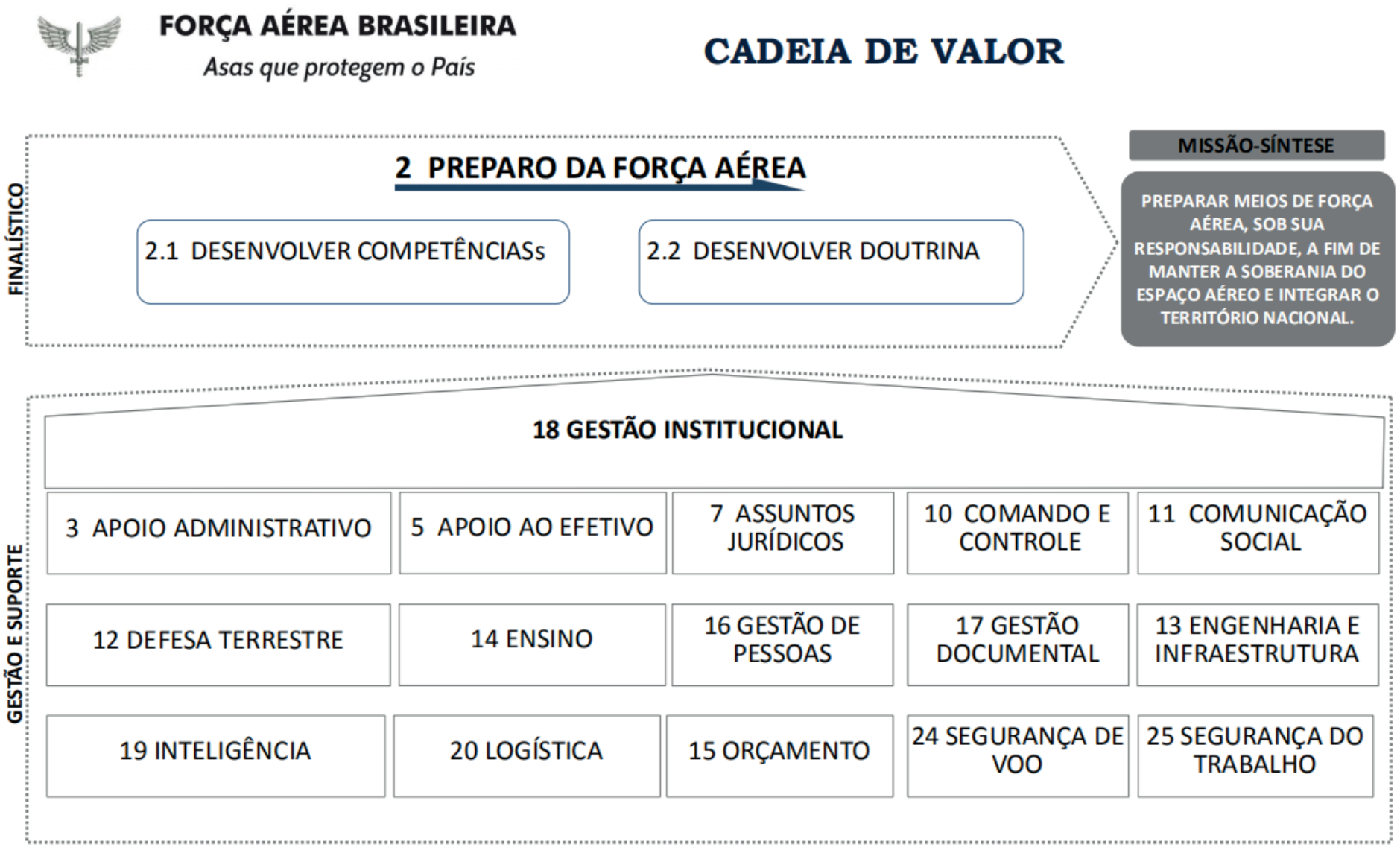
Visão:

"Organizações Militares subordinadas capacitadas a realizar Ações de Força Aérea em cenários específicos, na dimensão adequada e no momento oportuno".

Estrutura:


COMPREP
ALA1
ALA2
ALA3
ALA4
ALA5
ALA6
ALA7
ALA8
ALA9
ALA10
ALA11
ALA12
1ªBDAAE
IAOp
CPBV

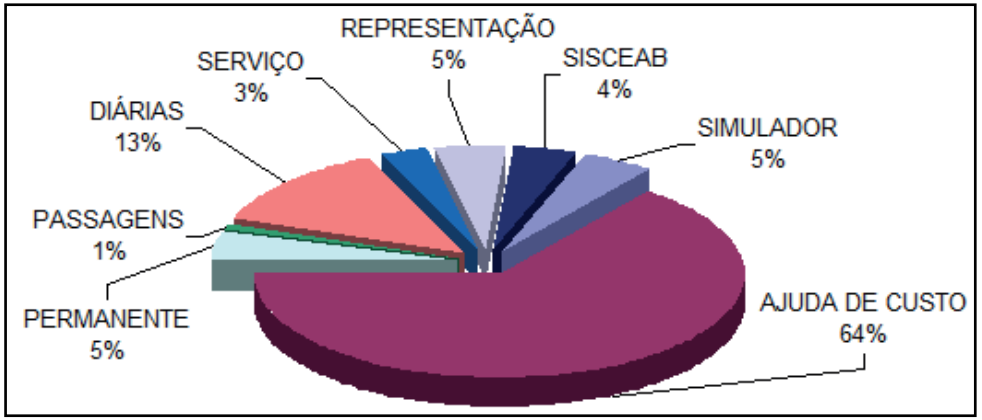
Cadeia de Valor:



Fonte: COMPREP

O COMPREP é o órgão responsável, no Comando da Aeronáutica, pelo planejamento e controle das atividades permanentes e rotineiras de preparo, para o emprego, dos meios de Força Aérea. Para isso, contou com ações vinculadas aos programas 2058 (Defesa Nacional) e 2108 (Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa) no seu Plano de Ação.

Para manter o preparo, foi necessário efetuar despesas com os exercícios operacionais e técnicos, capacitação de recursos humanos, vida vegetativa e operação e manutenção de equipamentos e sistemas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), totalizando o montante de R$ 48.153.826,86, conforme gráfico abaixo:



Fonte: COMPREP

Com a Ação 20XA, PO 0001 (Campo de Provas e Estandes de Tiro de Aviação), conseguiu-se manter os cinco Estandes de Tiro de Aviação: Campo de Provas Brigadeiro Veloso (CPBV), Butiá, Maxaranguape, Marambaia e Saicã, para utilização em apoio ao treinamento das Unidades Aéreas do COMAER em treinamento simulado ou real, e, quando solicitado, pelas Organizações da Marinha e do Exército Brasileiro.

Na Ação 20XA, PO 0012 (Instrução e Treinamento Técnico-Operacional da Aeronáutica), manteve-se o treinamento da tripulação de bordo com simuladores de voo, reduzindo-se custos de manutenção e desgastes de aeronaves, além de reciclar os pilotos em situações normais e adversas com treinamentos de condições críticas.

6.3.1 Principais Operações de Preparo

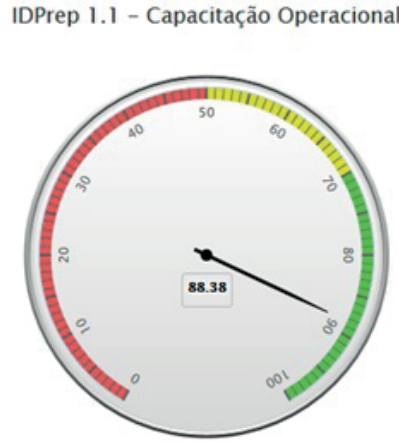
Entre 26 de abril e 17 de maio, em Campo Grande-MS, foi realizado o Exercício Operacional (EXOP) Tápio, contando com 50 aeronaves dentre caças, helicópteros, aeronaves de transporte, a fim de simular o cenário encontrado em missões de paz da ONU (guerra irregular – ou seja, quando o inimigo não é um exército de outro país), envolvendo o treinamento de 16 Ações de Força Aérea, tais como: Busca e Salvamento em Combate, Apoio Aéreo Aproximado, Lançamento de Paraquedistas e Carga, Reconhecimento Aéreo, Evacuação Aeromédica, entre outros. Apenas neste treinamento foram realizadas mais de 1.200 horas de voo.

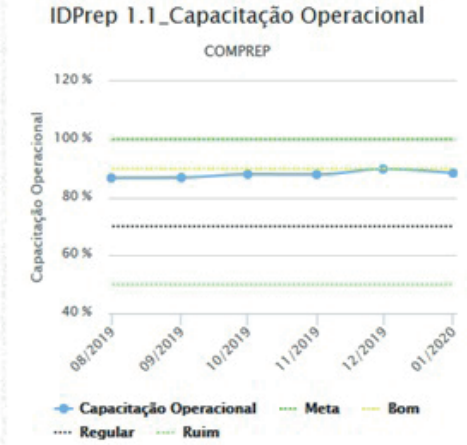
No final do ano, entre os dias 18 de novembro e 03 de dezembro, foi realizado o Exercício Operacional Tínia, nas Alas 3 e 4, Organizações Militares localizadas em Canoas (RS) e Santa Maria (RS), respectivamente. As localidades receberam mais de 600 militares do efetivo de duas dezenas de Unidades distribuídas por todo o Brasil, simulando um ambiente de guerra convencional - quando há um conflito entre forças armadas de dois países ou alianças de Nações. Neste ambiente, aeronaves, em especial as de caça, realizaram ações de Escolta, Reconhecimento Aéreo, Controle e Alarme em Voo, Ataque, Varredura, Reabastecimento em Voo, Posto de Comunicação no Ar, Defesa Aérea, Defesa Antiaérea, Transporte Aéreo Logístico, Assalto Aeroterrestre e Busca e Salvamento em Combate, dentre outras.

6.3.2 Principais resultados, progresso em relação à meta estabelecida e impacto observado, com uso de indicadores.

Em relação ao Preparo Operacional, o monitoramento e avaliação foram realizados por meio de indicadores de desempenho que representam os produtos finalísticos da Cadeia de Valores do COMPREP. Em 2019 foram atingidos os seguintes resultados:

Indicador	IDPrep 1_Capacitação Operacional
Índice Obtido	88,38%
Meta	70%
Gráficos	



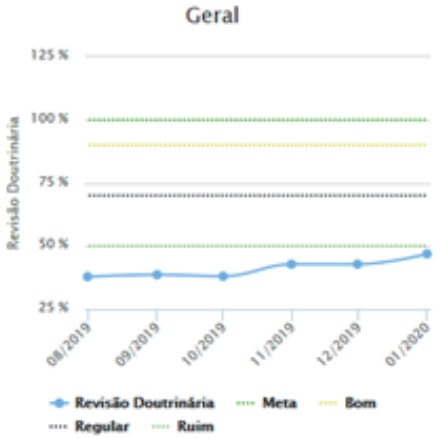


Contextualização	O indicador mede a quantidade de militares completamente capacitados, em relação aos mínimos previstos nos Planos de Especialização e de Elevação Operacional (PESOP / PEVOP). As capacitações são subdivididas nos projetos e nas Unidades Aéreas e de Aeronáutica, conforme cada demanda operacional específica.

Fonte: COMPREP

Indicador	IDPrep 2_Revisão Doutrinária
Índice Obtido	46,92%
Meta	70%
Gráficos	





Contextualização	O indicador mede a quantidade de documentos relacionados com a doutrina operacional que estão com data de publicação dentro do limite de tempo previsto para cada categoria, em relação à lista total de documentos doutrinários da FAB. O indicador é dividido em dois grupos, sendo o "Operacional" o grupo de documentos considerados atualizados dentro do prazo de 04 (quatro) anos e o "Tático" dentro do prazo

Fonte: COMPREP

Apesar de ainda estar abaixo do satisfatório, o indicador de Revisão Doutrinária (IDPrep 2) está em ascensão e foi exaustivamente trabalhado em 2019. As medições começaram a partir do índice 0 (zero), uma vez que se iniciou uma revisão e adequação completa dos manuais e normas doutrinárias, visando à modernização táticas, técnicas e procedimentos das tripulações operacionais e o alinhamento com a reestruturação da FAB.

6.4 COMANDO-GERAL DE APOIO - COMGAP

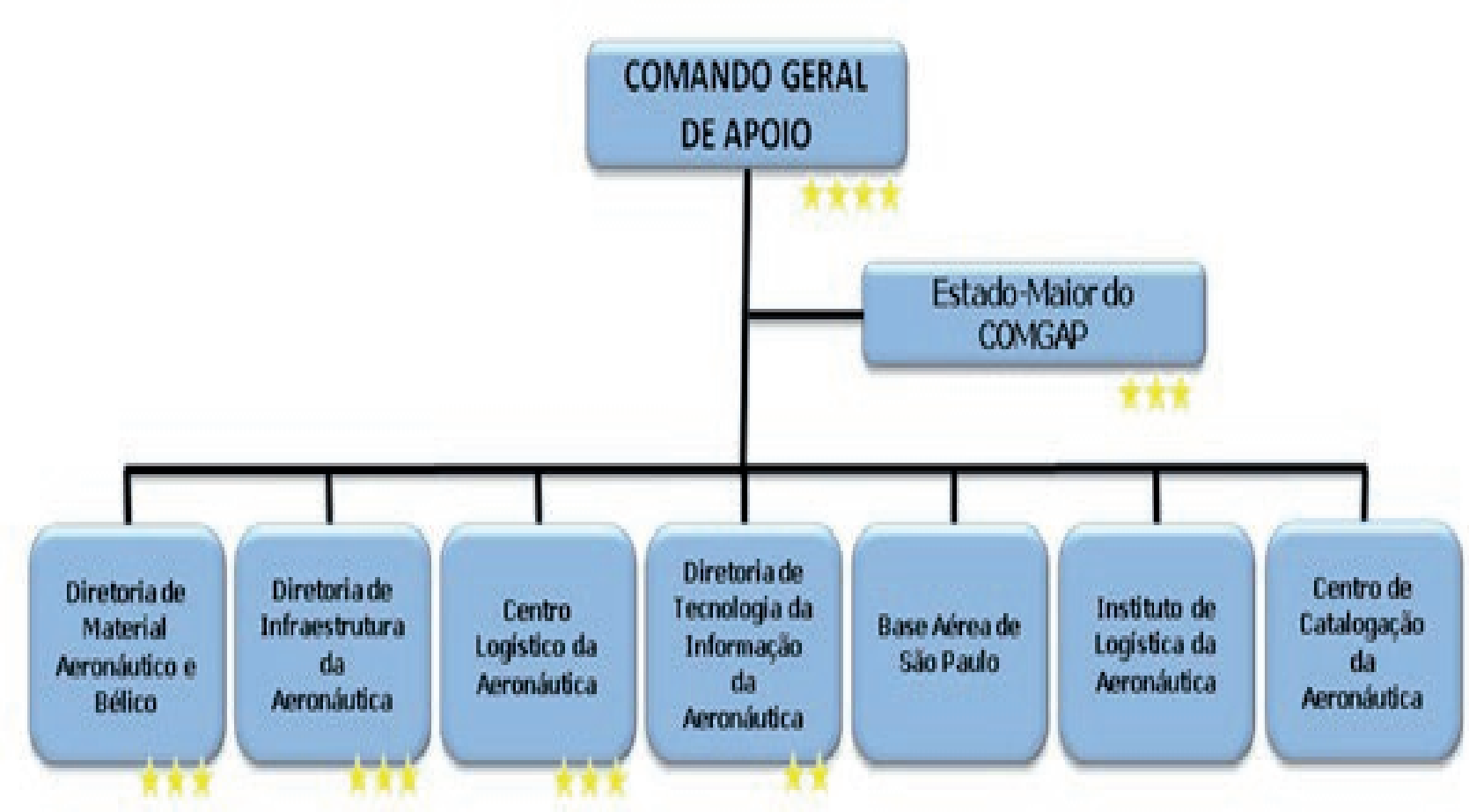
Missão:

"Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o apoio logístico de material, patrimonial, da tecnologia da informação e de serviços correlatos".

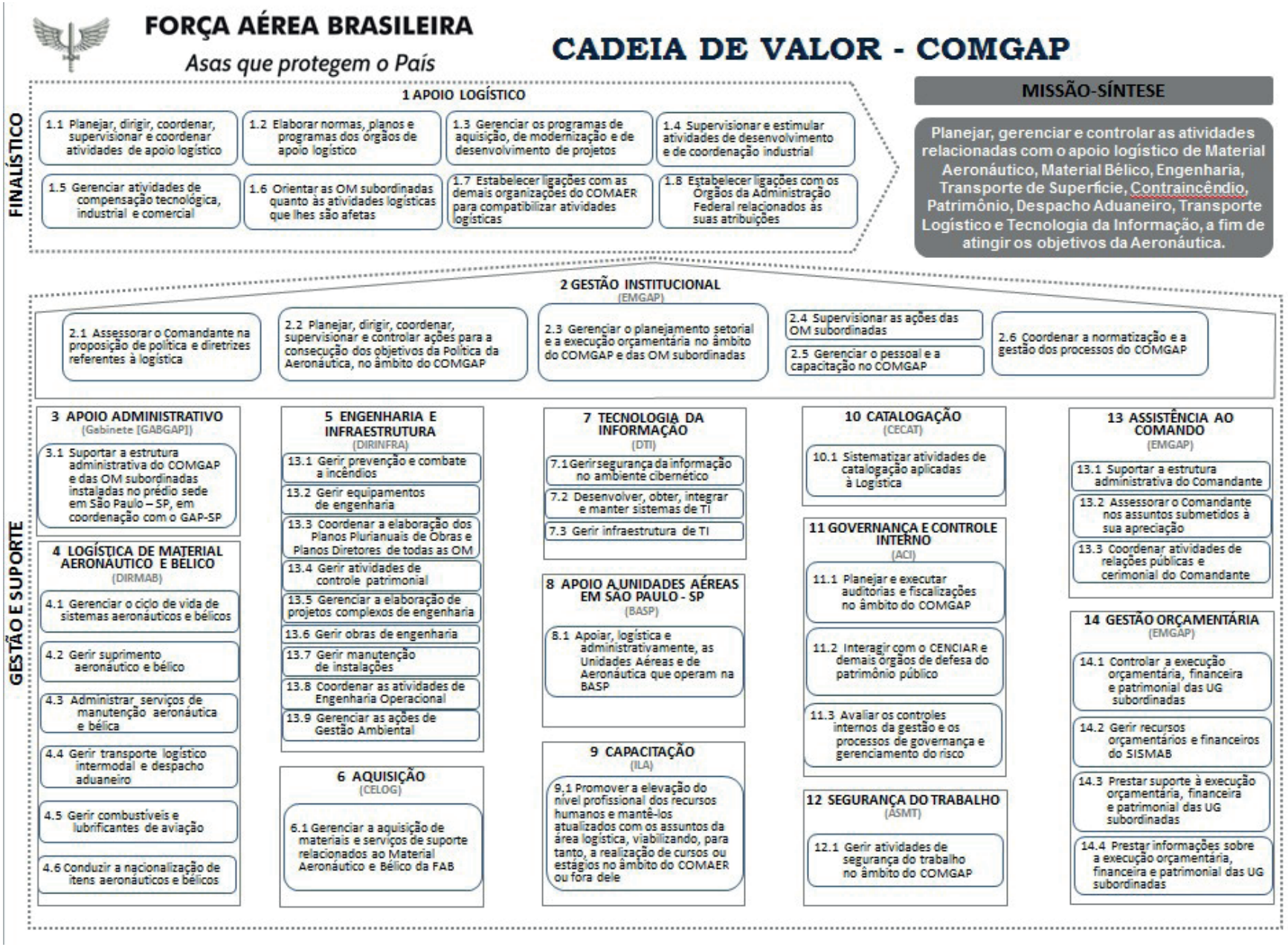
Visão:

"Assegurar as condições logísticas para que a Força Aérea Brasileira atinja os parâmetros de: Operacionalidade; Modernidade e Integração".

Estrutura:


COMANDO GERAL DE APOIO
Estado-Maior do COMGAP
Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica
Centro Logístico da Aeronáutica
Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica
Base Aérea de São Paulo
Instituto de Logística da Aeronáutica
Centro de Catalogação da Aeronáutica

Cadeia de Valor:



Fonte: COMGAP

A seguir serão listados, dentre os 26 macroprocessos descritos na cadeia de valor, dentro das 14 "Áreas" elencadas, que são responsabilidade do COMGAP, evidenciando as principais ações efetivamente realizadas ao longo do último exercício.

6.4.1 Principais áreas e macroprocessos

Área 5 - ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA

13.4 Macroprocesso GESTÃO PATRIMONIAL

Nos meses de outubro e novembro, a Divisão de Patrimônio Imobiliário da DIRINRA prestou apoio técnico ao CLA em missão de atualização cartográfica das cinco "Agrovilas" localizadas na área da Fazenda Norcasa, com a finalidade de reversão à SPU/MA para transferência de titularidade das frações de área às famílias alocadas na área denominada "Agrovilas", conforme previsto na Ata da Reunião da Comissão para elaboração do Projeto de Relocação das Populações da Área de Segurança do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

13.6 Macroprocesso OBRAS DE ENGENHARIA

No ano de 2019 foram finalizadas 18 obras de engenharia, totalizando R$ 43.582.177,29. Neste contexto, destacam-se as obras de(o):

a) hangar do GLOG (construção de 3 hangares pré-moldados), em Parnamirim-RN, totalizando R$ 19.235.943,51;

b) ampliação do pátio de aeronaves (350m x 140m), em Anápolis - GO, totalizando R$ 12.496.989,18;

c) reforma dos hangares de manutenção H-001 e H-002, em Parnamirim-RN, totalizando R$ 2.082.415,77;

d) reforma do hangar 3 para hangar de lavagem do GSM, em conjunto com a Estação de Separadores de Fluidos e Tratamento de Efluentes, em Parnamirim-RN, totalizando R$ 1.919.927,98; e

e) reforço estrutural do prédio Ala Zero do ITA, em São José dos Campos-SP, totalizando R$1.184.411,42.

13.5 Macroprocesso PROJETOS DE ENGENHARIA

No ano de 2019 foram finalizados e entregues para licitação 62 projetos de engenharia, totalizando R$ 308.475.933,04. Neste contexto, destacam-se os projetos de:

a) recuperação e ampliação do Aeródromo de Coari - AM, totalizando R$ 40.735.445,02;

b) construção de 96 PNR para graduados em Anápolis-GO, totalizando R$ 37.126.498,97;

c) construção de 48 blocos de PNR para Oficiais em São José dos Campos - SP, totalizando R$ 26.160.384,25;

d) reforma do hangar do ESM (H-001) para o F-39 Gripen (GLOG-AN), incluindo as oficinas adjacente e setores de manutenção e material bélico, em Anápolis-GO, totalizando R$ 23.063.194,13; e

e) restauração dos 10 hangaretes existentes na Linha de voo para o F-39 Gripen e implantação dos sistemas de drenagem e aterramento, em Anápolis-GO, totalizando R$ 4.115.401,17.

Além disso, o CEPE elaborou os projetos de construção do novo hangar com capacidade para 2 ANV KC390, e do novo pátio em concreto rígido para 12 ANV, além do projeto de sinalização horizontal e balizamento noturno (projetos de 2018, revisados e licitados em 2019). Ainda, destacam-se a elaboração do projeto de implantação de iluminação noturna do sistema de pátios da Ala 2 (projeto de 2018, licitado em 2019), a elaboração de projeto de implantação de área para lavagem da ANV KC390 (projeto de 2018, licitado em 2019), a elaboração de projeto de vestiários para o atendimento dos efetivos envolvidos nos esquadrões (projeto de 2018, licitado em 2019), a elaboração do projeto de edificação anexa ao hangar para o KC390, com suporte para diferentes equipagens e sistemas de apoio à aeronave (projeto de 2019) e a elaboração de projeto de construção de quatorze hangaretes para o Gripen NG (projeto de 2019).

13.8 Macroprocesso ENGENHARIA DE CAMPANHA

O Comando da Aeronáutica (COMAER) realizou obras de melhoria da infraestrutura aeroportuária, tanto em aeródromos militares, quanto nos civis de interesse nacional. Obras essas que tiveram a participação direta da Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA) empregando o apoio logístico de engenharia de campanha, por meio de Unidades Móveis de Engenharia (UME). Dentre as principais atividades realizadas estão: a modernização do Sistema de Sinalização Luminosa e Horizontal no aeródromo SBSC, no Rio de Janeiro-RJ, da ALA 12, que é estratégico para a Defesa Aérea e serve de alternativa para o aeroporto do Galeão (SBGL); a revitalização da Sinalização Horizontal no aeródromo SBCC, em Novo Progresso-PA, do Campo de Provas Brigadeiro Velloso (CPBV), que é importante e estratégico para atividades técnico-operacionais emanadas pelo Comando de Preparo (COMPREP) e serve de alternativa para voos no trecho Centro-Norte; a revitalização da Sinalização Horizontal no pátio operacional no aeródromo SBYS, da Academia da Força Aérea (AFA). Ademais, visando o cumprimento dos Termos de Execução Descentralizada (TED) firmados entre o COMAER e o Ministério dos Transportes, Portos e Aeroportos (SAC-MTPA), foram realizadas gestões para executar as obras financiadas pela Secretaria Nacional da Aviação Civil. Nessa tocante, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA) iniciou as atividades de supressão vegetal, implantação de faixa preparada e instalação da cerca operacional no aeródromo de Oriximiná-PA. Paralelamente, a DIRINFRA iniciou a modernização do Sistema de Sinalização Luminosa do aeródromo SBSM, em Santa Maria-RS, da ALA 4.

13.9 Macroprocesso SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O COMAER, além de sua missão precípua, abarca o comprometimento com a preservação e a defesa do patrimônio ambiental, bem como a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a proteção ambiental deixando no rol de suas atividades um legado secular de preservação. Para tanto, promove uma série de iniciativas dedicadas à preservação ambiental que se refletem, na maior parte das vezes em ações locais realizadas por suas OM distribuídas no território nacional.

Dentro deste contexto o COMAER desempenha um papel importante na proteção do meio ambiente, estabelecendo normas, promovendo boas práticas e fiscalizando ações nesta área.

A Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA), Órgão Central do Sistema de Gestão Ambiental (SISGA), por intermédio de sua Assessoria de Gestão Ambiental (AGA), dando continuidade na implantação da doutrina de gestão ambiental nas atividades do COMAER e na proposição de normas ambientais, publicou, no ano de 2019, a Instrução de Controle e Gestão Ambiental do COMAER, ICA 83-1/2019, aprovada pela Portaria DIRINFRA n° 10/DGA, de 2 de outubro de 2019.

Tal instrução tem por finalidade orientar as atividades do SISGA e apresentar políticas, práticas e procedimentos técnicos e administrativos com o objetivo de obter um melhor desempenho ambiental no âmbito do COMAER, abordando diferentes temas como:

- os Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) que deverão ser elaborados por todas as OM do COMAER, e serão o principal instrumento para o planejamento das ações ambientais. Os objetivos e metas dos Planos seguem as diretrizes da IN n° 10 do MPOG/SLTI, de 2010, além de outras iniciativas como Programa de Eficiência Energética (PEE) no âmbito do COMAER, instruído pela ICA 400-54/2018;

- o Gerenciamento de Resíduos Sólidos que é obrigatório nas OM e orientado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n° 12.305/2010. A Instrução descreve as providências relativas a uma eficiente gestão dos resíduos sólidos até sua disposição final ambientalmente adequada, e orienta quanto as proibições na destinação ou disposição final desses resíduos ou de rejeitos. Outros pontos destacados neste tema são a responsabilidade compartilhada e a logística reversa, explicando o papel e obrigações das OM e das empresas contratadas para prestação de serviços nesses cenários;

- o Gerenciamento de Recursos Hídricos que é obrigatório e orientado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei n° 9.433/1997. A Instrução descreve as providências na gestão desses recursos nas OM, tendo em vista sua utilização, os padrões da água para o consumo humano e o cuidado com a destinação dos efluentes líquidos. Ainda, orienta sobre a solicitação de outorga, nos diferentes órgãos gestores, para a utilização dos recursos hídricos. Dentro dessa temática também é orientada a reutilização de água nas OM e medidas para uma eficiente racionalização no uso da água;

- o Licenciamento Ambiental que é necessário e exigido para alguns tipos de empreendimentos e atividades, conforme a legislação vigente. A referida ICA reúne os principais procedimentos e orientações, exigidos pelos órgãos ambientais, para regularização e/ou solicitação das licenças ambientais e as competências para a realização dessa atividade. Para os casos de empreendimentos e atividades de caráter militar, destinados ao preparo e emprego das Forças Armados, cujo licenciamento ambiental for dispensado, a Instrução ressalta que esta dispensa não afasta a obrigatoriedade da adoção de medidas de controle e proteção ambiental, assim como a mitigação e a recuperação

de áreas degradadas e/ou contaminadas, conforme as leis e normas ambientais vigentes.

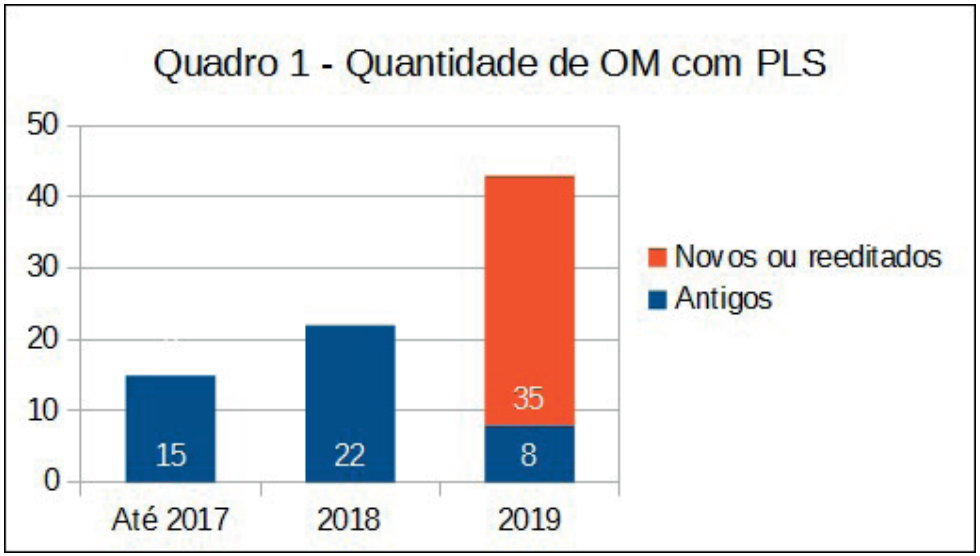
- os Postos de Abastecimento de Combustíveis e os procedimentos a serem adotados nessas áreas, bem como as restrições vigentes, tendo em vista que as atividades ali desenvolvidas são consideradas potencialmente poluidoras e podem ser prejudiciais à água, ao solo e ao ar, assegurando que não haja riscos de contaminação ao meio ambiente.

- as Contratações Sustentáveis dentro da administração pública, orientadas pelo Decreto nº 7.746/2002, e que devem levar em consideração critérios de sustentabilidade entre os princípios a serem garantidos nas licitações para contratações e aquisições do COMAER.

Outro documento importante, produzido pela DIRINFRA no ano de 2019, foi o Plano de atividades do SISGA para o ano de 2020 (PCA 11-351/2019), aprovado pela Portaria n° 12/PLOP, de 8 de outubro de 2019, que tem por finalidade definir e priorizar as atividades que serão desenvolvidas pela DIRINFRA e órgãos subordinados para o ano de 2020, a fim de obter, também, um melhor desempenho ambiental no âmbito do COMAER.

O referido plano define prazos e metas para acompanhar a situação dos postos de abastecimento localizados nas instalações do COMAER, promovendo sua efetiva regularização, caso haja algum tipo de pendência. O mesmo procedimento será realizado em relação à destinação de efluentes. O normativo dispõe também, dentre outros, sobre o cadastro de florestas do COMAER e da inclusão do curso de gestão ambiental em interface virtual.

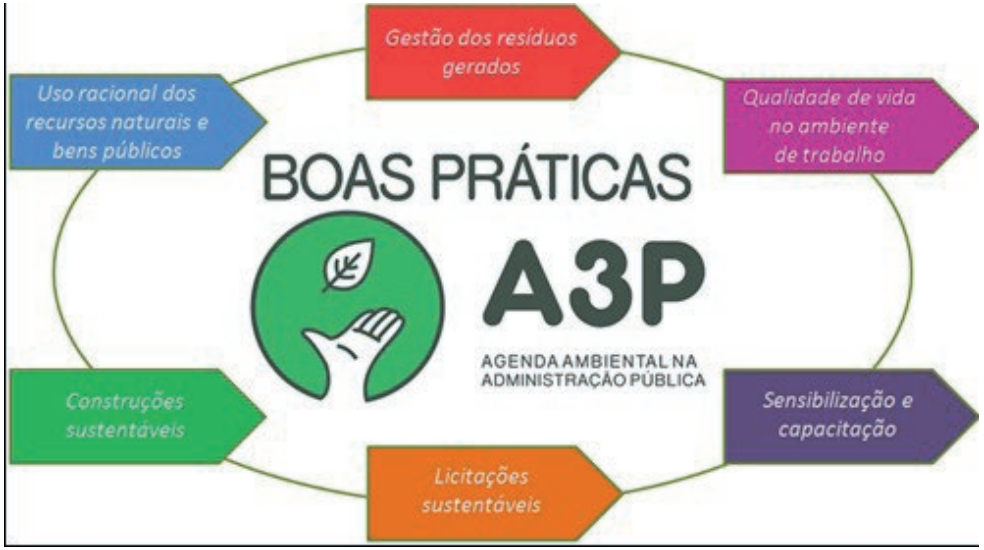
O Plano, ainda, define prazos para a elaboração dos PLS das Organizações Militares. Apesar dos documentos listados acima (ICA e PCA) abordando o PLS terem sido formalizados no final de 2019, houve crescimento de 95% na quantidade de OM com PLS efetivamente aprovados, em comparação com os anos anteriores, conforme pode ser observado no quadro abaixo:



Atualmente 9% das OM do COMAER possuem PLS aprovado e publicado, e a meta para 2020 é de 30%.

Tais ações demonstram a ação pró-ativa do COMAER em relação ao tema.

Além disso, há um esforço para aderir à Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que é o mecanismo proposto para que todas as OM possam buscar incorporar princípios de responsabilidades econômicas, sociais e ambientais nas suas atividades.



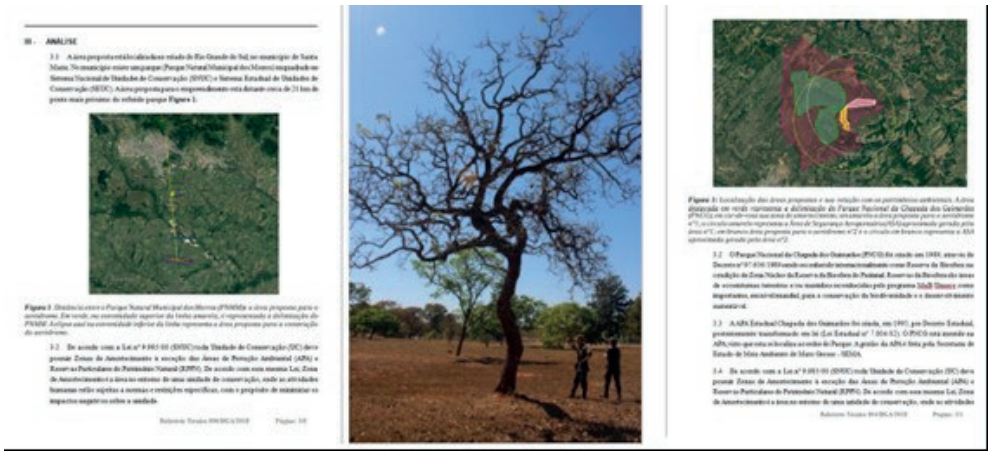
No dia a dia, o COMAER realiza diversas ações com foco na preservação do meio ambiente, no estímulo às atividades educativas de meio ambiente, na proteção de áreas contra o desmatamento e na utilização de energia solar em várias OM. A seguir, serão apresentados alguns exemplos destas ações:

- No Centro-Oeste, merece destaque a preservação de área na Serra do Cachimbo (divisa entre o Pará e o Mato Grosso), uma área com perímetro de aproximadamente 650 km, e que, de tão grande, pode ser visualizada em destaque num mapa do Brasil. Nesta área, são realizados inclusive voos periódicos para detecção e inibição de desmatamento;



- O DECEA, desde 2013, vem empreendendo medidas na navegação aérea contribuindo para a redução na emissão de gases poluentes, redução de ruído e economia de combustível com o Programa SIRIUS, que permite a utilização de rotas mais diretas a partir do conceito de Navegação Baseada em Performance. A implantação de 650 novos procedimentos nos terminais aéreos do Rio de Janeiro e em São Paulo, resultou na redução da emissão de cerca de 1.800 toneladas por dia (ou 460 mil toneladas/ano) de CO_2 na atmosfera, a partir da economia de quase 560 toneladas de combustível todos os dias. Com o incremento anual do tráfego aéreo, esta medida tem efeito multiplicador a cada ano;

- A DIRINFRA e seus elos sistêmicos vêm trabalhando de forma coordenada em projetos e obras no sentido de inventariar a vegetação das áreas onde ocorrerão as obras buscando as opções de construção menos impactantes ao meio ambiente, procurando intervir o mínimo possível nos ambientes naturais e propondo as compensações ecologicamente mais vantajosas para cada caso.



- Ainda, a Fazenda da Aeronáutica (FAYS) em Pirassununga/SP em conjunto com a DIRINFR, está implantando um viveiro de mudas com a perspectiva de produção anual de 100.000 exemplares para realizar as compensações ambientais de supressão de vegetação, que se façam necessárias, em Unidades da FAB do Centro-Sul do Brasil, inseridas em bioma Mata Atlântica ou Cerrado, trazendo uma economia de pelo menos 25% no custo das compensações ambientais.



- O Programa destinado à preservação e educação ambiental, tem sido implementado em diversas OM, com palestras de sensibilização e conscientização do efetivo e de empresas contratadas. São promovidas, ainda, palestras para estimular a conscientização sobre o descarte correto de resíduos e a diminuição do uso de descartáveis;





- Os Projetos relacionados à coleta seletiva são desenvolvidos em praticamente todas as OM dos COMAER, bem como nas vilas militares; e



- A utilização de sistemas informatizados, tais como o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística e Documentos da Aeronáutica (SIGADAER), permite a elaboração, aprovação e trâmite de documentos, com assinatura eletrônica e expedição digital, reduzindo ou até eliminando a necessidade de impressão em papel.

- Outro exemplo é o uso racional de energia elétrica e a produção de energia solar para abastecer unidades isoladas no Brasil. A FAB implantará usinas de geração de energia limpa e renovável, conforme, a Diretriz para a Implantação de Usinas de Geração de Energia (DCA 11-67/17), a fim de otimizar seu orçamento e, principalmente, auxiliar na preservação do planeta, garantindo assim um melhor futuro à humanidade. Os primeiros projetos são das Usinas da Ala 7 (Boa Vista-RR) e Ala 2 (Anápolis).



Fonte: DIRINFRA

Assim, pode-se observar todo um esforço direcionado à preservação ambiental e que são empreendidas ações no sentido de divulgar e implantar essa consciência em todas as Unidades e em todo o efetivo do COMAER.

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

As compras e contratações sustentáveis são um dos eixos temáticos fundamentais e obrigatórios na elaboração dos PLS e na adesão da A3P.

O papel dos Destacamentos de Infraestrutura da Aeronáutica (DTINFRA), dentro do SISGA é de planejar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas aos aspectos ambientais em uma área específica do território nacional. Nesse sentido, os DTINFRA orientaram às OM sob suas áreas de atuação a elaboração dos seus respectivos PLS e posterior adesão à A3P, onde seriam tratadas e propostas ações na execução das licitações sustentáveis.

Ressalta-se que as OM não realizam contratações diretamente. Tais processos são realizados junto aos Grupamentos de Apoio (GAP), que elaboram os contratos e editais, de acordo com os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, o qual versa sobre contratações com responsabilidade socioambiental, cobrando das empresas contratadas critérios de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Outras ações pontuais foram tomadas por alguns DTINFRA e pelas OM em geral, como (Quadro 2):

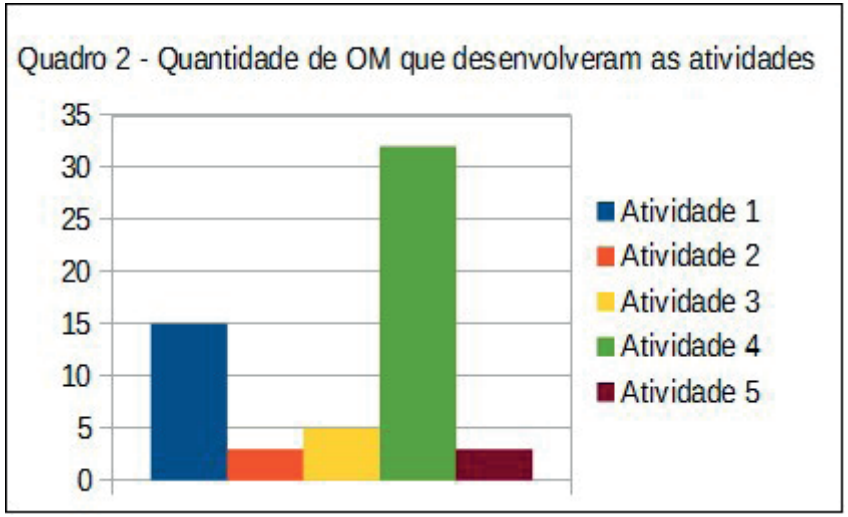
Atividade 1: a substituição das lâmpadas por de melhor rendimento e baixo consumo energético;

Atividade 2: a substituição de equipamentos por aparelhos de melhor eficiência energética;

Atividade 3: aquisição de equipamentos economizadores de água;

Atividade 4: outras licitações sustentáveis em diversos aspectos; e

Atividade 5: apoio técnico nas adequações de projetos de engenharia, planos e procedimentos relacionados à sustentabilidade ambiental.



Fonte: DIRINFRA

Para 2020, além da continuidade na elaboração dos PLS e adesão à A3P pelas OM, com o apoio dos respectivos DTINFRA, outras atividades estão programadas:

- continuar com a substituição das lâmpadas por de melhor rendimento e baixo consumo energético até atingir os 100%;

- adotar critérios de sustentabilidade nos editais de contratação de materiais e serviços;

- incorporar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) aos projetos e orçamentos;

- elaborar estudos para implantação do uso de energia solar;

- a implementação de requisitos de sustentabilidade nos projetos de engenharia;

- a revisão dos contratos de energia com as concessionárias;

- chamamento público para coleta de pneus, lâmpadas, pilhas, baterias e eletroeletrônicos;

- substituição de equipamentos por aparelhos de melhor eficiência energética, quando houver; e

- instalação de equipamentos economizadores de água.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Os DTINFRA e as OM remeteram as ações executadas em 2019 relacionadas à redução do consumo de recursos naturais, são elas (Quadro 3):

Atividade 1: a implantação de procedimentos, planos ou programas para a diminuição do consumo energético;

Atividade 2: o aproveitamento de água de chuva;

Atividade 3: substituição de equipamentos por aparelhos de melhor eficiência energética;

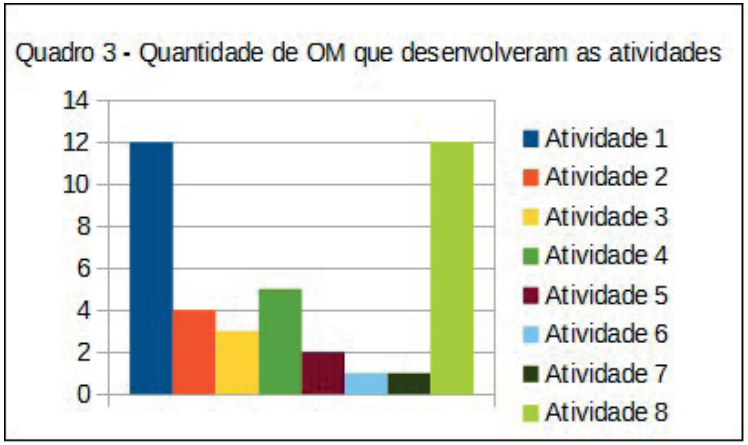
Atividade 4: instalação dos equipamentos economizadores de água;

Atividade 5: controle no consumo de combustível automotivo;

Atividade 6: a elaboração de Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais;

Atividade 7: a recuperação de matas ciliares e de áreas degradadas; e

Atividade 8: a implantação de procedimentos, planos ou programas para o uso racional de água.



Para 2020, serão organizados diversos eventos voltados à políticas de educação ambiental, contribuindo para a conscientização, capacitação e sensibilização do efetivo das OM, além de outras atividades, como:

- implementar o aproveitamento de água da chuva para diversos fins;

- aprimorar e implantar novos procedimentos, planos ou programas para diminuição do consumo energético;

- continuar a instalação dos equipamentos economizadores de água;

- implantar medidores de energia por prédio/OM para melhor acompanhamento do consumo;

- continuar a instalação dos equipamentos por aparelhos de melhor eficiência energética;

- aprimorar e implantar novos procedimentos, planos ou programas para o uso racional de água; e

- elaborar estudos para implantação do uso de energia solar.

Redução de resíduos poluentes

Os Destacamentos e as OM tiveram diversas iniciativas relacionadas a redução e controle na produção e emissão de resíduos, segue abaixo as ações executadas em 2019 relacionadas aos resíduos poluentes, são elas (Quadro 4):

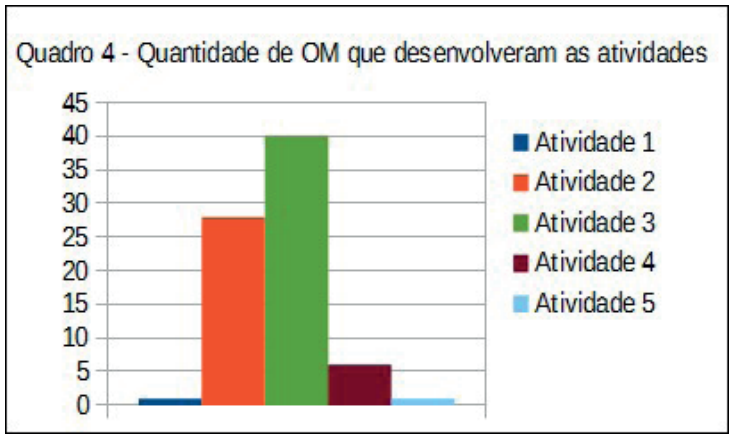
Atividade 1: a compostagem de resíduos orgânicos;

Atividade 2: a Coleta Seletiva;

Atividade 3: elaboração de políticas de orientação educativa;

Atividade 4: a ligação das redes de esgotos junto à rede coletora municipal; e

Atividade 5: o gerenciamento dos resíduos químicos.



Fonte: DIRINFRA

Para 2020, as OM e os seus respectivos DTINFRA, programaram outras atividades relacionadas à redução e controle na emissão de resíduos.

- implantação de Planos de Gestão de Resíduos Sólidos;
- compostagem de resíduos orgânicos;
- chamamento público para coleta de pneus;
- logística reversa de lâmpadas, pilhas e baterias;
- implantar a Coleta Seletiva;
- a elaboração de projetos para realizar a compostagem de resíduos orgânicos;
- ações para o controle no consumo de papel e copos descartáveis;
- reutilização de tonners de impressoras através de recarga; e
- incorporar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) aos projetos e orçamentos.

13 Macroprocesso GESTÃO DE ENERGIA

O Comando da Aeronáutica (COMAER) definiu e publicou a Diretriz sobre a Gestão de Energia no COMAER, a DCA 14-13/2019, que tem a finalidade de fomentar, orientar e priorizar a eficiência energética no COMAER, por intermédio do Programa de Eficiência Energética (PPE), em consonância com a Norma Técnica ABNT NBR ISO 50.001, utilizando-se da Instrução Normativa ICA 400-54, que dispõe da Implantação do Programa de Eficiência Energética do Comando da Aeronáutica, para orientações técnicas e operacionais. Neste contexto, no ano de 2019, foram realizadas gestões para da continuidade ao Programa de Eficiência Energética (PEE) nas Guarnições da Aeronáutica (GUARNAE) sediadas nas localidades de Boa Vista (RR), Brasília (DF), Natal (RN), Anápolis (GO), Canoas (RS) e Santa Maria (RS). Em cada localidade foi elaborado o Diagnóstico Energético com a apresentação das Ações de Eficiência Energética, inclusive com inserção de fontes incentivadas com base na energia Solar Fotovoltaica. Ademais, iniciou-se a implantação dos PEEs nas cidades de Manaus (AM), Lagoa Santa (MG), Barbacena (MG), Guaratinguetá (SP), Pirassununga (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

4.2 Macroprocesso LOGÍSTICA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO – SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Dentre todos os projetos apoiados, que resultaram na disponibilidade média mensal de 59%, destaca-se o apoio logístico às aeronaves remotamente pilotadas (ARP), ocorrido em coordenação com as Comissões Aeronáuticas Brasileiras no exterior, e a preparação para o suporte ao maior projeto aeronáutico já desenvolvido no país, o KC-390, para o qual, além da busca de parceria junto à EMBRAER, o COMGAP precisou supervisionar obras estruturais de adequação na Ala 12.

10.1 Macroprocesso SISTEMATIZAR A CATALOGAÇÃO

A atividade de catalogação pode ser considerada estratégica para a eficiência logística, pois se constitui num importante instrumento para uma gestão mais eficiente do material, proporcionando economia na aquisição, redução dos estoques e do custo do ciclo de vida dos itens de suprimento, sendo a atividade responsável por proporcionar a identificação inequívoca dos itens considerados, pelos Órgãos Gestoras, como itens de suprimento necessários à manutenção da operacionalidade dos equipamentos por eles geridos.

Visando atender aos interesses da Logística do Comando da Aeronáutica (COMAER), foi criado o Sistema de Catalogação da Aeronáutica (SISCAE), sistema este vinculado ao Sistema de Catalogação de Defesa (SISCADE), do Ministério da Defesa (MD), que por sua vez está ligado ao Sistema OTAN de Codificação (SOC).

O SISCAE foi instituído com a finalidade de promover o funcionamento, a manutenção e o desenvolvimento das atividades de catalogação de materiais no âmbito do COMAER, de acordo com regras que regem os Sistemas anteriormente citados e possui o SILOMS como sua ferramenta Gerencial.

O Planejamento Institucional do COMGAP em 2019

A gestão do COMGAP em 2019 teve por foco uma política de otimização dos recursos existentes, tendo por foco aproveitar melhor os meios disponíveis e, ao mesmo tempo, ampliar sua eficiência, mediante uma reestruturação administrativa, além de uma gestão baseada em processos e com foco nos resultados.

Dentro das lideranças do COMGAP, foi fomentada uma visão empresarial da Instituição, focada essencialmente no produto e no usuário.

A gestão propiciou, ainda, uma contínua aceleração dos processos de aquisição, alfandegários e de suprimento, buscando a redução da indisponibilidade logística e operacional, bem como a celeridade aos processos administrativos em curso.

E foi devidamente pautado nessas diretrizes que, no ano de 2019, a despeito de todas as adversidades (principalmente no campo orçamentário), o COMGAP conseguiu praticamente alcançar o índice de desempenho previsto para o período, em termos de disponibilidade logística para o atendimento das horas de voo previstas como o mínimo necessário para manutenção operacional da frota e respectivas equipagens.

6.4.2 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

6.4.2.1 Conformidade legal

Além das legislações federais afetas ao tema, a gestão do patrimônio no COMAER é regida conforme os sistemas descritos a seguir: Sistema de Engenharia (SISENG) e Sistema de Patrimônio (SISPAT).

O SISENG, atualmente regido pela Portaria nº 672/GC3, de 05 de maio de 2014, reformula o Sistema de Engenharia do Comando da Aeronáutica, organizando-o com a finalidade de gerenciar, coordenar e controlar as atividades de engenharia de aeródromos, edificações, instalações e ambiental em proveito do COMAER.

6.4.2.2 Estrutura

O SISENG é estruturado com base na seguinte hierarquia:

a) Órgão Central do SISENG – Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA); e

b) Elos do SISENG.

As atividades inerentes ao SISENG são normatizadas por meio de 10 (dez) legislações, no âmbito do COMAER, sendo uma destas a Norma do Sistema de Engenharia do Comando da Aeronáutica (NSCA 85-1), que estabelece a estrutura básica do SISENG, bem como a competência de seus Elos constitutivos, além de outras 09 (nove) Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA), quais sejam:

a) ICA 85-1 - Elaboração, Revisão e Aprovação de Planos Diretores de Organizações Militares;

b) ICA 85-2 - Cores Externas das Edificações;

c) ICA 85-9 - Suprimento de Material de Sinalização Luminosa;

d) ICA 85-10 - Gerenciamento de Infraestrutura Aeroportuária no COMAER;

e) ICA 85-13 - Gerenciamento de Infraestrutura no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e suas Organizações Militares subordinadas;

f) ICA 85-14 - Certificação de habilitação técnica para fiscais e auxiliares de obras públicas e serviços de engenharia;

g) ICA 85-15 - Acessibilidade física de Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida nas Organizações Militares do COMAER;

h) ICA 85-16 - Fiscalização e Recebimento de Obras e Serviços de Engenharia; e

i) ICA 85-17- Programa de Disseminação do BIM (Building Information Model).

O SISPAT, atualmente regido pela Portaria nº 674/GC3, de 05 de maio de 2014, reformula o Sistema de Patrimônio do Comando da Aeronáutica, organizando-o com a finalidade de normalizar, coordenar, controlar e executar as atividades relacionadas com o Patrimônio Imóvel da União sob a jurisdição e/ou posse do COMAER.

O SISPAT é estruturado com base na seguinte hierarquia:

a) Órgão Central do SISPAT – Diretoria de Infraestrutura da Aeronáutica (DIRINFRA);

b) Órgãos Regionais do SISPAT; e

c) Elos Usuários.

Os Elos Regionais do SISPAT são representados pelos 07 (sete) Destacamentos de Infraestrutura da Aeronáutica (DT-INFRA), sendo estes localizados em Belém (PA), Canoas (RS), Brasília (DF), Manaus (AM), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP).

As atividades inerentes ao SISPAT são normatizadas por meio de 04 (quatro) legislações, no âmbito do COMAER, sendo uma destas a Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica (NSCA 87-1), que estabelece a estrutura básica do SISPAT, bem como a competência de seus elos constitutivos, além de outras 03 (três) legislações, sendo 02 (duas) Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA) e uma Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA), quais sejam:

a) ICA 87-5 – Parecer Técnico para Avaliação de Imóveis sob a Jurisdição do Comando da Aeronáutica, para fins Cadastrais ou Contábeis;

b) ICA 87-7 – Controle, Administração e Gestão do Patrimônio Imobiliário Jurisdicionado ao Comando da Aeronáutica e uma Diretriz do Comando da Aeronáutica; e

c) DCA 87-3 – Gestão Patrimonial dos Bens Imóveis.

Cabe frisar que a supressão da ICA 87-4 (Guarda, Manutenção, Proteção contra Invasão e Depredação dos Imóveis sob a Responsabilidade do Comando da Aeronáutica) do rol de legislações do SISPAT em relação ao Relatório de Gestão anterior, deve-se a união de

conteúdo com a ICA 87-7, que passou por revisão no ano de 2019.

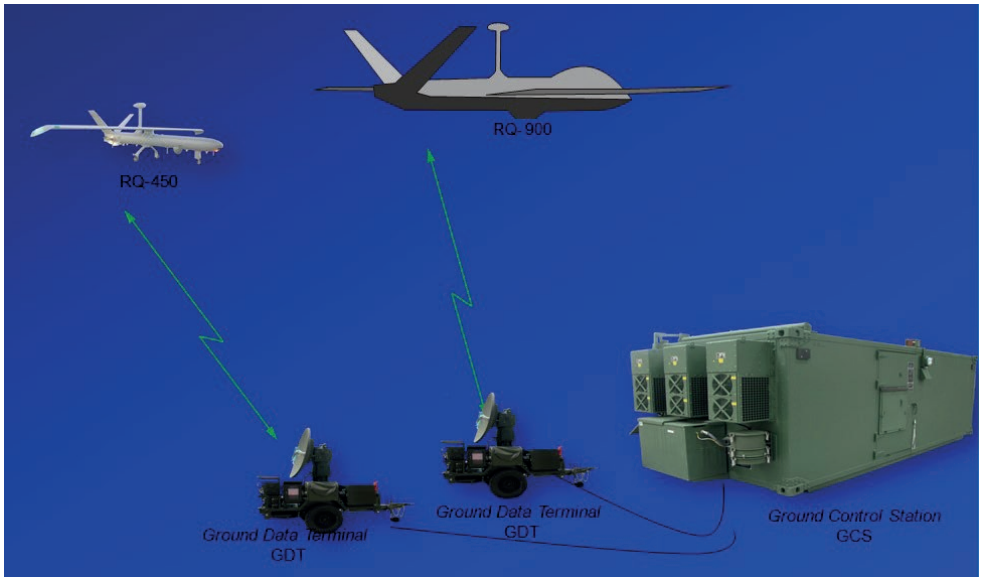
O COMGAP em 2019

O atual cenário brasileiro ainda é fortemente impactado pela crise econômica vigente em nosso país desde 2014, o que tem acarretado dificuldades ao governo de manter os investimentos em todas as áreas, inclusive aquelas consideradas prioritárias. Num ciclo de expectativas de receitas constantemente frustradas, os recursos arrecadados tem permanecido abaixo das metas de arrecadação previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA), ocasionando cortes e contingenciamentos/bloqueios, impactando diretamente a execução orçamentária por parte das Unidades Gestoras.

Dadas as peculiaridades de uma Força Armada que depende de itens altamente tecnológicos, onde a indústria nacional não atende à demanda de itens específicos de aviação, uma desvalorização do real frente ao dólar, muito comum no cenário até então vigente, acarreta maior quantidade de recursos disponibilizados em cada operação de envio de recursos para o exterior, visando honrar os contratos que são realizados em moeda estrangeira e em nome do País.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, em 2019, o suporte logístico do Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP) se deu por meio de requisições de reparo e de aquisição de material junto às Comissões Aeronáuticas Brasileiras no exterior.

O SARP é um sistema composto por pelo menos uma estação de controle (Ground Control Station – GCS) e terminais de dados (Ground Data Terminal – GDT), necessários à operação das aeronaves remotamente pilotadas – ARP, como pode ser observado abaixo.



Estrutura do SARP
Fonte: COMGAP

A FAB opera, atualmente, o ARP denominado Hermes, projeto subdividido em duas aeronaves distintas: o RQ-450 e o RQ-900. Contudo, existe previsão de operação a partir de 2020, pela Ala 12, do ARP Heron (RQ-1150).

O SARP Heron é formado por duas ARP, uma estação de controle e um terminal de antenas. Esse sistema é pertencente a Policia Federal, e será operado pela FAB em proveito das duas Instituições.

O SARP Hermes teve sua capacidade operacional ampliada com o recebimento de novas estações de controle, terminal de antena, além de um novo sensor eletro-óptico Dcompass. Entre os ganhos operacionais, destaca-se o emprego das ARP em localidades distintas e a operação de três aeronaves simultaneamente.

Observou-se um avanço na análise da contratação de um suporte logístico no formato PBH (Pay By The Hour), o qual contempla todos os serviços, atualizações de software e o fornecimento de material para garantir as condições de vôo do SARP, além do fornecimento de peças de reposição.

Outro desafio logístico em 2019 se deu pela entrada em serviço do maior avião militar produzido no Brasil. A primeira aeronave multimissão KC-390 Millennium, matrícula FAB 2853, foi recebida pelo 1º GTT, sediado na ALA 2 em Anápolis, no dia 04 de setembro de 2019. A segunda aeronave, FAB 2854, foi recebida em 13 de dezembro de 2019.





O KC-390 tem capacidade para realizar missões de transporte aéreo logístico, reabastecimento em vôo (REVO), evacuação aeromédica, busca e salvamento, ajuda humanitária, combate a incêndios florestais, dentre outras.

Considerando a importância estratégica do KC-390 para a FAB, as organizações militares subordinadas ao COMGAP trabalharam de forma sinérgica a fim de viabilizar um contrato de suporte logístico integrado com a fabricante EMBRAER.

Essa parceria permitirá que as aeronaves possam cumprir suas missões de forma eficaz e com elevado grau de disponibilidade, uma vez que contempla um adequado apoio às manutenções dos aviões e seus equipamentos, bem como a capacitação técnicas dos mecânicos da FAB.

No tocante à infraestrutura, o COMGAP supervisionou o início das obras de adequação na ALA 2 (pátio, hangares, etc.) para que o KC-390 possa operar daquela localidade com o adequado apoio de solo, aumentando, assim, a mobilidade estratégica das forças de defesa do Brasil.

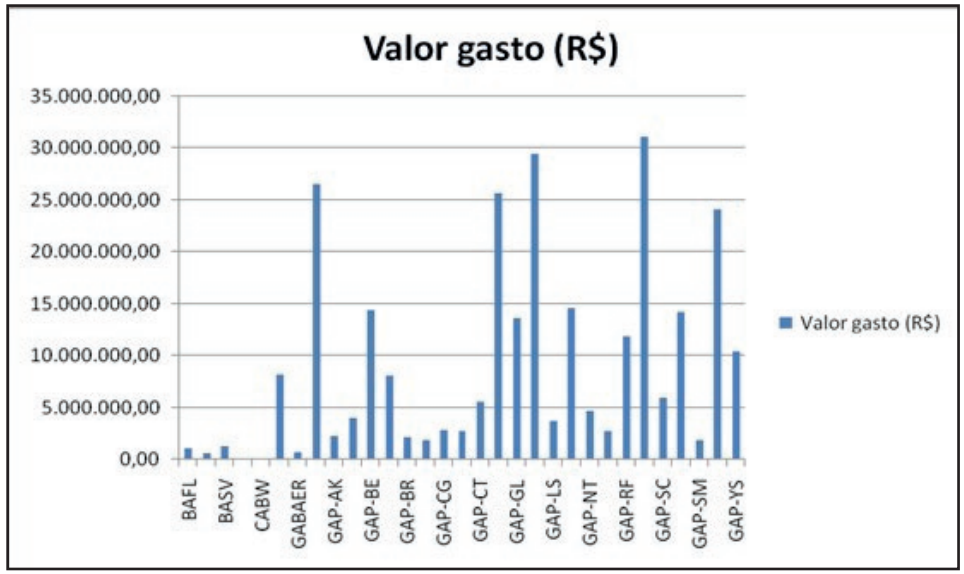




Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos (inclui todo o COMAER)

O COMAER investiu, no último ano, o valor de R$ 276.207.868,73 para a manutenção e conservação de imóveis, dentre os quais incluem as instalações das diversas OM e os Próprios Nacionais Residenciais (PNR) administrados pelo COMAER.

A seguir consta a tabela de gastos por Unidade Gestora Executora (UGE) do COMAER.



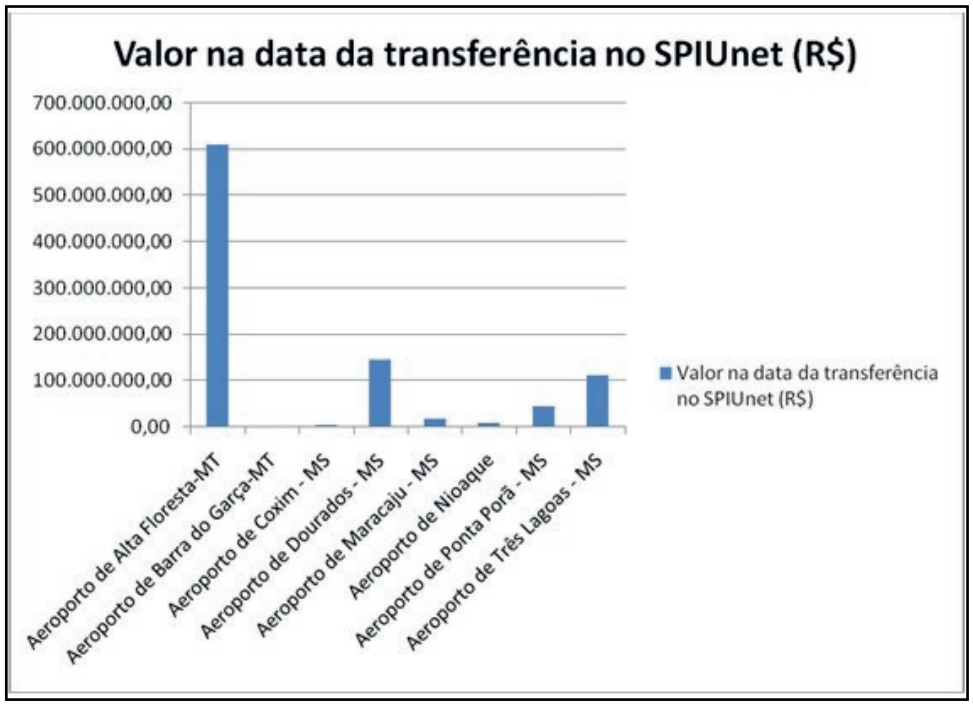
UG	OM	Valor gasto (R$)
120073	BAFL	1.097.501,62
120014	BAFZ	635.208,25
120023	BASV	1.265.100,62
120091	CABE	74.886,14
120090	CABW	9.168,22
120195	CAE	8.133.329,94
120001	GABAER	677.384,00
120623	GAP-AF	26.553.151,98
120627	GAP-AK	2.292.505,42
120624	GAP-AN	4.005.083,05
120628	GAP-BE	14.384.805,36
120634	GAP-BQ	8.032.138,86
120006	GAP-BR	2.187.550,08
120637	GAP-BV	1.867.892,25
120638	GAP-CG	2.783.662,25
120629	GAP-CO	2.690.710,99
120644	GAP-CT	5.565.639,07
120625	GAP-DF	25.669.269,64
120645	GAP-GL	13.592.542,02
120635	GAP-GW	29.426.005,28
120636	GAP-LS	3.727.015,54
120630	GAP-MN	14.589.925,14
120631	GAP-NT	4.679.264,00
120641	GAP-PV	2.756.983,93
120632	GAP-RF	11.850.385,32
120039	GAP-RJ	31.156.656,43
120669	GAP-SC	5.912.128,09
120016	GAP-SJ	14.186.302,33
120643	GAP-SM	1.852.006,58
120633	GAP-SP	24.105.890,52
120626	GAP-YS	10.447.775,81
Total		276.207.868,73

Tabela: Gastos com conservação e manutenção de imóveis por UGE
Fonte: Tesouro Gerencial

Desfazimento de ativos

O desfazimento de ativos relacionados ao patrimônio imobiliário e infraestrutura sob a responsabilidade do COMAER, no último ano, compreende os Aeródromos Civis Públicos transferidos para a Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura, conforme preconizado na Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 11 de maio de 2017.

Segue abaixo a relação de aeroportos que deixaram de pertencer a Administração do COMAER, no último ano e, consequentemente, foram transferidos no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) para as Superintendências do Patrimônio da União nas respectivas Unidades da Federação (SPU/UF). O valor total contabiliza R$ 936.648.617,46 (novecentos e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e dezessete Reais e quarenta e seis centavos), no ano de 2019.



Relação de Aeroportos transferidos à SAC/MINFRA no ano de 2019		
Destacamento de Infraestrutura / UG	**Aeroporto**	**Valor na data da transferência no SPIUnet (R$)**
DTINFRA-BR/120260	Aeroporto de Alta Floresta-MT	609.590.915,99
	Aeroporto de Barra do Garça-MT	940.143,45
DTINFRA-SP/UG	Aeroporto de Coxim - MS	4.135.347,01
	Aeroporto de Dourados - MS	143.928.208,30
	Aeroporto de Maracaju - MS	15.572.272,08
	Aeroporto de Nioaque	7.615.100,65
	Aeroporto de Ponta Porã - MS	44.519.435,02
	Aeroporto de Três Lagoas - MS	110.347.194,96
Total		**936.648.617,46**

Tabela: Imóveis desincorporados do patrimônio imóvel administrado pelo COMAER, no ano de 2019.
Fonte: SPIUnet

Considerando o patrimônio imobiliário desfeito no último ano, restam sob a administração do COMAER R$ 84.603.312.353,28 (oitenta e quatro bilhões, seiscentos e três milhões, trezentos e doze mil, trezentos e cinquenta e três Reais e vinte e oito centavos), conforme detalhamento na tabela a seguir, por DTINFRA, em consonância com o extrato do SPIUnet referente à data de 30 de dezembro de 2019.



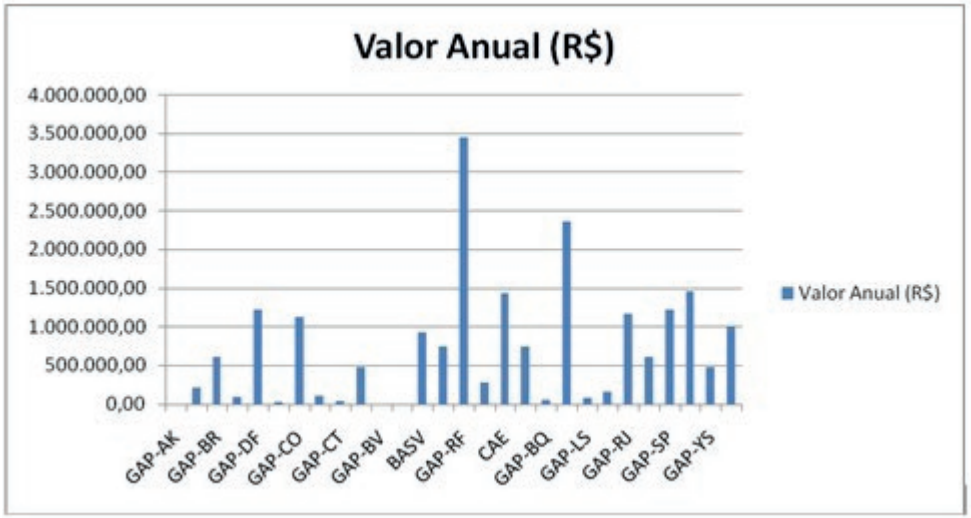
Relatório de Contabilização SIAFI			
DTINFRA	**Nome UG**	**Valor enviado ao SIAFI (R$)**	**Valor não enviado ao SIAFI (R$)**
BE	Núcleo do Grupamento de Apoio de Alcântara	887.432.351,65	n.a
	Núcleo do Grupamento de Apoio de Belém	701.077,82	n.a
	Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica de Belém	2.681.534.751,52	n.a
BR	Grupamento de Apoio do Distrito Federal	4.688.656,74	n.a
	Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica de Brasília	7.498.929.085,67	n.a
CO	Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica de Canoas	6.459.919.645,16	n.a
MN	Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica de Manaus	4.833.882.896,40	n.a
RF	Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica Recife	22.958.820.771,05	111.404.824,55
RJ	Grupamento de Apoio dos Afonsos	2.577.693.441,50	n.a
	Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica do Rio de Janeiro	10.419.591.416,27	224.655,80
SP	Grupamento de Infraestrutura e Apoio de SJC / GIA-SJ	1.743.277,25	n.a
	Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington	20.578.004,83	n.a
	Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa	14.359.450,00	n.a
	Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica de São Paulo	26.131.808.047,07	n.a
TOTAIS		84.491.682.872,93	111.629.480,35
TOTAL GERAL		**84.603.312.353,28**	

Tabela: Extrato de contabilização SIAFI por Destacamento de Infraestrutura.
Fonte: SPIUnet (30 dez 2019).

Locações de imóveis e equipamentos

A locação de imóveis administrados pelo COMAER é um ato normatizado internamente pela ICA 87-7/2019, que trata sobre Controle, Administração e Gestão do Patrimônio Imobiliário sob Administração do Comando da Aeronáutica, a qual apresenta alinhamento com o previsto na Lei nº 9.636/1998, que trata dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.

A seguir, consta tabela com o valor monetário total arrecadado à União advindo dos contratos de arrendamento (locações), por área de atuação dos DTINFRA, totalizando R$ 20.155.956,62 (vinte milhões, cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e seis Reais e sessenta e dois centavos).



DTINFRA	OM	Valor Anual (R$)
DTINFRA-BE	GAP-AK	6.146,76
	GAP-BE	215.320,81
DTINFRA-BR	GAP-BR	614.725,20
	GAP-NA	90.478,82
	GAP-DF	1.219.668,02
DTINFRA-CO	BAFL	23.859,12
	GAP-CO	1.132.670,93
	GAP-SM	105.461,68
	GAP-CT	46.738,24
DTINFRA-MN	GAP-MN	474.443,92
	GAP-BV	5.279,57
	GAP-PV	2.345,89
DTINFRA-RF	BASV	928.165,20
	GAP-NT	743.679,15
	GAP-RF	3.462.040,90
	BAFZ	280.167,47
DTINFRA-RJ	CAE	1.440.333,68
	GAP-AF	748.573,73
	GAP-BQ	53.853,60
	GAP-GL	2.366.336,18
	GAP-LS	86.428,59
	GAP-SC	156.036,91
	GAP-RJ	1.172.398,08
DTINFRA-SP	GAP-GW	609.948,89
	GAP-SP	1.222.213,94
	GAP-SJ	1.459.392,36
	GAP-YS	474.230,44
	GAP-CG	1.015.018,54
Total		20.155.956,62

Tabela: Contabilização de receitas com arrendamento de imóveis por DTINFRA.
Fonte: Tesouro Gerencial.

Ressalta-se que a locação de equipamentos não é uma prática rotineira no COMAER, o que não impede uma ação pontual em algum caso específico e/ou emergencial.

Mudanças e desmobilizações relevantes

No ano de 2019, a DIRINFRA, sob a coordenação do COMGAP, coordenou a mudança de sede do CEPE, do Rio de Janeiro – RJ para São Paulo – SP, com o objetivo de propiciar uma melhor gestão da Diretoria junto à OM subordinada no que se refere à elaboração dos projetos estratégicos do COMAER.

Principais desafios e ações futuras

No que se refere especificamente ao Patrimônio Imobiliário administrado pelo COMAER, pode-se destacar 03 (três) atividades, tais como as expostas no Relatório de Gestão anterior, quais sejam:

a) Regularização dos imóveis, o que implica no registro cartorial das áreas, incluindo o levantamentos de informações dos vizinhos (confrontantes) do imóvel, área (m^2) e perfeita descrição perimetral do imóvel. Após esse passo, denominado legalização, procede-se à regularização propriamente dita, por meio de Termo de Entrega lavrado pela Superintendência do Patrimônio da União da respectiva Unidade da Federação (UF). Nessa linha, no ano de 2019 foi solicitado aos DTINFRA o levantamento de quais imóveis tem a necessidade de execução de levantamento topográfico, com estimativa de recursos necessários com diárias, de forma a cumprir o Plano de Regularização de Imóveis do COMAER. Tais informações foram consolidadas pela DIRINFRA e encaminhadas ao EMAER;

b) Prevenção à invasão dos imóveis administrados pelo COMAER, por meio de inspeções regulares nos imóveis e cercamento apropriado da área. Em 2019, foi feita a estimativa de orçamento necessário para o cercamento dos imóveis com segurança crítica, visando à mitigação de invasões. Os recursos levantados foram enviados ao EMAER para apreciação e serão efetuados no ano de 2020, conforme disponibilização de recursos e priorização estratégica.

c) Reintegração de posse das áreas porventura invadidas. Os casos pontuais de invasão que tiveram a reintegração de posse autorizada foram solucionados.

No que se refere especificamente à Infraestrutura administrada pelo COMAER, pode-se destacar duas (02) atividades, quais sejam:

a) Visando o recebimento das aeronaves KC-390 e F-39 (Gripen) encontram-se em andamento obras de ampliação de pátios de aeronaves, reestruturação da iluminação do pátio de manobras e construção da sede administrativa para as unidades aéreas, todas em Anápolis - GO.

Sendo assim, encontra-se em andamento projetos de engenharia e obras com o objetivo de acompanhar a modernização e ampliação da capacidade operacional.

b) O acervo digital e físico de projetos elaborados pelo SISENG encontra-se, atualmente, dividido em seus Elos de Engenharia (DTINFRA-BE, DTINFRA-BR, DTINFRA-CO, DTINFRA-MN, DTINFRA-RF, DTINFRA-RJ e DTINFRA-SP). Para solucionar o problema da divisão do material técnico produzido pelo SISENG, encontra-se em andamento um estudo de viabilidade para a criação de uma biblioteca física e digital em São Paulo- SP, reunindo todos os Projetos do SISENG.

O Sistema de Obras e Patrimônio (SISOP) encontra-se em pleno funcionamento no que diz respeito ao Patrimônio Imobiliário (terrenos e benfeitorias). No que diz respeito a projetos e obras de engenharia, o módulo do Sistema referente à obras em andamento encontra-se em funcionamento, com as informações das obras e acompanhamento do status (finalizadas, atrasadas, no prazo ou paralisadas). No que diz respeito aos projetos de engenharia o SISOP segue em desenvolvimento. Como melhoria comum ao Patrimônio Imobiliário e a Engenharia, está a implementação de níveis de senha para os usuários.

Por fim, destaca-se a elaboração de uma especificação de requisitos para a implementação do Módulo de Gerência de Pavimentos do SIGAM (Sistema de Gerenciamento de Infraestrutura de Aeródromo Militar), que está sendo desenvolvido pela DIRINFRA em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) e o Centro de Computação da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CCA-RJ). O funcionamento desse módulo é fundamental para avaliar as condições atuais e prever as condições futuras dos pavimentos aeroportuários, permitindo o estabelecimento de políticas de manutenção da infraestrutura, a definição de prioridades e a alocação eficiente dos recursos destinados às ações de conservação, restauração e mesmo reconstrução dos pavimentos, de modo a prolongar a sua vida útil e propiciar conforto e segurança às operações.

6.4.3 Gestão da Tecnologia da Informação

6.4.3.1 Conformidade Legal

Visando assegurar conformidade com orientações, normativos e recomendações emanadas pelo SISP, Sistema do qual o COMAER é "Órgão correlato", de acordo com o Decreto Nº 7.579, de 11 de Outubro de 2011, além das demais normas aplicáveis à Governança e Gestão da Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal, em especial aquelas emanadas pelo TCU, GSI/PR, ITI, entre outros, o COMAER observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referendadas pelo Governo Federal e órgãos de controle.

No âmbito interno, a legislação da área de TI procura refletir as responsabilidades, competências e atribuições das estruturas internas, regulando, no âmbito COMAER, os assuntos de TI sempre que necessário e aplicável, de acordo com a seguinte cadeia de legislações:

Concepção Estratégica Força Aérea 100 – DCA 11-45 de 10 de OUTUBRO de 2018: Tem por finalidade apresentar as diretrizes de alto nível que nortearão os rumos da Força Aérea Brasileira (FAB) na busca pela sua capacidade de perceber, avaliar, adaptar-se e preparar-se para o futuro, por intermédio de um processo sistemático e contínuo;

Diretriz de Planejamento Institucional – DCA 11-118 de 26 de SETEMBRO de 2019: Tem por finalidade orientar, de forma integrada e articulada com a Concepção Estratégica Força Aérea 100 e o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), as ações a serem desenvolvidas pelo Comando da Aeronáutica (COMAER), em um horizonte temporal de quatro anos;

Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) – PCA 11-47 de 18 de DEZEMBRO de 2018: Apresenta a estratégia que será adotada para alcançar a Visão estabelecida para o Comando da Aeronáutica e os rumos que permitirão que a sua Missão Institucional seja cumprida com excelência;

Plano de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (PTIA) – PCA 11-319 de 05 DE SETEMBRO de 2018: Tem por finalidade orientar, de forma integrada e articulada com as diretrizes mencionadas no PEMAER, as ações a serem desenvolvidas pela área de Tecnologia da Informação (TI);

Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (PDTI) – PCA 11-320 de 30 de NOVEMBRO de 2018: Tem por finalidade apresentar o planejamento das ações de TI para atingir os objetivos estabelecidos nas legislações superiores.

Além das legislações mencionadas, são adotadas as boas práticas na área de TI recomendadas pelo SISP e demais órgãos supramencionados.

6.4.3.2 Descrição das atividades do COMEX-TI – Comitê Executivo de TI em 2019.

Em 2019 foram realizadas três reuniões ordinárias do COMEX-TI, conforme se segue:

1ª Reunião:

Data: 13 e 14 de março de 2019;

Pauta: Apresentação dos projetos e atividades de TI do ano corrente, prestação de contas das ações e recursos do STI do ano anterior, Proposta Orçamentária para o ano x+1, proposição de ajustes no PDTI do ano corrente e ano x+1, pelos ODS e início do levantamento de necessidades para o PDTI x+2, x+3 e x+4;

Atas: disponíveis para consulta em nível interno ao COMAER.

2ª Reunião:

Data: 17 e 18 de julho de 2019

Pauta: Acompanhamento dos projetos e atividades de TI do ano corrente, apresentação da PLOA do ano x+1, proposição de ajustes no PDTI do ano x+1 pelos Elos de Coordenação do STI, apresentação das necessidades de TI consolidadas para o PDTI em x+2/x+3/x+4.

Atas: disponíveis para consulta em nível interno ao COMAER.

3ª Reunião:

Data: 16 e 17 de outubro de 2019;

Pauta: Resultado dos projetos e atividades de TI do ano corrente, priorização das necessidades de TI do ano x+1, definições das necessidades para o PDTI dos anos x+2, x+3, x+4 e últimos ajustes necessários antes da apresentação ao CONTI.

Atas: disponíveis para consulta em nível interno ao COMAER.

Descrição das atividades do CONTI – Conselho Diretivo de TI, em 20190.

Em 2019 foram realizadas duas reuniões do CONTI, para deliberar sobre decisões

relativas aos temas tratados nas reuniões do COMEX-TI acima descritas. Tais reuniões ocorreram em maio e novembro de 2019.

6.4.3.3 Governança de TI

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica tem como principal instância o Sistema de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (STI), instituído pela NSCA 7-7, que é composto da seguinte forma:

Conselho Diretivo de TI (CONTI): Tem por finalidade assessorar o Comandante da Aeronáutica no trato dos assuntos de alto nível relacionados à Governança de Tecnologia da Informação no COMAER, com o objetivo de promover a entrega de valor por meio da TI e do uso estratégico da informação no COMAER, conforme Portaria nº 1080/GC3 de 25 de junho de 2019;

Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (COMEX-TI): Tem por finalidade assessorar o Órgão Central do Sistema de Tecnologia da Informação (STI) em assuntos relacionados à governança e gestão de TI, bem como prestar assessoramento técnico ao EMAER em assuntos de TI, sempre que a matéria a ser tratada extrapolar o domínio de um único Grande Comando, conforme Portaria 1081/GC3 de 25 de junho de 2019;

Órgão Central de TI, representado pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI): A DTI tem por finalidade normatizar, planejar, implantar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades relativas à Tecnologia da Informação do Comando da Aeronáutica, conforme ROCA 21-83/2012;

Elos de Coordenação de TI: Tem por finalidade coordenar os assuntos de TI de seu Grande Comando e unidades subordinadas, junto à DTI, conforme NSCA 7-7/2015;

Elos Especializados do STI: Tem por finalidade a execução das atividades ou serviços especializados de TI de interesse do Comando da Aeronáutica. As atividades dos Elos Especializados são coordenadas pela DTI, conforme NSCA 7-7/2015;

Elos de Serviços do STI: São os setores de TI das unidades do COMAER (Comando da Aeronáutica) que executam atividades rotineiras de manutenção de TI, reportando-se aos seus respectivos Elos de Coordenação, conforme NSCA 7-7/2015; e

Elos Usuários: São todos os militares e servidores civis que utilizam as ferramentas disponibilizadas pelo STI, nos seus locais de trabalho ou nas operações, para o tratamento das informações de interesse do COMAER, tendo a sua autorização, credenciamento e apoio técnico, coordenados pelos seus respectivos Elos de Serviço, conforme NSCA 7-7/2015.

Montante de recursos aplicados em TI

Para o cálculo dos recursos aplicados, as premissas consideradas foram:

1- Despesas empenhadas nas NDD relacionadas como Despesas de Tecnologia da Informação conforme o Manual Técnico do Orçamento do ano de 2019.

2 - Despesas empenhadas em favor das UGR pertencentes ao STI (120132 – DTI, 120105 - CCA-BR, 120128 - CCA-RJ e 120150 - CCA-SJ) e também despesa empenhada em favor da UGR 120127 - CISCEA, de interesse do Sistema de Tecnologia da Informação.

3 – Despesas empenhadas em Ações Orçamentárias que tiveram como responsável o Diretor da DTI, de acordo com a Portaria Nº 1.446/GC4, de 21 de agosto de 2019.

4 - Despesas empenhadas em Ações Orçamentárias que não tivessem o Diretor da DTI como responsável, porém, seu escopo de aplicação tenha sido eminentemente em Sistemas TI ou sob a responsabilidade de alguma das Organizações do STI (Ações 147F, 14XJ, 2000, 20X7, 20XV).

O montante de recursos aplicados em TI somou R$ 27.418.426,55 (vinte e sete milhões, quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos), discriminados por NDD conforme os dois quadros a seguir.

Despesas das UGR do Sistema de Tecnologia da Informação (STI)

Ação Governo	GD	Métrica		Saldo - R$ (Item Informação)
		NDD		29
				DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
147F	3	33904006	LOCACAO DE SOFTWARES	25.522,39
		33904007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	278.703,76
	4	44904005	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	80.291,54
		44905235	MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	107.988,00
	Total			492.505,70
14XJ	4	44904001	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	85.544,00
		44905243	EQUIPAMENTOS DE TIC - SERVIDORES/STORAGE	130.400,00
	Total			215.944,00
2000	3	33903017	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	12.265,89
		33904007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	150.000,00
		33904011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	210.000,00
		33904013	COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL	74.280,00
		33904016	OUTSOURCING DE IMPRESSAO	9.360,00
		33904020	TREINAMENTO/CAPACITACAO EM TIC	9.000,00
		33904021	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS DE TIC	4.214,79
		33904023	EMISSAO DE CERTIFICADOS DIGITAIS	2.025,00
	4	44905235	MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	2.801,34
		44905241	EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	33.916,00
	Total			507.863,02
20SA	3	33903017	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	16.001,71
		33904006	LOCACAO DE SOFTWARES	510.427,98
		33904007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	2.741.127,70
		33904012	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	417.000,00
		33904013	COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL	179.189,28
		33904019	COMPUTACAO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVICO (SAAS)	1.107.546,52
		33904020	TREINAMENTO/CAPACITACAO EM TIC	250.100,00
	4	44904005	AQUISICAO DE SOFTWARE PRONTO	277.384,15
		44905241	EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	1.686.671,89
	Total			7.185.449,23
20X7	3	33904007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	51.957,79
	Total			51.957,79
20XA	3	33903017	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	79.700,16
		33904005	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC - TELEFONIA	2.801,34
		33904006	LOCACAO DE SOFTWARES	244.678,51
		33904007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	24.000,00
		33904011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	24.271,18
		33904012	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	167.807,33
	4	44905235	MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)	706,74
		44905241	EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	520.339,98
	Total			1.064.305,24
20XV	3	33903017	MATERIAL DE TIC - MATERIAL DE CONSUMO	19.040,00
		33904006	LOCACAO DE SOFTWARES	151.279,63
		33904007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	3.978.373,56
		33904011	SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	624.047,49
		33904013	COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL	4.125.068,96
		33904014	TELEFONIA FIXA E MOVEL - PACOTE DE COMUNICACAO DE DADOS	123.116,19
		33904017	COMPUTACAO EM NUVEM - INFRAESTRUTURA COMO SERVICO(IAAS)	443.112,02
		33904019	COMPUTACAO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVICO (SAAS)	3.617.201,73
		33904020	TREINAMENTO/CAPACITACAO EM TIC	18.090,00
	Total			13.099.329,58
Total				22.617.354,55

Fonte: Tesouro Gerencial

Despesas CISCEA

Ação Governo	GD	Métrica		Saldo - R$ (Item Informação)
		NDD		29
				DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)
20SA	4	44904001	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	4.801.072,00
	Total			4.801.072,00

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Finalísticos	• Aperfeiçoamento da Governança de TI • Gestão da Segurança da Informação • Desenvolvimento e manutenção de sistemas corporativos de Tecnologia da Informação • Apoio logístico de suprimento e manutenção de simuladores • Apoio logístico de infraestrutura de Tecnologia da Informação
De Apoio	• Gestão de Pessoal • Atividades Administrativas • Controle Interno • Comunicação Institucional
Gerenciais	• Estratégia organizacional

Em relação à cadeia de valor do Sistema de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (STI), aprovada por meio da Portaria DTI N° 50/ANATI, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016, tem-se que os macroprocessos do STI possibilitam uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno organizacional. Explicitam como esse Sistema funciona para realizar sua missão. Foram estabelecidos sob a ótica das competências legais e dos resultados esperados segundo as necessidades dos clientes e da própria Diretoria, na consecução da sua missão institucional. Classificam-se em Finalísticos, Gerenciais e de Apoio, conforme se segue:

Os Macroprocessos Finalísticos estão relacionados diretamente aos produtos e serviços que o Sistema disponibiliza segundo sua competência legal, ao passo que os de Apoio dão suporte àqueles, de forma a garantir que os objetivos institucionais sejam atingidos, a missão realizada e a visão de futuro alcançada.

Quanto ao tema "macroprocessos", vale lembrar que o PTIA (PCA 11-319/2018) possui em seu conteúdo um diagrama de macroprocessos para o STI, segundo o qual "o diagrama com a visão estratégica dos processos de TI representa os principais macroprocessos desempenhados pelo Sistema, que possibilitam uma visão lógica e estruturada do funcionamento do sistema e explicitam como ocorre a interação entre cada processo, de modo que o sistema cumpra sua finalidade. "

Favorecido NE CCor		Item Informação		29
				DESPESAS EMPENHADAS
		Natureza Despesa Detalhada		Saldo
07002990000146	PLENNUS TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	33904007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	5.526.440,78
05316271000174	QUARTZO ENGENHARIA DE DEFESA, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.945.476,98
EXW011NSA	ITM USA ENTERPRISES, INC	33904019	COMPUTACAO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVICO (SAAS)	4.724.748,25
60444437000146	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	1.851.258,14
00162720000153	TAMANDARE INFORMATICA LTDA	44905241	EQUIPAMENTOS DE TIC - COMPUTADORES	1.823.894,00
05423963000111	OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	33904013	COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL	1.526.884,20
03707773000109	PURPLE SECURITY MASTER EIRELI	33904013	COMUNICACAO DE DADOS E REDES EM GERAL	1.129.863,85
11262624000101	ATECH - NEGOCIOS EM TECNOLOGIAS S.A.	33904007	MANUTENCAO CORRETIVA/ADAPTATIVA E SUSTENTACAO SOFTWARES	1.116.557,79

Favorecido NE CCor		Item Informação		29
				DESPESAS EMPENHADAS
		Natureza Despesa Detalhada		Saldo
11262624000101	ATECH - NEGOCIOS EM TECNOLOGIAS S.A.	44904001	DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	4.801.072,00

Segurança da Informação

De acordo com a Norma Sistêmica do Comando da Aeronáutica n° 7-13, a segurança da informação é realizada pela gestão da proteção cibernética dos ativos críticos de rede de interesse do COMAER. Para isso, a Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica (DTI) conta com uma série de serviços, tais como: Centro de Tratamento de Incidentes de Redes (CTIR-FAB), Setor de Perícia Forense computacional e Setor de Defesa Ativa. A DTI, ainda, realiza visitas de inspeções técnicas de infraestrutura ou de segurança nas organizações do COMAER.

A DTI iniciou o processo de melhoria da segurança da informação por meio da implantação de equipamentos dedicados a defesa de perímetro com a finalidade de aprimorar a consciência situacional do espaço cibernético utilizado pelas organizações do COMAER.

Com isso, a DTI, a partir da identificação das vulnerabilidades existentes nas redes, nos sistemas e nas instalações de TI, trabalha na prevenção dos agentes de ameaças que podem gerar impactos nos recursos e sistemas de TI do COMAER. Também, promove a garantia de um nível adequado de segurança das informações dos sistemas de TI considerados como fatores críticos para o apoio às atividades realizadas.

Por meio dessas atividades, a DTI norteia a implantação, nas suas Organizações, dos procedimentos e soluções técnicas de segurança em suas redes locais de comunicação de dados.

Principais desafios e ações futuras

O principal desafio para a área de Tecnologia da Informação no COMAER é o cumprimento integral do seu planejamento, o qual tem como norte os objetivos da DCA 11-45/2018 – Concepção Estratégica Força Aérea 100, bem como do PCA 11-47/2018 – PEMAER. Seu esteio são o PCA 11-319 - Plano de Tecnologia da Informação da Aeronáutica e o PCA 11-320 Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Os desafios que se apresentam à gestão de TI serão enfrentados a partir da ação coordenada em três frentes: Infraestrutura de TI, Gestão Estratégica de Dados e Métodos Ágeis de Desenvolvimento. Quanto à primeira frente, o planejamento do STI prevê a incorporação das nuvens governamentais (SERPRO/DATAPREV) de forma a permitir a adoção de um modelo de custos mais controlado e dinâmico, de acordo com a realidade que se apresenta a cada momento da evolução das tecnologias, bem como à adequação aos novos ditames do Governo Digital, o qual incentiva essa modalidade técnica.

A gestão estratégica de dados tem por objetivo colocar a informação no centro dos processos de captação, curadoria, análise e distribuição dos mesmos. Atividades a serem desenvolvidas incluem a gestão de dados mestre (MDM), automação na validação, higienização e captação de dados por robôs (RPA) e incremento na produção e gestão de metadados, estes fundamentais para processos de analítica de dados para os objetivos do COMAER nas mais diversas áreas. Se os dados são o maior ativo das organizações, eles devem estar no centro dos processos, das análises e das decisões.

Finalmente, a produtividade do Sistema de Tecnologia da Informação da Aeronáutica tem sido significativamente aumentada pela adoção de métodos ágeis de desenvolvimento (DevOps e DevSecOps), os quais ainda trazem o benefício do engajamento do cliente das aplicações, desde os primeiros estágios do desenvolvimento, melhorando a qualidade do produto final. Dessa forma, estaremos bem mais próximos do objetivo que é tornar o PDTI numa lista de iniciativas que se concluem com qualidade dentro do prazo planejado, e não simplesmente num plano que acaba sendo revisado a cada ano, com a inclusão de novas iniciativas.

Essas três frentes compõem o processo de transformação digital que o COMAER pretende levar a cabo nos próximos anos, incrementando fortemente o emprego da TI na área finalística, ou seja, no preparo e emprego da Força em iniciativas como Simulação, Comando e Controle, Guerra Eletrônica, Logística de Manutenção e Guerra Cibernética. Para tal, será necessário readequar a operação da TI dita Administrativa, envolvendo os atuais sistemas de ERP, Capacitação, EAD, entre outros, reestruturando-os de forma a obter-se eficiência e redução de custos nessas atividades. Dessa forma, gradualmente a aplicação do orçamento será reorientada com segurança para o atendimento das atividades finalísticas.

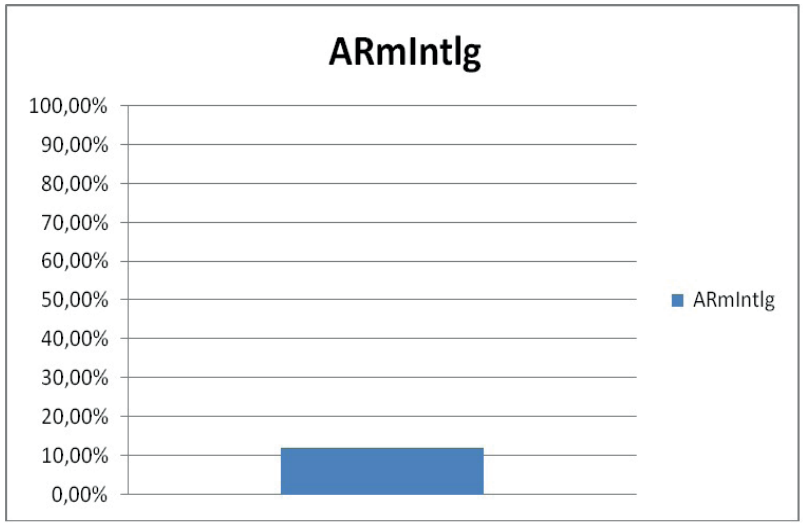
Contratações mais relevantes de recursos de TI

As contratações mais relevantes na área de TI foram capitaneadas pela DTI, suas OM subordinadas, Elos Especializados ou outras UGR que tenham contratado despesas de interesse da DTI. As despesas de maior relevância constam da tabela abaixo, que lista os 9 (nove) contratados com valores empenhados acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Tais contratações abarcam serviços de desenvolvimento/manutenção de software, manutenção de equipamentos (simuladores), comunicação de dados e aquisição de equipamentos de TI.

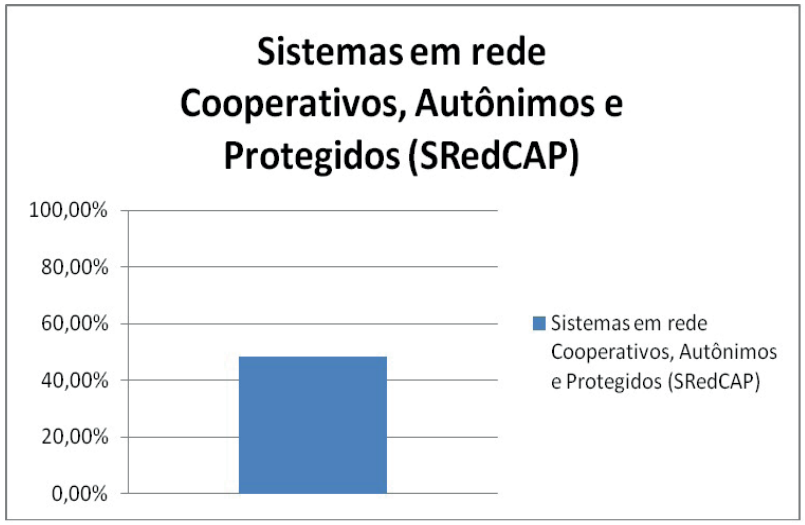
Estágio atual do desenvolvimento dos indicadores de desempenho do COMGAP

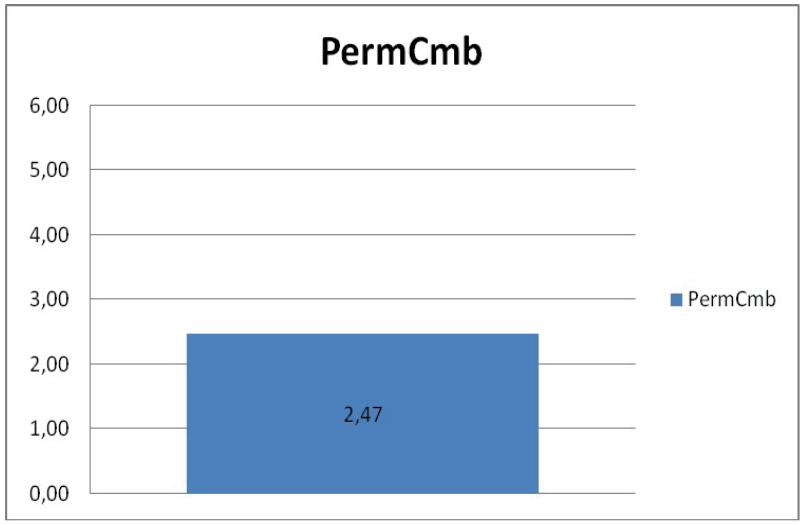
O Índice da Capacidade Operacional da FAB (ICOFAB) é a consolidação dos indicadores que retratam a situação da capacidade operacional da FAB, avaliando o desempenho de aspectos tais como Defesa Aérea, Ataque Estratégico, Inteligência Operacional, Prontidão, Mobilidade, Emprego do Poder Aéreo, Logística Operacional, Operação Conjunta ou Combinada, Ciência e Tecnologia, Capacidade de Transporte e Treinamento.

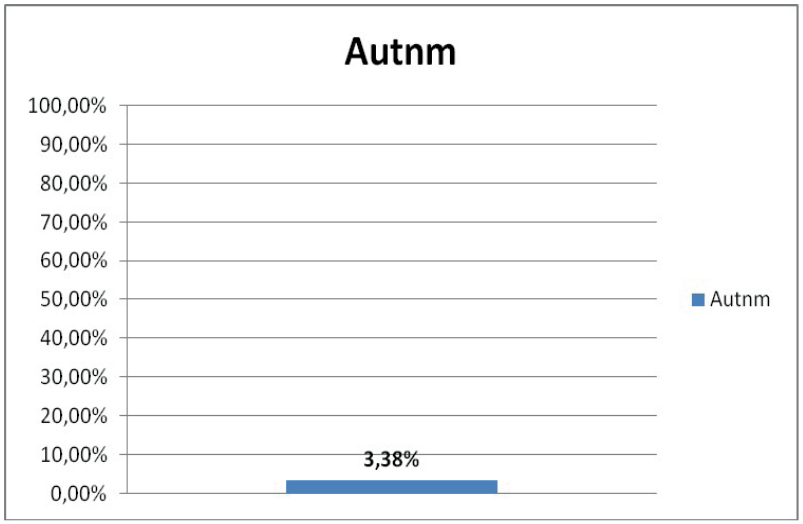
No âmbito do COMGAP, os indicadores ligados a tal índice são: Sistemas em rede Cooperativos, Autônimos e Protegidos (SRedCAP), Armamento Inteligente em relação ao total de armamento (ARmIntlg), Permanência em combate, em termos de estoque, real e previsto (PermCmb) e Autonomia, que avalia o percentual de nacionalização nos projetos estratégicos da FAB (Autnm).



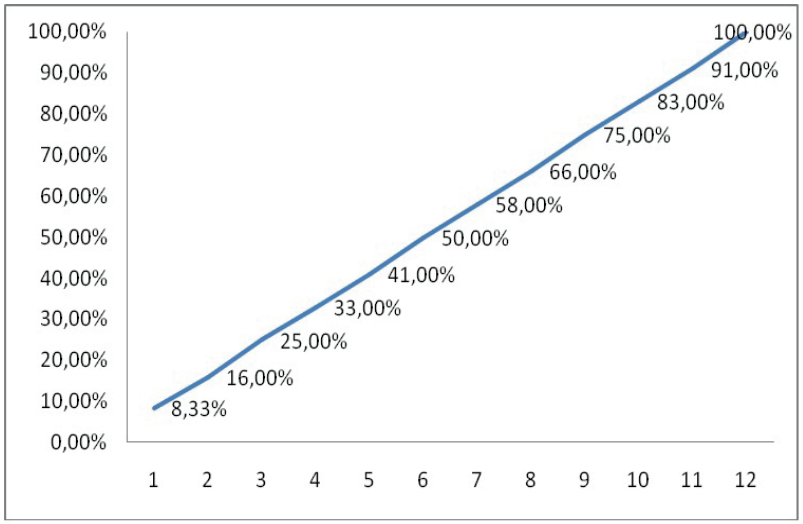
SRedCAP:







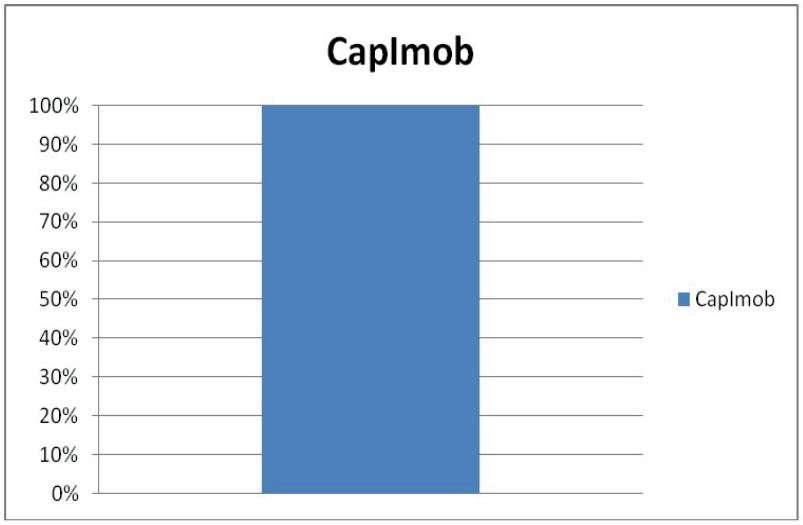
ExecEstrat:



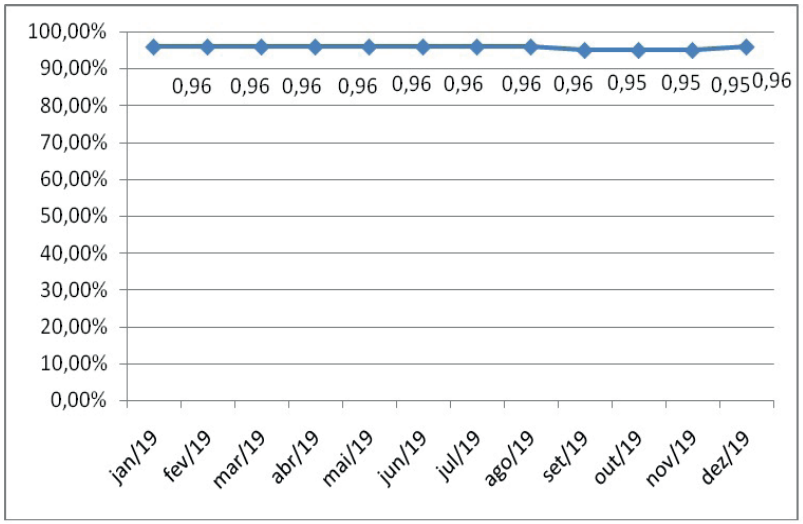
O Índice de Gestão Administrativa da FAB (INGEFAB) é o resultado da composição dos indicadores ligados à situação das atividades de apoio da Força, tais como Bens Imóveis, Efetivo, Administração hospitalar, Logística, Ensino e gestão do Controle do Espaço Aéreo.

No âmbito do COMGAP, os indicadores ligados a tal índice são: Taxa de Execução Estratégica, que mede a execução das atividades estratégicas (ExecEstrat), Capacidade de disponibilização dos imóveis existentes (CapImob), Capacidade de ocupação dos imóveis disponíveis (OcupImob), Contratos logísticos de manutenção no País pelo total de contratos (ConLogBr) e Valor dos contratos logísticos de manutenção no País pelo valor total de contratos (InValConLogBr).

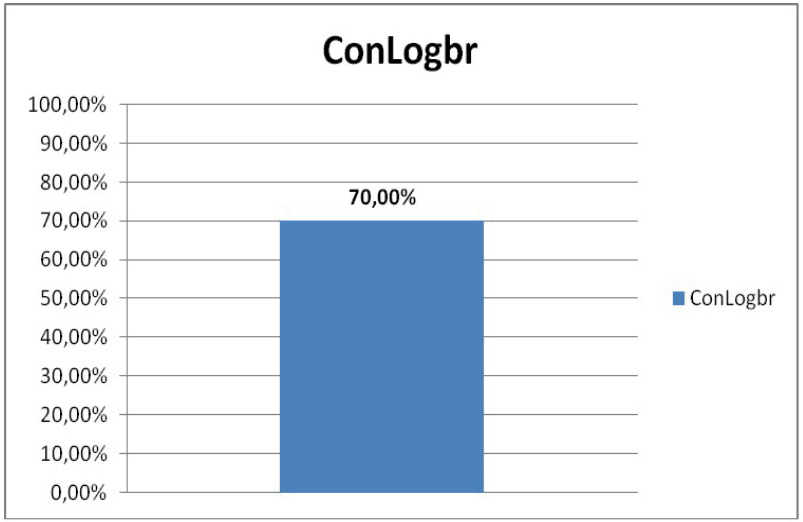
CapImob:



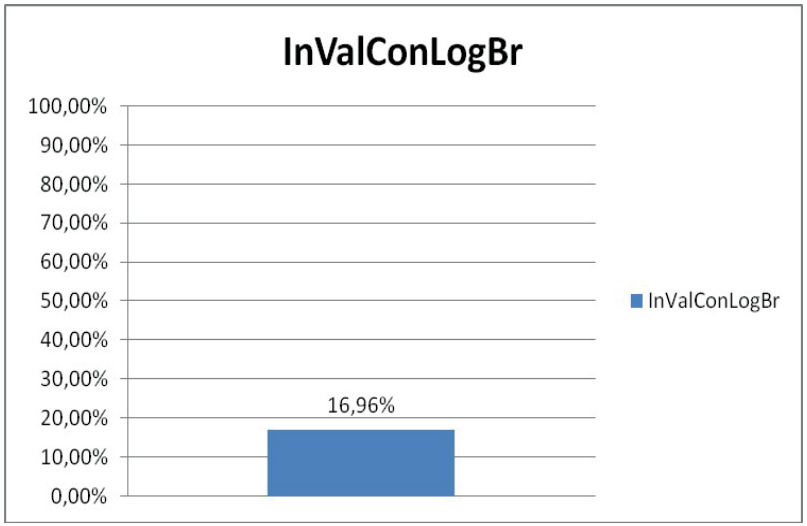
OcupImob:



ConLogBr:



InValConLogBr:



Cabe ressaltar que os indicadores estão em constante análise e podem, a qualquer momento, serem aprimorados ou aperfeiçoados, a fim de estarem adequados a uma necessidade específica ou a novas propostas de gestão, de acordo com a necessidade.

Força de trabalho de TI do COMAER

Os quantitativos de pessoal militar da área de TI consistem de militares de carreira e de militares temporários das carreiras de TI. O efetivo de militares de carreira é composto pelos quadros/especialidades: QOENG CMP, QOEA SVI, QOAP ANS e QSS SIN(*). O efetivo de militares temporários corresponde aos militares dos quadros/especialidades: QOCON CMP, QOCON ANS, QCOA ANS e QSCON TIN(**).

(*) Quadros/especialidades de militares de carreira:

- QOENG CMP: Quadro de oficiais engenheiros, da especialidade Engenharia de Computação;

- QOEA SVI: Quadro de oficiais especialistas, da especialidade Serviços de Informática;

- QOAP ANS: Quadro de oficiais de apoio, da especialidade Analista de Sistemas;

- QSS SIN: Quadro de graduados do grupamento de serviços, da especialidade Sistemas de Informação.

(**) Quadros/especialidades de militares temporários:

- QOCON CMP: Quadro de oficiais convocados, da especialidade Engenharia de Computação;

- QOCON ANS: Quadro de oficiais convocados, da especialidade Analista de Sistemas;

- QCOA ANS: Quadro Complementar de oficiais, da especialidade Analista de Sistemas;

- QSCON TIN: Quadro de graduados convocados, da especialidade Informática.

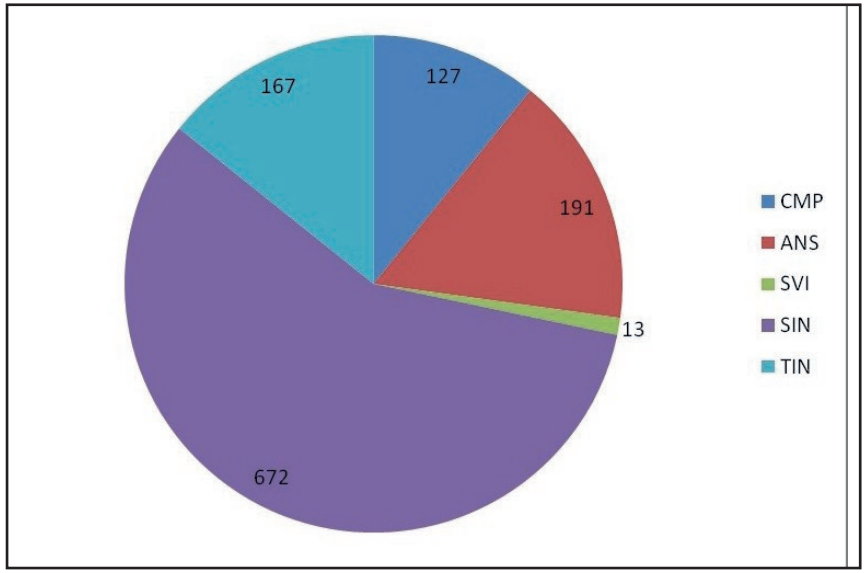
Em termos de quantitativos anteriores, conforme consulta realizada ao Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES), em 12 de fevereiro de 2020 às 08h33min, com base no ano de 2019, os quantitativos de militares eram:

Pessoal de carreira: 780;

Pessoal temporário: 390.

Total de militares: 1.170.

A consulta realizada ao Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES), obtidas no dia 12 de fevereiro de 2020, às 9:00h, os quantitativos de militares são os seguintes (sendo o quantitativo de militares temporários em um total de 390):



QUADRO	ESP	POSTO	EXISTENTE 2019
QOCON	CMP	TEN	37
QOCON	ANS	TEN	162
QCOA	ANS	TEN	24
QOAP	ANS	TEN	5
QOEA	SVI	CAP/TEN	13
QOENG	CMP	CEL	2
QOENG	CMP	TCEL	3
QOENG	CMP	MAJ	9
QOENG	CMP	CAP	28
QOENG	CMP	TEN	48
QSS	SIN	SGT	672
QSCON	TIN	SGT	167
TOTAL militares			1.170

Fonte: SIGPES

6.5 COMANDO-GERAL DE PESSOAL - COMGEP

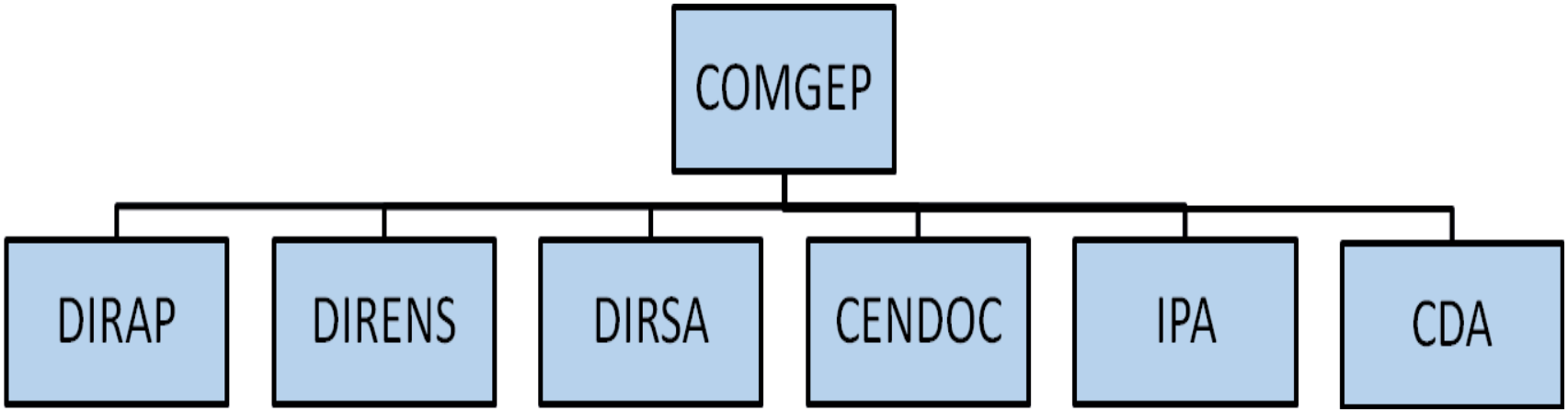
Missão:

"Planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o pessoal civil e militar do Comando da Aeronáutica".

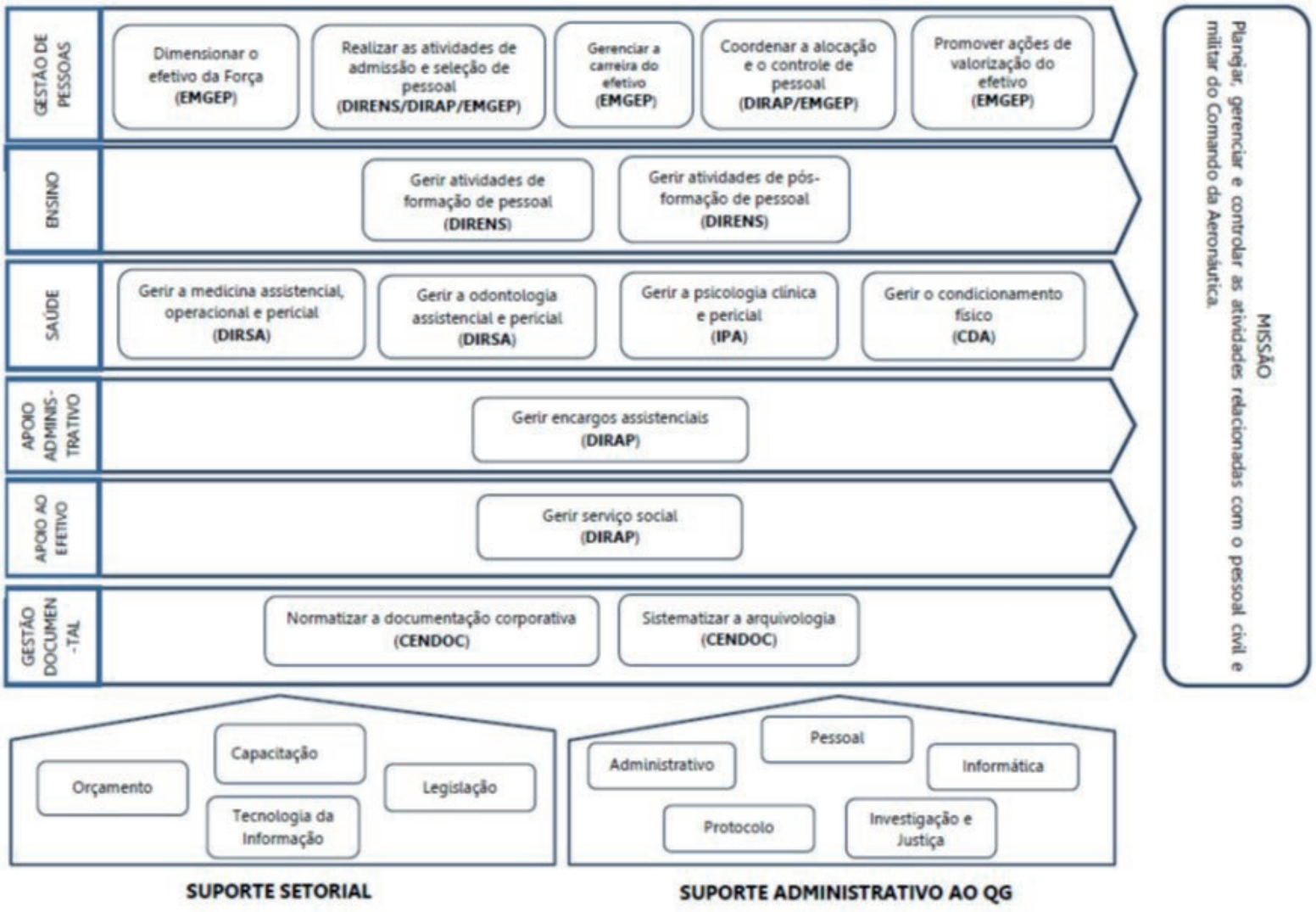
Visão:

"Ser reconhecido pela excelência na gestão de pessoas, por promover elevados índices de desempenho e satisfação dos recursos humanos no âmbito do Comando da Aeronáutica.".

Estrutura:



Cadeia de Valor:



Fonte: COMGEP

A seguir serão listados alguns dos resultados descritos na cadeia de valor, evidenciando as principais ações efetivamente realizadas ao longo do exercício 2019.

DIRETORIA DE ENSINO (DIRENS)

Os principais processos da DIRENS estão relacionados à formação e pós-formação dos militares e à capacitação de civis do COMAER. Nesse sentido, em 2019 a DIRENS aprovou o Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino (PDEE), com o objetivo de refletir o pensamento institucional concernente aos processos educacionais, visando à melhoria da gestão e da qualidade do ensino. O PDEE tem vigência plurianual de quatro anos e apresenta as metas, as ações e as mudanças necessárias ao desenvolvimento dos processos educacionais das Organizações de Ensino (OE). O documento permitirá à DIRENS exercer uma governança descentralizada do sistema de ensino.

Durante o ano de 2019 houve um processo de reestruturação da pós-formação dos oficiais e graduados, objetivando o aprimoramento constante e progressivo dos recursos humanos por meio do alinhamento da educação continuada. Nesse sentido, foram implementados cursos de especialização e de estudos avançados para os graduados, bem como a reformulação dos cursos de aperfeiçoamento.

A Universidade da Força Aérea desempenhou um papel importante na pós-graduação, ofertando cursos stricto sensu de mestrado para os militares e civis da Força Aérea, bem como para o público externo. Para tanto, buscou-se parcerias de Instituições de Ensino Nacionais e Internacionais.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL (DIRAP)

A DIRAP atingiu as metas previstas ao aprimoramento do apoio aos militares e aos servidores civis do COMAER por meio da assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes; da assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis e de empregados; da assistência pré-escolar aos dependentes de militares; do auxílio-transporte de civis; do auxílio-transporte de militares e do auxílio-alimentação de civis.

Com relação ao Serviço Social, houve planejamento interno no que se refere a descentralização de recursos; revisão da legislação; informatização do processo de atendimento social, visando criar indicadores de gestão; inserção da vídeo-conferência como instrumento de aproximação com os Órgãos Executivos; pesquisa para conhecimento do perfil socioeconômico da Família Aeronáutica; planejamento do Encontro de Gestão do Sistema de Serviço Social do COMAER (SISESO); elaboração do Programa de Educação Financeira; redefinição dos critérios do Prêmio Visibilidade em Serviço Social; elaboração de capacitação e tutoria em Cursos EAD da SEFA (Qualidade de Vida e Preparação para a Reserva e Aposentadoria) e estudo sobre distribuição dos Oficiais do QOAp e QOCon.

Outro fator relevante refere-se à nova identidade funcional (Projeto Identidade Multifuncional), na qual todas as vinte e cinco seções de identificação (SIDOM) receberam novos equipamentos biométricos e o software de captura biométrica, além do canal seguro de transmissão de dados, por meio de software de transmissão, tendo como objetivo a personalização dos cartões de policarbonato em suas instalações, tendo como resultado aproximado de 4.400 (quatro mil e quatrocentos) cartões de policarbonato impressos em 2019.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA AERONÁUTICA (CENDOC)

O principal resultado alcançado pela CENDOC no exercício de referência foi o cumprimento da programação de visitas de assessoramento técnico como ação primordial na disseminação dos conceitos e estímulo às práticas relativas à gestão documental, ampliando a compreensão e a adoção das medidas adequadas para o devido tratamento e tramitação da documentação produzida, consoante às normas corporativas e à sistematização almejada.

O CENDOC, perseguindo as diretrizes emanadas pelo COMGEP em relação ao aperfeiçoamento da gestão documental participou ativamente junto ao CCA-SJ do desenvolvimento de nova versão do SIGADAER, ferramenta imprescindível para a satisfatória gestão da documentação produzida e armazenada em cada organização do COMAER. Igualmente, merecem o imprescindível destaque as visitas de assessoramento voltadas para a integração das bibliotecas em uma rede já consolidada e em vias de expansão. No tocante ao desenvolvimento da consciência coletiva acerca da gestão documental, ofertou o curso de gestão documental a cerca de 150 militares e servidores públicos do COMAER, em três localidades distintas, e ainda organizou o Encontro Anual de Arquivistas, do qual participaram mais de 30 profissionais, inclusive das Forças co-irmãs, para disseminar novos conhecimentos e partilha de óbices enfrentados na rotina dos profissionais da Arquivologia. Em meio às ações anteriormente mencionadas, o CENDOC participou ativamente na revisão da publicação convencional dedicada à correspondência oficial, a fim de permitir a todo COMAER o ajuste devido em virtude de alteração no Manual de Redação da Presidência da República, em curtíssimo prazo.

DIRETORIA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA (DIRSA)

Como aspecto mais importante do SISAU em 2019, destaca-se o trabalho realizado por um grupo multidisciplinar, da área do COMGEP/DIRSA, que culminou com a elaboração e aprovação da DCA 11-126 Reestruturação do Serviço de Saúde, acarretando a amplitude do controle e administração sistêmica do SISAU, incorporando a direção das OSA, diretamente, aos Hospitais de 4º e 3º escalões. Outro aspecto significativo, em termos de instalação, foi a inauguração do auditório da DIRSA, nomeado Auditório BrigMed Lauro Carneiro, com capacidade para 180 pessoas, que está proporcionando um significativo espaço para eventos culturais e administrativos das OSA, localizadas, principalmente, na Guarnição do Galeão.

COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA

A CDA atuou na organização da 14ª edição da Corrida para a Paz do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) que contou com a participação de 3000 corredores com a finalidade de comemorar o aniversário do CISM, promovendo a mensagem pela paz mundial, além de estimular a prática de atividades físicas no âmbito das Forças Armadas, bem como promover a integração com a sociedade.

Também atuou na organização das competições escolares das Forças Armadas (NAVAMAER, MAREXAER e NAE) e participou ativamente dos Jogos Regionais nas diversas guarnições militares com a premissa básica estabelecida pelo Ministério da Defesa de estimular a prática esportiva conjunta, com vistas a facilitar o congraçamento entre as Forças Armadas, desenvolvendo o espírito de corpo, de coesão e de camaradagem entre militares da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira.

Em relação ao Projeto social João do Pulo (PJP), coordenado pelo Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica, foi disponibilizado a instalação esportiva e pessoal especializado em educação física adaptada para atender trinta pessoas com deficiências em situação de vulnerabilidade social. O principal objetivo do PJP foi democratizar a prática de atividades físicas adaptadas através da inclusão social igualitária e valorização pessoal. As principais atividades desenvolvidas foram aulas de iniciação paradesportiva de atletismo, natação e bocha adaptada. As atividades complementares foram: terapias ocupacionais, experimentações em competições de modalidades adaptadas e educação alimentar e nutricional. No ano de 2019, o projeto João do Pulo participou de quatro eventos no âmbito nacional e dos Jogos Mundiais militares na China.

Por fim ocorreram profundas alterações nas legislações previstas para o Sistema de Educação Física e Desporto da Aeronáutica (SISEFIDA), respeitando o banco de dados dos últimos dez anos desta Comissão. Além disso, foram utilizados diversos estudos científicos que tratam de assuntos semelhantes. A legislação com maior mudança foi a NSCA 54-3, que versa sobre o Teste de Avaliação do Condicionamento Físico dos militares da ativa do Comando da Aeronáutica. Foram alterados nesta legislação: os pontos de cortes dos testes, o cálculo do grau dos avaliados e os critérios de aprovação e reprovação. As alterações tornaram a avaliação mais exigente, mais rápida e menos onerosa. A NSCA 54-1, que contém a dinâmica de funcionamento do SISEFIDA, a NSCA 54-4, que versa sobre os Testes Físicos de Admissão e Seleção, e a NSCA 54-5, que trata do Treinamento Físico Profissional Militar, não sofreram modificações técnicas, porém alguns aspectos contidos nos seus textos foram melhorados, facilitando o entendimento e sua aplicação.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA - IPA

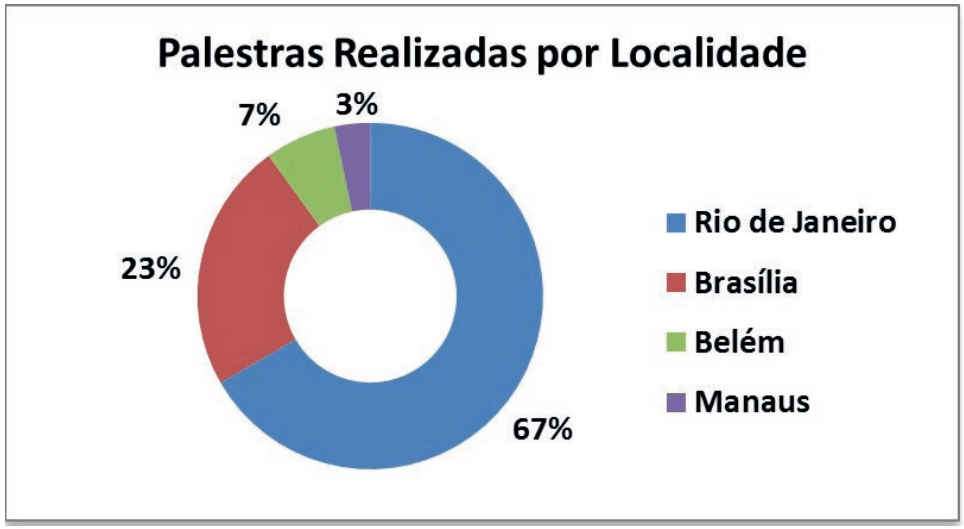
O IPA, durante o ano de 2019, realizou trabalhos voltados à segurança de vôo, através da Divisão de Psicologia Operacional Aplicada (DPOA), bem como promoveu a saúde mental em meio aos militares por meio do Programa de Valorização da Vida, realizado pela Divisão de Psicologia Clínica (DPCLIN). Além disso, o Instituto realizou processos seletivos para ingresso na Aeronáutica por meio dos Exames de Aptidão Psicológica (EAP), realizados pela Divisão de Seleção (DISEL).

1 Programa De Valorização Da Vida (PVV)

As atividades nesse segmento foram executadas em 03 eixos: Programa de Valorização da Vida – PVV, Gestão técnica da Psicologia Clínica da FAB e atividades de apoio, este último realizado no âmbito da Guarnição dos Afonsos com um caráter de Responsabilidade Social, em apoio a crianças e jovens de comunidades carentes. Seguem os resultados alcançados no ano de 2019:

Palestras com temas em saúde mental e prevenção ao suicídio

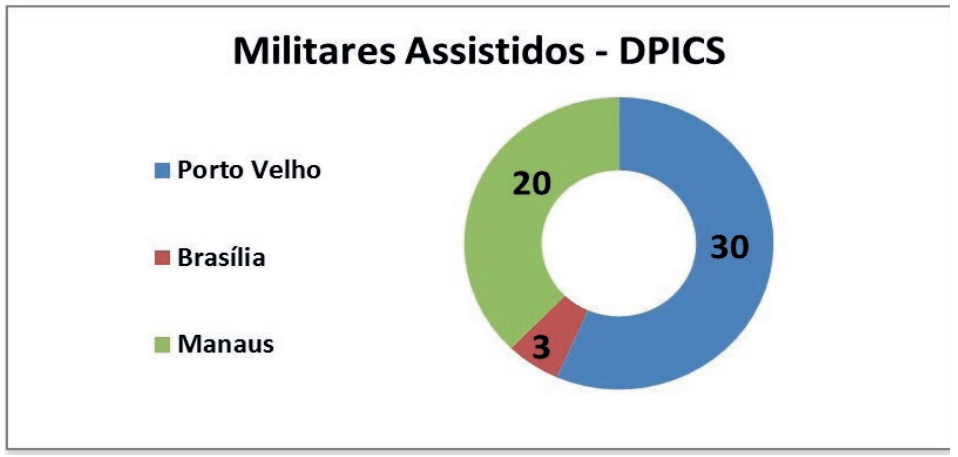
Em 2019 a Divisão de Psicologia Clínica do IPA (DPCLIN), por meio do Programa de Valorização da Vida (PVV), realizou um total de 30 (trinta) palestras em 19 (dezenove) Organizações Militares da FAB sobre a prevenção do suicídio e outros temas em saúde mental, como estresse e burnout.



Fonte: COMGEP

Atividade de Posvenção

Em 2019 a Divisão de Psicologia Clínica do IPA (DPCLIN), por meio do Programa de Valorização da Vida (PVV), realizou a coordenação de 03(três) intervenções realizadas por psicólogos da FAB (Elos Executivos do Sistema de Psicologia da Aeronáutica - SISPA) em segmento de pósvenção, em que foi utilizado protocolo criado pela Divisão de Psicologia Clínica para atuação após ocorrência de crise suicida entre militares de Organizações Militares da FAB. O DPCIS (Debriefing Psicológico Pós Crise Suicida) foi realizado em 03 (três) regiões diferentes do país – Brasília, Manaus e Porto Velho. Ele possui como objetivo a prevenção de adoecimento psíquico de militares devido ao grande impacto e vivência traumática provocada pela ocorrência de suicídio de um dos membros da equipe de trabalho.

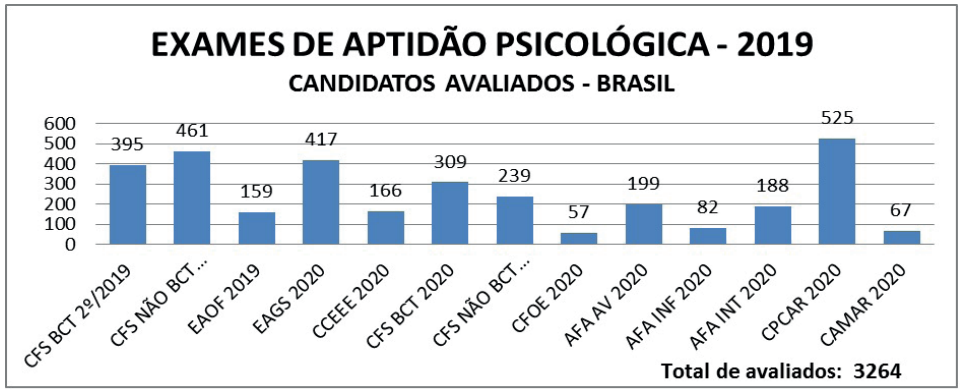


Fonte: COMGEP

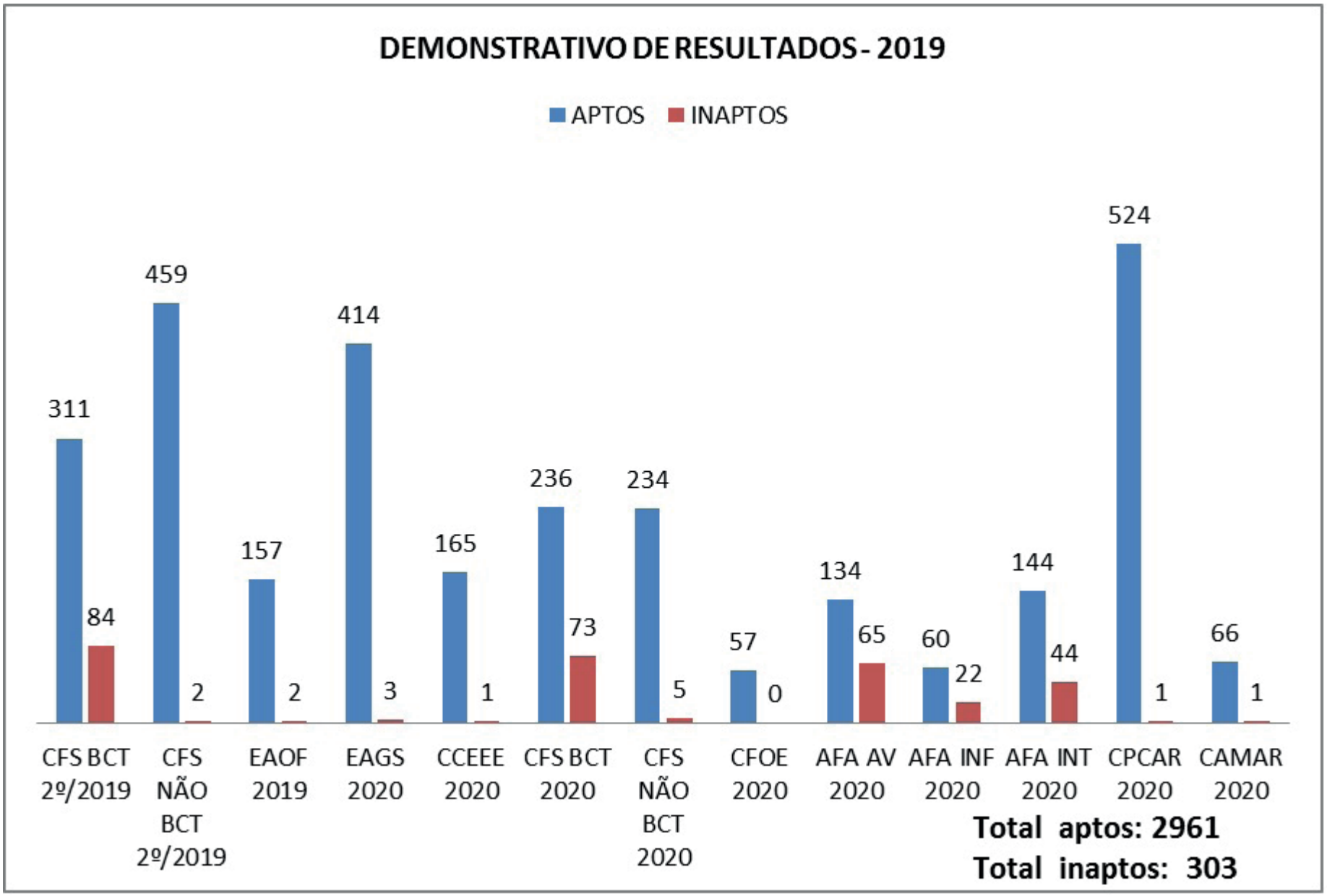
Exame de Aptidão Psicológica (EAP)

Em 2019 foram avaliados 3.264 candidatos, distribuídos nos diversos exames de admissão da FAB. As localidades onde foram realizados os Exames de Aptidão Psicológica foram: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife, Belém, Manaus e Canoas, com o auxílio dos Elos do Sistema de Psicologia da Aeronáutica, mobilizando aproximadamente 37 psicólogos(as) para as avaliações.

Avaliações realizadas:



Fonte: COMGEP



Fonte: COMGEP

6.5.1 Gestão de pessoas

O Comando da Aeronáutica necessita de pessoas porque somente elas são capazes de desenvolver soluções criativas para os novos desafios. Ainda que, no futuro, muitas atividades administrativas e operacionais possam ser automatizadas, ou operadas remotamente, a Força Aérea continuará a necessitar de seres humanos para conduzi-la à sua visão de futuro.

A Força Aérea tratar seu pessoal como uma força de trabalho unificada, composta por militares de carreira, temporários, da reserva e funcionários civis.

No que se refere à captação de Recursos Humanos, preocupa-se em buscar no mercado os profissionais mais adequados para compor suas fileiras. Para tanto, o processo de atração de candidatos, molda-se a cada tipo de público-alvo, direcionando a divulgação à audiência pretendida. Por isso a necessidade do entendimento do mercado de trabalho para as diversas carreiras profissionais, de modo a desenvolver campanhas de recrutamento capazes de aumentar a concorrência e, consequentemente, a melhorada qualificação do pessoal recrutado.

Em relação ao treinamento, foca nas áreas de formação e pós-formação. Em ambos os casos, considera três domínios da competência: conhecimento, habilidade e atitudes. O conhecimento é o domínio tradicionalmente aplicado nos cursos. No entanto, para o aprimoramento da capacitação do efetivo, todas as atividades de ensino são compostas por exercícios práticos que desenvolvam as habilidades e atitudes esperadas e que aproximem os instruendos da realidade que enfrentarão.

Para controlar o desempenho individual, a Instituição utiliza a avaliação de desempenho. Esse processo tem como objetivo, não apenas selecionar os melhores profissionais, mas principalmente, realimentar o sistema de pessoal com informações oportunas, indicando possibilidades de melhoria nos processos de gestão de recursos humanos.

Por fim, a gestão de recursos humanos é tratada de forma abrangente, com a compreensão de que dimensionar, recrutar, selecionar, alocar, treinar, avaliar e valorizar, são processos inter-relacionados, que utilizam o conceito de competência como uma linguagem comum que permeia todas as atividades afetas à gestão de pessoas.

GESTÃO DE PESSOAS: MILITAR

1. Conformidade legal sobre Gestão de Pessoas

A conformidade sobre a Gestão de Pessoas no COMAER tem como balizador a observância dos seguintes instrumentos legais:

Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar)

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares);

Lei nº 11.320, de 6 de junho de 2006 (alterada pela Lei nº12.243, de 24 de maio de 2010), a qual versa sobre a fixação do efetivo do COMAER em tempo de paz;

Decreto nº 881/de 23 de julho de 1993, que aprova o Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica;

Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009 (alterado pelo Decreto nº 9.520, de 4 de outubro de 2018), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências;

Decreto nº 9.049, de 12 de maio de 2017 (Regulamenta a Lei no 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas, para a Aeronáutica e dispõe sobre as promoções dos aspirantes a oficial e dos oficiais temporários do Comando da Aeronáutica); e

Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 (que alterou as seguintes Leis: Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964; Lei no 5.821, de 10 de novembro de 1972; e Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).

A manifestação da gestão propriamente dita ocorreu principalmente por meio da publicação anual dos seguintes diplomas:

Decreto de distribuição do efetivo de oficiais da Aeronáutica em tempo de paz(em 2019, o Decreto nº 9.634, de 26 de dezembro de 2018);

Portaria de distribuição dos efetivos dos Quadros do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica (em 2019, a Portaria nº 483/GC1, de 29 de março de 2019);

Portaria de distribuição do efetivo do Quadro Feminino de Graduados do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (em 2019, a Portaria nº 583/GC1, de 12 de abril de 2019); e

Portaria de distribuição, por graduação, do Quadro de Sargentos da Reserva de 2ª Classe Convocados (em 2019, a Portaria nº 548/GC1, de 12 de abril de 2019).

Ademais, a manutenção futura das condições estabelecidas pelo Comandante da Aeronáutica foi externada por meio da publicação do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) (em 2019, o PCA 11-47/2018 PEMAER 2018-2027), do Plano de Pessoal da Aeronáutica (PPAER) (em 2019, o PPAER 30-1/2019) e do Aviso Interno nº 4/GC3, de 2 de abril de 2015 (Diretriz de Comando do Comandante da Aeronáutica).

2. Avaliação da Força de Trabalho - Distribuição dos servidores

Cabe destacar que o quantitativo apresentado nas tabelas abaixo reflete a Força de Trabalho militar do COMAER. Para fins de efetivo, devem ser observadas as deduções previstas no no artigo 3º da Lei nº 11.320, de 6 de julho de 2006, o que corresponde a 65.922 (2113 aluno)

Para melhor entendimento, Força de Trabalho é considerada como "o quantitativo de pessoas necessário para realizar determinadas entregas ou tarefas" (Serrano; Franco; Cunha; Iwama, Guarnieri, 2018) ou ainda, é "a quantidade de pessoas necessárias para uma determinada demanda ou restrição" (Li; Chen; Cai, 2007).

FORÇA DE TRABALHO MILITAR NO COMAER
68035

FONTE: Indicadores gerenciais do SIGPES/ANO BASE 201

Comparado com o exercício fiscal de 2018, houve em 2019 um decréscimo da Força de Trabalho em função da combinação dos seguintes fatores:

Grande número de licenciamento de Oficiais Temporários, por término de tempo de serviço (8 anos);

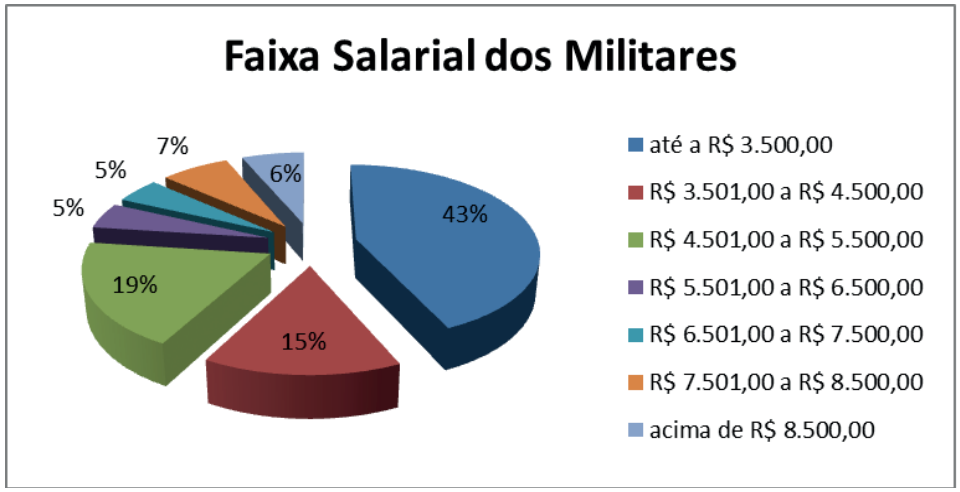
Não houve convocação de Graduados Temporários (QSCON) em 2019; e

Evasão de militares maior que o ingresso em 2019.

A) DISTRIBUIÇÃO DE MILITARES POR FAIXA SALARIAL

FAIXA SALARIAL	QUANTIDADE DE MILITARES
até a R$ 3.500,00	29423
R$ 3.501,00 a R$ 4.500,00	9977
R$ 4.501,00 a R$ 5.500,00	13000
R$ 5.501,00 a R$ 6.500,00	3245
R$ 6.501,00 a R$ 7.500,00	3160
R$ 7.501,00 a R$ 8.500,00	4836
acima de R$ 8.500,00	4394

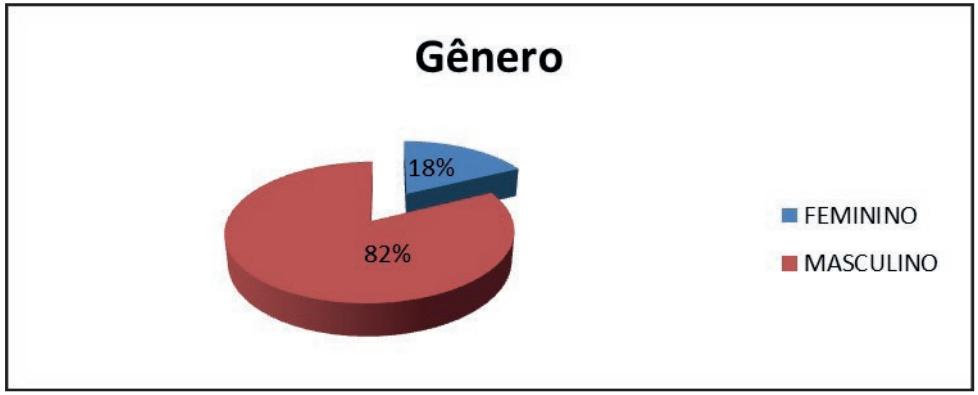
FONTE: COMGEP/DPL/ANO BASE 2019



B) GÊNERO

GÊNERO	
FEMININO	12328
MASCULINO	55707

FONTE: DPL/SIGAER/ANO BASE 2019



C) DEFICIÊNCIA

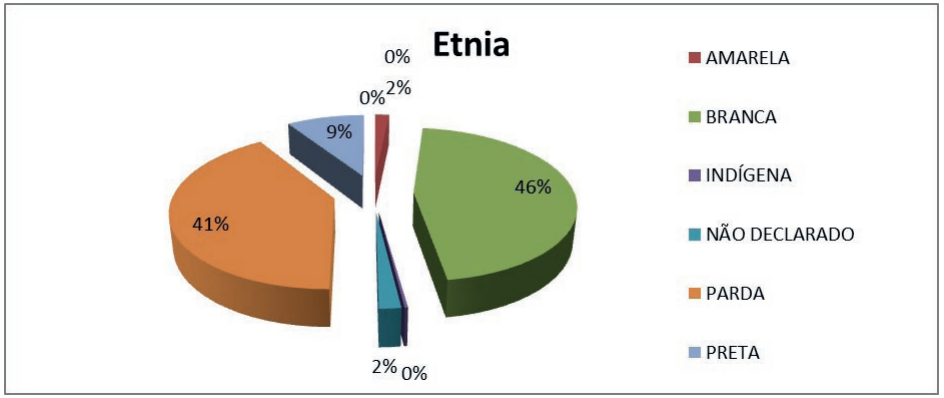
A condição de deficiência não encontra acolhida para ingresso e permanência nos efetivos das forças armadas, já que se trata de uma categoria especial de servidores públicos, a quem é imputada a missão constitucional de defesa da Pátria (art. 142 da Constituição Federal), sendo, por isso, indispensável para o adequado exercício de suas funções a total higidez física, condição sinequa non à aptidão para o serviço militar, salvo em relação aos servidores civis.

Sob o mesmo aspecto, a condicionante em questão também obstrui o ingresso e a permanência dos pretendentes nesta condição nos efetivos das forças armadas, conforme disposto na Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar). Por fim, a deficiência em comento inviabiliza a obtenção individual da condição de acesso aos requisitos essenciais para promoção, contrariando o disposto nos Decretos nº 9.049, de 12 de maio de 2017 (para os Oficiais) e nº 881de 23 de julho de 1993 (para as Praças).

D) ETNIA

ETNIA - 68035	
AMARELA	1129
BRANCA	31351
INDÍGENA	187
NÃO DECLARADO	1240
PARDA	27872
PRETA (NEGRA/AFRODESCENDENTE)	6256

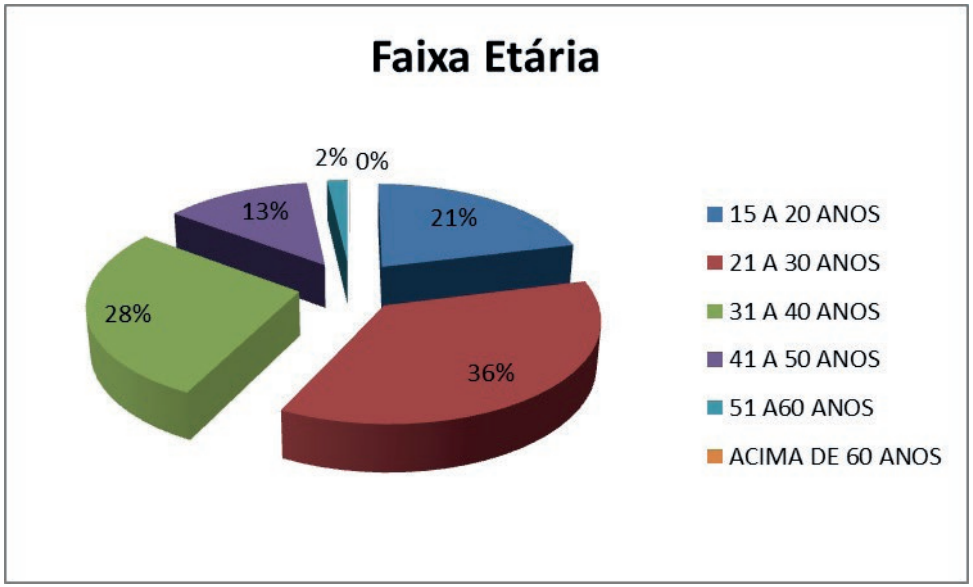
FONTE: DPL/SIGAER/ANO BASE 2019



E) FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	
15 A 20 ANOS	14363
21 A 30 ANOS	24620
31 A 40 ANOS	18941
41 A 50 ANOS	8859
51 A60 ANOS	1242
ACIMA DE 60 ANOS	10

FONTE: DPL/SIGAER/ANO BASE 2019



F) SITUAÇÃO FUNCIONAL

SITUAÇÃO FUNCIONAL
NÃO APLICÁVEL

G) CARREIRA

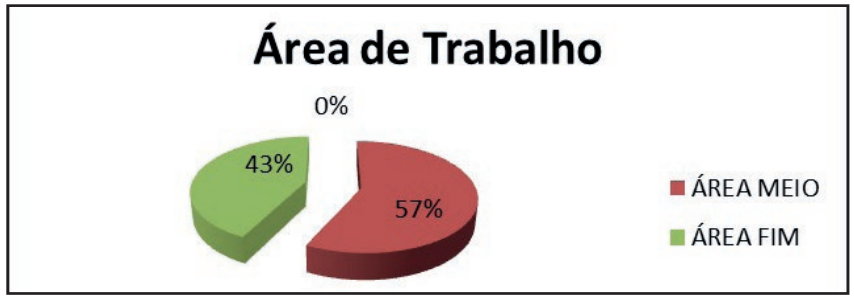
A carreira militar está estruturada de forma a permitir a constante renovação de efetivos por meio de um fluxo contínuo de promoções de acordo com os diversos Quadros existentes, visando à substituição gradual de recursos humanos e o preenchimento de vagas existentes nos mais altos postos e cargos do COMAER. Essa renovação está condicionada aos preceitos estabelecidos no Decreto nº 9.049, de 12 de maio de 2017 (Regulamenta a Lei no 5.821, de 10 de novembro de 1972) para os Oficiais e Decretos nº 881, de 23 de julho de 1993 e nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000, ICA 39-19 e ICA 39-20 para as praças.

H) ÁREA DE TRABALHO

ÁREA DE TRABALHO	
ÁREA MEIO	38987
ÁREA FIM	29048

FONTE: DPL/SIGAER/ANO BASE 2019

OBS.: a definição das áreas meio e fim no COMAER foram estabelecidas pelo EMAER e divulgadas internamente por meio da Mensagem Direta nº 7/6SC2/18283,de 14 de dezembro de 2017. (ÁREA FIM: COMPREP, COMAE e DECEA).



I) UNIDADE DE EXERCÍCIO

UNIDADES DE EXERCÍCIO	
Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica[1]	1547
COMAE	229
COMGAP	5956
COMGEP	16140
COMPREP	15917
DCTA	3399
DECEA	11449
EMAER	362
MDEFESA[2]	387
OUTROS[3]	142
SEFA	12507

FONTE: DPL/SIGAER/ANO BASE 2019

OBS. 1: o campo Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica contempla os efetivos da ASOCEA, ASPAER, CECOMSAER, CENCIAR, CENIPA, CIAER, CPO, GABAER e INCAER.

OBS. 2: o campo MDEFESA contempla o quantitativo de militares que prestam serviços no Ministério da Defesa, no Centro de Catalogação das Forças Armadas (Rio de Janeiro), no Hospital das Forças Armadas(Brasília), em Missões da ONUe na Escola Superior de Guerra (incluindo os alunos).

OBS.3: o campo OUTROS contempla o quantitativo de militares que prestam serviços nos seguintes órgãos –Aditâncias Militares do COMAER,Colégios Militares administrados pelo Exército Brasileiro, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro, Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro, Comando do Exército, Justiça Militar, nos Grupos de Acompanhamento e Controle da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (África do Sul, Espanha e Suécia) e na Organização de Aviação Civil Internacional.

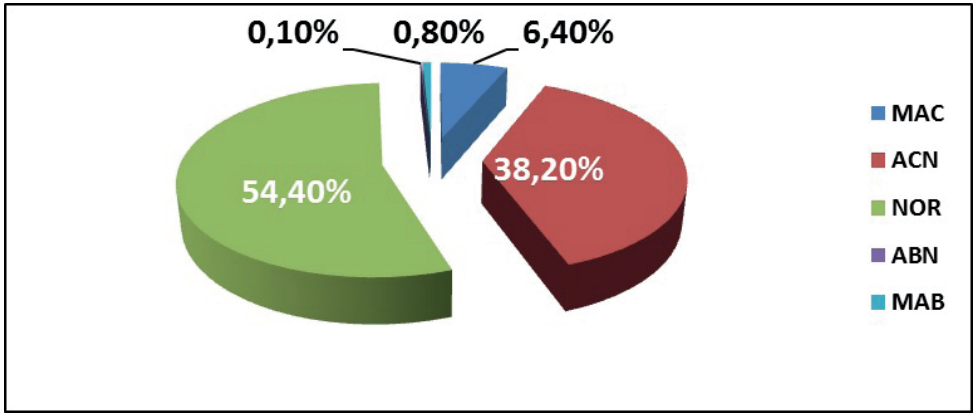


J) CONDICIONAMENTO FÍSICO

A Comissão de Desportos da Aeronáutica (CDA) gerenciou, os resultados dos testes físicos de todo o efetivo da ativa do COMAER, com vistas a demonstrar o grau do condicionamento e o estado geral de saúde dos militares da FAB, conforme figuras abaixo.

Em termos do grau final e conceito global dos avaliados, a média geral de todos militares ficou a cima 76,2 +/- 14,9 e a maior parte dos sujeitos se encontram dentro da classificação NOR, ACN e MAC (Figura a seguir).

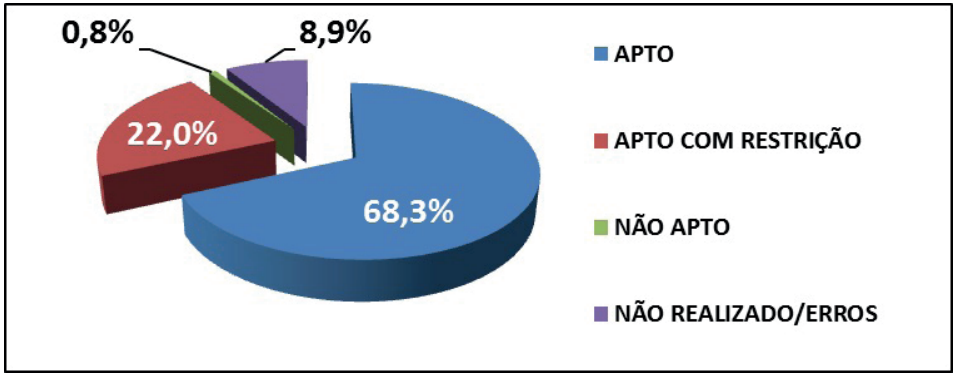
Conceito global dos militares da FAB



FONTE: CDA/ANO BASE 2019

Em relação à apreciação de suficiência, a maior parte dos militares obteve apreciação de suficiência "Apto" e "Apto com restrição". Apenas uma pequena parcela foi considerada "Não Apto" (Figura a seguir).

Apreciação de suficiência dos militares da FAB



FONTE: CDA/ANO BASE 2019

A análise geral dos dados demonstrou que a maior parte do efetivo da FAB, que realizou o TACF, apresentou a apreciação de suficiência "Apto". No entanto, cabe ressaltar que cerca de 20% ainda se encontram "Apto com restrição" e, ainda que seja um percentual relativamente baixo, tivemos 0,8% do efetivo considerado "Não Apto".

3. Estratégias de recrutamento e Alocação de pessoas

Metodologicamente, a alocação/reposição de pessoal tem origem no mapeamento das características de atrito (incluindo o êxodo), por quadro, posto, especialidade e subespecialidade, gerando assim uma série histórica de registros. Ademais, é considerado, também, o tempo médio de permanência nos postos (TMPP), a modelagem de dimensionamento de quadros (MDQ), o fluxo de carreira e as necessidades dos diversos usuários. Essas necessidades podem ser expressas tanto pela diferença entre o efetivo existente e o preconizado na Tabela de Pessoal (TP) vigente - Força de Trabalho - quanto pela determinação de uma nova especialidade para atendimento de uma necessidade momentânea, ou não, do COMAER;

As condições de ingresso são regidas por meio dos diversos editais de exames de admissão e seleção e avisos de convocação, além das seguintes Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA), as quais têm passado por um processo de atualização, dos respectivos quadros:

36-5/2019 Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Aviadores (IRQOAV);

36-8/2019 Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Engenheiros (IRQOENG);

36-9/2019 Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Intendentes (IRQOINT);

36-10/2019 Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (IRQOINF);

36-11/2018 Instrução Reguladora dos Quadros de Oficiais Médicos, Dentistas e Farmacêuticos (IRQOMDF);

36-12/2019 Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Capelães (IRQOCAPL);

36-14/2018 Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (IRQOCon)

36-15/2019 Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais Especialistas da Aeronáutica (IRQOEA);

36-16/2018Instrução Reguladora dos Quadros de Oficiais Especialistas em Aviões (QOEAV), Comunicações (QOECOM), Armamento (QOEARM), Fotografia (QOEFOT), Meteorologia (QOEMET), Controle de Tráfego Aéreo (QOECTA) e Suprimento (QOESUP);

36-37/2019 Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais de Apoio (IRQOAP);

39-10/2019 Instrução Reguladora do Quadro de Suboficiais e Sargentos;

39-20/2016Instrução Reguladora do Quadro de Cabos;

39-22/2016 Instrução Reguladora do Quadro de Soldados; e

36-23/2014 Instrução Reguladora do Quadro de Sargentos da Reserva de 2ª Classe Convocados (IRQSCon).

O COMAER atua em uma área equivalente a 22 milhões de Km² que compreende todo o território nacional, a Zona Econômica Exclusiva e a uma área sobre o Oceano Atlântico limitada entre a costa brasileira e o meridiano 10° (área de cobertura SAR – Busca e Salvamento). Sendo assim, a estratégia para abertura dos certames para admissão e seleção de pessoal tem como ponto focal sua divulgação por intermédio dos canais de comunicação oficiais da instituição (www.fab.mil.br, mídias sociais e Rádio Força Aérea FM), além da divulgação em veículos de comunicação de grande circulação, bem como no Diário Oficial da União.

Com a premissa de ordenamento de redução de efetivo estabelecida em 2016 para atendimento das determinações constantes nas DCA11-45/2016 Concepção Estratégica da Força Aérea 100 e DCA 11-53/2016 Diretriz para a Reestruturação da Força Aérea Brasileira foram elaboradas projeções por meio do Sistema de Prognóstico de Pessoal da Aeronáutica (SISPROPAER – solução de software) e outras ferramentas de apoio à decisão, tratadas como simuladores. Seus resultados permitiram estruturar tabelas de ingresso com previsões até o ano 2035, as quais foram publicadas no PCA 30-1/2018(PPAER) e considerando o ano de 2041 conforme expresso no PCA11-47/ 2018 (PEMAER 2018-2027); e

As correções para o ingresso futuro de militares seguem a mesma metodologia e consideram a TP vigente e a TP proposta para o ano vindouro, observando as condicionantes constantes nas diretrizes e planos citados.

4. Avaliação de desempenho, recrutamento e meritocracia

Fazendo uma análise geral, para o Comando da Aeronáutica (COMAER), o processo de avaliação de desempenho de Oficiais e de Graduados é estratégico, porquanto, além de prover feedback que proporcione melhores condições de aprimoramento profissional, fornece informações essenciais para o reconhecimento do mérito e para as decisões relacionadas às promoções e à seleção para cargos de comando e cursos de carreira.

Para cumprir a missão de assessorar a Alta Administração da Aeronáutica na identificação e na promoção seletiva, gradual e sucessiva de militares qualificados, e, dentre estes, os de maior mérito, a Comissão de Promoções de Oficiais (CPO), órgão permanente do COMAER, encarrega-se, dentre outras tarefas, do processo de avaliação de desempenho de Oficiais e Graduados.

Tendo em vista a racionalização dos processos de Avaliação de Desempenho na Força Aérea, o Comando da Aeronáutica decidiu, por intermédio da Diretriz do Comando da

Aeronáutica nº11-60 (DCA 11-60/2016), unificar as atividades da Secretaria da Comissão de Promoções de Oficiais (SECPROM) e da Secretaria da Comissão de Promoções de Graduados (SECPG), a partir de 10 de julho de 2017, quando a CPO/SECPROM assumiu a responsabilidade de processar as avaliações de desempenho de Oficiais e de Graduados.

Assim, a SECPROM processou a avaliação de desempenho de 11.719 (onze mil setecentos e dezenove) Oficiais e de 28.910 (vinte e oito mil novecentos e dez) Graduados, perfazendo um total de 40.629 (quarenta mil seiscentos e vinte e nove) avaliações de desempenho individual.

Em função dos resultados da avaliação de desempenho, dentre outros fatores, o Comando da Aeronáutica processou, em reconhecimento ao mérito individual, 2.291 (duas mil duzentos e noventa e um) promoções de Oficiais e 5.796 (cinco mil, setecentos e noventa e seis) promoções de Graduados, no ano de 2019.

Por fim, em função da necessidade da permanente atualização dos métodos de avaliação de desempenho e reconhecimento do mérito, a SECPROM criou a assessoria de planejamento, orçamento e gestão (APOG) que, dentre outras, tem a incumbência de prospectar novas metodologias de avaliação de desempenho individual, com vistas à adequação dos processos e dos métodos avaliativos de oficiais e de graduados, tendo em vista as diversas funções exercidas pelo efetivo da Força Aérea.

A) GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Tendo em vista o crescente contínuo da evolução das técnicas tanto administrativas quanto operacionais, associadas ao sistemático contingenciamento dos recursos financeiros disponíveis e às demandas oriundas de um cenário econômico em constante efervescência, assim também o COMAER estimula seu capital humano a sempre melhorar o seu potencial cognitivo.

O primeiro sinal de que o desempenho profissional é pedra angular nas ações da instituição, é a constatação da elaboração dos exames de admissão e seleção realizados para captação da melhor mão-de-obra disponível no mercado de trabalho para a ocupação de cargos destinados, tanto aos militares de carreira quanto para os temporários.

A manifestação dessa valorização tem lugar nos adicionais existentes na remuneração dos militares, a qual, conforme estipulado no artigo 1º da Medida Provisória (MP) nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, em tempo de paz, é constituída pelo soldo, adicionais e gratificações.

O instrumento administrativo mais semelhante à gratificação de desempenho (gratificação esta devida aos servidores civis) é representado pelo adicional de habilitação, o qual está expresso no inciso III do artigo 3º da mesma MP nos seguintes termos:

"III - adicional de habilitação - parcela remuneratória mensal devida ao militar, inerente aos cursos realizados com aproveitamento, conforme regulamentação".

B) PROGRESSÃO FUNCIONAL

A progressão funcional da carreira militar está estruturada de forma dual, uma vez que para a assunção de determinados cargos é necessário, tanto o escalonamento hierárquico determinado pelas promoções, conforme os diversos Quadros existentes, quanto o cumprimento de planos de ascensão operacional da tropa nas diversas atividades por ela desempenhada. A elaboração e execução desses planos são de responsabilidade dos ODG-SA, com o fulcro de manter atualizadas as aptidões funcionais de toda Força de Trabalho.

C) ESTÁGIO PROBATÓRIO

Uma vez que os exames de admissão e seleção apresentam patamares de formação mínima dos pretendentes ao ingresso na instituição e os cursos de carreira tem caráter somativo, formativo e eliminatório, a figura funcional do estágio probatório somente pode ser observada no período posterior aos cursos de formação. Desta forma, conforme o respectivo Quadro, esse estágio ocorrerá durante o intervalo temporal em que o militar ocupar o posto de Aspirante-a-Oficial (para os Oficiais) ou enquanto não alcançar o tempo mínimo de 10 anos para adquirir a estabilidade assegurada (para as Praças).

D) TABELA DE REMUNERAÇÃO

Faixa Salarial	Posto/Graduação	Soldo 2019 (R$)
Oficiais Generais	Marechal do Ar	14.031,00
	Ten-Brig Ar	13.471,00
	Maj-Brig	12.912,00
	Brig.	12.490,00
Oficiais Superiores	Coronel	11451,00
	Tenente Coronel	11.250,00
	Major	11.088,00
Oficiais Intermediários	Capitão	9.135,00
Oficiais Subalternos	1º Tenente	8.245,00
	2º Tenente	7.490,00
Praças Especiais	Aspirante-a-Oficial	6.993,00
	Cadete e Aluno ITA (último ano)	1.448,00
	Cadete e Aluno ITA (demais anos) e Al Órg. Form Of. Res.	1.176,00
	Aluno EPCAR (último ano) e Aluno de Esc. Form. Sgt.	1.066,00
	Aluno EPCAR (demais anos) e Aluno de Esc. Form. Sgt.	1.044,00
Praças	Suboficial	6.169,00
	1º Sargento	5.483,00
	2º Sargento	4.770,00
	3º Sargento	3.825,00
	Cabo (engajado) e Taifeiro Mor	2.627,00
	Cabo (não engajado)	956,00
	Taifeiro 1ª Classe	2.325,00
	Taifeiro 2ª Classe	2.210,00
	Soldado Engajado Especializado	1.856,00
	Soldado Engajado não Especializado	1.560,00
	Recruta e S2 (não engajado)	956,00

Obs: adaptado da tabela constante em https://www.defesa.gov.br/ministerio-da-defesa/2-uncategorised/8534-remuneracao-dos-militares-das-forcas-armadas-no-brasil-e-no-exterior

E) PERCENTUAL DE CARGOS GERENCIAIS (ALTA ADMINISTRAÇÃO) OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS

Os cargos gerenciais são ocupados totalmente por servidores efetivos (100%), abrangendo os postos de oficiais generais conforme a amplitude funcional do cargo e a expertise dos gestores.

F) DETALHES SOBRE A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Uma das principais características da vida castrense consiste na igualdade de oportunidades entre os elementos constituintes de um mesmo círculo hierárquico, independente de raça, credo, gênero ou qualquer outro critério que possa interferir na coesão da Força de Trabalho.

Contextualizando a análise sob o prisma de oportunidade de gêneros, há de se considerar que o ingresso de mulheres na FAB remonta ao ano de 1982, com o advento da criação do Quadro Feminino de Oficiais e do Quadro Feminino de Graduados. Além disso, a partir de1996 o COMAER passou a contar com o ingresso feminino na Academia da Força Aérea para o Quadro de Intendência e em 2003 para o Quadro de Aviação. Em 2017 passou a ocorrer também a admissão de candidatas na Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

5. Capacitação: Estratégia e números

As atividades de capacitação, seja para formação e pós-formação, são executadas pelas Organizações de Ensino da Estrutura da Diretoria de Ensino (DIRENS) em modo presencial e semipresencial e, também pelas demais Organizações militares da FAB que não fazem parte da estrutura da DIRENS, tais como: Instituto Logístico da Aeronáutica (ILA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Pesquisas e Ensaio em Voo (IPEV), Centro de Preparo de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER_SJ), Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE) e os Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal da Aeronáutica (SEREP).

As Atividades de ensino foram concluídas com vários cursos de formação, pós-formação, especialização e aperfeiçoamento, totalizando 18.023 (dezoito mil e vinte e três) alunos nas diversas áreas e níveis de interesse do Comando da Aeronáutica, discriminados por Plano Orçamentário (PO) na planilha a seguir. Esse número é resultante da soma aritmética dos alunos capacitados em todas as Organizações da estrutura de ensino do Comando da Aeronáutica (COMAER), convalidados pela Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) e pelo Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) – da Aeronáutica.

AÇÃO 20X9

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DESCRIÇÃO DO PO	META	REALIZADO
PO01	Ensino preparatório para formação de Oficiais.	430	509
PO02	Formação e especialização de Cabos e Soldados.	6000	5249
PO03	Formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais e Civis.	6000	4661
PO04	Curso de altos estudos e de política e estratégia.	370	387
PO05	Formação, aperfeiçoamento e especialização de Sargentos e Civis.	4000	7147
PO06	Capacitação de recursos humanos em ciência e tecnologia.	30	30
PO07	Capacitação de especialistas do setor aeroespacial	180	40

FONTE: DIRENS/PLANILHA DOR/ ANO BASE 2019

Vale ressaltar que a diferença entre a meta e o realizado encontra-se justificada no Relatório Espelho da Ação Orçamentária, inserida no Sistema integrado de planejamento e orçamento (SIOP).

Adicionalmente à Ação 20X9, especificamente destinada à capacitação de uma forma ampla, há também recursos das Ações 20XV e 20XA que foram utilizados em atividades de ensino no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA) e para as missões PLAMTAX e PLAMENS (pertencentes aos Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior; e Planos de Missões de Ensino no Brasil ou exterior – BR/EXT) do COMAER, respectivamente.

Dessa forma, de acordo com informações fornecidas pelo ICEA, a Divisão de Ensino daquele órgão aplicou R$ 87.323,15 dos recursos da Ação 20XV no preparo de 720 alunos e 595 instrutores no Programa de Atividades de Ensino e Atualização Técnica (PAET), bem como de outros 1900 alunos e 869 instrutores no Programa de Atividades de Emprego de Laboratório Simulado (PAELS).

AÇÃO 20XV

CURSO	DESCRIÇÃO/CATEGORIA	META	REALIZADO
PAET	Programa de Atividades de Ensino e Atualização Técnica - Aluno	-	720
PAET	Programa de Atividades de Ensino e Atualização Técnica - Instrutor	-	595
PAELS	Programa de Atividades de Emprego de Laboratório Simulado - Aluno	-	1900
PAELS	Programa de Atividades de Emprego de Laboratório Simulado - Instrutor	-	869

FONTE: DIRENS/PLANILHA DOR/ANO BASE 2019
Observação: nos programas acima não há metas definidas na Ação.

Por fim, em relação à Ação 20XA/PO-0012, durante o Exercício de 2019 as missões PLAMENS-BR proporcionaram a capacitação de 141 (cento e quarenta e um) militares ou servidores civis do COMAER, tendo sido empenhados recursos no valor de R$ 672.992,57; e, por meio do PLAMENS-EXT foi possível qualificar outros 112 (cento e doze) agentes da Administração, no valor total de R$ 824.223,99 em empenhos. No mesmo sentido, as missões PLAMTAX permitiram a instrução de outros 139 integrantes da Força Aérea Brasileira, suportadas por meio da descentralização de US$ 172.395,00.

AÇÃO 20XA – PO 0012

PLANO INTERNO	DESCRIÇÃO DO PI	PLI	REALIZADO
A0000340301	PLAMENS - BR	158	141
A0000340302	PLAMENS - EXT	65	112
A0000340401	PLAMTAX	305	139

FONTE: DIRENS/PLANILHA DOR/2019

Observação: nos planos acima não há metas definidas na Ação, e sim propostas e missões aprovadas (inseridas na planilha como Planejadas – PLJ). As vagas e cursos são disponibilizados pelas instituições sediadas no Brasil ou exterior e dependem de recursos orçamentários do respectivo ano. Em relação ao PLAMENS-BR, das 158 inicialmente planejadas foram acionadas 114, além de outras 27 como missões extras (totalizando 141). Paralelamente, quanto ao PLAMENS-EXT, das 65 planejadas, 45 foram acionadas e 67 extras (totalizando 112).

6. Principais desafios e ações futuras em Gestão de Pessoas.

Considerando que a economia nacional ainda demandará de um indeterminado período de recuperação e saneamento de finanças públicas, é bastante compreensível que os contingenciamentos dos orçamentos destinados às Forças Armadas perseverem. Neste aspecto, que também afetará sobremaneira as condições de ingresso no mercado de trabalho, é esperado que a captação de recursos humanos para ingresso no COMAER possa contar com um número apreciável de pretendentes qualificados. Entretanto, conforme a visão estratégica adotada pelo COMAER para a área de Recursos Humanos materializado na reedição do PEMAER PCA 11-47/2018 e na publicação da DCA 11-118/2019 (Diretriz de Planejamento Institucional) continua a nortear as ações de downsizing do efetivo. Sendo assim, com o objetivo de angariar os profissionais mais bem qualificados disponíveis no mercado, para compor a futura força de trabalho da Instituição, os processos de admissão e seleção deverão ser refinados.

Ademais, com o contingenciamento de recursos, a capacitação (especialização) da força de trabalho para fazer face às demandas da administração moderna e às evoluções tecnológicas da atividade militar, poderá ser afetada. Da mesma forma, a restrição orçamentária poderá acarretar uma redução não planejada na capacidade de cumprimento da missão nas unidades de formação da instituição. Essa perda da capacidade educacional poderá contribuir para a produção de uma geração de profissionais com qualificação aquém do desejado, fato que deverá ser combatido a todo custo.

GESTÃO DE PESSOAS: CIVIL

1. Conformidade legal sobre Gestão de Pessoas (CIVIL)

A Gestão do Pessoal civil no COMAER tem como balizador a observância dos seguintes instrumentos legais:

- Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987-Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências;

- Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;

- Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993 - Dispõe sobre o Plano de Carreiras para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais e dá outras providências;

- Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998 - Cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar, os cargos que menciona, e dá outras providências;

- Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008 - Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Cultura, de que trata a Lei no 11.233, de 22 de dezembro de 2005, do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005, da Carreira de Magistério Superior, de que trata a Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei no 10.682, de 28 de maio de 2003, do Plano de Carreira dos Cargos de Reforma e Desenvolvimento Agrário, de que trata a Lei no 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Carreira de Perito Federal Agrário, de que trata a Lei no 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e a Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004, dos Cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividades Agropecuárias, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de que tratam respectivamen-

te as Leis nos 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e 11.344, de 8 de setembro de 2006, dos Empregos Públicos de Agentes de Combate às Endemias, de que trata a Lei no 11.350, de 5 de outubro de 2006, da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de que trata a Lei no 11.095, de 13 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - GDASUS, do Plano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFA, do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e do Plano de Carreira do Ensino Básico Federal; fixa o escalonamento vertical e os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas; altera a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a Lei no 10.484, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, a Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006, a Lei no 11.507, de 20 de julho de 2007; institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos da Lei no 8.445, de 20 de julho de 1992, a Lei no 9.678, de 3 de julho de 1998, dispositivo da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Tabela II do Anexo I da Medida Provisória no 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a Lei no 11.359, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências;

- Decreto nº 75.399, de 19 de fevereiro de 1975 - Dispõe sobre o Grupo-Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo do Serviço Civil do Poder Executivo e dá outras providências;

- Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980 - Regulamenta o instituto da progressão funcional a que se referem a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e o Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, e dá outras providências.

- Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987 - Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987;

- Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009 -Estabelece medidas organizacionais para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos, organiza sob a forma de sistema as atividades de organização e inovação institucional do Governo Federal, e dá outras providências;

- Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 - Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho de que tratam as Leis nº 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.682, de 28 de maio de 2003, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.883, de 16 de junho de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.233, de 22 de dezembro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e

- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;

- Instrução Normativa nº 14, de 14 de novembro de 2018 - Regulamenta a Atividade Correcional no Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

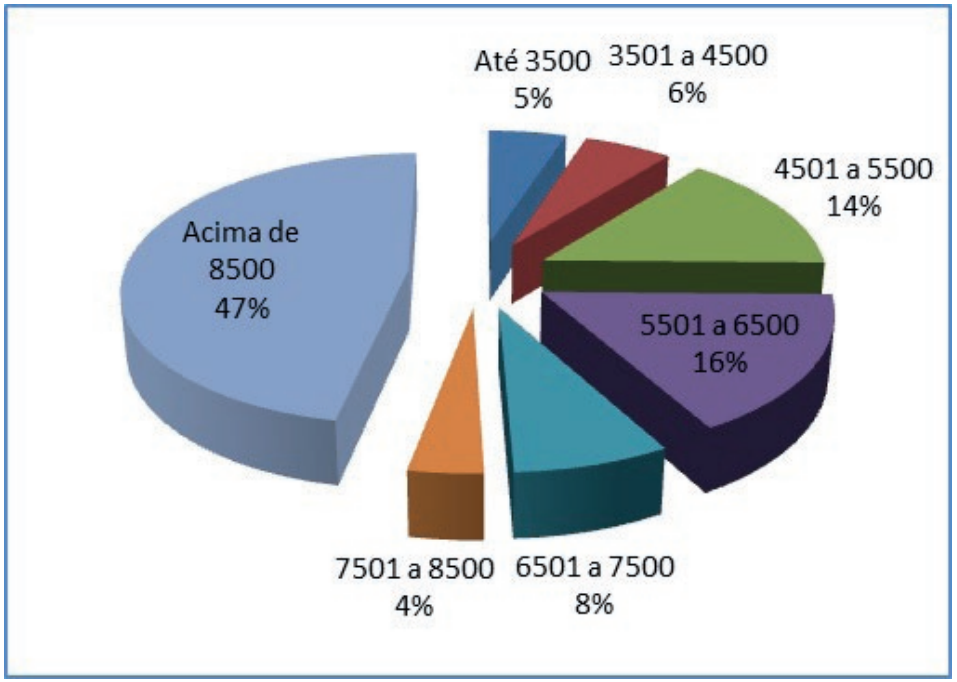
2. Avaliação da Força de Trabalho: Distribuição dos servidores por faixa salarial; Gênero; Deficiência; Etnia; Faixa Etária; Situação Funcional; Carreira, Área de Trabalho e Unidade de Exercício.

Cabe destacar que os quantitativos apresentados nas tabelas abaixo refletem a Força de Trabalho civil do COMAER, com os dados de dezembro do 2019:

A) FAIXA SALARIAL

FAIXA SALARIAL	Quantidade Servidores
até a R$ 3.500,00	189
R$ 3.501,00 a R$ 4.500,00	216
R$ 4.501,00 a R$ 5.500,00	538
R$ 5.501,00 a R$ 6.500,00	619
R$ 6.501,00 a R$ 7.500,00	284
R$ 7.501,00 a R$ 8.500,00	136
acima de R$ 8.500,00	1.752
TOTAL	**3.734**

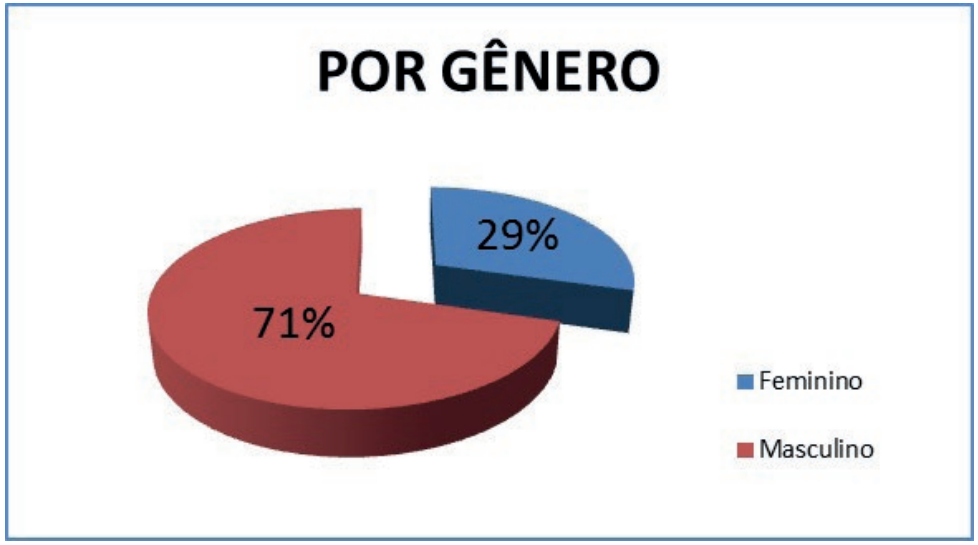
FONTE: DPC/COMGEP/ANO BASE 2019



B) GÊNERO

GÊNERO	Quantitativo
MASCULINO	2.636
FEMININO	1.098
TOTAL	*3.734*

FONTE: DPC/COMGEP/ANO BASE 2019



C) DEFICIÊNCIA

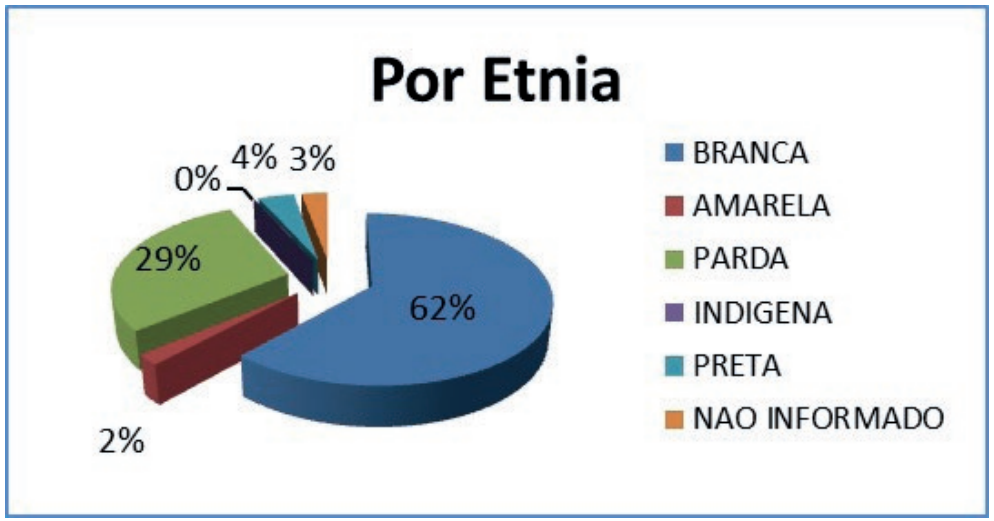
DEFICIÊNCIA FÍSICA	Qtd
MOBILIDADE REDUZIDA, PERMANENTE OU TEMPO	1
MONOPLEGIA	2
NANISMO	1
PARAPLEGIA	1
PARCIALMENTE SURDO	3
PORTADOR DE VISAO PARCIAL	1
TOTAL	*9*

FONTE: DPC/COMGEP/ANO BASE 2019

D) ETNIA

ETNIA	Quantitativo
AMARELA	2.311
BRANCA	76
INDÍGENA	1.094
NÃO INFORMADO	3
NEGRA	145
PARDA	105
TOTAL	***3.734***

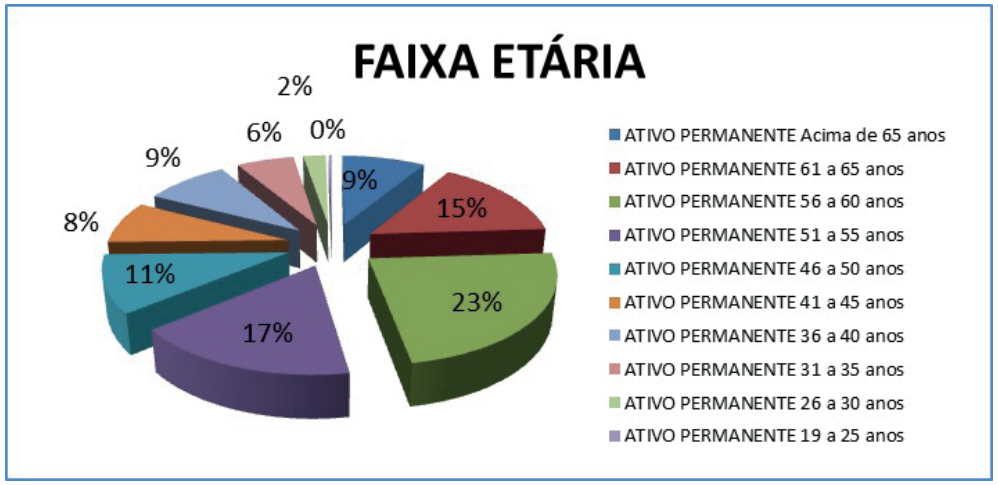
FONTE: DPC/COMGEP/ANO BASE 2019



E) FAIXA ETÁRIA

IDADE	Quantitativo	Percentual
Acima de 65 anos	328	9%
61 a 65 anos	569	15%
56 a 60 anos	870	23%
51 a 55 anos	627	17%
46 a 50 anos	393	11%
41 a 45 anos	293	8%
36 a 40 anos	329	9%
31 a 35 anos	226	6%
26 a 30 anos	88	2%
19 a 25 anos	11	0%
TOTAL	***3.734***	***100%***

FONTE: DPC/COMGEP/ANO BASE 2019



F) SITUAÇÃO FUNCIONAL

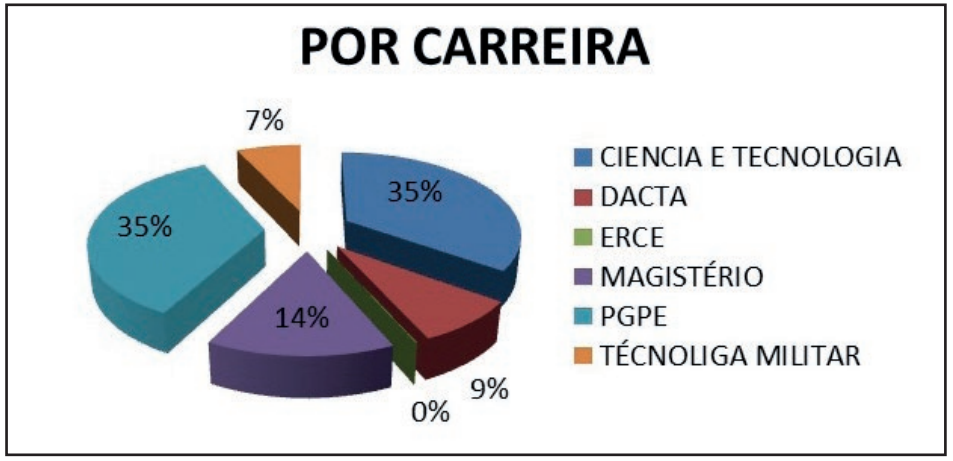
VÍNCULO	Quantitativo
ATIVO PERMANENTE	3.734
CEDIDO	42
CELETISTA	1
CLT ANS -DEC 6657/08	32
CONTRATO TEMPORARIO	28
ESTAGIARIO	39
EXERC DESCENT CARREI	4
EXERCICIO PROVISORIO	15
NOMEADOS CARGOS COMISSÃO	82
REQUISITADO	1
SEM VINCULO (Médicos Residentes)	142
TOTAL	4.120

FONTE: SIAPE/ANO BASE 2019

G) CARREIRAS

CARREIRAS	Quantitativo
CIENCIA E TECNOLOGIA	1.303
DACTA	312
ERCE	3
MAGISTÉRIO	536
PGPE	1.318
TÉCNOLIGA MILITAR	262
TOTAL	**3.734**

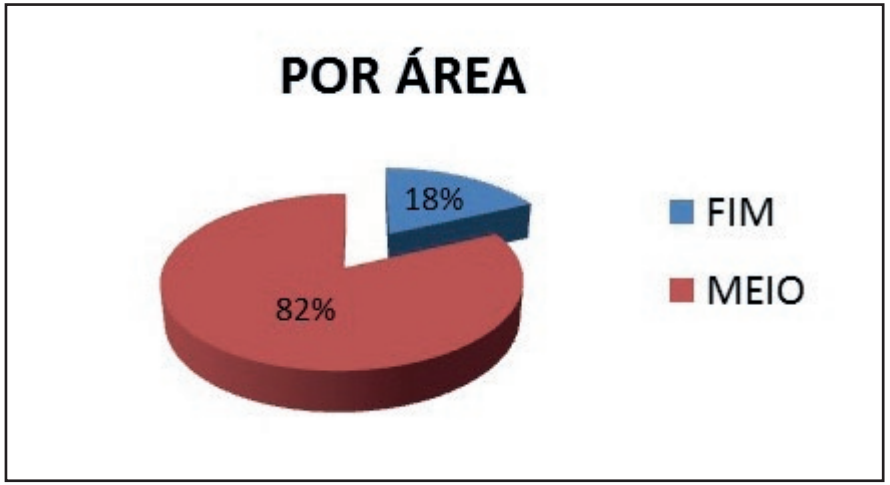
FONTE: DPC/COMGEP/ANO BASE 2019



H) ÁREA DE TRABALHO

ÁREA	Quantitativo
Atividade Fim	674
Atividade Meio	3060
TOTAL	**3.734**

FONTE: DPC/COMGEP/ANO BASE 2019



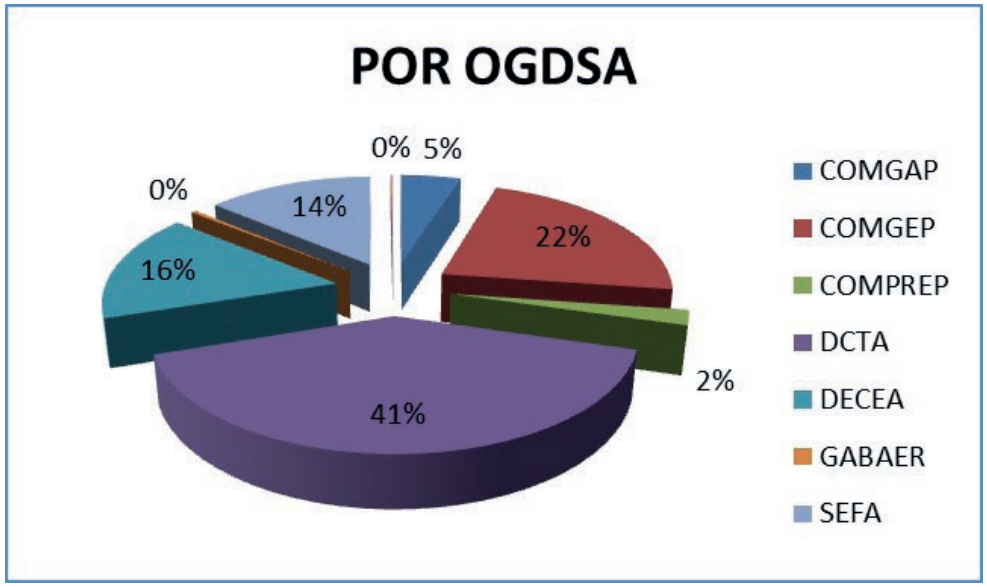
A definição das áreas meio e fim no COMAER foram estabelecidas pelo EMAER e divulgadas internamente por meio da Mensagem Direta nº 7/6SC2/18283,de 14 de dezembro de 2017. Foram consideradas áreas fim o COMPREP, o COMAE e o DECEA.

I) UNIDADE DE EXERCÍCIO

UNIDADE EXERCÍCIO	Quantitativo
COMGAP	184
COMGEP	835
COMPREP	81
DCTA	1.510
DECEA	593
EMAER	7
Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica*	15
SEFA	509
TOTAL	**3.734**

FONTE: DPC/COMGEP/ANO BASE 2019

O campo Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica contempla os efetivos da ASOCEA, ASPAER, CECOMSAER, CENCIAR, CENIPA, CIAER, CPO, GABAER e INCAER.



3. Estratégia de recrutamento e Alocação de pessoas;

O concurso público configura-se como importante estratégia de recrutamento alinhada à descrição dos perfis profissiográficos necessários para integrar os quadros de servidores do COMAER com vista a alcançar o fortalecimento da capacidade institucional, cuja normatização se estabeleceu mediante o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e preceitos ditados pelas Instruções Normativas nº 3, de 12 de janeiro de 2010 e nº 5, de 18 de março de 2010.

Avaliação de desempenho, recrutamento e meritocracia: Gratificação de desempenho; Progressão funcional; Estágio probatório; Tabela de Remuneração; Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos; detalhes sobre a igualdade de oportunidades na Unidade Prestadora de Contas.

4. Gratificação de desempenho; Progressão funcional; Estágio probatório

No âmbito do Comando da Aeronáutica os critérios e procedimentos específicos da avaliação de desempenho individual e institucional e para o pagamento das Gratificações de Desempenho estão previstos na Portaria nº 945/GC1, de 23 de maio de 2013, elaborada em estrita consonância com o estabelecido pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 que regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional do pagamento das gratificações de desempenho.

A avaliação de desempenho comentada anteriormente também é considerada quando da progressão funcional, conforme Decreto nº 84.669, de 29 de abril de 1980 e o estágio probatório, que tem por objetivo avaliar o servidor quanto às aptidões para o exercício do cargo público, é realizado, no âmbito do COMAER, nos termos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

A) TABELA DE REMUNERAÇÃO

As tabelas de remuneração estão disponíveis no Portal do Servidor do Governo Federal: www.servidor.gov.br no campo "Publicações", Tabela de Remuneração", podendo também ser acessado diretamente por meio do link: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/tabela-de-remuneracao-1.

B) PERCENTUAL DE CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS

Servidores	Quantitativo	Percentual
Efetivos	73	67,89%
Sem vínculo	35	32,11%
TOTAL	***108***	***100%***

FONTE: DPC/COMGEP/ANO BASE 2019



Os quantitativos acima são constituídos pelos Cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS e as Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

C) IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Como estratégia para capacitação de servidores o COMAER, em atenção ao Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019 e a Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019, do Ministério da Economia, elabora o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP. Os dados referentes à execução do PDP são os seguintes:

Capacitação dos demais Servidores		
Ações de Aperfeiçoamento	*Quantidade de horas*	*Quantidade de servidores*
Cursos Presenciais	10.480	280
Educação à Distância	6.578	133
Semi Presencial	1.028	10
TOTAL	18.086	423

FONTE: SDPC / DIRAP/ANO BASE 2019

5. Principais desafios e ações futuras em Gestão de Pessoas.

O Comando da Aeronáutica vem implementando políticas para otimização de recursos, visando à obtenção da máxima eficiência na sua utilização. Para isso, reestruturou-se, integrando as atividades administrativas e ampliando a capacidade das OM.

Como consequência, surgiu o desafio da movimentação de servidores civis, sendo necessário equalizar as especificidades de cada carreira a fim de lotar os servidores em determinadas Organizações para exercerem as atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo, evitando, dessa forma, que a Administração impute prejuízo financeiro ao servidor.

Por fim, surge outro desafio na busca contínua da excelência da gestão de pessoas, o estímulo à capacitação, bem como a aplicação de modernas ferramentas e técnicas voltadas à excelência da gestão.

GESTÃO DE PESSOAS: MILITAR INATIVO (PTTC)

1. Conformidade legal sobre Gestão de Pessoas

Com o intuito de subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão do Comando da Aeronáutica (COMAER) de 2019, seguem abaixo os dados relativos à área de Pessoal, com ênfase nos militares inativos.

2. Conformidade legal sobre Gestão de Pessoas

A conformidade sobre a Gestão de Pessoas no COMAER tem como balizador a observância dos seguintes instrumentos legais:

- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares);

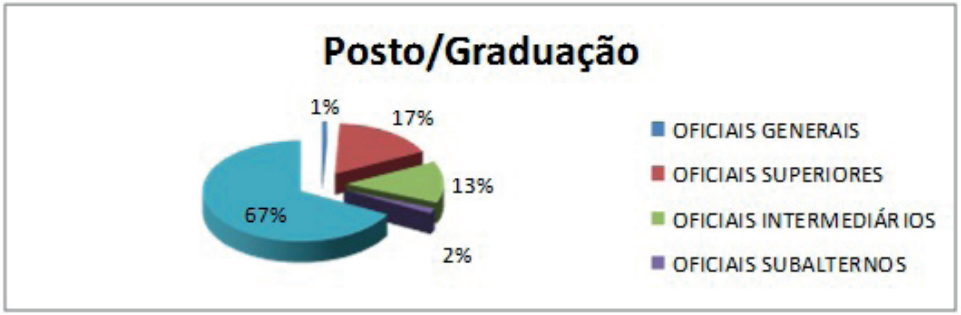
- Portaria Normativa n° 2/MD, de 10 de janeiro de 2017, que dispõe sobre a prestação de tarefa por tempo certo por militares inativos das Forças Armadas.

3. Avaliação da Força de Trabalho – Distribuição dos servidores de Prestação de Tarefa Por Tempo Certo (PTTC)

Cabe destacar que o quantitativo apresentado nas tabelas abaixo reflete a Força de Trabalho militar do COMAER, referente aos militares inativos contratados em caráter excepcional e mediante aceitação voluntária, para exercerem tarefas por tempo certo.

POSTO/GRAD	
OFICIAIS GENERAIS	31
OFICIAIS SUPERIORES	691
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS	544
OFICIAIS SUBALTERNOS	67
SUBOFICIAIS/SARGENTOS	2.745
TOTAL	4.078

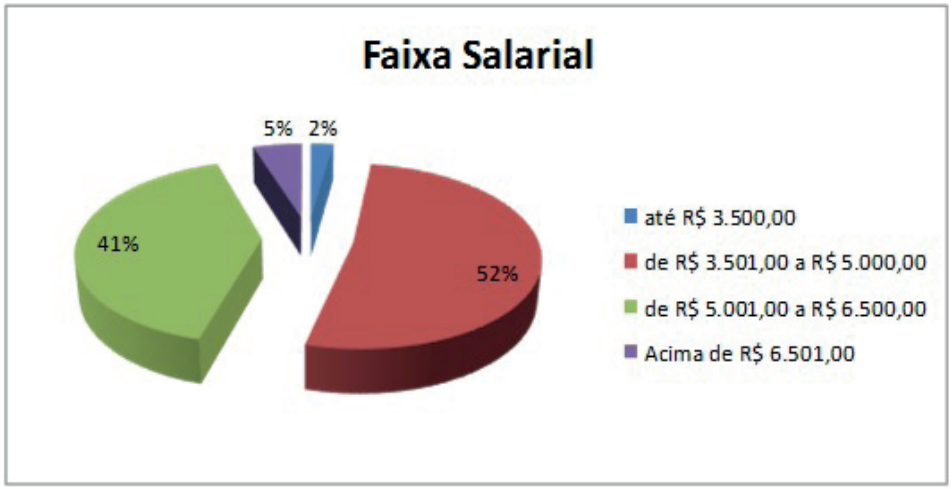
FONTE: SIGPES/PLANILHA DPM/2019



A) DISTRIBUIÇÃO DE MILITARES POR FAIXA SALARIAL

FAIXA SALARIAL	
até R$ 3.500,00	31
de R$ 3.501,00 a R$ 5.000,00	691
de R$ 5.001,00 a R$ 6.500,00	544
Acima de R$ 6.501,00	67
TOTAL	4.078

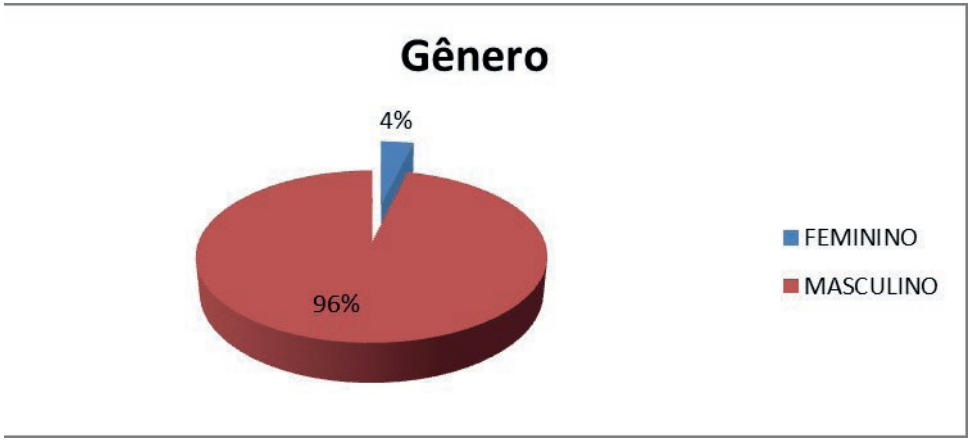
FONTE: SIGPES/PLANILHA DPM/2019



B) GÊNERO

GÊNERO	
FEMININO	153
MASCULINO	3.925
TOTAL	4.078

FONTE: SIGPES/PLANILHA DPM/2019



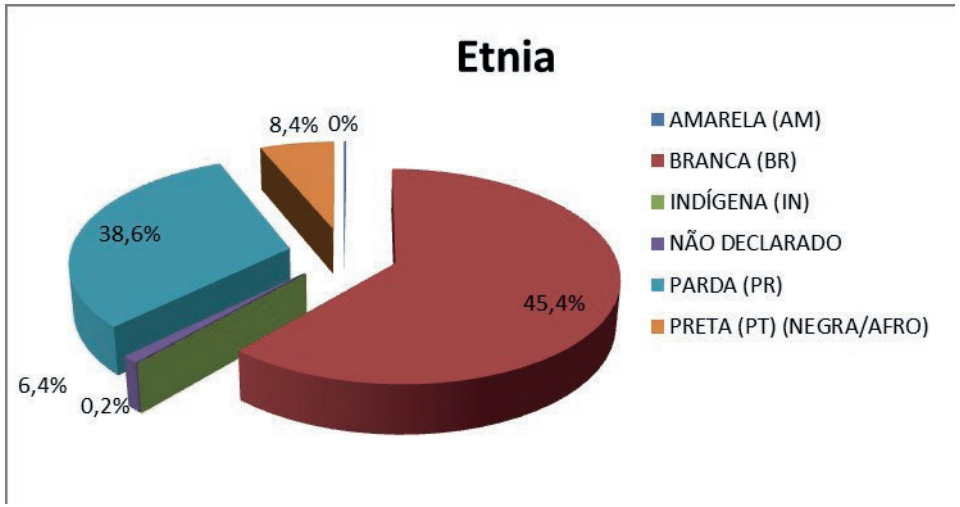
C) DEFICIÊNCIA

Para contratação de militar inativo para prestação de Tarefa por tempo certo, este deverá estar apto para o fim a que se destina de acordo com o previsto no item 2.1.1.7 da NSCA 160-9/2017 – Inspeções de Saúde de Militares e seus Dependentes, aprovada pela Portaria Nº 2.536/DLE, de 23 de novembro de 2017.

D) ETNIA

ETNIA	
AMARELA (AM)	8
BRANCA (BR)	2500
INDÍGENA (IN)	1
NÃO DECLARADO	46
PARDA (PR)	1.267
PRETA (PT) (NEGRA/AFRODESCENDENTE)	256
TOTAL	4.078

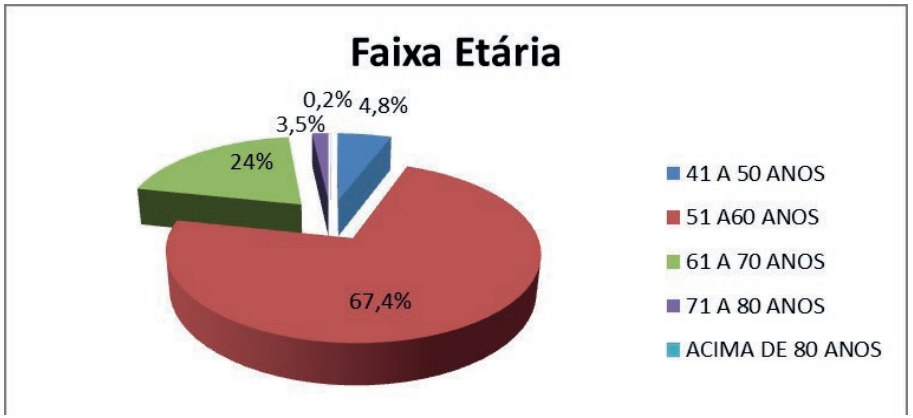
FONTE: SIGPES/ANO BASE 2019



E) FAIXA ETÁRIA

FAIXA ETÁRIA	
15 A 20 ANOS	-----
21 A 30 ANOS	-----
31 A 40 ANOS	-----
41 A 50 ANOS	235
51 A60 ANOS	2.961
61 A 70 ANOS	810
71 A 80 ANOS	71
ACIMA DE 80 ANOS	1
TOTAL	4.078

FONTE: SIGPES/PLANILHA DPM/2019

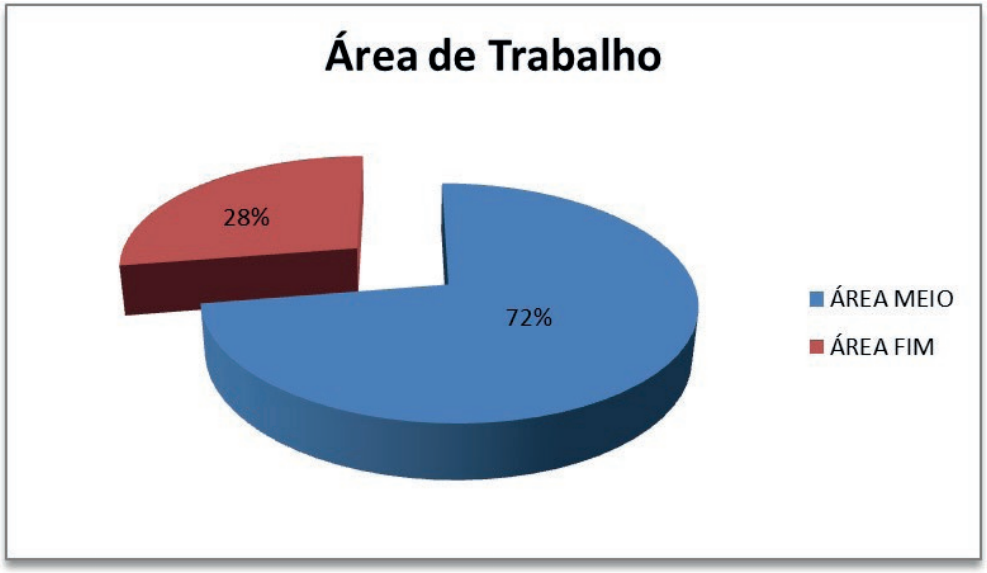


F) ÁREA DE TRABALHO

ÁREA DE TRABALHO	
ÁREA MEIO	2.955
ÁREA FIM	1.123
TOTAL	4.078

FONTE: SIGPES/PLANILHA DPM/2019

OBS.: A definição das áreas meio e fim no COMAER foram estabelecidas pelo EMAER e divulgadas internamente por meio da Mensagem Direta nº 7/6SC2/18283, de 14 de dezembro de 2017. (ÁREA FIM: COMPREP, COMAE e DECEA).

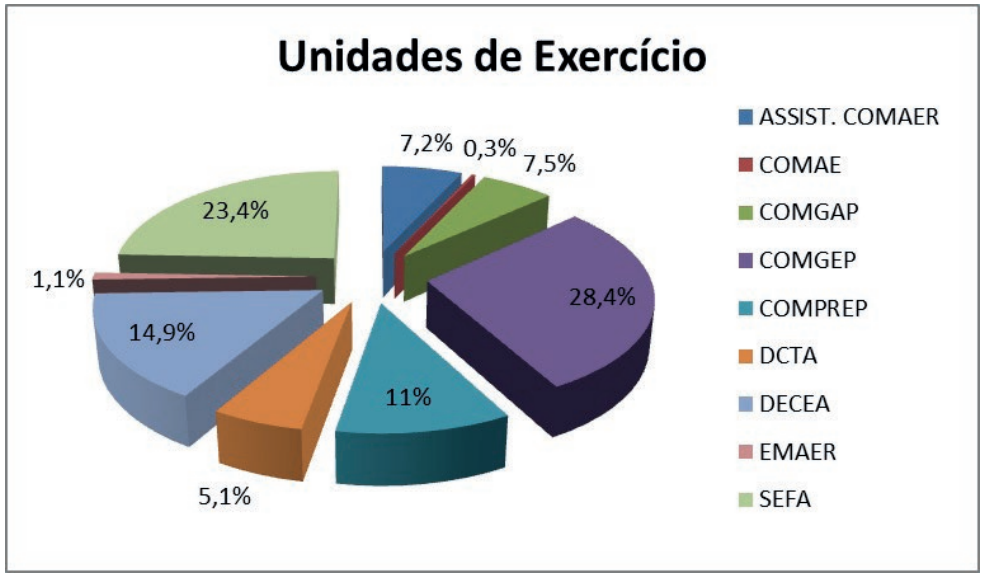


G) UNIDADE DE EXERCÍCIO

UNIDADES DE EXERCÍCIO	
Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica [1]	282
COMAE	12
COMGAP	258
COMGEP	1.196
COMPREP	444
DCTA	234
DECEA	667
EMAER	45
SEFA	940
TOTAL	4.078

FONTE: SIGPES/PLANILHA DPM/2019

OBS. 1: O campo Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica contempla os efetivos da ASOCEA, ASPAER, CECOMSAER, CENCIAR, CENIPA, CIAER, CPO, GABAER e INCAER.



4. Estratégia de Recrutamento e Alocação de pessoas

A prestação de tarefa por tempo certo, prevista no art. 3° da Lei n° 6.880, de 9 de dezembro de 1980, é uma medida de gestão de pessoal militar que tem por fim permitir a execução de atividades de natureza militar por militares inativos possuidores de larga experiência profissional e reconhecida competência técnico-administrativa.

A contratação desses militares se aplica a todas as áreas de interesse da Administração e é efetivada por meio de proposta de designação, justificada pela necessidade do serviço, para a execução de atividades que requeiram pessoal com conhecimento, habilidade e experiência na tarefa a ser realizada e não disponível no serviço ativo da aeronáutica.

Essas contratações destinam-se, precipuamente às Organizações Militares do COMAER, podendo, excepcionalmente, a critério do Comandante da Aeronáutica (CMTAER), ser autorizada em órgãos não pertencentes ao COMAER: Ministério da Defesa (MD), Comando da Marinha, Comando do Exército e Colégios Militares.

5. Avaliação de desempenho, recrutamento e meritocracia:

A) GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

OBS: Essa avaliação não se aplica aos militares designados para Prestação de Tarefa por Tempo Certo – PTTC.

B) PROGRESSÃO FUNCIONAL

Essa avaliação não se aplica aos militares designados para Prestação de Tarefa por Tempo Certo – PTTC.

C) ESTÁGIO PROBATÓRIO

Essa avaliação não se aplica aos militares designados para Prestação de Tarefa por Tempo Certo – PTTC.

D) TABELA DE REMUNERAÇÃO PTTC – PRÓ-LABORE

Faixa Salarial	POSTO/ GRADUAÇÃO	PRÓ-LABORE 2019 (R$)
Oficiais Generais	Marechal do Ar	-----
	TenBrig Ar	-----
	MajBrig Ar	9.887,78
	Brig Ar	8.634,13
Oficiais Superiores	Coronel	6.531,39
	Tenente Coronel	5.428,69
	Major	5.417,49
Oficiais Intermediários	Capitão	5.343,07
Oficiais Subalternos	1° Tenente	3.838,07
	2° Tenente	3.501,34

	AspiranteaOficial	-----
	Cadete e Aluno ITA (último ano)	-----
Praças Especiais	Cadete e Aluno ITA (demais anos) e Al ÓrgFormOf Res	-----
	Aluno EPCAR (último ano) e Aluno de EscFormSgt	-----
	Aluno EPCAR (demais anos) e Aluno de EscFormSgt	-----
Praças	Suboficial	3.664,93
	1º Sargento	2.686,50
	2º Sargento	2.302,16
	3º Sargento	2.275,57
	Cabo (engajado) e Taifeiro Mor	-----
	Cabo (não engajado)	-----
	Taifeiro 1ª Classe	-----
	Taifeiro 2ª Classe	-----
	Soldado Engajado Especializado	-----
	Soldado Engajado não Especializado	-----
	Recruta e S2 (não engajado)	-----

FONTE: SIGPES/SDPP-PLANILHA DPM/2019

E) PERCENTUAL DE CARGOS GERENCIAIS (ALTA ADMINISTRAÇÃO) OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS

Não se aplica ao Prestador de Tarefa por Tempo Certo

F) DETALHES SOBRE A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.

Na contratação do Prestador de Tarefa por Tempo Certo não se aplica distinção de gêneros.

G) CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

Não aplicável.

6. Principais desafios e ações futuras em Gestão de Pessoas

A contratação dos militares inativos para prestação de tarefa por tempo certo tem caráter estratégico para o COMAER, considerando que complementa a força de trabalho com homens e mulheres que possuem uma bagagem de conhecimentos com elevado nível técnico-profissional. Isso cria um impacto extremamente positivo porque, além da aplicação de larga experiência em seus respectivos campos de atuação, a utilização dessa força de trabalho gera uma economia na ordem de setenta por cento, em comparação aos mesmos profissionais que se encontram no serviço ativo. Sem contar que esse efetivo já está inserido no Sistema de Proteção Social dos Militares.

O COMAER tem efetuado gestões para contratação desses militares inativos, tendo em vista as experiências adquiridas ao longo da carreira e, também, com o intuito de reduzir o quantitativo de efetivo permanente, já que eles são contratados por determinados períodos, podendo chegar, a critério da Administração, a dez anos de serviços.

Ademais, vale ressaltar que algumas especialidades desses militares não são encontradas no mercado de trabalho privado, uma vez que as funções desempenhadas são voltadas exclusivamente para a área militar, tais como: instrutores de escolas militares, especialistas em explosivos, em armamento, dentre outras.

Por fim, o grande desafio para o Comando da Aeronáutica tem sido encontrar militares inativos para trabalharem em algumas Organizações Militares, em virtude do percentual do Pró-Labore ser pouco atrativo, bem como manter esses talentos motivados a continuarem trabalhando como prestadores de tarefa por tempo certo, incentivando-os a alcançarem o maior nível possível de produtividade e satisfação.

6.6 SECRETARIA DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA - SEFA

Missão:

"Promover a efetiva, regular e econômica gestão das atividades administrativas, orçamentárias, financeiras e contábeis necessárias ao preparo e emprego da FAB, contribuindo para missão da Aeronáutica".

Visão:

: "Ser reconhecida como uma Organização de excelência na gestão das atividades administrativas, orçamentárias, financeiras e contábeis no COMAER".

Estrutura:


Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica
Diretoria de Administração da Aeronáutica
Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica
Bases Aéreas

Cadeia de Valor:



Fonte: SEFA

6.6.1 GESTÃO DE CUSTOS

– Conformidade legal (art. 50, *3 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, e Portaria STN 157, de 09 de março de 2011)

Por meio do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (SISCONTAER), instituído no ano de 2014 e atualizado pela Portaria 577/GC-3, de 02 de maio de 2018, buscou-se a normatização e a definição de processos, permitindo que providências sejam adotadas de forma eficaz e tempestiva no âmbito da UPC. O referido sistema atribui à Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, por intermédio da Diretoria de Economia e Finanças (DIREF), a responsabilidade pelo acompanhamento de custos no âmbito desta UPC, conforme previsto pela Portaria STN nº 157, de 09 de março de 2011 e no Art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal LC 101/2000.

Apesar da formalização do assunto ser recente, **há décadas o COMAER utiliza a metodologia de apropriação de custos por atividades.** Essas atividades, previstas em manual (MCA 172-3 - Digital), são expressas em códigos de centros de custos (6 dígitos) e representam os processos mais relevantes para que o Comando da Aeronáutica possa alcançar seus objetivos.

Cabe, neste ponto, destacar que custos da FAB são representados por pessoal militar e civil (ambos em atividade), depreciação e consumo de bens e serviços para a produção de outros bens e serviços a serem entregues pelo Comando da Aeronaútica à sociedade. Como exemplo podemos citar as diversas operações militares realizadas, os transplantes de órgão, operação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO), apoio aos Venezuelanos e inúmeras outras.

Nesse sentido, segundo termos contábeis, os investimentos, por exemplo, não são considerados custos, pois não pode ser considerado custo integral para a atual geração, pois os benefícios serão colhidos pela geração presente e pelas gerações futuras. Desta forma os custos dos investimentos vão sendo registrado por meio da depreciação à medida em que vão sendo utilizado. No caso do COMAER, aquisição de aeronaves constitui-se um bom exemplo, visto que a durabilidade de projetos aeronáuticos alcança, por vezes, várias décadas, como é o caso do grippen.

Em resumo, **embora investimento seja gasto orçamentário, o mesmo não é considerado custo.** Por outro lado, **embora a depreciação de bens ocorra de forma independente de qualquer autorização orçamentária, a mesma é considerada custo, pois representa o desgaste do bem na produção de outros bens ou serviços** (uso de aeronaves no patrulhamento marítimo, por exemplo).

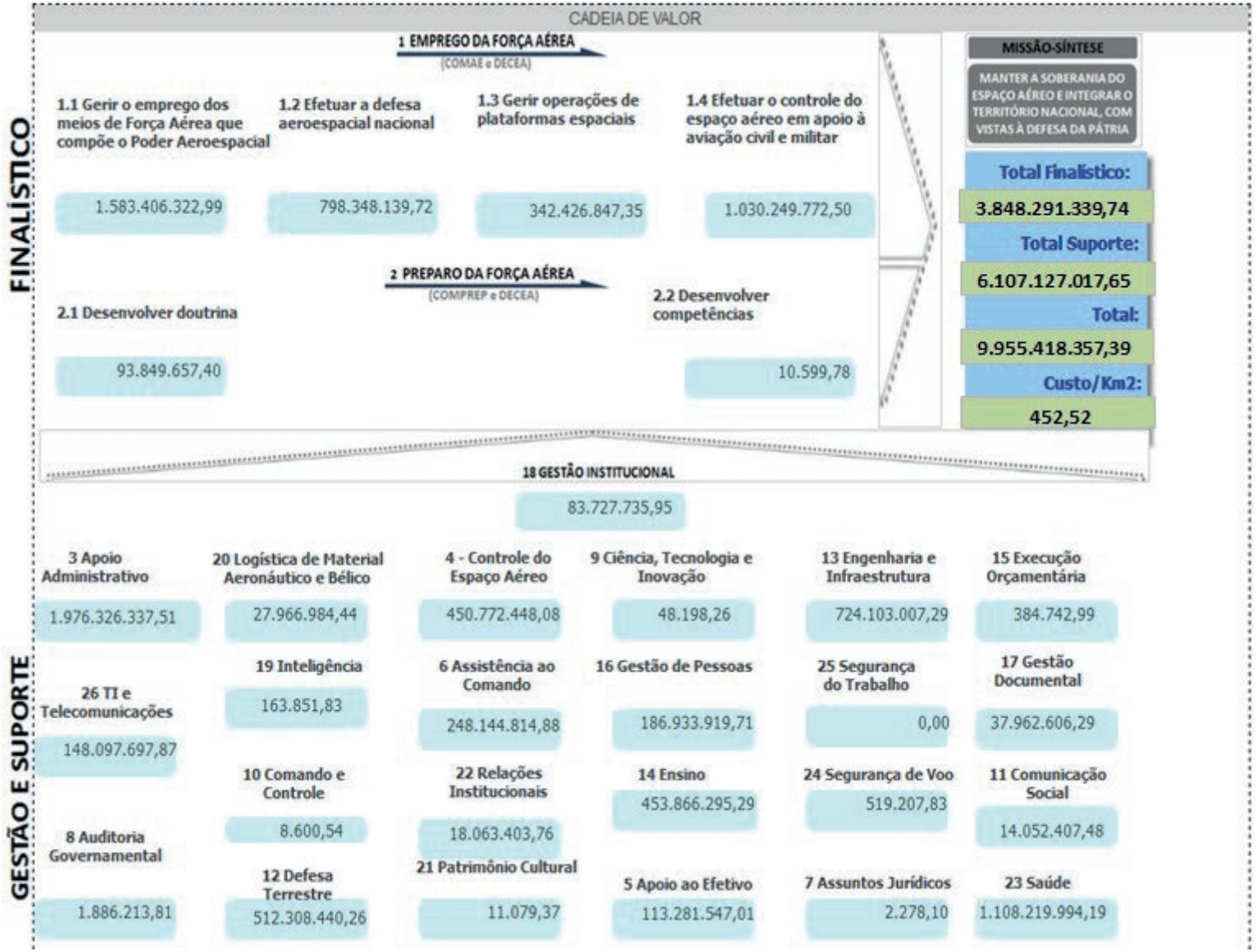
- Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte

O Comando da Aeronáutica realiza a apropriação de custos diretamente nas atividades desempenhadas, dentre elas podemos citar as atividades: operacional, ensino, saúde, administrativo, controle do espaço aéreo, desenvolvimento tecnológico, pessoal e outras, apontando ainda as Organizações que foram beneficiadas pelo consumo dos recursos.

Essa sistemática de controle de custos facilita a visualização da alocação real dos custos finalísticos e de gestão e suporte para as futuras Tomada de decisão pela Alta Administração do Comando da Aeronáutica. Dessa forma, tanto para a UG quanto para o Órgão, torna-se possível o relacionamento entre missão, objetivos estratégicos, macroatividades e custos envolvidos tanto da Unidade quanto do Órgão.

O COMAER utiliza a seguinte cadeia de valor de custos, para evidenciar o relacionamento entre suas atividades e os custos da Organização.

Figura 1: Cadeia de Valor: Processos e Custos do COMAER – 2019



Interessante destacar que os custos evidenciados na cadeia de valor de custos são registrados diretamente em prol de processos finalísticos e de gestão e suporte (apoio e gerencial), por meio dos subcentros de custos definidos pela Subdiretoria de Contabilidade do COMAER.

São considerados processos finalísticos aqueles diretamente relacionados com o cumprimento das obrigações legais que norteiam as atividades desempenhadas pelo Órgão, tais como o emprego da força, preparo da força e outras que representam 38,65% dos custos totais da Força.

Já os custos de gestão e suporte (apoio e gerencial), por sua vez, representam, 61,35%, sendo consideradas as atividades como ensino, administração, saúde e outras indispensáveis para o suporte das atividades finalísticas. Considerando que todos os esforços do COMAER são destinados ao cumprimento de sua missão, pode-se dizer que as atividades de gestão e suporte existem para que seja possível o alcance dos objetivos legais estabelecidos para o Órgão, conforme previsto na Lei Complementar 97/99.

A título de exemplo, pode-se citar a formação de pilotos pela Academia da Força Aérea, dos sargentos na Escola de Especialista da Aeronáutica, responsáveis pela manutenção das aeronaves, e dos engenheiros do Instituto Tecnológico da Aeronáutica que, embora seja um custo de suporte (atividade de ensino), às existências tem por finalidade fornecer meios para que a atividade finalística seja executada. O mesmo entendimento pode ser empregado, em relação aos custos despendidos nos Hospitais e Esquadrões de Saúde da Força, que apesar de ser uma atividade de suporte (saúde), é responsável para manter o perfeito condicionamento físico e mental do efetivo da Força a fim de permitir o pronto emprego dos militares no cumprimento de suas atribuições.

O método de classificação direta dos custos às atividades relevantes desempenhadas pelo Órgão tem atendido às necessidades gerenciais deste Comando, uma vez que permite identificar os custos de seus macroprocessos, todos necessários e fundamentais ao desempenho da missão constitucional, conforme visualizado na cadeia de valor de custos do COMAER.

Torna-se interessante destacar, ainda, que o cumprimento da missão constitucional do COMAER se dá em uma dimensão tridimensional, uma vez que a Força Aérea, responsável pela manutenção da soberania do espaço aéreo e também por promover a integração do território nacional, atua em dimensão continental e em zona econômica exclusiva (água territoriais), totalizando 22 milhões de Km².

Diante disso, os custos de deslocamento de uma aeronave, por exemplo, estão diretamente relacionados à distância percorrida e os custos de monitoramento e controle do espaço aéreo, por sua vez, também estão diretamente relacionados ao tamanho do Brasil.

Por essa razão, essa UPC realiza, em forma de indicador contábil, a combinação entre custos e dimensão territorial do país mais a área economicamente exclusiva para identificar o custo unitário do produto do Comando da Aeronáutica à Sociedade.

PRODUTO COMAER Soberania dos 22 milhões de km² do espaço aéreo e integração do território nacional		
Ano	Custo Total (Cadeia de Valor)	Custo Unitário (Custo Total/22milhões de Km²)
2019	R$ 9.955.418.357,39	R$ 452,52 por km² ao ano

O valor dos custos total do COMAER do ano de 2019 foi da ordem de R$ R$ 9.955.418.357,39, sendo composto pelos custos de pagamento de pessoal militar e civil, tanto no exterior quanto no brasil, depreciação dos bens móveis permanentes, amortização do bens intangíveis e consumo de bens e serviços. Cabe acrescentar que o processo de controle de custos na Aeronáutica encontra-se em constante atualização e aperfeiçoamento a fim de trazer as informações mais atuais e fidedignas possíveis para a tomada de decisão.

Programa Governo	
CUSTO DEPRECIAÇÃO E CONSUMO DE BENS (NÃO VINCULA A NENHUM PROGRAMA	1.659.211.653,35
DEFESA NACIONAL	1.566.170.203,52
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	735.041.679,99
DEMAIS	114.484.628,64
Total	4.074.908.165,50

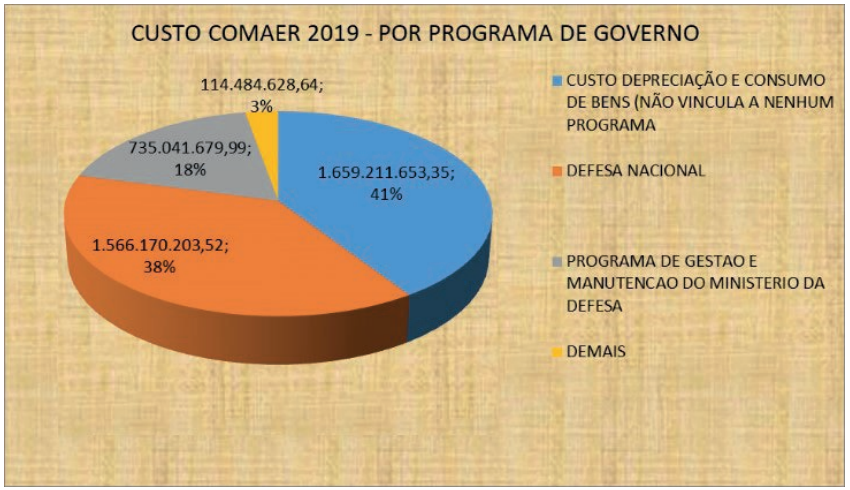
– Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam e contribuem para o alcance da missão institucional da UPC

Exceto o Grupo 1, referente a Despesas e Encargos Sociais suportados prioritariamente pelo Programa 2108 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA, os custos dos demais insumos consumidos pelo COMAER distribuem-se na forma indicada pela tabela a seguir:

Programa Governo		52111 COMANDO DA AERONAUTICA			Total	
		Depreciação de BMP	Amortização	Bens e Serviços		
'-8	SEM INFORMACAO	341.090.607,98	301.604,90	1.317.819.440,47	1.659.211.653,35	40,72%
2058	DEFESA NACIONAL			1.566.170.203,52	1.566.170.203,52	38,43%
2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO			735.041.679,99	735.041.679,99	18,04%
2056	POLITICA ESPACIAL			50.215.261,89	50.215.261,89	1,23%
2015	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE			16.768.537,34	16.768.537,34	0,41%
2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO			9.737.707,57	9.737.707,57	0,24%
2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO			6.124.470,23	6.124.470,23	0,15%
2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INFRAESTRUT			5.834.597,36	5.834.597,36	0,14%
2081	JUSTICA, CIDADANIA E SEGURANCA PUBLICA			4.686.462,53	4.686.462,53	0,12%
2017	AVIACAO CIVIL			4.456.438,18	4.456.438,18	0,11%
0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL			3.872.656,75	3.872.656,75	0,10%
2035	ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO			3.280.113,69	3.280.113,69	0,08%
2040	GESTAO DE RISCOS E DE DESASTRES			3.000.493,11	3.000.493,11	0,07%
2082	POLITICA EXTERNA			1.905.044,45	1.905.044,45	0,05%
2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS			1.761.342,37	1.761.342,37	0,04%
2078	CONSERVACAO E USO SUSTENTAVEL DA			1.756.269,95	1.756.269,95	0,04%
0032	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO			240.040,85	240.040,85	0,01%
2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			477.776,27	477.776,27	0,01%
0565	PRESTACAO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL			13.383,63	13.383,63	0,00%
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			112.993,58	112.993,58	0,00%
0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO			97.255,50	97.255,50	0,00%
2080	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS			87.255,95	87.255,95	0,00%
2083	QUALIDADE AMBIENTAL			29.141,48	29.141,48	0,00%
2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA			8.305,96	8.305,96	0,00%
2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO			19.080,00	19.080,00	0,00%
Total		341.090.607,98	301.604,90	3.733.515.952,62	4.074.908.165,50	100,00%

Expressiva parcela do custo evidenciado na tabela anterior (40,72%) apresenta-se sem ligação a códigos de programas em virtude de que muitos custos de depreciação de bens e custos de consumo de materiais estocados vinculam-se a bens adquiridos em exercícios anteriores (depreciação de aeronaves e consumo de peças de aviação, estoques dos almoxarifados por exemplo). Por esta razão, o Sistema SIAFI não vincula tais custos a Programas de Governo alocados ao COMAER no exercício de 2019.

Os Programas de Governo 2058 - DEFESA NACIONAL e 2108 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA respondem por 56,47% dos custos dos programas alocados ao COMAER. As finalidades dos dois citados Programas estão em perfeito alinhamento com a missão do COMAER, expressa fundamentalmente pelas atividades de CONTROLAR, DEFENDER e INTEGRAR.



– Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos

Nesse sentido, o COMAER vem envidando esforços voltados ao aperfeiçoamento do processo de reestruturação da Força, uma vez que ao concentrar atividades administrativas em organizações específicas, além de gerar especialização de atividades, desonera-se as demais organizações para que elas possam focar seus esforços no cumprimento de missões finalísticas, como operações aéreas e controle do espaço aéreo, por exemplo.

Além disso, observa-se também o incentivo, no âmbito do Comando da Aeronáutica, na migração de contratação de serviços terceirizados para o uso de mão-de-obra especializada dentro do próprio Comando a fim de empregar melhor os recursos destinados, como por exemplo, o emprego de militares especializados em carpintaria, pintura, eletricista e outros serviços.

Complementarmente, cabe informar que a UPC está iniciando/aperfeiçoando o processo de criação de painéis de custos, nas diversas atividades desempenhadas pela Aeronáutica, a fim de possibilitar a identificação de como estão sendo alocados os custos do Comando e permitir um melhor acompanhamento e gestão do emprego dos recursos públicos e, consequentemente, uma melhora na qualidade das informações gerenciais para a Tomada de decisão.

Para ilustrar, segue abaixo o painel de controle de custos de Serviços Públicos de 2019 (Energia Elétrica e Água), o qual permite realizar um acompanhamento tempestivo dos gastos com serviços públicos e promover gestões pontuais para o racionamento do consumo.

DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE
DIVISÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL

DADOS ESTATÍSTICOS DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (KWh)
VISÃO COMAER - COMPARATIVO ANO DE 2018 E 2019
SALDO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO



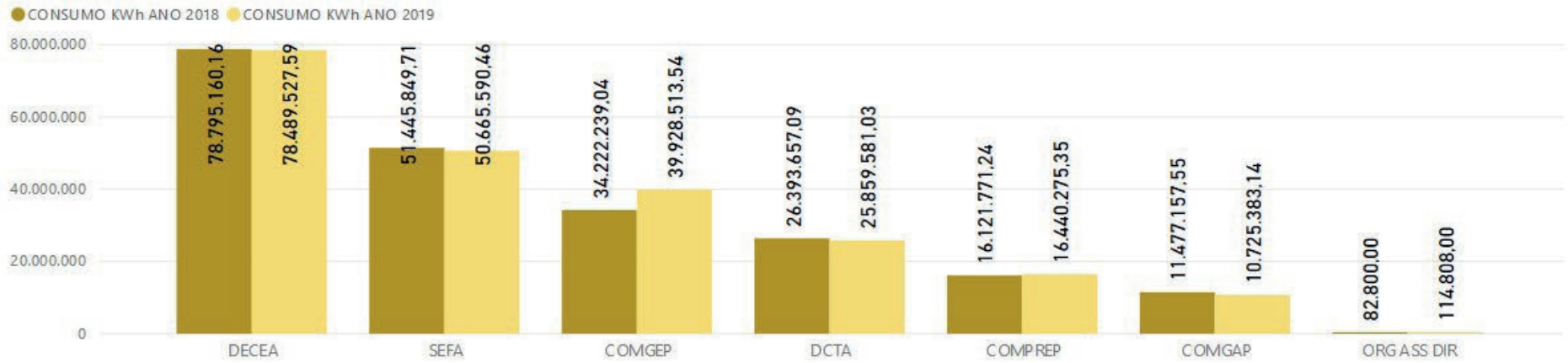
SELECIONE O ODSA:

ODSA
- ☐ COMGAP
- ☐ COMGEP
- ☐ COMPREP
- ☐ DCTA
- ☐ DECEA
- ☐ ORG ASS DIR
- ☐ SEFA

SALDO ACUMULADO DE KWH (DE PONTA + FORA DE PONTA) - 2018 E 2019:

ODSA DA UG BENEFICIADA	CONSUMO KWh ANO 2018	CONSUMO KWh ANO 2019	VARIAÇÃO %
COMGAP	11.477.157,55	10.725.383,14	-6,55%
DCTA	26.393.657,09	25.859.581,03	-2,02%
SEFA	51.445.849,71	50.665.590,46	-1,52%
DECEA	78.795.160,16	78.489.527,59	-0,39%
COMPREP	16.121.771,24	16.440.275,35	1,98%
COMGEP	34.222.239,04	39.928.513,54	16,67%
ORG ASS DIR	82.800,00	114.808,00	38,66%
Total	**218.538.634,79**	**222.223.679,11**	**1,69%**

CONSUMO EM KWH (DE PONTA + FORA DE PONTA)



Dados extraídos do Tesouro Gerencial em 31/01/2020

DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE
DIVISÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL

CONSUMO DE ÁGUA (m³)
VISÃO COMAER - COMPARATIVO ANO DE 2018 E 2019
SALDO ACUMULADO ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO



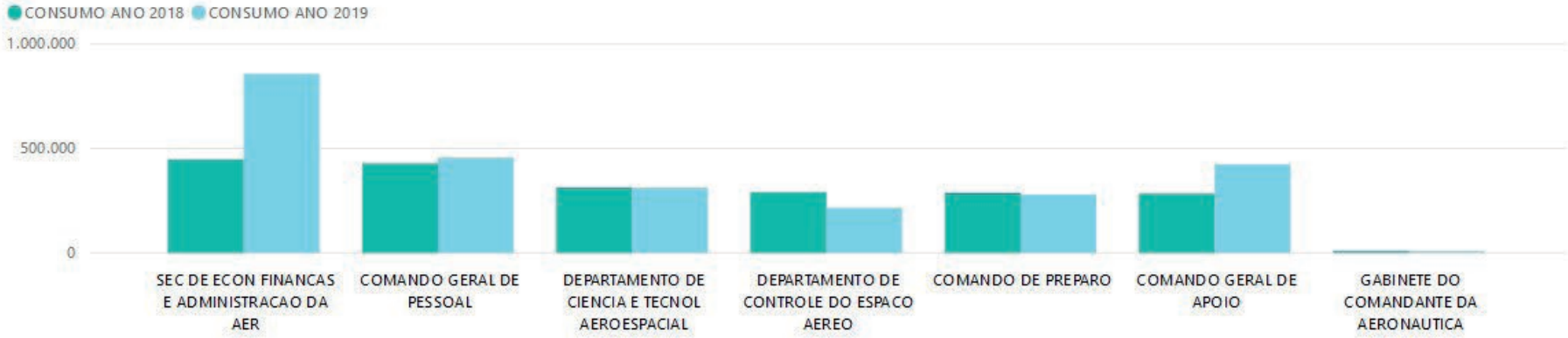
SELECIONE O ODSA:

ODSA
- COMANDO DE PREPARO
- COMANDO GERAL DE APOIO
- COMANDO GERAL DE PESSOAL
- DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNO...
- DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ES...
- GABINETE DO COMANDANTE DA AER...
- SEC DE ECON FINANCAS E ADMINISTR...

Saldo Acumulado

ODSA	CONSUMO ANO 2018	CONSUMO ANO 2019	VARIAÇÃO %
COMANDO DE PREPARO	286.143,49	278.409,80	-2,70%
COMANDO GERAL DE APOIO	282.495,51	423.373,50	49,87%
COMANDO GERAL DE PESSOAL	427.119,14	454.467,98	6,40%
DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	311.201,00	310.557,00	-0,21%
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPACO AEREO	289.390,79	215.063,00	-25,68%
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	828,00	648,00	-21,74%
SEC DE ECON FINANCAS E ADMINISTRACAO DA AER	446.094,32	856.205,64	91,93%
Total	**2.043.272,25**	**2.538.724,92**	**24,25%**

CONSUMO DE ÁGUA (m³)



Dados extraídos do Tesouro Gerencial em 31/01/2020

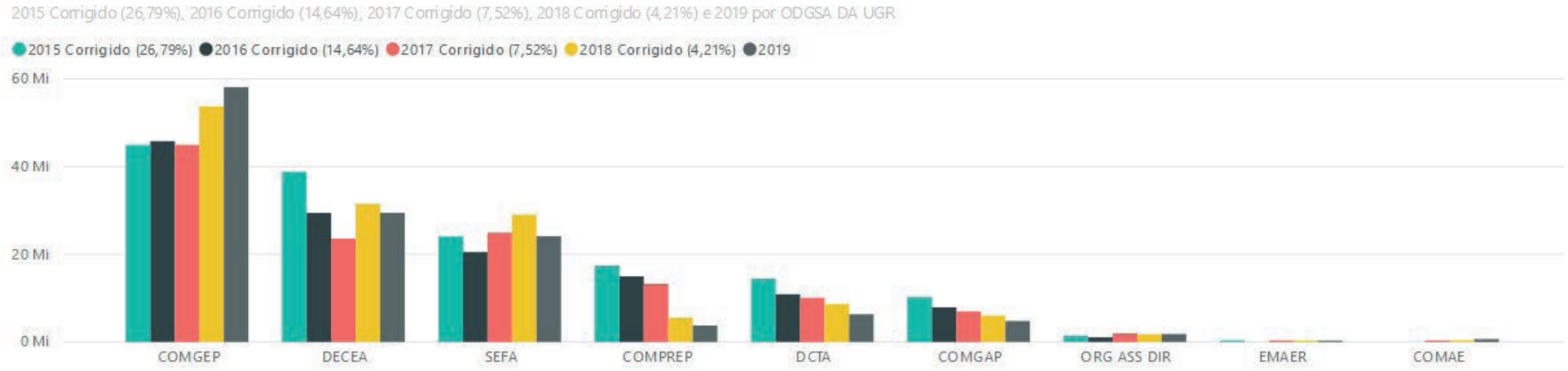
Complementando, o painel de controle de custos de Serviço de Conservação e Limpeza também permite realizar um acompanhamento anual dos gastos com os serviços terceirizados em todas as Organizações da FAB, o que vem promovendo uma redução de consumo em comparação aos últimos 5 anos.

DIRETORIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA
SUBDIRETORIA DE CONTABILIDADE
DIVISÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL

CUSTOS DO SERVIÇO DE VISÃO COMAER

Relatório do 2º Semestre de 2019
Atualizado em 16/01/2019

ODGSA DA UGR	2015 Corrigido (26,79%)	2016 Corrigido (14,64%)	2017 Corrigido (7,52%)	2018 Corrigido (4,21%)	2019
COMAE			292.955,07	369.587,69	655.255,86
COMGAP	10.150.283,99	7.889.411,13	6.935.698,68	5.957.880,46	4.780.874,95
COMGEP	44.872.988,95	45.758.346,64	44.923.387,64	53.693.068,50	58.056.627,79
COMPREP	17.281.490,36	14.958.621,61	13.216.889,96	5.478.333,59	3.741.241,80
DCTA	14.321.363,97	10.881.832,97	10.049.149,62	8.619.656,85	6.313.509,01
DECEA	38.724.206,16	29.424.490,61	23.555.472,57	31.422.817,12	29.452.795,41
EMAER	3.917,81		4.300,80	18.020,30	180,00
ORG ASS DIR	1.316.788,21	1.064.346,92	1.928.972,44	1.751.132,14	1.810.610,50
SEFA	23.997.923,05	20.505.101,06	24.901.020,56	28.976.192,15	24.101.256,19
Total	**150.668.962,50**	**130.482.150,95**	**125.807.847,33**	**136.286.688,79**	**128.912.351,51**



6.6.2 Informações Contábeis do COMAER

A Diretoria de Economia e Finanças da Aeronáutica - DIREF, por meio da Subdiretoria de Contabilidade - SUCONT, representa a Setorial Contábil de Unidade Gestora, de Órgão e de Órgão Superior do COMAER, nos termos do Manual SIAFI, Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

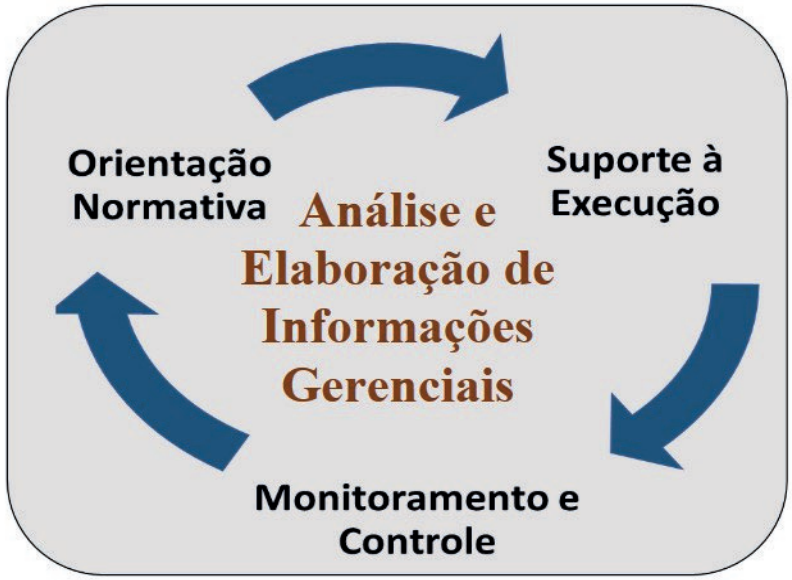
Nesse sentido, a SUCONT é a responsável pelo acompanhamento contábil das Unidades Gestoras Executoras (UG EXEC) da UPC do COMAER, sendo, aproximadamente, 48 (quarenta e oito) pertencentes ao Órgão Comando da Aeronáutica (Código SIAFI 52111) e apenas 1 (uma) integrante ao Órgão Fundo Aeronáutico (Código SIAFI 52911).

O Órgão Comando da Aeronáutica é representado pelas Unidades Gestoras Executoras pertencentes à estrutura administrativa do COMAER, as quais efetuam a execução orçamentária, financeira e patrimonial no SIAFI, com o fito de contribuírem para o cumprimento da missão institucional do Comando da Aeronáutica, que é, conforme preconiza a Diretriz do Comando da Aeronáutica 11-45/2016, "Manter a Soberania do Espaço Aéreo e integrar o território nacional, com vistas à Defesa da Pátria".

O Fundo Aeronáutico, criado pelo Decreto-Lei nº 8.373, de 14 de dezembro de 1945, é um fundo de natureza contábil destinado a auxiliar o provimento de recursos financeiros para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira e para as realizações ou serviços que se façam necessários, no sentido de assegurar o cumprimento eficiente da missão constitucional da Aeronáutica.

Destaca-se que, no intuito de estruturar e normatizar as atividades de contabilidade no âmbito do COMAER, o Comandante da Aeronáutica aprovou a reedição da Norma do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (NSCA) 172-1, por intermédio da Portaria nº 577/GC3, de 2 de maio de 2018, a qual institui o Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica - SISCONTAER.

Dessa forma, o COMAER criou instrumento para organizar e disciplinar o funcionamento do SISCONTAER, estabelecendo suas atividades, finalidade, estrutura e competências. O objetivo principal desta Norma é sistematizar o relacionamento entre o Órgão Central, os Órgãos Setoriais, os Executivos e o Supervisionado, no que se refere à orientação normativa, ao suporte técnico, ao monitoramento e controle da execução contábil e à produção de informações gerenciais, respeitada a subordinação hierárquica dos elos envolvidos. Nesse contexto, o ciclo de processos da Contabilidade é integrado pelas atividades de orientação normativa, suporte da execução contábil, monitoramento e controle das execuções orçamentária, financeira e patrimonial, e análise e elaboração de informações gerenciais. Essas atividades têm como foco, em última análise, o usuário da informação contábil.



Fonte: Norma do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica 172-1

Assim, considerando os ciclos dos processos de contabilidade do COMAER, a Subdiretoria de Contabilidade encontra-se estruturada da seguinte forma: Subdiretor de Contabilidade, Divisão de Contabilidade Gerencial (SUCONT-1); Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis (SUCONT-2) e Divisão de Acompanhamento Contábil e de Suporte ao Usuário (SUCONT-3).

Abaixo seguem as competências de cada Divisão e suas respectivas Seções:

Divisão de Contabilidade Gerencial (SUCONT-1): I -planejar e coordenar as atividades relacionadas à contabilidade gerencial, com o objetivo de subsidiar o processo decisório no COMAER; II -planejar e coordenar as atividades da contabilidade de custos; III -propor ao Subdiretor de Contabilidade medidas normativas, referentes aos procedimentos relacionados à contabilidade gerencial; IV -planejar e coordenar as atividades de

validação dos dados extraídos do SIAFI, por intermédio do Sistema Tesouro Gerencial necessários ao funcionamento dos sistemas corporativos do COMAER; V -planejar e coordenar as atividades de homologação do cálculo de custos relativos aos cursos e estágios frequentados por militares, conforme estabelecido no Estatuto dos Militares; VI -subsidiar o EMAER com dados d custos e de execução contábil, com o fim de compor a documentação do COMAER a ser inserida no Relatório de Gestão e na Prestação de Contas do Presidente da República, quando solicitadas; e VII -assessorar o Subdiretor nos assuntos de sua competência.

Seção de Análise e de Controle de Custos (SUCONT-1.1): I -analisar dados de custos das Organizações Militares; II -elaborar os relatórios de custos necessários ao processo decisório; III –controlar e orientar as atividades de apropriação de custos das Organizações Militares; IV -preparar o ato administrativo relativo à homologação do cálculo de custos referentes aos cursos e estágios frequentados por militares, conforme estabelecido no Estatuto dos Militares; e V -assessorar o Chefe nos assuntos de sua competência

Seção de Consolidação de Informações Contábeis (SUCONT-1.2): I -elaborar e controlar os levantamentos de natureza contábil, para o assessoramento no processo decisório; II -elaborar relatórios, estudos e informações sobre assuntos específicos, lastreados em análises gerenciais; III -validar os dados extraídos do SIAFI por intermédio do Tesouro Gerencial necessários ao funcionamento dos sistemas corporativos do COMAER; IV -orientar as Unidades Gestoras quanto à utilização de ferramentas de pesquisa gerencial; e V -assessorar o Chefe nos assuntos de sua competência.

Seção de Análise Contábil Gerencial (SUCONT -1.3): I -assessorar o Subdiretor nos assuntos referentes às análises gerenciais das Unidades Gestoras do COMAER; II -analisar dados de desempenho das atividades no COMAER; III -elaborar análises referentes aos relatórios fornecidos aos Órgãos Setoriais do Sistema de Contabilidade do Comando da Aeronáutica (SISCONTAER); e IV -assessorar o Chefe nos assuntos de sua competência.

Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis (SUCONT-2): I -planejar e coordenar a elaboração de procedimentos e normas de execução contábil e de análise de demonstrações contábeis; II -prover suporte aos demais setores da SUCONT e da DIREF nos assuntos relativos aos procedimentos de execução contábil no SIAFI; III -verificar o cálculo de débitos apurados, efetuar o registro contábil no SIAFI dos responsáveis e realizar a sua baixa em função do recebimento ou cancelamento do débito; IV -coordenar o registro, no SIAFI, da conformidade contábil relativa às UG, ao Órgão COMAER, ao FAer e à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica(CFIAe); V -estabelecer ligação com os Órgãos correlatos da Administração Pública, nos assuntos relativos a procedimentos contábeis; VI-planejar e coordenar as atividades de controle de certidões de interesse do COMAER, bem como os possíveis registros de organizações em cadastros de irregularidade do Governo Federal; VII-coordenar ações para possibilitar a inscrição das Organizações Militares do COMAER no SIAFI e junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ), bem como a proposição de qualificação das Unidades Gestoras; e VIII-assessorar o Subdiretor nos assuntos de sua competência.

Seção de Procedimentos Contábeis (SUCONT-2.1): I -padronizar os procedimentos contábeis, bem como as Demonstrações da execução contábil no SIAFI para o COMAER; II -elaborar e atualizar as normas de contabilidade do COMAER; III -prover suporte técnico aos diversos setores da SUCONT e da DIREF sobre as rotinas de execução contábil no SIAFI, em conformidade com as normas estipuladas pela STN; IV -interagir com o Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal no trato dos assuntos de natureza contábil; V –propor a tabela de qualificação das Unidades Gestoras; e VI-assessorar o Chefe nos assuntos de sua competência.

Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis (SUCONT-2.2): I -analisar e avaliar as Demonstrações Contábeis das UG do COMAER, do FAer e CFIAe, com vistas à elaboração das Declarações do Contador e notas explicativas; II -registrar, no SIAFI, a Conformidade Contábil a nível de UG: de todas as UGE do COMAER e FAer, a nível de Órgão: dos Órgãos COMAER e Faer e a nível de Órgão Superior: do Órgão COMAER e CFIAe; e III -assessorar o Chefe nos assuntos de sua competência.

Seção de Cadastro e de Acompanhamento de Regularidade Fiscal (SUCONT -2.3): I-verificar o cálculo de débitos apurados, efetuar o registro contábil no SIAFI dos responsáveis e realizar a sua baixa em função do recebimento ou cancelamento do débito; II -executar as atividades de inscrição e baixa relativas às informações no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal(CADIN); III -controlar as certidões de regularidade de interesse do COMAER, bem como possíveis registros de organizações do COMAER em cadastros de irregularidade do Governo Federal; IV -atuar junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais Órgãos Federais, no tocante ao CNPJ e à transmissão de informações de natureza fiscal e previdenciária; V –efetuar a inscrição cadastral das Organizações Militares do COMAER, no SIAFI; e VI-assessorar o Chefe nos assuntos de sua competência.

Divisão de Acompanhamento Contábil e de Suporte ao Usuário (SUCONT-3): I -acompanhar as atividades contábeis das UG, no tocante ao registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial; II -planejar e coordenar o suporte às UG,

quanto à execução contábil no SIAFI; III -avaliar e cadastrar os operadores no SIAFI, nas situações em que não couber aos Grupamentos de Apoio previamente designados; IV -efetuar, em caráter excepcional, ajustes contábeis com vistas a preservar as regularidades das contas da Aeronáutica; e V-assessorar o Subdiretor nos assuntos de sua competência.

Seção de Acompanhamento Contábil -País (SUCONT-3.1): I -acompanhar e analisar, por intermédio do SIAFI, as operações contábeis realizadas pelas UG do país; II -emitir relatórios e mensagens para correção de discrepâncias nas operações contábeis realizadas pelas UG do país; III -supervisionar o Demonstrativo Creditício Financeiro que denote desequilíbrio, conforme apresentado pelas UG no Aplicativo Eletrônico de Contas; IV -acompanhar a conformidade de registro de gestão efetuada pelas UG do País; e assessorar o Chefe nos assuntos de sua competência

Seção de Acompanhamento Contábil -Exterior (SUCONT-3.2): I -acompanhar e analisar, por intermédio do SIAFI, as operações contábeis realizadas pelas UG do exterior; II -emitir relatórios e mensagens para correção de discrepâncias nas operações contábeis realizadas pelas UG do exterior; III -acompanhar a conformidade de registro de gestão efetuada pelas UG do exterior; IV –supervisionar o Demonstrativo Creditício Financeiro que denote desequilíbrio, conforme apresentado pelas UG no Aplicativo Eletrônico de Contas; e V -assessorar o Chefe nos assuntos de sua competência.

Seção de Suporte ao Usuário (SUCONT-3.3): I -acompanhar e analisar, por intermédio de atendimentos telefônicos, mensagens SIAFI ou mensagens em plataforma específica de atendimento ao usuário, as dúvidas apresentadas pelas UG do país e exterior nas áreas de competência da SUCONT; II -emitir orientações às UG, com o fito de permitir a execução e/ou correção de lançamentos contábeis no SIAFI; III –propor alterações nas normatizações vigentes quanto ao processo de execução contábil no COMAER; e IV -assessorar o Chefe nos assuntos de sua competência.

Abaixo seguem as informações dos titulares das funções acima elencadas, bem como o período de atuação:

Cargo	Titular	Período de atuação
Diretor de Economia e Finanças da Aeronáutica (DIREF)	Major Brigadeiro Marcos Vinicius Rezende Mirad	01/01/2019 a 31/12/2019
Subdiretor de Contabilidade (SUCONT)	Brigadeiro Intendente Luiz Antonio Pontes	31/03/2019 a 31/12/2019
	Coronel Intendente Gilson Alves de Almeida Júnior	01/01/2019 a 30/03/2019
Divisão de Contabilidade Gerencial (SUCONT-1)	Tenente Coronel Intendente Giovanni Magliano Junior	01/01/2019 a 01/04/2019
	Major Intendente Luanda dos Santos Bastos	02/04/2019 a 30/09/2019
	Tenente Coronel Intendente Leyzia de Carvalho Miranda da Silva	01/10/2019 a 31/12/2019
Chefe da Seção de Análise e de Controle de Custos (SUCONT-1.1)	1° Tenente QCOA CCO Herbster Pinheiro Dantas	01/01/2019 a 31/12/2019
Chefe da Seção de Consolidação de Informações Contábeis (SUCONT-1.2)	2° Tenente QCOA CCO Alessandra Bezerra Alves	01/01/2019 a 31/12/2019
Chefe da Seção de Análise Contábil Gerencial (SUCONT -1.3)	1° Tenente QCOA CCO Darlem Maglaine Deutsch	01/01/2019 a 18/08/2019
	2° Tenente QCOA CCO Alessandra Bezerra Alves	19/08/2019 a 31/12/2019
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis (SUCONT-2)	Coronel Intendente Gilson Alves de Almeida Júnior	01/04/2019 a 25/11/2019
	Major Intendente Ulisses Cruz da Costa	26/11/2019 a 31/12/2019
Chefe da Seção de Procedimentos Contábeis (SUCONT-2.1)	Major Intendente Ulisses Cruz da Costa	01/01/2019 a 31/12/2019
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis (SUCONT-2.2)	1° Tenente QOAP CCO Thiago Filardi Ferreira	01/01/2019 a 31/12/2019
Chefe da Seção de Cadastro e de Acompanhamento de Regularidade Fiscal (SUCONT -2.3)	1° Tenente QCOA CCO Paulo Henrique Pinto de Oliveira	01/01/2019 a 31/12/2019
Chefe da Divisão de Acompanhamento Contábil e de Suporte ao Usuário (SUCONT-3)	Major Intendente Aline Cristina Lopes Cinalli Medeiros Fogaça	01/01/2019 a 03/06/2019
	Major Intendente Letícia Mota de Souza	03/06/2019 a 14/07/2019
	Coronel Intendente Roberto Sergio do Nascimento Pinheiro	15/07/2019 a 31/12/2019
Chefe da Seção de Acompanhamento Contábil -País (SUCONT-3.1)	Capitão Intendente Davi Oliveira Pimentel	01/01/2019 a 10/07/2019
	1º Tenente QOCon CCO Karyna Costa Ribeiro de Oliveira	10/07/2019 a 30/07/2019
	Major Intendente Letícia Mota de Souza	15/07/2019 a 31/12/2019
Chefe da Seção de Acompanhamento Contábil -Exterior (SUCONT-3.2)	1º Tenente QOCon CCO Leonardo Lopes de Farias Pinho	01/01/2019 a 12/06/2019
	1º Tenente QOCon CCO Karyna Costa Ribeiro de Oliveira	12/06/2019 a 31/12/2019
Chefe da Seção de Suporte ao Usuário (SUCONT-3.3)	Major Intendente Aline Cristina Lopes Cinalli Medeiros Fogaça	01/01/2019 a 03/06/2019
	1º Tenente QOCon CCO Leonardo Lopes de Farias Pinho	12/06/2019 a 06/08/2019
	Capitão Intendente Fernanda Bárbara Barros Dias	06/08/2019 a 23/12/2019

Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis da UPC e mecanismos adotados pela alta administração e pelos responsáveis pela contabilidade para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização

A Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA, por meio da DIREF, constitui o Órgão Central do SISCONTAER. Dentre outras atribuições, ao Órgão Central cabe promover o cumprimento das determinações do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional, bem como realizar, junto à essa Secretaria, as gestões técnicas necessárias ao cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial no Sistema de Contabilidade do COMAER.

Dessa forma, a fim de padronizar procedimentos contábeis, orçamentários e financeiros, a DIREF editou o Manual de Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial do Comando da Aeronáutica – MCA 172-3 (Digital), o qual tem o objetivo de reunir, em único documento permanentemente atualizado e de fácil acesso pelas organizações, mediante consulta eletrônica na INTRAER, todas as orientações de caráter normativo, em consonância, especialmente, com as emanadas pela STN, Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal e do Sistema de Administração Financeira Federal, sobre procedimentos de execução orçamentária, financeira e patrimonial aplicáveis às Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica, sediadas no País e no Exterior.

O MCA 172-3 (Digital) busca conciliar a necessidade do estabelecimento de regras padronizadas e objetivas a respeito da utilização dos recursos econômico-financeiros à disposição das unidades gestoras do Comando da Aeronáutica, com o dinamismo dos procedimentos contábeis e dos sistemas utilizados no âmbito da Administração Pública Federal. Além disso, o referido Manual encontra-se estruturado em módulos representantes das macrofunções ou dos grandes assuntos ligados à execução econômico-financeira, que podem ser consultados de forma independente.

Ainda, com o fito de garantir a confiabilidade e regularidade dos registros contábeis efetuados pelas diversas unidades gestoras distribuídas pelo país, a SUCONT, por meio da SUCONT-3, acompanha as atividades contábeis das UG, no tocante ao registro dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Além disso, fornece suporte aos usuários por intermédio de atendimentos telefônicos, mensagens SIAFI ou mensagens em plataforma específica de atendimento ao usuário, emitindo orientações às UG, com o fito de permitir a execução e/ou correção de lançamentos contábeis no SIAFI.

Ademais, faz-se importante citar as atividades de acompanhamento realizado pela SUCONT-1 no que se refere à confiabilidade e integridade do registro contábil dos custos apropriados pelas Unidades Gestoras do COMAER.

Tratamento das informações financeiras, contábeis e orçamentárias

As informações financeiras, contábeis e orçamentárias têm abrangência sobre todas as unidades gestoras que fazem a sua execução financeira, orçamentária e patrimonial no SIAFI sob a estrutura administrativa da Unidade Prestadora de Contas (UPC) do COMAER, conforme definido pela Decisão Normativa - TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019. Dessa forma, as informações financeiras, contábeis e orçamentárias foram emitidas no SIAFI referentes aos Órgãos SIAFI "Comando da Aeronáutica" e "Fundo Aeronáutico", os quais compreendem as unidades gestoras executoras sob a supervisão da UPC do COMAER. Ressalta-se que as principais informações contábeis dos aludidos Órgãos, evidenciadas por tabelas e notas explicativas, foram segregadas por Órgão, conforme orienta a aludida Decisão Normativa. Ressalta-se que as Demonstrações Contábeis do COMAER e FAer consolidadas e suas notas explicativas podem ser acessadas no endereço eletrônico: http://www.fab.mil.br/prestacaodecontas.

A seguir, são detalhados os principais itens das contas, resultados, receitas e despesas que ocorreram no exercício de 2019.

1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo "Caixa e Equivalentes de Caixa" contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em "Moeda Nacional" e em "Moeda Estrangeira".

Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Moeda Nacional	52111	1.482.985.985,32	1.628.039.882,90	-8,91	12,57
	52911	9.403.735.969,79	7.793.366.449,52	20,66	79,73
Moeda Estrangeira	52111	908.484.647,85	1.008.552.005,55	-9,92	7,70
	52911	-	-	-	-
Total Órgão 52111		2.391.470.633,17	2.636.591.888,45	-9,30	-
Total Órgão 52911		9.403.735.969,79	7.793.366.449,52	20,66	-
Total Geral:		11.795.206.602,96	10.429.958.337,97	13,09	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Em 31/12/2019, esse grupo apresentou saldo aproximado de 11,8 bilhões e o item mais representativo foi "Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional", conforme detalhado na tabela a seguir:

Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Aplicações Financeiras	52111	-	-	-	-
	52911	9.403.381.415,44	7.793.178.345,92	20,66	86,37
Recursos – Limite de Saque	52111	1.478.278.774,15	1.623.436.647,88	-8,94	13,58
	52911	354.554,35	188.103,60	88,49	0,00
Bancos	52111	4.707.211,17	4.603.235,02	2,26	0,04
	52911	-	-	-	-
Total Órgão 52111		1.482.985.985,32	1.628.039.882,90	-8,91	-
Total Órgão 52911		9.403.735.969,79	7.793.366.449,52	20,66	-
Total Geral:		10.886.721.955,11	9.421.406.332,42	15,55	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

O item "Caixa e Equivalentes de Caixa" é composto por aplicações financeiras, recursos do limite de saque da conta única e bancos.

A rubrica "Recursos – Limite de Saque" compreende, em sua maioria, os registros ocorridos na conta "Limite de Saque C/Vinc. Pagto – Ordem Pagto – OFSS", de acordo com os parâmetros de modernização no Sistema de Pagamento, implementados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no exercício de 2019.

Em relação à rubrica "Bancos", o valor apresentado concerne, substancialmente, a registros de garantias contratuais efetuados por Unidades Gestoras do Comando da Aeronáutica.

No item analisado, destacam-se, ainda, as aplicações financeiras que representam cerca de 86% do montante. Essas aplicações são efetuadas e gerenciadas pelo Fundo Aeronáutico, conforme legislação: Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, Portaria nº 345 MF, de 29 de dezembro de 1998, Decreto nº 93.872, de 23 dezembro de 1986 e Instrução Normativa STN nº 4, de 30 de agosto de 2004.

As aplicações financeiras estão com maior volume de concentração em Certificados de Depósitos Bancários, junto às maiores instituições financeiras do Brasil, com vencimentos cadenciados de forma a manter um fluxo de caixa compatível com as necessidades do Comando da Aeronáutica, cuja variação de 20,66%, deveu-se, majoritariamente, a rendimentos auferidos com os vencimentos dos lotes e formação de novos lotes a partir de saldos resgatados da Conta Única, conforme a tabela a seguir:

Aplicações Financeiras – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Certificados de Depósitos Bancários	52911	7.805.520.980,34	5.998.058.042,56	30,13	83,01
CTU – Recursos da Conta Única Aplicados	52911	674.102.914,25	1.066.286.976,16	-36,78	7,17
Fundo de Aplicação Financeira	52911	456.051.522,10	430.781.948,32	5,87	4,85
Outras Aplicações Financ. Liq. Imediata	52911	467.705.998,75	298.051.378,88	56,92	4,97
Total Órgão 52111		-	-	-	-
Total Órgão 52911		9.403.381.415,44	7.793.178.345,92	20,66	100,00
Total Geral:		9.403.381.415,44	7.793.178.345,92	20,66	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Os valores do item "CTU - Recursos da Conta Única Aplicados" representam o Capital de Giro utilizado pela Setorial Financeira da UPC EMAER, para atendimento às demandas das Unidades Gestoras Executoras, nas fontes do Fundo Aeronáutico. Ressalta-se que a variação ocorrida na Conta Única deve-se, predominantemente, ao resgate de saldos excedentes para aplicação em certificados de depósitos bancários, efetuados pelo Fundo Aeronáutico.

O item "Fundo de Aplicação Financeira" representa as aplicações em dois fundos exclusivos de renda fixa. Ambos estão com o devido registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O item "Outras Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata" refere-se às aplicações feitas em outras instituições financeiras. A variação de 56,92%, da referida rubrica ocorreu em virtude de aporte realizado na POUPEX e rendimentos auferidos no período.

Ressalta-se que o COMAER possui uma Comissão Gestora do Fundo Aeronáutico, conforme previsto no art. 6º do Regimento Interno da Diretoria e Economia e Finanças da Aeronáutica, onde são definidas as políticas de investimento, bem como a gestão de risco e de fluxo de caixa. Essa Comissão tem como principal orientação o princípio do conservadorismo, tendo em vista que se aplicam recursos públicos, inseridos na Lei Orçamentária da União.

2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Em 31/12/2019, o item "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" possuía um saldo de R$ 355.823.632,24. Os valores mais expressivos desse montante, conforme Tabela 04, referem-se ao registro da apropriação de rendimentos por competência de aplicações financeiras pré-fixados, concentrados no Órgão Fundo Aeronáutico.

A seguir, o saldo da rubrica "Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada" representa nova rotina do Termo de Execução Descentralizada (TED), definida pela STN, indicando a apropriação de ativo na UG descentralizadora e, na UG recebedora, o registro da obrigação decorrente de recursos pendentes de comprovação. Ressalta-se que a rotina descrita acima, impactou o valor total do Órgão Comando da Aeronáutica no mencionado item, registrando-se uma variação de 454,62%, quando em comparação ao mesmo período do exercício anterior.

Imediatamente, a rubrica "13º Salário – Adiantamento", refere-se aos registros dos valores de adiantamento de décimo terceiro salário, a pessoal civil e militar, realizada pela Subdiretoria de Pagamento de Pessoal – SDPP, a qual é responsável pelo planejamento, orientação, coordenação, execução e controle das atividades de pagamento de pessoal da Aeronáutica, no país e no exterior.

O item "Suprimentos de Fundos – Adiantamentos" representa 0,83% do item analisado e refere-se a valores de suprimentos de fundos por meio do cartão de pagamento do Governo Federal.

Em seguida, o item em análise é composto por valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio, já deduzido o ajuste para perdas.

Além disso, a rubrica "Demais" refere-se, em sua maioria, a valores provenientes do adiantamento a pessoal referente à remuneração no período de férias, quando o servidor ou militar opta pelo adiantamento do salário no gozo de férias, no Órgão Comando da Aeronáutica. Ademais, esse item é composto pelo registro dos rendimentos a receber da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), referentes à remuneração de recursos aplicados na conta única, valor do terceiro decêndio de 2019, realizado pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT), no Órgão Fundo Aeronáutico.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Rendimentos de Aplicações por Competência	52911	303.977.899,99	513.481.769,27	-40,80	85,43
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	52111	36.995.859,42	-	-	10,40
	52911	199.834,00	-	-	0,06
13º Salário - Adiantamento	52111	4.686.611,21	1.747.151,16	168,24	1,32
Suprimento de Fundos – Adiantamentos	52111	2.938.019,79	2.574.148,71	14,14	0,83
Créditos por Danos ao Patrimônio Público	**52111**	**3.814.919,15**	**3.644.303,50**	**4,68**	**1,07**
Créditos por Danos ao Patrimônio Público	52111	4.385.196,15	4.017.962,97	-	-
(-) Ajuste para Perdas – Subgrupo 113 (C/C 090)	52111	(570.277,00)	(373.659,47)	-	-
Demais	52111	2.130.685,28	1.151.629,18	85,01	0,60
	52911	1.079.803,39	-	-	0,30
Total Órgão 52111		**50.566.094,86**	**9.117.232,54**	**454,62**	-
Total Órgão 52911		**305.257.537,38**	**513.481.769,27**	**-40,55**	-
Total Geral:		**355.823.632,24**	**522.599.001,81**	**-31,91**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Ressalta-se que a variação constante da rubrica "Rendimentos de Aplicações por Competência" deve-se, basicamente, ao registro de resgate de aplicações financeiras de recursos da conta única, ocorridas no período em análise. O saldo total desse item concentra-se no Órgão Fundo Aeronáutico.

O item "Créditos por Danos ao Patrimônio Público", após o ajuste para perdas, re-

presenta 1,07% do total do item em análise. Os procedimentos de registro, baixa e atualização dos saldos são efetuados de acordo com a Macrofunção 02.11.38 - Diversos Responsáveis, do Manual SIAFI.

O "Ajuste para Perdas" indica a significativa probabilidade de não realização dos créditos a receber. O referido ajuste foi efetuado pelo COMAER com a finalidade de evidenciar de forma fidedigna os créditos por dano ao patrimônio público. Para sua constituição, foram utilizados, como critério, os créditos administrativos por dano ao patrimônio que foram objeto de julgamento pelo TCU, os quais ainda se encontram pendentes de recebimento, após cinco anos da sua inscrição no SIAFI, conforme determina o item 2.7.2 da Macrofunção 02.11.38 –Diversos Responsáveis, do Manual SIAFI.

3 – Ativo Realizável a Longo Prazo

O saldo que compõe a rubrica em análise é composto pelos itens "Créditos por Danos ao Patrimônio Público" e "Depósito/Caução Efetuado por Contr/Convenção", cujos valores estão registrados no Órgão Comando da Aeronáutica, conforme tabela a seguir:

Ativo Realizável a Longo Prazo – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Créditos por Danos ao Patrimônio Público	52111	-	590,213,60	-	-
Créditos por Danos ao Patrimônio Público		31.205.379,02	30.400.332,65	-	-
(-) Ajuste para Perdas – Subgrupo 113 (C/C 090)		(31.205.379,02)	(29.810.119,05)	-	-
Depósito/Caução Efetuado por Contr/ Convenção		37.099,93	171.306,96	-78,34	100,00
Total Órgão 52111		37.099,93	761.520,56	-95,13	-
Total Órgão 52911		-	-	-	-
Total Geral:		37.099,93	761.520,56	-31,91	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

O saldo da rubrica "Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU" representa direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especial, as quais foram objeto de análise pelo TCU, com Acórdãos que julgaram as contas dos responsáveis como irregulares, com imposição de débito ao responsável. Essa rubrica obedece aos mesmos critérios estabelecidos para o item "Créditos por Dano ao Patrimônio", no curto prazo, conforme determinado na Macrofunção 02.11.38 – Diversos Responsáveis. Ressalta-se que, em 2019, a constituição de ajuste para perdas alcançou o total de valores existentes na rubrica em análise, tendo em vista que esses saldos não sofreram movimentações a título de pagamento nos últimos 05 (cinco) anos, consoante estabelecido no item 2.7.2 da referida Macrofunção.

O item "Depósito/Caução Efetuado por Contr/Convenção" refere-se aos valores a depósitos e cauções efetuados por UG do exterior do COMAER, prestados por vinculações a contratos e convenções para garantias de operações específicas. A variação negativa nesse item deve-se a reclassificação de saldos para a conta de curto prazo.

4 – Imobilizado

Em 31/12/2019, a UPC EMAER apresentou um saldo de R$ 112.256.717.299,40 relacionado ao imobilizado, totalmente concentrado no Órgão Comando da Aeronáutica. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2019 e 2018.

Imobilizado – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Bens Móveis	52111	27.864.591.898,03	25.985.605.186,18	7,23
(+) Valor Bruto Contábil		29.669.983.112,80	27.619.880.685,15	7,42
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.805.391.214,77)	(1.634.275.498,97)	10,47
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	-
Bens Imóveis		84.392.125.401,35	83.781.988.624,20	0,73
(+) Valor Bruto Contábil		85.357.006.536,11	84.313.396.488,66	1,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		(964.881.134,76)	(531.407.864,47)	81,57
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	-
Total Órgão 52111		112.256.717.299,40	109.767.593.810,37	2,27
Total Órgão 52911		-	-	-
Total Geral:		112.256.717.299,40	109.767.593.810,37	2,27

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 52111, em 31/12/2019, totalizavam R$ 27.864.591.898,05, após deduzida a depreciação, e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Bens Móveis – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Bens Móveis em Elaboração	52111	12.974.267.268,46	10.655.381.663,01	21,76
Bens Móveis em Reparo		4.260.783.754,04	1.089.930.434,36	290,92
Aeronaves		3.431.277.303,41	6.959.319.439,93	-50,70
Bens Móveis em Trânsito		1.641.047.270,65	1.018.267.150,13	61,16
Importações em Andamento – Bens Móveis		1.433.275.433,70	1.801.901.622,32	-20,46
Equipamentos, Peças, Acessórios Proteção ao Voo		1.263.460.012,30	1.249.483.144,78	1,12
Estoque de Distribuição		747.789.625,38	1.061.665.856,97	-29,56
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação		388.807.715,68	365.882.159,65	6,27
Demais		3.529.274.729,19	3.418.049.214,00	3,25
Depreciação/Amortização Acumulada		(1.805.391.214,77)	(1.634.275.498,97)	10,47
Redução ao Valor Recuperável		-	-	-
Total Órgão 52111		**27.864.591.898,05**	**25.985.605.186,18**	**7,23**
Total Órgão 52911		-	-	-
Total Geral:		**27.864.591.898,05**	**25.985.605.186,18**	**7,23**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Destaca-se que a conta "Bens móveis em elaboração", cuja representatividade é de 44% em relação ao total de bens móveis, conforme Gráfico 01, registra os investimentos para o desenvolvimento de bens relacionados à Defesa Nacional de interesse do COMAER.

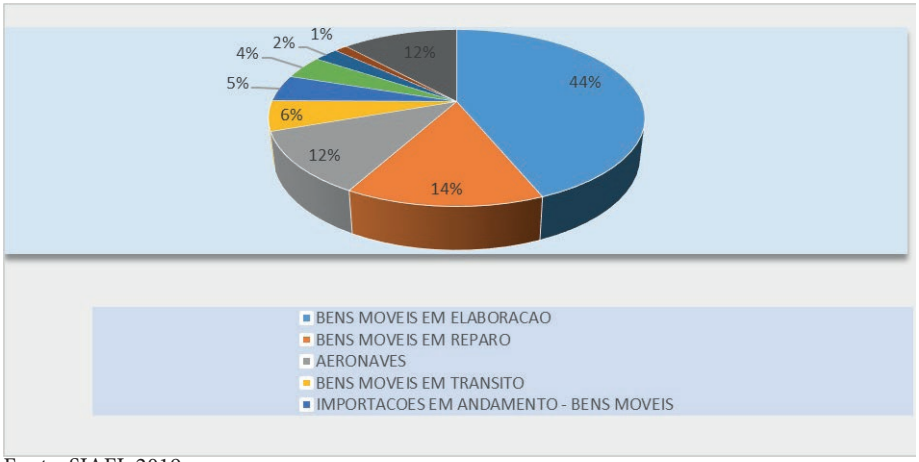
A variação positiva de aproximadamente 291% apresentada no item "Bens móveis em reparo" deve-se, predominantemente, à reclassificação contábil de saldos da conta contábil "Aeronaves", a fim de efetuar compatibilização com o sistema corporativo de controle patrimonial do COMAER, considerando as movimentações e o controle analítico dos bens envolvidos. Deve-se considerar que os bens em questão apresentam valores individuais relevantes, razão pela qual as movimentações podem parecer expressivas.

A variação positiva de aproximadamente 61% apresentada no item "Bens móveis em trânsito" representa, majoritariamente, transferência de bens entre UG do COMAER, em virtude da reestruturação administrativa em curso no Comando da Aeronáutica.

Ressalta-se que a variação negativa no item "Importações em Andamento – Bens Móveis", de 20,46%, cuja representatividade é cerca de 5% do total dos bens móveis do Comando da Aeronáutica, conforme observado no Gráfico 01, refere-se, majoritariamente, ao aumento no volume de recebimento de bens e serviços para o desenvolvimento de aeronaves e armamentos, executados contabilmente no SIAFI pela Unidade Gestora Executora Grupamento de Apoio de Brasília, provenientes de UG do exterior.

Conforme o Gráfico 01 abaixo, os Bens Móveis do COMAER estão mais concentrados nos itens "Bens Móveis em Elaboração" e "Bens Móveis em Reparo", com representatividade de mais de 58%, seguidos por "Aeronaves" e "Bens Móveis em Trânsito".

Bens Móveis por Conta Contábil



Fonte: SIAFI, 2019

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Órgão 52111, em 31/12/2019, totalizavam R$ 84.392.125.401,35 depois de deduzida a depreciação. Estes estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na Tabela 08, a seguir:

Bens Imóveis – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Aquartelamentos	52111	37.645.132.766,33	39.139.722.781,19	-3,82
Aeroportos/Estações/Aeródromos		20.175.214.877,70	17.982.705.498,03	12,19
Complexos/Fábricas/Usinas		10.988.450.374,85	405.616.412,6	2609,07
Imóveis Residenciais/Comerciais		7.506.426.802,55	7.377.917.783,53	1,74
Terrenos/Glebas		5.392.319.059,56	15.974.665.234,83	-66,24
Imóveis de Uso Educacional		1.079.935.647,98	1.079.935.647,98	-
Edifícios		743.506.769,67	739.931.715,50	0,48
Obras em Andamento		639.795.123,01	642.030.749,91	-0,35
Hospitais		382.556.035,68	268.728.482,96	42,36
Demais Bens Imóveis		803.669.078,78	702.142.182,15	14,46
Depreciação/Amortização Acumulada		(964.881.134,76)	(531.407.864,47)	81,57
Redução ao Valor Recuperável		-	-	-
Total Órgão 52111		**84.392.125.401,35**	**83.781.988.624,20**	**0,73**
Total Órgão 52911		-	-	-
Total Geral:		**84.392.125.401,35**	**83.781.988.624,20**	**0,73**

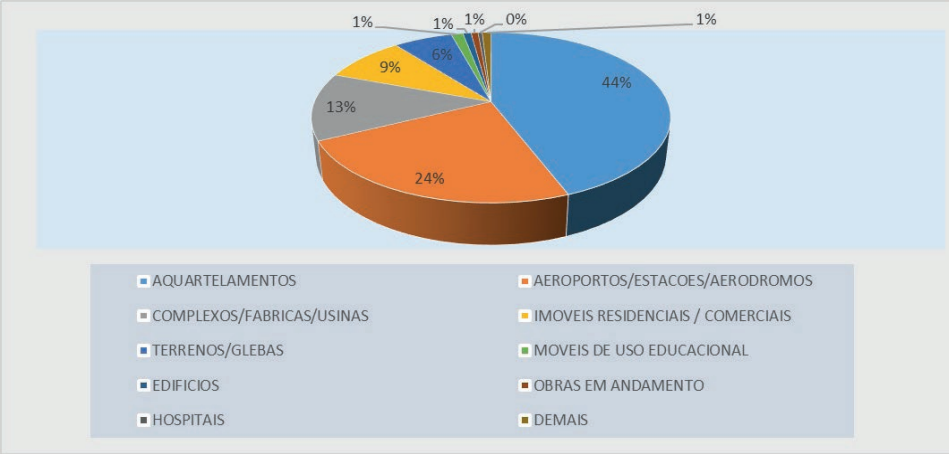
Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Destaca-se que a variação positiva observada na conta "Complexos/Fábricas/Usinas" refere-se à reclassificação de saldos de bens imóveis pertencentes anteriormente à rubrica "Terrenos", efetuada pelo Grupamento de Apoio de São José dos Campos.

Ressalta-se que a variação positiva no item "Depreciação/Amortização Acumulada" decorre da atualização da depreciação acumulada dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet, efetuada pela STN, conforme planilha fornecida pela Secretaria do Patrimônio Público (SPU).

Elucida-se que todos os bens imóveis, reconhecidos no Balanço Patrimonial do Órgão Superior 52111, referem-se a bens de uso especial registrados no SPIUnet, sendo os mais relevantes os itens "Aquartelamentos" e "Aeroportos/estações/aeródromos", os quais correspondem em torno de 68% de todos os bens imóveis, perfazendo o montante de R$ 57.820.347.644,03, a valores brutos, seguidos por "Complexos/Fábricas/Usinas" e "Imóveis Residenciais/comerciais", conforme pode ser observado no Gráfico 02 abaixo:

Bens Imóveis por Conta Contábil



Fonte: SIAFI, 2019

Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

A vida útil econômica dos bens imóveis, os critérios de avaliação, a mensuração e a depreciação obedecem às normas do Sistema do Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNet.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, as NBCASP e o MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, das autarquias e das fundações públicas federais deverão ser

reavaliados, por exemplo, quando nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; e aqueles em que houver alteração de área construída, independentemente do valor investido, e, também, caso seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

A UPC EMAER segue a metodologia para reavaliação e redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor dos ativos conforme as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014 dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto para a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, a fim de que seja contabilizado no SIAFI.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

5 – Intangível

A UPC EMAER adotou medidas para implantação dos procedimentos patrimoniais relativos ao intangível, estabelecidos na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015. Nesse sentido, foi desenvolvido o sistema de controle de gerenciamento dos bens intangíveis, proporcionando às UG do Comando da Aeronáutica a implantação da política contábil de registro e a reclassificação de bens intangíveis, bem como a amortização, a reavaliação e a redução ao valor recuperável de softwares, de marcas, de patentes, de licenças e congêneres.

Em 31/12/2019, a UPC EMAER apresentou saldo de R$ 190.028.079,70 relacionados a intangível, concentrados no Órgão Comando da Aeronáutica.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2018.

Intangível – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Softwares em Fase de Desenvolvimento – Vida Útil Indefinida	52111	174.723.617,76	158.680.369,07	10,11	91,95
Softwares – Vida Útil Definida		14.410.423,65	11.189.997,31	28,78	7,58
Softwares – Vida Útil Indefinida		1.212.515,99	445.752,79	172,02	0,64
Amortização Acumulada		(318.477,70)	(436,61)	72842,88	-0,17
Redução ao Valor Recuperável		-	-	-	-
Total Órgão 52111		**190.028.079,70**	**170.315.682,56**	**11,57**	-
Total Órgão 52911		-	-	-	-
Total Geral:		**190.028.079,70**	**170.315.682,56**	**11,57**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

O valor mais expressivo do item em análise provém da rubrica "Software em Fase de Desenvolvimento – Vida Útil Indefinida", representando quase 92% deste item.

Ressalta-se, ainda, que o aumento de 172,02% do item "Softwares – vida útil indefinida" deve-se à aquisição de novos softwares, bem como reclassificação de saldos da rubrica "Softwares – vida útil definida", realizadas no período em análise.

Além disso, a variação positiva no item "Amortização Acumulada" deve-se aos registros contábeis mensais de amortização, adotados pelas Unidades Gestoras do COMAER, em sua totalidade, no exercício 2019.

6 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

O saldo do item em análise está totalizado no Órgão Comando da Aeronáutica e refere-se somente às obrigações de curto prazo. Em 2019, os valores desse item são compostos pelos saldos de salários a pagar, seguidos de férias a pagar e benefícios assistenciais a pagar:

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	AV (%)
Salários, Remunerações e Benefícios	52111	1.124.218.857,15	95,69
Férias a Pagar		45.799.456,12	3,90
Benefícios Assistenciais a Pagar		2.635.535,54	0,22
Demais		2.150.226,54	0,18
Total Órgão 52111		1.174.804.075,35	-
Total Órgão 52911		-	-
Total Geral:		1.174.804.075,35	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

O item "Demais" advém, sobretudo, da apropriação das obrigações provenientes de aposentadorias, reformas ou pensões.

Ressalta-se que os passivos de férias são registrados por competência, de acordo com os procedimentos contábeis previstos no Manual SIAFI, Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento, da STN.

7 – Fornecedores a Pagar

Em 31/12/2019, a UPC EMAER apresentou saldo de R$ 11.279.325,92, concentrados em sua totalidade no Órgão Comando da Aeronáutica, relacionado a Fornecedores e Contas a pagar, no curto prazo. A seguir, apresentam-se as referidas obrigações segregadas pelos principais contratados:

Fornecedores e Contas a Pagar – Por Contratado

	ÓRGÃO	31/12/2019	AV (%)
SYNCHRONET TELECOMUNICAÇÕES LTDA	52111	1.423.639,24	12,62
TAMANDARÉ INFORMÁTICA LTDA		552.302,73	4,90
IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A		529.816,67	4,70
MIRANDA TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP		354.610,99	3,14
DEMAIS		8.418.956,29	74,64
Total Órgão 52111		11.279.325,92	-
Total Órgão 52911		-	-
Total Geral:		11.279.325,92	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Em referência aos dados da Tabela 11, elucida-se que os passivos com os fornecedores decorrem, predominantemente, da aquisição de serviços de engenharia para revitalização dos equipamentos das estações HF GA do ACC-Atlântico e integração do sistema de acionamento de aeronaves SELCALL com a central de áudio.

Em seguida, a rubrica em análise é composta, também, da aquisição de equipamentos de tecnologia da informação para a Diretoria de Administração de Pessoal, bem como da aquisição de combustíveis e lubrificantes de aviação, para o atendimento das demandas técnicas, especializadas e/ou finalísticas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB.

8 – Empréstimos e Financiamentos

Na data de 31/12/2019, a UPC EMAER apresentou saldo de R$ 10.249.321.888,27, referente a financiamentos a curto e a longo prazo, concentrados em sua totalidade no Órgão Comando da Aeronáutica. O item é composto integralmente por financiamentos externos efetuados pelo COMAER, conforme a tabela abaixo:

Empréstimos e Financiamentos a Curto e Longo Prazo – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Financiamentos do Ativo Permanente	52111	10.249.331.888,27	8.057.101.148,29	27,21	100,00
Total Órgão 52111		10.249.331.888,27	8.057.101.148,29	-	-
Total Órgão 52911		-	-	-	-
Total Geral:		10.249.331.888,27	8.057.101.148,29	27,21	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

A conta "Financiamentos do ativo permanente" representa a totalidade do saldo em análise e refere-se à apropriação de passivos decorrentes do financiamento de aquisição/desenvolvimento de bens e serviços relacionados à defesa nacional, contratados junto às instituições financeiras SOCIETE GENERALE (EX9863600) e SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – SEK (EX9867800), ajustados por variação cambial (conforme Macrofunção 020310 do Manual SIAFI).

A contratação do financiamento com o Sindicato de Bancos liderado pelo banco SOCIETE GENERALE suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto H-X BR, cujo objeto é a aquisição de 50 Helicópteros de médio porte e suporte logístico.

A contratação do financiamento com a agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK suporta as aquisições de bens e serviços que compõem o Projeto F-X2, cujo objeto é a aquisição de 28 (vinte e oito) aeronaves de caça multiemprego monoposto e 8 (oito) aeronaves de caça multiemprego biposto.

Em relação aos financiamentos acima, as incorporações ocorrem em função dos desembolsos realizados e as baixas em função dos repagamentos da dívida externa. Acréscimos e baixas ainda podem ocorrer em razão de variação cambial, visto que as dívidas são nominadas em euro, dólar norte-americano e coroa sueca. Cabe esclarecer que as variações cambiais são controladas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e que os valores do saldo devedor são ajustados conforme orientação mensal enviada pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV/GECOD da STN, que determina tal ajuste a partir das informações extraídas do Sistema Integrado da Dívida Pública – SID, conforme Macrofunção 020310 do Manual SIAFI.

No período em análise, em relação ao banco SOCIETE GENERALE (SIAFI 001601), foi desembolsada a quantia de EUR 89.278.009,06 no exercício financeiro de 2019. E foram realizados repagamentos nas quantias de EUR 127.298.309,44, referente à amortização, e EUR 34.012.706,99 referente a juros e encargos.

Em relação à agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK (SIAFI 011774), no que se refere às transações em dólar norte-americano, foi desembolsado o valor de USD 4.760.000,00 no exercício financeiro de 2019. E foram realizados repagamentos no valor de USD 1.955.585,71 referente a juros e encargos.

Também em relação à agência governamental sueca SWEDISH EXPORT CREDIT CORPORATION – AB SEK (SIAFI 011775), no que se refere às transações em coroa sueca, foi desembolsado o valor de SEK 3.024.562.710,29 no exercício financeiro de 2019. E foram realizados repagamentos no valor de SEK 367.127.215,28 referente a juros e encargos.

9 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Na data de 31/12/2019, a UPC EMAER apresentou saldo de R$ 852.645.155,83, referente ao item "Demais Obrigações a Curto Prazo", integralmente dispostos no Órgão Comando da Aeronáutica. O referido item é composto, majoritariamente, pelo saldo da conta "Transferências Financeiras a Comprovar - TED". Em seguida, as rubricas "Depósitos de Terceiros", "Depósitos e Cauções Recebidos", e "Indenizações, Restituições e Compensações" representam 27,54% do total do item em análise.

O item "Demais" refere-se, em sua maioria, à rubrica "Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro". A seguir tem-se a Tabela 13 com a composição do referido saldo:

Demais Obrigações a Curto Prazo – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Transferências Financeiras a Comprovar – TED	52111	617.026.630,86	-	-	72,37
Depósitos de Terceiros		231.425.494,76	211.886.524,02	9,22	27,14
Depósitos e Cauções Recebidos		2.215.916,55	2.227.391,47	-0,52	0,26
Indenizações, Restituições e Compensações		1.230.684,50	9.624.083,73	-87,21	0,14
Demais		746.429,16	2.824.884,21	-73,58	0,09
Total Órgão 52111		852.645.155,83	226.562.883,43	276,34	-
Total Órgão 52911		-	-	-	-
Total Geral:		852.645.155,83	226.562.883,43	276,34	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

O saldo da rubrica "Transferências Financeiras a Comprovar - TED" representa nova rotina do Termo de Execução Descentralizada (TED), definida pela STN, a partir do exercício 2019, indicando a apropriação de ativo na UG descentralizadora e, na UG recebedora, o registro da obrigação, decorrente de recursos pendentes de comprovação.

No que concerne à variação negativa no item "Indenizações, Restituições e Compensações", deriva-se de um menor volume de registro de indenizações e restituições trabalhistas de pessoal, realizado pela Subdiretoria de Pagamento de Pessoal, em relação ao exercício anterior.

Ressalta-se que o item "Demais" sofreu redução de 73,58%, no período em análise,

tendo em vista a baixa do registro de valores a pagar a título de convênios e outros instrumentos congêneres, realizado por UG do COMAER.

10 – Provisões a curto e longo prazo

Na data base de 31/12/2019, a UPC EMAER possuía o saldo de R$ 25.667.253.207,93, registrados no Órgão Comando da Aeronáutica, referente à apropriação das pensões militares concedidas no passivo não circulante. A variação positiva ocorrida no valor de R$ 3.122.077.220,46 refere-se à atualização do saldo da provisão.

Destaca-se que o valor contabilizado é suportado pela Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, da STN, que fornece o embasamento legal e normativo para o reconhecimento do passivo relacionado às pensões militares e para a evidenciação das despesas com militares inativos, bem como pela Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD, do Ministério da Defesa, que trata da metodologia para o reconhecimento da provisão para pensões militares e para projeção das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas.

Ressalta-se que as Notas Técnicas acima são resultados dos estudos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), Ministério da Defesa (MD) e Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, conforme Portaria Conjunta nº 55, de 24 de fevereiro de 2017, publicada na seção 2 do Diário Oficial da União, a qual foi alterada pela Portaria Conjunta nº 68, de 3 de março de 2017, publicada na seção 2 do Diário Oficial da União, de 8 de março de 2017. O GTI foi criado com o objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração contábil do passivo referente às despesas futuras com militares inativos e com pensões militares, observado os marcos normativos pertinentes, objetivando ao atendimento de duas recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) exaradas no Acórdão nº 2.523/2016-TCU-Plenário, processo TC 008.389/2016-0, que trata do Parecer Prévio sobre as Contas da Presidente da República – 2015.

As premissas biométricas, financeiras e econômicas, bem como a metodologia de cálculo do valor provisionado estão em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD. Ressalta-se que o cálculo foi feito com base nas projeções atuariais das pensões militares concedidas, realizadas pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), do Comando da Marinha.

11 – Demais Obrigações a Longo Prazo

O saldo de R$ 2.491.294,62 apresentado no item em análise refere-se ao registro de recebimento de cauções para garantias contratuais decorrentes de contratos celebrados pelas UG do COMAER.

12 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2019, a UPC COMAER possuía saldo de R$ 43.387.155.985,85 referente a obrigações contratuais a executar, sendo quase a totalidade relacionadas a fornecimento de bens e serviços, concentrados no Órgão Comando da Aeronáutica. O item "Demais" refere-se aos seguros e aos aluguéis a executar.

A seguir, apresenta-se a tabela 14, segregando essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

Obrigações Contratuais – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Fornecimento de Bens	52111	32.843.027.707,62	32.032.401.212,05	2,53	75,70
Serviços		10.541.009.201,32	11.112.792.687,74	-5,15	24,30
Demais		3.119.076,91	3.470.526,59	-10,13	0,01
Total Órgão 52111		43.387.155.985,85	43.148.664.426,38	-	-
Total Órgão 52911		-	-	-	-
Total Geral:		43.387.155.985,85	43.148.664.426,38	0,55	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Ressalta-se que o item "Fornecimento de Bens", que tem a maior representatividade, refere-se, predominantemente, às apropriações de contratos em execução efetuadas, principalmente, por Unidades Gestoras Executoras do COMAER situadas no exterior para a execução de contratos firmados com a SAAB AB - PROJETO GRIPEN, EMBRAER e EUROCOPTER, cujos objetos se referem à aquisição de produtos/serviços relacionados à Defesa Nacional de interesse do COMAER.

Na tabela a seguir, apresentam-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2019:

Obrigações Contratuais – Por Contratado

	ÓRGÃO	31/12/2019	AV (%)
SAAB AB – PROJETO GRIPEN	52111	12.185.172.970,93	28,08
EMBRAER S.A		9.821.895.791,54	22,64
EMBRAER		6.787.398.011,63	15,64
EUROCOPTER		5.567.323.282,35	12,83
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A		1.140.919.912,40	2,63
DEMAIS		7.884.446.017,00	18,17
Total Órgão 52111		43.387.155.985,85	-
Total Órgão 52911		-	-
Total Geral:		43.387.155.985,85	100

Fonte: SIAFI 2019

13 – Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores registra os saldos decorrentes de efeito da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. No exercício 2019, a conta de ajustes de exercícios anteriores apresentou o saldo devedor de R$ 9.514.476,37.

Esse saldo deve-se, majoritariamente, à retificação realizada pelo Grupamento de Apoio de Santa Maria, por meio de reavaliação, do valor contábil de aeronave, no SIAFI, tendo em vista o recebimento do bem, proveniente de UG do exterior, em sistema interno de controle de bens móveis, ter ocorrido em exercício anterior. Além disso, o saldo em análise é composto por reversão de depreciação acumulada de exercícios anteriores, realizada pela UG Centro de Aquisições Específicas.

14 – Execução Orçamentária da Receita

Em 2019, as receitas realizadas da UPC COMAER foram as seguintes, conforme a categoria econômica:

Receitas Realizadas – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	52111	1.712.829,05	2.553.508,12	-32,92	0,03
	52911	4.479.058.050,64	3.743.842.157,83	19,64	71,19
Receitas de Capital	52111	1.802.773.868,80	1.613.304.016,38	11,74	28,65
	52911	7.875.109,48	8.733.656,37	-9,83	0,13
Total Órgão 52111		1.804.486.697,85	1.615.857.524,50	11,67	-
Total Órgão 52911		4.486.933.160,12	3.752.575.814,20	19,57	-
Total Geral:		6.291.419.857,97	5.368.433.338,70	17,19	100,00

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

No exercício 2019, a arrecadação apresentou aumento em comparação ao mesmo período de 2018, no percentual de 17,19%, representando R$ 922.986.519,27, em termos monetários.

Observa-se um acréscimo de 11,67% nas receitas provenientes do Órgão Comando da Aeronáutica, sendo um aumento de 11,74% referente às receitas de capital, tendo em vista um maior volume de operações de crédito em comparação ao exercício anterior.

O Órgão Fundo Aeronáutico apresentou aumento nas receitas correntes de 19,64%, decorrente, em sua maioria, pelo aumento na arrecadação de receitas relacionadas aos serviços de proteção ao voo, serviços de transportes aéreos indenizáveis e tarifas aeroportuárias.

14.1 – Receitas Correntes

As receitas correntes, realizadas no exercício 2019, correspondem a 71,22% do total de receitas arrecadadas na UPC COMAER. A seguir, a Tabela evidencia as principais receitas correntes realizadas no período em análise:

Receitas Correntes Realizadas – Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	52111	-	-	-	-
	52911	3.125.360.521,87	2.509.858.709,33	24,52	69,75
Valores Mobiliários	52111	-	-	-	-
	52911	824.570.080,96	675.258.559,97	22,11	18,40
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	52111	-	-	-	-
	52911	284.996.966,37	265.054.247,32	7,52	6,36
Demais	52111	1.712.829,05	2.553.508,12	-32,92	0,04
	52911	244.130.481,44	293.670.641,21	-16,87	5,45
Total Órgão 52111		**1.712.829,05**	**2.553.508,12**	**-32,92**	-
Total Órgão 52911		**4.479.058.050,64**	**3.743.842.157,83**	**19,64**	-
Total Geral:		**4.480.770.879,69**	**3.746.395.665,95**	**19,60**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

A receita de valor mais expressivo refere-se, na sua maioria, a "Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte", provenientes de tarifas cobradas pela utilização de informações aeronáuticas, tráfego aéreo, meteorologia e auxílios à navegação aérea, apresentando um aumento de 24,52%, em relação ao mesmo período do exercício anterior. A receita de "Valores Mobiliários" é proveniente da aplicação das disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelo Fundo Aeronáutico. As receitas de "Serviços e Atividades referentes à Saúde" relacionam-se à arrecadação de serviços hospitalares em geral e a arrecadações oriundas de contribuições obrigatórias dos militares, da ativa e na inatividade, e dos pensionistas dos militares, destinadas a cobrir parte das despesas com a assistência médico-hospitalar dos beneficiários do Fundo de Saúde da Aeronáutica.

O item "Demais" refere-se a receitas de multas cobradas por infrações previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica, bem como decorre da arrecadação da taxa de uso de bens imóveis de propriedade da União e de hospedagem, com ou sem alimentação, fornecimento de refeições, lanches e bebidas para consumo imediato.

14.2 – Receitas de Capital

As receitas de capital, realizadas em 2019, correspondem a 28,78% do total de receitas arrecadadas na UPC EMAER. A seguir, a Tabela abaixo evidencia as principais receitas de capital realizadas no período em análise:

Receitas de Capital Realizadas- Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Operações de Crédito – Mercado Externo	52111	1.802.773.868,80	1.613.304.016,38	11,74	99,57
	52911	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	52111	-	-	-	-
	52911	7.875.109,48	8.733.656,37	-9,83	0,43
Total Órgão 52111		**1.802.773.868,80**	**1.613.304.016,38**	**11,74**	-
Total Órgão 52911		**7.875.109,48**	**8.733.656,37**	**-9,83**	-
Total Geral:		**1.810.648.978,28**	**1.622.037.672,75**	**11,63**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

As "Operações de Crédito – Mercado Externo" estão concentradas no Órgão Comando da Aeronáutica e representam quase a totalidade das receitas de capital, ou seja, 99,57%, relacionadas a obrigações contratuais externas, oriundas de projetos para desenvolvimento de bens relacionados à defesa nacional. A variação observada nesse item ocorreu, principalmente, por um aumento no volume de operações de crédito registradas no SIAFI por UG do COMAER, situada no exterior, em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As receitas de alienação de bens móveis são oriundas de alienação de viaturas aeronáuticas e de outros bens móveis, bem como de outros bens permanentes.

15 – Execução Orçamentária da Despesa

Na data base de 31/12/2019, a UPC EMAER empenhou cerca de R$ 27,5 bilhões. A Tabela abaixo separa os valores empenhados, por categoria econômica de despesa, no período em análise:

Despesas Empenhadas - Composição

	ÓRGÃO	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)	AV (%)
Despesas Correntes	52111	23.259.581.444,47	21.832.116.159,27	6,54	84,55
Despesas de Capital		4.251.229.510,40	4.470.134.185,54	-4,90	15,45
Total Órgão 52111		**27.510.810.954,87**	**26.302.250.344,81**	**4,59**	-
Total Órgão 52911		-	-	-	-
Total Geral:		**27.510.810.954,87**	**26.302.250.344,81**	**4,59**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

15.1 – Despesas Correntes

No COMAER, as despesas correntes representam, aproximadamente, 85% do total de despesas empenhadas no exercício 2019. A seguir, a Tabela a seguir elenca as principais despesas correntes empenhadas por natureza de despesa detalhada, na data-base 31 de dezembro de 2019:

Despesas Correntes Empenhadas – Composição

		52111	AV (%)
31900121	Proventos – Pessoal Militar	3.457.925.957,14	14,87
31901201	Soldo	3.300.219.377,53	14,19
31900302	Pensões Militares	2.109.734.191,57	9,07
31900328	Vantagens Incorporadas - Pensionistas	1.541.375.049,58	6,63
31900122	Vantagens Incorporadas – Pessoal Militar	984.960.381,20	4,23
31900110	Adicional por Tempo de Serviço Pessoal Militar	859.545.644,55	3,70
31900114	Adicional Militar	692.582.894,70	2,98
33903985	Serviços em Itens Reparáveis de Aviação	617.738.266,37	2,66
31900206	Adicional de Habilitação	569.577.583,04	2,45
	Demais	9.125.922.098,75	39,24
Total Órgão 52111		**23.259.581.444,43**	-
Total Órgão 52911		-	-
Total Geral:		**23.259.581.444,43**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2019

15.2 – Despesas de Capital

As despesas de capital, no exercício de 2019, correspondem a 15,45% do total de despesas empenhadas no período. A seguir, a Tabela abaixo evidencia as principais despesas de capital empenhadas por natureza de despesa detalhada:

Despesas de Capital Empenhadas – Composição

		52111	AV (%)
44905254	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	1.815.282.457,25	42,70
44903905	Serviços Técnicos Profissionais	1.026.012.878,49	24,13
46907701	Refinanciamento do Principal – Div Contratual	567.381.295,00	13,35
44905256	Equipamentos, Peças e Acessórios de Proteção ao Voo	184.070.119,25	4,33
44905191	Obras em Andamento	148.231.001,46	3,49
44903032	Suprimento de Aviação	86.358.453,08	2,03
44905235	Material de TIC (Permanente)	42.340.596,31	1,00
44905252	Veículos de Tração Mecânica	37.218.586,83	0,88
44905202	Aeronaves	36.989.406,65	0,87
	Demais	307.344.715,99	7,23
Total Órgão 52111		**4.251.229.510,31**	-
Total Órgão 52911		-	-
Total Geral:		**4.251.229.510,31**	**100,00**

Fonte: SIAFI, 2019

16– Resultado Orçamentário do Exercício

Em atenção ao critério estabelecido no art. 35, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a confrontação entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no período origina o resultado orçamentário.

No exercício 2019, a UPC EMAER apresentou resultado orçamentário deficitário no valor de R$ 21.219.391.096,90, tendo em vista os montantes de R$ 6.291.419.857,97 (Tabela 16) referente à arrecadação de receitas e de R$ 27.510.810.954,87 (Tabela 19) de despesas empenhadas.

Ressalta-se que esse déficit apresentado no Balanço Orçamentário da UPC EMAER refere-se, prioritariamente, à execução orçamentária proveniente das descentralizações de créditos recebidas de outras Unidades Orçamentárias, somando-se a quantia de R$ 880.374.166,99 de despesas empenhadas. Por sua vez, as Unidades Orçamentárias Comando da Aeronáutica e Fundo Aeronáutico, que em conjunto atingem o valor de R$ 26.630.436.787,74 de despesas empenhadas, perfazem o total de despesas evidenciadas na Tabela "Despesas Empenhadas - Composição".

17 – Execução Orçamentária de Restos a Pagar

17.1 – Restos a Pagar Não Processados

Dos montantes inscritos em restos a pagar não processados (RPNP), R$ 1,9 bilhões correspondem a restos a pagar inscritos no exercício 2018 e R$ 327 milhões equivalem aos totais inscritos em exercícios anteriores ao mencionado. Em 2019, R$ 1,8 bilhões foram pagos e R$ 62,7 milhões foram cancelados.

Em relação aos gastos correntes, cerca de 87% dos RPNP foram pagos ou cancelados durante o exercício 2019. Já os gastos de capital, tiveram 76% da execução do montante apresentado:

Restos a Pagar Não Processados

	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Cancelados	Pagos	Saldo
Despesas Correntes	137.296.368,74	1.159.577.788,60	42.680.115,05	1.081.185.713,20	173.008.329,09
Despesas de Capital	189.268.612,16	795.896.877,62	20.060.220,73	725.550.141,53	239.555.127,52
Total Geral:	**326.564.980,90**	**1.955.474.666,22**	**62.740.335,78**	**1.806.735.854,73**	**412.563.456,61**

Fonte: SIAFI, 2019

17.2 – Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

No que concerne aos restos a pagar processados (RPP) e não processados liquidados, do total de R$ 1.474.681.877,23, ou seja, inscritos em 2018 e exercícios anteriores, ocorreu o pagamento e o cancelamento, nos valores de R$ 1,4 bilhão e R$ 349 mil, respectivamente.

Por seu turno, os gastos correntes tiveram execução de 99,98%, ao passo que os gastos de capital foram executados quase em sua totalidade, ou seja, 99,99% dos valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior:

Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior	Cancelados	Pagos	Saldo
Despesas Correntes	1.224,17	1.118.617.826,40	58.480,99	1.118.368.349,87	192.219,71
Despesas de Capital	-	356.064.050,83	290.251,34	355.773.425,61	373,88
Total Geral:	**1.224,17**	**1.474.681.877,23**	**348.732,33**	**1.474.141.775,48**	**192.593,59**

Fonte: SIAFI, 2019

18 – Resultado Patrimonial do Exercício

O resultado patrimonial é apurado mediante a diferença entre o total das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e o total das variações patrimoniais diminutivas (VPD). A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) apresenta, de forma detalhada, o confronto entre VPA e VPD, para o período em análise.

Cabe observar que as características para o reconhecimento da VPA são: extinção, parcial ou total, de um passivo sem o desaparecimento concomitantemente de um ativo de valor igual ou maior; geração de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros; ou no recebimento de doações e subvenções.

A VPD, por sua vez, realiza-se quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro; diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo; ou pelo surgimento de um passivo, sem o corresponde ativo.

Em 31/12/2019, o resultado patrimonial foi deficitário em R$ 1,696 bilhões e, em relação ao mesmo período do exercício anterior, teve um decréscimo de 180,24% conforme demonstrado na Tabela 24 abaixo. Em seguida tem-se os principais itens, por Órgão, que foram responsáveis por essa variação, após feita a compensação entre os saldos das transferências e delegações recebidas e concedidas, as quais são compostas, majoritariamente, por movimentações intraorçamentárias (OFSS).

Variações Patrimoniais Aumentativas X Diminutivas

		31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	**52111**	**116.173.546.683,89**	**149.559.205.834,51**	**-22,32%**
	52911	**5.087.972.368,97**	**4.957.808.984,63**	**2,63%**
Impostos, Taxas e Cont. de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	52111	860.431.589,91	823.689.658,76	4,46%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	52111	3.118.060.978,64	2.505.098.136,58	24,47%
	52911	269.997.684,36	229.030.654,91	17,89%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	52111	2.700.334.979,20	6.432.221.009,81	-58,02%
	52911	616.348.699,41	1.188.914.186,85	-48,16%
Transferências e Delegações Recebidas	52111	81.445.064.871,90	136.552.467.912,13	-40,36%
	52911	3.944.738.329,69	3.208.463.157,00	22,95%
Valoriz. e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	52111	28.043.478.797,45	3.239.670.906,44	765,63%
	52911	445.467,40	5.231.800,00	-91,49%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	52111	6.175.466,79	6.058.210,79	1,94%
	52911	256.442.188,11	326.169.185,87	-21,38%
Variações Patrimoniais Diminutivas	**52111**	**119.271.729.211,73**	**148.868.134.571,24**	**-19,88%**
	52911	**3.685.827.080,59**	**3.535.122.620,24**	**4,26%**
Pessoal e Encargos	52111	6.891.544.695,11	6.429.515.786,48	7,19%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	52111	12.331.177.578,28	11.519.178.915,33	7,05%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	52111	4.557.694.829,14	4.049.503.847,63	12,55%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	52111	4.193.800.121,35	7.797.391.275,66	-46,22%
	52911	151.948,36	5.418,22	2704,40%
Transferências e Delegações Concedidas	52111	61.455.897.279,39	115.860.551.025,87	-46,96%
	52911	3.685.475.298,23	3.535.110.709,21	4,25%
Desvalor. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	52111	26.699.303.563,13	2.186.468.969,65	1121,12%
	52911	199.834,00	-	-
Tributárias	52111	1.203.542,96	826.101,52	45,69%
Custo Mercad., Produtos Vend. e Serv. Prestados	52111	5.873.604,36	3.423.621,50	71,56%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	52111	3.135.233.998,01	1.021.275.027,60	206,99%
	52911	-	6.492,81	-100%
Resultado Patrimonial do Período	52111	-3.098.182.527,84	691.071.263,27	-548,32%
Resultado Patrimonial do Período	59111	1.402.145.288,38	1.422.686.364,39	-1,44%
Resultado Patrimonial		-1.696.037.239,46	2.113.757.627,66	-180,24%

Fonte: SIAFI 2019, 2018

Órgão 52111

Aumento do item "Outras Variações Patrimoniais Diminutivas" em 206,99%

Em relação ao 4º trimestre de 2018, o item "Outras Variações Patrimoniais Diminutivas" teve um acréscimo aproximado de 206%, conforme Tabela 24, o que representou em termos monetários a quantia de R$ 2.113.958.970,41. A rubrica que impactou significativamente o item em análise foi "Constituição de Provisões", a qual teve um aumento próximo de R$ 2,1 bilhões.

A referida provisão decorre da atualização do saldo das pensões militares concedidas registradas no passivo não circulante, conforme já detalhado na Nota Explicativa nº 10.

Aumento do item "Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp. De Ativos" na ordem de 1121%

Ressalta-se que a variação observada no tem análise refere-se, majoritariamente, à transferência da provisão das pensões militares concedias entre unidades gestoras do COMAER, o que afetou, concomitantemente, o item "Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos".

Aumento do item "Benefícios Previdenciários e Assistenciais" na ordem de 7,05%

Em relação ao mesmo período de 2018, o item em análise apresentou aumento, principalmente, em virtude das rubricas "Aposentadorias e Reformas" e "Pensões". Destaca-se que as contas "Proventos – Pessoal Militar" e "13° Salário – Pessoal Militar" foram as principais responsáveis pelo referido aumento.

Aumento do item "Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo" na ordem de 12,55%

O item em análise, em termos monetários, apresentou um aumento próximo de R$ 508 milhões, sendo a maior parte desse montante devido à rubrica de "Serviços". As principais VPD responsáveis pelo aumento da referida rubrica foram "Serviços Técnicos Profissionais" e "Serviços de Apoio Administrativo, Tecnológico e Operacional", ambas relacionadas à aquisição de serviços específicos necessários ao preparo e emprego da Força Aérea.

Órgão 52911

Variações Patrimoniais Aumentativas

Em relação ao item "Transferências e Delegações Recebidas", o mesmo apresentou um aumento próximo de 23% o que contribuiu para uma menor redução do resultado. Esse item é formado, majoritariamente, pelas transferências intragovernamentais e seu valor deve-se, principalmente, pelas arrecadações das UG EXEC do Órgão 52111 – COMAER, relacionadas à "Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte", provenientes de tarifas cobradas pela utilização de informações aeronáuticas, tráfego aéreo, meteorologia e auxílios à navegação aérea.

No que se refere às "Variações Aumentativas Financeiras", percebe-se uma variação na ordem de 48%, a qual refere-se, majoritariamente, à adoção inicial da Macrofunção 020347 – Aplicações Financeiras, editada em 2018 pela STN, a qual determinou a apropriação por competência dos rendimentos financeiros.

Em relação ao item "Outras Variações Patrimoniais Aumentativas", destaca-se que essa rubrica registra, principalmente, a contribuição mensal dos militares e pensionistas da Aeronáutica para custeio de saúde, disciplinada em legislação específica.

Variações Patrimoniais Diminutivas

O saldo da rubrica "Transferências e Delegações Concedidas" refere-se, prioritariamente, às transferências intragovernamentais por meio de repasses concedidos às UG EXEC do Órgão 52111 – COMAER, para a execução do orçamento anual.

O valor constante do item "desincorporação de ativos" refere-se à devolução de numerário relacionado a Termo de Execução descentralizada efetuada pela UG 110005 para posterior envio direto à UG 110120, unidade da Agência Brasileira de Inteligência.

19 - Resultado Financeiro do Exercício

O resultado financeiro apurado no período em análise foi cerca de R$ 1,36 bilhões e seu detalhamento está evidenciado conforme a Tabela abaixo:

Resultado Financeiro

	31/12/2019	31/12/2018	AH (%)
Receita Orçamentária	6.291.419.857,97	5.368.433.338,70	17,19
Despesa Orçamentária	- 27.510.810.954,87	- 26.302.250.344,81	4,59
	- 21.219.391.096,90	- 20.933.817.006,11	1,36
Transferências Financeiras Recebidas	52.440.150.770,92	48.458.724.476,79	8,22
Transferências Financeiras Concedidas	- 30.399.169.194,02	- 27.879.891.502,83	9,04
	22.040.981.576,90	20.578.832.973,96	7,11
Recebimentos extraorçamentários	7.246.653.636,53	7.351.926.761,42	(1,43)
Pagamentos extraorçamentários	-6.702.995.851,54	-4.522.250.269,21	48,22
	543.657.784,99	2.829.676.492,21	(80,79)
Resultado Financeiro	**1.365.248.264,99**	**2.474.692.460,06**	**- 44,83%**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Em relação ao 4° Trimestre do exercício anterior, o fluxo das receitas orçamentárias apresentou um aumento próximo de 17%, relacionado, principalmente, às receitas relacionadas aos serviços de proteção ao voo, conforme detalhamento por Órgão na Nota Explicativa nº 14. Em relação às transferências financeiras recebidas e concedidas, ressalta-se que os valores se referem, majoritariamente, à execução do orçamento.

Em relação aos pagamentos extraorçamentários, destaca-se que, aproximadamente, 49% referem-se ao pagamento de restos a pagar processados e não processados efetuado pelo Órgão 52111.

20 - Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

A evidenciação da variação ocorrida no item "Caixa e Equivalentes de Caixa" é feita por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essa variação é desmembrada em fluxo de caixa das atividades operacionais, fluxo de caixa das atividades de investimento e fluxo de caixa das atividades de financiamento. No exercício de 2019, a geração líquida de caixa foi na quantia de R$ 1.365.248.264,99, com um decréscimo próximo de 44% em relação ao exercício anterior.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Composição

	Órgão	31/12/2019	31/12/2018	AH (R$)
Atividades Operacionais	52111	2.672.310.358,03	4.146.296.486,91	-1.473.986.128,88
	59111	1.602.494.410,79	900.470.938,75	702.023.472,04
Atividades de Investimentos	52111	-4.152.824.187,11	-3.669.408.081,04	-483.416.106,07
	52911	7.875.109,48	8.733.656,37	-858.546,89
Atividades de Financiamento	52111	1.235.392.573,80	1.088.599.459,07	146.793.114,73
Resultado do Período	52111	**-245.121.255,28**	**1.565.487.864,94**	**-1.810.609.120,22**
Resultado do Período	59111	**1.610.369.520,27**	**909.204.595,12**	**701.164.925,15**
Geração Líquida de Caixa		**1.365.248.264,99**	**2.474.692.460,06**	**-1.109.444.195,07**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

Órgão 52111

a) Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades apresentou uma variação negativa próxima de 36%. Compensando os saldos das transferências financeiras recebidas e transferências financeiras concedidas, as quais representam operações intraorçamentárias, percebe-se uma diminuição do resultado financeiro, influenciado, principalmente, pela rubrica "Pessoal e Demais Despesas", que em termos monetários, teve um aumento de R$ 2.635.243.392,07:

Pessoal e Demais Despesas – Composição

	31/12/2019	31/12/2018	AH (R$)
Judiciário	-3.928.046,10	-6.959.179,19	3.031.133,09
Essencial à Justiça	0,00	-67.649,44	67.649,44
Administração	-1.278.699,96	-1.324.534,28	45.834,32
Defesa Nacional	-16.928.163.668,07	-15.060.322.984,11	-1.867.840.683,96
Segurança Pública	-9.456.951,62	-3.009.085,30	-6.447.866,32
Relações Exteriores	-2.018.307,12	-872.003,88	-1.146.303,24
Assistência Social	-4.981.541,01	-2.040.584,08	-2.940.956,93
Previdência Social	-5.124.870.551,74	-4.461.333.828,45	-663.536.723,29
Saúde	-31.886.126,86	-10.426.274,56	-21.459.852,30
Educação	-510.007,44	-723.530,03	213.522,59
Direitos da Cidadania	-10.754.951,33	-2.847.144,59	-7.907.806,74
Gestão Ambiental	-1.815.248,27	-1.936.690,14	121.441,87
Ciência e Tecnologia	-24.347.014,97	-20.843.348,27	-3.503.666,70
Transporte	-4.462.496,38	-702.201,68	-3.760.294,70
Desporto e Lazer	-5.117.729,21	-2.254.734,37	-2.862.994,84
Encargos Especiais	-386.194.413,96	-328.894.562,82	-57.299.851,14
(+/-) OB não Sacadas - Cartão de Pagamento	-9.991,21	5.982,01	-15.973,22
Total	**-22.539.795.745,25**	**-19.904.552.353,18**	**-2.635.243.392,07**

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

De acordo com a Tabela "Pessoal e Demais Despesas – Composição", percebe-se que a rubrica "Defesa Nacional" impactou significativamente o item em análise. Nessa rubrica, os itens mais representativos foram as naturezas de despesas orçamentárias "Proventos – Pessoal Militar", "Soldo" e "Vantagens Incorporadas – Pessoal Militar".

b) Atividades de Investimento

A geração líquida das atividades de investimentos no Órgão 52111 deve-se somente aos desembolsos, os quais, formados pelas rubricas "Aquisição de Ativo não Circulante" e "Outros Desembolsos de Investimento", apresentaram um aumento de 13,17%. Os desembolsos relacionados à aquisição de ativos não circulantes referem-se, priori-

tariamente, às naturezas de despesa "Equipamentos, peças e acessórios Aeronáuticos" e "Equipamentos, peças e acessórios de Proteção ao voo". Em relação ao item "Outros Desembolsos de Investimento", ressalta-se que o mesmo está relacionado, principalmente, às naturezas de despesas "Serviços Técnicos Profissionais" e "Suprimento de Aviação". Ambos os itens foram executados, principalmente, por Unidades Gestoras do COMAER situadas no exterior.

c) Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento no período em análise foram afetadas somente pelas operações de crédito externas para a aquisição e desenvolvimento de bens relacionados à defesa nacional e pela a amortização da dívida, conforme pode ser visto na Tabela abaixo. Destaca-se, ainda, que os ingressos da receita de operação de crédito são afetados, também, pelos registros automáticos de variação cambial do SIAFI.

A variação observada no item "Operações de Crédito" ocorreu, principalmente, por um aumento no volume de registro de receitas de operações de crédito no SIAFI efetuadas, principalmente, por UG do COMAER situada no exterior.

Os desembolsos foram, exclusivamente, efetuados com despesas do refinanciamento do principal da dívida contratual.

Geração Líquida de Caixa das Atividades de Financiamento

	31/12/2019	31/12/2018	AH (R$)
Operações de Crédito	1.802.773.868,80	1.613.304.016,38	189.469.852,42
Amortização/ Refinanciamento da Dívida	-567.381.295,00	-524.704.557,31	-42.676.737,69
Resultado	1.235.392.573,80	1.088.599.459,07	146.793.114,73

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

Órgão 52911

a) Atividades Operacionais

O fluxo de caixa das atividades apresentou uma variação positiva próxima de 78%. Compensando os saldos das transferências financeiras recebidas e transferências financeiras concedidas, as quais representam operações intraorçamentárias, percebe-se um aumento do resultado financeiro, influenciado, principalmente, pelas rubricas "Receita de serviços" e "Remuneração das Disponibilidades". Em relação às receitas de serviços, destaca-se que sua variação ocorreu, prioritariamente, a um aumento da receita relativa aos serviços de proteção ao voo, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 14. Em relação à remuneração das disponibilidades, ressalta-se que o seu aumento ocorreu em função do registro do ingresso das receitas provenientes das aplicações financeiras detalhadas na Nota Explicativa nº 1.

b) Atividades de Investimento

A geração líquida das atividades de investimentos foi afetada somente pelo ingresso de valores relacionados à alienação de bens do COMAER, sendo, principalmente, aeronaves e veículos.

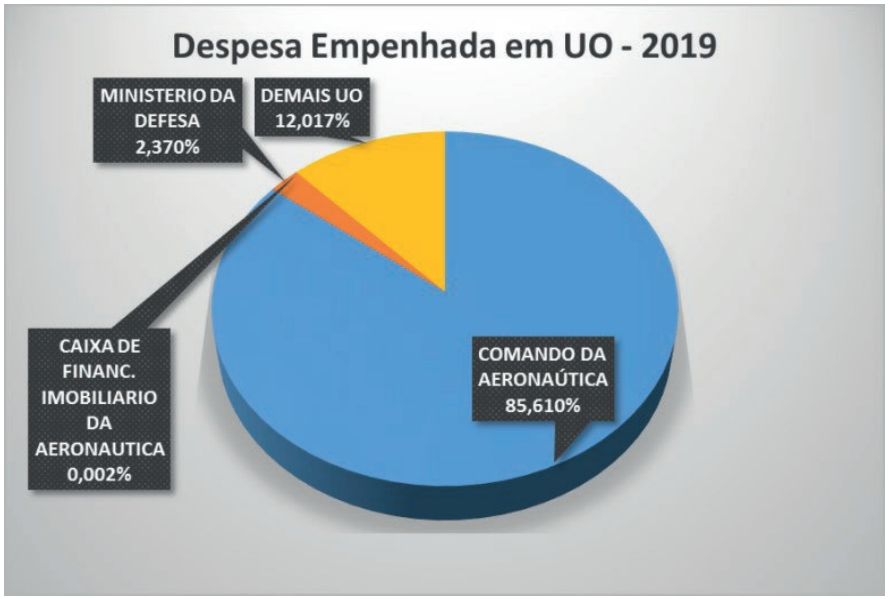
21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

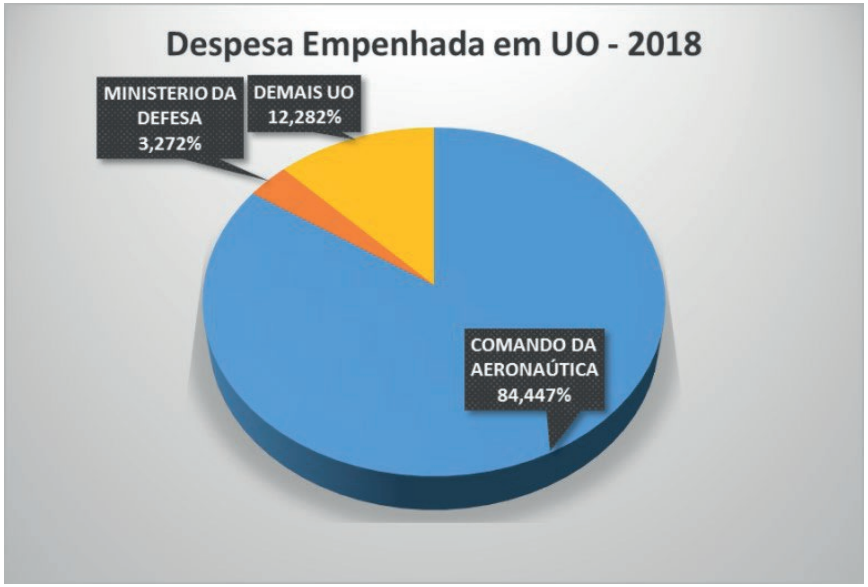
A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido visa a demonstrar a evolução do patrimônio líquido do órgão, indicando a movimentação ocorrida nos Subgrupos de contas que compõem o Patrimônio Líquido.

O saldo constante da linha "Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos" da referida Demonstração relacionada ao Órgão 52111 refere-se, majoritariamente, à incorporação de ativo (importações em andamento – bens móveis) em virtude de ausência de registro em exercício anteriores por UG do COMAER situada no exterior.

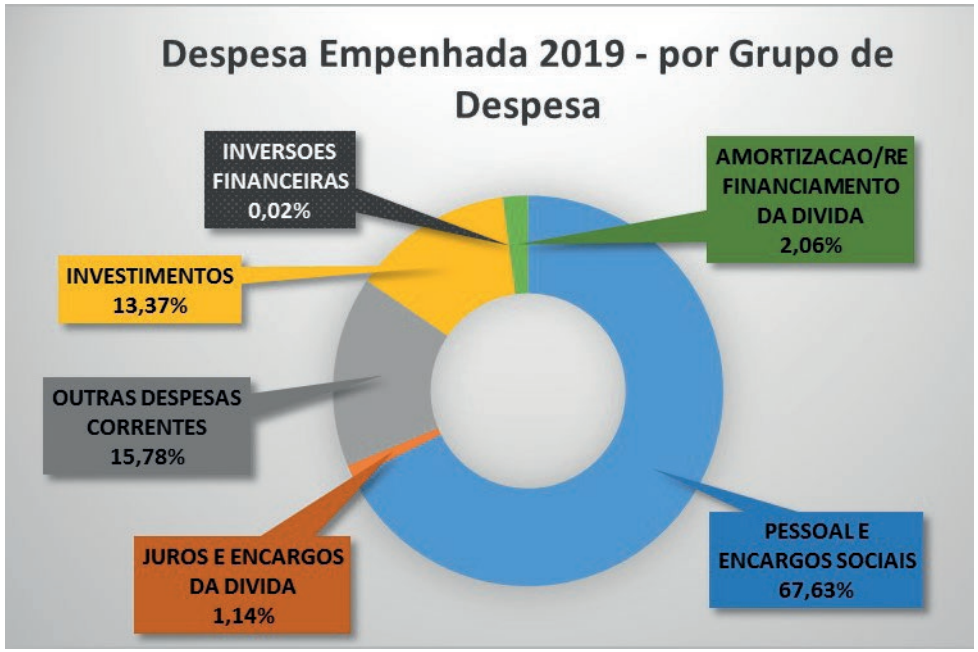
ITEM 6.6.1 – Orçamentária e financeira

EXECUÇÃO DE DEPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
	DEZ/2019			DEZ/2018		
Unidade Orçamentária	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	40.497.663,64	19.280.145,96	18.351.469,21	45.266.736,03	16.353.904,27	15.374.566,60
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA				0,00		
CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	499.939,58					
COMANDO DA AERONAUTICA	23.552.113.919,09	23.110.983.924,65	21.980.820.602,03	22.211.352.413,52	21.771.381.884,99	20.347.753.446,93
COMANDO DA MARINHA	229.736,16	103.257,52	102.555,02	1.585.218,73	22.191,36	22.191,36
COMANDO DO EXERCITO	1.959.334,41	1.955.662,65	1.955.662,65	2.135.536,05	1.255.074,79	1.255.074,79
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	5.306.802,73	143.712,92	143.712,92	20.122.760,56		
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	224.062,99	39.574,20	38.622,96	156.132,17	107.990,26	107.710,16
FUNDO AERONAUTICO	3.076.322.868,65	2.076.766.556,05	2.071.512.705,26	2.986.001.021,96	1.811.343.093,76	1.806.902.594,16
FUNDO DO EXERCITO	837.750,55	743.924,94	743.924,94	191.750,44	82.700,24	82.700,24
FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA				13.356,76		
FUNDO DO SERVICO MILITAR	1.371.803,66	711.340,92	692.350,32	1.093.418,89	546.530,99	242.052,12
FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - FNAC	102.777.251,91	24.052.195,29	24.035.299,06	62.553.177,47	9.946.691,43	9.388.994,89
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO				14.536.916,46	6.196.165,32	6.196.165,32
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	363.467,26	205.732,92	199.660,92	432.650,65	244.025,40	235.746,36
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	15.543.594,99	12.160.179,64	12.073.573,21	24.191.966,21	14.997.199,59	8.608.267,77
FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	1.669.943,64	1.669.943,64	1.669.943,64	310.410,05	310.410,05	310.410,05
FUNDO NAVAL	1.059.870,01	613.349,24	613.349,24	14.130,29	12.823,60	12.823,60
FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN	10.113.534,19	8.847.011,19	8.847.011,19	4.758.062,13	2.847.144,59	2.847.144,59
INST.BRAS.DO MEIO AMB.E REC.NAT.RENOVAVEIS				388.665,95	309.932,55	288.184,09
INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE				2.976.179,15	1.219.909,20	1.219.909,20
MINIST. DA TRANSPARENCIA, FISCALIZACAO E CGU				153.707,51		
MINISTERIO DA CIDADANIA	5.332.888,52	3.039.152,90	3.010.312,39	4.181.434,17	555.936,70	388.710,45
MINISTERIO DA DEFESA	652.125.167,84	469.686.422,21	469.465.094,79	660.504.931,29	722.635.513,65	713.510.450,95
MINISTERIO DA EDUCACAO	20.000.000,00			19.999.545,46		
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	663.959,40	663.959,40	663.959,40			
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	3.034.712,76	2.016.307,12	2.016.307,12	672.003,66	672.003,66	672.003,66
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3.121.616,73	3.053.170,46	3.053.170,46			
MINISTERIO DO ESPORTE				2.636.754,07	61.341,17	61.341,17
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS - MDH	615.407,38	39.590,61	39.590,61			
MINISTERIO PUBLICO MILITAR				154.559,16		
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.261.999,69	261.999,69	261.588,29	20.062.363,30	10.251.930,95	7.251.930,95
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	274.615,55			245.043,45		
SECRET. DA COMISSAO INTERMIN.P/OS REC.DO MAR	155.690,94					
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	13.400,00	13.383,63	13.383,63	2.000.000,00		
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL				10.844.073,71	6.911.430,99	6.901.914,30
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO				0,00	0,00	
	27.510.810.954,73	25.757.107.738,86	24.620.347.088,51	28.302.250.344,80	24.375.467.919,81	22.929.859.128,03



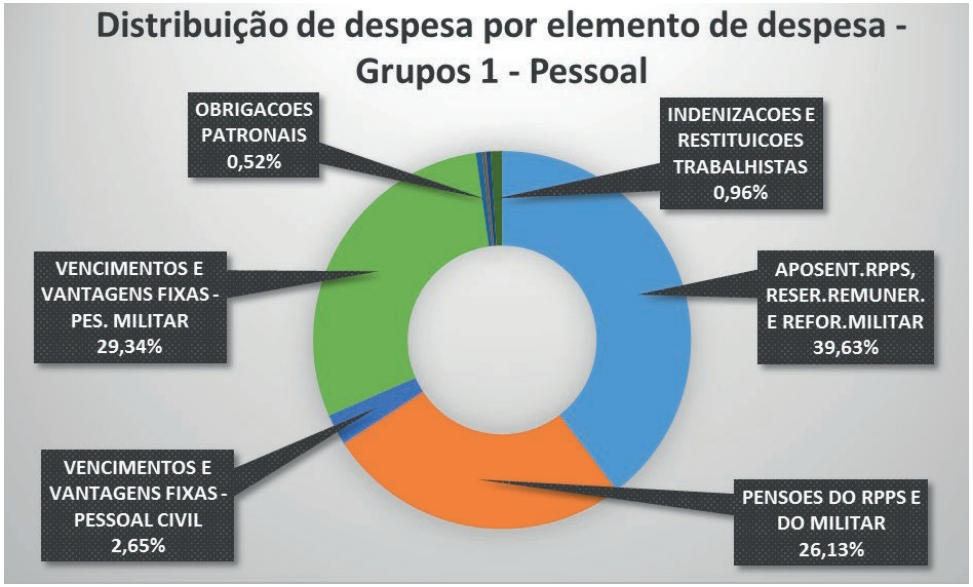


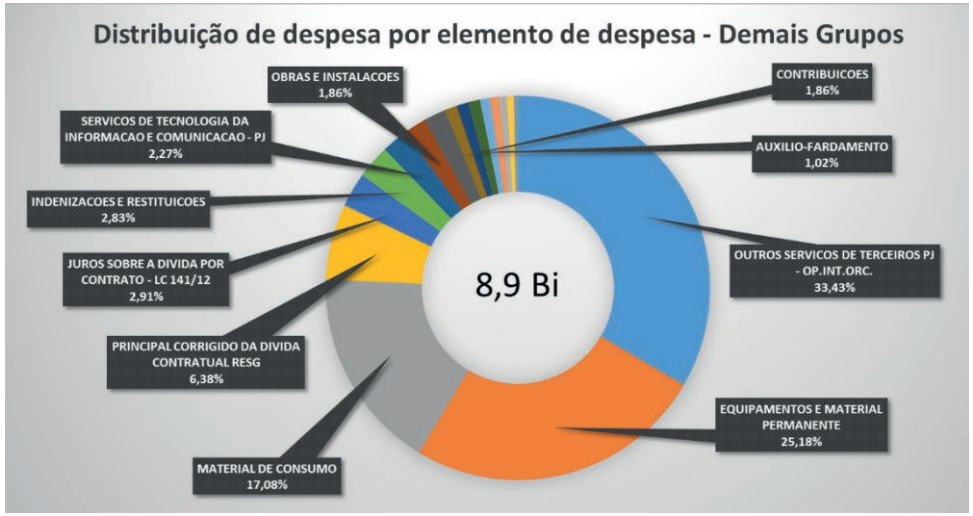
Ao se comparar os valores totais das despesas empenhadas, observa-se um aumento de 4,59% em 2019 frente ao exercício de 2018. O referido aumento ocorreu, em especial, em recursos associados à Unidade Orçamentária 52111 – Comando da Aeronáutica, principal origem orçamentária de recursos executados em 2019. Analisando o quadro abaixo pode-se observar 67,63% dos recursos são empregados para pagamento de pessoal, 15,78% em despesas correntes e 13,37% em gastos com investimentos. Verifica-se também que em 2019, houve um suave aumento em despesas correntes e uma leve redução em investimento quando comparado com o ano de 2018, fato que em termos numéricos não corresponde há mudanças de estratégia de gastos da força.



Grupo de Despesa	DESPESAS EMPENHADAS			
	2019		2018	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.606.803.736,14	67,63%	17.464.196.256,10	66,40%
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	312.611.784,34	1,14%	275.557.411,33	1,05%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.340.165.923,95	15,78%	4.092.362.491,90	15,56%
INVESTIMENTOS	3.679.092.359,97	13,37%	3.940.394.198,05	14,98%
INVERSOES FINANCEIRAS	4.755.855,33	0,02%	5.035.430,12	0,02%
AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	567.381.295,00	2,06%	524.704.557,31	1,99%
	27.510.810.954,73	100,00%	26.302.250.344,80	100,00%

Excetuado o Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais, o qual representa um valor aproximado de 18,6 Bilhões de Reais e que contém naturezas de despesas extremamente vinculadas às próprias despesas com pessoal, os valores empenhados nos demais grupos de despesa evidenciam os principais gastos operacionais efetuados pelo COMAER em prol do cumprimento de sua missão constitucional. Neste cenário, destacam-se as despesas empenhadas em favor de equipamentos, serviços de terceiros, material de consumo e a amortização da dívida, naturezas que se apresentam como mais relevantes (superiores a 6% das despesas empenhadas na categoria). O perfil de gastos com investimentos está condizente com a meta do Órgão, uma vez que o COMAER mantém foco permanente no aprimoramento de seus equipamentos militares, a fim de cumprir sua missão da forma mais eficiente possível, observado o cenário econômico do país.





Representatividade das Ações Orçamentárias que correspondem a mais de 90% das despesas empenhadas em 2019

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ANO 2019		% EMPENHADA POR AÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	% DE EXECUÇÃO POR AÇÃO
20XV	OPERACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO -	18,34%	1.633.320.644,02	1.251.322.602,80	1.248.136.577,36	76,42%
14T0	AQUISICAO DE AERONAVES DE CACA E SISTEMAS AFINS - PROJETO FX	16,38%	1.458.346.296,48	1.418.237.292,73	1.418.237.292,73	97,25%
0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	9,88%	879.993.079,34	879.993.079,34	879.993.079,34	100,00%
14XJ	AQUISICAO DE CARGUEIRO TATICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS -	9,09%	809.465.043,33	798.612.368,31	798.612.368,31	98,66%
2048	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO	7,11%	632.769.834,86	311.344.923,18	311.148.278,65	49,17%
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	6,66%	593.025.744,85	536.215.436,60	492.036.213,77	82,97%
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	5,77%	513.997.347,45	414.435.205,47	412.771.061,52	80,31%
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	5,75%	511.850.699,12	283.616.534,50	282.151.556,75	55,12%
123J	AQUISICAO DE HELICOPTEROS PARA EMPREGO DAS FORCAS ARMADAS	4,71%	419.131.840,59	336.870.224,68	336.870.224,68	80,37%
2868	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACAO	3,32%	295.240.587,41	255.004.409,55	255.002.737,16	86,37%
212O	MOVIMENTACAO DE MILITARES	1,94%	172.660.317,32	170.280.233,45	153.768.883,67	89,06%
219D	ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES	1,49%	132.255.931,37	24.019.121,80	23.960.196,69	18,12%
	DEMAIS AÇÕES	9,57%	851.949.852,43	470.435.365,59	468.835.112,12	55,03%
	TOTAL	100,00%	8.904.007.218,57	7.150.386.798,00	7.081.523.582,75	74,53%

Analisando as Ações de Governo do ano de 2019, excetuado o Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais (cuja execução tende a 100%), 12 ações correspondem a mais de 90% dos empenhos de 2019 e representam ações essenciais para o alcance dos objetivos e missão no COMAER, além de apresenta uma execução média de 74,53% no pagamento de bens e serviços empenhados.

Representatividade dos Programas que correspondem a mais de 90% das despesas empenhadas em 2019 - Exceto Despesa de Pessoal

Programa Governo		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
2058	DEFESA NACIONAL	6.128.051.726,87	68,82%	4.928.242.564,50	80,42%	4.907.846.000,91	80,09%
2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	1.672.582.810,68	18,78%	1.265.597.325,56	75,67%	1.218.280.441,67	72,84%
0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	879.993.079,34	9,88%	879.993.079,34	100,00%	879.993.079,34	100,00%
	DEMAIS PROGRAMAS	223.379.601,70	2,51%	76.553.828,57	34,27%	51.368.761,72	23,00%
TOTAL		8.904.007.218,59	100%	7.150.386.797,98	73%	7.057.488.283,65	69%

Três Programas de Governo respondem por mais de 97% das despesas empenhadas pelo COMAER (exceto o Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais). Entre os três, o Programa 2058 – Defesa Nacional representa mais de 68% dos valores empenhados, sendo o mais representativo para o COMAER.

Item 6.6.4 CONTRATAÇÕES DIRETAS DO COMAER

Observa-se que o DCTA apresenta, tanto em 2018 quanto em 2019, o Grande Comando que mais realiza contratações diretas, chegando a representar quase 70% de todas as contratações do âmbito COMAER, em virtude das especificidades dos serviços e materiais adquiridos/contratados pela COPAC. No entanto, no computo geral do COMAER, houve em 2019, uma leve redução de 3,74% em comparação com o ano anterior.

UASG	ODGSA	Modalidade de Licitação	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			2019	2018	2019	2018	2019	2018
'-8	SEM INFORMACAO	DISPENSA DE LICITACAO	141,24	965.343,40	141,24		141,24	
		INEXIGIBILIDADE	47.854,66	0				
120001	GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	DISPENSA DE LICITACAO	806.200,51	2.168.282,75	511.550,47	1.716.949,47	493.070,67	1.625.844,29
		INEXIGIBILIDADE	3.135.379,20	4.075.102,87	1.415.058,93	2.291.896,59	1.338.365,73	2.291.896,59
120036	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPACO AEREO	DISPENSA DE LICITACAO	196.137.292,05	192.446.342,74	105.629.710,60	67.642.560,35	105.629.710,60	67.619.398,35
		INEXIGIBILIDADE	331.718.892,26	483.199.096,96	231.698.115,52	198.057.446,73	230.003.901,51	198.057.446,73
120107	COMANDO DE PREPARO	DISPENSA DE LICITACAO	25.873.191,63	21.336.253,41	18.134.198,59	13.803.898,18	18.099.925,00	13.636.685,50
		INEXIGIBILIDADE	9.639.518,70	6.175.270,00	6.146.769,82	4.159.501,39	6.146.769,82	4.159.501,39
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	DISPENSA DE LICITACAO	2.018.188.366,97	2.180.002.845,87	1.939.081.569,65	2.076.383.868,89	1.939.037.279,65	1.747.429.606,13
		INEXIGIBILIDADE	1.010.715.979,73	918.252.662,01	947.453.957,62	871.715.119,11	947.453.957,62	871.493.350,62
120111	ESTADO-MAIOR DA AERONAUTICA	DISPENSA DE LICITACAO	175.938,11	547.462,04	60.041,96	417.572,51	60.041,96	417.199,15
		INEXIGIBILIDADE	78.006,05	97.761,67	41.930,09	27.147,17	41.930,09	27.147,17
120115	COMANDO DE OPERACOES AEROESPACIAIS	DISPENSA DE LICITACAO	1.718.707,87	2.266.805,08	3.800,00	468.472,93	3.800,00	464.852,42
		INEXIGIBILIDADE	281.279,45	213.558,05	76.311,65	43.779,21	76.311,65	43.779,21
120130	COMANDO GERAL DE APOIO	DISPENSA DE LICITACAO	103.272.350,95	102.777.757,77	69.704.910,21	67.626.780,11	69.625.453,43	66.915.267,32
		INEXIGIBILIDADE	379.534.362,78	368.406.577,55	210.938.854,54	219.096.511,83	210.743.051,36	209.223.674,02
120131	COMANDO GERAL DE PESSOAL	DISPENSA DE LICITACAO	34.653.501,56	34.079.042,62	26.122.597,60	23.988.234,94	26.117.769,48	23.915.631,82
		INEXIGIBILIDADE	185.304.989,86	173.073.634,65	156.415.444,00	144.881.770,73	156.223.052,49	144.756.647,29
120647	SEC DE ECON FINANCAS E ADMINISTRACAO DA AER	DISPENSA DE LICITACAO	50.813.019,00	40.801.496,58	30.824.016,73	25.390.459,36	30.785.536,71	25.329.704,90
		INEXIGIBILIDADE	18.314.488,07	14.647.053,07	12.643.674,09	9.743.155,11	12.634.196,58	9.611.708,71
123001	CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIARIO AERONAUTICA	DISPENSA DE LICITACAO	17.500,00					
193034	IBAMA - INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE/MATRIZ	DISPENSA DE LICITACAO		6.204,60		3.102,30		3.102,30
		INEXIGIBILIDADE		0				
200336	COORDENACAO DE ORCAMENTO E FINANCAS - COF/DPF	INEXIGIBILIDADE	5.162.889,81					
760000	DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL DA MARINHA	DISPENSA DE LICITACAO		18.410,22				
		INEXIGIBILIDADE		0				
780000	COMANDO DE OPERACOES NAVAIS	DISPENSA DE LICITACAO	40.900,00					
		INEXIGIBILIDADE	9.154,79	0				
Total			4.375.639.905,25	4.545.556.963,91	3.756.902.653,30	3.727.458.226,92	3.754.514.265,58	3.387.022.443,92

A Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC – tem a finalidade de gerenciar os projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o Comando da Aeronáutica, adotando parâmetros técnicos específicos na gestão de projetos de defesa nacional, visando ainda desenvolver a política de incremento da indústria nacional, incluindo a indústria de defesa e seus recursos tecnológicos, sofisticados e de grande complexidade. Cabe ressaltar que grande parte dos objetos contratados ainda não estão disponíveis no mercado, sendo projetos de desenvolvimento de aeronaves. Desse modo, tais processos são enquadrados como licitações dispensáveis ou inexigíveis, previstas nos artigos 24, inc. IX, e 25 da Lei 8.666/93, regulamentada ainda pelo Decreto Nº 2.295/97,que enquadra tais contratações em seu Art. 1º, inc II, "contratações de serviços técnicos e especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico".

Segue abaixo a discriminação das contratações diretas da Comissão de Coordenação do Programa Aeronave de Combate (COPAC) por UG Executora.

UG RESPONSÁVEL	UG EXECUTORA	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	
			2019	2018
COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA	DISPENSA DE LICITACAO	205.380.262,29	284.389.419,94
		INEXIGIBILIDADE	365.046.794,37	268.898.881,34
	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	16.168,00	28.870,67
		INEXIGIBILIDADE		18.440,54
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	DISPENSA DE LICITACAO	851.109,07	11.943.807,75
		INEXIGIBILIDADE	55.891.246,52	96.739.807,07
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	DISPENSA DE LICITACAO	1.794.663.898,57	1.867.070.463,25
		NEXIGIBILIDADE	586.932.487,55	547.221.717,98
			3.008.781.966,37	3.076.311.408,54

DESPESAS POR AÇÃO

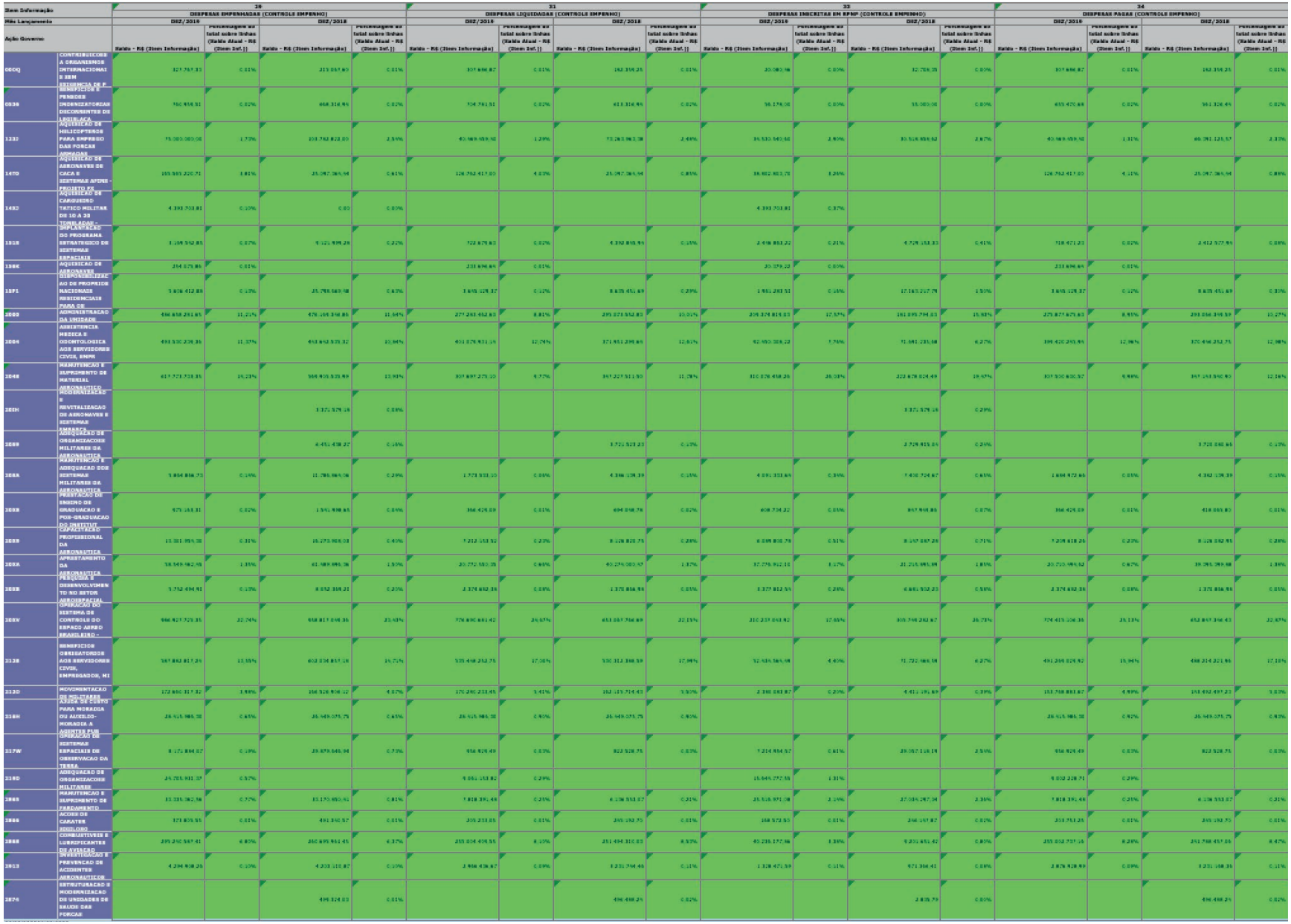
Pessoal e Encargos Sociais

Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Ação Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
00QG	ANISTIADOS POLITICOS - RETROATIVOS CONCEDIDOS POR DECISOES J	0,00	0,00%	0,00	0,00%												
0179	PENSOES MILITARES DAS FORCAS ARMADAS	5.975.169.933,68	21,36%	5.653.086.673,58	20,92%	5.975.169.933,68	21,36%	5.653.086.673,58	20,92%					5.705.910.859,93	21,15%	5.407.388.319,68	20,72%
0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	1.175.971.703,19	6,32%	1.137.150.225,60	6,51%	1.175.971.703,19	6,32%	1.137.150.225,60	6,51%					1.089.852.819,11	6,21%	1.053.838.302,63	6,41%
0739	INDENIZACAO A ANISTIADOS POLITICOS EM PRESTACAO UNICA OU EM	384.012.099,14	2,06%	354.135.403,37	2,03%	384.012.099,14	2,06%	354.135.403,37	2,03%					354.157.356,70	2,02%	326.491.566,24	1,99%
09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	91.685.997,59	0,49%	97.915.395,44	0,56%	91.685.997,59	0,49%	97.915.395,44	0,56%					91.685.997,59	0,52%	97.915.395,44	0,60%
0C01	VALORES RETROATIVOS A ANISTIADOS POLITICOS NOS TERMOS DA LEI	3.261.422,41	0,02%	1.840.116,47	0,01%	3.261.422,41	0,02%	1.840.116,47	0,01%					3.152.477,32	0,02%	1.659.290,90	0,01%
20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	511.408.148,16	2,75%	538.949.378,15	3,09%	511.322.350,90	2,75%	538.873.934,42	3,09%	82.795,26	100,00%	75.443,73	100,00%	483.053.513,41	2,75%	508.141.362,53	3,07%
214H	INATIVOS MILITARES DAS FORCAS ARMADAS	6.816.240.319,58	36,64%	6.355.312.627,18	36,39%	6.816.240.319,58	36,64%	6.355.312.627,18	36,39%					6.359.031.110,65	36,26%	5.911.540.110,54	35,95%
2567	ATIVOS MILITARES DAS FORCAS ARMADAS	5.646.957.114,29	30,35%	5.525.805.436,33	30,50%	5.646.957.114,29	30,35%	5.525.805.436,33	30,50%					5.451.969.650,76	31,09%	5.138.946.766,06	31,25%

Juros e Encargos da Dívida

Item Informação		29				31				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Ação Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	312.611.784,34	100,00%	275.557.411,33	100,00%	312.611.784,34	100,00%	275.557.411,33	100,00%	312.611.784,34	100,00%	275.557.411,33	100,00%

Outras Despesas Correntes



Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2018		DEZ/2018		DEZ/2018		DEZ/2018		DEZ/2018		DEZ/2018		DEZ/2018		DEZ/2018	
Ação Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Percentagem ao total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Percentagem ao total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Percentagem ao total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Percentagem ao total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Percentagem ao total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Percentagem ao total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Percentagem ao total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Percentagem ao total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
00DQ	CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM	327.767,13	0,01%	319.867,60	0,01%	307.866,87	0,01%	182.356,25	0,01%	20.080,96	0,00%	32.708,39	0,00%	307.866,87	0,01%	182.356,25	0,01%
0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLAC	760.914,51	0,02%	668.316,95	0,02%	704.761,51	0,02%	611.316,95	0,02%	56.178,00	0,00%	56.980,00	0,00%	655.470,88	0,02%	561.326,45	0,02%
1331	AQUISICAO DE HELICOPTEROS PARA EMPREGO DAS FORCAS ARMADAS	75.000.000,00	1,73%	101.762.822,00	2,54%	40.569.459,92	1,29%	72.263.963,38	2,48%	34.530.540,08	2,90%	30.498.858,62	2,87%	40.569.459,92	1,31%	66.261.123,57	2,33%
1470	AQUISICAO DE AERONAVES DE CACA E SISTEMAS AFINS - PROJETO FX	165.965.220,71	3,81%	25.067.366,94	0,63%	126.762.417,00	4,03%	25.067.366,94	0,85%	38.802.803,70	3,26%			126.762.417,00	4,11%	25.067.366,94	0,88%
1482	AQUISICAO DE CARGUEIRO TATICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS -	4.393.701,81	0,10%	0,00	0,00%					4.393.701,81	0,37%						
1B2B	IMPLANTACAO DO PROGRAMA ESTRATEGICO DE SISTEMAS ESPACIAIS	1.199.592,81	0,02%	9.121.999,26	0,22%	722.879,83	0,02%	4.392.865,96	0,15%	2.498.863,22	0,21%	4.729.153,33	0,41%	718.471,23	0,02%	2.412.577,94	0,08%
1B6K	AQUISICAO DE AERONAVES	254.071,86	0,01%			231.696,86	0,01%			20.379,22	0,00%			231.696,86	0,01%		
1BF1	DISPONIBILIZACAO DE PROMISE NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA OF	5.836.412,88	0,13%	25.278.569,58	0,63%	5.661.329,37	0,19%	8.675.451,69	0,29%	1.961.263,51	0,16%	17.163.217,79	1,50%	5.661.329,37	0,19%	8.675.451,69	0,30%
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	486.858.281,85	11,21%	470.166.346,86	11,64%	277.261.452,83	9,81%	295.071.552,83	10,00%	209.374.819,03	17,33%	181.895.794,03	15,93%	275.871.675,83	9,45%	293.066.349,59	10,27%
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	491.500.236,35	11,32%	493.642.525,32	12,94%	401.979.931,15	12,74%	371.951.295,85	12,62%	92.950.388,22	7,70%	71.981.235,58	6,27%	399.420.243,85	12,96%	370.496.252,75	12,98%
2048	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO	617.721.721,35	14,23%	566.405.525,69	13,93%	337.697.275,10	9,77%	341.227.511,90	11,78%	110.676.418,26	26,01%	122.678.026,49	10,42%	337.500.630,97	9,95%	347.193.540,93	12,16%
2EIH	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES E SISTEMAS EMBARCA			1.171.579,16	0,03%							1.171.579,16	0,29%				
2E89	AQUISICAO DE ORGANIZACOES MILITARES DA AERONAUTICA			6.451.438,27	0,15%			3.721.523,23	0,13%			3.729.915,04	0,29%			3.729.592,86	0,13%
2E8A	MANUTENCAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS MILITARES DA AERONAUTICA	9.854.856,73	0,19%	11.780.969,08	0,29%	3.721.533,10	0,09%	4.366.129,39	0,15%	4.891.353,85	0,39%	7.408.724,87	0,61%	3.696.972,85	0,09%	4.362.129,39	0,15%
2E8B	PRESTACAO DE ENSINO DE GRADUACAO E POS-GRADUACAO DO DESTINAT CAPACITACAO PROFISSIONAL DA AERONAUTICA	971.161,31	0,02%	1.541.908,85	0,04%	366.429,89	0,01%	694.948,76	0,02%	608.734,32	0,05%	847.908,85	0,07%	366.429,89	0,01%	418.083,83	0,01%
2E8X	APRESTAMENTO DA AERONAUTICA	13.581.954,38	0,31%	16.273.908,03	0,40%	7.212.153,52	0,23%	8.126.820,75	0,28%	6.369.800,78	0,51%	8.147.087,28	0,71%	7.208.618,26	0,25%	8.126.592,91	0,28%
2E8Y	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO SETOR AEROESPACIAL	38.549.182,78	1,31%	61.489.995,38	1,50%	30.772.180,05	0,96%	40.274.080,97	1,37%	17.776.912,10	1,37%	21.215.995,69	1,85%	30.710.484,62	0,97%	39.295.399,68	1,39%
2E8Z	CAPACITACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO -	3.752.494,91	0,13%	8.652.308,21	0,20%	2.324.692,39	0,09%	1.370.856,98	0,05%	1.327.812,52	0,26%	6.661.952,23	0,58%	2.324.692,39	0,09%	1.370.856,98	0,05%
2E8V	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	986.927.725,35	22,74%	958.817.846,36	23,63%	726.890.661,42	24,67%	651.867.766,69	22,15%	210.237.063,92	17,55%	165.796.262,67	14,47%	724.415.206,36	25,13%	652.867.396,43	22,87%
2E8W	MOVIMENTACAO DE MILITARES	172.660.317,32	3,98%	158.528.936,12	4,07%	170.260.233,45	5,41%	153.119.714,43	5,20%	2.386.083,87	0,20%	4.411.191,69	0,39%	153.768.883,87	4,99%	151.492.497,23	5,31%
2E8H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	28.615.986,38	0,65%	35.949.075,75	0,85%	28.615.986,38	0,90%	35.949.075,75	0,90%					28.615.986,38	0,92%	35.949.075,75	0,93%
2E8W	AQUISICAO DE SISTEMAS ESPACIAIS DE OBSERVACAO DA TERRA	8.171.894,87	0,19%	29.879.949,94	0,73%	956.929,49	0,03%	823.928,75	0,03%	7.214.954,97	0,61%	29.057.118,19	2,54%	956.929,49	0,03%	823.928,75	0,03%
2E8D	AQUISICAO DE ORGANIZACOES MILITARES	26.705.931,97	0,57%			9.961.153,82	0,29%			16.944.777,15	1,31%			9.959.228,71	0,29%		
2E8S	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO	13.335.382,58	0,27%	15.170.950,91	0,81%	7.818.391,49	0,25%	6.138.553,87	0,21%	25.516.971,08	2,19%	27.035.247,34	2,36%	7.818.391,49	0,25%	6.138.553,87	0,21%
2E8G	ACOES DE CARATER SIGILOSO	171.835,55	0,01%	491.390,57	0,01%	205.233,85	0,01%	291.192,75	0,01%	168.572,50	0,01%	296.197,82	0,02%	201.753,25	0,01%	291.192,75	0,01%
2E8E	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACO	295.290.587,41	6,80%	260.695.961,45	6,27%	255.804.408,51	8,69%	251.494.310,83	8,53%	40.235.170,86	3,36%	9.201.651,62	0,80%	255.802.737,16	8,26%	251.788.457,08	8,47%
2E8J	INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS	4.294.938,26	0,10%	4.203.110,87	0,10%	3.916.436,87	0,09%	3.231.756,46	0,11%	1.328.471,39	0,11%	971.366,41	0,08%	3.876.928,99	0,09%	3.231.168,36	0,11%
2E7K	ESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DE UNIDADES DE SAUDE DAS FORCAS			496.324,03	0,01%			496.488,24	0,02%	2.835,79	0,00%					496.488,24	0,02%

Investimentos

Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Ação Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
123B	DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TATICO MILITAR DE 10 A 20 TONEL	9.000.000,00	0,24%	218.480,70	0,01%	8.996.124,56	0,29%	218.480,70	0,01%	3.875,44	0,00%			8.996.124,56	0,29%	218.480,70	0,01%
123J	AQUISICAO DE HELICOPTEROS PARA EMPREGO DAS FORCAS ARMADAS	344.131.840,59	9,35%	531.302.040,89	13,48%	296.400.765,28	9,50%	522.836.619,00	16,52%	47.731.075,31	8,55%	8.465.421,88	1,09%	296.400.765,28	9,50%	522.836.619,00	18,46%
14T0	AQUISICAO DE AERONAVES DE CACA E SISTEMAS AFINS - PROJETO FX	1.292.781.075,77	35,14%	1.364.505.700,15	34,63%	1.291.474.875,73	41,38%	1.328.873.766,22	41,98%	1.306.200,05	0,23%	35.631.933,93	4,60%	1.291.474.875,73	41,39%	1.000.003.292,16	35,31%
14TH	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE SISTEMAS BELICOS E EQUIPAMENTO	29.190.501,15	0,79%	26.709.835,41	0,68%	20.157.552,39	0,65%	26.709.835,41	0,84%	9.032.948,76	1,62%			20.157.552,39	0,65%	26.709.835,41	0,94%
14XI	AQUISICAO DE CARGUEIRO TATICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS -	805.071.339,52	21,88%	672.930.615,62	17,08%	798.612.368,31	25,59%	665.479.300,00	21,02%	6.458.971,22	1,16%	7.451.315,62	0,96%	798.612.368,31	25,60%	665.479.300,00	23,50%
156K	AQUISICAO DE AERONAVES	36.410.682,53	0,99%			36.410.682,53	1,17%							36.410.682,53	1,17%		
156L	OBTENCAO DOS MEIOS DA AERONAUTICA			139.906.299,94	3,55%							139.906.299,94	18,05%				
15F1	DISPONIBILIZACAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA OS	93.471,00	0,00%	3.000.000,00	0,08%					93.471,00	0,02%	3.000.000,00	0,39%				
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	24.642.522,85	0,67%	27.505.576,21	0,70%	6.332.232,28	0,20%	5.247.720,01	0,17%	18.310.290,38	3,28%	22.257.856,19	2,87%	6.273.041,53	0,20%	5.151.511,95	0,18%
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	20.467.108,08	0,56%	18.638.876,56	0,47%	13.355.274,33	0,43%	9.776.566,68	0,31%	7.111.833,76	1,27%	8.862.309,88	1,14%	13.350.815,58	0,43%	9.776.566,68	0,35%
2048	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO	14.996.101,50	0,41%	25.101.291,79	0,64%	3.647.648,09	0,12%	10.122.658,79	0,32%	11.348.453,42	2,03%	14.978.632,99	1,93%	3.647.648,09	0,12%	10.122.658,79	0,36%
20IH	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES E SISTEMAS EMBARCA	35.998.280,40	0,98%	49.478.482,52	1,26%	16.040.073,54	0,51%	44.446.274,76	1,40%	19.958.206,86	3,58%	5.032.207,76	0,65%	16.040.073,54	0,51%	44.446.274,76	1,57%
20S9	ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES DA AERONAUTICA			59.674.331,59	1,51%			27.058.413,41	0,85%			32.615.918,18	4,21%			27.058.413,41	0,96%
20SA	MANUTENCAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS MILITARES DA AERONAUTICA	7.277.668,04	0,20%	7.962.822,45	0,20%	679.025,19	0,02%			6.598.642,85	1,18%	7.962.822,45	1,03%	679.025,19	0,02%		
20XB	PRESTACAO DE ENSINO DE GRADUACAO E POS-GRADUACAO DO INSTITUT	1.879.223,94	0,05%	2.657.577,97	0,07%	527.821,59	0,02%	331.098,51	0,01%	1.351.402,35	0,24%	2.326.479,46	0,30%	527.821,59	0,02%	296.198,51	0,01%
20XA	APRESTAMENTO DA AERONAUTICA	5.604.027,27	0,15%	15.372.977,46	0,39%	279.255,60	0,01%	4.377.483,90	0,14%	5.324.771,67	0,95%	10.995.493,57	1,42%	279.255,60	0,01%	4.374.055,90	0,15%
20XB	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO SETOR AEROESPACIAL	13.506.850,96	0,37%	3.101.551,52	0,08%	11.402.170,82	0,37%	412.066,47	0,01%	2.104.680,15	0,38%	2.689.485,05	0,35%	11.402.170,82	0,37%	410.923,47	0,01%
20XV	OPERACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO -	648.392.918,68	17,57%	694.645.175,13	17,63%	474.631.921,38	15,21%	396.503.980,45	12,53%	171.760.997,30	30,78%	298.141.194,68	38,47%	473.721.471,00	15,18%	396.497.618,45	14,00%
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	5.142.927,61	0,14%	20.868.632,39	0,53%	767.183,85	0,02%	2.439.940,62	0,08%	4.375.743,76	0,78%	18.428.691,77	2,38%	767.183,85	0,02%	2.439.940,62	0,09%
217W	OPERACAO DE SISTEMAS ESPACIAIS DE OBSERVACAO DA TERRA	1.336.656,10	0,04%			639.321,10	0,02%			697.335,00	0,12%			639.321,10	0,02%		
219D	ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES	107.550.000,00	2,92%			14.957.967,98	0,48%			92.592.032,02	16,59%			14.957.967,98	0,48%		
2865	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO	129.920,00	0,00%	323.762,00	0,01%	720,00	0,00%			129.200,00	0,02%	323.762,00	0,04%	720,00	0,00%		
2866	ACOES DE CARATER SIGILOSO	253.527,39	0,01%	115.830,23	0,00%	7.997,99	0,00%	13.798,16	0,00%	245.529,40	0,04%	102.032,07	0,01%	7.997,99	0,00%	13.798,16	0,00%
2913	INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS	717.770,29	0,02%	796.547,00	0,02%	527.294,07	0,02%	185.997,21	0,01%	190.476,22	0,03%	610.549,79	0,08%	527.294,07	0,02%	185.997,21	0,01%
2E74	ESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DE UNIDADES DE SAUDE DAS FORCAS	4.278.027,18	0,12%	5.587.242,57	0,14%	747.661,39	0,02%	707.609,16	0,02%	3.530.365,79	0,63%	4.879.633,41	0,63%	740.601,83	0,02%	255.733,21	0,01%
7U72	ADEQUACAO, REVITALIZACAO E MODERNIZACAO DA FROTA DE AERONAVE	112.228.185,15	3,05%	118.217.731,46	3,00%	79.091.157,78	2,53%	88.852.492,99	2,81%	33.137.027,38	5,94%	29.365.238,47	3,79%	79.091.157,78	2,53%	88.852.492,99	3,14%

Inversões Financeiras

Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Ação Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	549.894,82	11,56%	499.741,68	9,92%	839,60	0,18%	105.021,87	43,92%	549.055,22	12,77%	394.719,81	8,23%	839,60	0,18%	105.021,87	43,92%
20XA	APRESTAMENTO DA AERONAUTICA	4.205.960,51	88,44%	4.535.688,44	90,08%	454.745,15	99,82%	134.120,61	56,08%	3.751.215,36	87,23%	4.401.567,83	91,77%	454.745,15	99,82%	134.120,61	56,08%

Amortizações

Item Informação		29				31				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Ação Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%

Obs: As Ações orçamentárias com baixa execução tem suas justificativas descritas no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), como por exemplo a "219D", voltada para a área de obras de adequação das instalações das Unidades Aeronáuticas, onde ,em função de óbices como a interposição de recursos pelas empresas concorrentes dos certames, a complexidade na confecção de projetos de engenharia para obras de grande porte e a obrigação de aplicar os recursos em curtas janelas temporais, obrigou uma reprogramação na meta pretendida, refletindo na suspensão de algumas obras de infraestrutura de maior vulto, focando-se em serviços de manutenção e reparo, com menor custo, porém em maior número."

Despesa por Ação - Totais

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ANO 2019		% EMPENHADA POR AÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	% DE EXECUÇÃO POR AÇÃO
20XV	OPERACAO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPACO AEREO BRASILEIRO -	18,34%	1.633.320.644,02	1.251.322.602,80	1.248.136.577,36	76,42%
14T0	AQUISICAO DE AERONAVES DE CACA E SISTEMAS AFINS - PROJETO FX	16,38%	1.458.346.296,48	1.418.237.292,73	1.418.237.292,73	97,25%
0284	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL	9,88%	879.993.079,34	879.993.079,34	879.993.079,34	100,00%
14XJ	AQUISICAO DE CARGUEIRO TATICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS -	9,09%	809.465.043,33	798.612.368,31	798.612.368,31	98,66%
2048	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO	7,11%	632.769.834,86	311.344.923,18	311.148.278,65	49,17%
212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	6,66%	593.025.744,85	536.215.436,60	492.036.213,77	82,97%
2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	5,77%	513.997.347,45	414.435.205,47	412.771.061,52	80,31%
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	5,75%	511.850.699,12	283.616.534,50	282.151.556,75	55,12%
123J	AQUISICAO DE HELICOPTEROS PARA EMPREGO DAS FORCAS ARMADAS	4,71%	419.131.840,59	336.870.224,68	336.870.224,68	80,37%
2868	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACAO	3,32%	295.240.587,41	255.004.409,55	255.002.737,16	86,37%
212O	MOVIMENTACAO DE MILITARES	1,94%	172.660.317,32	170.280.233,45	153.768.883,67	89,06%
219D	ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES	1,49%	132.255.931,37	24.019.121,80	23.960.196,69	18,12%
	TOTAL	90,43%	8.052.057.366,14	6.679.951.432,41	6.612.688.470,63	76,15%
7U72	ADEQUACAO, REVITALIZACAO E MODERNIZACAO DA FROTA DE AERONAVE	0,01	112.228.185,15	79.091.157,78	79.091.157,78	70,47%
20XA	APRESTAMENTO DA AERONAUTICA	0,01	68.359.450,23	21.506.551,10	21.444.495,37	31,37%
218X	OPERACOES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	0,01	64.925.664,96	47.311.127,34	47.276.936,02	72,82%
219C	ACOLHIMENTO HUMANITARIO E INTERIORIZACAO DE MIGRANTES EM SIT	0,01	64.501.987,03	63.936.774,73	63.916.774,78	99,09%
20V0	DESENVOLVIMENTO E LANCAMENTO DE FOGUETES SUBORBITAIS E DE VE	0,00	38.222.531,63	18.976.273,92	18.070.743,94	47,28%
156K	AQUISICAO DE AERONAVES	0,00	36.664.758,39	36.644.379,17	36.644.379,17	99,94%
20IH	MODERNIZACAO E REVITALIZACAO DE AERONAVES E SISTEMAS EMBARCA	0,00	35.998.280,40	16.040.073,54	16.040.073,54	44,56%
2865	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO	0,00	33.465.282,56	7.819.111,48	7.819.111,48	23,36%
14TH	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE SISTEMAS BELICOS E EQUIPAMENTO	0,00	29.190.501,15	20.157.552,39	20.157.552,39	69,06%
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	0,00	28.415.986,30	28.415.986,30	28.415.986,30	100,00%
20XB	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NO SETOR AEROESPACIAL	0,00	19.259.345,88	13.776.853,20	13.776.853,20	71,53%
20X9	CAPACITACAO PROFISSIONAL DA AERONAUTICA	0,00	16.380.815,12	8.373.953,08	8.371.417,82	51,11%
20SA	MANUTENCAO E ADEQUACAO DOS SISTEMAS MILITARES DA AERONAUTICA	0,00	13.142.534,77	2.452.558,29	2.363.997,85	17,99%
217W	OPERACAO DE SISTEMAS ESPACIAIS DE OBSERVACAO DA TERRA	0,00	9.508.540,16	1.596.250,59	1.596.250,59	16,79%
123B	DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TATICO MILITAR DE 10 A 20 TONEL	0,00	9.000.000,00	8.996.124,56	8.996.124,56	99,96%
15F1	DISPONIBILIZACAO DE PROPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA OS	0,00	5.699.883,88	3.645.129,37	3.645.129,37	63,95%
2913	INVESTIGACAO E PREVENCAO DE ACIDENTES AERONAUTICOS	0,00	5.012.678,54	3.493.730,73	3.404.223,05	67,91%
2E74	ESTRUTURACAO E MODERNIZACAO DE UNIDADES DE SAUDE DAS FORCAS	0,00	4.278.027,18	747.661,39	740.601,83	17,31%
20X8	PRESTACAO DE ENSINO DE GRADUACAO E POS-GRADUACAO DO INSTITUT	0,00	2.854.387,24	894.250,68	894.250,68	31,33%
0536	BENEFICIOS E PENSOES INDENIZATORIAS DECORRENTES DE LEGISLACA	0,00	760.959,51	704.781,51	655.470,68	86,14%
2866	ACOES DE CARATER SIGILOSO	0,00	627.332,94	213.231,04	211.751,24	33,75%
000Q	CONTRIBUICOES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGENCIA DE P		327.767,33	307.686,87	307.686,87	93,87%
	Subtotal-2		598.824.900,35	385.101.199,06	383.840.968,51	

CONTRATAÇÕES DIRETAS ODGSA UCR E UGE

UG RESPONSÁVEL	UG EXECUTORA	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			2019	2018	2019	2018	2019	2018
COMISSAO COORD. DO PROGRAMA ANV DE COMBATE	GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASILIA	DISPENSA DE LICITACAO	205.380.262,29	284.389.419,94	190.438.992,29	262.547.321,11	430.712,29	547.321,11
		INEXIGIBILIDADE	365.046.794,37	268.898.881,34	332.651.208,64	267.267.881,59	551.208,64	239.272,65
	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	16.168,00	28.870,67	16.168,00	15.304,60	16.168,00	15.304,60
		INEXIGIBILIDADE		18.440,54		5.780,74		5.780,74
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	DISPENSA DE LICITACAO	851.109,07	11.943.807,75	432.556,71	6.196.165,32	432.556,71	196.165,32
		INEXIGIBILIDADE	55.891.246,52	96.739.807,07	52.721.027,82	69.572.845,96	721.027,82	572.845,96
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	DISPENSA DE LICITACAO	1.794.663.898,57	1.867.070.463,25	.735.708.518,26	1.797.487.474,34	708.518,26	517.000,28
		INEXIGIBILIDADE	586.932.487,55	547.221.717,98	560.374.131,81	532.574.588,60	574.131,81	574.588,60
			3.008.781.966,37	3.076.311.408,54				
DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	347.062,32	460.155,45	194.284,65	118.199,68	194.284,65	111.470,56
		INEXIGIBILIDADE	173.870,60	187.619,73	90.772,52	166.769,73	90.772,52	166.769,73
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	DISPENSA DE LICITACAO	44.185,82	36.181,25	20.113,19	19.335,25	20.113,19	19.335,25
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	DISPENSA DE LICITACAO		40.243,44		40.243,44		40.243,44
	CENTRO DE AQUISICOES ESPECIFICAS	INEXIGIBILIDADE	105.816,00		96.724,60		96.724,60	
INSTITUTO TECNOLOGICO DA AERONAUTICA	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	47.751,68	108.540,45	28.241,28	41.492,03	28.241,28	41.492,03
		INEXIGIBILIDADE	132.331,80	112.778,17	99.672,00	42.359,97	99.672,00	42.359,97
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	DISPENSA DE LICITACAO	188.972,88	337.454,55		27.588,58		27.588,58
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	DISPENSA DE LICITACAO	3.675,84	2.638,82	3.675,84	2.638,82	3.675,84	2.638,82
INSTITUTO DE AERONAUTICA E ESPACO	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	179.677,28	268.522,66	59.118,04	79.756,22	23.108,04	47.373,00
		INEXIGIBILIDADE	137.645,88	787.800,70	14.545,44	9.632,33	14.545,44	9.632,33
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	DISPENSA DE LICITACAO	116.790,46	215.662,65	11.003,81	6.122,18	11.003,81	6.122,18
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANCADOS	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	173.878,58	405.348,28	83.859,48	38.071,68	83.859,48	38.071,68
		INEXIGIBILIDADE	78.556,75	79.815,00	1.980,00		1.980,00	
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	DISPENSA DE LICITACAO	22.205,81	92.740,24				
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	DISPENSA DE LICITACAO		17.358,52				
INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENACAO INDUSTRIAL	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	90.292,25	93.547,65	22.228,20	74.216,28	22.228,20	74.216,28
		INEXIGIBILIDADE	58.787,33	74.236,78	18.393,70	55.460,98	18.393,70	55.460,98
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	DISPENSA DE LICITACAO	100.315,05	1.838.245,96		825.474,06		825.474,06
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	INEXIGIBILIDADE	18.076,28	9.572,11	8.339,76	9.572,11	8.339,76	9.572,11
COMISSAO DE OBRAS DO DCTA	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	39.295,00	25.138,07	21.795,00	22.639,68	21.795,00	22.639,68
		INEXIGIBILIDADE		6.000,00		6.000,00		6.000,00
CENTRO DE PREPARACAO DE OFICIAIS DA RESERVA	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	8.222,00	5.145,60	6.400,00	5.145,60	6.400,00	4.165,60
INSTITUTO DE PESQUISAS E ENSAIOS EM VOO	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	29.644,97	71.989,62	13.590,99	32.366,78	13.590,99	32.366,78
		INEXIGIBILIDADE	13.926,72					
	CENTRO LOGISTICO DA AERONAUTICA	INEXIGIBILIDADE		19.136,93		19.136,93		19.136,93
	COMISSAO AERONAUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	DISPENSA DE LICITACAO	31.817,82	59.074,93				
		INEXIGIBILIDADE	4.953,73		4.953,73		4.953,73	
PREFEITURA DE AERONAUT.DE SAO JOSE DOS CAMPOS	GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	DISPENSA DE LICITACAO	91.497,05	52.635,55	87.664,05	37.425,55	87.664,05	37.425,55
			3.028.904.346,70	3.098.255.507,89	86.535.527,27	2.948.098.988,00	91.237,27	22.956,75

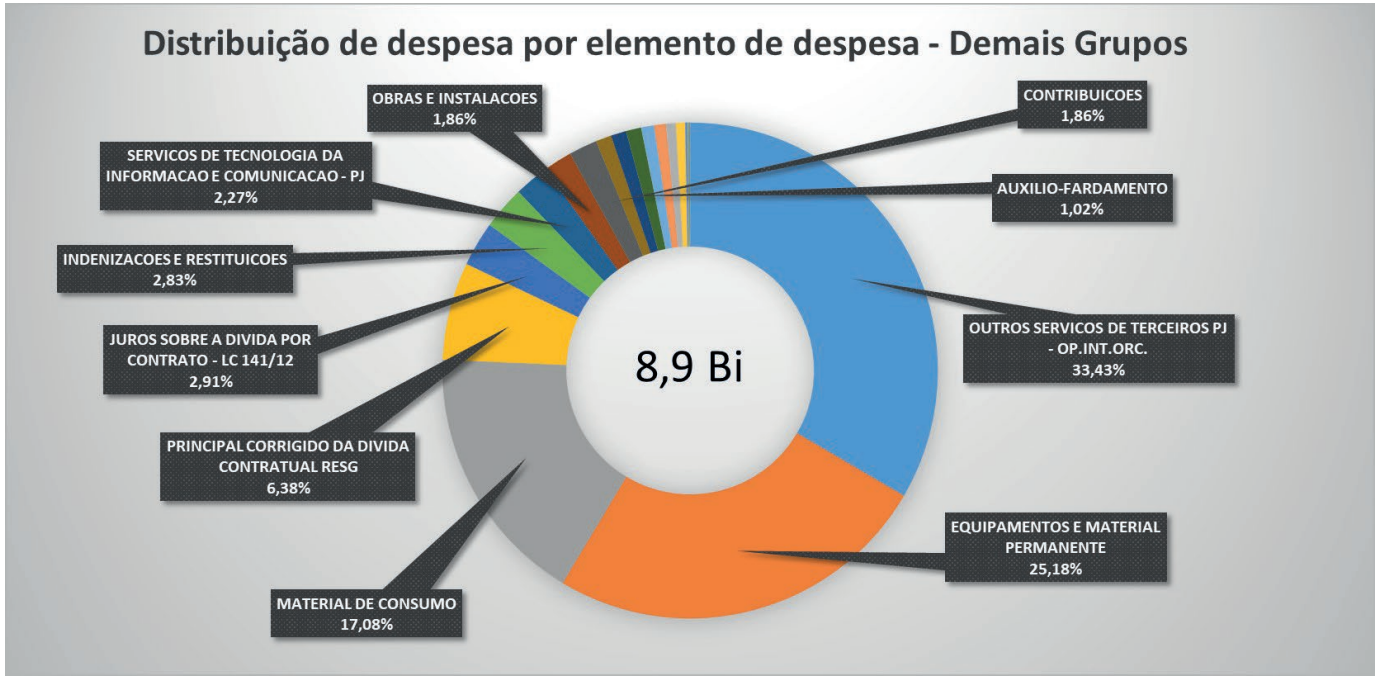
UGR - UG UCG		Modalidade Licitação NE CCor		Item Informação	29		31		34	
					DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
				Mês Lançamento	DEZ/2019	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2018
				Métrica	Saldo - R$ (Item Informação)	Saldo - R$ (Item Informação)	Saldo - R$ (Item Informação)	Saldo - R$ (Item Informação)	Saldo - R$ (Item Informação)	Saldo - R$ (Item Informação)
'-8	SEM INFORMACAO	06	DISPENSA DE LICITACAO		141,24	965.343,40	141,24		141,24	
		07	INEXIGIBILIDADE		47.854,66	0,00				
120001	GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	06	DISPENSA DE LICITACAO		806.200,51	2.168.282,75	511.550,47	1.716.949,47	493.070,67	1.625.844,29
		07	INEXIGIBILIDADE		3.135.379,20	4.075.102,87	1.415.058,93	2.291.896,59	1.338.365,73	2.291.896,59
120036	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPACO AEREO	06	DISPENSA DE LICITACAO		196.137.292,05	192.446.342,74	105.629.710,60	67.642.560,35	105.629.710,60	67.619.398,35
		07	INEXIGIBILIDADE		331.718.892,26	483.199.096,96	231.698.115,52	198.057.446,73	230.003.901,51	198.057.446,73
120107	COMANDO DE PREPARO	06	DISPENSA DE LICITACAO		25.873.191,63	21.336.253,41	18.134.198,59	13.803.898,18	18.099.925,00	13.636.685,50
		07	INEXIGIBILIDADE		9.639.518,70	6.175.270,00	6.146.769,82	4.159.501,39	6.146.769,82	4.159.501,39
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	06	DISPENSA DE LICITACAO		2.018.188.366,97	2.180.002.845,87	1.939.081.569,65	2.076.383.868,89	1.939.037.279,65	1.747.429.606,13
		07	INEXIGIBILIDADE		1.010.715.979,73	918.252.662,01	947.453.957,62	871.715.119,11	947.453.957,62	871.493.350,62
120111	ESTADO-MAIOR DA AERONAUTICA	06	DISPENSA DE LICITACAO		175.938,11	547.462,04	60.041,96	417.572,51	60.041,96	417.199,15
		07	INEXIGIBILIDADE		78.006,05	97.761,67	41.930,09	27.147,17	41.930,09	27.147,17
120115	COMANDO DE OPERACOES AEROESPACIAIS	06	DISPENSA DE LICITACAO		1.718.707,87	2.266.805,08	3.800,00	468.472,93	3.800,00	464.852,42
		07	INEXIGIBILIDADE		281.279,45	213.558,05	76.311,65	43.779,21	76.311,65	43.779,21
120130	COMANDO GERAL DE APOIO	06	DISPENSA DE LICITACAO		103.272.350,95	102.777.757,77	69.704.910,21	67.626.780,11	69.625.453,43	66.915.267,32
		07	INEXIGIBILIDADE		379.534.362,78	368.406.577,55	210.938.854,54	219.096.511,83	210.743.051,36	209.223.674,02
120131	COMANDO GERAL DE PESSOAL	06	DISPENSA DE LICITACAO		34.653.501,56	34.079.042,62	26.122.597,60	23.988.234,94	26.117.769,48	23.915.631,82
		07	INEXIGIBILIDADE		185.304.989,86	173.073.634,65	156.415.444,00	144.881.770,73	156.223.052,49	144.756.647,29
120647	SEC DE ECON FINANCAS E ADMINISTRACAO DA AER	06	DISPENSA DE LICITACAO		50.813.019,00	40.801.496,58	30.824.016,73	25.390.459,36	30.785.536,71	25.329.704,90
		07	INEXIGIBILIDADE		18.314.488,07	14.647.053,07	12.643.674,09	9.743.155,11	12.634.196,58	9.611.708,71
123001	CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIARIO AERONAUTICA	06	DISPENSA DE LICITACAO		17.500,00					
193034	IBAMA - INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE/MATRIZ	06	DISPENSA DE LICITACAO			6.204,60		3.102,30		3.102,30
		07	INEXIGIBILIDADE			0,00				
200336	COORDENACAO DE ORCAMENTO E FINANCAS - COF/DPF	07	INEXIGIBILIDADE		5.162.889,81					
760000	DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL DA MARINHA	06	DISPENSA DE LICITACAO			18.410,22				
		07	INEXIGIBILIDADE			0,00				
780000	COMANDO DE OPERACOES NAVAIS	06	DISPENSA DE LICITACAO		40.900,00					
		07	INEXIGIBILIDADE		9.154,79	0,00				
Total					4.375.639.905,25	4.545.556.963,91	3.756.902.653,30	3.727.458.226,92	3.754.514.265,58	3.387.022.443,92

UASG	ODGSA	Modalidade de Licitação	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			2019	2018	2019	2018	2019	2018
'-8	SEM INFORMACAO	DISPENSA DE LICITACAO	141,24	965.343,40	141,24		141,24	
		INEXIGIBILIDADE	47.854,66	0				
120001	GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	DISPENSA DE LICITACAO	806.200,51	2.168.282,75	511.550,47	1.716.949,47	493.070,67	1.625.844,29
		INEXIGIBILIDADE	3.135.379,20	4.075.102,87	1.415.058,93	2.291.896,59	1.338.365,73	2.291.896,59
120036	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPACO AEREO	DISPENSA DE LICITACAO	196.137.292,05	192.446.342,74	105.629.710,60	67.642.560,35	105.629.710,60	67.619.398,35
		INEXIGIBILIDADE	331.718.892,26	483.199.096,96	231.698.115,52	198.057.446,73	230.003.901,51	198.057.446,73
120107	COMANDO DE PREPARO	DISPENSA DE LICITACAO	25.873.191,63	21.336.253,41	18.134.198,59	13.803.898,18	18.099.925,00	13.636.685,50
		INEXIGIBILIDADE	9.639.518,70	6.175.270,00	6.146.769,82	4.159.501,39	6.146.769,82	4.159.501,39
120110	DEPARTAMENTO DE CIENCIA E TECNOL AEROESPACIAL	DISPENSA DE LICITACAO	2.018.188.366,97	2.180.002.845,87	1.939.081.569,65	2.076.383.868,89	1.939.037.279,65	1.747.429.606,13
		INEXIGIBILIDADE	1.010.715.979,73	918.252.662,01	947.453.957,62	871.715.119,11	947.453.957,62	871.493.350,62
120111	ESTADO-MAIOR DA AERONAUTICA	DISPENSA DE LICITACAO	175.938,11	547.462,04	60.041,96	417.572,51	60.041,96	417.199,15
		INEXIGIBILIDADE	78.006,05	97.761,67	41.930,09	27.147,17	41.930,09	27.147,17
120115	COMANDO DE OPERACOES AEROESPACIAIS	DISPENSA DE LICITACAO	1.718.707,87	2.266.805,08	3.800,00	468.472,93	3.800,00	464.852,42
		INEXIGIBILIDADE	281.279,45	213.558,05	76.311,65	43.779,21	76.311,65	43.779,21
120130	COMANDO GERAL DE APOIO	DISPENSA DE LICITACAO	103.272.350,95	102.777.757,77	69.704.910,21	67.626.780,11	69.625.453,43	66.915.267,32
		INEXIGIBILIDADE	379.534.362,78	368.406.577,55	210.938.854,54	219.096.511,83	210.743.051,36	209.223.674,02
120131	COMANDO GERAL DE PESSOAL	DISPENSA DE LICITACAO	34.653.501,56	34.079.042,62	26.122.597,60	23.988.234,94	26.117.769,48	23.915.631,82
		INEXIGIBILIDADE	185.304.989,86	173.073.634,65	156.415.444,00	144.881.770,73	156.223.052,49	144.756.647,29
120647	SEC DE ECON FINANCAS E ADMINISTRACAO DA AER	DISPENSA DE LICITACAO	50.813.019,00	40.801.496,58	30.824.016,73	25.390.459,36	30.785.536,71	25.329.704,90
		INEXIGIBILIDADE	18.314.488,07	14.647.053,07	12.643.674,09	9.743.155,11	12.634.196,58	9.611.708,71
123001	CAIXA FINANCIAMENTO IMOBILIARIO AERONAUTICA	DISPENSA DE LICITACAO	17.500,00					
193034	IBAMA - INST.BRASILEIRO MEIO AMBIENTE/MATRIZ	DISPENSA DE LICITACAO		6.204,60		3.102,30		3.102,30
		INEXIGIBILIDADE		0				
200336	COORDENACAO DE ORCAMENTO E FINANCAS - COF/DPF	INEXIGIBILIDADE	5.162.889,81					
760000	DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL DA MARINHA	DISPENSA DE LICITACAO		18.410,22				
		INEXIGIBILIDADE		0				
780000	COMANDO DE OPERACOES NAVAIS	DISPENSA DE LICITACAO	40.900,00					
		INEXIGIBILIDADE	9.154,79	0				
Total			4.375.639.905,25	4.545.556.963,91	3.756.902.653,30	3.727.458.226,92	3.754.514.265,58	3.387.022.443,92

DESPESA POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

O artigo 24, inciso IX, e o caput do artigo 25, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, regulamentado pelo Decreto de 2 de abril de 1996 foram aplicados ao Contratos da COPAC/DCTA na conformidade da Lei disposta, demonstrado os seguintes requisitos: elevada complexidade tecnológica, necessidade operacional para manter a superioridade aérea -, levando em consideração o Emprego das Forças Armadas pelo da Defesa, bem como, defesa nacional. O Brasil vem adotando uma política de incremento da indústria nacional, incluindo a indústria de defesa, uma vez que se evidencia a necessidade de utilização de recursos tecnológicos mais sofisticados para prevenção e repressão de condutas reprováveis e nocivas.

Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Elemento Despesa		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
01	APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	7.374.463.956,99	26,81%	6.924.322.389,00	26,33%	7.374.463.956,99	28,63%	6.924.322.389,00	28,40%					6.872.553.467,27	27,91%	6.448.619.974,33	28,12%
03	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	4.861.242.348,90	17,67%	4.506.268.196,15	17,13%	4.861.242.348,90	18,87%	4.506.268.196,15	18,48%					4.521.257.826,88	18,36%	4.192.815.613,98	18,29%
04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	16.957.206,62	0,06%	14.753.928,88	0,06%	6.959.204,61	0,03%	7.987.656,36	0,03%	9.998.002,01	0,57%	6.766.272,52	0,35%	6.536.699,95	0,03%	7.575.433,04	0,03%
07	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	646.917,76	0,00%	442.446,22	0,00%	646.917,76	0,00%	442.446,22	0,00%					646.917,76	0,00%	442.446,22	0,00%
08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	90.222.991,96	0,33%	87.469.945,32	0,33%	90.208.991,96	0,35%	87.418.754,34	0,36%	14.000,00	0,00%	51.190,98	0,00%	83.608.595,02	0,34%	80.945.850,91	0,35%
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	492.248.911,18	1,79%	526.738.200,06	2,00%	492.248.911,18	1,91%	526.738.200,06	2,16%					464.419.422,60	1,89%	493.436.875,79	2,15%
12	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	5.459.484.599,52	19,84%	5.167.589.641,14	19,65%	5.459.484.599,52	21,20%	5.167.589.641,14	21,20%					5.281.409.195,24	21,45%	4.987.368.647,60	21,75%
13	OBRIGACOES PATRONAIS	96.331.455,43	0,35%	102.553.648,09	0,39%	96.248.660,17	0,37%	102.478.204,36	0,42%	82.795,26	0,00%	75.443,73	0,00%	96.248.660,17	0,39%	102.478.204,36	0,45%
14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.569.591,12	0,01%	2.692.508,73	0,01%	2.569.591,12	0,01%	2.692.508,73	0,01%					2.563.568,94	0,01%	2.591.713,07	0,01%
15	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	75.066.227,58	0,27%	70.476.256,42	0,27%	75.066.227,58	0,29%	70.476.256,42	0,29%					75.029.341,33	0,30%	70.376.395,60	0,31%
16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	45.803,84	0,00%	64.528,17	0,00%	45.803,84	0,00%	64.528,17	0,00%					45.803,84	0,00%	57.541,23	0,00%
17	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL MILITAR	50.993.338,02	0,19%	62.185.061,68	0,24%	50.993.338,02	0,20%	62.185.061,68	0,26%					45.241.103,58	0,18%	59.006.093,96	0,26%
18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	244.918,00	0,00%	183.400,00	0,00%	65.965,00	0,00%	40.317,50	0,00%	178.953,00	0,01%	143.082,50	0,01%	65.965,00	0,00%	40.317,50	0,00%
19	AUXILIO-FARDAMENTO	90.544.712,69	0,33%	95.504.766,00	0,36%	90.544.712,69	0,35%	95.504.766,00	0,39%					68.271.924,65	0,28%	73.193.047,50	0,32%
20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.040.000,00	0,00%	1.137.500,00	0,00%	350.000,00	0,00%	590.000,00	0,00%	690.000,00	0,04%	547.500,00	0,03%	350.000,00	0,00%	158.000,00	0,00%
21	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	258.840.688,37	0,94%	231.487.460,07	0,88%	258.840.688,37	1,00%	231.487.460,07	0,95%					258.840.688,37	1,05%	231.487.460,07	1,01%
22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	53.771.095,97	0,20%	44.069.951,26	0,17%	53.771.095,97	0,21%	44.069.951,26	0,18%					53.771.095,97	0,22%	44.069.951,26	0,19%
30	MATERIAL DE CONSUMO	1.518.238.755,94	5,52%	1.483.696.657,97	5,64%	1.100.685.055,38	4,27%	1.090.967.219,30	4,48%	417.553.700,56	23,81%	392.729.438,68	20,41%	1.097.519.823,10	4,46%	1.070.127.449,24	4,67%
31	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	298.220,12	0,00%	456.826,80	0,00%	298.220,12	0,00%	451.041,30	0,00%			5.785,50	0,00%	298.220,12	0,00%	451.041,30	0,00%
32	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	964.913,22	0,00%	1.505.710,87	0,01%	800.590,88	0,00%	836.254,88	0,00%	164.322,34	0,01%	669.455,99	0,03%	786.863,03	0,00%	822.132,16	0,00%
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	56.473.792,98	0,21%	51.361.113,32	0,20%	33.051.846,23	0,13%	27.045.595,92	0,11%	23.421.946,75	1,34%	24.315.517,40	1,26%	32.688.211,63	0,13%	26.831.180,25	0,12%
35	SERVICOS DE CONSULTORIA	970.897,71	0,00%	4.438.929,98	0,02%	808.027,41	0,00%			162.870,30	0,01%	4.438.929,98	0,23%	808.027,41	0,00%		
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.356.595,16	0,00%	1.712.786,62	0,01%	1.271.217,35	0,00%	1.626.138,88	0,01%	85.377,81	0,00%	86.647,74	0,00%	1.112.957,17	0,00%	1.264.802,88	0,01%
37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA			0,00	0,00%			0,00	0,00%							0,00	0,00%
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.971.490.177,60	10,80%	3.197.032.288,86	12,15%	2.142.586.601,01	8,32%	2.313.344.125,99	9,49%	828.903.576,59	47,27%	883.688.162,87	45,93%	2.138.213.811,28	8,68%	1.993.805.626,05	8,70%
40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	201.461.166,01	0,73%	172.677.358,59	0,66%	138.377.901,45	0,54%	104.701.830,87	0,43%	63.083.264,56	3,60%	67.975.527,72	3,53%	137.957.996,27	0,56%	104.701.830,87	0,46%
41	CONTRIBUICOES	164.996.929,72	0,60%	172.797.407,36	0,66%	164.996.929,72	0,64%	172.797.407,36	0,71%					164.996.929,72	0,67%	172.797.407,36	0,75%
42	AUXILIOS	14.331.315,00	0,05%	19.952.184,00	0,08%	10.000.000,00	0,04%	5.249.642,00	0,02%	4.331.315,00	0,25%	14.702.542,00	0,76%	10.000.000,00	0,04%	5.249.642,00	0,02%
46	AUXILIO-ALIMENTACAO	68.248.906,31	0,25%	68.761.561,21	0,26%	68.248.906,31	0,26%	68.761.561,21	0,28%					61.945.089,02	0,25%	62.670.509,39	0,27%
47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.338.339,08	0,00%	1.239.190,34	0,00%	790.147,59	0,00%	915.453,29	0,00%	548.191,49	0,03%	323.737,05	0,02%	790.147,59	0,00%	915.453,29	0,00%
49	AUXILIO-TRANSPORTE	87.837.181,86	0,32%	87.742.745,36	0,33%	87.837.181,86	0,34%	87.742.745,36	0,36%					81.322.146,37	0,33%	81.270.981,64	0,35%
51	OBRAS E INSTALACOES	165.450.277,64	0,60%	130.914.916,79	0,50%	40.892.353,00	0,16%	49.788.228,93	0,20%	124.557.924,64	7,10%	81.126.687,86	4,22%	40.892.353,00	0,17%	49.788.228,93	0,22%
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.237.682.303,18	8,13%	2.129.409.412,09	8,10%	1.963.682.044,86	7,62%	1.690.190.753,62	6,93%	274.000.258,32	15,62%	439.218.658,47	22,83%	1.962.823.808,90	7,97%	1.665.622.427,81	7,26%
59	PENSOES ESPECIAIS	686.105,51	0,00%	613.316,94	0,00%	686.105,51	0,00%	613.316,94	0,00%					636.794,68	0,00%	561.326,44	0,00%
62	AQUISICAO DE BENS PARA REVENDA	4.755.855,33	0,02%	5.035.430,12	0,02%	455.584,75	0,00%	239.142,48	0,00%	4.300.270,58	0,25%	4.796.287,64	0,25%	455.584,75	0,00%	239.142,48	0,00%
77	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL RESG	567.381.295,00	2,06%	524.704.557,31	1,99%	567.381.295,00	2,20%	524.704.557,31	2,15%					567.381.295,00	2,30%	524.704.557,31	2,29%
91	SENTENCAS JUDICIAIS	8.806.815,56	0,03%	7.913.481,22	0,03%	8.806.815,56	0,03%	7.913.481,22	0,03%					8.188.964,83	0,03%	7.347.981,59	0,03%
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	82.174.825,64	0,30%	53.276.702,28	0,20%	82.174.504,35	0,32%	53.276.582,02	0,22%	321,29	0,00%	120,26	0,00%	80.516.971,91	0,33%	51.434.680,72	0,22%
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	251.888.893,36	0,92%	239.980.994,41	0,91%	250.262.767,99	0,97%	237.859.558,31	0,98%	1.626.125,37	0,09%	2.121.436,10	0,11%	232.536.965,24	0,94%	218.029.930,07	0,95%
94	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	179.262.628,84	0,65%	109.086.945,18	0,41%	179.262.628,84	0,70%	109.086.945,18	0,45%					167.613.850,91	0,68%	96.559.227,86	0,42%
Total		27.510.810.954,73	100,00%	26.302.250.344,80	100,00%	25.757.107.738,86	100,00%	24.378.467.919,81	100,00%	1.753.703.215,87	100,00%	1.923.782.424,99	100,00%	24.620.347.088,51	100,00%	22.929.859.126,03	100,00%



Pessoal e Encargos Sociais

Item Informação	29				31				33				34			
	DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento	DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Elemento Despesa	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	7.374.463.956,99	39,63%	6.924.322.389,00	39,65%	7.374.463.956,99	39,63%	6.924.322.389,00	39,65%					6.872.553.467,27	39,18%	6.448.619.974,33	39,22%
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	4.861.242.348,90	26,13%	4.506.268.196,15	25,80%	4.861.242.348,90	26,13%	4.506.268.196,15	25,80%					4.521.257.826,88	25,78%	4.192.815.613,98	25,50%
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	6.852.261,26	0,04%	6.585.221,01	0,04%	6.852.261,26	0,04%	6.585.221,01	0,04%					6.429.756,60	0,04%	6.172.997,69	0,04%
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	646.917,76	0,00%	442.446,22	0,00%	646.917,76	0,00%	442.446,22	0,00%					646.917,76	0,00%	442.446,22	0,00%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	492.248.911,18	2,65%	526.738.200,06	3,02%	492.248.911,18	2,65%	526.738.200,06	3,02%					464.419.422,60	2,65%	493.436.875,79	3,00%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	5.459.484.599,52	29,34%	5.167.589.641,14	29,59%	5.459.484.599,52	29,34%	5.167.589.641,14	29,59%					5.281.409.195,24	30,11%	4.987.368.647,60	30,33%
OBRIGACOES PATRONAIS	96.331.455,43	0,52%	102.553.648,09	0,59%	96.248.660,17	0,52%	102.478.204,36	0,59%	82.795,26	100,00%	75.443,73	100,00%	96.248.660,17	0,55%	102.478.204,36	0,62%
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	45.803,84	0,00%	64.528,17	0,00%	45.803,84	0,00%	64.528,17	0,00%					45.803,84	0,00%	57.541,23	0,00%
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL MILITAR	50.993.338,02	0,27%	62.185.061,68	0,36%	50.993.338,02	0,27%	62.185.061,68	0,36%					45.241.103,58	0,26%	59.006.093,96	0,36%
SENTENCAS JUDICIAIS	8.806.115,56	0,05%	7.913.481,22	0,05%	8.806.115,56	0,05%	7.913.481,22	0,05%					8.188.264,83	0,05%	7.347.981,59	0,04%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	76.425.398,84	0,41%	50.446.498,18	0,29%	76.425.398,84	0,41%	50.446.498,18	0,29%					74.769.236,10	0,43%	48.611.549,43	0,30%
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	179.262.628,84	0,96%	109.086.945,18	0,62%	179.262.628,84	0,96%	109.086.945,18	0,62%					167.613.850,91	0,96%	96.559.227,86	0,59%
	18.606.803.736,14	100,00%	17.464.196.256,10	100,00%	18.606.720.940,88	100,00%	17.464.120.812,37	100,00%	82.795,26	100,00%	75.443,73	100,00%	17.538.823.505,78	100,00%	16.442.917.154,04	100,00%

Juros Encargos da Dívida

Item Informação		29				31				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Elemento Despesa		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
21	JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	258.840.688,37	82,80%	231.487.460,07	84,01%	258.840.688,37	82,80%	231.487.460,07	84,01%	258.840.688,37	82,80%	231.487.460,07	84,01%
22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	53.771.095,97	17,20%	44.069.951,26	15,99%	53.771.095,97	17,20%	44.069.951,26	15,99%	53.771.095,97	17,20%	44.069.951,26	15,99%
Total		312.611.784,34	100,00%	275.557.411,33	100,00%	312.611.784,34	100,00%	275.557.411,33	100,00%	312.611.784,34	100,00%	275.557.411,33	100,00%

Outras Despesas Correntes

Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Elemento Despesa		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL	10.104.945,36	0,23%	7.369.139,00	0,18%	106.943,35	0,00%	602.866,48	0,02%	9.998.002,01	0,84%	6.766.272,52	0,59%	106.943,35	0,00%	602.866,48	0,02%
08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	90.222.991,96	2,08%	87.469.945,32	2,14%	90.208.991,96	2,86%	87.418.754,34	2,96%	14.000,00	0,00%	51.190,98	0,00%	83.608.595,02	2,71%	80.945.850,91	2,84%
14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	2.417.537,30	0,06%	2.626.129,71	0,06%	2.417.537,30	0,08%	2.626.129,71	0,09%					2.412.981,93	0,08%	2.525.334,05	0,09%
15	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	74.598.103,75	1,72%	70.358.351,17	1,72%	74.598.103,75	2,37%	70.358.351,17	2,39%					74.581.164,25	2,42%	70.269.732,75	2,46%
18	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	244.918,00	0,01%	183.400,00	0,00%	65.965,00	0,00%	40.317,50	0,00%	178.953,00	0,02%	143.082,50	0,01%	65.965,00	0,00%	40.317,50	0,00%
19	AUXILIO-FARDAMENTO	90.544.712,69	2,09%	95.504.766,00	2,33%	90.544.712,69	2,88%	95.504.766,00	3,24%					68.271.924,65	2,22%	73.193.047,50	2,56%
20	AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	1.040.000,00	0,02%	1.137.500,00	0,03%	350.000,00	0,01%	590.000,00	0,02%	690.000,00	0,06%	547.500,00	0,05%	350.000,00	0,01%	158.000,00	0,01%
30	MATERIAL DE CONSUMO	1.368.195.403,17	31,52%	1.262.459.255,95	30,85%	989.776.511,92	31,43%	922.400.234,83	31,28%	378.418.891,26	31,76%	340.059.021,12	29,73%	986.633.594,29	32,02%	902.107.903,66	31,60%
31	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS, CIENTIFICAS	298.220,12	0,01%	456.826,80	0,01%	298.220,12	0,01%	451.041,30	0,02%			5.785,50	0,00%	298.220,12	0,01%	451.041,30	0,02%
32	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DIST.GRATUITA	964.913,22	0,02%	1.505.710,87	0,04%	800.590,88	0,03%	836.254,88	0,03%	164.322,34	0,01%	669.455,99	0,06%	786.863,03	0,03%	822.132,16	0,03%
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	56.234.591,13	1,30%	51.051.113,32	1,25%	33.005.321,36	1,05%	26.972.761,86	0,91%	23.229.269,77	1,95%	24.078.351,46	2,11%	32.641.686,76	1,06%	26.762.361,44	0,94%
35	SERVICOS DE CONSULTORIA	970.897,71	0,02%	4.438.929,98	0,11%	808.027,41	0,03%			162.870,30	0,01%	4.438.929,98	0,39%	808.027,41	0,03%		
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	1.356.595,16	0,03%	1.712.786,62	0,04%	1.271.217,35	0,04%	1.626.138,88	0,06%	85.377,81	0,01%	86.647,74	0,01%	1.112.957,17	0,04%	1.264.802,88	0,04%
37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA			0,00	0,00%			0,00	0,00%							0,00	0,00%
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.886.335.129,98	43,46%	1.787.086.751,09	43,67%	1.160.658.274,41	36,86%	1.086.640.792,85	36,85%	725.676.855,57	60,91%	700.445.958,24	61,24%	1.156.520.859,66	37,54%	1.075.304.935,83	37,67%
40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	175.997.210,15	4,06%	145.051.231,35	3,54%	125.315.367,39	3,98%	80.942.495,79	2,75%	50.681.842,76	4,25%	64.108.735,56	5,60%	124.895.462,21	4,05%	80.942.495,79	2,84%
41	CONTRIBUICOES	164.996.929,72	3,80%	172.797.407,36	4,22%	164.996.929,72	5,24%	172.797.407,36	5,86%					164.996.929,72	5,36%	172.797.407,36	6,05%
46	AUXILIO-ALIMENTACAO	68.248.906,31	1,57%	68.761.561,21	1,68%	68.248.906,31	2,17%	68.761.561,21	2,33%					61.945.089,02	2,01%	62.670.509,39	2,20%
47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.231.610,68	0,03%	1.239.190,34	0,03%	790.147,59	0,03%	915.453,29	0,03%	441.463,09	0,04%	323.737,05	0,03%	790.147,59	0,03%	915.453,29	0,03%
49	AUXILIO-TRANSPORTE	87.837.181,86	2,02%	87.742.745,36	2,14%	87.837.181,86	2,79%	87.742.745,36	2,98%					81.322.146,37	2,64%	81.270.981,64	2,85%
59	PENSOES ESPECIAIS	686.105,51	0,02%	613.316,94	0,01%	686.105,51	0,02%	613.316,94	0,02%					636.794,68	0,02%	561.326,44	0,02%
91	SENTENCAS JUDICIAIS	700,00	0,00%			700,00	0,00%							700,00	0,00%		
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.749.426,80	0,13%	2.815.439,10	0,07%	5.749.105,51	0,18%	2.815.318,84	0,10%	321,29	0,00%	120,26	0,00%	5.747.735,81	0,19%	2.808.366,29	0,10%
93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	251.888.893,36	5,80%	239.980.994,41	5,86%	250.262.767,99	7,95%	237.859.558,31	8,07%	1.626.125,37	0,14%	2.121.436,10	0,19%	232.536.965,24	7,55%	218.029.930,07	7,64%
Total		4.340.165.923,95	100,00%	4.092.362.491,90	100,00%	3.148.797.629,39	100,00%	2.948.516.266,90	100,00%	1.191.368.294,56	100,00%	1.143.846.225,00	100,00%	3.081.071.753,29	100,00%	2.854.444.796,73	100,00%

Investimentos

Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Elemento Despesa		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
04	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO - PES.CIVIL			799.568,87	0,02%			799.568,87	0,03%							799.568,87	0,03%
14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	152.053,82	0,00%	66.379,02	0,00%	152.053,82	0,00%	66.379,02	0,00%					150.587,01	0,00%	66.379,02	0,00%
15	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	468.123,83	0,01%	117.905,25	0,00%	468.123,83	0,01%	117.905,25	0,00%					448.177,08	0,01%	106.662,85	0,00%
30	MATERIAL DE CONSUMO	150.043.352,77	4,08%	221.237.402,02	5,61%	110.908.543,46	3,55%	168.566.984,46	5,33%	39.134.809,31	7,01%	52.670.417,56	6,80%	110.886.228,81	3,55%	168.019.545,57	5,93%
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	239.201,85	0,01%	310.000,00	0,01%	46.524,87	0,00%	72.834,06	0,00%	192.676,98	0,03%	237.165,94	0,03%	46.524,87	0,00%	68.818,81	0,00%
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA			0,00	0,00%												
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	1.085.155.047,62	29,50%	1.409.945.537,78	35,78%	981.928.326,60	31,46%	1.226.703.333,14	38,75%	103.226.721,02	18,50%	183.242.204,64	23,64%	981.692.951,62	31,46%	918.500.690,21	32,43%
40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	25.463.955,86	0,69%	27.626.127,24	0,70%	13.062.534,06	0,42%	23.759.335,08	0,75%	12.401.421,80	2,22%	3.866.792,16	0,50%	13.062.534,06	0,42%	23.759.335,08	0,84%
42	AUXILIOS	14.331.315,00	0,39%	19.952.184,00	0,51%	10.000.000,00	0,32%	5.249.642,00	0,17%	4.331.315,00	0,78%	14.702.542,00	1,90%	10.000.000,00	0,32%	5.249.642,00	0,19%
47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	106.728,40	0,00%							106.728,40	0,02%						
51	OBRAS E INSTALACOES	165.450.277,64	4,50%	130.914.916,79	3,32%	40.892.353,00	1,31%	49.788.228,93	1,57%	124.557.924,64	22,32%	81.126.687,86	10,47%	40.892.353,00	1,31%	49.788.228,93	1,76%
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.237.682.303,18	60,82%	2.129.409.412,09	54,04%	1.963.682.044,86	62,92%	1.690.190.753,62	53,40%	274.000.258,32	49,11%	439.218.658,47	56,67%	1.962.823.808,90	62,91%	1.665.622.427,81	58,81%
92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			14.765,00	0,00%			14.765,00	0,00%							14.765,00	0,00%
Total		3.679.092.359,97	100,00%	3.940.394.198,05	100,00%	3.121.140.504,50	100,00%	3.165.329.729,43	100,00%	557.951.855,47	100,00%	775.064.468,62	100,00%	3.120.003.165,35	100,00%	2.831.996.064,15	100,00%

Inversões Financeiras

Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Elemento Despesa		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
62	AQUISICAO DE BENS PARA REVENDA	4.755.855,33	100,00%	5.035.430,12	100,00%	455.584,75	100,00%	239.142,48	100,00%	4.300.270,58	100,00%	4.796.287,64	100,00%	455.584,75	100,00%	239.142,48	100,00%
Total		4.755.855,33	100,00%	5.035.430,12	100,00%	455.584,75	100,00%	239.142,48	100,00%	4.300.270,58	100,00%	4.796.287,64	100,00%	455.584,75	100,00%	239.142,48	100,00%

Amortizações

Item Informação		29				31				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Elemento Despesa		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
77	PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL RESG	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%
Total		567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%

DESPESAS POR PROGRAMA

Programa Governo		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
2058	DEFESA NACIONAL	6.128.051.726,87	68,82%	4.928.242.564,50	68,92%	4.907.846.000,91	69,30%
2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	1.672.582.810,68	18,78%	1.265.597.325,56	17,70%	1.218.280.441,67	17,20%
0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	879.993.079,34	9,88%	879.993.079,34	12,31%	879.993.079,34	12,43%
2017	AVIACAO CIVIL	95.150.410,96	1,07%	24.082.195,29	0,34%	24.035.299,08	0,34%
2056	POLITICA ESPACIAL	40.497.683,64	0,45%	19.280.145,96	0,27%	18.352.469,21	0,26%
2080	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	20.587.570,25	0,23%	248.607,12	0,00%	238.283,88	0,00%
2015	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	15.073.584,90	0,17%	11.233.825,13	0,16%	11.147.518,50	0,16%
2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA E S	10.777.493,59	0,12%	9.510.970,59	0,13%	9.510.970,59	0,13%
2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.281.999,89	0,09%	281.999,89	0,00%	281.586,29	0,00%
2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INFRAESTRUT	7.626.840,95	0,09%				
2081	JUSTICA, CIDADANIA E SEGURANCA PUBLICA	6.976.546,37	0,08%	1.813.656,56	0,03%	1.813.656,56	0,03%
2035	ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO	5.134.983,60	0,06%	1.365.127,51	0,02%	1.364.497,81	0,02%
2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	3.197.905,22	0,04%	1.674.025,39	0,02%	1.645.814,58	0,02%
2040	GESTAO DE RISCOS E DE DESASTRES	3.121.818,73	0,04%	3.053.170,48	0,04%	3.053.170,48	0,04%
2082	POLITICA EXTERNA	3.034.712,76	0,03%	2.018.307,12	0,03%	2.018.307,12	0,03%
2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.770.010,09	0,02%	926.354,71	0,01%	926.354,71	0,01%
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	760.959,51	0,01%	704.781,51	0,01%	655.470,68	0,01%
2044	PROMOCAO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE	460.705,91	0,01%	39.590,81	0,00%	39.590,81	0,00%
0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	327.767,33	0,00%	307.686,87	0,00%	307.686,87	0,00%
2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA ECONOMIA	274.815,58	0,00%				
2046	OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTARTICA	155.690,94	0,00%				
2062	PROMOCAO, PROTECAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANCAS	154.701,47	0,00%				
0565	PRESTACAO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	13.400,00	0,00%	13.383,63	0,00%	13.383,63	0,00%
		8.904.007.218,59	1,00	7.150.386.797,98	1,00	7.081.523.582,73	1,00

Programa Governo		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
2058	DEFESA NACIONAL	6.128.051.726,87	68,82%	4.928.242.564,50	80,42%	4.907.846.000,91	80,09%
2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	1.672.582.810,68	18,78%	1.265.597.325,56	75,67%	1.218.280.441,67	72,84%
0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	879.993.079,34	9,88%	879.993.079,34	100,00%	879.993.079,34	100,00%
	DEMAIS PROGRAMAS	223.379.601,70	2,51%	76.553.828,57	34,27%	51.368.761,72	23,00%
	TOTAL	8.904.007.218,59	100%	7.150.386.797,98	73%	7.057.488.283,65	69%

Juros e Encargos da Dívida

Item Informação		29				31				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Programa Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	312.611.784,34	100,00%	275.557.411,33	100,00%	312.611.784,34	100,00%	275.557.411,33	100,00%	312.611.784,34	100,00%	275.557.411,33	100,00%

Outras Despesas Correntes

Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Programa Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
0565	PRESTACAO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	13.400,00	0,00%			13.383,63	0,00%			16,37	0,00%			13.383,63	0,00%		
0570	GESTAO DO PROCESSO ELEITORAL			10.844.073,71	0,26%			6.911.430,99	0,23%			3.932.642,72	0,34%			6.901.914,30	0,24%
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	760.959,51	0,02%	668.316,94	0,02%	704.781,51	0,02%	613.316,94	0,02%	56.178,00	0,00%	55.000,00	0,00%	655.470,68	0,02%	561.326,44	0,02%
0910	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	327.767,33	0,01%	215.067,60	0,01%	307.686,87	0,01%	182.359,25	0,01%	20.080,46	0,00%	32.708,35	0,00%	307.686,87	0,01%	182.359,25	0,01%
2015	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	15.073.584,90	0,35%	20.955.483,11	0,51%	11.233.825,13	0,36%	13.021.451,74	0,44%	3.839.759,77	0,32%	7.934.031,37	0,69%	11.147.518,50	0,36%	4.632.744,12	0,16%
2017	AVIACAO CIVIL	10.104.945,36	0,23%	7.369.139,00	0,18%	106.943,35	0,00%	602.866,48	0,02%	9.998.002,01	0,84%	6.766.272,52	0,59%	106.943,35	0,00%	602.866,48	0,02%
2021	CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO			14.838.916,46	0,36%			6.196.165,32	0,21%			8.642.751,13	0,76%			6.196.165,32	0,22%
2035	ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO	4.802.880,60	0,11%	2.836.754,07	0,07%	1.214.320,00	0,04%	61.341,17	0,00%	3.588.560,60	0,30%	2.775.412,90	0,24%	1.213.690,30	0,04%	61.341,17	0,00%
2040	GESTAO DE RISCOS E DE DESASTRES	3.121.818,73	0,07%			3.053.170,48	0,10%			68.648,25	0,01%			3.053.170,48	0,10%		
2044	PROMOCAO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE	209.983,88	0,00%							209.983,88	0,02%						
2046	OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTARTICA	155.690,94	0,00%							155.690,94	0,01%						
2056	POLITICA ESPACIAL	21.719.685,16	0,50%	19.015.859,99	0,46%	9.173.331,31	0,29%	10.187.986,78	0,35%	12.546.353,85	1,05%	8.827.873,22	0,77%	8.250.161,04	0,27%	9.323.259,53	0,33%
2058	DEFESA NACIONAL	2.624.167.199,40	60,46%	2.359.385.258,25	57,65%	1.862.130.849,60	59,14%	1.660.152.377,05	56,30%	762.036.349,81	63,96%	699.232.881,20	61,13%	1.842.749.513,41	59,81%	1.621.206.043,78	56,80%
2062	PROMOCAO, PROTECAO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANCAS	154.701,47	0,00%							154.701,47	0,01%						
2065	PROTECAO E PROMOCAO DOS DIREITOS DOS POVOS INDIGENAS	1.770.010,09	0,04%	3.237.503,11	0,08%	926.354,71	0,03%	1.975.747,85	0,07%	843.655,38	0,07%	1.261.755,26	0,11%	926.354,71	0,03%	1.975.523,65	0,07%
2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	3.197.905,22	0,07%	4.051.265,53	0,10%	1.674.025,39	0,05%	555.936,70	0,02%	1.523.879,83	0,13%	3.495.328,83	0,31%	1.645.814,58	0,05%	388.710,45	0,01%
2078	CONSERVACAO E USO SUSTENTAVEL DA BIODIVERSIDADE			2.976.179,15	0,07%			1.219.909,20	0,04%			1.756.269,95	0,15%			1.219.909,20	0,04%
2080	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	587.570,25	0,01%	618.783,02	0,02%	248.607,12	0,01%	352.015,68	0,01%	338.963,13	0,03%	266.767,34	0,02%	238.283,88	0,01%	343.456,54	0,01%
2081	JUSTICA, CIDADANIA E SEGURANCA PUBLICA	6.976.546,37	0,16%	29.609.869,61	0,72%	1.813.656,56	0,06%	5.831.312,14	0,20%	5.162.889,81	0,43%	23.778.557,47	2,08%	1.813.656,56	0,06%	5.831.312,14	0,20%
2082	POLITICA EXTERNA	3.034.712,76	0,07%	872.003,88	0,02%	2.018.307,12	0,06%	872.003,88	0,03%	1.016.405,64	0,09%			2.018.307,12	0,07%	872.003,88	0,03%
2083	QUALIDADE AMBIENTAL			209.673,85	0,01%			175.135,43	0,01%			34.538,42	0,00%			151.366,94	0,01%
2084	RECURSOS HIDRICOS			0,00	0,00%												
2101	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.281.999,89	0,19%	304.907,80	0,01%	281.999,89	0,01%	304.907,80	0,01%	8.000.000,00	0,67%			281.586,29	0,01%	304.907,80	0,01%
2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	1.617.025.411,96	37,26%	1.606.954.229,41	39,27%	1.244.385.416,13	39,52%	1.239.296.295,21	42,03%	372.639.995,82	31,28%	367.657.934,19	32,14%	1.197.139.241,30	38,85%	1.193.685.878,45	41,82%
2110	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA ECONOMIA	274.815,58	0,01%	245.043,48	0,01%					274.815,58	0,02%	245.043,48	0,02%				
2112	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA E S	10.777.493,59	0,25%	1.255.760,45	0,03%	9.510.970,59	0,30%			1.266.523,00	0,11%	1.255.760,45	0,11%	9.510.970,59	0,31%		
2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN			46.009,75	0,00%			3.707,30	0,00%			42.302,45	0,00%			3.707,30	0,00%
2126	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA INFRAESTRUT	7.626.840,95	0,18%	5.852.393,74	0,14%					7.626.840,95	0,64%	5.852.393,74	0,51%				

Investimentos

Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Programa Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
0565	PRESTACAO JURISDICIONAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL			2.000.000,00	0,05%							2.000.000,00	0,26%				
0581	DEFESA DA ORDEM JURIDICA			154.559,26	0,00%							154.559,26	0,02%				
2015	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	0,00	0,00%														
2017	AVIACAO CIVIL	85.045.465,60	2,31%	49.331.744,73	1,25%	23.975.251,94	0,77%	9.345.824,95	0,30%	61.070.213,66	10,95%	39.985.919,78	5,16%	23.928.355,73	0,77%	8.783.128,41	0,31%
2035	ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO	332.103,00	0,01%			150.807,51	0,00%			181.295,48	0,03%			150.807,51	0,00%		
2044	PROMOCAO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE	250.722,03	0,01%			39.590,81	0,00%			211.131,22	0,04%			39.590,81	0,00%		
2056	POLITICA ESPACIAL	18.777.998,48	0,51%	26.250.878,04	0,67%	10.106.814,65	0,32%	6.165.917,49	0,19%	8.671.183,83	1,55%	20.084.960,55	2,59%	10.102.308,17	0,32%	6.051.309,07	0,21%
2058	DEFESA NACIONAL	3.499.678.566,95	95,12%	3.752.230.313,28	95,22%	3.065.656.969,76	98,22%	3.124.359.086,68	98,71%	434.021.597,19	77,79%	627.871.226,61	81,01%	3.064.641.742,36	98,23%	2.795.250.810,37	98,70%
2069	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL			130.168,64	0,00%							130.168,64	0,02%				
2080	EDUCACAO DE QUALIDADE PARA TODOS	20.000.000,00	0,54%	19.999.848,46	0,51%					20.000.000,00	3,58%	19.999.848,46	2,58%				
2081	JUSTICA, CIDADANIA E SEGURANCA PUBLICA			14.256.765,68	0,36%			7.273.265,68	0,23%			6.983.500,00	0,90%			4.273.265,68	0,15%
2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	55.007.503,91	1,50%	75.906.937,62	1,93%	21.211.069,83	0,68%	18.054.544,79	0,57%	33.796.434,07	6,06%	57.852.392,83	7,46%	21.140.360,77	0,68%	17.506.460,78	0,62%
2124	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DO MEIO AMBIEN			132.982,35	0,00%			131.089,85	0,00%			1.892,50	0,00%			131.089,85	0,00%

Inversões Financeiras

Item Informação		29				31				33				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS INSCRITAS EM RPNP (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Programa Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
2058	DEFESA NACIONAL	4.205.960,51	88,44%	4.535.688,44	90,08%	454.745,15	99,82%	134.120,61	56,08%	3.751.215,36	87,23%	4.401.567,83	91,77%	454.745,15	99,82%	134.120,61	56,08%
2108	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA DEFESA	549.894,82	11,56%	499.741,68	9,92%	839,60	0,18%	105.021,87	43,92%	549.055,22	12,77%	394.719,81	8,23%	839,60	0,18%	105.021,87	43,92%

Amortizações e Refinanciamento da Dívida

Item Informação		29				31				34			
		DESPESAS EMPENHADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS LIQUIDADAS (CONTROLE EMPENHO)				DESPESAS PAGAS (CONTROLE EMPENHO)			
Mês Lançamento		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018		DEZ/2019		DEZ/2018	
Programa Governo		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
0906	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORT	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%	567.381.295,00	100,00%	524.704.557,31	100,00%

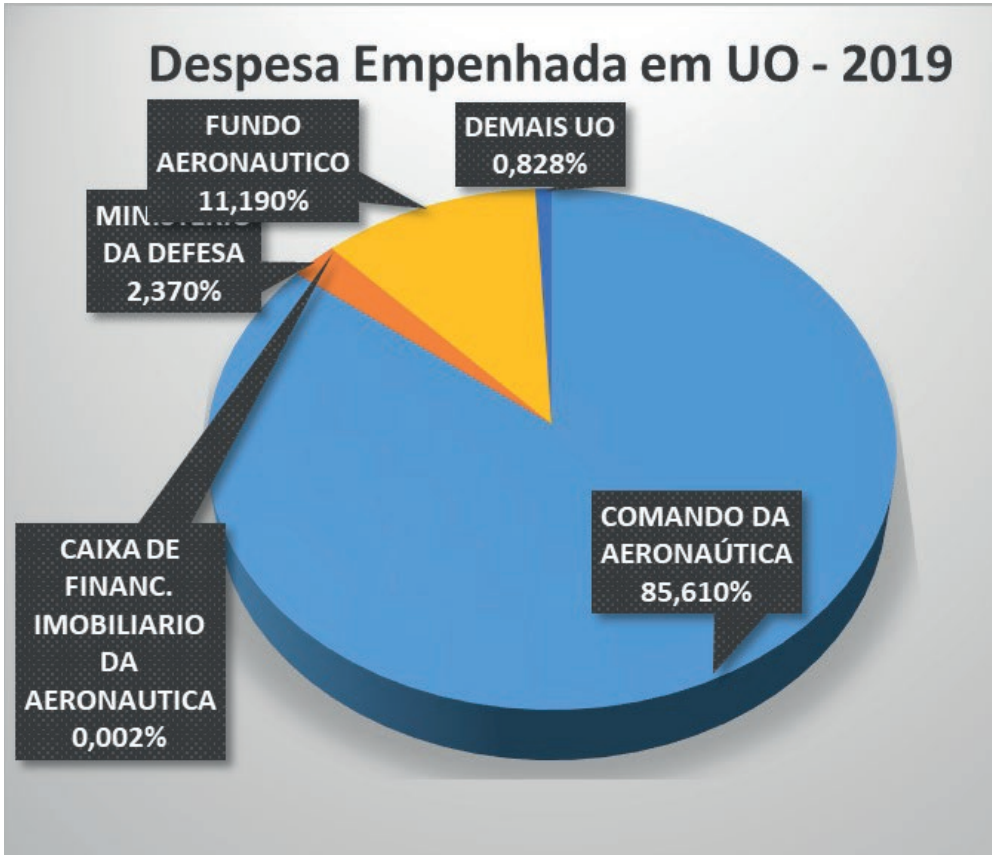
DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

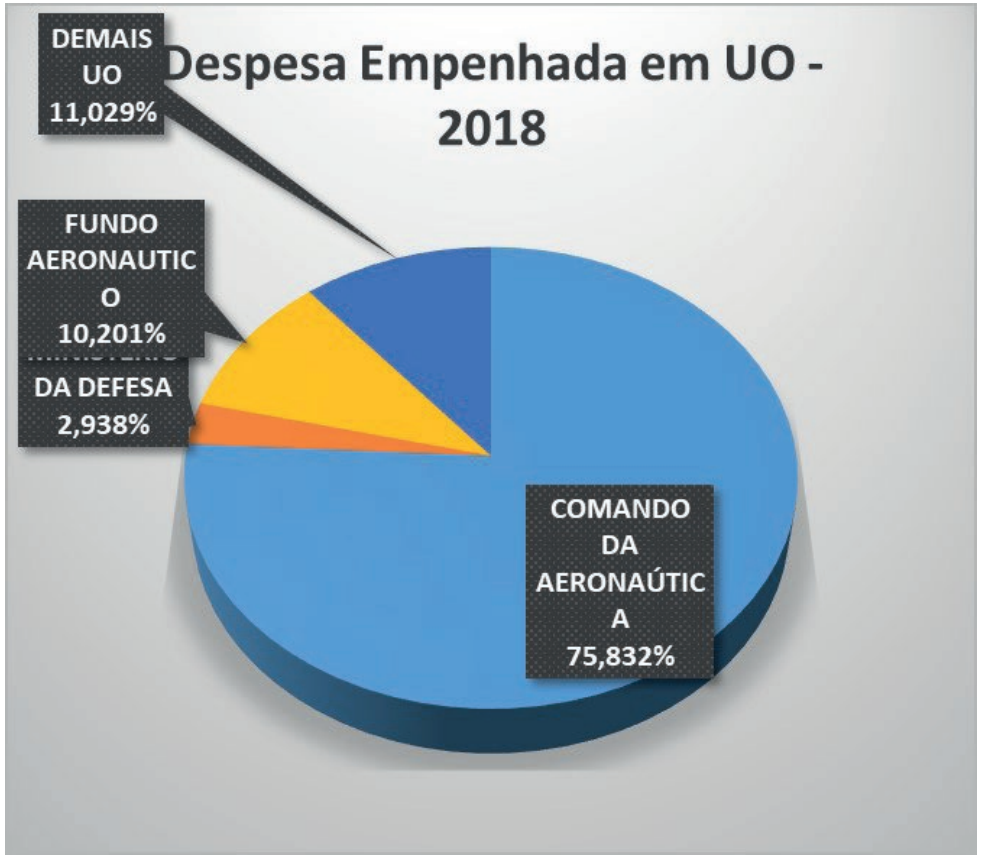
Mês Lançamento		DEZ/2019						DEZ/2018					
Item Informação		29		31		34		29		31		34	
		EMPENHO)		EMPENHO)		EMPENHO)		EMPENHO)		EMPENHO)		EMPENHO)	
Unidade Orçamentária		Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))	Saldo - R$ (Item Informação)	Porcentagem do total sobre linhas (Saldo Atual - R$ (Item Inf.))
10101	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	13.400,00	0,00%	13.383,63	0,00%	13.383,63	0,00%	2.000.000,00	0,01%				
14101	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL							10.844.073,71	0,04%	6.911.430,99	0,03%	6.901.914,30	0,03%
20101	PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.281.999,89	0,03%	281.999,89	0,00%	281.586,29	0,00%	20.082.363,30	0,08%	10.251.930,98	0,04%	7.251.930,98	0,03%
24205	AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	40.497.683,64	0,15%	19.280.145,96	0,07%	18.352.469,21	0,07%	45.266.738,03	0,17%	16.353.904,27	0,07%	15.374.568,60	0,07%
24901	FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO							14.838.916,46	0,06%	6.196.165,32	0,03%	6.196.165,32	0,03%
25103	RECEITA FEDERAL DO BRASIL	274.815,58	0,00%					245.043,48	0,00%				
26101	MINISTERIO DA EDUCACAO	20.000.000,00	0,07%					19.999.848,46	0,08%				
26262	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO							0,00	0,00%	0,00	0,00%		
26291	FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	224.082,99	0,00%	39.874,20	0,00%	38.622,96	0,00%	186.132,17	0,00%	107.990,28	0,00%	107.710,18	0,00%
26298	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	363.487,26	0,00%	208.732,92	0,00%	199.660,92	0,00%	432.650,85	0,00%	244.025,40	0,00%	235.746,36	0,00%
30101	MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	663.959,40	0,00%	663.959,40	0,00%	663.959,40	0,00%						
30108	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	5.306.602,73	0,02%	143.712,92	0,00%	143.712,92	0,00%	20.122.760,56	0,08%				
30907	FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN	10.113.534,19	0,04%	8.847.011,19	0,03%	8.847.011,19	0,04%	4.758.062,13	0,02%	2.847.144,59	0,01%	2.847.144,59	0,01%
30911	FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	1.669.943,64	0,01%	1.669.943,64	0,01%	1.669.943,64	0,01%	310.410,05	0,00%	310.410,05	0,00%	310.410,05	0,00%
34102	MINISTERIO PUBLICO MILITAR							154.559,26	0,00%				
35101	MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	3.034.712,76	0,01%	2.018.307,12	0,01%	2.018.307,12	0,01%	872.003,88	0,00%	872.003,88	0,00%	872.003,88	0,00%
36901	FUNDO NACIONAL DE SAUDE	16.843.594,99	0,06%	12.160.179,84	0,05%	12.073.873,21	0,05%	24.192.986,21	0,09%	14.997.199,59	0,06%	6.608.267,77	0,03%
37101	MINIST. DA TRANSPARENCIA, FISCALIZACAO E CGU							153.707,51	0,00%				
39902	FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - FNAC	102.777.251,91	0,37%	24.082.195,29	0,09%	24.035.299,08	0,10%	62.553.277,47	0,24%	9.948.691,43	0,04%	9.385.994,89	0,04%
44201	INST.BRAS.DO MEIO AMB.E REC.NAT.RENOVAVEIS							388.665,95	0,00%	309.932,58	0,00%	286.164,09	0,00%
44205	AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA							0,00	0,00%				
44207	INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE							2.976.179,15	0,01%	1.219.909,20	0,01%	1.219.909,20	0,01%
51101	MINISTERIO DO ESPORTE							2.836.754,07	0,01%	61.341,17	0,00%	61.341,17	0,00%
52101	MINISTERIO DA DEFESA	652.125.167,64	2,37%	489.686.422,21	1,90%	489.465.094,79	1,99%	860.504.931,29	3,27%	722.635.813,65	2,96%	713.510.450,98	3,11%
52111	COMANDO DA AERONAUTICA	23.552.113.919,09	85,61%	23.110.983.934,85	89,73%	21.980.820.602,03	89,28%	22.211.352.423,52	84,45%	21.771.381.884,99	89,31%	20.347.783.446,93	88,74%
52121	COMANDO DO EXERCITO	1.959.324,41	0,01%	1.955.682,65	0,01%	1.955.682,65	0,01%	2.135.526,05	0,01%	1.255.074,79	0,01%	1.255.074,79	0,01%
52131	COMANDO DA MARINHA	229.736,26	0,00%	103.257,82	0,00%	102.555,02	0,00%	1.585.218,73	0,01%	22.191,38	0,00%	22.191,38	0,00%
52133	SECRET.DA COMISSAO INTERMIN.P/OS REC.DO MAR	155.690,94	0,00%										
52211	CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	499.939,58	0,00%										
52901	FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA							13.356,76	0,00%				
52903	FUNDO DO SERVICO MILITAR	1.371.503,66	0,00%	711.340,92	0,00%	692.360,32	0,00%	1.093.418,89	0,00%	546.520,99	0,00%	242.062,12	0,00%
52911	FUNDO AERONAUTICO	3.078.322.868,65	11,19%	2.076.768.556,05	8,06%	2.071.512.706,28	8,41%	2.988.002.021,98	11,36%	1.811.343.093,76	7,43%	1.808.902.594,18	7,89%
52921	FUNDO DO EXERCITO	837.750,58	0,00%	743.934,94	0,00%	743.934,94	0,00%	152.750,44	0,00%	82.700,24	0,00%	82.700,24	0,00%
52931	FUNDO NAVAL	1.059.870,01	0,00%	613.249,24	0,00%	613.249,24	0,00%	14.130,29	0,00%	12.623,60	0,00%	12.623,60	0,00%
53101	MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3.121.818,73	0,01%	3.053.170,48	0,01%	3.053.170,48	0,01%						
55101	MINISTERIO DA CIDADANIA	8.332.888,82	0,03%	3.039.152,90	0,01%	3.010.312,39	0,01%	4.181.434,17	0,02%	555.936,70	0,00%	388.710,45	0,00%
81101	MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS - MDH	615.407,38	0,00%	39.590,81	0,00%	39.590,81	0,00%						
Total		**27.510.810.954,73**	**100,00%**	**25.757.107.738,86**	**100,00%**	**24.620.347.088,51**	**100,00%**	**26.302.250.344,80**	**100,00%**	**24.378.467.919,81**	**100,00%**	**22.929.859.126,03**	**100,00%**

EXECUÇÃO DE DEPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária	DEZ/2019			DEZ/2018		
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	40.497.683,64	19.280.145,96	18.352.469,21	45.266.738,03	16.353.904,27	15.374.568,60
AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA				0,00		
CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	499.939,58					
COMANDO DA AERONAUTICA	23.552.113.919,09	23.110.983.934,85	21.980.820.602,03	22.211.352.423,52	21.771.381.884,99	20.347.783.446,93
COMANDO DA MARINHA	229.736,26	103.257,82	102.555,02	1.585.218,73	22.191,38	22.191,38
COMANDO DO EXERCITO	1.959.324,41	1.955.682,65	1.955.682,65	2.135.526,05	1.255.074,79	1.255.074,79
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	5.306.602,73	143.712,92	143.712,92	20.122.760,56		
FUND.COORD.DE APERF.DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	224.082,99	39.874,20	38.622,96	186.132,17	107.990,28	107.710,18
FUNDO AERONAUTICO	3.078.322.868,65	2.076.768.556,05	2.071.512.706,28	2.988.002.021,98	1.811.343.093,76	1.808.902.594,18
FUNDO DO EXERCITO	837.750,58	743.934,94	743.934,94	152.750,44	82.700,24	82.700,24
FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA				13.356,76		
FUNDO DO SERVICO MILITAR	1.371.503,66	711.340,92	692.360,32	1.093.418,89	546.520,99	242.062,12
FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - FNAC	102.777.251,91	24.082.195,29	24.035.299,08	62.553.277,47	9.948.691,43	9.385.994,89
FUNDO NACIONAL DE DESENV.CIENT.E TECNOLOGICO				14.838.916,46	6.196.165,32	6.196.165,32
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	363.487,26	208.732,92	199.660,92	432.650,85	244.025,40	235.746,36
FUNDO NACIONAL DE SAUDE	16.843.594,99	12.160.179,84	12.073.873,21	24.192.986,21	14.997.199,59	6.608.267,77
FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA - FNSP	1.669.943,64	1.669.943,64	1.669.943,64	310.410,05	310.410,05	310.410,05
FUNDO NAVAL	1.059.870,01	613.249,24	613.249,24	14.130,29	12.623,60	12.623,60
FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL - FUNPEN	10.113.534,19	8.847.011,19	8.847.011,19	4.758.062,13	2.847.144,59	2.847.144,59
INST.BRAS.DO MEIO AMB.E REC.NAT.RENOVAVEIS				388.665,95	309.932,58	286.164,09
INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE				2.976.179,15	1.219.909,20	1.219.909,20
MINIST. DA TRANSPARENCIA, FISCALIZACAO E CGU				153.707,51		
MINISTERIO DA CIDADANIA	8.332.888,82	3.039.152,90	3.010.312,39	4.181.434,17	555.936,70	388.710,45
MINISTERIO DA DEFESA	652.125.167,64	489.686.422,21	489.465.094,79	860.504.931,29	722.635.813,65	713.510.450,98
MINISTERIO DA EDUCACAO	20.000.000,00			19.999.848,46		
MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA	663.959,40	663.959,40	663.959,40			
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	3.034.712,76	2.018.307,12	2.018.307,12	872.003,88	872.003,88	872.003,88
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	3.121.818,73	3.053.170,48	3.053.170,48			
MINISTERIO DO ESPORTE				2.836.754,07	61.341,17	61.341,17
MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS - MDH	615.407,38	39.590,81	39.590,81			
MINISTERIO PUBLICO MILITAR				154.559,26		
PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.281.999,89	281.999,89	281.586,29	20.082.363,30	10.251.930,98	7.251.930,98
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	274.815,58			245.043,48		
SECRET.DA COMISSAO INTERMIN.P/OS REC.DO MAR	155.690,94					
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	13.400,00	13.383,63	13.383,63	2.000.000,00		
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL				10.844.073,71	6.911.430,99	6.901.914,30
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO				0,00	0,00	
	27.510.810.954,73	**25.757.107.738,86**	**24.620.347.088,51**	**26.302.250.344,80**	**24.378.467.919,81**	**22.929.859.126,03**

	DEZ/2019			DEZ/2018		
	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
COMANDO DA AERONAÚTICA	23.552.113.919,09	23.110.983.934,85	21.980.820.602,03	22.211.352.423,52	21.771.381.884,99	20.347.783.446,93
MINISTERIO DA DEFESA	652.125.167,64	489.686.422,21	489.465.094,79	860.504.931,29	722.635.813,65	713.510.450,98
CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	499.939,58					
FUNDO AERONAUTICO	3.078.322.868,65	2.076.768.556,05	2.071.512.706,28	2.988.002.021,98	1.811.343.093,76	1.808.902.594,18
DEMAIS UO	227.749.059,78	2.156.437.381,80	2.150.061.391,69	3.230.392.989,99	1.884.450.221,18	1.868.565.228,13
TOTAL						





6.7 DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREA - DECEA

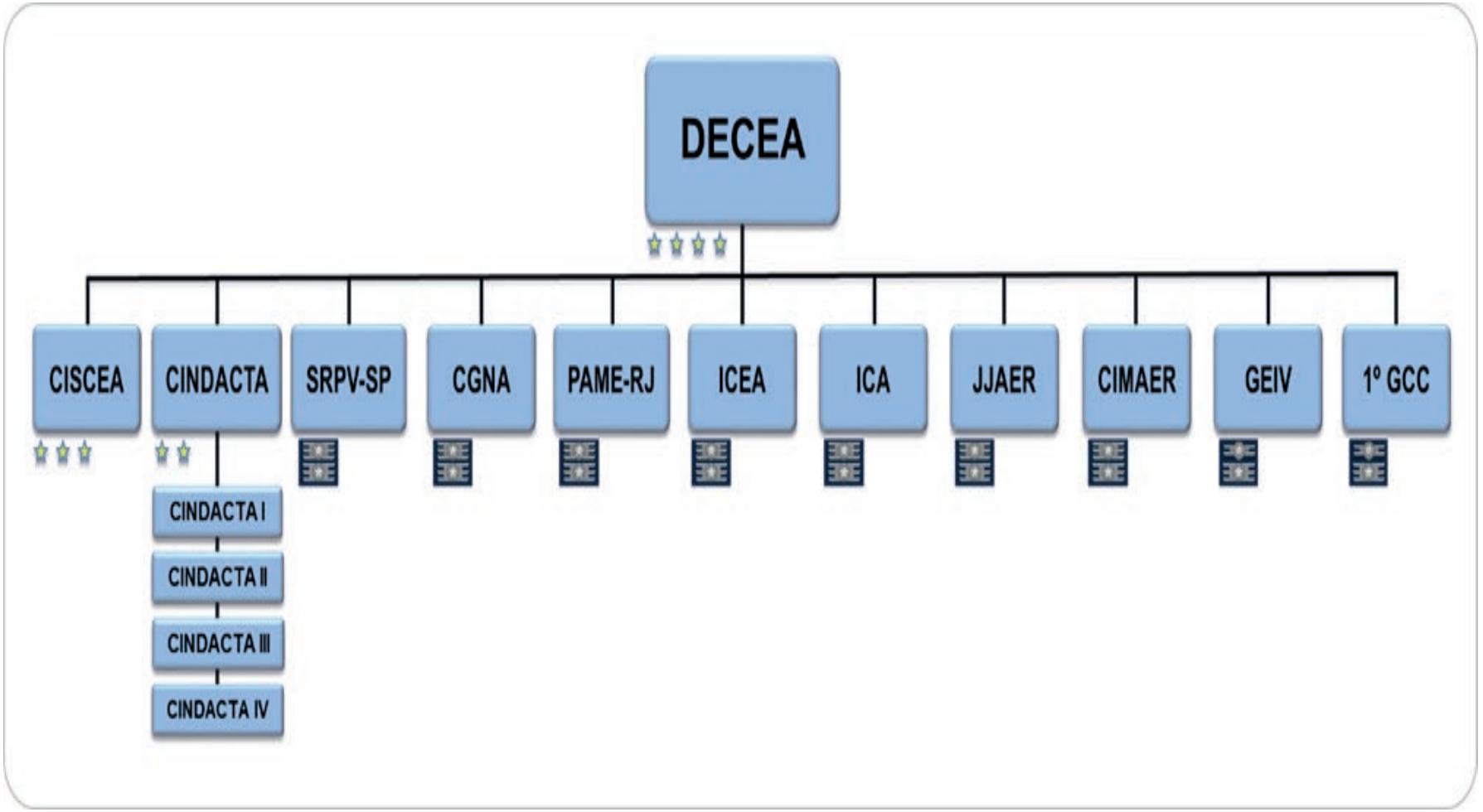
Missão:

"Contribuir para a garantia da soberania nacional, por meio do gerenciamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro".

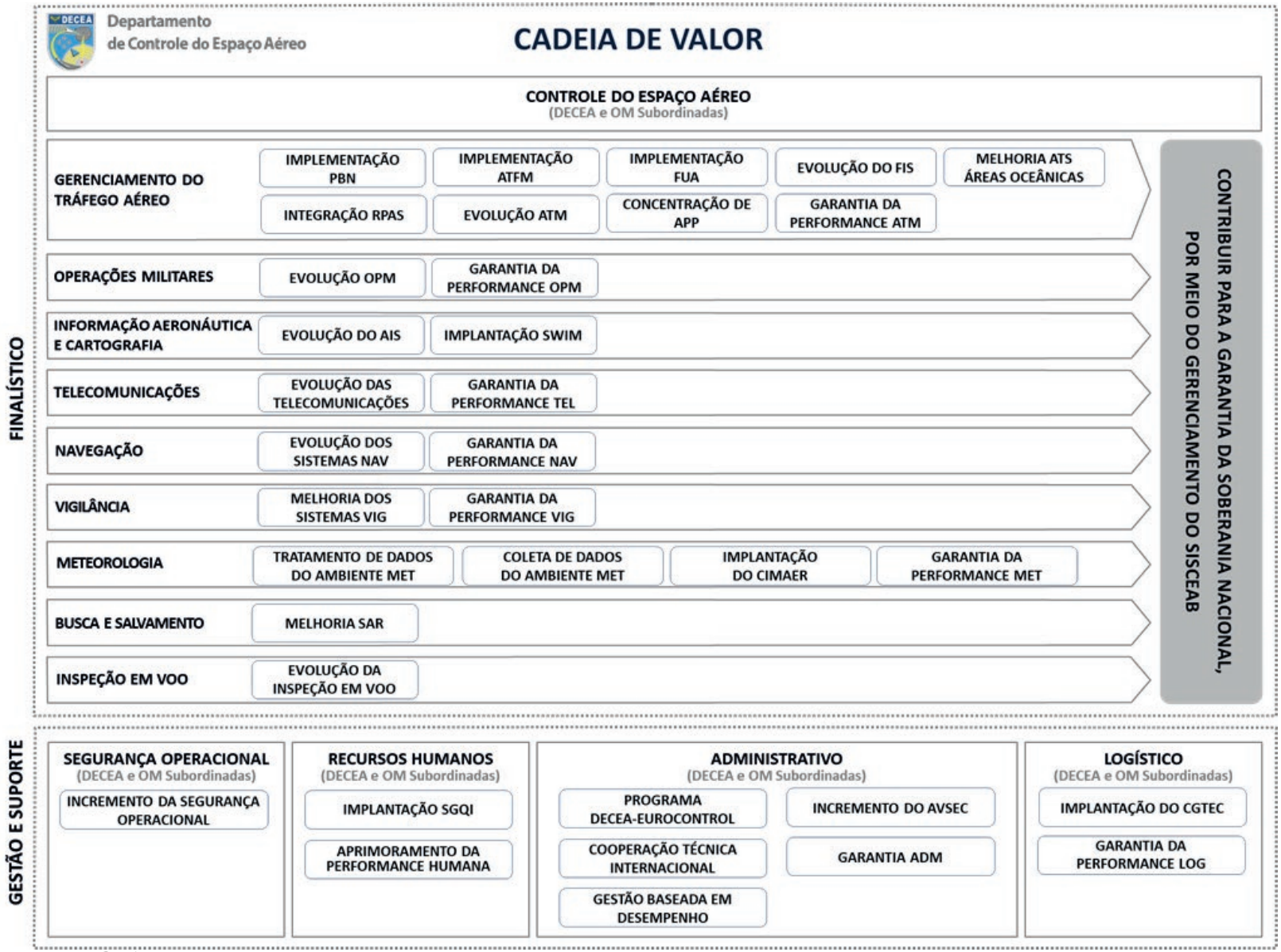
Visão:

"Ser reconhecido como referência global em segurança, fluidez e eficiência no gerenciamento e controle integrado do espaço aéreo".

Estrutura:


DECEA
CISCEA
CINDACTA
SRPV-SP
CGNA
PAME-RJ
ICEA
ICA
JJAER
CIMAER
GEIV
1º GCC
CINDACTA I
CINDACTA II
CINDACTA III
CINDACTA IV

Cadeia de Valor:



Fonte: DECEA

Alinhados à Missão e Visão da Aeronáutica e consoante aos objetivos que compõem o Mapa Estratégico da FAB, apresentados no Plano do Comando da Aeronáutica (PCA) 11-47/2018 "Plano Estratégico Militar da Aeronáutica – PEMAER", o DECEA definiu a sua Missão e a Visão da instituição, bem como os Valores que devem pautar sua atuação:



DISCIPLINA é a rigorosa observância e o acatamento integral a leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes da instituição.

PATRIOTISMO é o sentimento de orgulho, amor e devoção incondicional à sua terra, aos seus símbolos, às suas instituições e ao seu povo. É a razão do amor dos que querem servir ao seu País e ser solidários com a Nação, traduzido pelo compromisso permanente de fidelidade e devoção à Pátria, em quaisquer circunstâncias.

INTEGRIDADE é um traço de caráter que exprime a vontade de fazer o que é correto em qualquer circunstância. É a bússola moral, a voz interior que deve conduzir todas as ações de seus indivíduos na prática dos deveres, segundo os princípios da ética militar, associados ainda com a honestidade e a responsabilidade.

COMPROMETIMENTO é a satisfação de pertencer à Instituição, externada pela demonstração cotidiana de entusiasmo, motivação profissional, espírito de sacrifício, gosto pelo trabalho bem-feito, dedicação integral à missão e aos seus companheiros, trabalho em equipe e lealdade ao País e aos irmãos de farda.

PROFISSIONALISMO é trabalhar de forma competente e responsável, focado no atendimento dos compromissos assumidos. É perseverar diante de problemas difíceis e desafios, esforçando-se por permanecer inabalado diante do esgotamento físico e mental. É orgulhar-se do sucesso de seu trabalho. É motivar-se por questões profissionais em vez de pessoais.

SEGURANÇA é um conceito subjetivo que representa o estado de percepção das pessoas com relação a perdas. Segundo a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), é o "estado no qual os riscos associados a atividades aeronáuticas, relacionadas à ou em suporte direto à operação de aeronaves, são reduzidos ou controlados a um nível aceitável" (DOC 9859/OACI). Para que a Segurança seja maximizada é necessário que todos cultuem atitudes preventivas nas suas atividades, sejam elas operacionais ou administrativas.

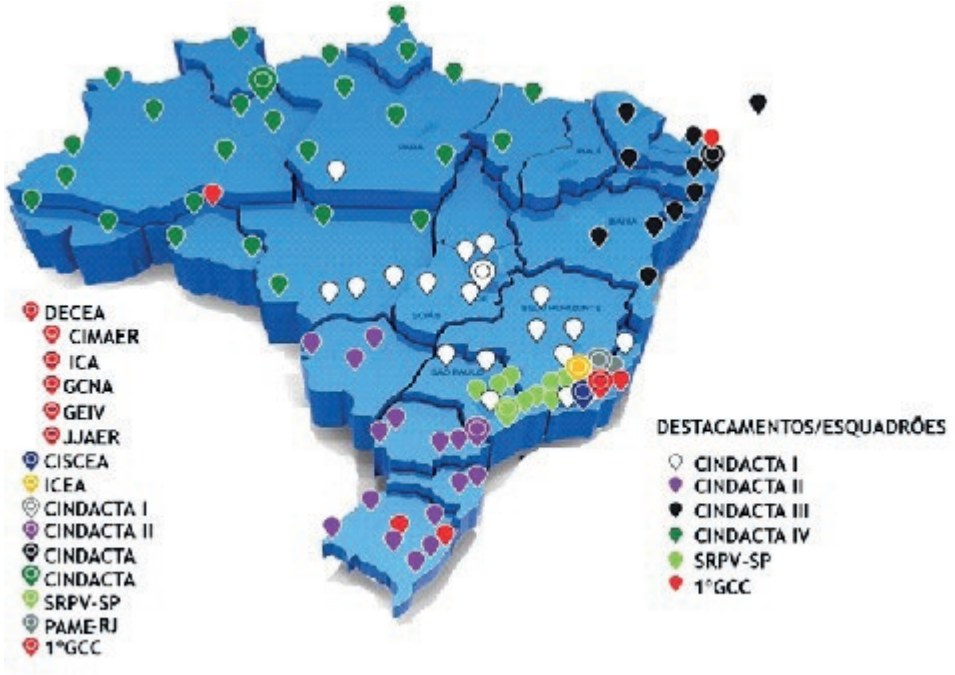
Estrutura organizacional

O DECEA é uma Organização Militar do Comando da Aeronáutica (COMAER) prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e que tem como finalidade "planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do COMAER".

A área de jurisdição abrange o espaço aéreo acima de 22 milhões de km², sendo 8,5 milhões do território brasileiro, 3,5 milhões da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e 10 milhões sobre o Oceano Atlântico, fruto de acordos internacionais no âmbito da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI). Nesse volume de espaço aéreo, transitaram, em 2019, mais de 5,3 milhões de movimentos, todos apoiados pelos órgãos operacionais e pela infraestrutura implantada e mantida pelo DECEA.

Subordinado diretamente ao Comandante da Aeronáutica, o DECEA tem sua sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e está presente em todo o território nacional, por meio de 14 Organizações subordinadas: a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (CISCEA), os quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA I, II, III e IV), o Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP), o Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA), o Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAME-RJ), o Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), o Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA), a Junta de Julgamento da Aeronáutica (JJAER), o Centro Integrado de Meteorologia Aeronáutica (CIMAER), o Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV) e o Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (1º GCC).

Capilaridade



Fonte: DECEA

Organizações Subordinadas e suas Principais Atribuições

A **CISCEA**, localizada no Rio de Janeiro-RJ, é a organização responsável pelas atividades relacionadas com a implantação de projetos voltados para o desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e de outros projetos de interesse do COMAER que lhe forem atribuídos, bem como pela modernização de sistemas já implantados.

Os **CINDACTA I, II, III e IV** sediados, respectivamente, em Brasília-DF, Curitiba-PR, Recife-PE e Manaus-AM, têm a finalidade de executar as atividades relacionadas com a vigilância e o controle da circulação aérea geral, bem como conduzir as aeronaves que têm por missão a manutenção da integridade e da soberania do espaço aéreo brasileiro, nas áreas definidas como de sua responsabilidade.

O **SRPV-SP**, sediado em São Paulo-SP, tem a finalidade de prover os serviços de controle do espaço aéreo e de telecomunicações do COMAER, bem como conduzir as aeronaves que têm por missão a manutenção da integridade e da soberania do espaço aéreo brasileiro, na área definida como de sua responsabilidade.

Para o desenvolvimento de suas atividades, os CINDACTA e o SRPV-SP são apoiados por Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (DTCEA), nos quais estão estrategicamente instalados órgãos operacionais, sistemas de vigilância, estações de telecomunicações, auxílios à navegação aérea e demais equipamentos que compõem a infraestrutura necessária para desenvolvimento de suas atividades, sendo 17 Destacamentos subordinados ao CINDACTA I; 15 ao CINDACTA II, 9 ao CINDACTA III, 26 ao CINDACTA IV e 8 ao SRPV-SP

O **ICA**, localizado no Rio de Janeiro-RJ, é a Organização Militar responsável pelo desempenho das atividades relacionadas com a Cartografia Aeronáutica, com as Informações Aeronáuticas, com a elaboração de procedimentos de navegação aérea e com a concepção de espaço aéreo, sendo o representante do Comando da Aeronáutica junto às entidades nacionais e internacionais ligadas à sua área de atuação.

O **ICEA**, com sede em São José dos Campos-SP, tem a responsabilidade de capacitar recursos humanos e realizar pesquisas e desenvolvimentos no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).



O **CGNA**, localizado no Rio de Janeiro-RJ, tem por finalidade permitir, a partir das intenções de voo, a harmonização do gerenciamento de fluxo de tráfego aéreo, do espaço aéreo e das demais atividades relacionadas com a navegação aérea, proporcionando a gestão operacional das ações correntes dos processos de Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM) e de infraestrutura relacionada, visando à suficiência e à qualidade dos serviços prestados no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

O **PAME-RJ**, localizado no Rio de Janeiro-RJ, tem por finalidade gerenciar e executar as atividades relacionadas com o suprimento; a manutenção de equipamentos de controle do espaço aéreo, de detecção de defesa aérea e controle de tráfego aéreo; a infraestrutura e serviços de telemática atribuídos pelo DECEA; a manutenção da rede de telecomunicações do COMAER; e a impressão e distribuição das publicações aeronáuticas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA).

A **JJAER**, sediada no Rio de Janeiro-RJ, é o Órgão responsável pela apuração, julgamento administrativo e aplicação das penalidades previstas na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na legislação complementar, por infrações de tráfego aéreo e descumprimento das normas que regulam o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), inclusive as relativas às tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota.

O **CIMAER**, sediado no Rio de Janeiro-RJ, tem por finalidade prestar o serviço de previsão e vigilância meteorológicas no SISCEAB, fornecer prognósticos para o emprego aeronáutico, apoiar as atividades relativas à Meteorologia de Defesa, gerenciar a aplicação da climatologia para fins aeronáuticos e a divulgação de informações meteorológicas aeronáuticas e espaciais, fomentar estudos e intercâmbios, visando ao aprimoramento profissional e à qualidade na prestação de serviço, e representar o COMAER junto aos órgãos nacionais e internacionais relacionados à Meteorologia Aeronáutica.

O **GEIV**, sediado no Aeroporto Santos Dumont – Rio de Janeiro, é a Organização Militar que garante, por meio da atividade de Inspeção em Voo e Radiomonitoragem, os parâmetros de operação exigidos para o funcionamento dos serviços de navegação aérea fornecidos pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

O **1º GCC**, sediado no Rio de Janeiro-RJ, tem por finalidade planejar as atividades relacionadas com a instalação, a operação e a manutenção dos meios transportáveis de comunicações, controle e alarme aerotáticos.

O **1º GCC** possui cinco Esquadrões subordinados, distribuídos nas seguintes localidades: 1º/1º GCC - Rio de Janeiro-RJ, 2º/1º GCC - Canoas-RS, 3º/1º GCC - Natal-RN, 4º/1º GCC - Santa Maria-RS e 5º/1º GCC - Porto Velho-RO.

Atribuições

As competências do Departamento são definidas no artigo 4º do seu Regulamento, aprovado pela Portaria nº 2.030/GC3, de 22 de novembro de 2019:

I. gerenciar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do COMAER, proporcionando, também, o apoio logístico e a segurança de sistemas de informação necessários à realização dessas atividades;

II. estabelecer a ligação com órgãos externos ao COMAER, nos assuntos relativos à sua área de atuação;

III. propor a política, elaborar programas e planos, bem como estabelecer normas, princípios e critérios pertinentes à sua área de atuação;

IV. conceber, planejar, projetar, executar e fiscalizar a implantação de sistemas, equipamentos e infraestrutura específicos para as atividades de gerenciamento e controle do espaço aéreo brasileiro e de telecomunicações aeronáuticas do COMAER;

V. propor as necessidades de pesquisa e desenvolvimento, visando à racionalização do material necessário às suas atividades;

VI. procurar, selecionar e cadastrar as fontes logísticas, visando à mobilização, na sua área de atuação;

VII. apurar e julgar, por intermédio da Junta de Julgamento da Aeronáutica, as infrações das regras de tráfego aéreo cometidas por agente civil ou militar, previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) e na legislação complementar, bem como adotar as providências administrativas que incluam o processamento, a cobrança de multas, a aplicação de penalidades e o reconhecimento dos respectivos recursos;

VIII. processar a cobrança das Tarifas da Navegação Aérea;

IX. homologar empresas para execução e/ou prestação de serviços relativos às suas atividades;

X. certificar produtos de interesse do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) para aplicação no controle do espaço aéreo brasileiro; e

XI. gerenciar o SISCEAB, o Sistema de Telecomunicações do COMAER (STCA), o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR) e o Sistema de Proteção ao Voo (SPV).

Como órgão central do SISCEAB, compete ao DECEA, conforme estabelecido no item 4.1 da NSCA 351-1, aprovada pela Portaria DECEA nº 29/DGCEA, de 29 de janeiro de 2010, as seguintes atribuições:

a) planejar e orientar a implementação do Sistema;

b) realizar a orientação normativa, a supervisão técnica e operacional, a coordenação e o controle das atividades desenvolvidas no Sistema;

c) efetuar a fiscalização específica do desempenho dos órgãos ou elementos executivos, elos do Sistema;

d) normatizar e fiscalizar as atividades de logística que viabilizam o gerenciamento do espaço aéreo e o serviço de navegação aérea;

e) levantar e apropriar os custos relativos às atividades constantes do item 2.1 da NSCA 351-1, com a finalidade de definir os valores das tarifas, em conformidade com a legislação em vigor;

f) providenciar o faturamento e a cobrança das tarifas;

g) apurar e aplicar as sanções por infrações relacionadas ao descumprimento de normas relativas ao controle do espaço aéreo;

h) cumprir as normas estabelecidas pelo Estado-Maior da Aeronáutica referentes ao emprego militar dos meios disponíveis do SISCEAB;

i) cumprir as normas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG), atualmente denominado Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica (SPGIA), no que concerne ao planejamento, normatização e execução das atividades desenvolvidas no âmbito do SISCEAB;

j) atuar em conformidade com a legislação vigente do Sistema de Aviação Civil (SAC);

k) estabelecer os critérios e autorizar o funcionamento de órgãos operacionais e técnicos que venham a interagir com o SISCEAB;

l) aprovar as especificações de sistemas e equipamentos para aplicação no SISCEAB, com vistas ao atendimento dos requisitos operacionais e à racionalização e padronização da logística e da infraestrutura;

m) suspender temporária ou definitivamente o funcionamento de órgãos operacionais e técnicos, sempre que as normas aplicáveis e as orientações do Órgão Central não forem cumpridas ou quando for constatada falha capaz de comprometer a segurança das operações aéreas;

n) estabelecer os critérios para a participação e a composição de representações do Comando da Aeronáutica em conferências, reuniões, simpósios e painéis de âmbito nacional e internacional que se relacionem com as atividades desenvolvidas no SISCEAB;

o) adotar e implementar as normas e recomendações de interesse do SISCEAB, estabelecidas nos acordos e tratados internacionais assumidos pelo Brasil;

p) manter estreita ligação com as entidades normativas de aviação civil, de telecomunicações, de meteorologia e de cartografia, resguardando os interesses da navegação aérea;

q) estabelecer as prioridades para o custeio e o investimento necessários à operacionalidade do SISCEAB;

r) estabelecer o nível de conhecimento específico para os recursos humanos que atuam no SISCEAB e os critérios e condições para concessão de licenças e certificados de habilitação técnica;

s) emitir licenças e certificados de habilitação técnica para o pessoal técnico e operacional engajado nas atividades específicas do SISCEAB;

t) prover o suporte de comunicações e controle às operações conjuntas ou combinadas, exercícios, manobras e operações da Força Aérea Brasileira; e

u) atender aos órgãos regionais nas suas necessidades operacionais, técnicas e administrativas.



AMBIENTE EXTERNO

O DECEA, como responsável pelo Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, é o agente do Comando da Aeronáutica na gestão da navegação aérea no espaço aéreo sob a responsabilidade do Brasil.

Para executar essa importante atividade, o Departamento dispõe de uma grande infraestrutura distribuída por todo o território nacional. São equipamentos, imóveis, órgãos operacionais e organizações militares que interagem diretamente com o meio ambiente externo, usufruindo das facilidades instaladas nas localidades, mas também sendo afetados pelos mesmos problemas que diariamente afligem essas regiões.

Problemas de criminalidade que afetam a segurança dos equipamentos e a dos profissionais que mantêm e operam esses ativos, bem como a falta de infraestrutura local que permeiam o dia a dia do DECEA e Organizações subordinadas, aumentam o esforço financeiro nos projetos de implantação e nas ações de manutenção.

Inclusão de itens de segurança patrimonial nos projetos de construção de sítios e

instalação de equipamentos, desenvolvimento de infraestruturas básicas de energia e telecomunicações, desenvolvimento de ações de apoio ao homem para permitir o mínimo de conforto e segurança para os profissionais e familiares, contratação de serviços de segurança patrimonial e dificuldades para distribuir suprimentos são realidades que fazem parte do planejamento do DECEA.

Como responsável pela prestação de um serviço vital para o país, a segurança do transporte aéreo, o DECEA tem suas atividades influenciadas diretamente pelas oscilações da economia. Uma vez que a demanda de tráfego aéreo está intimamente ligada ao desempenho geral dos fundamentos macroeconômicos do Brasil, existe razoável grau de incerteza quanto ao dimensionamento correto dos serviços prestados, sendo que a hipótese de uma rápida expansão econômica tem potencial de afetar a eficácia de suas ações, considerando que há grande facilidade para incremento das frotas de aeronaves, seja por empresas que já atuam no mercado, seja por novas entrantes.

Tal facilidade para expansão da capacidade das empresas aéreas contrasta com o tempo necessário para ampliar a capacidade dos órgãos de controle, com as obrigações de manutenção de um elevado nível de segurança operacional nas suas atividades, seja nos períodos de retração ou de expansão econômica. Isso reforça a responsabilidade do DECEA em manter seus ativos, incluindo recursos humanos, no mais elevado nível operacional e técnico.

Em complemento, o DECEA é a face do Comando da Aeronáutica na representação do País em fóruns internacionais no campo da Aviação Civil.

O Brasil ocupa uma posição importante no contexto da aviação mundial ao gerenciar o espaço aéreo sobre uma área de 22 milhões de km², parte do qual sobre o Oceano Atlântico, estabelecendo a ligação do continente sul-americano com a África, Europa e destinos posteriores como Oriente Médio e Ásia.

Essa posição lega ao estado brasileiro um papel de destaque no transporte aéreo global. Tanto é assim que o Brasil é um dos dez países, entre os mais de 190 membros da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), a ocupar o Conselho dessa entidade desde sua fundação, posição reafirmada na última (40ª) Assembleia da OACI, realizada em setembro de 2019, quando foi o quarto país mais votado para integrar o Grupo 1 do Conselho, grupo formado pelos países mais influentes da organização.

Em complemento, o Brasil, por intermédio do DECEA, é membro da CANSO, associação que engloba os provedores de serviços de navegação aérea de todo o mundo, contribuindo principalmente com os países da região do Caribe e América do Sul para o desenvolvimento harmônico das redes de rotas aéreas regionais e inter-regionais.

De forma a estabelecer rotas aéreas seguras e eficientes, que favorecem o intercâmbio entre os países sul-americanos e proporcionam ganhos de escala em termos de economia de combustível com consequentes benefícios ambientais, várias iniciativas vêm sendo desenvolvidas, incluindo a ação de especialistas do SISCEAB na MTAB do Paraguai, além do estabelecimento de nova MTAB na Bolívia e do suporte à Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai na reestruturação de seus espaços aéreos de acordo com as novas técnicas de navegação baseada em performance.

No mesmo sentido, o DECEA gerencia a execução de acordo de cooperação com a EUROCONTROL, permitindo uma estreita coordenação com essa importante agência europeia no sentido de aperfeiçoar o ATM brasileiro e incrementar os serviços prestados a aeronaves que circulam entre a Europa e a América do Sul, em compasso semelhante com aquilo que já é desenvolvido historicamente com a FAA em nossas importantes rotas para a América do Norte e Central.

Certamente, o papel do Comando da Aeronáutica no controle do espaço aéreo constitui uma função primordial que agrega valores palpáveis para a nossa sociedade. Seja na integração nacional, na habilitação de rotas comerciais com outros países e continentes ou na projeção da capacidade tecnológica nacional para o exterior, o trabalho diuturno dos nossos homens e mulheres contribui diretamente para o desenvolvimento econômico, social e político do Brasil.

Modelo de negócios

A modelagem de negócios do DECEA é representada por sua Cadeia de Valor, acima apresentada.

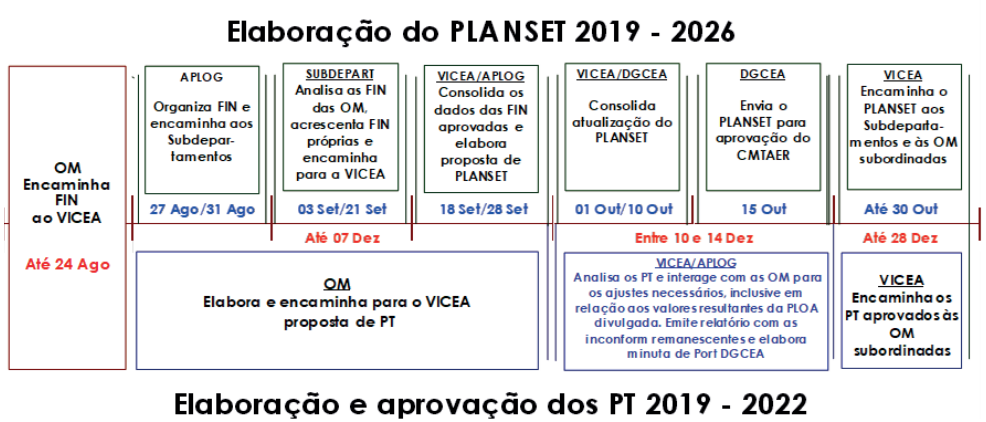
Modelo de Governança

O DECEA cumpre integralmente os procedimentos que pautam a governança do COMAER. Adicionalmente, estabeleceu alguns instrumentos para permitir o acompanhamento e a supervisão mais próxima do processo de definição dos projetos e atividades eleitos para compor o PLANSET.

Incialmente, destaca-se as Reuniões de Comandantes dos Órgãos do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (RECOSCEA), eventos realizados no início e final do ano, conforme estabelecido na ICA 121-7/2009 – Instruções para Inspeção às OM Subordinadas ao DECEA. Nessas oportunidades, são transmitidas aos Comandantes das organizações subordinadas as diretrizes do Diretor-Geral, as orientações gerais da Vice-Direção e dos Subdepartamentos, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas no ano em questão e os resultados obtidos durante o exercício, bem como é realizada a preparação dos eventos do próximo período e a análise dos assuntos relevantes para o Sistema.

O segundo instrumento é o Cronograma de Trabalho para Atualização do PLANSET/PT, divulgado oficialmente nas RECOSCEA. Esse cronograma define claramente os passos e as responsabilidades de todos os agentes que participam do planejamento estratégico do DECEA, incluindo o próprio Diretor-Geral.

CRONOGRAMA DE TRABALHO PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANSET/PT

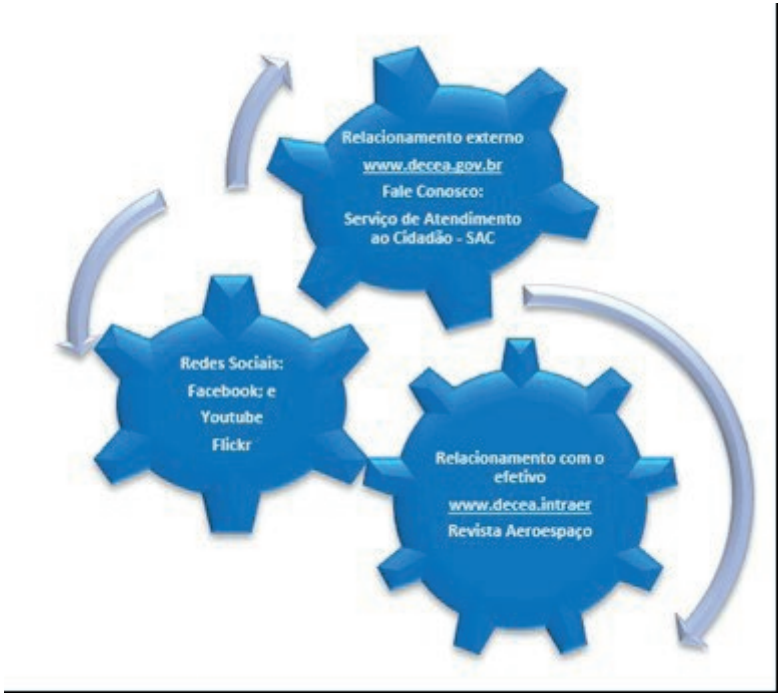


Finalmente, o último instrumento é o GT SIRIUS, definido na Portaria DECEA nº 164/APLOG-4, de 19 de junho de 2019, para gerenciar a execução do PCA 351-3 – Plano de Implementação ATM Nacional.

Esse Grupo de Trabalho é presidido pelo Vice-Diretor do DECEA e composto pelos Chefes e Adjuntos dos Subdepartamentos, por representante da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (APLOG) e pelo Vice-Presidente da CISCEA, possuindo como atribuições principais definir os Empreendimentos e Projetos eleitos para inclusão no PCA 351-3 e no PLANSET, além de acompanhar o desenvolvimento das ações do Programa SIRIUS.

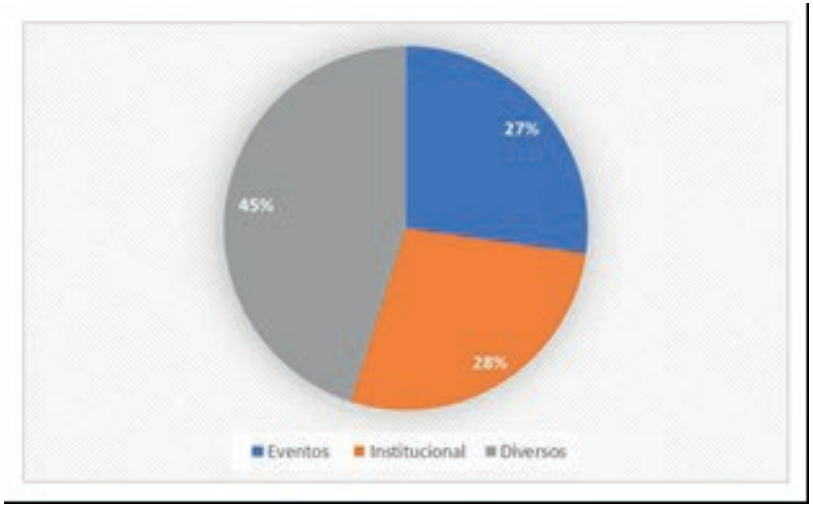
Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Os canais de comunicação são ferramentas importantes para o estabelecimento de uma relação de confiança, aprimorando o relacionamento da organização com o efetivo, com as empresas parceiras e com a sociedade. Nesse diapasão, o DECEA oferece completa interação, por meio de seus principais canais de comunicação:



Revista Aeroespaço – Informativo oficial do DECEA

A Revista Aeroespaço existe desde julho de 2004, totalizando 73 edições até o momento. Com uma tiragem atual de 7 mil exemplares, a revista é composta de reportagens, entrevistas, artigos e seções que atualizam todo o efetivo do DECEA e Unidades subordinadas sobre temas de alta relevância para o Sistema de Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB).



Publicação de matérias por categoria em 2019:

Estrutura de Planejamento

O Planejamento no COMAER tem por finalidade compor o esforço principal da Defesa Nacional e formaliza-se em políticas, estratégias e planos decorrentes.

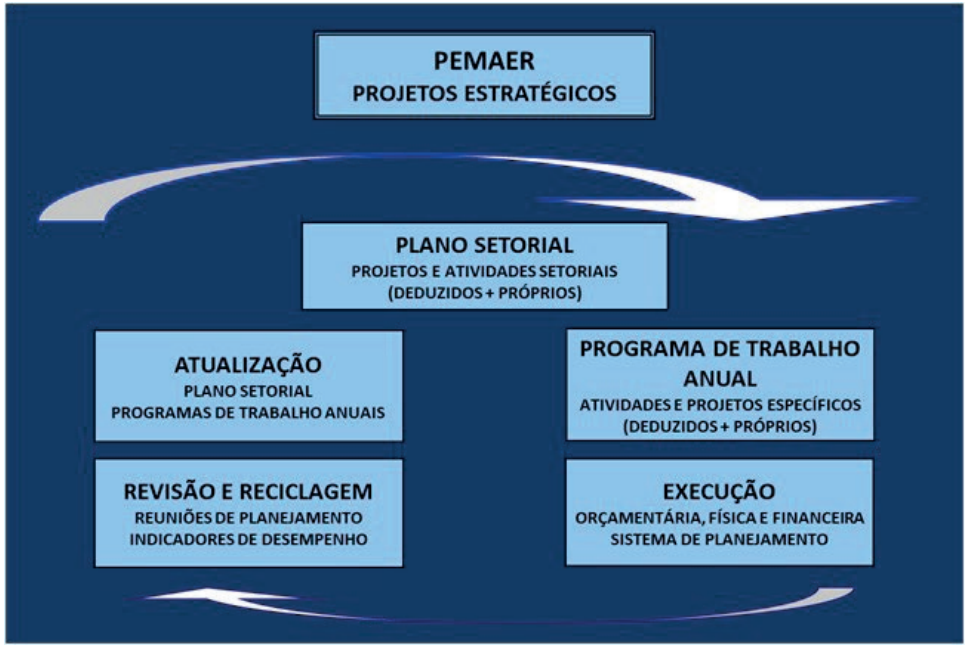
Classifica-se em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático:

PLANEJAMENTO NO NÍVEL ESTRATÉGICO	É o processo de formulação de estratégias e integra as principais políticas, objetivos e metas estabelecidas. Nesse nível são realizadas as atividades relacionadas com estudos, análises e avaliações.
PLANEJAMENTO NO NÍVEL OPERACIONAL	É o processo de definir meios para a concretização dos objetivos. É nesse nível que as estratégias são desdobradas, permitindo realinhamentos para a obtenção de resultados, e implementadas as atividades relacionadas com as políticas setoriais.
PLANEJAMENTO NO NÍVEL TÁTICO	É focado no detalhamento e na execução das ações priorizadas. Esse planejamento deve utilizar princípios de maior eficiência, eficácia e efetividade que são os principais critérios de avaliação da gestão.

O Planejamento do DECEA atende às diretrizes contidas na DCA 11-45/2018 - Concepção Estratégica Força Aérea 100, no PCA 11-47/2018 - Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) 2018-2027 e na DCA 11-118 – Diretriz de Planejamento Institucional (DIPLAN).

Obedece ao contido na DCA 11-1 – Sistemática de Planejamento e Gestão Institucional da Aeronáutica – Volume 1 – Planejamento e permite que o DECEA cumpra sua Missão de "Contribuir para a Garantia da Soberania Nacional, por meio do Gerenciamento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro", participando do desenvolvimento harmônico da aviação civil.

Os principais documentos de planejamento do DECEA são o Plano Setorial (PLANSET), elaborado para um período de quatro anos e atualizado anualmente, e os Programas de Trabalho Anuais das Organizações subordinadas que apresentam as atividades a serem desenvolvidas no ano de interesse, atendendo as diretrizes e orientações definidas no Plano Setorial do DECEA e as atribuições estipuladas pelos Órgãos Centrais dos Sistemas do COMAER



Todos os projetos e atividades incluídos PLANSET e nos Programas de Trabalho Anuais visam à manutenção e à evolução da infraestrutura e serviços do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB, em atendimento às demandas estratégicas apresentadas no PEMAER e na DIPLAN, bem como aos Objetivos Setoriais estabelecidos na DCA 351-1/2010 – Política da Aeronáutica para o Controle do Espaço Aéreo.

Complementando a sistemática de planejamento do COMAER, o DECEA instituiu o seu Programa Estratégico, congregando os Empreendimentos definidos na PCA 351-3/2012 – Plano de Implementação ATM Nacional.

O Programa Estratégico do DECEA, também denominado Programa SIRIUS, define a estratégia de evolução do Sistema ATM Nacional, visando atender às necessidades nacionais, tanto relativas à Circulação Aérea Geral (CAG) como à Circulação Operacional Militar (COM), e assegurar que esta evolução seja harmônica e integrada aos planejamentos da OACI.

Esse Programa representa a aplicação dos recursos para evolução do SISCEAB

Todos os seus empreendimentos estão inseridos no PLANSET como benefícios a serem atingidos por meio da Ação 20XV, congregando recursos humanos, equipamentos, meios acessórios e infraestrutura com a missão de prover a segurança e a fluidez dos voos no espaço aéreo brasileiro.

SIRIUS BRASIL

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO DECEA

PFF001 Incremento do Gerenciamento da Segurança Operacional no SISCEAB	PFF009 Implantação do Serviço de Gerenciamento Técnico do SISCEAB (CGTEC)	PFF017 Melhoria da Qualidade, Integridade e Disponibilidade da Informação Aeronáutica	PFF024 Evolução dos Serviços e Sistemas de Inspeção em Voo e Radiomonitoragem no SISCEAB.
PFF003 Implementação Operacional PBN em Rotas ATS, TMA e Otimização das Operações em TMA	PFF010 Infraestrutura de Comunicações Terra-Terra e Ar-Terra	PFF018 Cooperação Técnica Internacional (Projeto TYR)	PFF025 Incremento da Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita no SISCEAB
PFF004 Programa DECEA-EUROCONTROL	PFF011 Melhoria da Vigilância no Espaço Aéreo	PFF019 Implantação de Estruturas e Sistemas para Integração RPAS.	PFF026 Melhoria da Interoperabilidade de Sistemas e Dados ATM por meio da Implantação do Conceito SWIM
PFF005 Uso Flexível do Espaço Aéreo (FUA)	PFF012 Melhoria dos Sistemas de Navegação	PFF020 Incremento na Eficiência da Prestação de Serviço SAR	PFF027 Implantação do Centro Integrado de Meteorologia Aeronáutica (CIMAER)
PFF006 Implementação de Gerenciamento do Fluxo de Tráfego Aéreo (ATFM)	PFF013 Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade Integrada do SISCEAB (SGQI)	PFF021 Aprimoramento da Performance Humana para a Prestação dos Serviços de Navegação Aérea	PFF028 Concentração de APP
PFF007 Evolução do Serviço de Informação de Voo	PFF014 Coleta de Dados sobre o Ambiente Meteorológico	PFF022 Aprimoramento da Gestão Baseada em Desempenho	PFF030 Evolução do Apoio às Operações Aéreas Militares
PFF008 Melhoria dos Serviços de Navegação Aérea nas Bacias Petrolíferas (Áreas Oceânicas)	PFF015 Tratamento de Dados Meteorológicos para a Integração ao ATM Nacional	PFF023 Evolução do Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM Evolução)	

Os Empreendimentos do Programa Estratégico do DECEA e os Projetos/Atividades contidos no PLANSET estão totalmente alinhados ao Objetivo Estratégico e às Medidas Estratégicas previstas no PEMAER, em vigor no ano objeto desta prestação de contas.

Gestão de Riscos

Efeito da incerteza nos objetivos. Possibilidade de perda ou dano, medida em termos de severidade e probabilidade. A possibilidade de um evento ocorrer e suas consequências, se efetivamente ocorrer.

O risco é muitas vezes caracterizado pela referência aos eventos potencialmente danosos e às consequências destes eventos.

Qualquer risco, independente da natureza poderá ter consequência (impactos ou severidade) POSITIVA ou NEGATIVA. Neste procedimento o objeto de interesse são os riscos de natureza NEGATIVA.

CONTEXTO DA ORGANIZAÇAO

Pode ser entendido como uma atividade de observação, análise e avaliação do interior e exterior da Organização, de forma a determinar fatores que a influenciam, positiva ou negativamente. Estes podem afetar o seu propósito, a sua intenção estratégica e a sua capacidade para atingir os resultados que pretende alcançar com o Sistema de Gestão da Qualidade (SQG) a conformidade dos produtos e serviços com os requisitos dos clientes e legais, e o aumento da satisfação dos clientes.

Esta informação aqui gera uma fonte para a determinação dos riscos e oportunidades que devem ser tratados, os resultados aqui obtidos aumentam a probabilidade de sucesso para o alcance dos resultados pretendidos.

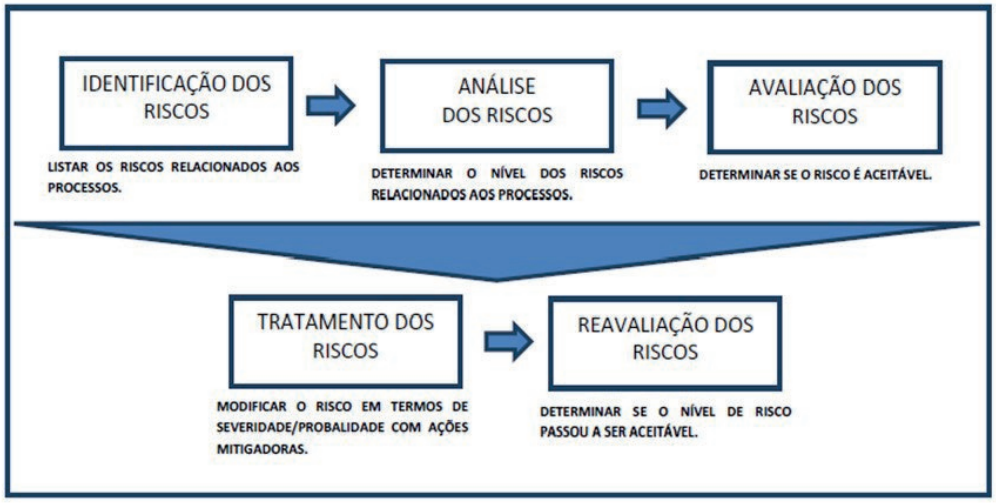
Identificar as questões internas corresponde a compreender a realidade da Organização: quem é, o que faz, para que faz, com que meios, com que pessoas. Identificar os fatores é entender as condicionantes e as possibilidades existentes para alcançar os seus objetivos.

Identificar questões externas corresponde a conhecer o meio em que a Organização se insere e opera, para identificar os fatores que a podem influenciar. O contexto externo pode ter de ser considerado a nível local, regional, nacional, internacional ou global.

PROCEDIMENTO

Por meio da mentalidade de risco é possível determinar os fatores que podem causar desvios nos processos e no SGQ em relação aos resultados planejados. Também é possível utilizar controles preventivos para minimizar efeitos negativos e maximizar o aproveitamento das oportunidades que surjam.

A metodologia utilizada pelo DECEA na execução do Programa de Trabalho está baseada nas melhores práticas do gerenciamento de projetos. Esta metodologia permite a padronização da forma de gerenciar, alinhando os processos de trabalho e criando documentação adequada.



IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

O processo denominado Identificação de Riscos inicia-se na fase de Planejamento do Projeto. Este processo deverá ser sistemático de acordo com a dinâmica do projeto e seu contexto, deverá envolver a equipe do projeto e partes interessadas.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE RISCOS

É o processo de compreensão da natureza do risco, determinação do nível de risco e na sua classificação. As estimativas de probabilidade de cada risco, a previsão de seu impacto no projeto e os resultados da análise são determinadas.

A partir da análise e avaliação do risco identificado, ele será classificado conforme a seguir:

Nível de Risco	Descrição do Nível de Risco	Parâmetro de Análise para Adoção de Resposta	Tipo de Resposta	Ação de Controle
Risco Crítico	Indica que nenhuma opção de resposta foi identificada para reduzir a probabilidade e o impacto a nível aceitável.	Custo desproporcional, capacidade limitada diante do risco identificado	Evitar	Promover ações que evitem / eliminem as causas e / ou efeitos
Risco Alto	Indica que suas consequências comprometem a qualidade dos produtos e serviços disponibilizados, afetando a segurança operacional ou apresentam grandes oportunidades.	Nem todos os riscos podem ser transferidos. Exemplo: Risco de Imagem, Risco de Reputação	Reduzir	Adotar medidas para reduzir a probabilidade ou impacto dos riscos, ou ambos
Risco Moderado	Indica que as consequências do risco comprometem a qualidade dos produtos e serviços disponibilizados, mas não afetam a segurança operacional ou as oportunidades poderão apresentar ganhos.	Reduzir probabilidade ou impacto, ou ambos	Compartilhar ou Transferir	Reduzir a probabilidade ou impacto pela transferência ou compartilhamento de uma parte do risco. (seguro, transações de hedge ou terceirização da atividade).
Risco Baixo	Indica que o risco existe, mas não compromete a qualidade dos produtos e serviços disponibilizados, as oportunidades não existem ou não apresentam ganhos	Verificar a possibilidade de retirar controles considerados desnecessários	Aceitar	Conviver com o evento de risco mantendo práticas e procedimentos existentes

Fonte: DECEA

PLANEJAMENTO DE RESPOSTA AOS RISCOS

Este processo inicia-se pela homologação da lista de riscos identificados, analisados e avaliados. Em seguida desenvolve-se opções e ações para reduzir as ameaças e realçar as oportunidades.

A principal saída desta etapa é a identificação de ações de respostas aos riscos e respectivos responsáveis

Com a homologação dos riscos identificados, o Gerente de Projeto poderá aplicar as seguintes estratégias de tratamento poderão ser aplicadas:

- Aceitar: Risco aceito e tolerado sem que nenhuma ação específica seja tomada;
- Mitigar: o nível de risco requer ações para a redução de seus parâmetros de probabilidade e/ou impacto.
- Evitar: Trata-se da eliminação do risco. Na maioria das vezes, passa pela descontinuidade da atividade que dá origem ao risco.
- Explorar: ações para explorar as consequências do risco a fim de atingir os ganhos apresentados pela oportunidade identificada.

MONITORAMENTO E CONTROLE DOS RISCOS

Este processo tem por finalidade acompanhar a evolução do cenário de riscos afetos ao projeto, assim como monitorar o status do andamento das ações definidas na etapa de resposta aos riscos. Registros específicos deverão estar apontados nas redes dos empreendimentos disponíveis nos sistemas.

TABELA DE PROBABILIDADE

PROBABILIDADE		
Nível	**Nome**	**Descrição**
5	**Quase certo**	Espera-se que ocorra na maioria das circunstâncias.
4	**Provável**	Provavelmente ocorrerá na maioria das circunstâncias.
3	**Possível**	Pode ocorrer em algum momento.
2	**Improvável**	Não se espera que ocorra.
1	**Raro**	Poderá ocorrer em circunstâncias excepcionais.

TABELA DE SEVERIDADE

SEVERIDADE		
Nível	**Nome**	**Descrição**
1	**Desprezível**	Evento cujo impacto pode ser absorvido por meio de atividades normais, custos baixos, não afeta o alcance dos objetivos, pouco ou nenhum impacto nas metas
2	**Menor**	Evento cujas consequências podem ser absorvidas, mas carecem de esforço da gestão para minimizar o impacto, custos intermediários, impede o alcance dos objetivos por período curto, determina ações de caráter orientativo
4	**Moderada**	Custos elevados, impede o alcance de um objetivo por período longo, determina ações de caráter corretivo
8	**Maior**	Perda de capacidade de produção, vazamento externo controlável, grandes perdas, impede o alcance de vários objetivos por período longo, exige intervenção da alta direção
16	**Catastrófica**	Difícil controle, perdas enormes, impacto catastrófico na organização, prejudica o alcance da missão, ameaçando sua existência, exige intervenção da alta direção

MATRIZ DE ANÁLISE DE RISCOS

	SEVERIDADE				
PROBABILIDADE	1	2	4	8	16
5	5	10	20	40	80
4	4	8	16	32	64
3	3	6	12	24	48
2	2	4	8	16	32
1	1	2	4	8	16

Pontuação	**Classificação do Risco**	**Ação**
NR ≥ 20	Risco Crítico	Imediata
10 < NR <20	Risco Alto	Ação da Alta Gerência
4 < NR 10	Risco Moderado	Definir Ação Gerencial
NR < 4	Risco Baixo	Manter práticas e procedimentos

Fonte: DECEA

Para o controle da segurança operacional a Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 63-26, editada em 2010, estabelece os requisitos para a realização do Gerenciamento do Risco nas atividades do SISCEAB, de acordo com as recomendações da Organização de Aviação Civil.

NÍVEL DE RISCO (NR)

O nível de risco é definido pela fórmula:

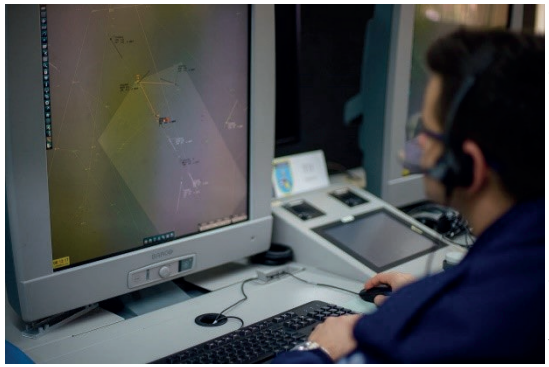
NR = Probabilidade (P) x Severidade (S)

NR = P x S

PRINCIPAIS RESULTADOS DA GESTÃO

Empreendimento: Implementação Operacional de Navegação Baseada em Performance (PBN) em Rotas ATS, Áreas de Controle Terminal (TMA) e Otimização das Operações em TMA

Fonte: DECEA



Otimizar o espaço aéreo em Rotas e Áreas de Controle Terminal (TMA), bem como as operações em Zonas de Controle (CTR) de aeroportos, de forma harmônica, com base no conceito Navegação Baseada em Performance (PBN), mantendo os níveis de segurança operacional e minimizando os impactos ambientais, em concordância com o planejamento da Região do Caribe e América do Sul da OACI (CAR/SAM).

Benefícios esperados: A aplicação do conceito PBN visa aumentar a capacidade do espaço aéreo e dos níveis de segurança operacional com a redução da carga de trabalho de pilotos e controladores, mediante a redução do tempo de voo e da distância voada entre os aeroportos envolvidos com a consequente diminuição dos custos operacionais, a redução do consumo de combustível e da emissão de CO2, além da redução da complexidade do espaço aéreo.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, as atividades desse Empreendimento estiveram voltadas para o Projeto TMA São Paulo Neo, projeto iniciado em 2018 e com previsão de entrada em operação em setembro de 2020.

O novo conceito desenvolvido para a TMA São Paulo alcançou ótimos resultados nas simulações em Tempo Acelerado e em Tempo Real, com pilotos e controladores explorando a nova configuração da Terminal, baseada na estratégia Point Merge*, originária de modelos do EUROCONTROL.

Após alguns meses de simulação, foram detectados crescimento na Capacidade Horária dos Setores, reduções na carga de trabalho dos controladores e pilotos, no consumo de combustível e na emissão de CO2, resultando, assim, em boa expectativa para a entrada em vigor do novo formato, prevista para setembro de 2020.

Ao longo de 2019, foi desenvolvido e validado o novo curso de Planejamento do Espaço Aéreo do DECEA, visando aprimorar os profissionais responsáveis por propor modificações nos espaços aéreos nacionais e garantir a melhoria contínua da navegação aérea brasileira. Ainda em 2019, 16 profissionais foram qualificados, incrementando a capacidade de aperfeiçoamento do SISCEAB.

*O Point Merge System é um método de desenhar rotas aéreas confluentes, radiais a um determinado ponto, aumentando a capacidade do Controle de Tráfego Aéreo em absorver picos de demanda e minimizando os efeitos sistêmicos de eventuais saturações.

Empreendimento: Uso Flexível do Espaço Aéreo (FUA)

Fonte: DECEA



Estabelecer a metodologia e aplicação do Uso Flexível do Espaço Aéreo no Brasil.

Benefícios esperados: Aumentar a capacidade do espaço aéreo; permitir a utilização mais eficiente da estrutura de rota ATS, reduzindo milhas voadas; consumo de combustível e, consequentemente, a emissão de CO2 na atmosfera.

Atividades desenvolvidas: As normas que suportam o FUA no espaço aéreo brasileiro foram aperfeiçoadas com a elaboração do capítulo sobre FUA do MCA 100-19 (Conceito de Espaço Aéreo) e o início da preparação da ICA que tratará do Gerenciamento do Espaço Aéreo. Também foi desenvolvida a NOP da ferramenta de gerenciamento do espaço aéreo e iniciados os trabalhos para o desenvolvimento de ferramenta de gerenciamento do espaço aéreo.

Empreendimento: Implementação de Gerenciamento do Fluxo de Tráfego Aéreo (ATFM)

Fonte: DECEA



Otimizar o fluxo de tráfego aéreo de forma a reduzir os custos diretos do usuário, os impactos operacionais no fluxo e assegurar o balanceamento da infraestrutura aeronáutica.

Benefícios esperados: Aumento dos níveis de segurança operacional com a redução da complexidade do espaço aéreo e de esperas devidas ao congestionamento de porções do espaço aéreo e às condições meteorológicas adversas; diminuição da sobrecarga dos aeroportos e Serviço ATC; diminuição dos índices de atraso; e redução do consumo de combustível e da emissão de CO2.

Atividades desenvolvidas: Ao longo de 2019, diversas ações preparatórias foram realizadas para inaugurar uma nova fase do ATM no SISCEAB. Modificações estruturais foram realizadas para implantar a gestão centralizada em um endereçamento único de todos os Planos de Voo processados pelo SISCEAB. Foram realizadas melhorias nos servidores principal e backup, localizados respectivamente no CGNA e ICEA, e nas infraestruturas lógica e elétrica dessas organizações. Também foram objetos de modificações os três principais sistemas de apoio ao ATS: TATIC, SAGITARIO e SIGMA, com extensas rodadas de ensaios e validações de suas funcionalidades operacionais. Todos os Sistemas envolvidos já estão com suas versões de fábrica prontas para o modelo Centralizado. Ao longo de 2020 e antes da entrada em operação do novo modelo serão realizados diversos testes para garantir o pleno funcionamento do sistema.

O projeto BDS SIGMA/ICA, que prevê uma integração entre a base de dados do SIGMA e ICA para utilização de forma unificada, foi desenvolvido durante o ano com a criação da ferramenta de carregamento da Base de Dados do SIGMA (GEA). Os trabalhos têm previsão de finalização em junho de 2020, com implantação operacional da ferramenta.

A ferramenta PCICEA, instalada em 2018 no CGNA para troca de mensagens com o EUROCONTROL, foi bastante utilizada para informações de voos provenientes da América latina para a Europa e, posteriormente, foi desenvolvida para atendimento da plataforma ACISP (oriunda do projeto A-CDM). Os testes de integração foram realizados em novembro de 2019 com sucesso.

Na parte relativa ao A-CDM foram delineados todos os aspectos da estrutura do projeto, os aspectos técnicos da ferramenta ACISP e as coordenações contratuais que possibilitarão a execução de testes, entregas e treinamentos, visando à implantação em outubro de 2020. Foi realizado ainda o Seminário Internacional A-CDM, contando com a participação de especialistas de diversas partes do mundo em um fórum para divulgação do conceito e do projeto no Brasil.

O sistema TATIC FLOW 2.0, entregue em 2018, foi amplamente utilizado em 2019, demonstrando a necessidade de compartilhamento das informações com outros órgãos como Polícia Federal, PRF, Governo federal etc. Dessa forma, foi iniciado o desenvolvimento do módulo TATIC CLOUD, previsto para 2020, com o intuito de prover dados de movimentos aéreos para órgãos externos ao COMAER.

Empreendimento: Serviço de Informação de Voo (FIS)

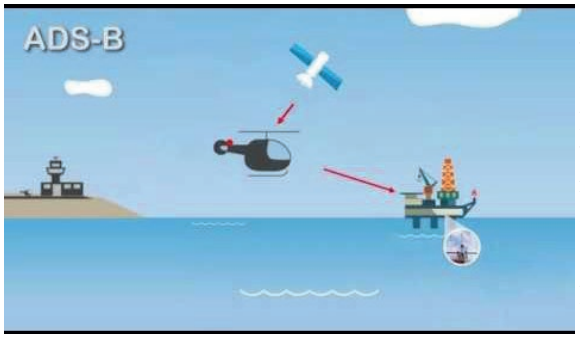
Criar setores dedicados para a provisão do Serviço de Informação de Voo, de forma a ampliar a estrutura do espaço aéreo brasileiro e o acesso de usuários do SISCEAB à provisão dos Serviços ATS, notadamente àqueles voos sob as Regras de Voo Visual (VFR) em espaços aéreos não controlados.

Benefícios esperados: Aumento da segurança operacional do tráfego VFR evoluindo em espaço aéreo não controlado; maior eficiência nas operações de Busca e Salvamento (SAR); redução da carga de trabalho dos controladores de tráfego aéreo; e evolução dos requisitos para implantação e operação de posições operacionais para prestação do FIS.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, foi identificada a necessidade operacional de criar setores dedicados para a provisão do Serviço de Informação de Voo (FIS), de forma a ampliar o acesso de usuários do SISCEAB à provisão dos Serviços de Tráfego Aéreo. Além do desenvolvimento da concepção do projeto, foi efetuado o levantamento técnico de todas as estações VHF que serão necessárias para atender a essa nova demanda. Posteriormente à definição do modelo de prestação do FIS, iniciou-se a criação do Curso do FIS para os especialistas em comunicações, com previsão de conclusão até junho de 2020. O projeto terá continuidade no ano de 2020, com implantação de novas estações VHF, modificação de normas e capacitação de recursos humanos.

Empreendimento: Melhoria dos Serviços de Navegação Aérea nas Bacias Petrolíferas (Áreas Oceânicas)

Fonte: DECEA



Adequação dos Serviços de Navegação Aérea nos espaços aéreos relacionados com as Bacias de Campos, de Santos e do Espírito Santo, visando à otimização do gerenciamento do tráfego de helicópteros nas operações atinentes às áreas oceânicas de prospecção e exploração de petróleo.

Benefícios esperados: Aumento da consciência situacional e incremento da segurança das operações offshore de helicópteros entre o continente e as plataformas de prospecção de petróleo instaladas em alto-mar; missões SAR mais rápidas e econômicas, quer seja para o SISCEAB, quer seja para o usuário do sistema; redução da carga de trabalho de pilotos e controladores de tráfego aéreo; aumento da capacidade do espaço aéreo; e eficiência das operações aéreas nas bacias petrolíferas.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, foram desenvolvidas atividades de acompanhamento e monitoramento das ações técnicas e operacionais relativas à operação ADS-B no espaço aéreo da Bacia de Campos, através da fase de pós-implementação do projeto.

Ainda no segundo semestre do ano de 2019, foram iniciadas as tratativas entre o DECEA, Petrobras, INFRAERO e usuários, visando identificar as necessidades concernentes à navegação aérea e estrutura do espaço aéreo na região petrolífera do pré-sal em Santos. Essas reuniões de coordenação tiveram como objetivo a elaboração de uma NOP – Necessidades Operacional – e a realização da CONOP – Concepção Operacional, com vistas à elaboração de um fluxograma e programação para a criação deste novo projeto na bacia oceânica petrolífera de Santos. Esta nova fase do empreendimento tem como foco a implantação do sistema de vigilância ADS-B na região e o efetivo controle do tráfego aéreo pelo APP-ME, para integração das operações entre as bacias petrolíferas de Campos, Espírito Santos e Santos.

Empreendimento: Implantação de estruturas e sistemas para integração dos Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAS) no espaço aéreo brasileiro

Fonte: DECEA



Prover estruturas e sistemas que forneçam suporte ao controle e à integração dos sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (RPAS) no espaço aéreo brasileiro.

Benefícios esperados: Atualização da legislação com o objetivo de propiciar condições legais para a operação de Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPAS) aos usuários desse novo segmento aeronáutico e promover a disseminação do conhecimento das regras do DECEA para o uso do espaço aéreo.

Atividades desenvolvidas: No ano de 2019, foi mantida a ênfase no processo de disseminação de informações sobre as diretrizes para utilização do espaço aéreo brasileiro por RPAS, com a participação em seminários de grande vulto, como DroneShow e IBAS, ambos na cidade de São Paulo, a divulgação de matérias nas mídias faladas e escritas, atendendo a diversas demandas de imprensa, além de contato com associações e entidades com interesse no tema. Nas aplicações voltadas para a segurança pública, foi mantido o contato com as instituições federais e estaduais responsáveis pelo setor.

Com relação à comunidade internacional, o DECEA manteve sua participação em diversos fóruns como o "Painel de Aeronaves Remotamente Pilotadas" e o "Fórum Internacional sobre Aeronaves não Tripuladas - Drone Enable", ambos promovidos pela OACI; e também no evento "FAA UAS Symposium", organizado pela Federal Aviation Administration (FAA) dos Estados Unidos da América, com o objetivo de estudar e desenvolver material relacionado à inserção plena das operações RPAS no espaço aéreo.

Além disso, foi estabelecida parceria com a Suécia, intermediada pelo evento "Air Domain Study", coordenado pelo EMAER, para desenvolvimento conjunto de sistema "Detect and Avoid", que possibilitará a detecção e emissão de instruções para solucionar conflitos em voo e em solo envolvendo drones, aeronaves tripuladas, veículos terrestres e pessoas, bem com a emissão de alertas sobre obstáculos terrestres, condições meteorológicas adversas, pássaros e cinzas vulcânicas. Como resultado desse envolvimento, o Brasil,

sob a coordenação do DECEA, sediará a quarta edição do "Drone Enable", prevista para setembro de 2020, na cidade do Rio de Janeiro.

No que diz respeito à contenção de drones (C-UAS), o DECEA organizou o "1º Simpósio de Tecnologias Antidrone – Aspectos Legais", em maio de 2019, em São Paulo, com foco voltado para o conhecimento das tecnologias disponíveis para identificar, monitorar e neutralizar drones voando de forma irregular nas áreas próximas de aeródromos, identificar as ferramentas legais para a neutralização desses drones e responsabilidades a serem imputadas ao operador. Além disso, sob a coordenação da CISCEA foi organizada uma rodada de demonstrações de sistemas para contenção de drones, em São José dos Campos, de julho a setembro de 2019, com as soluções mais modernas em operação ou desenvolvimento no mundo, e foi iniciado o planejamento para um programa de testes de um sistema de contenção de drone, no aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

Empreendimento: Evolução do Gerenciamento de Tráfego Aéreo

Fonte: DECEA



Promover a evolução do Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM) nacional por meio da implementação de avançados conceitos, tecnologias e requisitos de performance para os Serviços de Tráfego Aéreo (ATS), assim como pela adoção de modernas práticas internacionais, a fim de assegurar o pleno atendimento das expectativas da Comunidade ATM.

Benefícios esperados: Melhoria da segurança operacional em aeródromos civis de baixa demanda de tráfego mediante estabelecimento de requisitos para implantação do R-ATS; otimização de recursos técnicos e operacionais existentes por meio da implantação de R-ATS; e redução da complexidade do espaço aéreo.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, após a experiência acumulada no modelo de prestação remota do AFIS, foi posta em operação experimental a primeira Torre de Controle Remota (R-TWR) da América do Sul no aeródromo militar de Santa Cruz (SBSC). Tal Órgão pioneiro, objeto de aperfeiçoamento e validação técnico-operacional, servirá como paradigma para subsidiar implantações de outras R-TWR no Brasil, balizará e fornecerá elementos para a consolidação do arcabouço normativo a cargo do DECEA e proporcionará cenário privilegiado para ambientação, treinamento e capacitação de controladores de tráfego aéreo em relação às novas tecnologias disponíveis.

Empreendimento: Projeto de Integração/Concentração de Órgãos de Controle de Aproximação (APP) do SISCEAB



Implantar novos Órgãos de Controle de Aproximação (APP), unificando e/ou integrando vários destes Órgãos em ambiente único, mantendo-se, no mínimo, os atuais níveis de Segurança Operacional, sem qualquer comprometimento da prestação do serviço aos usuários do espaço aéreo brasileiro.

Benefícios esperados: Otimizar o emprego operacional dos APP do SISCEAB, racionalizar a utilização de recursos humanos especializados, operacionais, técnicos e administrativos, bem como aprimorar a estrutura de apoio técnico- administrativa e a capacitação do efetivo.

Atividades desenvolvidas: Especificamente, conforme definido na DCA 11-118 "DIPLAN", emitida pelo COMAER, seguem os trabalhos para a elaboração dos projetos referentes às obras de infraestrutura para implantação do novo Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Guaratinguetá, que irá incorporar o novo Centro de Controle de Aproximação Sudeste, bem como os trabalhos para o início das operações desse novo APP, incorporando e integrando os Centros de Controle de Aproximação de São Paulo (APP-SP) e do Rio de Janeiro (APP-RJ), respectivamente.

Concomitantemente, foram iniciados, em 2019, os projetos e ações para a implantação do novo Centro de Controle de Aproximação de Recife (APP-RF), que irá incorporar e integrar os Centros de Controle de Aproximação de Recife, Maceió, Natal e Fortaleza. Iniciados, também, os estudos, projetos técnicos e a análise operacional para a construção do novo Centro de Controle de Aproximação de Anápolis que, além de atender às novas demandas da ALA 2, será integrado com o Controle de Aproximação de Brasília, em um único órgão operacional.

Empreendimento: Evolução do Apoio às Operações Aéreas Militares

Fonte: DECEA

Promover a manutenção e a evolução da infraestrutura relacionada às atividades desenvolvidas pelos Centros de Operações Militares e Grupos de Comando e Controle, por meio da implementação de novas tecnologias, serviços e produtos que proporcionem máxima eficiência e autonomia nas atividades de controle da Circulação Operacional Militar.

Benefícios esperados: A evolução do apoio às Operações Militares visa aumentar a capacidade e a eficiência de Vigilância, bem como do Comando e Controle das operações militares da Força Aérea, mediante a modernização e ampliação da rede de comunicações segura nas regiões de atuação da Defesa Aérea. A atualização do Sistema de Visualização e Tratamento de Dados (STVD) DACOM aumentará a eficiência na vigilância, com a possibilidade de unificar em uma única console recursos de diferentes sistemas de vigilância, como a Artilharia Antiaérea (AAAe), embarcações e aeronaves, além de unificar outros sistemas de C^2 e gerenciamento, tais como o SISOCOAM.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, foi dada continuidade ao processo de substituição dos hardwares da rede Profeta (HF Militar). Equipamentos que estavam sendo descontinuados pela fabricante foram substituídos por novos com capacidade de transmissão de dados e de unificar as emissões numa única antena central (1º/1º GCC).

Em 2019, as obras da sede do 5º/1º GCC tiveram continuidade, bem como foi dado início ao processo licitatório da infraestrutura necessária para a instalação do novo sistema PAR.

A aquisição de três DLRS portáteis, em 2019, aumentou a capacidade de frequências militares disponíveis em campanhas desdobradas com a participação do 1º GCC. Foi realizada também uma análise junto ao COMAE do nível ideal de cobertura, otimizando as necessidades operacionais com as tecnologias disponíveis.

O estudo sobre as necessidades operacionais do novo STVD DACOM foram concluídas prevendo um sistema de C^2 que interaja com os outros sistemas gerencias e de vigilância existentes nas FFAA. A previsão de novo DACOM operar por módulos permitirá que próximas atualizações sejam desenvolvidas e implementadas de forma mais rápida, com custos mais baixos e com o mínimo de impacto nas operações.

Empreendimento: Melhoria da Qualidade, Integridade e Disponibilidade da Informação Aeronáutica

Consolidação, desenvolvimento, implantação e operacionalização do conceito Gerenciamento da Informação Aeronáutica (AIM-BR), disponibilizando à Comunidade ATM a Informação Aeronáutica com maior exatidão, confiabilidade, qualidade, oportunidade e custo-benefício aceitável.

Benefícios esperados: Prover informações oportunas, em tempo real, relevantes, precisas, confiáveis, digitais e com qualidade garantida, com o incremento da automatização de toda a cadeia da informação aeronáutica, do originador até a sua divulgação, e com a adoção de um Sistema de Gestão da Qualidade nos diversos processos que tratam do dado aeronáutico.

Com isso, espera-se obter a base para a interoperabilidade de sistemas, através de micros serviços para dados em formato AIXM 5.1, ou a sua versão mais recente em uso, e múltiplos formatos demandados como CSV, XML, SHP, GEOJSON, ARINC424 etc. e, posteriormente, o SWIM – System Wide Information Management.

Outros benefícios esperados são a redução da impressão de publicações aeronáuticas e a redução das datas internas de processamento dos dados para a divulgação da informação aeronáutica.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, as atividades desse Empreendimento estiveram voltadas para a melhoria do ambiente de produção e consequente incremento de performance do AIM-BR, com a adoção de uma nova infraestrutura de ambientes e servidores hospedados e virtualizados. Essas atividades estiveram relacionadas também à melhoria dos processos internos; à adoção de uma equipe para revisitar a estrutura do banco de dados de informações aeronáuticas (AERODB) do sistema AIM-BR; ao início dos trabalhos para modernização do ambiente do AIM-BR atual, contemplando melhorias e novas funcionalidades e ferramentas; e à adequação do contrato de suporte logístico do AIM-BR.

Em paralelo, houve o desenvolvimento de uma ferramenta, o SDIA, centralizando e modernizando o processamento dos pedidos de publicação de informação aeronáutica. Em 2020, o SDIA continuará em desenvolvimento, com a finalidade de implementar funcionalidades para facilitar o trâmite da divulgação.

Durante o ano de 2019 foi desenvolvido o aplicativo gratuito EFB – Electronic Flight Bag. Esse aplicativo permite a consulta de informações aeronáuticas em formato digital,

como cartas de aeródromos visuais e de rotas, publicações AIP e extratos do ROTAER. Por meio desse aplicativo, as informações aeronáuticas são armazenadas no Tablet ou iPAD, possibilitando sua utilização em solo e em voo.

O EFB, disponibilizado aos usuários em janeiro de 2020, deverá ser bastante utilizado pelas aviações geral, comercial e militar e proporcionará como benefícios principais: a redução do tempo com consultas e com atualização das cartas e publicações AIS; o incremento da consciência situacional; e a redução na utilização das publicações e cartas aeronáuticas em papel.

Ainda em 2019, foram desenvolvidas as seguintes atividades: SAT e operação assistida dos módulos do GPNGEO para as Seções de Operações de Campo e Seção AGA – Aerodrome and Ground Aids; análise e validação do primeiro lote do eTOD; instalação, configuração e primeira fase da operação assistida do hardware de disaster recover do sistema de NOTAM (CRONOS); e treinamento da ferramenta PLX 3.0, que está atrelada ao CRONOS.

Também ocorreram testes relacionados ao levantamento topográfico com drones no Rio de Janeiro e em Guaratinguetá, visando à verificação da viabilidade desse meio para as atividades cartográficas, bem como servindo de modelo para avaliações relacionadas ao desenvolvimento do Sistema Unmanned Aircraft System Traffic Management (UTM).

Empreendimento: Melhoria da Interoperabilidade de Sistemas e Dados ATM por meio da Implantação do Conceito SWIM no SISCEAB

Melhoria da performance do ATM nacional, por meio da operacionalização de uma plataforma de informação e arquitetura de gerenciamento que permita o intercâmbio de dados entre a Comunidade ATM de forma flexível, oportuna e segura.

Benefícios esperados: Possibilitar o acesso facilitado a grandes volumes de informação aos operadores e prestadores de serviço; a elevação dos níveis de segurança operacional como resultado da utilização de protocolos de acesso; e aumento da qualidade e confiabilidade dos dados.

Atividades desenvolvidas: No ano de 2019, foi realizado o III Workshop Cyber SWIM reunindo diversos segmentos da comunidade aeronáutica, como autoridades reguladoras, instituições acadêmico-científicas, usuários do espaço aéreo, indústrias de apoio ao ATM, provedores dos serviços de navegação aérea e órgãos governamentais. No evento, foram tratados os aspectos relevantes de segurança da informação, os desafios e oportunidades tecnológicas no contexto do Programa SWIM, além da apresentação em ambiente prático de aspectos de interoperabilidade por meio da adoção do conceito e estudo de casos de implementação no cenário nacional.

Foram realizadas, ainda, duas reuniões do Comitê Técnico sobre SWIM, criado por meio da Portaria nº 203/DGCEA, de 24 de novembro de 2017, e que tem o propósito de agregar membros da comunidade aeronáutica para o desenvolvimento do tema. Como fruto dessa interação, foram aprovados, no mês de dezembro, o Plano de Gerenciamento do Projeto SWIM e o documento que define sua necessidade operacional no cenário nacional em consonância com a ICAO.

Empreendimento: Infraestrutura de Comunicações Terra-Terra e Ar-Terra

Conceber e implantar a estrutura de redes para suportar as aplicações da Rede de Telecomunicações Aeronáuticas (ATN), incluindo o tráfego de mensagens de dados, a rede telefônica e os serviços de radiocomunicações, com uma gestão integrada.

Benefícios esperados: A implementação de uma rede integrada que seja compatível com os requisitos previstos para a ATN tornará possível viabilizar o ATM de acordo com os níveis de desempenho estabelecidos pela OACI. Tal estrutura permitirá o aumento da disponibilidade, da confiabilidade e da segurança das informações, contribuindo para a melhoria da segurança operacional. Proporcionará, ainda, maior capacidade de gestão, aumentando a eficiência das coordenações técnicas e operacionais, bem como permitirá maior flexibilidade e escalabilidade para integrar futuros serviços aeronáuticos, fixos e móveis. Sendo uma rede digital e integrada, permitirá, também, a obtenção de dados para o desenvolvimento de indicadores estratégicos.

O Projeto LANDELL permitirá a operacionalização das comunicações entre controladores de tráfego aéreo e pilotos por meio de enlace de dados (CPDLC) no espaço aéreo continental brasileiro, disponibilizando um meio de comunicação complementar imune a ruídos, interferências e falhas de entendimento, gerando o incremento da segurança operacional no controle de tráfego aéreo no Brasil.

Atividades desenvolvidas: Na área de jurisdição do CINDACTA III e em suas organizações subordinadas, ocorreram a integração dos radares à rede ATN e a continuidade da integração das aplicações operacionais (SAGITARIO, TATIC, SIGMA), chegando-se a 90% dessa tarefa. As frequências de VHF começaram a ser efetivamente utilizadas pelos órgãos operacionais, com a integração de 81% das frequências de ACC e 90% das de De-

fesa Aérea. Tais marcos abriram caminho para a desativação dos antigos equipamentos de comunicação via satélite, com planejamento previsto para 2020, e desativação das canalizações analógicas contratadas.

No CINDACTA II foi concluída a modernização das estações de comunicação via satélite (TELESAT), assim como a implantação dos equipamentos da ATN, dando-se início à implantação da canalização e à integração dos sítios. O Centro de Gerenciamento da Rede ATN-Br (NMC) foi implantado de forma integrada no DTCEATM-RJ e no CGTEC e encontra-se em plena operação.

Com relação à modernização da rede telefônica, foi concluída a Prova de Conceito (PoC) de maneira satisfatória, apontando bons índices de desempenho e proporcionando a integração com a telefonia celular, incluindo o uso de aplicativos de mensagens e criptografia para troca segura de informações. Com a PoC, iniciou-se a elaboração do projeto para a futura integração da rede telefônica do COMAER.

Em junho de 2019, foi lançado o edital para o projeto de gestão da rede integrada com a adoção de Parceria Público-Privada (PPP), ocasião em que não houve entidades interessadas na proposta. O projeto foi então reformulado para uma nova abertura de propostas, prevista para março de 2020.

No ano de 2019, foram desenvolvidas, no Projeto LANDELL, inúmeras atividades indispensáveis para a implementação da aplicação no cronograma planejado, dentre elas: a instalação do Simulador de Pilotagem e Controle de Tráfego Aéreo empregando a CPDLC; a realização de um ensaio simulado CPDLC no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA) para avaliação/ratificação da doutrina de emprego da aplicação e avaliação do cenário protótipo; a análise da carga de trabalho referente às comunicações dos controladores de tráfego aéreo dos ACC-AZ e ACC-RE; a realização de um Seminário CPDLC para os controladores de tráfego aéreo; e a capacitação CPDLC de 165 profissionais dos ACC RE e ACC-AZ.

Empreendimento: Melhoria dos Sistemas de Navegação

Fonte: DECEA



Implantar novas tecnologias e otimizar a infraestrutura dos sistemas que suportam a navegação aérea em toda a extensão territorial sob responsabilidade do Estado brasileiro, promovendo a melhoria dos serviços prestados aos usuários do SISCEAB.

Benefícios esperados: Utilização e otimização do GNSS como meio de prover a Navegação Baseada em Performance (PBN), de modo a possibilitar maior capacidade e eficiência do espaço aéreo, com a garantia da continuidade do serviço em caso de falhas nas constelações de satélites. Adiciona-se a isso a necessidade de otimização da infraestrutura de auxílios à navegação aérea baseados em solo.

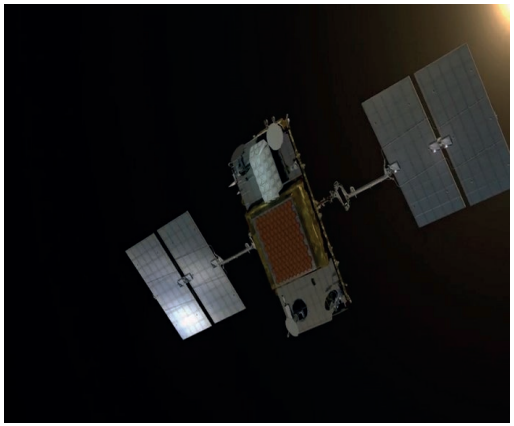
Atividades desenvolvidas: Em 2019, foram adquiridas e instaladas dezesseis estações DME, com o intuito de prover cobertura suficiente à navegação DME-DME, que funcionará como backup da navegação GNSS nas aerovias superiores e nas principais áreas terminais do país.

A infraestrutura dos auxílios à navegação área utilizados para navegação em rota, descida e aproximação foi otimizada, provendo maior confiabilidade às informações e maior disponibilidade de serviço. Buscou-se também a redução dos custos de manutenção por meio da conexão dos equipamentos à rede e integração com a Plataforma de Gerenciamento Técnico, possibilitando a interação dos técnicos de forma remota.

Para melhorar a navegação baseada nos sinais provenientes do segmento espacial, foram instaladas novas estações de monitoramento da ionosfera, com o intuito de analisar as interferências que essa camada gera nos sinais satelitais nas baixas latitudes, região essa onde o Brasil se localiza.

Empreendimento: Melhoria da Vigilância no Espaço Aéreo

Fonte: DECEA



Este empreendimento tem por objetivo garantir a vigilância do espaço aéreo brasileiro através da implantação de tecnologias de detecção de alvos cooperativos e não cooperativos, tais como radares, tecnologias de Vigilância Dependente Automática por Brodcast e Contrato (ADS-B e ADS-C, nas siglas em inglês, respectivamente) e Multilateração, a fim de aumentar a capacidade de monitoramento do espaço aéreo. Também contempla o intercâmbio de dados de vigilância com países vizinhos, conforme Projeto de Automatização na Região SAM (América do Sul), conduzido pela OACI.

Benefícios esperados: Aumento da consciência situacional nas operações em rota, TMA e superfície de aeródromos; redução de erros na coordenação entre Órgãos ATS; suporte à implantação da PBN e rotas aleatórias; redução da carga de trabalho de controladores e pilotos; aumento na capacidade de detecção e resolução de conflitos de tráfego; maior facilidade na prestação dos serviços de tráfego aéreo (ATS); aumento da capacidade do espaço aéreo; aumento da eficiência dos usuários do espaço aéreo; redução de emissões de CO2; aumento da eficiência de coordenação entre Órgãos ATS; e aumento da eficiência das operações na superfície, em condições limitadas de visibilidade.

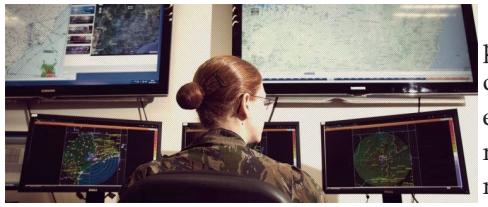
Atividades desenvolvidas: Em março de 2019, foi iniciada a implantação de uma estação de radar de rota (radar primário associado a um radar secundário) na localidade de Corumbá, com encerramento previsto para o mês de abril de 2020.

Durante 2019, o DECEA, por intermédio da CISCEA, desenvolveu toda a documentação relativa ao processo licitatório para a contratação do sistema de ADS-B no espaço aéreo continental brasileiro. Essa licitação internacional ocorrerá durante o ano de 2020 e prevê a aquisição e instalação de equipamentos ADS-B que permitam a cobertura acima do FL245 do espaço aéreo continental brasileiro e em volumes selecionados do espaço aéreo inferior de interesse.

Ainda em relação a sistema de ADS, foi assinado em maio de 2019 um Acordo entre o DECEA e a empresa AIREON para avaliação do serviço ADS-B baseado em satélites, disponibilizado por essa empresa. Durante 2019, a avaliação esteve em andamento com o auxílio de diversas gravações de vídeo do sistema e algumas análises utilizando voos comerciais de oportunidade e voos do Grupo Especial de Inspeção ao Voo (GEIV). Essa avaliação deverá ser finalizada no primeiro trimestre de 2020.

Empreendimento: Tratamento de Dados Meteorológicos para a Integração ao ATM Nacional

Fonte: DECEA



Apoiar o Gerenciamento flexível do Espaço Aéreo, a melhoria da consciência situacional, os processos de decisão colaborativos e o planejamento de rotas de voo dinamicamente otimizadas por intermédio de informações meteorológicas globais, regionais e locais, fornecidas pelos Órgãos Operacionais de Meteorologia Aeronáutica.

Benefícios esperados: Apoio ao gerenciamento flexível do Espaço Aéreo; aumento da consciência situacional; melhora nos processos de decisão colaborativa; melhor planejamento de rotas de voo dinamicamente otimizadas; e adequação das informações aos processos SWIM.

Atividades desenvolvidas: Contratação de digitação de dados meteorológicos de altitude para inserção no Banco de Dados Climatológicos do ICEA; aquisição de hardware e software para suporte ao desenvolvimento de modelo climatológico Regional (RegCm), visando à modernização do sistema de modelagem numérica do tempo; estruturação e atualização do atual repositório com a aquisição de Storage de alta capacidade e gabinete para armazenamento de dados volumétricos de radar meteorológico; e aquisição de Hardware e licenças para suporte à modernização do Banco OPMET.

Empreendimento: Coleta de Dados sobre o Ambiente Meteorológico

Desenvolver e implantar melhorias na representatividade espacial e temporal na co-

leta de parâmetros meteorológicos sobre o ambiente operacional aeronáutico, em atendimento aos requisitos do ATM Nacional, com o emprego de radares meteorológicos e dados meteorológicos coletados a partir de sensores de bordo de aeronaves, por meio de enlace de dados ar-terra (AMDAR).

Benefícios esperados: Prover informação meteorológica de maior representatividade do espaço aéreo para toda a Comunidade ATM; possibilitar a disponibilidade de produtos meteorológicos de maior precisão; aumentar a consciência situacional dos usuários aeronáuticos para operações em condições de baixa visibilidade; e aumentar a eficiência das operações e redução das emissões de carbono.

Atividades desenvolvidas: O projeto do AMDAR passou para a fase operacional após a conclusão de sua implantação ao final do ano de 2018. Em relação ao projeto de implantação de radares meteorológicos, foi realizado um Workshop de três dias (19 a 21/FEV/19) com a participação das empresas IACIT, LEONARDO, EEC/SIMTECH e HOBECO/VAISALA, além de representantes do DECEA (CISCEA, SDOP, SDTE e PAME-RJ), com a finalidade de analisar as necessidades operacionais versus as soluções técnicas disponíveis, especialmente em relação às características dos radares operando em Banda S/C e X.

Após as conclusões do Workshop, foi elaborado o documento de Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais, RTLI e iniciados os trabalhos de desenvolvimento da documentação necessária para o processo de aquisição e implantação dos equipamentos.

Empreendimento: Implantação do Centro Integrado de Meteorologia Aeronáutica (CIMAER)

Fonte: DECEA



Aumentar a eficiência do Serviço de Meteorologia Aeronáutica, aliada à otimização de recursos humanos, materiais e financeiros, por intermédio da integração dos Centros Meteorológicos em um Centro de abrangência nacional.

Benefícios esperados: Prover a elevação do nível de integração com o ATM, de forma a permitir o aperfeiçoamento da prestação do serviço de Meteorologia Aeronáutica; fornecer produtos meteorológicos que sintetizem as restrições e impactos para as operações aéreas; disponibilizar informações de forma oportuna e precisa, contribuindo para o planejamento de voos mais seguros e mais curtos; e otimizar rotas aéreas, contribuindo para a redução da emissão de CO2.

Atividades desenvolvidas: Durante o ano de 2019, os trabalhos foram voltados para a especificação e construção do Centro Meteorológico Integrado (CMI), previsto para entrar em operação em março de 2020, com a montagem das instalações físicas que abrigarão o novo Centro, incluindo a infraestrutura de telecomunicações, energia, climatização e tecnologia da informação. Em paralelo, foi definido o escopo das obras civis do prédio que abrigará a área administrativa do CIMAER.

Na área operacional, em 2019, foram transferidas as atividades dos Centros Meteorológicos de Vigilância e Altitude de Brasília, Curitiba e Recife para o CIMAER, incluindo a movimentação de pessoal técnico e capacitação de recursos humanos, completando a transferência dos órgãos operacionais.

Finalmente, foi implantado um Radar de Banda X na área do CIMAER, com o objetivo de melhorar a previsão meteorológica na Terminal do Rio de Janeiro e permitir trabalhos de pesquisa com a UFRJ.

Empreendimento: Incremento na Eficiência da Prestação do Serviço SAR

Fonte: DECEA



Desenvolvimento e implementação de ações, visando ao aumento do Índice de Localização e de Salvamento das vítimas de incidentes SAR.

Benefícios esperados: Aumento da capacidade do Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico Brasileiro, levando à redução do tempo para o salvamento de vítimas de incidentes SAR e, como benefício adicional, a redução do número de horas de voo

nas operações SAR e a consequente redução das emissões de CO2.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, o DECEA manteve o status de Provedor do Segmento Terrestre do Programa COSPAS-SARSAT com o pagamento da anuidade do Programa. Além disso, para que a infraestrutura do Segmento Terrestre Brasileiro mantivesse sua capacidade dentro dos limites operacionais estabelecidos, continuaram em desenvolvimento as atividades do contrato de assistência técnica dos equipamentos GEOLUT, MEOLUT, LEOLUT, SARMaster, OCC e Reference Beacon com a empresa Honeywell (EMS Technologies). Também foram substituídos todos os servidores de das LUT Brasileiras.

No início de 2019, o Sistema MEOSAR Brasileiro obteve o comissionamento no nível EOC – Early Operational Capability – do Programa COSPAS-SARSAT, proporcionando uma área de cobertura operacional de 48.6 milhões de Km2, a maior do planeta; e a capacidade de captar sinais de balizas de emergência com uma média de 13 segundos e com precisão menor do que 5 Km.

Ainda durante 2019, o DECEA trabalhou na implementação de todas as recomendações do Programa COSPAS-SARSAT, para permitir que, em 2020, o Sistema MEOSAR Brasileiro possa obter o comissionamento no nível IOC – Initial Operational Capability – e que o novo console OCC600 do BRMCC também receba o comissionamento do Programa.

Empreendimento: Evolução dos Serviços e Sistemas de Inspeção em Voo e Radiomonitoragem no SISCEAB

Modernizar os meios de inspeção em voo de modo a atender às evoluções do Sistema ATM Nacional.

Benefícios esperados: Modernizar aeronaves e Sistemas de Inspeção em Voo (SIV) de modo de modo a atender às necessidades do SISCEAB; possibilitar a inspeção em voo de procedimentos de aproximação RNP 0.1; possibilitar que o banco de dados do FMS armazene mais de um procedimento de aproximação, para cada tipo de sensor, por cabeceira de um aeródromo; e possibilitar que a aeronave de inspeção em voo opere os sistemas CPDLC, SATCOM, VDL2, ADS-B, ADS-C, D-ATIS e D-CL sem a necessidade de o painel de Inspeção em Voo ser inicializado.

Atividades desenvolvidas: Durante o ano de 2019, teve continuidade o projeto IU-50 com o recebimento e entrada em operação da quarta aeronave e o desenvolvimento de diversas etapas contratuais relativas à capacitação de pessoal.

Com relação à modernização do IU-93A, o trabalho foi focado no recebimento e certificação pelo Instituto de Fomento Industrial (IFI) da aeronave FAB 6051 em 2019. A campanha de testes de aceitação continuará em 2020 com o objetivo de permitir o recebimento definitivo da aeronave e continuação do projeto.

Empreendimento: Incremento do Gerenciamento da Segurança Operacional no SISCEAB

Desenvolvimento de ferramentas e procedimentos, incluindo a formação e reciclagem de recursos humanos, com o objetivo de elevar o nível de segurança operacional do SISCEAB.

Benefícios esperados: Possibilitar a medição individual do desempenho de cada PSNA; garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos para o processamento das ocorrências de tráfego aéreo; reduzir a recorrência de incidentes de tráfego aéreo com os mesmos fatores contribuintes; e aumentar a abrangência do gerenciamento de riscos no SISCEAB.

Atividades desenvolvidas: Incremento do SIGCEA – Sistema de Informações Gerenciais do Controle do Espaço Aéreo, permitindo a execução da análise e investigação das ocorrências no ambiente dessa ferramenta, gerando o banco de dados de informações de segurança operacional; revisão e atualização de normas da área de segurança operacional; e realização de atividades de capacitação com os cursos de Gerenciamento do Risco à Segurança Operacional de Investigação – Controle do Espaço Aéreo, de Gerenciamento de Recursos de Equipe e de Facilitadores de Gerenciamento de Recursos de Equipe (TRM).

Empreendimento: Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade Integrada do SISCEAB (SGQI)

Integrar os diversos sistemas de gestão da qualidade do SISCEAB, de acordo com a política e os objetivos estratégicos do DECEA.

Benefícios esperados: Integrar todos os Sistemas de Gestão da Qualidade implementados nas Organizações Militares do DECEA (CIMAER, CISCEA, ICA, ICEA e PAME-RJ), com a finalidade de cumprir os objetivos da qualidade do DECEA, implan-

tando a melhoria dos processos operacionais, técnicos e administrativos, relacionados à informação e à meteorologia aeronáutica, e, dessa forma, melhorar a relação com os clientes, diminuir os produtos não conformes, aumentar a motivação profissional, reduzir os custos da não-qualidade e melhorar o clima organizacional e a imagem do DECEA perante à sociedade.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, as atividades desse Empreendimento estiveram voltadas à capacitação e às auditorias. Na capacitação, foram envolvidos auditores e operadores, em cursos realizados no IFI e no portal ICEAVIRTUAL.

Na parte de auditorias foram cobertos 29 aeroportos internacionais, todos os CINDACTA, SRPV-SP e as empresas externas INFRAERO, COSTA DO SOL e INFRAMÉRICA. As auditorias externas, executadas pelo IFI, fazem parte do processo de certificação do Sistema de Gestão da Qualidade Multisite do DECEA (SGQM), dividido em duas fases. Na primeira fase, o ciclo iniciou-se em setembro e terminou em dezembro de 2019. Nessa fase, o IFI auditou os sites relacionados acima, declarando que "todos estão recomendados para a segunda fase", que será de abril a outubro de 2020, culminado com a certificação do Sistema.

Em função das auditorias internas e externas, foram feitas atualizações em todas as publicações relacionadas ao SGQI, além de nova pesquisa de satisfação.

Ainda em 2019, foram realizadas diversas reuniões com CIMAER, CISCEA, ICA, ICEA e PAME-RJ, com a finalidade de alinhamento dos diversos processos aos objetivos da qualidade do DECEA, com a seguinte distribuição: CIMAER – previsão meteorológica; CISCEA – aquisição de equipamentos e sistemas para AIM e MET; ICA – confecção de informações aeronáuticas; ICEA – capacitação AIM e MET; PAME-RJ – manutenção e calibração de equipamentos MET.

Empreendimento: Aprimoramento da Performance Humana para a Prestação dos Serviços de Navegação Aérea



Modernizar e automatizar a gestão dos processos de capacitação, treinamento e alocação de recursos humanos para a melhoria contínua da prestação dos serviços de navegação aérea no SISCEAB, de modo a atender e superar as expectativas da Comunidade ATM.

Benefícios esperados: Incrementar o desempenho das atividades do SISCEAB com a implementação da gestão por competências no processo de capacitação de recursos humanos; racionalizar o uso dos recursos financeiros; otimizar a capacitação dos recursos humanos por meio da transposição de cursos presenciais para a modalidade a distância ou híbridos; e buscar a proficiência operacional necessária na língua inglesa para controladores de tráfego aéreo em órgãos prestadores de tráfego aéreo internacional.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, o empreendimento esteve focado nas áreas de Gestão por Competências, Ensino a Distância e Proficiência na Língua Inglesa.

Na Gestão por Competências foram mapeados os postos de trabalho das OM do DECEA, com suas devidas especificidades e capacitações, e inseridas no Portal das Trilhas de Capacitação, culminando com seu lançamento em 28 de janeiro de 2020. Para este ano, além das melhorias planejadas, a plataforma será implantada no COMAER, com previsão de término em 2022.

Na área de Ensino a Distância, durante o ano de 2019, foram selecionados e priorizados os cursos que trariam maiores benefícios, baseados em três pilares: número de alunos, aulas expositivas e perenidade. Foram levantadas e padronizadas metodologias para melhorar a qualidade das aulas e acelerar o processo de Transposição Didática dos cursos existentes para EAD.

Para a Proficiência na Língua Inglesa foram implementadas atividades de incentivo à aprendizagem por meio de Diretriz e Plano de Capacitação, selecionando as iniciativas mais eficientes. Os cursos de inglês aeronáutico e o banco de questões foram

reformulados com a participação de professores da EEAR e dos alunos que foram à Embry-Riddle Aeronautical University em 2018. Foi elaborado o processo de contratação da Embry-Riddle para curso online de inglês aeronáutico para os controladores com Nível de Proficiência 3 e 4, contemplando 14 vagas para os que obtiverem melhor desempenho.

Empreendimento: Gerenciamento do Programa DECEA-EUROCONTROL

Estabelecer processos e sistemas para aprimorar o planejamento da mão de obra aplicada no Gerenciamento do Tráfego Aéreo (ATM) e consolidar o processo de cooperação dentro dos demais projetos do DECEA voltados para as áreas de medição de desempenho, de intercâmbio de dados e de processos decisórios colaborativos.

Benefícios esperados: Aumento da eficiência do uso da mão da obra dos profissionais da ATM do SISCEAB, por meio de um gerenciamento estratégico mais eficaz e da aplicação de novas ferramentas e filosofias, customizadas para o SISCEAB; desenvolvimento de um sistema pan-europeu de Gerenciamento do Tráfego Aéreo de forma interoperável e integrada; e evolução de projetos contemplados no escopo do Programa SIRIUS Brasil por meio da troca de experiências e da absorção de conhecimento e/ou ferramentas da entidade europeia.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, foi iniciada a adaptação de conceitos de gestão, baseados na metodologia do EUROCONTROL, que propõem modelos flexíveis de turno de serviço mais adequados à demanda prevista para o ACC-CW. Foi constatada uma eficiência de mais de 20% no uso de Controladores, validando o conceito de forma preliminar. Melhorias nos Sistema de Gestão SGPO (módulo escala) e nos dados de movimento do SAGITARIO estão em desenvolvimento para automatizar o modelo do ACC CW.

Empreendimento: Cooperação Técnica Internacional – Projeto TYR

Contribuir com o desenvolvimento dos Serviços de Tráfego Aéreo e Navegação Aérea dos países da Região SAM e dos demais países que de alguma forma interajam com o SISCEAB. Disseminar os sistemas gerenciais utilizados pelo DECEA, tais como SIGMA, SYSAGA, SARPAS etc., bem como ajudar a promover a capacitação dos recursos humanos na Região. Cooperar com as atividades relacionadas à segurança e à eficiência do controle de espaço aéreo, tais como restruturação de espaço aéreo, ATFM, Inspeção em Voo, entre outros.

Benefícios esperados: Aumento da eficiência da Circulação Aérea Geral na Região SAM da OACI; desenvolvimento da capacitação por meio dos cursos ministrados pelo DECEA; e a difusão dos sistemas em uso no SISCEAB.

Atividades desenvolvidas: Nas áreas técnica e operacional foram disponibilizados e realizados os seguintes cursos:

- Básico de Vigilância ATS (ATM002) – dezesseis ATCO;

- Técnicas de Serviço de Vigilância ATS em Rota e Área Terminal (ATM015) - dez ATCO;

- Curso de Capacidade do Sistema de Pistas - doze alunos;

- Curso ATFM Tático - quatro alunos;

- Prática de Elaboração de Procedimentos: Convencional e RNAV / RNP / BARO VNAV (ATM037, ATM034 E ATM 036) – quatro alunos;

- NAV 015 - Manutenção de NDB Básico - quatro alunos;

- NAV 028 - Manutenção do DME THALES 415/435 - três alunos; e

- NAV 033 - Manutenção do ILS THALES 420 – três alunos.

A cooperação Brasil - Paraguai resultou na transformação da operação convencional do APP Guarani para operação radar. Foi efetuada a capacitação de seis controladores de tráfego aéreo do APP Guarani para operação radar, incluindo o estágio operacional no APP de Foz do Iguaçu e o treinamento para os técnicos paraguaios nos equipamentos implantados. Adicionalmente, foram realizadas inspeções em voo de diversos auxílios à navegação do Paraguai, conforme acordo entre o DECEA e a Dirección Nacional de Aeronáutica Civil (DINAC).

Empreendimento: Incremento da Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita (AVSEC)

Reestruturar, modernizar, integrar e automatizar a gestão de AVSEC, incluindo capacitação, alocação e treinamento de recursos humanos, revisão de procedimentos operacionais e confecção de regulamentos nas áreas de segurança orgânica e cibernética, objetivando a sustentabilidade e a garantia da segurança na prestação de serviços de navegação aérea no SISCEAB.

Benefícios esperados: Estabelecimento e implementação de um Sistema Integrado de Gestão AVSEC para o SISCEAB; desenvolvimento de um banco de dados para controle e gerenciamento dos ativos de segurança orgânica, física e cibernética; estabelecimento e implementação do Programa de Controle de Qualidade AVSEC; atualização das normas relativas ao AVSEC; fomento às medidas de proteção dos Sistemas de Tecnologia da Informação, Comunicação e Dados Críticos; capacitação de profissionais para a atuação específica em segurança da aviação civil no SISCEAB; e criação de linha de pesquisa para formação de massa crítica e conhecimento em AVSEC, aplicáveis ao SISCEAB.

Atividades desenvolvidas: No ano de 2019, foram realizadas atividades para atender à demanda da Auditoria da ICAO (USAP-CMA), contribuir para a melhoria contínua da segurança da aviação civil no país e no mundo e difundir a cultura AVSEC no SISCEAB.

Atualização/criação das seguintes normas:

- ICA 63-12/2019 – Procedimentos para os Órgãos do SISCEAB em caso de Ato de Interferência Ilícita (atualizada);
- CIRCEA 100-56/2018 – Ações de Órgão ATS (atualizada);
- ICA 800-8 - PCQ-AVSEC – Programa de Controle de Qualidade (criada);
- DCA 205-8 – Política de Gestão do Risco AVSEC DO SISCEAB (criada);
- ICA 205-51 – Gerenciamento do Risco AVSEC no SISCEAB (criada);
- MCA 205-2 – Manual AVSEC do SISCEAB (criada);
- MCA 205-4 – Manual de Gerenciamento de Risco AVSEC do SISCEAB (criada); e
- CIRCEA 100-84 - Coleta, Tratamento e Difusão de Informações sobre Atos de Interferência Ilícita Contra a Aviação Civil para os Elos do SISCEAB (criada).

Foi implementado o controle de qualidade com o início das inspeções da ASOCEA nos DTCEA e EPTA. Foram concluídas 20 inspeções e elaborados os Planos Regionais de Controle de Qualidade de cada Regional e DTCEA subordinados.

Houve uma auditoria, realizada pela OACI, no período de 27 de maio a 6 de junho, nos órgãos de controle de Brasília e São Paulo (Guarulhos), que obteve 99.49% de conformidade.

Foi disponibilizado o Sistema Integrado de Gestão AVSEC (SIGACSEC) para agilizar as ações AVSEC.

Foram capacitados mais de 400 profissionais em AVSEC, com o treinamento de Gerenciamento de Risco AVSEC, realizado na primeira semana de novembro, para todos os Gerentes Regionais e o Workshop no CINDACTA II com a apresentação de palestras sobre a Cultura AVSEC, painel de ciber security e ações de resposta interagências.

Empreendimento: Implantação do Serviço de Gerenciamento Técnico do SISCEAB (CGTEC)

Fonte: DECEA



Implantar o Centro de Gerenciamento Técnico do SISCEAB (CGTEC), visando à melhoria do gerenciamento do estado técnico e operacional dos sistemas, equipamentos e redes componentes do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

Benefícios esperados: Redução do tempo de resposta para os cenários de degradação de meios de comunicação, navegação, vigilância e automatização; e o aumento da capacidade e eficiência no Gerenciamento do Espaço Aéreo, por meio do incremento da disponibilidade e integridade dos equipamentos, sistemas e redes do SISCEAB.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, diversas ações foram empreendidas com o intuito de implantar a nova concepção de manutenção, atendendo às orientações da DCA 66-3 – Governança para Manutenção no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

Dessa forma, foram realizadas as revisões nas legislações afins, buscando a otimização dos processos de manutenção e do gerenciamento do ciclo de vida de equipamentos e sistemas. Pode-se ressaltar a revisão da DCA 21-2 – Implantação do Centro de Gerenciamento Técnico do SISCEAB, que alterou a estrutura de operação do serviço de gerenciamento técnico, buscando aumentar a disponibilidade dos sistemas, bem como

garantir a integridade das informações e a continuidade dos serviços por meio da segurança de toda rede.

Outras atividades focaram no desenvolvimento da manutenção baseada em performance, que tem como objetivo obter o desempenho dos componentes dos equipamentos diretamente dos próprios ativos, reduzindo os custos com deslocamentos de técnicos e antevendo prováveis panes.

Foi implementada a Prova de Conceito (PoC) da nova concepção de manutenção, proposta pela DCA 66-3. Em 2019, foi realizada a reestruturação da Sala Técnica do CINDACTA IV para avaliação dos conceitos de engenharia de manutenção, alterando a postura desse setor de reativa, no combate às falhas ocorridas, para proativa, buscando a identificação de possíveis panes antes de suas ocorrências. A PoC possibilitou também a criação dos Boletins Técnicos remotos, trazendo uma redução de 84% nos custos e 54% no homem-hora utilizado nas manutenções preventivas dos equipamentos componentes da PoC.

Empreendimento: Aprimoramento da Gestão Baseada em Desempenho

Prover recursos de Inteligência de Negócio para suportar as necessidades gerenciais do DECEA em gestão por desempenho.

Benefícios esperados: Garantir que o processo de tomada de decisão seja suportado por dados gerenciais relevantes que reflitam a realidade e integrem as diversas áreas de negócio, em todos os níveis gerenciais do DECEA.

Atividades desenvolvidas: Em 2019, o Empreendimento foi redirecionado, no sentido de priorizar suas atividades nas áreas de ATM, ADM e Segurança Operacional. Para tanto, foram concluídas algumas tarefas existentes e priorizados os seguintes projetos: Planejamento Físico/Orçamentário; Anuário Estatístico AD/Fase 2; EPLIS; Anuários Estatísticos TMA/FIR; TWR KPI GANP; e APP/ACC KPI GANP/IDBR.

No período, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos conceptivos:

- Documento de requisito dos indicadores de desempenho para TWR;
- Documento de Performance ATM do SISCEAB;
- Relatório do Estudo de Caso do ACC-BS, que contém o desenvolvimento dos indicadores KPI e IDBR, visando atender às especificidades nacionais;
- Relatórios de Desempenho Operacional dos seguintes órgãos: APP-BR, TWR-BR, APP-AN, TWR-GO, APP-CT, TWR-CT, APP-FL, TWR-FL, APP-SP, TWR-SP, APP-RJ, TWR-GL, APP-SV, TWR-SV, APP-NT, TWR-NT, APP-MN, TWR-EG, APP-BE e TWR-BE.

Foi elaborada a metodologia para explorar dados do radar (Cat62) e o modelamento para integração dos dados ATM dos sistemas BIMTRA, Tatic Flow, Cat62 e SETA.

Foram carregados no DW (Armazém de Dados) do SGID os dados para validação da metodologia de integração.

GESTÃO DAS MULTAS APLICADAS EM DECORRÊNCIA DA ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

Aplicação de Multas

Relatório de Penalidade (multas 2019)	
Processos abertos em 2019:	1006 Guias de Recolhimento da União (código de recolhimento 11020-5)
Multas pagas:	489
Valor total de multas aplicadas :	R$ 1.960.548,05
Multas não pagas :	517
Valor total de multas não pagas, remetidas para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para a respectiva inscrição na Dívida Ativa da União	R$ 2.489.800,00

Fonte : DECEA

As multas foram aplicadas pela Junta de Julgamento da Aeronáutica (JJAER). As infrações cometidas pelos autuados foram em decorrência do descumprimento das normas que regulam o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). O fato gerador dessas multas foi a expedição de 1.000 Autos de Infração, que acarretaram as decisões exaradas por 107 sessões de julgamento, resultando em 713 processos administrativos transitados em julgado na Primeira e na Segunda Instâncias. Os processos administrativos analisados no ano de 2019 foram oriundos, principalmente, de infrações envolvendo aeronaves da aviação geral e comercial; movimentações de DRONES sem a devida autorização; implantações de objeto, de qualquer natureza, temporária ou permanente, fixa ou móvel, em espaço aéreo sem a devida autorização; e descumprimento das normas inerentes aos Planos Básicos de Zona de Proteção de Aeródromos

Ressalta-se que o montante pago foi arrecadado pelo Banco do Brasil, via convênio 31067752, sob o contrato 19893132.

Plataforma de Comunicação Processual

Em 2019, A Junta de Julgamento da Aeronáutica implantou a Plataforma de Comunicação Processual, atendendo ao Decreto 8.539/2015, que trata do uso do meio eletrônico na tramitação dos processos administrativos. A partir da implantação da Plataforma, o autuado ou o seu representante legal passaram a ter a possibilidade de acompanhar a tramitação do processo administrativo eletronicamente, o que eliminou a necessidade das vistas processuais de forma presencial.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019

Composto pela Ação Orçamentária 20XV – Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, o orçamento do DECEA, no total de R$ 1.298.710.116,75 (Um bilhão, duzentos e noventa e oito milhões, setecentos e dez mil, cento e dezesseis reais e setenta e cinco centavos), programados para o exercício de 2019, foram divididos nos seguintes Planos Orçamentários – PO0002 com R$ 803.613.061,06 e a PO0003 com R$ 495.097.055,69.

Além dos recursos da Ação 20XV, o DECEA, recebeu o valor de R$ 205.200,00 (duzentos e cinco mil e duzentos reais) da Ação 00OQ – Contribuição à Organização dos Serviços de Navegação Aérea Civil, para contribuir com à Civil Air Navigation Services Organization (CANSO), organização internacional que congrega Provedores de Serviço de Navegação Aérea, públicos e privados de todas as partes do mundo, objetivando aumentar a performance das atividades de Gerenciamento de Tráfego Aéreo.

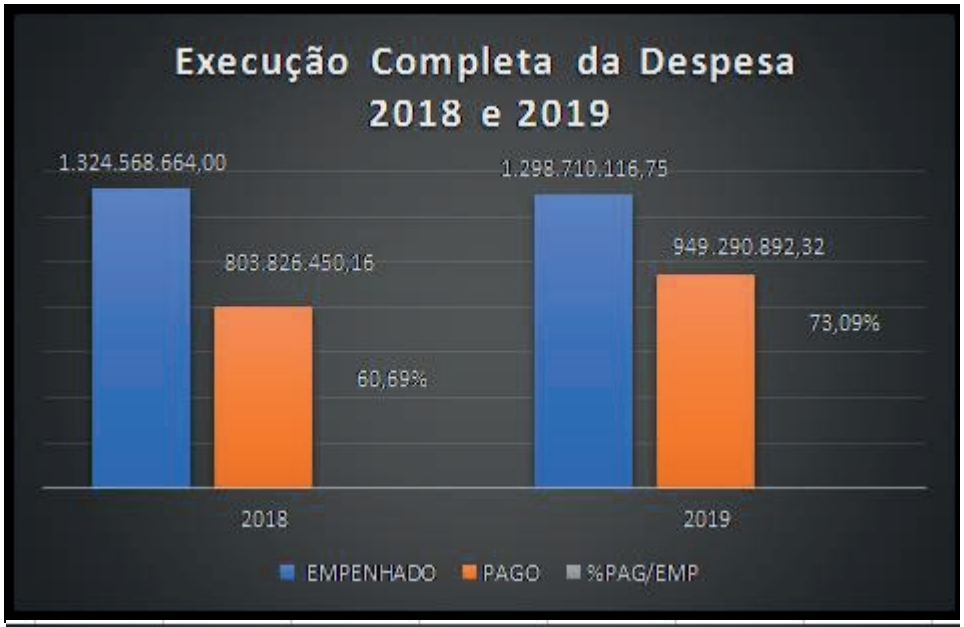
Diante disso, foi efetuada a contribuição àquela Organização para que, por intermédio da participação em seus comitês, grupos de trabalho e órgãos regionais, o DECEA possa participar e ter acesso aos resultados do desenvolvimento de práticas operacionais e estudos que possam favorecer a harmonização regional e mundial de procedimentos, a evolução de padrões de operação e, especialmente, o aumento da segurança das operações aéreas.

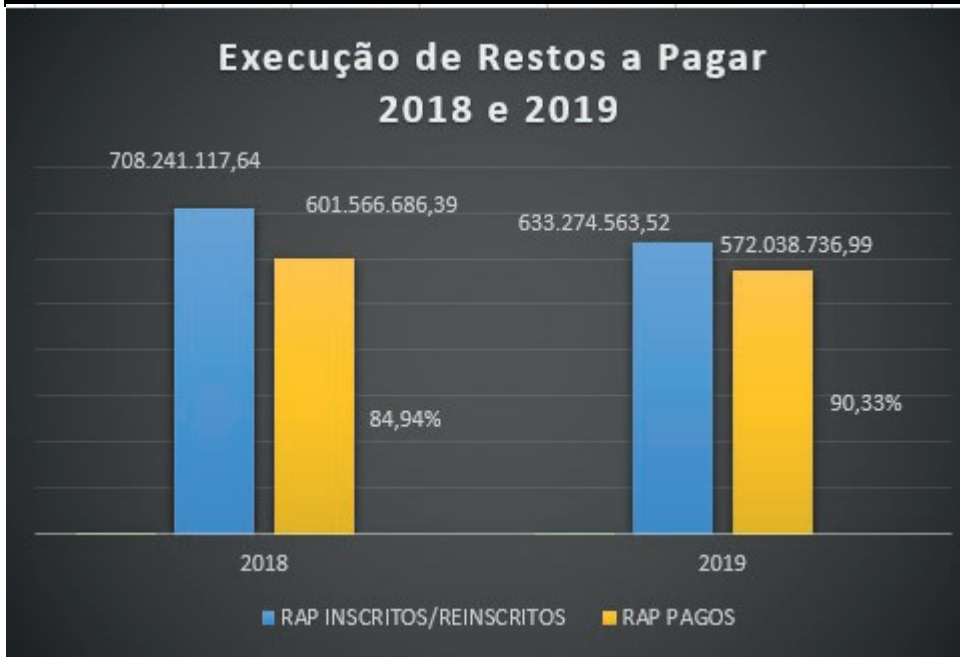
A CANSO é reconhecida mundialmente como uma voz atuante nos temas de navegação aérea. Seus membros respondem por cerca de 90% do tráfego aéreo mundial e, por meio dos grupos de trabalho, contribuem para o desenvolvimento de novos conhecimentos para o setor, gerando aumento da segurança e da eficiência das operações aéreas.

Ao finalizar o ciclo de dotação orçamentária de 2019, os resultados alcançados na gestão financeira podem ser traduzidos como um grande esforço empregado por todos os integrantes do DECEA, na busca incessante das melhorias dos índices de execução financeira.

Os recursos recebidos foram 100% empenhados, obtendo o total de R$ 949.290.892,32 de despesas pagas, o que representou 73,09%. Ao se atingir o pagamento de 90,33% dos recursos em Restos a Pagar Reinscritos, o exercício financeiro de 2019 finalizou com um valor total de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos para 2020 de R$ 410.656.874,72.

Dados comparativos:





Gestão de pessoas

PFV
Programa
de Fortalecimento
de Valores do DECEA

Amparado pelo Manual do Comando da Aeronáutica MCA 909-1, o PFV tem por objetivo promover ações que estimulem a adoção e a vivência prática de valores fundamentais para o DECEA e para o Comando da Aeronáutica (COMAER).

São objetivos do Programa de Formação e Fortalecimento de Valores:

a) padronizar os valores morais a serem cultivados na carreira militar, visando nortear o desenvolvimento do fortalecimento ético, moral, cívico e social, no âmbito do Comando da Aeronáutica;

b) disseminar os conceitos e promover debates sobre a importância dos preceitos da ética profissional, dos valores e deveres militares por parte do efetivo das Organizações de Ensino subordinadas ao DEPENS;

c) despertar o interesse e a participação de todos aqueles que são ligados, direta ou indiretamente, à formação dos alunos nos assuntos e valores que se relacionem com a vida militar;

d) sensibilizar todos os envolvidos da importância e da necessidade de manter a coesão irrestrita em torno dos mesmos valores, o que é fundamental para formar uma tropa forte, motivada e altamente capaz;

e) possibilitar um enriquecimento moral e ético de todos os envolvidos com as atividades previstas neste programa; e

f) fornecer uma bagagem de conhecimentos que capacite os oficiais e praças a difundir estes valores, orientando, motivando e unindo seus pares e subordinados.

Dessa maneira, no ano de 2019, a cada mês foi trabalhado um valor principal, que, por sua vez, foi detalhado semanalmente junto com outros valores correlatos.

As atividades propostas variaram de artigos, entrevistas, vídeos, palestras, debates

a dicas de atividades que corroboraram o sucesso do que se pretendia firmar.

A disseminação de conceitos e valores e o despertar do interesse pessoal ao que nos une como coletivo permitiu o enriquecimento moral e a manutenção da coesão deste complexo sistema para o qual prestou-se grande esforço e dedicação.

Para fechar o ano de 2019, em dezembro, a Comissão do PFV apresentou ao efetivo do DECEA uma palestra sobre espírito de corpo e lealdade.

GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo, atendendo ao preconizado pelo processo de reestruturação do Comando da Aeronáutica, teve sua execução orçamentária, no que tange às diversas contratações, apoiada por Unidades Gestoras Executoras, a saber: GAP-RJ, GAP-AF, GAP-GL, GAP-SJ, GAP-SP, GAP-SC, GAP-RF, GAP-MN, GAP-CT, GAP-DF, GAP-CO, GAP-NT, CAE, CABW e CABE.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para a realização

Principais tipos de contratações diretas

FINALIDADE	OBJETO
Gerenciamento do Tráfego Aéreo	Central de Áudio do Centro de Aproximação/ Torre de Controle de Londrina e Ampliação nos CINDACTA I, CINDACTA IV, DTCEA-YS, DTCEA-PA e DTCEA-FI. Implantação de Torre de Controle de Aeródromo Remota na ALA 12 (Santa Cruz)
Navegação Aérea	Aquisição e implantação de Sistemas Integrados de *Distance Measuring Equipment* (DME), para 16 (dezesseis) localidades. Aquisição de 2 (dois) *Instrument Landing System* (ILS) / *Distance Measuring Equipment* (DME), para Brasília e Fortaleza; e reinstalação do GLIDE SLOPE do ILS de Vitória - ES.
Meteorologia	Fornecimento de Estações Meteorológicas de Superfície Classe 1 e Classe 2, assim como o *upgrade* para os sítios do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).
Operações Militares	Radar de Rota Bidimensional para Forte Príncipe da Beira (RO).
Telecomunicações	Fornecimento de Estações Integradas MFI, para as localidades do projeto associado. Aquisição de Data Link Remote System (DLRS) Fixo e Transportável para o GCC e estações fixas DATA LINK, para o CINDACTA I e o CINDACTA IV. Estações Integradas de Rádio de Comunicação Terra-Ar em VHF para os sítios de Navegantes, Caxias do Sul, Corumbá, Guarulhos, Aeroporto Santos Dumont e João Pessoa, assim como a ampliação das Estações VHF dos sítios de Teófilo Otoni, Ilhéus, Patos e Recife Fornecimento de equipamento, serviços e materiais de instalação, visando à modernização das Estações Integradas de Rádio de Comunicação Terra-Ar em VHF, nos sítios de Londrina-PR e Arapongas-PR Fornecimento de equipamentos e serviços especializados de engenharia para aplicação na integração do Sistema de Comunicações Satelitais do Comando da Aeronáutica (TELESAT) à rede de comunicações de dados ATN-BR.

Fonte: DECEA

Dentre as contratações mais relevantes no exercício analisado, pode-se citar:

- **Implantação de Torre de Controle de Aeródromo Remota na ALA 12 (Santa Cruz)**

Trata-se da primeira Torre de Controle Digital do hemisfério sul, destinada a digitalizar as informações visuais de uma Torre de Controle convencional por meio de câmeras e telas de alta resolução, tornando possível a operação remota de um órgão

operacional desse tipo, mantendo os níveis de segurança e qualidade observados em torres convencionais.

• **Aquisição de Radar de Rota Bidimensional para Forte Príncipe da Beira (RO)**

Busca a melhoria na vigilância radar a partir da fronteira oeste do Brasil, considerando as áreas descobertas em sua extensão e significância dos movimentos aéreos no aludido cenário, sejam cooperativos ou não, com possibilidade de implantar radares em áreas de domínio do COMAER ou consorciados com ambientes onde haja o emprego operacional da aviação, sem maiores custos de aquisição de área patrimonial.

• **Aquisição e implantação de Sistemas Integrados de Distance Measuring Equipment (DME)**

Com a evolução do Sistema ATM Nacional, foi observada a necessidade de prover a melhoria na segurança e eficiência da navegação aérea, de maneira a prover um volume de cobertura adicional para diversos setores, em especial nas localidades de Altamira (PA), Aripuanã (MT), Barcelos (AM), Canarana (MT), Carauari (AM), Conceição do Araguaia (PA), Eirunepé (AM), Guajará-Mirim (RO), Ji-Paraná (RO), Lábrea (AM), Porto Alegre do Norte (MT), Porto Esperidião (MT), Sorriso (MT), Surucucu (RO), Tangará da Serra (MT) e Tarauacá (AC). Assim, de maneira a permitir a execução de procedimentos operacionais com a segurança requerida no âmbito da Proteção ao Voo, faz-se necessária a aquisição de 16 (dezesseis) auxílios DME para instalação nas localidades mencionadas.

• **Fornecimento de Sistemas de Energia Ininterruptos (UPS) de tecnologia modular**

A substituição das UPS e das baterias dos retificadores se tornou imprescindível, uma vez que atingiram o seu tempo de vida útil e com isso comprometiam o perfeito funcionamento dos equipamentos que necessitam de fornecimento de energia elétrica estável e ininterrupta.

• **Obra da rede de cabos dos sistemas eletrônicos para interligação da KT-RADAR/VHF ao DTCEA em Fernando de Noronha - PE**

Possibilitar o uso dos sinais radar e rádio (VHF), no controle de tráfego aéreo local e no ACC Recife e no ACC Atlântico (CINDACTA III).

• **Obras de VHF nas localidades de Corrente-PI e Lençóis-BA**

Prover infraestrutura compatível para as novas estações de VHF que serão instaladas, pois existe a previsão de incremento do tráfego aéreo nos próximos anos e a necessidade operacional de se expandir a cobertura de comunicações para os diversos níveis de voo, no âmbito do CINDACTA III. Além disso, as estações de VHF a serem substituídas são de fabricação TECNASA, com cerca de 20 anos de uso, estão obsoletas e sem o necessário respaldo logístico de seu fabricante.

Justificativas referentes às contratações

Assegurar a operacionalidade dos equipamentos que compõem o suporte às atividades aéreas, oferecendo segurança aos tripulantes de aeronaves civis e militares que sobrevoam o espaço aéreo, e permitir o desenvolvimento da atividade operacional e técnica, além de oferecer a infraestrutura física necessária ao funcionamento das atividades de controle do espaço aéreo.

As contratações destinadas ao funcionamento administrativo realizadas no âmbito do DECEA, em consonância com seus objetivos estratégicos, objetiva propiciar melhores condições no ambiente de trabalho, por meio da garantia de uma infraestrutura básica de apoio ao homem, que se paute na manutenção, conservação e segurança dos bens patrimoniais móveis e imóveis. De maneira análoga, a reforma das instalações relacionadas às condições de trabalho sugere a necessidade da adoção de providências, no sentido de que os ambientes de trabalho sejam mais humanizados, de modo a possibilitar a melhoria contínua dos processos associados à atividade operacional. No mesmo sentido e mantendo a aderência aos objetivos estratégicos, a alocação de recursos em Tecnologia da Informação visa à transformação digital da Organização, conferindo maior transparência, segurança das informações e padronização de procedimentos.

Manter a operacionalidade dos radares e dos meios de comunicação correlacionados, além das manutenções operacionais dos controladores de tráfego aéreo e dos técnicos que operam os referidos sistemas

Conformidades legais

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos no exercício analisado foram:

• Concorrências Públicas: artigo 22, inc. I da Lei nº 8.666/1993;

• Contratações Diretas: artigo 24, inc. I, VII, VIII e IX; e art. 25, caput e inc. I, todos da Lei nº 8.666/1993;

• Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019.

Principais desafios e ações futuras

Com a nova política de execução financeira e patrimonial do Comando da Aeronáutica, na qual os Grupamentos de Apoio passam a ser responsáveis pela finalização dos Processos Licitatórios de diversas Unidades Responsáveis, houve a necessidade de antecipar prazos para conclusão da fase inicial (interna) do Processo Licitatório.

A qualificação do pessoal nos assuntos decorrentes de áreas técnicas, bem como administrativa se fez necessária devido à constante atualização de legislações em vigor, pois se trata de um assunto sensível, devido aos riscos inerentes a cada Processo.

A gestão das contratações no âmbito do DECEA se depara com o desafio de atender a sua sede e a todas as organizações subordinadas, dos Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo subordinados e das Estações de Apoio ao Controle do Espaço Aéreo, localizados nas diversas regiões do Brasil. Assim, a necessidade de coordenação e fiscalização demandam elevado grau de capacitação do efetivo envolvido em diferentes áreas de atuação.

O planejamento das contratações públicas é um grande desafio, uma vez que se trata da fase que irá nortear todas as fases seguintes das contratações. Dessa forma, faz-se necessária a qualificação pessoal em decorrência das constantes mudanças nas legislações que regem os procedimentos a serem adotados.

Atingir a finalidade e atender às demandas administrativas requer planejamento, execução e controle de todos os processos de contratação e aquisição de bens e serviços ao longo dos anos. A forma de controle desses processos passa por constante aprimoramento e modernização, sempre em busca de mais eficiência e transparência nas prestações de contas. Essas modernizações, que visam a melhorias na gestão da coisa pública, também demandam a reciclagem e adaptação de procedimentos e formas de controle, exigindo das pessoas diretamente envolvidas no processo elevado grau de capacitação e preparo.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

A gestão patrimonial das instalações prediais e infraestrutura do DECEA e OM Subordinadas baseia-se nas normas dos Sistemas de Patrimônio e de Engenharia do COMAER: ICA 87-7; DCA 87-3; ICA 85-1; NSCA 85-1; NSCA 87-1; DCA 351-1; ICA 12-20; ICA 87-5; MCA 12-2; RCA 12-1; CBA (Lei nº 7565/1986); dentre outas.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Cabe ressaltar que, em virtude da grandiosidade de investimentos de infraestrutura relacionados à área de Controle do Espaço Aéreo, a cargo do DECEA, o controle e gerenciamento dos investimentos nessa área é feito à parte, com os dados sendo apresentados a seguir.

Na área de infraestrutura, o DECEA investiu, em 2019, o valor de **R$ 43.728.798,20** em obras de conservação, adaptação e adequação, incluindo algumas construções, todas voltadas à manutenção do bom estado das instalações prediais necessárias ao melhor desempenho das atividades do SISCEAB, envolvendo a sede do DECEA, OM subordinadas, especialmente os Órgãos Regionais e seus Destacamentos distribuídos em todo o território nacional.

O DECEA investiu o valor de **R$ 26.753.250,00** em aquisição de veículos, renovando a frota necessária à manutenção dos equipamentos e atividades de suporte ao Sistema.

O esforço financeiro do DECEA relacionado à Segurança foi da ordem de **R$ 10.799.612,00**, empregados na aquisição de equipamentos diversos para a implantação ou revitalização dos sistemas de Vigilância Eletrônica na Sede e nas Organizações subordinadas.

Adicionalmente, o montante de **R$ 155.382,90** foi aplicado na capacitação de recursos humanos por meio do Curso de Implantação e Manutenção de Segurança Eletrônica, com a formação de 64 alunos no ano de 2019.

Principais Desafios e Ações Futuras

Planejamento de maior investimento na manutenção predial, inclusive em obras preventivas que reduzam os custos decorrentes da deterioração acumulada.

Quanto à Segurança Eletrônica, o DECEA busca soluções eficazes e economicamente viáveis, com vistas a resguardar a integridade física do seu pessoal e dos bens materiais das suas OM subordinadas, estando planejada a aquisição dos materiais para os sistemas de Vigilância Eletrônica para os DTCEA e EACEA, para o ano de 2020, bem como a ativação de curso para implantação e manutenção de controle de acesso e detecção de intrusão.

Sustentabilidade ambiental

Fonte: DECEA



O DECEA tem desempenhado um papel importante no cumprimento da legislação socioambiental e de sustentabilidade com foco na preservação da natureza em um ambiente de trabalho de qualidade. Assim, assegura o comprometimento com a preservação e a defesa do patrimônio ambiental, bem como a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a proteção ambiental.

O Departamento vem trabalhando na implantação do **Plano de Logística Sustentável (PLS)**, que abrange, além do Órgão Central e as OM Apoiadas, situadas no Complexo Santos Dumont, as suas Organizações Militares (OM) subordinadas em todo o Brasil.

Com o objetivo de identificar os fundamentos do PLS e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) e propor as suas melhores práticas, o Subdepartamento de Administração (SDAD) coordenou a formação das Comissões Gestoras do Plano de Logística Sustentável (CGPLS), do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (CGPGRS) e de Coleta Seletiva Solidária (CCSS), com a participação de todas as OM existentes no Complexo Santos Dumont.

O DECEA tem participado de palestras de capacitação nas OM Subordinadas, como também nas OM que compõem a Guarnição Aeronáutica do Rio de Janeiro (GUARNAE-RJ), extensivo ao efetivo das suas OM subordinadas. Além disso, tem estabelecido parcerias com as OM subordinadas ao Comando-Geral de Apoio (COMGAP) para atuação conjunta nessa área.

No COMAER, a gestão do meio ambiente está definida no Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA), RCA 12-1/2019, que estabelece a essência deste trabalho no âmbito do Comando da Aeronáutica, com a adoção de critérios e padrões de sustentabilidade criando a figura do Gestor Ambiental. Em 2018, foram criados o Sistema Gestão Ambiental (SISGA), do COMAER; a Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 14-12), que estabelece a "Política de Meio Ambiente do Comando da Aeronáutica"; e a Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica (NSCA 83-1), que estabelece a estrutura do "Sistema de Gestão Ambiental do Comando da Aeronáutica" (SISGA).

O SISGA reforçou os trabalhos das OM Subordinadas e das Comissões do Complexo, cujas atividades encontram-se em desenvolvimento no DECEA. Por meio das supracitadas comissões, este Departamento possui, como premissa principal, o estabelecimento dos processos de gestão nos setores de meio ambiente e sustentabilidade, pautada na coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, e considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado.

Recentemente, a ICA 83-1, de outubro de 2019, da DIRINFRA, que trata do "Controle e Gestão Ambiental no âmbito do Comando da Aeronáutica", ratificou os trabalhos desenvolvidos no âmbito do DECEA, desde 2016, enfatizando a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), coadunando com a Estrutura Sistêmica do DECEA, criada em janeiro de 2019 para o trâmite do PLS.

No ano de 2019, o DECEA promoveu uma série de iniciativas dedicadas à preservação ambiental que refletem desde pequenas ações, como o manejo de resíduos nas Organizações Subordinadas em dimensões regionais.

No decorrer dos trabalhos das Comissões do Complexo Santos Dumont algumas iniciativas estão sendo aplicadas, tais como:

1. construção da Central de Resíduos (recicláveis, eletroeletrônicos, perigosos, mobiliário);

2. confecção de edital de chamamento para a Coleta Seletiva Solidária de resíduos recicláveis destinados à cooperativa de catadores e outros projetos de natureza social;

3. construção da Estação de Tratamento de Resíduos Industriais (ETRI) para eliminar o lançamento desses resíduos na Baía de Guanabara;

4. reuniões das comissões com os setores de manutenção, contrato, assessoria de comunicação etc.;

5. realização de palestras de sensibilização e capacitação do efetivo (militares, servidores) das OM do Complexo e funcionários de empresas contratadas para limpeza e remoção de resíduos;

6. capacitação dos fiscais de contratos de resíduos, apresentando as obrigações constantes na legislação para retirada de resíduos do Complexo Santos Dumont, observando a obrigatoriedade da confecção do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR);

7. mudança da tarifa de energia elétrica do Complexo, proposta pela comissão do

PLS em seus planos de ação e executada pelo GAP-RJ, que gerou economia nos gastos públicos;

8. participação em Congressos e Fóruns nacionais e internacionais com temas afetos ao meio ambiente, à sustentabilidade e à gestão de resíduos;

9. Workshop de Boas Práticas Ambientais e Sustentabilidade no âmbito do DECEA;

10. Seminários de Resíduos Sólidos no DECEA;

11. eventos do Dia Internacional do Meio Ambiente;

12. estudo da envoltória do prédio principal do DECEA – Retrofit BWC´s (iluminação de alta eficiência) para determinação do nível de eficiência energética, visando à Etiqueta Geral em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF);

13. instalação de sistema de aquecimento solar de água nos alojamentos;

14. instalação de aparelhos economizadores de água (redutores de pressão);

15. implementação de Programas e Projetos de Qualidade de Vida no Trabalho (Programa Integrar, Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria, Campanhas de Vacinação, dentre outros); e

16. substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas led, gerando a diminuição de potência instalada e consequente economia de gastos públicos.

As atuações das Comissões do Complexo Santos Dumont são desdobradas, através da realização de parcerias com órgãos públicos, tais como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), Companhia Estadual de Água e Esgoto (Nova CEDAE), entre outras 83 organizações públicas que fazem parte da Rede de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro, no acesso a materiais de apoio e capacitação continuada de seus membros. Vale destacar, ainda, que o DECEA é membro da Rede Rio de Sustentabilidade.

Além disso, são registradas iniciativas sustentáveis por todas as OM Subordinadas ao DECEA, como a preservação de áreas verdes; o licenciamento ambiental; a energia solar utilizada nas OM mais remotas; o programa REUNI que faz a integração das bibliotecas às OM; o programa SIRIUS e o conceito PBN Navegação Baseada na Performance com redução na emissão de gases poluentes (CO2) e do ruído, bem como a economia de combustível; a implementação do aplicativo FPL BR, que proporciona a elaboração, validação, envio e atualização dos dados do plano de voo pela internet, reduzindo a intervenção manual e a produção de cartas em papel; a instalação de iluminação de Alta Eficiência (% potência e cenários), o Retrofit BWC´s (aparelhos economizadores de água, iluminação de alta eficiência), de sistema de aquecimento solar de água em alojamentos, de Wetland – sistema conhecido como terras úmidas, projetado artificialmente em formas de tanques, lagos ou canais rasos, que abrigam plantas aquáticas aplicadas no tratamento de diversas tipologias de efluentes; entre outros.



6.8 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL - DCTA

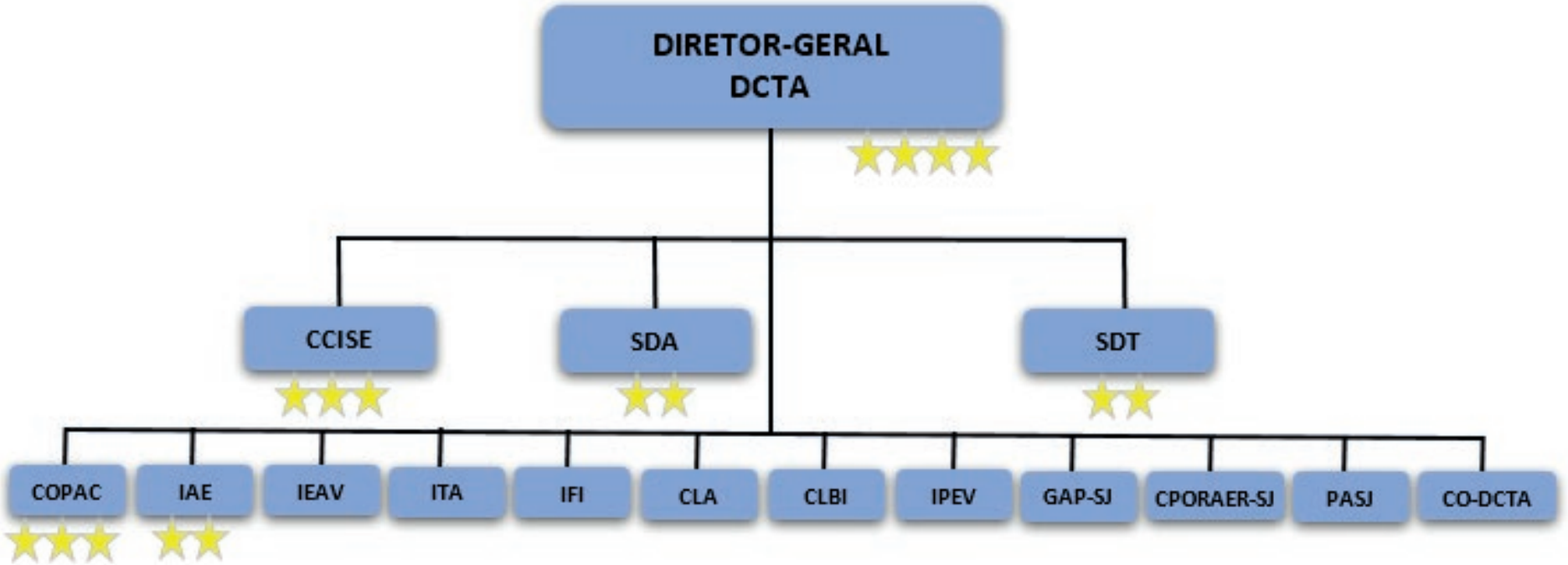
Missão:

"Desenvolver soluções científico-tecnológicas no campo do Poder Aeroespacial, a fim de contribuir para a manutenção da soberania do espaço aéreo e a integração nacional".

Visão:

"Ser reconhecido, no Brasil e no exterior, como uma Organização inovadora na produção de soluções científico-tecnológicas no campo do Poder Aeroespacial".

Estrutura:


DIRETOR-GERAL
DCTA
CCISE
SDA
SDT
COPAC
IAE
IEAV
ITA
IFI
CLA
CLBI
IPEV
GAP-SJ
CPORAER-SJ
PASJ
CO-DCTA

Cadeia de Valor:



Fone DCTA

Na área de ciência e tecnologia, destaca-se o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA, com a missão de desenvolver soluções científico-tecnológicas no campo do Poder Aeroespacial, a fim de contribuir para a manutenção da soberania do espaço aéreo e para a integração nacional e, ainda, no fortalecimento da Base Industrial de Defesa, por meio dos engenheiros formados no ITA, pelo desenvolvimento de tecnologias complexas, pelas certificações e ensaios em voos de diversos sistemas e por fomentar parcerias estratégicas.

O DCTA, além das atividades descritas, também é o órgão central do Sistema de Inovação da Aeronáutica (SINAER), que visa coordenar os esforços das Instituições de Ciência e Tecnologia do Comando da Aeronáutica em busca de processos e produtos inovadores, prioritariamente voltados para as atividades aeroespaciais, operacionais, logísticas e, eventualmente, em outras de interesse do COMAER.

Em particular, a contribuição do DCTA na reformulação do programa F-X viabilizou os avanços tecnológicos e o compartilhamento de conhecimento técnico e inovador entre Brasil e Suécia, com a efetiva participação da indústria nacional e a internalização da capacidade produtiva, tendo em vista a parceria EMBRAER – SAAB, bem como as compensações industriais e tecnológicas do acordo de offset derivadas do contrato de aquisição das aeronaves "Gripen".

Já o desenvolvimento do KC-390 é outro marco a ser ressaltado, tratando-se de aeronave de transporte militar e de reabastecimento em voo, em substituição aos Hércules C-130, sendo essa a maior aeronave já produzida na América Latina, com sistema de comando de voo de última geração e reduzidos custos de operação e manutenção.

Continuando e aprofundando a presente análise, como forma de avaliar e apresentar o desenvolvimento de tecnologias disruptivas, vale apresentar o projeto PropHiper, o qual se trata do primeiro motor aeronáutico hipersônico em desenvolvimento no país, um dos poucos do mundo na sua área de aplicação, cuja finalidade é dominar o ciclo de desenvolvimento de veículos hipersônicos que voam, no mínimo, a cinco vezes a velocidade do som, ou Mach 5. Apesar dessa tecnologia ainda estar em fase de desenvolvimento, já simboliza o estado da arte e fronteira do conhecimento nessa dimensão de estudo, mesmo para países como Estados Unidos, Rússia e China.

Por fim, é de se destacar a iniciativa de preparação para a utilização comercial do futuro Centro Espacial de Alcântara (CEA), além dos novos projetos derivados das atividades do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), as quais demandam uma forte ação de gestão do relacionamento entre empresas e governo.

Assim, de forma ampla e irrestrita, o DCTA contribui fortemente para a indústria aeroespacial, para o crescimento econômico brasileiro, em uma ampla faixa de atividades, desde o setor primário, sendo capaz de provocar impacto positivo e relevante nas indústrias de alta tecnologia.

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) é uma organização militar e instituição científica e tecnológica do Comando da Aeronáutica, previsto pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo por finalidade planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação. O DCTA atua em ambientes de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento, com sede na cidade de São José dos Campos, São Paulo, sendo constituído por seus Subdepartamentos Técnico e de Administração, pela Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE), localizada em Brasília, Distrito Federal, e suas organizações militares subordinadas.

Conforme Decreto nº 6.834, de 2009, combinado com o Regimento Interno do Comando da Aeronáutica (RICA 20-36/2019), as seguintes organizações militares são subordinadas ao DCTA: Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ), Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), Comissão de Obras do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (CO-DCTA), Grupamento de Apoio de São José dos Campos (GAP-SJ), Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Instituto de Estudos Avançados (IEAV), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), e Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ).

Dentro deste escopo, a missão do DCTA é assim sintetizada:

"DESENVOLVER SOLUÇÕES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS NO CAMPO DO PODER AEROESPACIAL, A FIM DE CONTRIBUIR PARA A MANUTENÇÃO DA SOBERANIA DO ESPAÇO AÉREO E A INTEGRAÇÃO NACIONAL".

Com vistas ao cumprimento desta missão, pode ser abstraído um macroprocesso finalístico e um de apoio executados pelo DCTA, a "pesquisa e desenvolvimento" e o "ensino", respectivamente.

A "Pesquisa & Desenvolvimento" é o trabalho criativo e empreendido em base sistemática, com vistas a aumentar o estoque de conhecimento, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, e ao uso desse estoque para perscrutar novas

aplicações. Três categorias podem ser distinguidas em P&D: pesquisa básica, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental.

O "Ensino" é o processo sistemático de transmissão de conhecimento utilizado pelos seres humanos com o objetivo de instruir ou educar os semelhantes. O ensino formal, aquele praticado nas Organizações subordinadas ao DCTA, pressupõe a interação entre docentes e discentes, com respaldo de conteúdo, forma, certificação, profissionais de ensino, etc.

Em busca de esforços no sentido de seu desenvolvimento, o DCTA identificou a seguinte visão de futuro:

"SER RECONHECIDO, NO BRASIL E NO EXTERIOR, COMO UMA ORGANIZAÇÃO INOVADORA NA PRODUÇÃO DE SOLUÇÕES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS NO CAMPO DO PODER AEROESPACIAL".

Para ajudar na construção da Organização, foram definidos os seguintes valores institucionais: comprometimento, patriotismo, integridade, profissionalismo, criatividade, excelência e rigor científico.

Para cumprir sua árdua missão, o DCTA conta com a estrutura organizacional prevista no Regimento Interno do COMAER, RICA 20-36/2019, a qual pode ser visualizada pelo organograma apresentado na figura da Estrutura organizacional do DCTA, acima.

A modelagem de negócios do DCTA é representada por sua Cadeia de Valor, assim como a de todos ODGSA no COMAER.

A diversidade e complexidade das atividades desenvolvidas pelas diversas organizações integrantes do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA, assim como a complexidade do inter-relacionamento destas atividades, não só entre as organizações do DCTA, mas também com seus clientes finais (organizações apoiadas) e principais parceiros, tornam um grande desafio o mapeamento e controle dos processos relacionados. Por este motivo, por terem sido considerados essenciais para o sucesso da Organização no cumprimento da sua finalidade, o acompanhamento e controle dos principais processos de trabalho, aqui chamados de macroprocessos, listados a seguir, além de proporcionarem um aperfeiçoamento da gestão do DCTA, trarão ainda outras consequências positivas, tais como:

- aprimoramento dos resultados;

- aprimoramento do planejamento, da implementação, do monitoramento e da avaliação de políticas;

- uniformização de alguns conceitos, abordagens e sobre indicadores; e

- melhoria na comunicação dos resultados.

O relacionamento entre os Macroprocessos é realizado por meio de fluxos de informações. A visualização destes fluxos permite entender a interdependência entre os processos e define uma cadeia de processos clientes e processos-fornecedores.

Os Macroprocessos de Apoio do DCTA revestem-se de importância capital e estão diretamente relacionados ao Macroprocesso Finalístico, uma vez que é por intermédio dos mesmos que o apoio essencial ao funcionamento da Organização é proporcionado. Os Macroprocessos de apoio são:

- Ensino;

- Gestão da Informação;

- Logística;

- Gestão Financeira e Orçamentária;

- Gestão de Pessoas.

O DCTA, por ser uma organização que provê o desenvolvimento de soluções científicas e tecnológicas para a FAB, vem cumprindo sua missão, tendo um desempenho demonstrado pelos produtos entregues no decorrer do ano, sejam estes tecnológicos, científicos ou acadêmicos.

Os macroprocessos componentes da Cadeia de Valor do DCTA, tanto o finalístico como os de Apoio são desdobrados em Processos, detalhando melhor a sua composição e importância na estrutura de trabalho do ODSA, na execução de sua missão. Conforme abaixo:

- 6 (seis) Processos referentes à Pesquisa e Desenvolvimento;

- 4 (quatro) Processos referentes ao Ensino;

- 6 (seis) Processos referentes à Gestão da Informação;

- 7 (sete) Processos referentes à Logística;

- 3 (três) Processos referentes à Gestão Financeira e Orçamentária; e

- 6 (seis) Processos referentes à Gestão de Pessoas.

Tomando-se como ponto de partida uma "Cadeia de Valor", na qual o produto final

reflete a missão do DCTA, foram identificados 06 (seis) Macroprocessos, sendo 01(um) Finalístico e 05 (cinco) de Apoio.

Dentre os principais produtos hoje em desenvolvimento pelo DCTA, integrantes do Macroprocesso Finalístico da Cadeia de Valor, Pesquisa e Desenvolvimento, executados por meio de programas e projeto/iniciativas destacam-se os relativos às atividades do Programa Espacial Brasileiro – PEB a saber: o CEA (Centro espacial de Alcântara) e o Projeto VLM-1 (Veículo Lançador de Microssatélites); os programas de aquisições/ modernização/ desenvolvimentos de plataformas aéreas, como o F-X2, KC-390, A-1M e E-99M.

Ainda relativos aos projetos e programas, o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação da Aeronáutica (PCA 11-217), relaciona 38 projetos e propostas para o DCTA, onde se destaca 4 projetos que também estão presentes na PCA 11-47/2018, como estratégicos, tendo sido priorizados e definidos pelo EMAER, por intermédio do PEMAER, que seguem abaixo:

Sistema IFF MODO 4 NACIONAL – Sistema IFF (Identification Friend Or Foe) Modo 4 Nacional, Fase 2 – busca desenvolver, qualificar e certificar os principais componentes do "Sistema IFF Modo Nacional" até a maturidade tecnológica suficiente para a integração e a industrialização.

VLM – 1 Veículo Lançador de Microssatélites – busca conceber, desenvolver, projetar, fabricar e lançar um protótipo de Veículo Lançador de Microssatélites com capacidade de colocar cargas úteis espaciais ou microssatélites (até 150 kg) em órbita baixa (LEO) – equatorial, polar ou de reentrada.

PROPHIPER 14-X – Propulsão Hipersônica – busca desenvolver demonstradores tecnológicos de Veículo Aeroespacial Hipersônico com combustão supersônica.

O 4º Projeto é considerado como informação classificada, conforme LAI.

Macroprocessos finalísticos

O Macroprocesso Finalístico do DCTA deriva de seus Objetivos Setoriais e correspondem às grandes atividades por meio das quais a Organização cumpre a sua missão. O Macroprocesso Finalístico definido para o DCTA é o de Pesquisa e Desenvolvimento.

Esse macroprocesso, assim como os demais, possui derivações por meio de processos, subprocessos, macroatividades, atividades e tarefas, que buscam a uniformização e otimização do uso dos recursos na busca da atividade finalística.

Abaixo, segue um extrato, até o nível subprocesso, da versão V1-2019, da Hierarquia de Processos, baseada na Cadeia de Valor do DCTA, do Macroprocesso Finalístico Pesquisa & Desenvolvimento.

PROCESSO	SUBPROCESSO
A1.1 Elaborar Estratégia de P&D	A1.1.1 Conduzir Prospecção Tecnológica Interna
	A1.1.2 Identificar Desafios Tecnológicos
	A1.1.3 Conduzir Prospecção Tecnológica Externa
	A1.1.4 Determinar Poder Relativo de Resposta
	A1.1.5 Estabelecer Rotas Tecnológicas
	A1.1.6 Preparar Encomendas de Desenvolvimento e de Contratação
	A1.1.7 Analisar a Situação Estratégica de C, T & I
A1.2 Gerir Portfólios	A1.2.1 Manter Portfólios
	A1.2.2 Viabilizar Propostas
	A1.2.3 Avaliar e Priorizar Propostas
	A1.2.4 Gerir Propriedade Intelectual
	A1.2.5 Aprovar Proposta
	A1.2.6 Atualizar Programa
	A1.2.7 Encerrar Projeto
A1.3 Contratar Soluções Tecnológicas	A1.3.1 Planejar Compras e Aquisições
	A1.3.2 Planejar Contratações
	A1.3.3 Selecionar Fornecedores
	A1.3.4 Administrar Contratos
A1.4 Gerir Stakeholders	A1.4.1 Gerir Parcerias Estratégicas e Ações de Offset
	A1.4.2 Conduzir as Ações Jurídicas de Captação de Recursos Externos
	A1.4.3 Conduzir as Ações Jurídicas de Parcerias
	A1.4.4 Gerir Comunicação Estratégica
A1.5 Gerir Projetos	A1.5.1 Iniciar Projetos
	A1.5.2 Planejar Execução de Projetos
	A1.5.3 Executar Projetos
	A1.5.4 Monitorar e Controlar Projetos
	A1.5.5 Encerrar Projetos
A1.6 Desenvolver Bens e Serviços	A1.6.1 Executar Desenvolvimento Científico e Tecnológico
	A1.6.2 Executar Desenvolvimento de Produtos
	A1.6.3 Prestar Serviços

AMBIENTE EXTERNO

Devido à sua representatividade, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) vem consolidando progressivamente sua grande relevância no âmbito nacional e internacional, seja na esfera pública ou no ambiente privado. Esse sucesso refere-se ao reconhecimento de suas capacidades, à dinâmica das relações de parcerias e a uma postura mais proativa, o que tem possibilitado o aproveitamento de novas janelas de oportunidade.

Outros pontos especiais que se configuram de suma importância são: a identificação de parcerias estratégicas vinculadas aos projetos e atividades prioritárias e de grande porte; os acordos de compensação; e os acordos de cooperação bilaterais (especialmente EUA e UE), merecendo destaque a iniciativa de preparação para a utilização comercial do futuro Centro Espacial de Alcântara (CEA), além dos novos projetos derivados das atividades do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), que demandam uma forte ação de gestão do relacionamento entre empresas e governo.

Nesse contexto, enfatiza-se a implementação do Plano de Gestão Estratégica de Parcerias, cujo objetivo preconiza a ênfase nas medidas de governança, no que se refere à busca e à conquista dos objetivos organizacionais na área de CT&I, de maneira a atingir a sinergia necessária ao fortalecimento do Departamento e, consequentemente, do COMAER.

Cabe ainda mencionar as compensações industriais e tecnológicas do acordo de offset derivado do contrato de aquisição das aeronaves "Gripen", as quais possibilitarão o aprimoramento das atividades de ciência e tecnologia, com impacto direto na indústria nacional, além da cooperação na área espacial, onde a Alemanha tem papel de destaque, numa relação de quase cinquenta anos, cuja atividade conjunta mais recente (no ano de 2019) é a cooperação no projeto VLM-1.

Sendo assim, o DCTA, por intermédio das ações de parcerias com os entes externos, sejam elas nacionais ou internacionais, propicia um ambiente rico em atividades de ciência e tecnologia que favorecem, de maneira impactante, o desenvolvimento da indústria nacional nos segmentos de aeronáutica e espaço.

INFORMAÇOES COMPLEMENTARES

Parâmetros do ambiente externo do DCTA derivados da análise SWOT

No DCTA, o estudo do ambiente externo foi realizado utilizando a técnica de Análise SWOT, que possibilita a verificação do alinhamento estratégico entre o contexto interno da Organização (seus recursos e capacidades) e o contexto externo (eventos com potencial para impactar positiva ou negativamente o cumprimento da missão da Organização).

A partir desse alinhamento, é possível identificar a melhor estratégia para que a Organização possa usar seus pontos fortes para explorar as oportunidades e para proteção de suas capacidades, bem como limitar o impacto de seus pontos fracos frente às ameaças externas.

Após a aplicação da técnica, o ambiente externo do DCTA foi definido a partir dos seguintes parâmetros, representando as oportunidades e ameaças:

Tabela 1 – Parâmetros do ambiente externo do DCTA derivados da análise SWOT

Oportunidades	Expansão da infraestrutura
	Arcabouço legal e organizacional
	Relações Institucionais
	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
Ameaças	Aporte financeiro inconstante e insuficiente
	Dificuldade de reposição de pessoal
	Dificuldade de aquisição de equipamentos e sistemas com alto valor agregado
	Conjunto de leis que podem dificultar a consolidação do CEA

Fonte: DCTA

Neste contexto, cabe tecer alguns comentários relativos à dificuldade de reposição de pessoal.

Segundo levantamento realizado pela Divisão de Recursos Humanos (DRH) do DCTA, ao final de dezembro de 2019, 1250 servidores pertenciam à faixa etária de acima de 40 anos de idade. Este número corresponde a 81,27% do total de servidores. Ainda, apenas 54 servidores (3,5% do total) têm menos de 30 anos de idade.

Outro dado a ser considerado é que, atualmente, 255 servidores (16,6% do total) já possuem tempo de serviço completo para aposentadoria, mas optaram por permanecer no cargo, recebendo abono salarial de permanência. Em 2020, mais 52 servidores completarão o tempo de serviço, totalizando 307 servidores (19,96% do total) em condições de aposentadoria imediata.

Caso esses servidores optem pela aposentadoria, o impacto nas atividades do DCTA poderia levar à interrupção de diversas e importantes linhas de pesquisa.

Ainda segundo o levantamento realizado pela DRH, até o ano de 2024 o número de servidores em condições de aposentadoria imediata saltará para 384 servidores, o que corresponde a 24,96% do efetivo atual, indicando que o DCTA poderá atingir níveis perigosos para a sustentabilidade da competência técnico-científica.

Essa situação se torna mais evidente quando analisamos somente a carreira de Ciência e Tecnologia, na carreira de Pesquisa e Desenvolvimento (que engloba os cargos de Pesquisador, Tecnologista, Técnico e Auxiliar Técnico).

Na carreira de Pesquisa e Desenvolvimento, dos 823 servidores ativos, 65 já estão em condições de aposentadoria e recebem abono de permanência. Em 2020, mais 21 servidores atingirão as condições de aposentadoria, totalizando 86 servidores, o que corresponde a 10,44% do total atual. A previsão é de que, até o ano de 2024, esse número suba para 154 servidores, o que corresponde a 18,71% do total atual.

Dentro da carreira de Pesquisa e Desenvolvimento, o caso mais crítico é o do cargo de Pesquisador. Do total de 61 servidores ativos atualmente, a previsão é de que 27 servidores estejam em condições de aposentadoria imediata em 2024, o que corresponde a 40,29% da força de trabalho atual deste cargo.

A análise dos dados apresentados acima evidencia o perigo de perda imediata de um capital intelectual que levou décadas para ser construído e, inevitavelmente, levará décadas para retornar aos níveis atuais, caso todo o contingente apontado resolva solicitar aposentadoria. Cabe ressaltar que essas pessoas estariam tão somente exercendo um direito ao qual elas já fazem jus.

A reposição de pessoal nesse nível só é possível por meio de concurso público, cuja dinâmica de realização não atende às necessidades do DCTA tanto em relação à frequência de realização quanto à capacidade de preenchimento de vagas.

Com relação à frequência, os concursos são realizados sem um intervalo definido de tempo. O último concurso foi realizado em 2013 e os primeiros servidores tomaram posse em 2014. Anteriormente, foram realizados concursos em 2009 e 2004. Neste momento, não há previsão de outro concurso para o preenchimento de vagas no DCTA.

Com relação à capacidade de preenchimento de vagas, a própria constatação da existência de um número significativo de servidores que já completaram as condições para aposentadoria em relação ao total de servidores em atividade já revela que o número de vagas disponibilizadas (autorizadas para ocupação por meio de concurso) não foi suficiente para suprir a necessidade de reposição de pessoal do DCTA. A Tabela abaixo apresenta um levantamento do número de vagas abertas (autorizadas/ocupadas) pelos últimos concursos para o DCTA.

Relação de vagas abertas em concursos para o DCTA

Ano concurso	1995	2002	2004	2009	2013
Vagas abertas	648	356	163	93	241

Durante a análise desta questão, a incapacidade do DCTA em reter os novos funcionários foi aventada como um fator catalisador para a continuidade do déficit após os concursos.

Dessa forma, foram pesquisados os principais fatores que levaram à evasão de servidores aprovados nos últimos concursos para o DCTA. Para que houvesse uma base comum de comparação, foram computadas apenas as evasões que ocorreram nos primeiros 05 (cinco) anos de serviço após a tomada de posse. Na Tabela a seguir é apresentado um resumo das informações coletadas.

Evasões nos primeiros 05 (cinco) anos de serviço*

Motivo da evasão	Ano do efetivo exercício				
	1995-1999	2002-2006	2004-2008	2010-2014	2014-2018
Aposentadoria	5	0	1	3	0
Exoneração	160	47	24	11	20
Posse em outro cargo	3	10	3	4	5
Redistribuição	1	14**	-	-	4
Jornada reduzida	-	-	-	1	8
Licença sem vencimento	1	1	3	4	7

* Obs: os dados referem-se somente à carreira de C&T.
** Servidores redistribuídos para a ANAC.

Podemos observar que o principal motivo de evasão tem sido os pedidos de exoneração. Considerando o número de vagas em cada concurso, temos que o percentual de pedidos de exoneração, nos primeiros cinco anos de serviço, em cada concurso, foi de: 1995 (24,69%); 2002 (13,20%); 2004 (14,72%); 2009 (11,82%) e 2013 (8,29%).

Também deve ser notada a ocorrência de evasão por posse em outro cargo, que apesar de representar um percentual baixo, vem ocorrendo em todos os concursos realizados.

As solicitações de jornada reduzida de trabalho vêm ganhando destaque nos últimos anos e foi notado um aumento significativo nos pedidos deste tipo. Essa situação está sendo acompanhada pela Divisão de Recursos Humanos (DRH), subordinada ao SDA.

Como comentado anteriormente, se não for revertido, este déficit de reposição de pessoal capacitado poderá inviabilizar a continuação de diversas e importantes linhas de pesquisa do DCTA.

Para coordenar o funcionamento do DCTA e contribuir para o cumprimento de sua missão, o DCTA elabora e atualiza anualmente seu Plano Setorial, de duração de 4 anos, alinhado ao PEMAER e às Diretrizes do CMTAER, atualmente com a DIPLAN, também, onde constam as Diretrizes, Objetivos, Marcos e Metas a serem perseguidos, tendo como foco principal a harmonia entre recursos humanos e orçamentários.

Evidencia-se nessa direção a ser perseguido pelo DCTA as parcerias estratégicas com Entidades de Ensino Superior do Brasil e do exterior, bem com Empresas Nacionais, de cunho estratégico, contribuindo assim para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa brasileiro, não se distanciando das modernas tecnologias, bem como com Empresas estrangeiras, a fim de proporcionar possíveis e desejáveis inovações no Campo Aeroespacial, colaborando para que o Brasil permaneça entre os países que detém tecnologias, consideradas críticas, para o seu desenvolvimento e para garantir a sua soberania tecnológica.

MODELO DE GOVERNANÇA NO DCTA

O DCTA planejou sua governança, de modo que cada Organização Militar subordinada tivesse um Programa de Trabalho Anual, deduzida de um Plano Setorial, evidenciando suas capacidades de pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços especializados, no Campo Aeroespacial, por intermédio de realizações de atividades e no alcance de importantes Marcos e Metas, em CT&I, que culmine com entregáveis de produtos e serviços para a FAB, DEFESA e, principalmente para a Sociedade, como forma de retribuir os recursos aplicados a área de CT&I, sob responsabilidade do DCTA.

Faz-se mister esclarecer e destacar que esses Programas de Trabalho, direcionam as Organizações Militares subordinadas ao êxito de suas realizações, sendo acompanhado e monitorado por sistemas gerenciais (GPAer), onde mensalmente são analisados seus resultados, com indicadores estratégicos, por colegiados a saber: Conselho de Direção, Conselhos Técnicos e Conselhos de Planejamento e quando pertinentes, redirecionados por conta de possíveis reajustes técnicos ou financeiros, por intermédio de novas ações determinadas pela Direção-Geral do DCTA

Em complemento a esta estrutura de governança, os mecanismos, ações e atividades em vigor, implementadas no âmbito do DCTA para garantir os pressupostos da legalidade, da economicidade, da eficiência, da eficácia, da transparência e da legitimidade dos atos administrativos, dos processos e procedimentos organizações obedecem e estão alinhados às legislações internas elaboradas por determinação da alta administração do COMAER (ALTCOM) aos órgãos subordinados competentes. Destes, destacam-se: o EMAER (Estado Maior da Aeronáutica), a SEFA (Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica) e o CENCIAR (Centro de Controle Interno da Aeronáutica). A legislação interna aplicável a fim de garantir aqueles pressupostos destacam-se, dentre outros o RCA 12-1 (Regulamento de Administração da Aeronáuti-

ca), o MCA 172-3 (Manual de Execução Orçamentária., Financeira e patrimonial do Comando da aeronáutica), a ICA 174-1 (Controle Interno nas Unidades Gestoras) e o ICA 121-6 (Inspeção nas Organizações Militares subordinadas ao DCTA), além das NPA nº 21-B/2018 (Funcionamento da Assessoria de Controle Interno); nº 095/2018 (Acompanhamento e Execução de Contratos de Despesa, Convênio e Instrumentos Congêneres no Âmbito do DCTA) e nº 096/2018 (Acompanhamento e Execução de Receita no Âmbito do DCTA) elaboradas no âmbito interno deste Departamento-Geral, a fim de tornar possível a aplicação da legislação retro mencionada, no ambiente interno desta Organização Militar, no que se refere à execução de Contratos Internos, em seu primeiro nível, de Auditorias Internas e Inspeções Setoriais, dentre outros procedimentos direcionados a garantir a observância dos pressupostos retro mencionados.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

A partir das orientações contidas na DCA 16-2/2018 - Gestão de Riscos no COMAER, e também na DCA 11-118/2018 - Diretriz de Planejamento Institucional (reeditada em 2019), o DCTA estabeleceu uma metodologia para implantação do gerenciamento de riscos baseada em quatro grandes etapas, sob a responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento, Controle Orçamentário e Gestão Institucional (CPLOG).

Na primeira etapa foram estabelecidas as bases normativas para o gerenciamento de riscos. No nível ODS, o DCTA publicou a ICA 80-13/2018 - Gestão de Riscos no DCTA, contendo as orientações gerais para a implantação do gerenciamento de riscos em todo o Departamento. No nível OM subordinadas, foram elaborados os Planos de Gerenciamento de Riscos de cada Organização com as orientações dos Dirigentes Máximos para a implementação, na prática, das orientações superiores, com as adequações necessárias para a realidade de cada OM. Esta etapa já foi concluída e todas as OM subordinadas ao DCTA já possuem todo o conjunto de normas e regras para a implantação do gerenciamento de riscos.

A segunda etapa diz respeito à implementação supervisionada da metodologia para identificação de possíveis gargalos. A CPLOG está coordenando este processo em todas as OM. Para isso, foi instituída uma comissão de alto nível, composta pelos Oficiais-Generais do QG do DCTA, que realiza a análise APRT nas listas de riscos identificados pelas OM, onde são analisadas a Abrangência, a Pertinência, a Relevância e a Tendência dos eventos de risco. Após esta análise, é definida a Lista Homologada dos riscos que deverão ser gerenciados pela OM, com a supervisão da CPLOG. Como exemplo de resultado desta fase, para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica foram selecionados os processos ligados ao Vestibular do ITA e o Projeto ITASAT II. Foram selecionados como eventos de risco para acompanhamento, por exemplo: A falta de recursos financeiros para a realização do vestibular e o cancelamento ou atraso nas parcerias e cooperações técnicas para o Projeto ITASAT II. Esta fase está em andamento com término previsto para abril de 2020.

A terceira fase está relacionada com o cadastramento e o acompanhamento dos riscos utilizando o GPAer. Para isso, o DCTA, após a aprovação do EMAER, estabeleceu uma metodologia a ser seguida pelas OM subordinadas para a utilização do GPAer, após finalizarem a implementação supervisionada da metodologia definida para cada OM. Esta fase está em fase de execução, com término previsto para julho de 2020.

De posse da experiência obtida com a implantação da metodologia nas OM subordinadas, a quarta fase visa aplicar os procedimentos no nível ODS. Para isso, foram estabelecidas algumas adaptações no modelo seguido pelas OM subordinadas, para melhor adequação a um nível setorial. Esta fase iniciou-se no final de 2019 e tem término previsto para novembro de 2020.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES – Riscos, oportunidades e perspectivas

Com base nas orientações contidas na DCA 11-118 – Diretriz de Planejamento, o DCTA elaborou o seguinte cronograma para a implantação da metodologia de gerenciamento de riscos descrita na DCA 16-2 – Gestão de Riscos no COMAER e na ICA 80-13 – Gestão de Riscos no DCTA:

1. Consolidação da metodologia nas OM subordinadas
1.1. Elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos das OM subordinadas
1.2. Identificação dos riscos no nível das OM subordinadas
1.3. Análise dos riscos no nível das OM subordinadas
1.4. Avaliação dor riscos no nível das OM subordinadas
1.5. Definição do Plano de Tratamento de Riscos no nível das OM subordinadas
2. Metodologia de acompanhamento no GPAer

2.1. Definição da metodologia

2.2. Divulgação da metodologia às OM subordinadas

3. Cadastramento e acompanhamento no GPAer

3.1. Cadastramento dos riscos e dos planos de tratamento

3.2. Criação e cadastramento dos indicadores para acompanhamento das ações de tratamento

4. Elaboração Plano de Gerenciamento de Riscos do DCTA no nível ODS

4.1. Análise do contexto

4.2. Definição do escopo

4.3. Definição do apetite

4.4. Definição das fases do gerenciamento de riscos

5. Consolidação da metodologia no nível ODS

5.1. Identificação dos riscos no nível ODS

5.2. Análise dos riscos no nível ODS

5.3. Avaliação dos riscos no nível ODS

5.4. Definição do Plano de Tratamento dos riscos no nível ODS

5.5. Cadastramento dos riscos e dos planos de tratamento no GPAer

5.6. Cadastramento de indicadores para acompanhamento no GPAer

No momento, o progresso da Etapa 01 está em 92%. Apenas 02 OM subordinadas não completaram suas atividades. Destas, 01 falta somente a definição do Plano de Tratamento. A previsão é que a Etapa atinja 100% até abril de 2020.

A Etapa 02 foi totalmente completada, sendo a metodologia apresentada e aprovada pela Direção do DCTA e pelo EMAER, por meio de da 6ª e da 7ª Subchefias. Todas as OM subordinadas receberam orientação sobre a implantação da metodologia de cadastramento.

O progresso da Etapa 03 está em 40%, sendo que o cadastramento dos riscos e planos de tratamento está em 60%; e a criação e cadastramento dos indicadores de acompanhamento está em 25%. A previsão é que a etapa seja completada até junho de 2020.

O progresso da Etapa 04 está em 23% e a previsão é de que o Plano de Gerenciamento de Riscos do DCTA, no nível ODS, seja finalizado até abril de 2020.

A Etapa 05 tem previsão de início a partir de maio de 2020.

Todo o planejamento descrito acima está cadastrado no GPAer e pode ser acompanhado em tempo real por meio de desta plataforma.

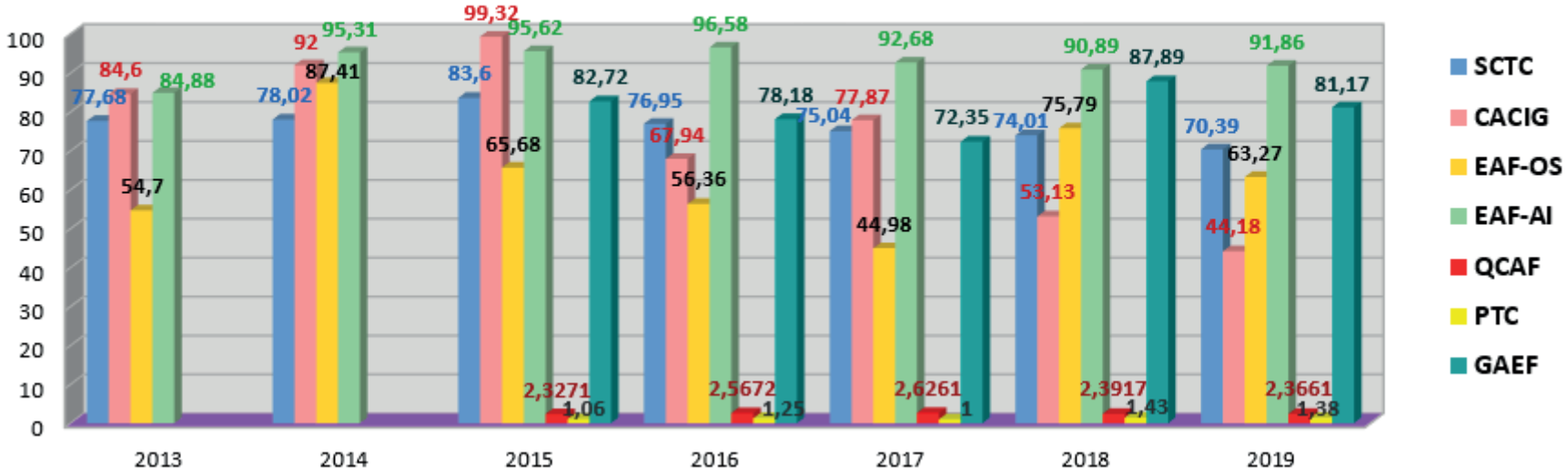
Apresentação e análise de Indicadores de Desempenho

O sistema de Indicadores do DCTA está vinculado à ação de avaliação de desempenho organizacional. Os Indicadores Setoriais de Gestão são voltados à aferição da capacidade do DCTA de enfrentar os desafios internos e externos, no cumprimento de sua missão, e foram construídos em função dos seus três Fatores Críticos de Sucesso (Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica, Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado e Estabilidade de Aporte Financeiro).

Para representar a situação gerencial do DCTA e servir como orientação para as ações de seus integrantes, foram construídos sete Indicadores Setoriais, os quais contam com a contribuição de outros Indicadores denominados “Direcionadores”.

Os índices dos sete Indicadores Setoriais são interpretados conforme níveis, os quais vão informar se o DCTA, no cumprimento de sua missão, encontra-se operando no Estado de Normalidade (EN), em Estado de Alerta (EA), em Estado Crítico (EC) ou em Estado de Insubsistência (EI). Os índices dos Indicadores Direcionadores, sempre que possível, acompanham este mesmo referencial comparativo.

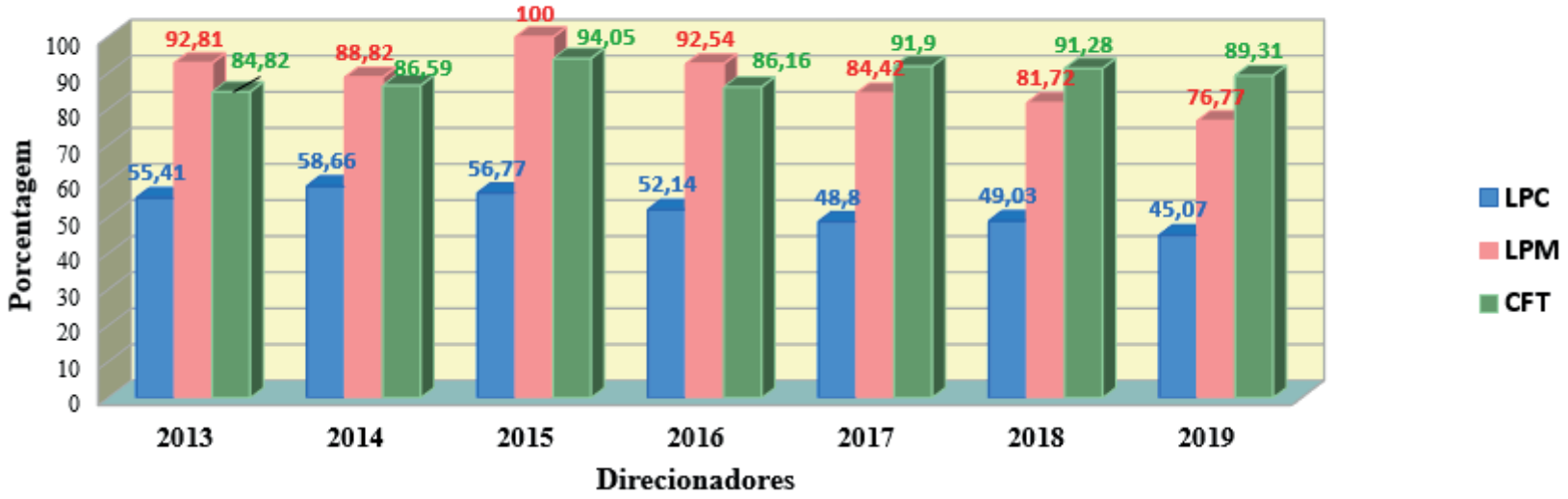
GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES GERENCIAIS



Origem dos dados empregados na fórmula	Lotação Existente de Pessoal Civil **LEPC**, Lotação Autorizada de Pessoal Civil **LAPC**, Lotação Existente de Pessoal Militar **LEPM** e Lotação Autorizada de Pessoal Militar **LAPM** foram fornecidos pela Divisão de Recursos Humanos DRH do DCTA e, coletados dos: a) Sistema de Informações SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; b) Sistema de Informações SIGPES (Sistema de Gerenciamento de Pessoal) do Comando da Aeronáutica/Ministério da Defesa; e c) Sistema Interno de Informações Gerenciais de Controle de Pessoal de cada Organização da área do DCTA. Quantitativo de Colaboradores **QC** foi fornecido pelas Organizações da área do DCTA (Sistema Interno de Informações Gerenciais de Controle de Pessoal).
Objetivo da Mensuração	**Obter uma indicação de como se encontra a capacidade do DCTA de pronto atendimento às necessidades da Aeronáutica** Propõe-se a responder as seguintes questões: **Indicador de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)** O DCTA está gerenciando adequadamente de forma a sustentar a Competência Técnico-Científica desenvolvida? **Indicador de porcentagem de Lotação de Pessoal Civil (LPC)** Existe quantitativo de pessoal civil suficiente? **Indicador de porcentagem de Lotação de Pessoal Militar (LPM)** Existe quantitativo de pessoal militar suficiente? **Indicador de Composição da Força de Trabalho (CFT)** Os detentores da competência técnico-científica desenvolvida fazem parte do quadro de pessoal efetivo?
Identificação das Variáveis	**Referenciais comparativos para o SCTC** **Indicadores Direcionadores LPC, LPM e CFT:** Acima de 80%: Nível 1 - Estado de Normalidade **EN** De 65% até 80%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** Abaixo de 65%: Nível 3 - Estado Crítico **EC** **Indicador de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica:** Acima de 80%: Nível 1 – Estado de Normalidade **EN** De 75% a 80%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** De 65% a 74,99%: Nível 3 - Estado Crítico **EC** Abaixo de 65%: Nível 4- Estado de Insubsistência **EI**

[a1] **Índice Observado**: Data da medição referente ao ANO BASE 2019, em fevereiro de 2020.
[a2] **Índice de Referência**: Data da medição referente ao ANO BASE 2018, em fevereiro de 2019.
Fonte: DCTA

Gráfico 2 - Evolução dos Indicadores Direcionadores do SCTC



Indicador Setorial da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG)

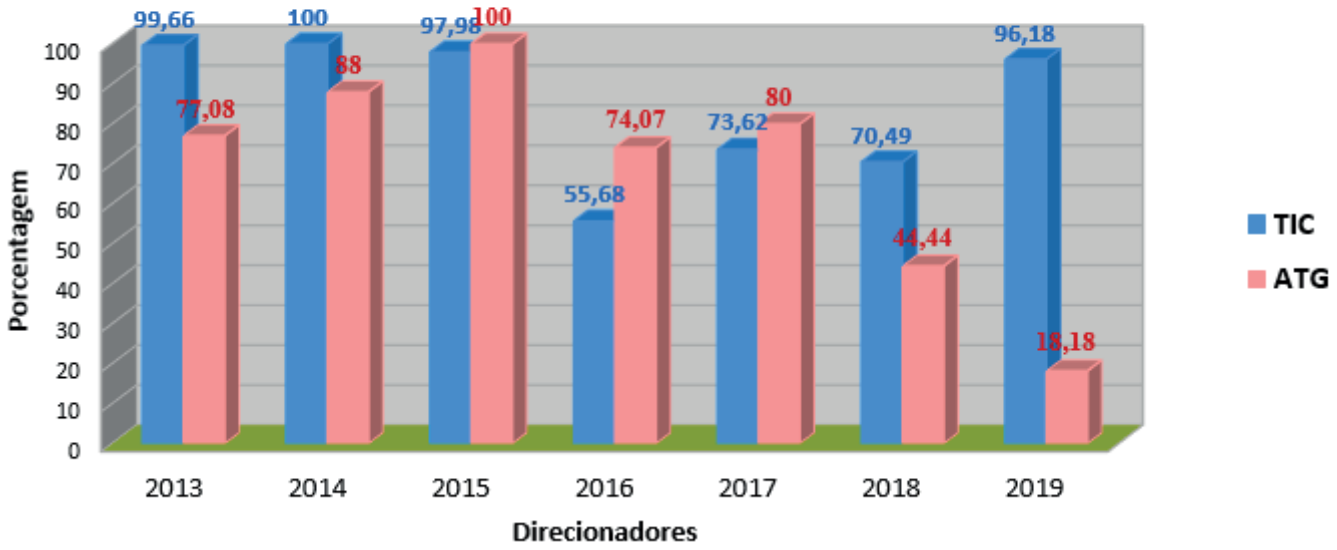
Buscando mensurar o compartilhamento e a apropriação do conhecimento a serviço da sociedade brasileira, foi concebido o Indicador Setorial da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG), que conta com dois Indicadores Direcionadores: Indicador de Porcentagem de Apropriação de Tecnologias Geradas (ATG) e Indicador de Porcentagem de Transmissão Interna de Conhecimento Disponibilizado para o Complexo Científico-Tecnológico (TIC).

Quadro 2 – Indicador Setorial da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado

Indicador Setorial de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado - CACIG	
Denominação	**Indicador Setorial de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado - CACIG**
Índice Observado (*1)	Valor/Resultado da medição **44,18%** - Nível 4 (Estado de Insubsistência **EI**)
Índice Previsto	Estar no mínimo nos Níveis 1 (Estado de Normalidade **EN**) ou 2 (Estado de Alerta **EA**), preferencialmente no Nível 1 (Estado de Normalidade **EN**)
Índice de Referência (*2)	Valor/Resultado da medição **53,13%** - Nível 4 (Estado de Insubsistência **EI**)
Periodicidade	Anual
Fórmulas de Cálculo	$TIC = \frac{NTIPE}{NPE} \times 100$, *onde:* TIC = Porcentagem de Transmissão Interna de Conhecimento Disponibilizado para o Complexo Científico-Tecnológico; NTIPE = Número de Transmissões Internas referentes a Publicações Externas; e NPE = Número de Publicações Externas. $ATG = \frac{NTA}{NTG} \times 100$, *onde:*
	ATG = Porcentagem de Apropriação de Tecnologias Geradas; NTA = Número de Tecnologias Aplicadas; e NTG = Número de Tecnologias Geradas. $CACIG = \frac{[TIC + (2 \times ATG)]}{3} = \frac{[96.18 + (2 \times 18.18)]}{3} = \frac{[96.18 + 36.36]}{3} = 44.18\%$
Análise geral dos resultados observados	O Valor obtido para o CACIG, com base nos dados existentes para o ano de 2019, foi igual a **44,18%** Nível 4, o que indica que o DCTA está no Estado de Insubsistência **EI** no que concerne à Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado. O resultado de 2019 se comparado ao do ano de 2018, quando então o DCTA registrou o resultado de 53,13% Nível 4 Estado de Insubsistência **EI**, demonstra uma nova queda, permanecendo no Nível 4 Estado de Insubsistência **EI**. O resultado apresentado no ano de 2019 indica que o DCTA não está conseguindo o patamar desejável que é acima de 89%. O Indicador de Transmissão Interna de Conhecimento disponibilizado para o Complexo Científico-Tecnológico **TIC** com 96,18% está no Nível Desejável **D** com resultado acima de 89%. O Indicador Direcionador de Apropriação de Tecnologias Geradas **ATG** com 18,18% está no Nível Perda de Capital Intelectual **P.**
Origem dos dados empregados na fórmula	Número de Tecnologias Aplicadas **NTA,** Número de Tecnologias Geradas **NTG,** Número de Transmissões Internas referentes a Publicações Externas **NTIPE** e Número de Publicações Externas **NPE** foram fornecidos pelo Sistema de Informações SIGTEC (Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas) do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) do MCTI e pelas Organizações da área do DCTA.
Objetivo da Mensuração	**Obter um índice de como se encontra a capacidade do DCTA de compartilhar e de se apropriar do conhecimento gerado a serviço da sociedade brasileira** Propõe-se a responder as seguintes questões: **Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG)** O DCTA está sendo capaz de se apropriar do capital intelectual gerado por seus integrantes? **Indicador de Porcentagem de Apropriação de Tecnologias Geradas (ATG)** As Tecnologias Geradas estão sendo utilizadas? **Indicador de Porcentagem de Transmissão Interna de Conhecimento disponibilizado para o Complexo Científico-Tecnológico (TIC)** O conhecimento está fluindo no âmbito do DCTA? Está havendo compartilhamento ou disseminação do conhecimento gerado no âmbito do DCTA para os seus integrantes?
Identificação das Variáveis	**Referenciais comparativos para o CACIG** **Indicadores Direcionadores TIC e ATG:** Acima de 89,00%: Desejável **D** De 80,00% a 89,00%: Aceitável **A** Abaixo de 80,00%: Perda de Capital Intelectual **P** **Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado:** Acima de 89,00%: Nível 1 – Estado de Normalidade **EN** De 80,00% a 89,00%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** De 60,00% a 79,99%: Nível 3 - Estado Crítico **EC** Abaixo de 60,00%: Nível 4 - Estado de Insubsistência **EI**

(*1) **Índice Observado:** Data da medição referente ao ANO BASE 2019, em fevereiro de 2020.
(*2) **Índice de Referência:** Data da medição referente ao ANO BASE 2018, em fevereiro de 2019.

Gráfico 3 - Evolução dos Indicadores Direcionadores do CACIG



Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro (EAF)

Devido a sua complexidade, a estabilidade de aporte financeiro conta com dois Indicadores Setoriais, pois é considerada sob os aspectos relativos às ações dos Órgãos Superiores (provedores de recursos), especificamente, e às ações efetivamente tomadas no âmbito interno ao DCTA.

No que diz respeito às ações externas, foi elaborado um Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro - Órgãos Superiores (EAF-OS), buscando representar o quanto o DCTA está sendo contemplado dentro de suas necessidades, pelos Órgãos Superiores.

Com relação às ações tomadas internamente, o Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI) volta-se para a continuidade das ações, avaliando eventuais interrupções prejudiciais aos Projetos e Atividades do DCTA.

Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores (EAF-OS)

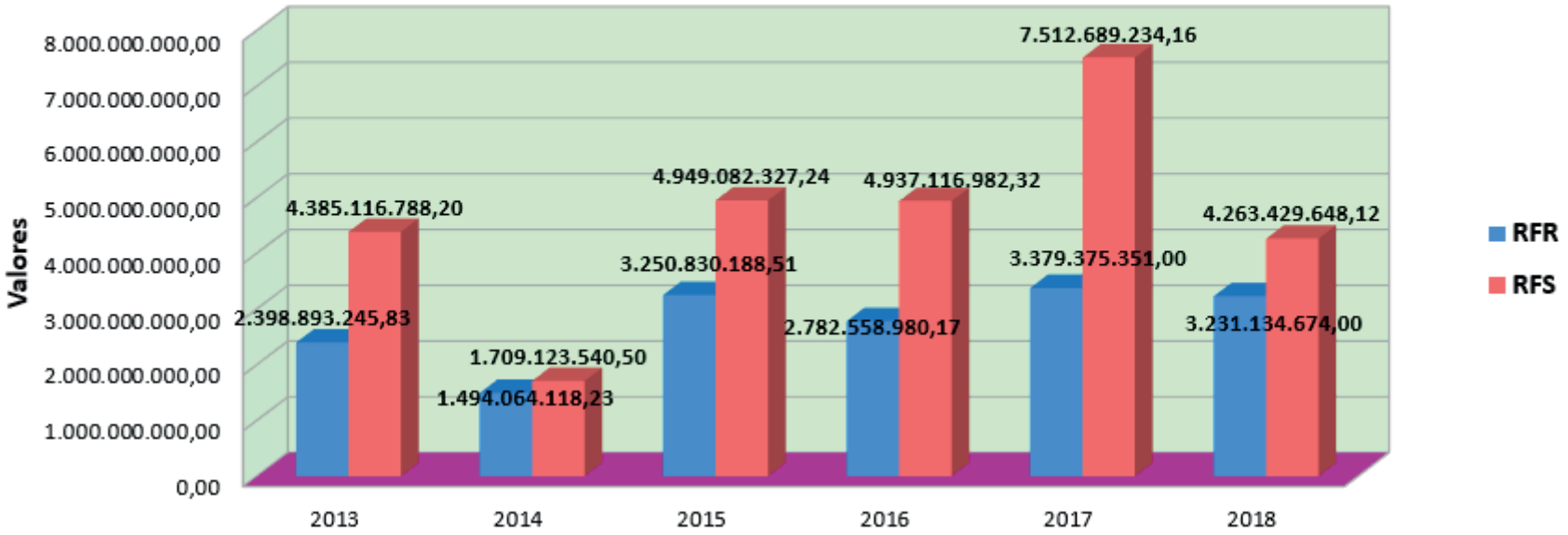
Para este Indicador não foi necessário o desenvolvimento de Indicadores Direcionadores.

Quadro 3 – Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores

Denominação	Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro – Órgãos Superiores EAF-OS
Índice Observado (*1)	Valor/Resultado da medição **63,27%** - Nível 3 (Estado Crítico **EC**)
Índice Previsto	Estar no mínimo nos Níveis 1 (Estado de Normalidade **EN**) ou 2 (Estado de Alerta **EA**), preferencialmente no Nível 1 (Estado de Normalidade **EN**)
Índice de Referência (*2)	Valor/Resultado da medição **75,79%** - Nível 2 (Estado de Alerta **EA**)
Periodicidade	Anual
Fórmula de Cálculo	$EAF - OS = \frac{RFR}{RFS} \times 100$, onde: RFR = Recursos Financeiros Recebidos; e RFS = Recursos Financeiros Solicitados RFS. $EAF - OS = \frac{3.256.691.066,00}{5.147.285.518,48} \times 100 = 63,27\%$
Análise geral dos resultados observados	O Valor obtido para o EAF-OS, com base nos dados existentes para o ano de 2019, foi igual a **63,27% Nível 3 – Estado Crítico (EC)**, o que demonstra piora se comparado ao resultado do indicador do ano de 2018, quando então foi medido o valor de 75,79%, o que indicava que o DCTA estava em 2018 no Nível 2 - Estado de Alerta **EA** no que concerne ao Aporte Financeiro Recebido - Órgãos Superiores. Este resultado ficou abaixo do obtido em 2018, em consequência de uma diminuição no total de recursos, oriundos dos Órgãos Superiores. No resultado de 2019 estão inseridos os recursos de fontes do COMAER e oriundos da Agência Espacial Brasileira AEB / MCTI.
Origem dos dados empregados na fórmula	Recursos Financeiros Recebidos **RFR**, Recursos Financeiros Solicitados **RFS** foram fornecidos pelo Sistema do Tesouro Gerencial que coleta os dados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) do Ministério da Fazenda MF, pela Subcoordenadoria de Controle Orçamentário SCCO do DCTA, pelas Organizações da área do DCTA por meio de do PCA 11-53/2019 (Plano Setorial do DCTA para o ano de 2019), aprovado pela Portaria nº 110/GC3, de 15 de janeiro de 2019 e, ainda pelo SIPLORC.
Objetivo da Mensuração	**Obter um índice que represente o quanto o DCTA está sendo contemplado dentro de suas necessidades** Propõe-se a responder a seguinte questão: O DCTA está recebendo o que solicitou?
Identificação das Variáveis	**Referenciais comparativos para o EAF-OS** Acima de 80,00%: Nível 1 - Estado de Normalidade **EN** De 70,00% a 80,00%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** De 50,00% a 69,99%: Nível 3 - Estado Crítico **EC** Abaixo de 50,00%: Nível 4 - Estado de Insubsistência **EI**

(*1) **Índice Observado**: Data da medição referente ao ANO BASE 2019, em fevereiro de 2020.
(*2) **Índice de Referência**: Data da medição referente ao ANO BASE 2018, em fevereiro de 2019.
Fonte: DCTA

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DIRECIONADORES DO EAF-OS



Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF--AI)

Foi necessário o desenvolvimento de três Indicadores Direcionadores, são eles: Capacidade de Execução Orçamentária (CEO), Qualidade do Processo de Execução Orçamentária (QPEO) e Capacidade de Atendimento Financeiro (CAF).

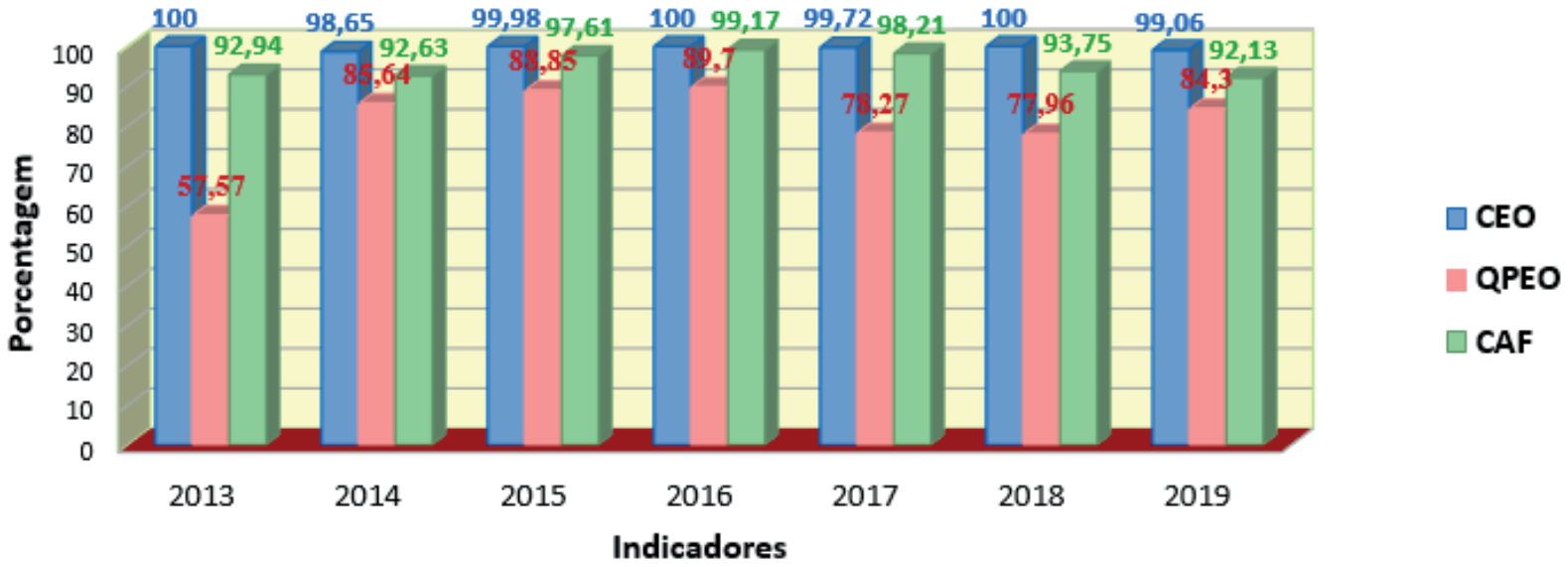
Quadro 4 - Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno

Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno	
Denominação	**Indicador Setorial de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno (EAF-AI)**
Índice Observado (*1)	Valor/Resultado da medição **91,86%** Nível 2 (Estado de Alerta **EA**)
Índice Previsto	Estar no mínimo nos Níveis 1 (Estado de Normalidade **EN**) ou 2 (Estado de Alerta EA), preferencialmente no Nível 1 (Estado de Normalidade **EN**)
Índice de Referência (*2)	Valor/Resultado da medição **90,89%** Nível 2 (Estado de Alerta **EA**)
Periodicidade	Anual
Fórmula de Cálculo	$CEO = \frac{VTCE}{VTCD} \times 100$, *onde:* CEO = Capacidade de Execução Orçamentária; VTCE = Valor Total dos Créditos Empenhados; e VTCD = Valor Total dos Créditos Disponibilizados $QPEO = \frac{NPAA}{NPAE} \times 100$, *onde:* QPEO = Qualidade do Processo de Execução Orçamentária; NPAA = Número de Pedidos de Aquisição Atendidos; e NPAE = Número de Pedidos de Aquisição Elaborados. $CAF = 100 - \left[\frac{(NPD + NPR) \times 100}{NP}\right]$, *onde:* CAF = Capacidade de Atendimento Financeiro; NPD = Número de Projetos Descontinuados por falta de bem ou serviço solicitado; NPR = Número de Projetos Remanejados por falta de bem ou serviço solicitado; e NP = Número de Projetos.
Fórmula de Cálculo	$EAF - AI = (CEO \times 0.3) + (QPEO \times 0.3) + (CAF \times 0.4) =$ $EAF - AI = (99.06 \times 0.3) + (84.30 \times 0.3) + (92.13 \times 0.4) =$ $EAF - AI = 29.72 + 25.29 + 36.85 = 91.86\%$
Análise geral dos resultados observados	O Valor obtido para o EAF-AI, com base nos dados existentes para o ano de 2019, foi igual a **91,86%**, o que denota um aumento se comparado com o ano de 2018, cujo resultado foi igual a 90,89%. Apesar do aumento no indicador o DCTA permaneceu no Nível 2 - Estado de Alerta EA, porém em seu limite inferior, no que concerne ao Aporte Financeiro - Âmbito Interno. Em função do não atendimento de boa parte do Número de Pedidos de Aquisição Elaborados **NPAE** impactou negativamente, desta forma, o índice **QPEO** (Número de Pedidos de Aquisição Atendidos **NPAA** em relação com o Número de Pedidos de Aquisição Elaborados **NPAE**). O resultado de 2019 EAF-AI indica que a administração do DCTA vem sendo prejudicada no bom gerenciamento dos recursos orçamentários e financeiros recebidos a fim de atender às suas necessidades. Fatores externos podem influenciar negativamente o resultado do indicador, são eles: Recebimento de recursos orçamentários pelas Organizações do DCTA no encerramento do Exercício (impede a execução/liquidação no mesmo Exercício e onera os Restos à Pagar para o ano seguinte) e, ainda, problemas com a tramitação de Processos Administrativos de Gestão PAG pela Consultoria Jurídica da União/CJU em São José dos Campos (retarda ou impede que Processos sejam licitados/contratados). Para o cálculo do CEO foram considerados apenas recursos orçamentários descentralizados no SIAFI e alocados para execução orçamentária das Organizações da área do DCTA, oriundos do COMAER e da AEB.
Origem dos dados empregados na fórmula	Valor Total dos Créditos Empenhados **VTCE,** Valor Total dos Créditos Disponibilizados **VTCD** foram fornecidos pelo Sistema do Tesouro Gerencial que coleta os dados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) do Ministério da Fazenda MF e pela Subcoordenadoria de Controle Orçamentário SCCO do DCTA. O Número de Pedidos de Aquisição Atendidos **NPAA,** Número de Pedidos de Aquisição Elaborados **NPAE,** Número de Projetos Descontinuados **NPD** por falta de bem ou serviço solicitado, Número de Projetos Remanejados **NPR** por falta de bem ou serviço solicitado e Número de Projetos **NP** foram fornecidos pelas Organizações da área do DCTA.
Objetivo da Mensuração	**Obter um índice que mostre se está havendo continuidade das ações, que avalie eventuais interrupções prejudiciais aos projetos e atividades do DCTA.** Propõe-se a responder as seguintes questões: **Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno (EAF-AI)** O DCTA está gerenciando de forma que os recursos financeiros recebidos atendam às suas necessidades? (Foram considerados os processos de uma maneira geral e os seus efeitos sobre os Projetos) **Indicador de Capacidade de Execução Orçamentária (CEO)** O DCTA é capaz de utilizar de tudo o que recebe dentro e fora do Exercício? **Indicador de Qualidade do Processo de Execução Orçamentária (QPEO)** Todos os processos de aquisição no DCTA são concluídos? A resposta obtida servirá como subsídio para a pergunta "Porquê?" e consequentes ações decorrentes da(s) razão(ões) levantada(s).
Identificação das Variáveis	**Referenciais comparativos para o EAF-AI** **Indicador Direcionador CEO:** Acima de 89%: Nível 1 - Estado de Normalidade **EN** De 80% a 89%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** Abaixo de 80%: Nível 3 - Estado Crítico **EC** **Indicadores Direcionadores QPEO e CAF:** Acima de 79%: Nível 1 - Estado de Normalidade **EN** De 70% a 79%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** Abaixo de 70%: Nível 3 - Estado Crítico **EC** **Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno:** Acima de 94%: Nível 1 - Estado de Normalidade **EN** De 90% a 94%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** De 85% a 89,99%: Nível 3 - Estado Crítico **EC** Abaixo de 85%: Nível 4 - Estado de Insubsistência **EI**
Identificação das Variáveis	

(*1) **Índice Observado:** Data da medição referente ao ANO BASE 2019, em fevereiro de 2020.
(*2) **Índice de Referência:** Data da medição referente ao ANO BASE 2018, em fevereiro de 2019.

Fonte: DCTA.

Gráfico 4 - Evolução dos Indicadores Direcionadores do EAF-AI



Indicador Setorial de Sustentabilidade da Qualidade da Competência na Atividade-Fim (QCAF)

Este indicador tem por finalidade demonstrar qualitativamente a capacidade técnico-científica do DCTA e identificar se está havendo um gerenciamento adequado da alocação de recursos humanos nas atividades relacionadas com seus macroprocessos finalísticos.

Para gerar este indicador e se obter um índice relativo à capacidade do DCTA e das suas OM subordinadas de manter um efetivo adequado para o pronto atendimento das necessidades da Aeronáutica, é necessária a obtenção de três indicadores direcionadores. São eles: a) Índice de Lotação de Pessoal – ILP (Indica se o quantitativo de pessoal, civil e militar, existente é suficiente para o cumprimento da missão do DCTA); b) Índice de Recursos Humanos atuante na Atividade-Fim – IRHAF (Indica se existe efetivo representativo atuando na atividade-fim do DCTA); e c) Índice de Recursos Humanos com Titulação (Doutorado, Mestrado ou Especialização) – IRHT (Indica a proporção do efetivo com titulação em relação ao efetivo total do DCTA).

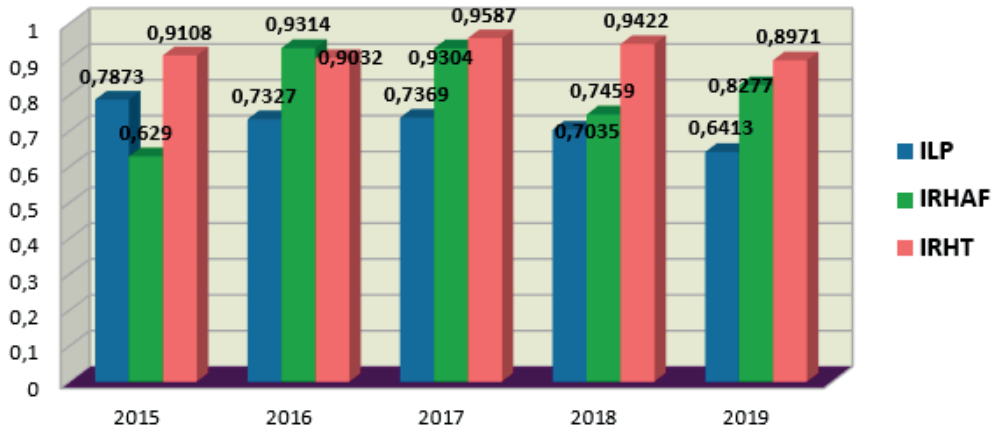
Quadro 5 - Indicador Setorial de Sustentabilidade da Qualidade da Competência na Atividade-Fim

Indicador Setorial de Sustentabilidade da Qualidade da Competência na Atividade-Fim	
Denominação	**Indicador Setorial de Estabilidade de Sustentabilidade da Qualidade da Competência na Atividade-Fim (QCAF)**
Índice Observado (*1)	Valor/Resultado atual: **2,3661** - Nível 1 (Estado de Normalidade -**EN**)
Índice Previsto	Estar no mínimo nos Níveis 1 (Estado de Normalidade -**EN**) ou 2 (Estado de Alerta -**EA**), preferencialmente no Nível 1 (Estado de Normalidade- **EN**)
Índice de Referência (*2)	Valor/Resultado da medição: **2,3917** - Nível 1 (Estado de Normalidade -**EN**)
Periodicidade	Anual
Fórmula de Cálculo	$ILPC = \frac{LEPC}{LAPC}$, *onde:* ILPC = Índice de Lotação de Pessoal Civil; LEPC = Lotação Existente de Pessoal Civil; e LAPC = Lotação Autorizada de Pessoal Civil.
Fórmula de Cálculo	$ILPM = \frac{LEPM}{LAPM}$, *onde:* ILPM = Índice de Lotação de Pessoal Militar; LEPM = Lotação Existente de Pessoal Militar; e LAPM = Lotação Autorizada de Pessoal Militar; $ILP = \frac{ILPC + ILPM}{2}$, *onde:* ILP = Índice de Lotação de Pessoal. $IRHAF = \frac{EAAF}{EE}$, *onde:* IRHAF = Índice de Recursos Humanos atuante na Atividade-Fim; EAAF = Efetivo Atuante na Atividade-Fim; e EE = Efetivo Existente (considerado somente as OM de C&T). $IRHT = \frac{ETI}{EENS}$, *onde:* IRHT = Índice de Recursos Humanos com Titulação; ETI = Efetivo com Titulação (nível superior); e EENS = Efetivo de servidores civis de nível superior. $QCAF = ILP + IRHAF + IRHT = 0,6413 + 0,8277 + 0,8971 = 2,3661$
Análise geral dos resultados observados	O valor obtido para o QCAF, com base nos dados existentes para o ano de 2019, foi igual a **2,3661** o que indica que o DCTA continua no Nível 1 - Estado de Normalidade **(EN)**. Para o cálculo do **ILPM** do DCTA foram excluídos os efetivos das Organizações que não possuem atividade-fim relacionada à Ciência e Tecnologia (DCTA-Comando, GAP-SJ, PASJ, CO-DCTA e CPORAER-SJ) excluindo, também, os Soldados do CLA e do CLBI. Para o cálculo do **ILPC** do DCTA foram considerados apenas servidores civis das Organizações que possuem atividade-fim relacionada à Ciência e Tecnologia (IAE, ITA, IEAV, IFI, IPEV, CLBI e CLA). O Indicador de Lotação de Pessoal Militar **(ILPM)** com 82,35% está no Nível 1 – Estado de Normalidade - **EN** O Indicador de Lotação de Pessoal Civil **(ILPC),** com 45,91%, está no Nível 3 - Estado Crítico - **EC**. No que concerne ao quantitativo de pessoal civil, o DCTA vem enfrentando um significativo *deficit* que ameaça impactar a sua capacidade de cumprimento da missão. Como medida de mitigação, o DCTA tem incentivado a permanência no serviço ativo de servidores que já completaram o tempo para a aposentadoria (hoje, são 255 servidores nessa condição). Em paralelo, o DCTA tem realizado remanejamentos internos, de modo a minimizar os efeitos da carência de pessoal em setores considerados estratégicos para a Organização. Adicionalmente, em caráter excepcional, o DCTA iniciou em 2015 a contratação de servidores temporários de acordo com a Lei Nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.
Origem dos dados empregados na fórmula	Lotação Existente de Pessoal Civil **LEPC,** Lotação Autorizada de Pessoal Civil **LAPC,** Lotação Existente de Pessoal Militar **LEPM** e Lotação Autorizada de Pessoal Militar **LAPM** foram fornecidos pela Divisão de Recursos Humanos DRH do DCTA e, coletados dos: a) Sistema de Informações SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) do Ministério da Fazenda; b) Sistema de Informações SIGPES (Sistema de Gerenciamento de Pessoal) do Comando da Aeronáutica/MD; e c) Sistema Interno de Informações Gerenciais de Controle de Pessoal de cada Organização da área do DCTA Efetivo Atuante na Atividade-Fim **(EAAF) e** Efetivo com Titulação **(ETI)** foram fornecidos pelas Organizações da área do DCTA e também pela Divisão de

	Recursos Humanos DRH do DCTA. **Obs: Para o cálculo do QCAF do DCTA foram excluídos os efetivos das Organizações que não possuem atividade-fim relacionada com a Ciência e Tecnologia - DCTA-Comando, GAP-SJ, PASJ, CO-DCTA e CPORAER-SJ. Foram excluídos, também, os Soldados do CLA e do CLBI.**
Objetivo da Mensuração	**Demonstrar qualitativamente a capacidade técnico-científica do DCTA e identificar se está havendo um gerenciamento adequado da alocação de recursos humanos nas atividades relacionadas com seus macroprocessos finalísticos** Propõe-se a responder as seguintes questões: **Indicador de Estabilidade de Sustentabilidade da Qualidade da Competência na Atividade-Fim (QCAF)** O DCTA está gerenciando adequadamente de forma a sustentar a Qualidade da Competência na Atividade-fim? **Índice de Lotação de Pessoal (ILP)** O quantitativo de pessoal, civil e militar, existente é suficiente para o cumprimento da missão do DCTA? **Índice de Recursos Humanos atuante na Atividade-Fim (IRHAF)** Existe efetivo representativo atuando na atividade-fim do DCTA? **Índice de Recursos Humanos com Titulação (IRHT)** A proporção do efetivo com titulação em relação ao efetivo total do DCTA está adequada?
Identificação das Variáveis	**Referenciais comparativos para o QCAF** **Indicadores Direcionadores** **ILP:** Acima de 80%: Nível 1 – Estado de Normalidade **EN** De 60% até 80%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** Abaixo de 60%: Nível 3 - Estado Crítico **EC** **IRHAF:** Acima de 60%: Nível 1 – Estado de Normalidade **EN** De 50% até 60%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** Abaixo de 50%: Nível 3 - Estado Crítico EC **IRHT:** Acima de 40%: Nível 1 – Estado de Normalidade **EN** De 30% até 40%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** Abaixo de 30%: Nível 3 - Estado Crítico **EC**
Identificação das Variáveis	**Indicador Setorial de Sustentabilidade da Qualidade da Competência na Atividade-Fim:** Acima de 1,8: Nível 1 – Estado de Normalidade **EN** De 1,40 a 1,8: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** Abaixo de 1,4: Nível 3 - Estado Crítico **EC**

[*1] **Índice Observado**: Data da medição referente ao ANO BASE 2019, em fevereiro de 2020.
[*2] **Índice de Referência**: Data da medição referente ao ANO BASE 2018, em fevereiro de 2019.
Fonte: DCTA

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DIRECIONADORES QCAF



Indicador Setorial da Produção Técnico-Científica (PTC)

Este indicador estratégico tem por finalidade obter um índice relativo à capacidade do efetivo do DCTA e das suas OM subordinadas em produzir conhecimento a serviço da sociedade brasileira.

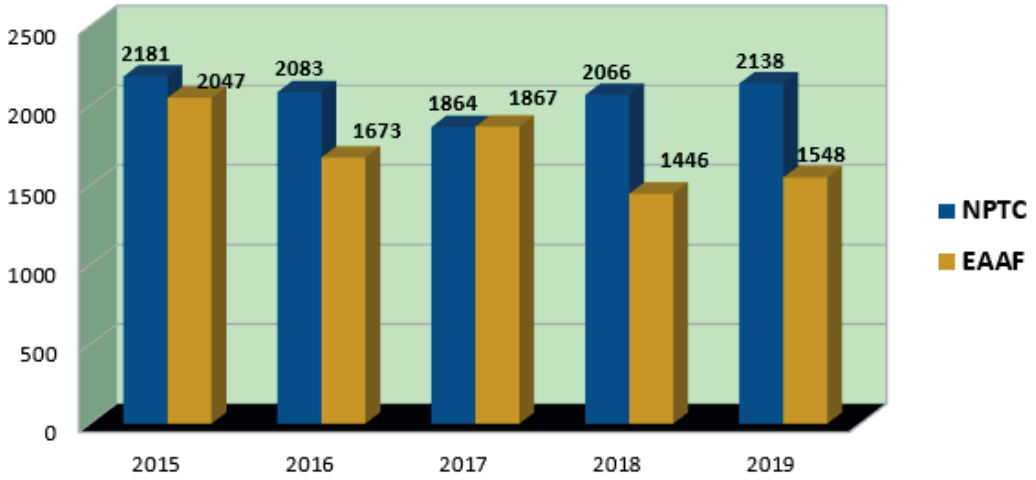
Tal indicador é obtido da razão entre o número de Publicações Técnico-Científicas (NPTC) elaboradas, por ano e o Efetivo Atuante na Atividade-Fim (EAAF), do DCTA.

Quadro 6 - Indicador Setorial da Produção Técnico-Científica

Indicador Setorial da Produção Técnico-Científica	
Denominação	**Indicador Setorial da Produção Técnico-Científica - PTC**
Índice Observado (*1)	Valor/Resultado da medição **1,38** - Nível 2 (Estado de Alerta **EA**)
Índice Previsto	Estar no mínimo nos Níveis 1 (Estado de Normalidade **EN**) ou 2 (Estado de Alerta **EA**), preferencialmente no Nível 1 (Estado de Normalidade **EN**)
Índice de Referência (*2)	Valor/Resultado da medição: **1,43** - Nível 2 (Estado de Alerta **EA**)
Periodicidade	Anual
Fórmula de Cálculo	$PTC = \frac{NPTC}{EAAF}$, *onde:* NPTC = Número de Publicações Técnico-Científicas; e EAAF = Efetivo Atuante na Atividade-Fim. $PTC = \frac{NPTC}{EAAF} = \frac{2138}{1548} = 1{,}38$
Análise geral dos resultados observados	O Valor obtido para o PTC, com base nos dados existentes para o ano de 2019, foi igual a **1,38** o que indica que o DCTA está no Estado de Alerta **EA** no que concerne à Produção Técnico-Científica. O resultado apresentado no ano de 2018 indica que o DCTA não está conseguindo o patamar desejável que é Acima de 3. Para o cálculo do **PTC** foram excluídos os dados das Organizações que não possuem atividade-fim relacionada à Pesquisa em Ciência e Tecnologia (DCTA-Comando, CLA, CLBI, GAP-SJ, PASJ, CO-DCTA e CPORAER-SJ). O Número de Publicações Técnico-Científicas Elaboradas inclui toda a documentação técnica produzida anualmente, tais como: artigos publicados, relatórios técnicos, relatórios de ensaio, documentação de projetos, etc.
Origem dos dados empregados na fórmula	Número de Publicações Técnico-Científicas **(NPTC)** e o Efetivo Atuante na Atividade-Fim **(EAAF)** foram fornecidos pelas Organizações da área do DCTA.
Objetivo da Mensuração	**Obter um índice de como se encontra a capacidade do DCTA em produzir conhecimento** Propõe-se a responder as seguintes questões: **Indicador Setorial da Produção Técnico-Científica (PTC)** A produção de conhecimento no DCTA está adequada?
Identificação das Variáveis	<u>Referenciais comparativos para o PTC</u> **Indicador Setorial da Produção Técnico-Científica:** Acima de 3: Nível 1 - Estado de Normalidade **EN** De 1 a 3: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** Abaixo de 1: Nível 3 - Estado Crítico **EC**

(*1) **Índice Observado**: Data da medição referente ao ANO BASE 2019, em fevereiro de 2020.
(*2) **Índice de Referência**: Data da medição referente ao ANO BASE 2018, em fevereiro de 2019.
Fonte: DCTA

GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DIRECIONADORES - PTC



Indicador Setorial de Gestão de Aporte e Execução Financeira (GAEF)

Para gerar este indicador estratégico e apurar o estado geral de funcionamento da gestão dos recursos financeiros recebidos e gastos, ou seja, se o DCTA está recebendo e utilizando adequadamente os recursos financeiros que solicitou foram definidos dois indicadores direcionadores. São eles: a) Indicador de Aporte Financeiro (IAF); e b) Indicador de Execução Financeira (IEF).

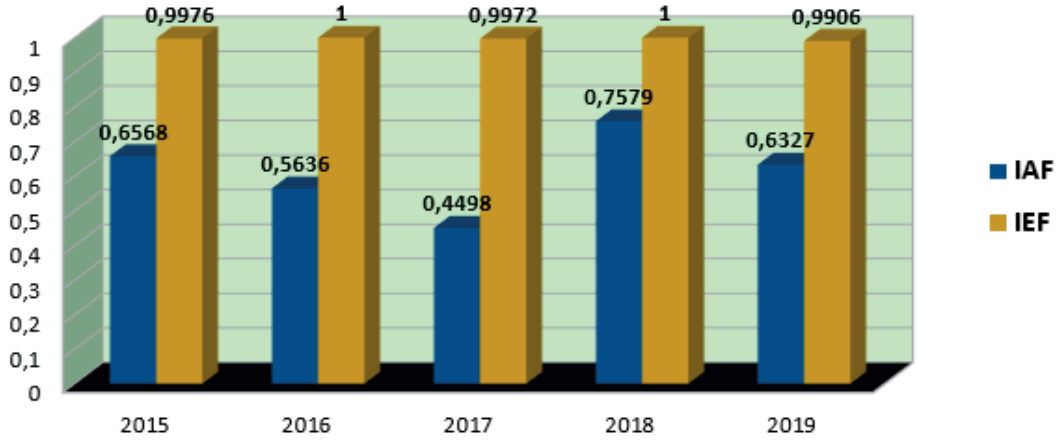
Para a obtenção desse indicador direcionador é necessária que se verifique a proporção entre os recursos orçamentários empenhados e os recursos orçamentários recebidos por meio de da aplicação de uma equação.

Quadro 7 - Indicador Setorial de Gestão de Aporte e Execução Financeira

Indicador Setorial de Gestão de Aporte e Execução Financeira	
Denominação	**Indicador Setorial de Gestão de Aporte e Execução Financeira - GAEF**
Índice Observado [*1]	Valor/Resultado da medição **81,17%** Nível 2 (Estado de Alerta - **EA**)
Índice Previsto	Estar no mínimo nos Níveis 1 (Estado de Normalidade - **EN**) ou 2 (Estado de Alerta - **EA**), preferencialmente no Nível 1 (Estado de Normalidade - **EN**)
Índice de Referência [*2]	Valor/Resultado da medição **87,89%** Nível 1 (Estado de Normalidade - **EN**)
Periodicidade	Anual
Fórmula de Cálculo	$IAF = \frac{RFR}{RFS}$, *onde:* IAF = Índice de Aporte Financeiro; RFR = Recursos Financeiros Recebidos; RFS = Recursos Financeiros Solicitados; $IEF = \frac{ROE}{ROR}$, *onde:* IEF = Índice de Execução Financeira; ROE = Recursos Orçamentários Empenhados; e ROR = Recursos Orçamentários Recebidos. $IAF = \frac{RFR}{RFS} = \frac{3.256.691.066.00}{5.147.285.518.48} = 0.6327$ $IEF = \frac{ROE}{ROR} = \frac{3.226.183.856.00}{3.256.691.066.00} = 0,9906$ $GAEF = \frac{IAF + IEF}{2} = \frac{0,6327 + 0,9906}{2} = 0,8117 = 81,17\%$
Análise geral dos resultados observados	O Valor obtido para o GAEF, com base nos dados existentes para o ano de 2019, foi igual a **81,17%** Nível 2 (Estado de Alerta – EA) no que concerne à Gestão de Aporte e Execução Financeira. Este resultado ficou no Nível 2 em consequência do aporte no total de recursos, oriundos dos Órgãos Superiores, em atendimento às demandas orçamentárias do DCTA. O resultado de 2019 de 81,17% demonstra piora se comparado ao exercício de 2018 quando, então, o valor foi de 87,89%.
Análise geral dos resultados observados	No resultado de 2019 estão inseridos os recursos de fontes do COMAER e oriundos da Agência Espacial Brasileira AEB / MCTI.
Origem dos dados empregados na fórmula	Recursos Financeiros Recebidos **RFR,** Recursos Financeiros Solicitados **RFS,** Recursos Orçamentários Empenhados **ROE** e Recursos Orçamentários Recebidos **ROR,** fornecidos pelo Sistema do Tesouro Gerencial que coleta os dados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) do Ministério da Fazenda MF, pela Subcoordenadoria de Controle Orçamentário SCCO do DCTA, pelas Organizações da área do DCTA por meio de do PCA 11-53/2019 (Plano Setorial do DCTA para o ano de 2019), aprovado pela Portaria nº 110/GC3, de 15 de janeiro de 2019 e, ainda pelo SIPLORC.
Objetivo da Mensuração	**Obter um índice que represente o quanto o DCTA está sendo contemplado dentro de suas necessidades** Propõe-se a responder as seguintes questões: O DCTA está recebendo o que solicitou? O DCTA está executando o que recebeu?
Identificação das Variáveis	**Referenciais comparativos para o GAEF** Acima de 85%: Nível 1 - Estado de Normalidade **EN** De 60% a 85%: Nível 2 - Estado de Alerta **EA** Abaixo de 60%: Nível 3 - Estado Crítico **EC**

[*1] **Índice Observado**: Data da medição referente ao ANO BASE 2019, em fevereiro de 2020.
[*2] **Índice de Referência**: Data da medição referente ao ANO BASE 2018, em fevereiro de 2019.
Fonte: DCTA

GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DIRECIONADORES GAEF



O DCTA em 2019

Dentre as várias ações originadas no DCTA no período em pauta, muitas cumprem especificamente a sua atividade fim, estando embasadas e suportadas por sua missão e visão de desenvolver tecnologia e de ser reconhecido como tal.

Assim, no intuito de contribuir fortemente para a indústria aeronáutica, para o crescimento econômico brasileiro, em uma ampla faixa de atividades, desde o setor primário, até apresentar um impacto relevante nas indústrias de alta tecnologia, o DCTA, juntamente com seus Institutos gerou produtos, desenvolveu tecnologias, formou pessoal qualificado e fomentou ciência, abordando todos os níveis de TRL e fazendo a diferença para o Cluster Aeroespacial e para a sociedade do entorno de São Jose dos Campos. Ainda, por meio dos projetos coordenados pela CCISE e pela COPAC, aumentou ainda mais a abrangência e relevância dos itens acima mencionados, na medida em que fomenta toda a base industrial de Defesa e Brasileira, relacionando-se com outros países e assumindo um papel de destaque no cenário internacional. Como um forte player nesse

cenário, atua com participação estatal para a geração de um ambiente de negócios que permita, à indústria nacional, buscar e superar a atual hegemonia comercial das empresas internacionais líderes desse mercado.

Como exemplos bastante relevantes dessas interfaces com o Cluster Aeroespacial, alguns pontos merecem destaque, os quais passamos a tratar de forma superficial, porém abrangente, na medida em que o presente documento não nos permite esgotar tal assunto.

O Instituto de Ensinos Avançados (IEAV), tendo assinado acordo de parceria com o Parque Tecnológico de São José dos Campos (PQTEC), estabelecendo um regime mútuo de cooperação científica e tecnológica, com vistas à consecução de objetivos comuns, deu continuidade ao mesmo, promovendo encontros com as empresas lá localizadas e difundindo tecnologias disruptivas a fim de fomentar o cluster tecnológico. Neste sentido, o PQTEC atuou como mediador junto às empresas associadas ao Parque, incrementando as possibilidades de desenvolvimento de níveis de maturidade tecnológica mais altos.

Ainda, o IEAV também tendo firmado parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para compartilhamento de laboratórios, disciplinas acadêmicas, docentes e pesquisadores, facilitou o desenvolvimento de projetos e pesquisas em áreas que interessam a ambas as instituições, como sensoriamento remoto, inteligência artificial, radiações ionizantes em componentes aeroespaciais, ótica para cargas pagas de plataformas orbitais e emissões de alta energia de tempestades, mais especificamente os projetos relativos à medição e desenvolvimento de componentes tolerantes à radiação ionizante, para uso espacial. Tais desenvolvimentos disponibilizam no mercado, itens de altíssimo valor agregado e sem os quais o lançamento de satélites do INPE ficaria prejudicado, senão impedido.

De forma resumida, muitas outras atividades merecem destaque no que diz respeito ao IEAV. Os projetos estratégicos constantes como CIT-00 na PCA 11-217, como o PROPHIPER, CSIO, PASIL e TERRA galgaram etapas importantes em direção à geração de assimetria de poder. Outros tantos, como o IFO, PITER-N, ERISA-D e ASA são projetos de destaque e que se iniciam em apoio não só ao EMAER e ao futuro PBC, mas também ao PESE.

Entregas concretas, como o planejamento da Operação Cruzeiro; o túnel hipersônico T4; a criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Propulsão Hipersônica Aspirada; o apoio ao DECEA na criação de um programa autônomo para aferição de auxílios à navegação por meio de drones; a ativa participação no Exercício Geral de Emergência Nuclear da Usina Nuclear de Angra dos Reis; a integração do software PMAII aos sistemas do H-36; a 9ª edição do Simpósio de Sensoriamento Remoto de Aplicações em Defesa (SERFA); e a realização do workshop anual do IEAv (WAI) demonstram a eficácia e a tenacidade com que o IEAv e o DCTA priorizam e atacam problemas concretos, complexos e relevantes de nosso cotidiano nacional.

Foram recebidas as duas primeiras aeronaves KC-390, fruto de um esforço conjunto entre COPAC, DCTA, IPEV e outras instituições, as quais disponibilizam para o Brasil um vetor de altíssimo valor agregado e potencial estratégico, diferencial no cenário da América latina.

No que diz respeito à aeronave F-X2 Grippen, o processo de desenvolvimento foi acompanhado de perto pelo DCTA, especificamente pela Divisão de Projetos e pela COPAC, estando os mesmos a ponto de serem entregues para a FAB, fato este a ocorrer em 2021.

Considerando-se algumas das atividades desenvolvidas no Instituto de Pesquisas e ensaios em Voo, IPEV, pode-se destacar as seguintes, mais impactantes no cenário militar e nacional. Foi possível o apoio no desenvolvimento e certificação dos projetos F-X2 Grippen, H-XBR Caracal, recebimento da primeira aeronave KC-390 da FAB e o recebimento da segunda aeronave SC105, além da modernização das aeronaves E99, A1M, F5BR, contribuindo com a Academia da Força Aérea no desenvolvimento de um simulador T-27M, e oferecendo suporte a outros projetos como a AVTM300 e AL-X.

O desenvolvimento da pesquisa aplicada atingiu sua plenitude durante a realização da Operação Rastro, para a validação experimental do Sistema de Trajetografia Óptico (SisTrO) que será usado em ensaios de separação de cargas externas. O SisTrO é altamente inovador, não existindo sistema equivalente a nível internacional. Além do ganho em segurança, eficiência e economia de recursos materiais e humanos, o SisTrO permitirá acelerar a certificação e entrada em serviço de novos armamentos que venham a ser incorporados no acervo da FAB. A formação de pessoal especializado foi alcançada por meio da realização dos cursos de Ensaios em Voo, nas modalidades asa fixa e asa rotativa. E, por fim, proveu o treinamento operacional com o 1º/9º GAv, em Surucucu, tendo atendido à necessidade de integramos melhor a academia com a prática, realizando voos de ensaio com os futuros engenheiros do ITA.

O IFI, Instituto de Fomento e Coordenação Industrial, atuou sobremaneira em suas áreas, emitindo certificações para as aeronaves C-295M, IU-50, U-100, HA-1 (EB), UH-

12 (MB). Além disso, proveu a assinatura e entrega do Certificado de Tipo do míssil A-Darter; a Certificação do Procedimento de Pouso em Surucucu com o C-295; a assinatura e entrega da Permissão Especial em Voo Inicial (PEVi) da primeira aeronave KC-390 a entrar em serviço na FAB; a coordenação e execução da análise técnica e autorização para o uso do kit de REVO adquirido pelo COMGAP para o KC-130, em substituição aos equipamentos obsoletos; a realização do XIII SEMETRA (realizado a cada dois anos), maior evento da Metrologia no COMAER; todo o processo de Garantia Governamental de Qualidade para o programa F-X2; dentre várias outras.

Por fim, aspectos importantes do setor espacial são relevantes de serem mencionados por parte do Instituto de Aeronáutica e Espaço. Avanços consideráveis foram realizados em relação ao motor VS-50, tanto em tratativas com a AVIBRAS como internamente no IAE. Nesse sentido, um acordo de cooperação foi assinado com aquela empresa, o qual propicia um melhor relacionamento e ajuda mútua entre instituições, mitigando riscos e acelerando o desenvolvimento do projeto. Avanços foram sentidos também nas negociações para a passagem do CS-30 para a AVIBRAS, fato esse que culminou com a assinatura dos termos em janeiro de 2020. Ainda, houve o ensaio de queima do primeiro protótipo do ignitor do motor S-50, tendo sido decorridos 16 meses em desenvolvimento, incluindo cálculos, desenhos, testes e definição da formulação da borracha, incorporação de mudanças no processo de fabricação, além de retrabalhos necessários, que culminaram no ensaio de queima em banco de provas. Foi celebrada a assinatura do Convênio de Receitas Próprias entre IAE e Fundação Casimiro Montenegro Filho (FCMF), o que dá maior margem de operação para o Instituto na realização de suas atividades. É de se ressaltar que foram realizados com sucesso ainda os ensaios de aceitação e de ruptura do Envelope Motor do propulsor S50, primeiro e segundo estágios do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), Projeto de acesso ao espaço previsto no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). Por fim, cabe salientar que membros da equipe de desenvolvimento do Projeto IFFM4BR, o qual visa prover a capacidade de classificação segura amigo-inimigo às plataforma militares das Forças Armadas, incluindo embarcações da Marinha do Brasil e baterias Anti-Aéreas do Exército Brasileiro, foram enviados à SAAB AB, em Linköping (Suécia). A primeira plataforma que será capaz de operar o Sistema IFF Nacional será, todavia, a aeronave Gripen E/F, em desenvolvimento pela sueca SAAB.

Toda essa plêiade de realizações mostra, mais do que nunca, o forte impacto que o DCTA está promovendo não só no setor e no cluster tecnológico de SJC, mas ainda os impactos decorrentes de tais realizações a nível nacional e internacional

Na área espacial, um grande marco alcançado foi a realização do ensaio estrutural do motor S50, integrante do primeiro e segundo estágios do VLM-1, possibilitando o avanço do projeto para a próxima etapa que é a realização do ensaio propulsivo do motor em banco de provas, previsto para ocorrer em Jun/20.

O DCTA deu continuidade às obras de ampliação do ITA, embasada no Plano de Desenvolvimento Institucional do ITA 2011-2020 (PDI), publicado em 2011, com a implantação da fase de construção das novas instalações do H-8 (alojamento dos alunos).

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), consagrado como um grande Centro de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento das atividades aeroespaciais no Brasil, formou na Graduação 127 engenheiros e na Pós-Graduação 136 Mestres, 39 Doutores e 32 Especialistas (Latu Senso) nos cursos de Engenharia Aeronáutica, Eletrônica, Mecânica-Aeronáutica, Civil-Aeronáutica, de Computação e Aeroespacial.

O Instituto de Pesquisa de Ensaio em Voo (IPEV), por intermédio do Curso de Ensaios em Voo (CEV) com reconhecimento internacional da Society of Experimental Test Pilots (SETP), sendo o único curso reconhecido no gênero no hemisfério sul, formou um Engenheiro de Instrumentação de Ensaio, com capacitação necessária para elaborar e desenvolver projetos de instrumentação de aeronaves/sistemas embarcados, além de conduzir a instalação dos equipamentos necessários à obtenção de dados durante os voos de ensaios.

O Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), contribuiu com o fomento à Indústria e às Forças Armadas do Brasil por intermédio de 26 cursos ministrados nas áreas da Qualidade, Metrologia, Certificação de Produto Aeroespacial, Acordos de Compensação - offset e Qualificação em Ensaios Não Destrutivos do ramo Aeronáutico, onde foram capacitados 802 profissionais entre civis e militares.

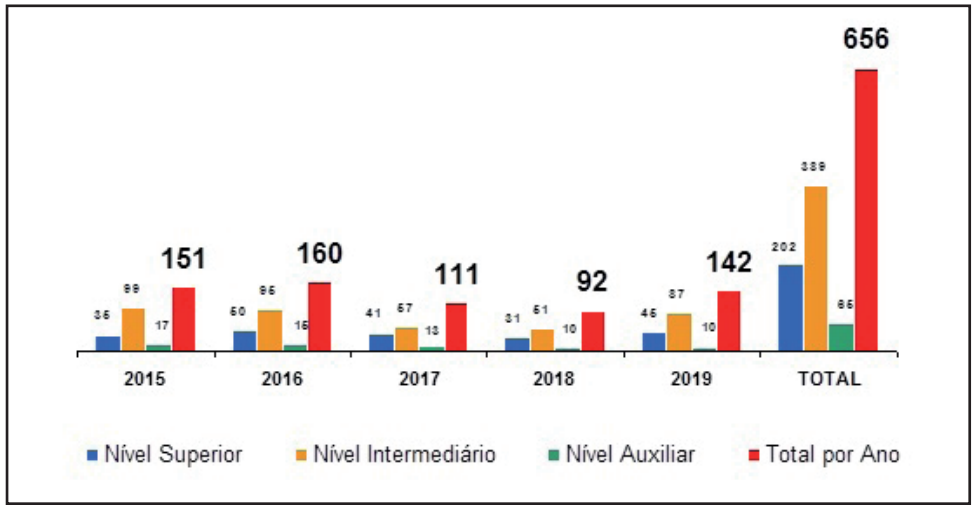
De pessoas e Competências

A captação de pessoal efetivo da Carreira de C&T não ocorre desde 2015, devido ao indeferimento dos últimos 6 (seis) processos de solicitações de concurso público, encaminhados ao Ministério do Planejamento, atual Ministério da Economia. A incapacidade de oxigenação da força de trabalho consagra uma sensação de impotência gestacional diante da caracterização de perda das competências técnicas individuais e

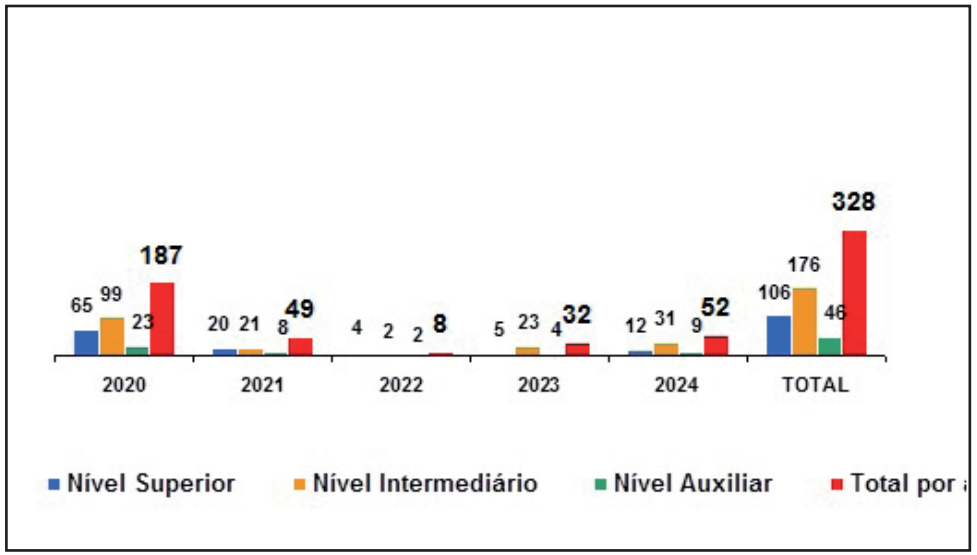
organizacionais, responsáveis pela entrega dos projetos e serviços prestados por este Departamento à sociedade.

A capacidade técnica da força de trabalho não se recompôs diante das seguintes restrições: impossibilidade de novos ingressos, as evasões ocorridas nos últimos 5 (cinco) anos e as possíveis saídas de pessoal até 2024, prejudicando consideravelmente a gestão do conhecimento e o plano de sucessão de gerentes de projetos e de atividades.

As figuras a seguir mostram que a evolução da evasão de servidores da carreira de C&T alcançará a ordem de 984 profissionais, sendo 102 doutores e 87 mestres, dos quais 93% desse total dedicados a produzir soluções específicas aos setores aeroespacial e de defesa deste país.



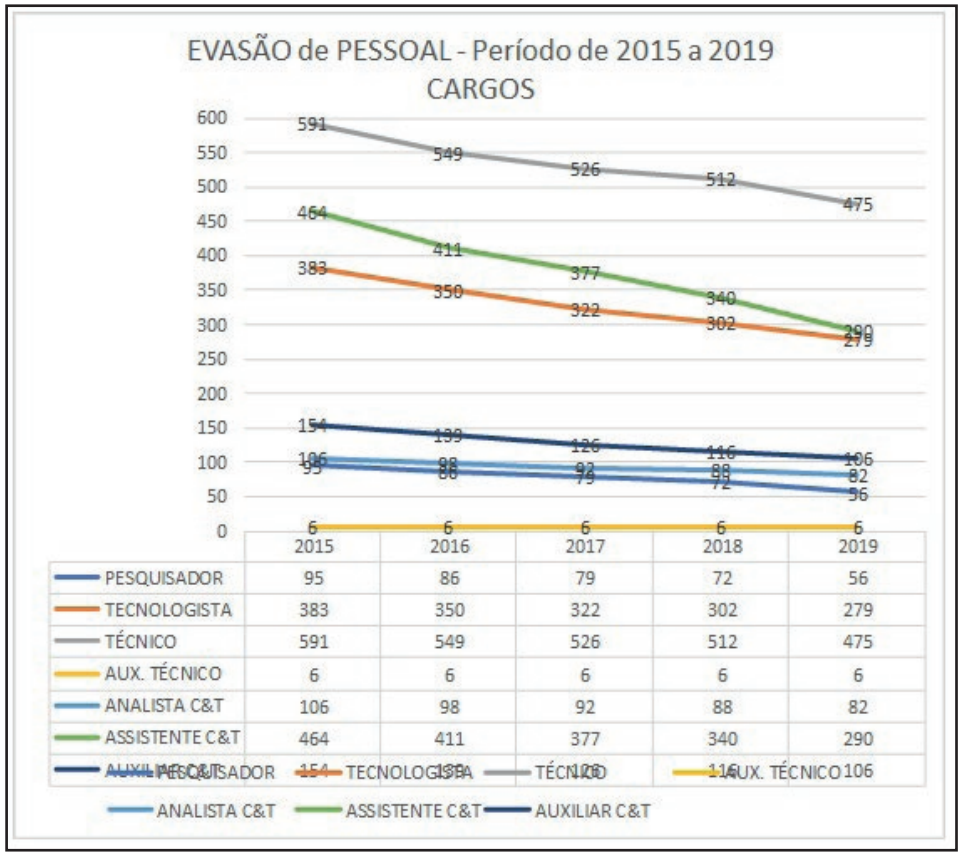
Evasão da carreira de C&T por nível dos últimos 5 anos.



Previsão de aposentadorias da carreira de C&T por nível para os próximos 5 anos

Em uma análise mais detalhada da evasão no DCTA, conseguimos identificar a saída de 656 por cargo e área de atuação sendo: 320 servidores da área fim e 336 da área meio, nos últimos 5 anos.

Na figura abaixo é possível identificar o decréscimo ocorrido do efetivo total por cargos ocupados da carreira de C&T nos últimos 5 (cinco) anos.

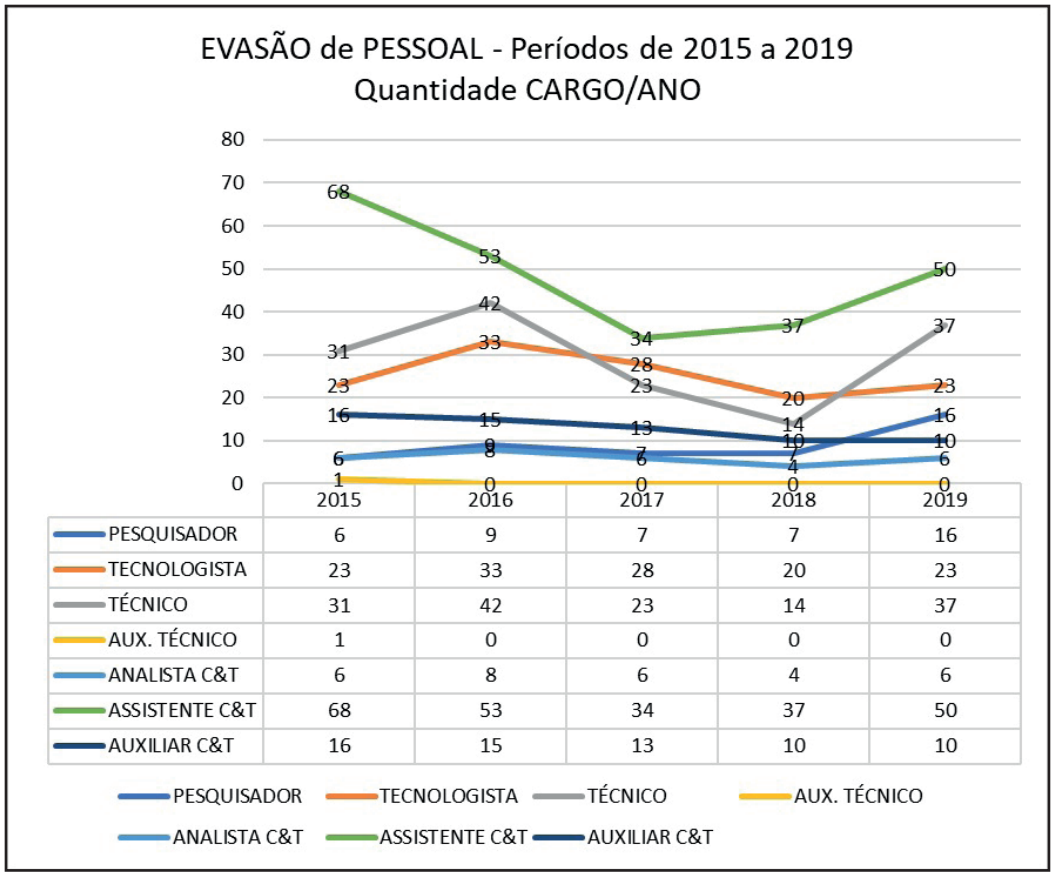


Decréscimo do efetivo no período de 2015 a 2019

É possível constatar a criticidade de evasão afeta diretamente a área fim do Departamento, representada percentual da seguinte maneira: 47% de perdas no cargo de Pesquisador, 33% no cargo de Tecnologista e 25% no cargo de Técnico, sendo todos profissionais diretamente ligados às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

A relevância do percentual médio, de aproximadamente, 40% de evasão de servidores detentores dos cargos de pesquisador e tecnologista traduz a impossibilidade de retenção do capital intelectual acumulado durante décadas neste Departamento.

As duas próximas figuras evidenciam em números absolutos a perda de cargos de C&T no período de 2015 a 2019, com ênfase especial, sobre as saídas ocorridas no ano de 2019 diante da hipótese de expectativa da perda de direitos adquiridos frente a proposta das mudanças ocorridas nas Regras da Nova Previdência.

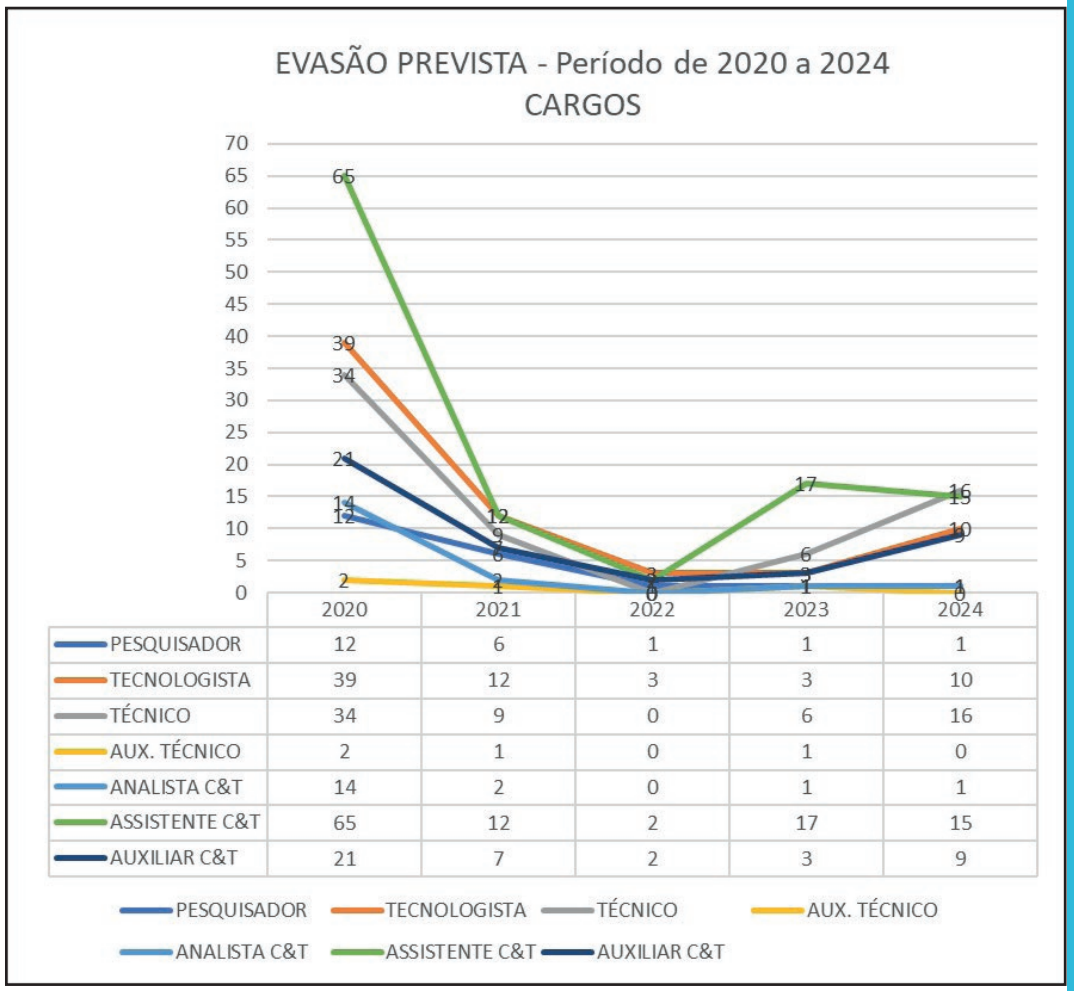


Evasão em números absolutos por cargo no período de 2015 a 2019.



Demonstra a somatória da evasão total por cargos

As duas Figuras a seguir mostram a previsão de evasão para o período de 2020 a 2024, onde nota-se que para no ano de 2020 que, mesmo diante da aprovação do regramento da Nova Previdência, há um número expressivo de servidores, que respeitado o direito adquirido, são detentores das prerrogativas necessárias para requererem a aposentadoria a qualquer tempo. Para os anos 2023 e 2024 os servidores poderão requerer suas aposentadorias após o cumprimento dos tempos de transição estabelecidos na EC 103/2019.



	2020	2021	2022	2023	2024
PESQUISADOR	12	6	1	1	1
TECNOLOGISTA	39	12	3	3	10
TÉCNICO	34	9	0	6	16
AUX. TÉCNICO	2	1	0	1	0
ANALISTA C&T	14	2	0	1	1
ASSISTENTE C&T	65	12	2	17	15
AUXILIAR C&T	21	7	2	3	9

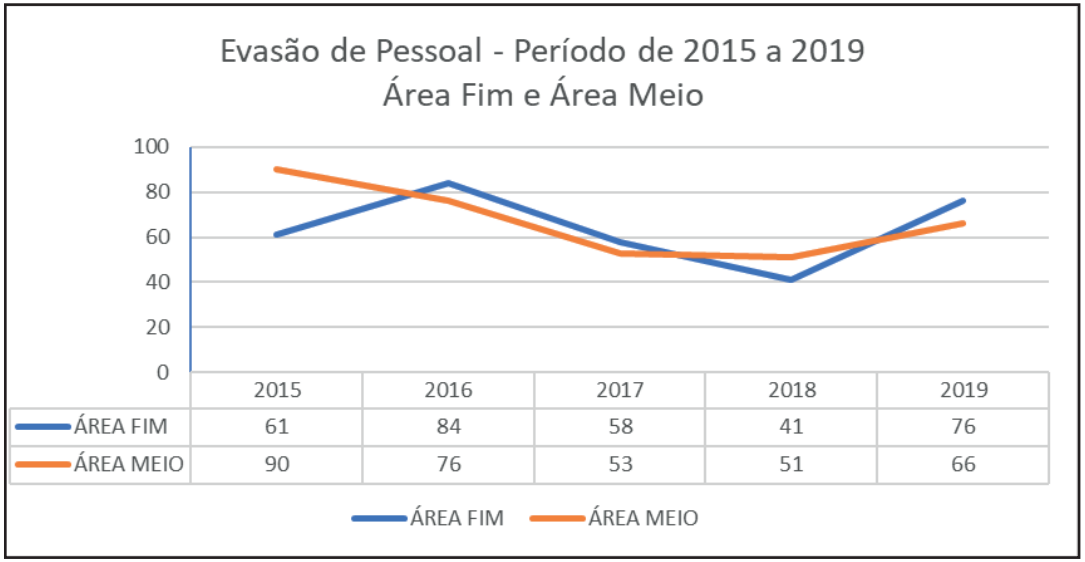
Estimativa de evasão em números absolutos por cargo no período de 2020 a 2024.



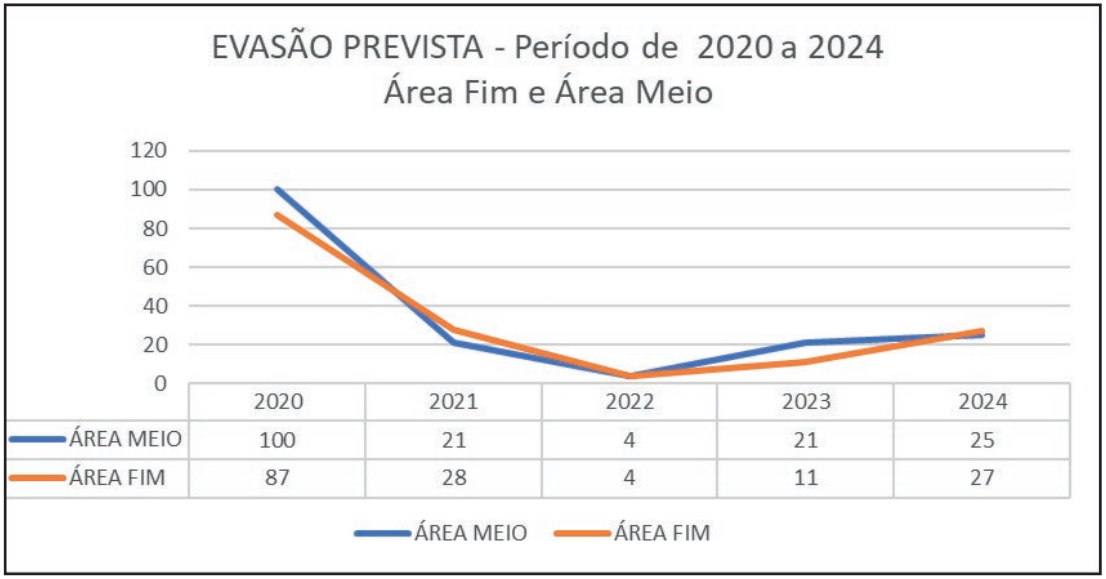
Demonstra a somatória da evasão prevista total por cargos no período de 2020 a 2024.

Considerando a provável aprovação de uma reforma administrativa com a possibilidade de redução de jornada de trabalho e a respectiva redução de remuneração proporcional e a redução no percentual do abono de permanência há uma sinalização clara que ocorrerá demanda de aposentadorias no ano de 2020 dos servidores com os direitos adquiridos.

As duas figuras seguintes demonstram a evasão de pessoal no período de 2015 a 2019 e a projeção de evasão para o período de 2020 a 2014 considerando as respectivas áreas de atuação. Nota-se claramente que as perdas são similares, o que denota a que não ocorreu ao longo dos anos oxigenação nos recursos humanos do DCTA.



Demonstra a evasão por área de atuação

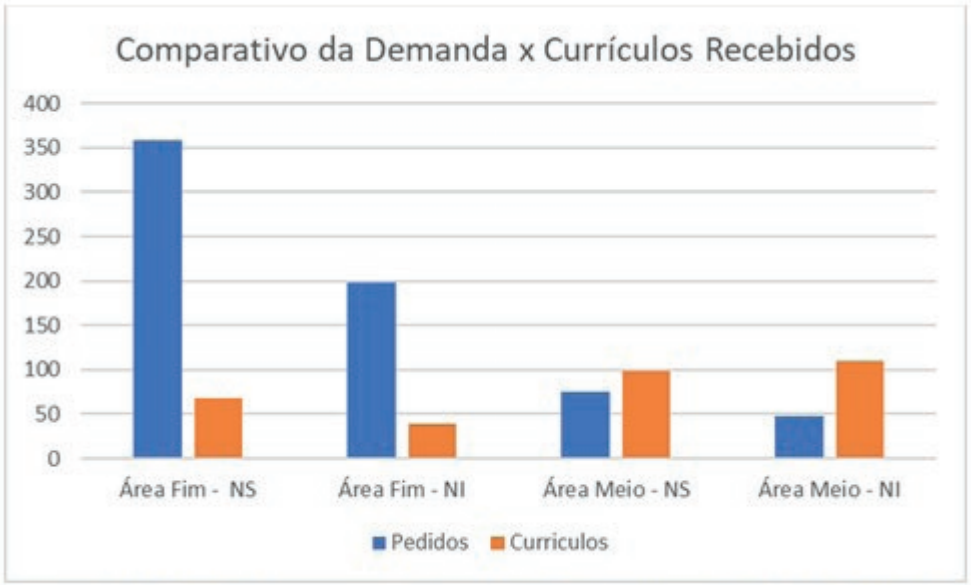


Demonstra a expectativa de evasão por área de atuação.

Ações realizadas pelo DCTA

Este Departamento, alternativamente ao cenário acima demonstrado, em consonância ao previsto no Decreto nº 9.739/2019 e na Portaria nº 193, de 3 de julho de 2018, elaborou solicitação de movimentação de empregados da INFRAERO e publicou em meados de novembro de 2019 um Edital de Oportunidades, no endereço www.servidor.gov.br, Portal do Servidor com objetivo de selecionar servidores e empregados públicos federais, interessados na movimentação de seus órgãos de origem para o DCTA, cuja a finalização do processo seletivo ocorrerá em 2020.

O Quadro abaixo apresenta um comparativo das necessidades demandadas pelo DCTA nos 2 (dois) últimos concursos em relação à oferta de currículos apresentada pelos servidores e empregados de outros em decorrência do Edital de Oportunidades.



Comparativo da Demanda de Vagas para Concursos e dos Currículos recebidos no Edital de Oportunidades.

É possível identificar que, as ferramentas utilizadas para a captação de RH não comtemplam a Área Fim da organização, se considerarmos que caso as movimentações sejam 100% efetivadas, a maioria dos perfis dos candidatos atende primordialmente às necessidades de pessoal voltadas aos propósitos da Área Meio. Até o momento as ações adotadas são inócuas para o atendimento das necessidades de recompletamento de pessoal de cargos efetivos que atuaram e atuam na conquista das capacidades tecnológicas para alcance à independência e soberania na área Aeroespacial.

Podemos citar como uma ação corretiva protelatória com efeito limitador da temporalidade a adotada, por meio da aprovação e publicação da Medida Provisória nº 887 de julho 2019, posteriormente transformada na Lei nº 13.884, de 16 de outubro de 2019, que permitiu a prorrogação dos contratos por tempo determinado do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial – IFI até 30/06/2021, viabilizando a manutenção da força de trabalho de 30 temporários à continuidade das atividades de certificação de produtos aeronáuticos e espaciais de Defesa.

Por fim, é possível afirmar que a recomposição da força de trabalho deste Departamento deverá estar baseada numa composição similar ao de um átomo cujo o núcleo deve ser durável e resistente ao tempo com a seguinte composição: cargos efetivos de docentes, pesquisadores, tecnologista, técnicos e de gestão tecnológica especializada somados a uma camada orbital de maior magnitude de funcionários regidos por CLT, temporários, servidores de outras carreiras, bolsistas e docentes e pesquisadores visitantes (oriundos de convênios de cooperação com Institutos e Universidades com as mesmas linhas de pesquisas desenvolvidas no âmbito do DCTA).

4.2.3.1 Política de Capacitação

Para atender à Missão do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), a Divisão de Capacitação (DCA) se empenha no sentido de aperfeiçoar e capacitar recursos humanos. Nesse sentido, suas atribuições estão relacionadas ao efetivo planejamento, orientação, coordenação, controle e supervisão de assuntos concernentes à área de capacitação profissional dos recursos humanos do DCTA e de suas 12 (doze) OM subordinadas.

Dessa forma, as ações de capacitação são resultantes de um processo de planejamento, realizado anualmente, e que se inicia com o levantamento das demandas das OM subordinadas.

Visando facilitar esse planejamento inicial, a DIRENS disponibiliza em sua página, um acervo de publicações, orientações, normas e atribuições, que padronizam as ações a serem tomadas pelos diversos órgãos, setores, militares e servidores civis envolvidos no processo de capacitação.

De posse daquele levantamento, a DCA analisa as indicações e, posteriormente, submete-as à aprovação pelas autoridades competentes.

Após o aprovo das indicações, a DCA atua por intermédio de um efetivo controle e supervisão, utilizando-se, de meios, procedimentos e recursos que viabilizem a plena realização das missões afetas a este Departamento e suas OM subordinadas.

Com o intuito de otimizar o despenho profissional dos nossos funcionários, é necessária a ativação de uma política de constantes programas de capacitação e elevação de nível dos recursos humanos já existentes nas organizações.

Dessa forma, é considerado como um dos objetivos da DCA, promover a qualificação dos militares e servidores públicos, em áreas relacionadas aos campos Aeroespacial e de Defesa, por intermédio de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos permanente e deliberado de aprendizagem, que contribua para o desenvolvimento de competências individuais, com vistas à melhoria de seu desempenho profissional, abrangendo, as seguintes propostas:

I – Realizar uma ação de capacitação para cada integrante do quadro efetivo de pessoal da OM;

II – Melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados;

III – Aprimorar permanentemente os militares e servidores do DCTA e suas OM subordinadas. Essa conduta administrativa permitirá lapidar o perfil desejado desses e, adicionalmente, motivá-los a uma maior dedicação à instituição, como retribuição à confiança que neles foi depositada;

IV – Aprimorar a gestão administrativa do DCTA;

V – Incentivar os militares e servidores a estabelecerem metas para seu avanço profissional e desenvolvimento pessoal; e

VI – Divulgar e gerenciar as ações de capacitação.

Os eventos de Capacitação podem ser conduzidos por meio de cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudo, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Administração Pública Federal direta. Para o Programa de Trabalho Anual devem ser considerados, para efeito de Planejamento, qualquer evento de Capacitação. Além desses, devem ser consideradas também as Missões no exterior e no País, que integram o PLAMENS e todos os cursos ofertados pelas TCA em vigor, constantes do Portal de Capacitação (SGC), do COMGAP, sistema online onde são ofertados diversos cursos dos vários ODS.

No ano de 2019, foram ofertados à força de trabalho, no decorrer do exercício, diversos cursos de capacitação, conforme os dados gerenciais discriminados na tabela abaixo:

Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

OM	QTD CURSOS OFERTADOS	ÁREAS DOS CURSOS OFERTADOS	DEMANDA DOS CURSOS (militares/ civis)	PESSOAS CAPACITADAS	PERCENTUAL MÉDIO POR OM	PERCENTUAL TOTAL MÉDIO DE CAPACITADOS
DCTA	87	Finanças/Orçamentária, Línguas, Segurança	200	16	8%	30%
COPAC	26	Finanças/Orçamentária, Línguas,	27	14	52%	
CO-DCTA	25	Finanças / Orçamentária, Pessoal, Patrimônio,	53	2	4%	
IAE	91	Engenharia Espacial e Aeronáutica, Pessoal,	387	133	34%	
CLBI	80	Finanças/Orçamentária, Gestão da Qualidade,	178	56	31%	
CLA	65	Finanças/Orçamentária, Pessoal, Patrimônio e	467	279	60%	
GAP-SJ	116	Finanças/Orçamentária, Instrução Militar,	418	123	29%	
CPOR-SJ	10	Instrução Militar, Inteligência, Judiciária,	10	4	40%	
IEAV	32	Inteligência, TI, Hipersônica, Instrução	45	3	7%	
IFI	133	Certificação de Produto Aeroespacial, Certificação de Sistemas de Gestão, Segurança do trabalho, Pessoal, Finanças/Orçamentária, Manutenção e TI	406	29	7%	
IPEV	112	Segurança do Voo, Manutenção de Aeronaves, TI, Finanças/Orçamentária, Línguas, Segurança do Trabalho, Ensaios em Voo	490	172	35%	
ITA	195	Ensino, Línguas, Pessoal, Almoxarifado, TI e	528	94	18%	
PASJ	19	Finanças/Orçamentária, Engenharia Civil,	40	39	98%	

Avaliação entre os cursos ofertados, a demanda para treinamento identificada e pessoas capacitadas

Pelos dados acima demostrados, 03 (três) OM conseguiram capacitar mais de 50% (cinquenta) do seu efetivo e 10 (dez) ficaram abaixo desse valor, perfazendo um percentual médio total de 30% (trinta) de recursos humanos capacitados.

As dificuldades financeiras encontradas no ano de 2019, com suas consequentes restrições orçamentárias, constituíram-se no principal motivo da não obtenção de um percentual superior de capacitação aos 30% observado. Em alguns casos, ainda, devido à complexidade de execução de determinados cursos, que exigiam processos de licitação e suas respectivas análises jurídicas, houve certa dificuldade em atender a essas demandas.

Gestão de patrimônio e infraestrutura no DCTA

Além das legislações federais afetas ao tema, a gestão do patrimônio no COMAER é regida essencialmente por 2 (duas) regulamentações internas:

- DCA 87-3/2018: Diretriz do Comando da Aeronáutica para a Gestão Patrimonial dos Bens Imóveis; e

- ICA 87-7/2019: Instrução do Comando da Aeronáutica para o Controle, Administração e Gestão do Patrimônio Imobiliário sob Administração do Comando da Aeronáutica.

Em relação à infraestrutura, também temos, além das legislações federais, os seguintes normativos internos:

- PCA 11/201/2018: Plano de Infraestrutura da Aeronáutica; e

- ICA 85-13/2016: Instrução do Comando da Aeronáutica para o Gerenciamento da Infraestrutura no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e suas Organizações Militares Subordinadas.

Compete à Divisão de Infraestrutura e Patrimônio do DCTA zelar pela eficaz e eficiente gestão destes temas no âmbito do DCTA, orientando e cobrando das Organizações subordinadas a devida aplicação das normas em apreço.

A estrutura de controle e de gestão do patrimônio imobiliário existente no âmbito da Unidade Jurisdicionada compreende três cidades distintas, quais sejam, São José dos Campos-SP, Alcântara-MA e Natal-RN.

Neste sentido, podemos apresentar o seguinte quadro em relação à situação do patrimônio da União jurisdicionado ao DCTA:

a) Área Patrimonial sob a Responsabilidade Administrativa do GAP-SJ

Das áreas atualmente ocupadas pelo GAP-SJ, o percentual de área regularizada passa de 85,65%, como pode ser verificado a seguir:

Quadro A.7.4.1.1 - Área Patrimonial sob a responsabilidade do GAP-SJ

SITUAÇÃO	ÁREA (m^2)	%
REGULARIZADA	13.683.096,86	89,93
LEGALIZADA	1.330.863,21	8,74
NÃO-LEGALIZADA	200.489,35	1,32
TOTAL	15.214.449,42	100

Quanto à existência de bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União, em decorrência da existência de algum impedimento para regularização, informo que são as seguintes áreas:

1 - Tombo: SP-033-007

Área: 5.491,16 m²

Local: São José dos Campos

Utilização: Grande área do GAP-SJ

Situação: Em fase de legalização judicial, via processo de desapropriação.

1ª Área com 220,66 m², desapropriada pelo Decreto nº 83.145, de 07 fev. 1979, de Valter Santos, processo nº 00.0131600-1/79; e 2ª área com 5.270,50 m², de Áurea Fernandes Rodrigues, processo Nº 00.01316010, ambos tramitando na Justiça Federal em São Paulo. Titulação: em fase de legalização.

2 - Tombo: SP-033-008

Área : 157.668,34 m2

Local: São José dos Campos

Utilização: Grande área do GAP-SJ

Situação: Em fase de legalização via processo judicial de desapropriação (PROCESSO: 000.2294400 – Atual nº 0119440-72.1980.403.6100, da 4ª Vara Federal de São Paulo).

3 - Tombo: SP-108-000

Área : 40.549,70 m2

Local: São José dos Campos

Utilização: Área do DCTA

Situação: Não Legalizado/Em fase de legalização (pendente de processo de retificação de área e desdobro).

4 - Tombo: SP-109-000

Área : 3.219,85 m2

Local: São José dos Campos

Utilização: grande área do GAP-SJ

Situação: Legalizado/Em fase de regularização.

Ofício nº 06/DA/PAT/802, de 13.05.2011 – GIA-SJ solicita à SPU/SP o Termo de Entrega nos termos do §1º, do Art. 79, do Decreto-Lei nº 9.760, de 03 de setembro de 1946.

b) Área Patrimonial sob a responsabilidade do CLA

O CLA tem um percentual de 48% dos terrenos relativos à área desapropriada ainda não legalizados, com ações de desapropriação pendentes na Justiça Federal.

Quadro A.7.4.1.2 – Área Patrimonial sob a responsabilidade do CLA

Situação Patrimonial	Quantidade de Tombos	Quantidade de Tombos (%)
Regularizado	16	12%
Legalizado	52	40%
Não legalizado	63	48%
TOTAL	**131**	**100%**

De maneira geral, a área desapropriada para implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), é composta por três grandes áreas, quais sejam, a área ocupada pelo CLA, a área de consolidação do Centro Espacial de Alcântara (CEA) e área de interesse das comunidades quilombolas. Considerando planejamentos e estudos executados pelo Governo Federal (Grupos de Trabalho do CDPEB) em 2019, o CLA, de forma colaborativa, continuou a atuar em parceria com os envolvidos nos processos de desapropriação, com o fito de efetivar a regularização e dar andamento prioritário aos referidos processos, especialmente àqueles da área já ocupada e da área de consolidação do CEA. Com relação a esses processos, o CLA, em trabalho conjunto com a AGU e a SPU, identificou e priorizou os processos, possibilitando celeridade aos mesmos. Entretanto, como esse status ainda não foi registrado nas Fichas Individuais dos Terrenos, as informações ainda não são refletidas neste documento.

c) Área Patrimonial sob a responsabilidade do CLBI

Quadro A.7.4.1.3 – Área Patrimonial sob a responsabilidade do CLBI

SITUAÇÃO	ÁREA em ha	%
Regularizada e legalizada	1.823,932	100
TOTAL	1.823,932	100

Análise crítica

Não há processos judiciais em andamento.

d) Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Quadro A.7.4.2 Principais investimentos de capital, avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos				
OM	OBJETO	VALOR PAGO EM 2019	VALOR TOTAL DA OBRA	SITUAÇÃO EM 2019
CLBI	Reforma do Sistema de refrigeração do prédio de Telemedidas do CLBI.	R$ 167.255,63	R$ 167.255,63	Obra Concluída.
CLBI	Construção de Cerca de Segurança da área do Centro Vocacional Tecnológico Espacial.	R$ 137.633,15	R$ 137.633,15	Obra Concluída.
CO-DCTA	Construção do Novo Terminal de Passageiros - TPS	R$ 838.455,86	R$ 838.455,86	Obra Concluída.
CO-DCTA	Recuperação e Reforço Estrutural do Edifício da Ala Zero do ITA – Contrato n° 035/GAP-SJ-ITA/2018.	R$ 1.184.411,42	R$ 1.184.411,42	Obra Concluída.
CO-DCTA	Ampliação do Pátio militar de estacionamento de aeronaves do Aeroporto de São José dos Campos – SP - Contrato n° 042/GAP-SJ/2018	R$ 4.094.218,40	R$ 4.986.722,22	Obra em andamento.
CO-DCTA	Construção da Subestação Rebaixadora de Tensão e linhas de transmissão e distribuição no Campus do DCTA - Contrato n° 013/GAP-SJ/2019	R$ 217.463,13	R$ 17.279.590,76	Obra em andamento.
CO-DCTA	Melhorias na infraestrutura das redes de abastecimento e distribuição de água do DCTA - Fase I - Contrato n° 054/GAP-SJ-CO-DCTA/2019	R$ 252.957,15	R$ 285.370,06	Obra em andamento.
CO-DCTA	Serviço de adequação da Alimentação de Energia - Contrato n° 055/GAP-SJ-CO-DCTA/2019	R$ 86.238,67	R$ 86.238,67	Obra Concluída.
PASJ	Execução de serviços comuns de engenharia na manutenção e conservação dos PNR: H17B nº105, H17B nº111 e H17B nº115. CONTRATO Nº 091/GAP-SJ-PASJ/2018 - ARGOS CONSTRUÇÃO E SOLUÇÃO LTDA.	R$ 259.105,49	R$ 575.651,63	Obra em andamento.
PASJ	Execução de serviços comuns de engenharia na manutenção e conservação dos PNR: CI nº92, CI nº93, CI nº94 e CI nº95. CONTRATO Nº 092/GAP-SJ-PASJ/2018 - ARGOS CONSTRUÇÃO E SOLUÇÃO LTDA	R$ 300.185,02	R$ 300.185,62	Obra Concluída.
PASJ	Execução de serviços comuns de engenharia na manutenção e conservação dos PNR: H20 n°108, H20 Nº112 e H27B n°105. CONTRATO Nº 111/GAP-SJ-PASJ/2019 - CONSTRUTORA OBRAVALE EIRELI.	R$ 114.989,57	R$ 426.416,12	Obra em andamento.

Como pode ser observado da tabela acima, têm sido priorizados investimentos relacionados com a reestruturação em curso no COMAER, em especial nas atividades relacionadas à atividade fim, além de algumas obras relacionadas à infraestrutura de apoio.

e) Desfazimento de ativos

Não houve, no ano de 2019, nenhum tipo de alienação de imóveis. Não obstante, há previsão no Plano de Alienação de Imóveis da FAB de que algumas áreas do DCTA sejam permutadas por obras a construir.

f) Locação de imóveis e equipamentos

Não houve, no ano de 2019, nenhuma necessidade de locação de imóveis ou equipamentos de terceiros.

g) Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve, no ano de 2019, mudanças ou desmobilizações relevantes no âmbito do DCTA.

Principais desafios e ações futuras

As instalações do DCTA e Organizações subordinadas, de modo geral, são antigas, exigindo substanciais recursos para sua manutenção. Neste sentido, há que se destacar a preocupação do GAP-SJ em sempre manter uma Ata de Registro de Preços de serviços de manutenção predial em vigor, de modo que se possibilitem as necessárias intervenções corretivas e preventivas, de acordo com a gravidade e na medida da disponibilidade de recursos orçamentários.

As necessidades de obras e serviços de engenharia de maior monta estão devidamente previstas no Plano Plurianual de Obras do DCTA, encaminhado anualmente para o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), sendo executadas conforme priorização e autorização do mesmo.

Neste sentido, há de se ressaltar que a nova Subestação de Energia já foi licitada e sua execução se encontra em andamento, de sorte que um dos principais desafios de infraestrutura para o Campus está sendo alcançado, haja vista que a atual, além de muito antiga, já não permite a inclusão de novas cargas, impossibilitando eventuais expansões.

Gestão da tecnologia da informação no DCTA

Os recursos financeiros aplicados em TI no DCTA estão discriminados na tabela abaixo:

Ação	Valor
2000	**889.329,07**
20XB	**173.460,90**
20X9	**59.525,97**
219W	**23.735,00**
20VB	**549.998,30**
20V0	**382.671,52**
20XA	**543.636,17**

Durante o ano de 2020 o DCTA implantará um projeto de modernização do ambiente de TI do Departamento para Inovação de Processo e Serviço por meio da Computação em Nuvem.

Trata-se de um projeto estruturante que atenderá, indistintamente, a todas as OM da GUARNAE-SJ, com nova tecnologia, novo processo e novos serviços de TI, que possibilitarão maior produtividade no cumprimento da missão do DCTA, melhoria na sua cadeia de valor e, consequentemente, mais inovação.

Resumidamente, o projeto consiste na implantação de redundâncias na malha de fibra óptica da rede, no estabelecimento do Datacenter principal no prédio do comando do DCTA e na implantação de um Datacenter de recuperação de desastre no atual local do NCTI, permitindo a implantação da computação em nuvem no DCTA e, consequentemente, a robustez, a disponibilidade e a segurança necessárias para a centralização e compartilhamento dos recursos computacionais e serviços de TI às organizações sediadas no DCTA.

Em assim fazendo, a implantação da computação em nuvem no DCTA ocorrerá em alicerces sólidos e seguros, permitindo o cumprimento do objetivo estabelecido e, principalmente, usufruir dos benefícios decorrentes, além de estabelecer os pilares para a implantação do campus inteligente (smart campus) na organização.

Assim, a implantação deste projeto estruturante dotará o DCTA de um novo modelo organizacional e de um novo processo de provimento de serviços de TI para atender as atividades de interesse comum a todas as OM subordinadas e sediadas.

Informações sobre os projetos conduzidos pela Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate

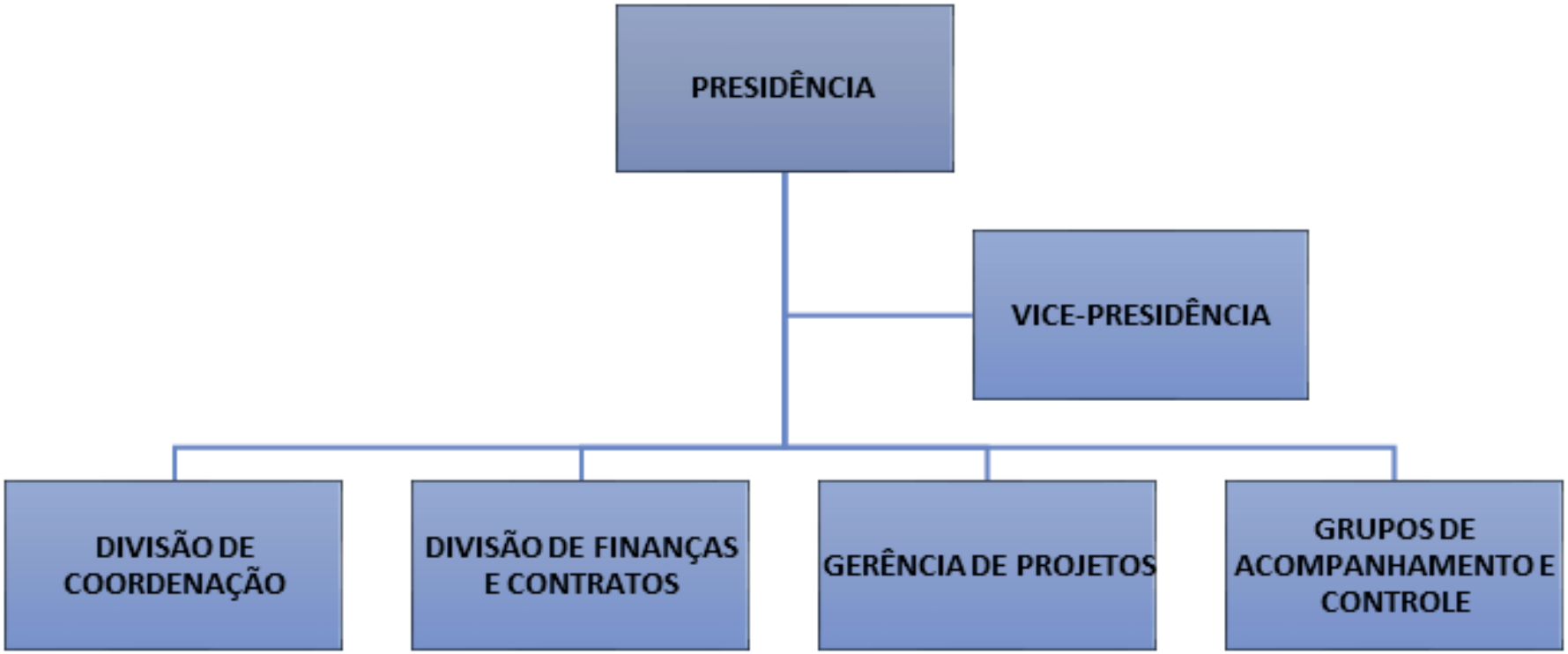
A Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate (COPAC), Organização do Comando da Aeronáutica prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade gerenciar os Projetos de desenvolvimento, aquisição e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos para o COMAER.

A COPAC tem sua subordinação e sede estabelecidas no Regulamento de Organização Militar – ROCA 21-65, aprovado pela Portaria nº 172/GC3, de 25de janeiro de 2017, faz parte da estrutura do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e possui as principais competências, conforme quadro abaixo:

	NOME DO ÓRGÃO	SIGLA	PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate	COPAC	- Gerenciar os Projetos de aquisição, de desenvolvimento e de modernização de materiais e sistemas aeronáuticos, que lhe forem atribuídos por órgão superior; - Assessorar o EMAER na coordenação das ações necessárias à implantação dos materiais e sistemas aeronáuticos adquiridos, desenvolvidos ou modernizados por intermédio da COPAC; - Cumprir as diretrizes da Aeronáutica para as atividades de compensação comercial, industrial e tecnológica; e - Gerenciar o conhecimento envolvido nos processos de gerenciamento de Projetos de aquisição, desenvolvimento e modernização de materiais e sistemas aeronáuticos atribuídos à COPAC.

ESTRUTURA BÁSICA

O Regimento Interno da Comissão Coordenado do Programa Aeronave de Combate – RICA 21-235, aprovado pela Portaria DCTA nº 234/DNO, de 22 de outubro de 2019, estabelece o seguinte Organograma da Estrutura Básica para a Comissão Coordenadora do Programa de Combate - COPAC:



PROJETOS

Os Projetos conduzidos pela COPAC estão diretamente ligados à operacionalização da missão da Força Aérea Brasileira, no enfoque da Dimensão 22, que é o de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria, por meio das ações de Controlar, Defender e Integrar.

Na ação Controlar, a COPAC gerencia Projetos de aquisição de aeronaves laboratório, busca e salvamento e de asas rotativas. Estes equipamentos possibilitarão à FAB um avanço significativo para o cumprimento de suas responsabilidades no tocante ao controle do tráfego aéreo e busca e salvamento.

Na ação Defender, a COPAC administra a aquisição de Projetos responsáveis pela vigilância do espaço aéreo, patrulha marítima, transporte logístico e de defesa aérea. Estes Projetos, que agregam elevada tecnologia, serão os responsáveis pela defesa e garantia da soberania do espaço aéreo nos próximos trinta anos.

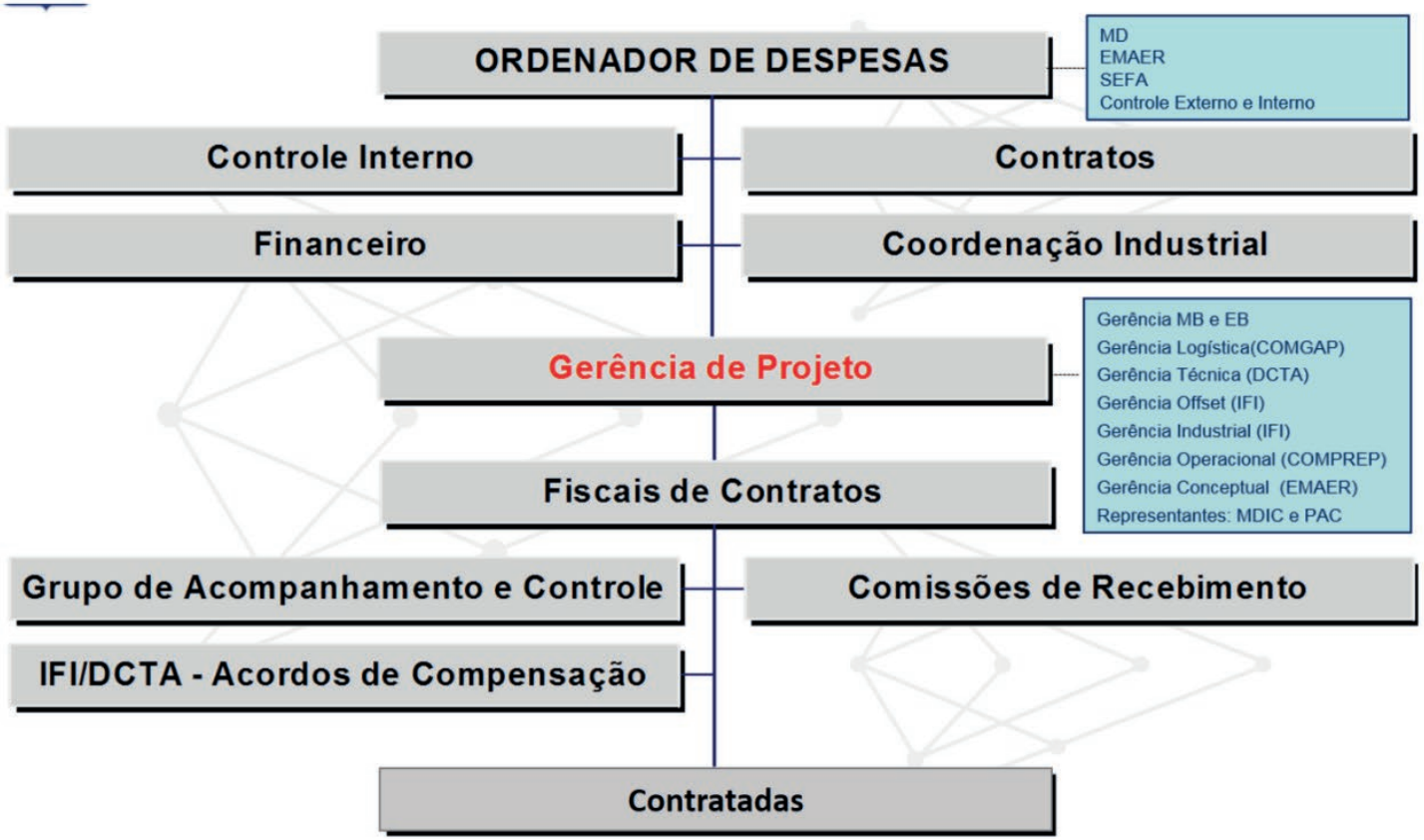
Na ação Integrar, a COPAC atualmente dirige os Projetos KC-390 e H-XBR. Estes vetores são primordiais para a tarefa de integrar o Brasil, levando direitos fundamentais à população carente em regiões de difícil acesso do país. Estas aeronaves também atuam na ação Defender.

O quadro a seguir apresenta os recursos disponibilizados para a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC (UG 120108) para o cumprimento de suas obrigações contratuais:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	PROJETO	DISPONIBILIZADO (R$)
10.52111.05.151.2058.20IH	20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	1121- Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	-	PO 000A – Aeronave de Alerta e Controle – Projeto E-99M	E-99M	36.415.000,00
10.52111.05.151.2058.123B	123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional	05SV - Desenvolvimento da Aeronave KC-390 (Projeto KC-X)	PO 0000 – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)	KC-X	9.000.000,00
10.52101.05.151.2058.123J	123J - Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	06NC - Desenvolvimento e aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral - Projeto HX_BR.	PO 0002 – Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral – Projeto H-XBR	H-XBR	439.024.853,00
10.52111.05.151.2058.14T0	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	05Q2 - Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de caça multimissão e sistemas afins - Projeto F-X2.	PO 0000 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2	F-X2	1.350.309.004,00
10.52111.05.151.2058.14XJ	14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	05Q1 - Aquisição de cargueiro tático militar - Projeto KC-390.	P 000 – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – projeto KC-390	KC-390	811.059.860,00
10.52911.05.151.2058.20XV	20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.	-	P 0000 – Operação do Sistema de Controle do espaço Aéreo brasileiro – SICEAB – Despesas Diversas	CL-X2	152.588.664,00
					I-X	29.820.156,43
					E-99M	75.000.000,00
10.52111.05.151.2058.7U72	7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	06NS - Modernização da frota de aeronaves AM-X (Projeto A-1M)	P 0000 – Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto AM-X)	A1-M	111.491.052,00
10.93455.05.572.6012.20XB	20XB - Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional	-	P0005 – Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados	A-DARTER	270.453,29
10.52101.05.722.2058.219W	219W - Interoperabilidade de Sistemas de Defesa		-	PO 0003 Implantação do Link Tático Aeronáutico-LINK-BR2	LINK-BR2	12,635.000,00
					Total	3.027.614.042,72

ESTRUTURA DE GESTÃO E CONTROLE

A gestão e o controle dos Projetos sob a responsabilidade da COPAC são regidos pela estrutura apresentada a seguir:



Fonte: COPAC

COMGAP - Comando-Geral de Apoio

COMPREP - Comando de Preparo

DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

EB - Exército Brasileiro

EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica

IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial

MB - Marinha do Brasil

MD - Ministério da Defesa

MDIC - Ministério da Economia, Industria, Comércio Exterior e Serviços Desenvolvimento

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

SEFA - Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica

Gestão de Riscos na COPAC

A Gestão de Riscos na COPAC é realizada em conformidade com a Diretriz do Comando da Aeronáutica – DCA 16-2 "Gestão de Riscos no Comando da Aeronáutica", Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 80-13 "Gestão de Riscos no DCTA" e Norma Padrão de Ação – NPA/VICEPAC/71. Em relação aos Projetos ressalta-se que as empresas contratadas são obrigadas por força de contrato a apresentar relatórios periódicos de acompanhamento. São solicitados Relatórios Trimestrais de Acompanhamento e Relatórios Semestrais das ODM (Ordens de Modificação) emitidas. Estes relatórios apresentam informações relativas ao andamento geral das atividades, cronograma geral do Programa (previsto e realizado), visão geral sobre os riscos do Projeto, modificações técnicas, certificação, desempenho, balanceamento ou equilíbrio, segurança operacional, entre outros.

RESULTADOS OBTIDOS

Com os recursos disponibilizados no exercício de 2019 e em conformidade com os cronogramas físico-financeiros foram alcançados os seguintes resultados:

- o Projeto IX, que trata da aquisição de quatro aeronaves de inspeção em voo, recebeu a 4ª e última Aeronave certificada;

- o Projeto A-DARTER, cuja finalidade foi o desenvolvimento de um míssil de curto alcance ar-ar infravermelho de 5ª geração com transferência de tecnologia, certificação e desenvolvimento da industrialização no Brasil, concluiu suas etapas, com realização da JTQW (Joint Technical Qualification Workgroup) e da PMR (Project Management Review) do Projeto, com assinatura dos Certificados de Tipo do míssil e entrega do Data Package do A-DARTER pela ARMSCOR para a Força Aérea Brasileira. A conclusão deste desenvolvimento, com financiamento da FINEP, é de extrema importância, pois internalizou, na Base Industrial de Defesa brasileira, a tecnologia necessária para uma futura industrialização de artefatos bélicos de 5ª geração, causando impactos positivos na indústria tecnológica nacional;

- o Projeto CL-X2, que refere-se à aquisição de três aeronaves CASA 295 na configuração Search and Rescue (SAR), recebeu da empresa Airbus Defense and Space S.A.U a segunda aeronave; o Projeto A-1M (AM-X), que trata da modernização das aeronaves A-1, recebeu mais uma aeronave modernizada da Embraer S.A, atingindo 89,02% (recebimento de duas aeronaves sendo um relativa ao ano de 2018 e uma do exercício de 2019) da meta física esperada para o Projeto;

- o Projeto HX-BR, que trata da aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral das Forças Armadas, recebeu mais uma aeronave operacional do Consórcio Helibras/Eurocopter, totalizando, até o momento, 35 aeronaves recebidas, promovendo um ganho operacional para as três Forças e alavancando a indústria brasileira na capacitação tecnológica para conceber, desenvolver e produzir aeronaves de asas rotativas. Ainda no tocante ao Projeto HX-BR, é importante destacar que a certificação e operação do sistema de reabastecimento em voo desse helicóptero continua em andamento e sua campanha final está planejada para o 1º semestre de 2020, bem como a certificação da versão operacional da Marinha do Brasil, com conclusão prevista também para o ano de 2020. O Projeto teve 23,99% de seu cronograma executado durante o PPA 2016-2019. Os recebimentos durante o quadriênio foram assim divididos: quatro aeronaves em 2016, quatro em 2017, quatro em 2018 e uma em 2019. O projeto HX-BR prevê o recebi-

mento das demais aeronaves dentro do próximo quadriênio, no PPA 2020-2023;

- o Projeto KC-X, que se refere ao desenvolvimento de dois protótipos de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, encontra-se na 4ª e última fase, a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave. O processo de desenvolvimento da aeronave continua evoluindo com a realização dos voos de ensaio, nos quais são comprovados os requisitos do produto, previstos nas fases anteriores. Foram atingidos os seguintes marcos de execução no ano de 2019: Operação GUARANI, que tem como objetivo a realização das atividades de desenvolvimento e certificação do Cargo Handling Air Delivery System – CHADS (Sistema Automático de Manejo e Lançamento de Carga) da aeronave KC-390, com esta certificação, a Força Aérea Brasileira alcança patamar operacional para lançamento aéreo de viaturas de combate, capacidade essa que apenas um grupo seleto de Forças Aéreas no mundo detém, em tal operação ainda ocorreu o Intercâmbio entre os graduados do Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar - BDOMPSA do Exército Brasileiro, da Força Aérea Brasileira e militares do Exército Americano em Yuma; Operação CAXIRI, que teve como objetivo a realização dos ensaios de desenvolvimento e certificação dos sistemas de reabastecimento em voo do KC-390; e Operação ATIAIA, que teve como objetivo realizar o ensaio de desenvolvimento e certificação do Radar Warning Receiver (RWR), do Radar Tático e do Sistema de Disparo de Contramedidas (CMDS – Chaff & Flare). Na atual fase do processo de desenvolvimento da aeronave foram realizadas mais de 2.200 horas de ensaios em voo, nos quais as aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo, conforme projetado, além disso os Corpos de Provas realizaram ensaios estáticos, previstos para a certificação;

- no Projeto KC-390, que tem por objetivo a aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo, o fluxo de importação de material foi mantido para suprir a linha de montagem das próximas aeronaves a serem entregues. A evolução cumulativa da Linha de Produção permitiu o atingimento de 100% da "Aeronave de Série N/S 002", que foi apresentada ao Comando da Aeronáutica - COMAER no mês de setembro de 2019, de 100% da "Aeronave de Série N/S 003", que foi apresentada no mês de novembro de 2019; de 84,36% da "Aeronave de Série N/S 004"; de 38,08% da "Aeronave de Série N/S 005" e de 38,08% da "Aeronave de Série N/S 006"; o que equivale à evolução de 12,33% de todo o projeto. Com relação à importância deste projeto para o Brasil, podemos citar o anúncio da Revista Aviation Week, a qual escolheu a aeronave KC-390 como "Melhor Novo Produto" dentro da categoria Defesa; o Projeto F-X2, que trata da aquisição e implantação de aeronaves de caça de múltiplo emprego, a 1ª aeronave brasileira realizou seu primeiro voo de ensaio no dia 26 de agosto de 2019; o reconhecimento de créditos de compensação no valor de US$ 3.514.706.116,77 e EUR 1.034.430.441,30. Estes resultados demonstram o avanço na execução dos Acordos de Compensação, confirmando o processo de transferência de tecnologia para Força Aérea Brasileira e indústria nacional.

PROJETO A1-M (AM-X)

Tendo sido concebida há mais de 30 anos, a aeronave A-1 apresentava uma série de problemas decorrentes da obsolescência de equipamentos e fadiga de componentes estruturais. Sendo uma aeronave de ataque ar-superfície usada em missões de interdição, apoio aéreo aproximado e reconhecimento aéreo, capaz de operar em altas velocidades subsônicas a baixa altitude, tanto de dia quanto de noite, e, se necessário, a partir de bases pouco equipadas ou com pistas danificadas, além de contar com baixa assinatura em infravermelho e grande autonomia de voo, a manutenção deste vetor em operação é considerada de extrema importância para a manutenção da capacidade de vigilância, controle e de defesa do espaço aéreo. No processo de modernização, as aeronaves A-1 estão recebendo o que há de mais atual em tecnologia aeronáutica para aviônicos, armamento e sensores, com perfeita e letal interação de pontaria, lançamento de armamentos inteligentes, além de avançados recursos de apoio à missão, ampliando suas capacidades de lançamento de armas de precisão, de missões de reconhecimento aéreo, de guerra eletrônica, de visão noturna, elevando a capacidade operacional e de sobrevivência dessas aeronaves às táticas e cenários da guerra aérea moderna, tanto no período diurno como noturno. Os investimentos aplicados no Projeto de modernização, além de dotar a Força com um equipamento de ponta e atual, possibilitou a capacitação técnica do parque industrial brasileiro. O conhecimento adquirido ao longo do desenvolvimento, revitalização e modernização do A-1 permitiu à indústria nacional o desenvolvimento e produção inúmeras aeronaves de sucesso que hoje disputam o mercado mundial.

NOME DO PROJETO

PROJETO A-1M.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

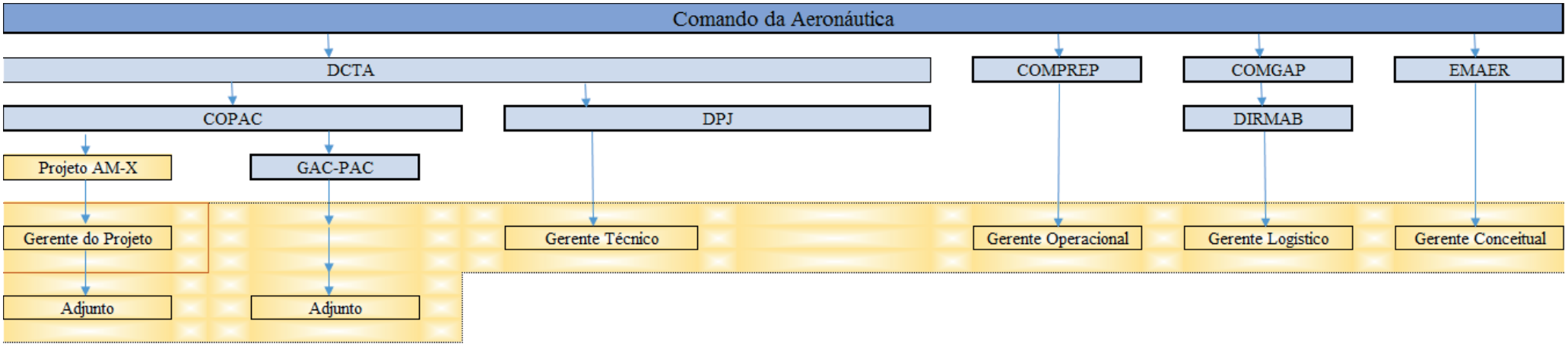
Suportar a frota de A-1 por meio da modernização de quatorze aeronaves.

PRODUTO

Aeronave de caça-bombardeio-reconhecedor ligeiro A-1M.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto A1-M é apresentada na figura abaixo:



DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
GAC-PAC - - Grupamento de Acompanhamento e Controle do Programa Aeronave de Combate
DPJ - Divisão de Projetos
COMPREP - Comando de Preparo
COMGAP - Comando Geral de Apoio
DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

O principal objetivo dos contratos sob a ação orçamentária 7U72 é a entrega para o COMAER de aeronaves A-1 modernizadas (A-1M), sendo este o produto considerado. Para a presente Ação foi considerado como Meta alcançada a quantidade de aeronaves modernizadas efetivamente entregues para a FAB. Não houve restrições orçamentárias no exercício anterior (2018), porém problemas não esperados no processo produtivo ocasionaram atraso na entrega de uma aeronave, sendo a mesma recebida no exercício de 2019, tendo sido utilizados os recursos inscritos em Restos a Pagar - RAP para adimplemento das etapas envolvidas nesse recebimento. Já no exercício de 2019, ocorreram restrições orçamentárias, além de problemas técnicos que ocasionaram atraso na linha de produção e na cadência de entrega das aeronaves. Contratualmente, havia previsão de recebimento de 5 aeronaves, no entanto apenas 1 aeronave das esperadas foi recebida em 2019, tendo sido utilizados os recursos liquidados e pagos até 31 de dezembro. A diminuição no ritmo de entrega das aeronaves ocasionou a necessidade de revisão dos cronogramas Físico-Financeiro e acarretará na assinatura de termos aditivos, que ainda estão em discussão, para sua formalização no exercício de 2020. O não alcance da META neste período acarretará na necessidade de ajustes nos cronogramas de entrega com os devidos custos envolvidos. Para 2020 espera-se concluir as discussões para adequação da cadência de entrega das aeronaves a serem modernizadas. No que tange aos recursos orçamentários para o ano de 2019, foram aprovados na LOA, ação orçamentária 7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X, o valor de R$ 108.300.000,00 do montante proposto de R$ 114.000.000,00 (PLOA). Houve inicialmente um bloqueio de R$ 66.000.000,00 que foram desbloqueados no decorrer do exercício. Do valor total disponibilizado para o exercício, R$ 111.491.052,00, foram empenhados R$ 78.315.203,29.

GRUPOS DE INTERESSE

O produto deste Projeto, aeronave de caça-bombardeio-reconhecedor ligeiro A-1M, destina-se ao cumprimento da missão da Força Aérea Brasileira de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria, em uma área de 22 milhões de km², especificamente nas ações de Defesa Aérea. Pela sua especificidade de emprego, como grupos de interesse, cita-se a própria nação brasileira e em função da Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, incluem-se como grupos de interesse a seguinte Organização do Comando da Aeronáutica e a empresa: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e a empresa AEL Sistemas S/A.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	R$ 1.205.988.686,05	R$ 825.262.607,79
	EUR 55.372.860,54	EUR 52.496.055,75
	US$ 355.796.238,06	US$ 355.154.075,04

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate – COPAC. Contratos em vigor.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Este projeto não se utiliza de recuros provenientes de financiamento externo.

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.52111.05.151.2058.7U72	7U72 - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	06NS - Modernização da frota de aeronaves AM-X (Projeto A-1M)	P 0000 – Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto AM-X)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019

PLOA	LOA	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
114.000.000,00	108.300.000,00	66.000.000,00	66.000.000,00	111.491.052,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP/Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EX. ANTERIORES (INÍCIO DE 2019)	INSCRITOS (FINAL 2019)
20IH	R$ 24.578.476,91	R$ 33.446.286,91

VARIAÇÃO

010/DEPED- SDDP/2000	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5
	USD 25.740.954,60	USD 25.740.954,60	USD 25.740.954,60	USD 25.740.954,60	USD 25.740.954,60	USD 25.740.954,60
Variação		0%	0%	0%	0%	0%

010/DEPED- SDDP/2000	TA6	TA7	TA8	TA9	TA10	TA11
	USD 25.740.954,30	USD 25.740.954,60	USD 25.740.954,60	USD 25.740.954,60	USD 25.740.954,60	USD 25.740.954,60
Continuação - Variação	0%	0%	0%	0%	0%	0%

001/DEPED-SDDP/2004	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5
	USD 182.489.329,35	USD 182.489.329,35	USD 202.884.829,34	USD 202.884.829,34	USD 202.884.829,34	USD 204.784.385,62
Continuação - Variação		0%	11,18%	11,18%	11,18%	12,22%

001/DEPED-SDDP/2004	TA6	TA7	TA8	TA9
	USD 204.784.385,62	USD 193.563.280,57	USD 192.889.291,65	USD 192.889.291,65
Variação	12,22%	6,07%	5,70%	5,70%

008/DEPED-SDDP/03	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5
	R$ 842.333.380,10	R$ 842.333.380,10	R$ 740.741.433,29	R$ 740.926.729,76	R$ 741.636.580,21	R$ 573.897.311,97
Variação		0%	-12,06%	-12,04%	-11,95%	-31,87%

010/CTA-SDDP/08	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5
	USD 147.565.954,11	USD 147.565.954,11	USD 147.565.954,11	USD 147.565.954,11	USD 147.565.954,11	136.523.828,79
Variação		0%	0%	0%	0%	-7%

007/DCTA-COPAC/10	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5
	EUR 55.372.860,54	EUR 55.372.860,54	EUR 61.435.737,41	EUR 61.435.737,41	EUR 61.435.737,41	EUR 52.496.055,75
Variação		0%	10,95%	10,95%	10,95%	-5,20%

006/DCTA-COPAC/10	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4
	R$ 264.089.775,39	R$ 264.089.775,39	R$ 261.740.587,58	R$ 261.740.587,58	R$ 171.979.262,07
Variação		0%	-0,89%	-0,89%	-34,88%

035/DCTA-COPAC/12	CT ORIGINAL	TA1	TA2
	R$ 99.565.530,56	R$ 79.386.033,75	R$ 79.386.033,75
Variação		-20,27%	-20,27%

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO			LIQUIDADO			PAGO		
	R$	US$	EURO	R$	US$	EURO	R$	US$	EURO
2000	1.924.307,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2001	0,00	1.624.481,19	0,00	0,00	1.624.481,19	0,00	0,00	1.624.481,19	0,00
2002	7.474.110,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2003	1.742.325,51	9.489.201,02	0,00	0,00	9.489.201,02	0,00	0,00	9.489.201,02	0,00
2004	12.937.778,45	948.920,10	1.787.078,23	4.682.435,26	948.920,10	0,00	4.682.435,26	948.920,10	0,00
2005	4.394.948,44	5.808.930,19	0,00	11.819.469,60	5.808.930,19	301.464,16	11.819.469,60	5.808.930,19	0,00
2006	10.050.250,27	0,00	212.622,69	9.083.412,67	0,00	20.418,31	9.083.412,67	0,00	0,00
2007	28.369.143,69	6.535.237,62	398.072,52	28.184.731,49	6.535.237,62	717.318,79	28.184.731,49	6.535.237,62	0,00
2008	134.226.226,75	20.838.161,78	3.017.357,38	133.737.779,66	20.838.161,78	476.832,46	133.737.779,66	20.838.161,78	0,00
2009	115.134.365,16	54.159.899,63	3.045.265,83	57.574.161,56	54.159.899,63	3.799.997,78	57.574.161,56	54.159.899,63	0,00
2010	78.449.385,30	65.023.927,12	4.211.627,92	81.209.842,05	58.681.832,90	1.666.054,81	81.209.842,05	58.681.832,90	0,00
2011	136.470.917,60	34.366.221,65	8.557.789,44	182.901.965,37	13.946.956,79	9.177.271,43	182.901.965,37	13.946.956,79	8.305.929,08
2012	166.355.125,40	62.267.041,29	26.029.224,26	148.682.132,80	50.207.273,58	15.198.781,53	148.682.132,80	50.207.273,58	13.632.907,74
2013	96.611.533,33	42.667.502,29	2.560.385,69	98.709.244,66	73.691.571,62	12.878.702,15	98.709.244,66	73.691.571,62	10.595.230,84
2014	78.343.696,23	2.410.000,00	3.308.265,50	43.078.014,49	9.350.675,25	3.940.917,06	43.078.014,49	9.350.675,25	3.831.003,36
2015	50.961.967,97	0,00	0,00	36.886.007,41	1.150.708,70	1.372.246,29	36.886.007,41	1.150.708,70	1.344.447,60
2016	6.807.023,03	3.044.147,84	0,00	52.594.425,05	1.354.514,81	0,00	52.594.425,05	1.354.514,81	0,00
2017	49.795.405,84	11.506.738,52	4.285.298,62	51.431.293,82	7.402.153,98	4.141.763,47	51.431.293,82	7.402.153,98	4.141.763,47
2018	15.409.850,28	24.966.400,09	563.478,16	15.917.379,03	24.899.170,95	766.439,77	15.917.379,03	24.899.170,95	766.439,77
2019	56.336.938,63	13.866.387,11	0,00	27.027.552,38	19.117.047,25	0,00	27.027.552,38	19.117.047,25	0,00
Total	**1.061.785.286,76**	**368.623.187,44**	**67.876.486,24**	**883.618.837,30**	**368.208.737,38**	**64.468.208,01**	**883.618.837,30**	**368.208.737,38**	**42.817.721,88**

Fonte COPAC. *Valores referentes ao saldo de todos os contratos, tanto em vigor como os já encerrados, relacionados ao Projeto. Os valores apresentados diferem dos registrados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP devido à variação cambial das moedas dos contratos.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE - BRASIL

CONTRATO	006/DCTA-COPAC/10 (R$)		008/DEPED-SDDP/03 (R$)		035/DCTA-COPAC/12 (R$)	
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	PRINCIPAL	REAJUSTE	PRINCIPAL	REAJUSTE
2004			4.682.435,26			
2005			11.754.974,38	64.495,22		
2006			8.493.933,67	589.479,00		
2007			26.654.271,69	1.530.459,80		
2008			128.757.236,02	4.980.543,64		
2009			37.023.864,59	20.550.296,97		
2010			64.432.158,44	16.777.683,61		
2011	9.869.463,61		133.449.140,52	39.583.351,24		
2012	78.357.907,86	6.122.103,28	45.883.432,84	18.318.688,82		
2013	44.774.330,17	7.686.539,79	13.241.223,08	7.095.089,59	25.912.062,03	
2014	15.217.996,24	3.213.097,28	10.543.293,75	5.699.510,13	6.988.846,29	1.415.270,80
2015	6.617.529,51	1.397.211,96	15.813.839,02	9.973.399,89	2.723.814,97	360.212,06
2016	7.704.687,08	2.819.761,37	2.379.886,01	2.172.365,11	22.812.088,60	14.705.636,88
2017	4.489.104,05	2.333.862,75	6.218.462,02	6.695.418,06	20.949.221,86	10.745.225,08
2018	495.339,01	245.380,05	6.667.536,24	8.509.123,73		
2019			11.439.819,01	15.587.733,37		
Parcial	167.526.357,53	23.817.956,48	527.435.506,54	158.127.638,18	79.386.033,75	27.226.344,82
Total	191.344.314,01		685.563.144,72		106.612.378,57	
				Total Final	983.519.837,30	

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE - EXTERIOR

CONTRATO	001/DEPED-SDDP/04 (US$)		007/DCTA-COPAC/10 (EUR)		010/CTA-SDDP/08(US$)	010/DEPED-COPAC/00 (US$)
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	PRINCIPAL	REAJUSTE	SEM REAJUSTE	SEM REAJUSTE
2001						1.624.481,19
2002						
2003						9.489.201,02
2004						948.920,10
2005						5.808.930,19
2006						
2007	6.535.237,62					
2008	20.838.161,78					
2009	24.610.745,46	4.269.836,37			22.134.893,10	3.144.424,70
2010	48.420.674,65	10.261.158,25				
2011	11.458.754,80	2.412.613,95	8.305.929,08			75.588,04
2012	13.840.958,14	3.609.796,07	13.285.847,45	347.060,29	32.718.725,35	37.794,02
2013	32.019.017,65	8.459.799,28	10.247.942,41	347.288,43	32.872.608,51	340.146,18
2014	1.732.307,16	455.770,01	3.704.064,14	126.939,22	6.728.266,85	434.331,23
2015			1.302.101,93	42.345,67	1.150.408,70	300,00
2016						1.354.514,81
2017	1.458.862,12	398.415,24	4.066.620,45	75.143,02	5.544.876,62	
2018	12.211.249,62	3.548.025,15	752.534,43	13.905,34	8.894.235,06	245.661,12
2019	11.807.728,89	3.758.591,41			3.550.726,95	
Parcial	184.933.697,89	37.174.005,73	41.665.039,89	952.681,97	113.594.741,14	23.504.292,60
Total	US$ 222.107.703,6		EUR 42.617.721,86		US$ 113.594.741,14	US$ 23.504.292,60

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC

INDICADORES

Considerou-se como indicador para cômputo do avançamento físico do Projeto a proporção entre o número de etapas recebidas e o número total de etapas do contrato em questão. Para o indicador financeiro, considerou-se a proporção entre o compromisso financeiro de custeio contratual e sua quitação, todos nas Condições Econômicas - CE de origem de cada contrato.

Com a assinatura do Termo Aditivo ao o Contrato 10/CTA-COPAC/08, houve um aumento do número de etapas considerado anteriormente e alteração no valor, o que ocasionou a redução do percentual de avançamento físico- financeiro.

AVANÇO		ATÉ ANO ANT.	1º TRIM 2019	2º TRIM 2019	3º TRIM 2019	4º TRIM 2019
Contrato 008/DEPED-SDDP/03	FÍSICO	85,37%	85,37%	85,37%	87,80%	89,02%
	FINANCEIRO	90,62%	90,62%	90,62%	91,62%	92,61%
Contrato 001/DEPED-SDDP/04	FÍSICO	67,26%	68,14%	69,91%	69,91%	81,42%
	FINANCEIRO	91,76%	91,80%	92,15%	92,15%	95,82%
Contrato 10/CTA-COPAC/08	FÍSICO	69,61%	69,61%	60,87%	65,22%	65,22%
	FINANCEIRO	83,22%	83,22%	80,60%	80,60%	80,60%
Contrato 07/DCTA-COPAC/10	FÍSICO	90,91%	90,91%	90,91%	90,91%	90,91%
	FINANCEIRO	79,05%	79,05%	79,05%	79,05%	79,05%
Contrato 06/DCTA-COPAC/10	FÍSICO	98,18%	98,18%	98,18%	98,18%	98,18%
	FINANCEIRO	97,41%	97,41%	97,41%	97,41%	97,41%
Contrato 35/DCTA-COPAC/12	FÍSICO	100,0%	-	-	-	-
	FINANCEIRO	100,0%	-	-	-	-
Contrato 10/DEPED-SDDP/00	FÍSICO	100,0%	-	-	-	-
	FINANCEIRO	100,0%	-	-	-	-

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
PLANEJAMENTO ORIGINAL (43 aeronaves): Início do Projeto: 29/12/2003 Término do Projeto: 31/07/2013 Custo Estimado: R$ 2.605.432.190,68 Montante total considerando condições originais de cada contrato (sem reajustes anuais) e valor do dólar R$ 3,2 e valor do euro R$ 3,8.	PLANEJAMENTO ATUAL (14 aeronaves): Início do Projeto: 29/12/2003 Término do Projeto: 2021 Custo Total Estimado: R$ 2.220.382.208,39 Montante total considerando condições originais de cada contrato (sem reajustes anuais) e valor do dólar R$ 3,2 e valor do euro R$ 3,8.

METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

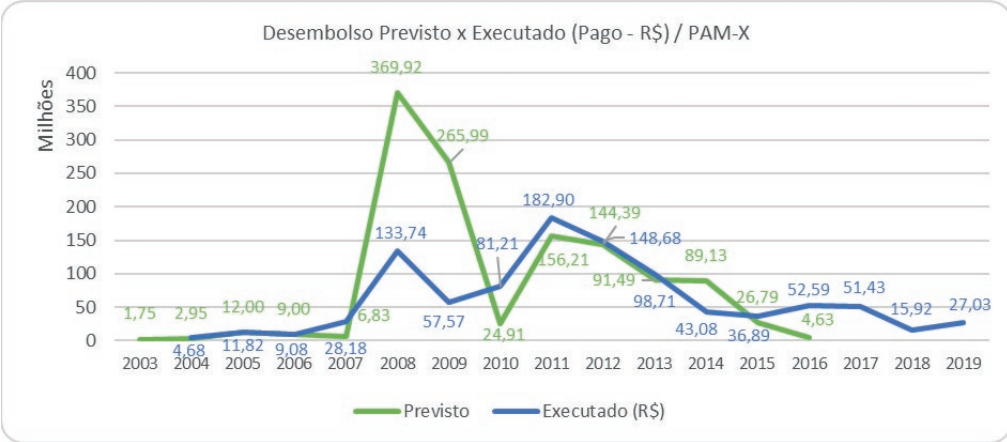
DESCRIÇÃO	PREVISTA	ATINGIDA	%
Recebimento de etapas contratuais em conformidade com o cronograma físico-financeiro dos contratos para o ano de 2019.	32	26	81,25

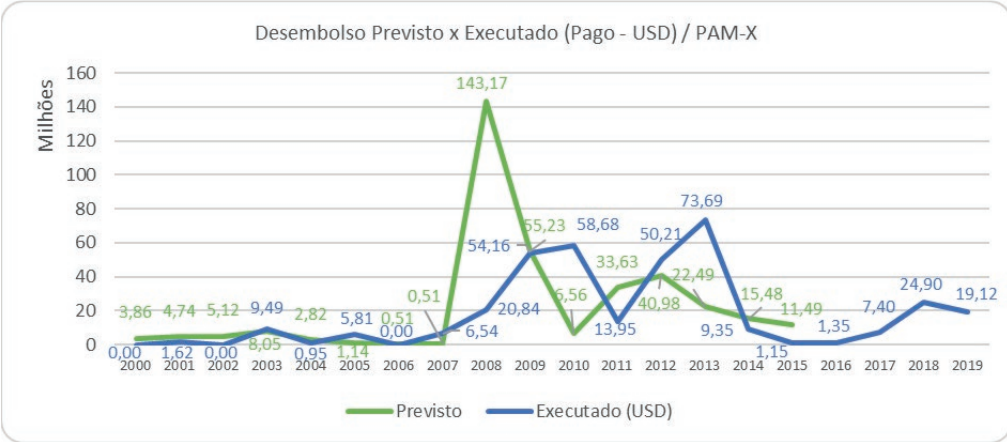
RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

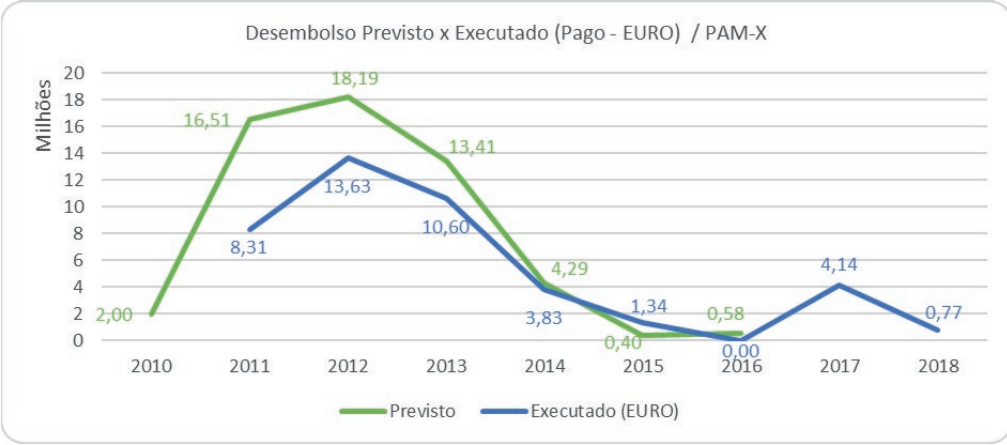
A restrição orçamentária somada a problemas técnicos ocasionou atraso na linha de produção e na cadência de entrega das aeronaves. Foi recebida uma aeronave A-1M.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em R$, US$ e EURO)..

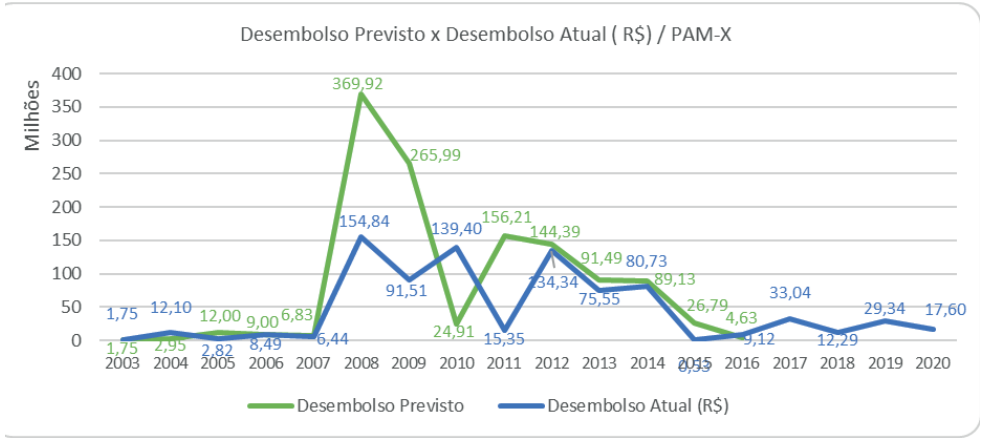


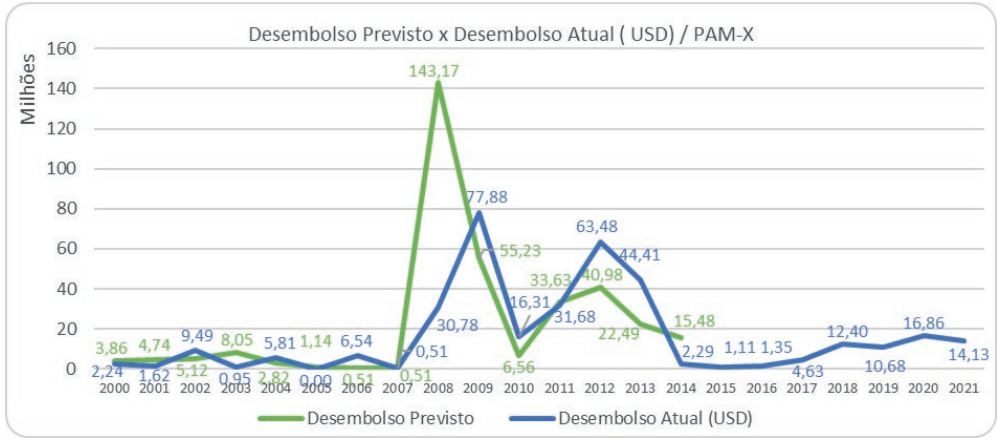


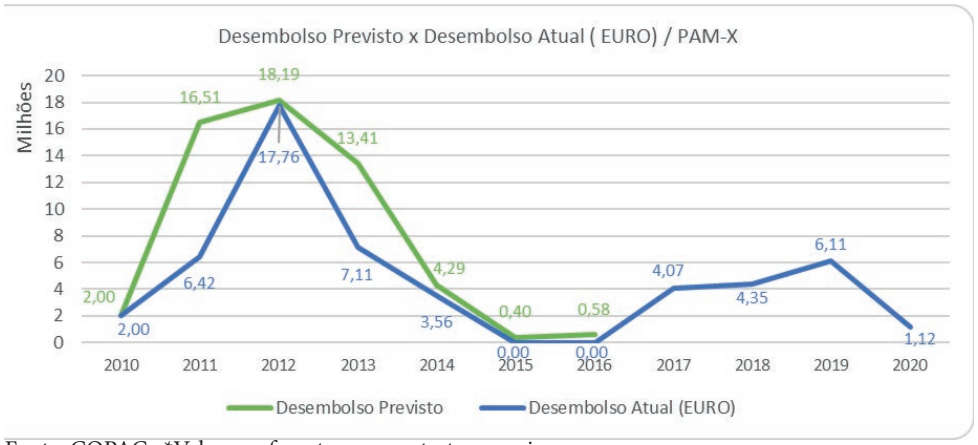


COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.



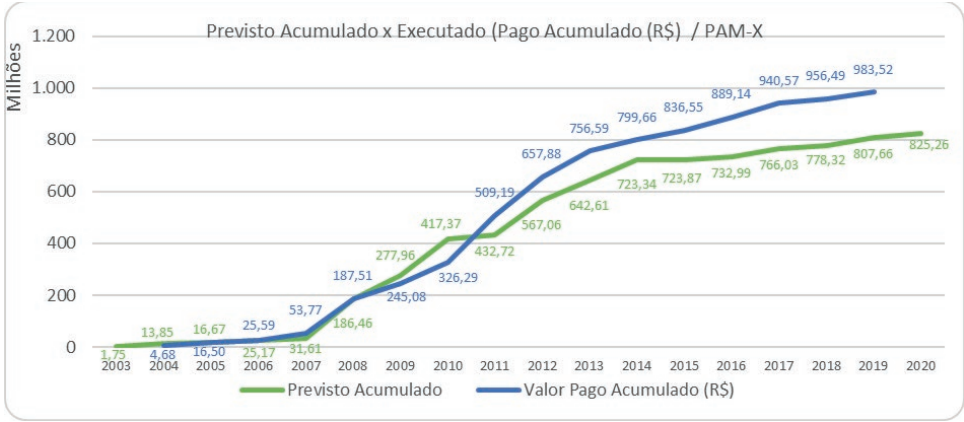


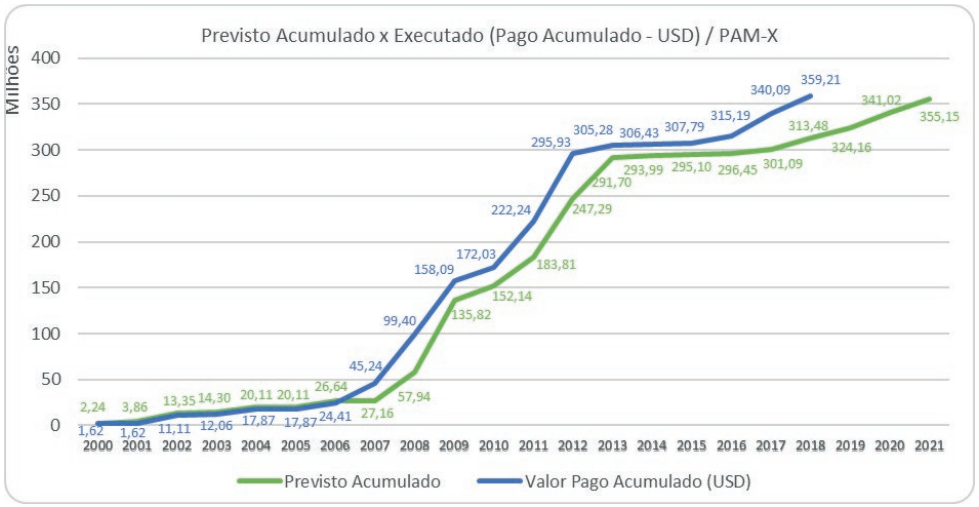


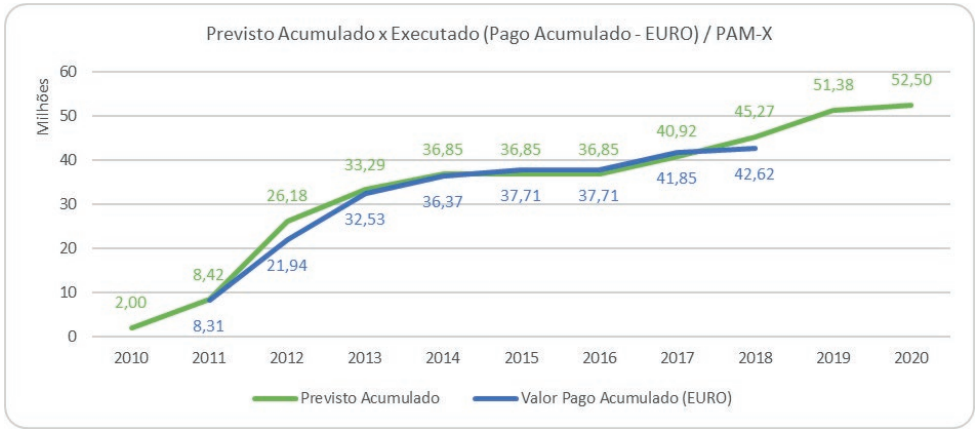
Fonte: COPAC *Valores referentes aos contratos em vigor

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em R$, US$ e EURO).







Fonte: COPAC *Valores referentes aos contratos em vigor

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

A tabela abaixo apresenta os valores desembolsados ano a ano e valores repagos (principal, juros e comissões) do Contrato de Operação de Crédito Externo, Loan Agreement, firmado entre a República Federativa do Brasil, representada por seu Ministério da Fazenda, e o consórcio formado pelos Bancos BNP Paribas e Hapoalim B.M, foi assinado em 24 de agosto de 2011, no valor até EUR 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de euros).

ANO	Utilização do Financiamento	Repagamento da Dívida Externa		
	DESEMBOLSOS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO
2011	13.284.453,31	-	-	952.347,41
2012	13.876.200,09	15.307.402,05	294.761,70	424.915,74
2013	17.597.291,86	15.990.159,84	166.299,85	292.707,41
2014	845.515,73	14.305.899,10	86.389,21	215.034,28
TOTAL	45.603.460,99	45.603.460,99	547.450,76	1.885.004,84

Fonte Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA). Valores em Euros

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados na descrição resumida dos termos aditivos aos contratos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	29/12/2003	Início	29/12/2003
Término	31/07/2013	Término	03/05/2023

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (OFFSET)

Como contrapartida, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, foram firmados dois Acordos de Compensação, visando o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, tendo como beneficiárias o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Instituto

de Aplicações Operacionais (IAOp) e a empresa AEL Sistemas S.A.. O quadro abaixo apresenta os valores das obrigações e dos créditos reconhecidos.

Valor da Obrigação	Valor Total Projetos	Créditos Reconhecidos	Saldo a reconhecer	Percentual executado	Empresa Fornecedora	Data de vigência
147.565.954,11	160.636.592,00	121.179.486,06	39.457.105,94	75%	ELBIT	28/12/2021
20.872.362,00	29.360.857,00	0,00	29.360.857,00	0%	ELISRA	31/12/2021

Fonte COPAC. Valores apresentados em US$.

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 010/DEPED- SDDP/2000
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	GALILEO AVIONICA S.p.A.
Anuente Solidária	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do "CAPUT" do Art. 25 da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000, assinado em 14 de novembro de 2000 com a empresa GALILEO AVIONICA S.p.A., atual LEONARDO S.p.A, tem como objeto a produção e fornecimento de conjuntos de unidades italianas do Radar SCP-01. Com valor total de US$ 25,740,954.60 e vigência inicial de 61 (sessenta e um) meses, atualmente está em seu 11º TA, com mesmo valor e vigência alterada de para 13 de dezembro de 2019.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 18 de dezembro de 2001 para alterar a identificação referente à Contratada para nova razão social adotada pela empresa. Não ocorreram outras alterações.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 78.382/76.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 5 de setembro de 2003, a fim de adequar o CFF em termos de prazo, estendendo a execução (66 meses) e a vigência (72 meses). O propósito principal foi o de garantir a execução conjunta e coordenada dos Contratos 010 e 011/DEPED-COPAC/2000, já que eles se vinculavam ao mesmo objeto. Além disso, foi necessário ajustar a cláusula nona - garantia da qualidade - de forma a prover maior confiabilidade ao produto final.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 229, de 30 de novembro de 2006.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de novembro de 2006, a fim de adequar o prazo de vigência (85 meses) em virtude de restrições orçamentárias e do início dos estudos de adequação do radar ao A-1M.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 3, de 4 de janeiro de 2008.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 14 de dezembro de 2007, a fim de adequar o prazo de vigência (97 meses) em virtude de os estudos de adequação do radar não terem sido finalizados a tempo e para alterar a identificação referente à anuente para a nova razão social adotada pela empresa.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 251, de 26 de dezembro de 2008.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 12 de dezembro de 2008, a fim de modificar a estrutura contratual para que o produto fosse adequado à quantidade de aeronaves A-1 que seriam modernizadas, fazendo com que a quantidade de radares a ser produzida passasse a ser objeto de opção futura, com prazo de 40 meses após a assinatura do TA. Tal alteração culminou com uma extensão da execução contratual para 150 meses e da vigência para 167 meses.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2010.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 23 de dezembro de 2010 de forma a adequar o Contrato às dificuldades técnicas inerentes à integração na aeronave A-1M, bem como devido a algumas especificações técnicas que foram modificadas para aumentar a comunalidade operacional deste produto com o radar Grifo-F, das aeronaves F-5BR. Consequentemente, o prazo de execução contratual foi estendido para 13 de março de 2015 e o de vigência para 13 de setembro de 2015. Além disso, foi necessário alterar a denominação da contratante e da contratada.

Instrumento Contratual	7º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 213, de 5 de novembro de 2012.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 25 de outubro de 2012 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção de quantidades e para se adequar os termos utilizados neste Contrato à edição 2010 dos INCOTERMS – International Commercial Terms – 7ª Revisão. Além disso, atrasos provenientes do desenvolvimento do Radar, bem como da adequação à nova aeronave, culminaram com a extensão do prazo de execução contratual para 13/05/2016 e da vigência para 13/11/2016.

Instrumento Contratual	8º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 96, de 21 de maio de 2013.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 15 de maio de 2013 de forma a se estender o prazo que a contratante tinha para fazer a opção de quantidades em face das diversas alterações ocorridas no cronograma do Projeto, o que também resultou em um impacto nas datas das entregas constantes do Cronograma Físico-Financeiro, sem alteração do preço, porém alterando a distribuição dos valores por exercício. Foram mantidos os prazos de execução contratual em 13 de maio de 2017 e da vigência em 13 de novembro de 2017. Além disso, foi necessário alterar a denominação da Contratada.

Instrumento Contratual	9º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 36, de 24 de fevereiro de 2015.

O 9º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000 foi assinado em 23 de fevereiro de 2015 com a finalidade de se cumprir a cláusula de opção.

Instrumento Contratual	10º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 231, de 2 de dezembro de 2016.

O 10º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 29 de novembro de 2016 com a finalidade de se realizar os ajustes decorrentes das restrições orçamentárias ocorridas nos exercícios de 2015 e 2016. O prazo de vigência foi postergado para 13 de dezembro de 2018.

Instrumento Contratual	11º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/2000
Publicação	DOU nº 237, de 11 de dezembro de 2018.

O 11º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DEPED-SDDP/00 foi assinado em 10 de dezembro de 2018 com a finalidade de estender a vigência para permitir o recebimento das etapas no Brasil, devido à demora na emissão de declaração de exportação pelo governo italiano. A vigência, portanto, foi alterada para 13/12/2019.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Art. 2º do Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa 008/DEPED-SDDP/2003, firmado em 29 de dezembro de 2003 com a empresa EMBRAER S.A, tem como objeto a modernização das aeronaves A-1. Com valor total de R$ 842.333.380,10 e vigência prevista para 121 meses, atualmente está em seu 5º TA, com valor contratual de R$ 573.897.311,97 e vigência até 23 de julho de 2021.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2004.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/03 foi assinado em 15 de dezembro de 2004 e teve como finalidade adequar o Contrato ao atraso no início da execução contratual. Valor contratado mantido em R$ 842.333.380,10.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Publicação	DOU nº 15 22 de janeiro de 2009.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de dezembro de 2008 e foi necessário em função de ajustes nos Requisitos Técnicos Logísticos e Industriais Básicos (RTLIB) da modernização e pela decisão do EMAER em reduzir o escopo de aeronaves a modernizar. Em consequência, o preço original do Contrato foi alterado para R$ 740.741.433,29, o prazo de execução contratual foi estendido para 140 meses e a vigência para 146 meses.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Publicação	DOU nº 144, de 26 de julho de 2012.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de julho de 2012, para permitir inclusões e exclusões de itens nos anexos contratuais, motivado pelas mudanças nos requisitos originais do Projeto. Como consequência direta, o preço contratado teve que ser revisto. Da mesma forma, houve a necessidade de ajustar o cronograma físico-financeiro do Contrato a esta realidade, estendendo a execução contratual para 04 de maio de 2017 bem como a vigência para 30 de outubro de 2017. Valor contratado ajustado para R$ 740.926.729,76.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Publicação	DOU nº 251, de 27 de dezembro de 2013.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 23 de dezembro de 2013 e foi necessário para ajustar o CFF, pois a LOA 2013 não atendeu as reais necessidades do Projeto no exercício. Naquela ocasião, os recursos que seriam destinados ao COMAER sofreram significativos cortes nos créditos solicitados para a execução de seus Projetos, mesmo aqueles relativos a compromissos contratuais já anteriormente assumidos e contemplados no Plano Plurianual. A modificação no preço do contrato foi motivada pela inclusão do Imposto Sobre Serviço (ISS), pois o lote que contemplava o serviço de modernização era beneficiado pela isenção de impostos do ISS de 2%, preconizado pela Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto - SP. Tal benefício encerrou-se no ano de 2015, em atendimento à resolução do artigo 2º da Lei Complementar nº 013, de 26 de março de 2001, publicada pela Prefeitura, assim o valor contratual passou para R$ 741.636.580,21.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003
Publicação	DOU nº 187, de 28 de setembro de 2017.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 008/DEPED-SDDP/2003 foi assinado em 27 de setembro de 2017 com a finalidade de atender a decisão do Estado-Maior da Aeronáutica de reduzir o objeto, adequando-o ao novo escopo de aeronaves a serem modernizadas. Nesse TA, foi reduzido o preço para R$ 573.897.311,97 e estendida a execução e a vigência, esta última alterada para 23/07/2021.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e Art. 2º do Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004, firmado em 17 de janeiro de 2004 com a empresa EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL – EAI, tem como objeto o fornecimento de bens necessários à modernização das aeronaves A-1 e de itens de suporte logístico associado. Com valor total de US$ 182,489,329.35 e vigência prevista para 109 (cento e nove) meses, atualmente está em seu 9º TA, com valor contratual de US$ 192,889,291.65 e vigência até 31 de outubro de 2022.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 7, de 10 de janeiro de 2007.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 22 de dezembro de 2006 para ajustar o custeio do Contrato, de maneira a contemplar os recursos que foram disponibilizados para o Exercício de 2006, reescalonando, também, o montante relativo aos anos subsequentes. Por consequência, o prazo de execução contratual foi estendido para 128 meses e a vigência para 131 meses. Valor contratado mantido em US$ 182,489,329.35.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 15, de 22 de janeiro de 2009.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 23 de dezembro de 2008 no intuito de ajustar o RTLIB e promover redução do escopo contratual de quantidade de aeronaves. Além disso, a lista de deliverables foi alterada, tanto para contemplar a redução no número de aeronaves quanto para atualizar a arquitetura aviônica do Projeto, resultando em um acréscimo no preço total do Contrato. Ademais, o cronograma foi ajustado, fins de se sincronizar o objeto às necessidades do COMAER. Tal ajuste culminou com a extensão do prazo de execução contratual para 129 meses e da vigência para 135 meses. Valor contratado alterado para US$ 202,884,829.34.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 198, de 15 de outubro de 2010.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 29 de setembro de 2010 com o objetivo de modificar os procedimentos para importação definitiva e para ajustar o cronograma físico-financeiro frente às restrições orçamentárias sofridas. Valor contratado mantido em US$ 202,884,829.34..

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2011.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 27 de dezembro de 2011 com o objetivo de modificar a denominação da Contratada e para ajustar o CFF frente às restrições de grande monta sofridas na LOA 2011. Tal ajuste culminou com a extensão do prazo de execução contratual para 30 de junho de 2016 e da vigência para 30 de dezembro de 2016. Valor contratado mantido em US$ 202,884,829.34.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 171, de 4 de setembro de 2013.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 7 de agosto de 2013. Foi celebrado em função de ajustes nas entregas do Contrato, com a migração de itens para outros Contratos, exclusões e modificações; correções na lista de Proposta de Modificação Técnica (PMT); substituição dos equipamentos obsoletos rádio (VUHF Helmer) e IFF (Transponder SIT 421); e em virtude de a Lei Orçamentária Anual 2013 não ter contemplado as reais necessidades orçamentárias do Projeto A-1. Estas modificações alteraram o preço total do Contrato e as restrições orçamentárias culminaram com a extensão do prazo de execução contratual para 30 de setembro de 2016. Valor contratado alterado para US$ 204,784,385.62.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2016.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi firmado em 15 de dezembro de 2016, motivado pela necessidade de se prorrogar os prazos de execução e de vigência. O prazo de vigência foi postergado para 31 de março de 2018 e o valor contratado mantido em US$ 204,784,385.62.

Instrumento Contratual	7º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 207, de 27 de outubro de 2017.

O 7º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 25 de outubro de 2017 com a finalidade de atender a decisão do EMAER, reduzindo o objeto e adequando-o ao novo escopo de aeronaves a serem modernizadas. Diversos itens tiveram suas quantidades reduzidas, vislumbrando a nova quantidade de aeronaves a serem modernizadas e cancelando o que ainda não havia sido produzido. Nesse TA, foi reduzido o preço para US$ 193,563,280.57 e estendida a execução e a vigência, sendo esta última alterada para 31/10/2022.

Instrumento Contratual	8º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 245, de 21 de dezembro de 2018.

O 8º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi assinado em 20 de dezembro de 2018 com a finalidade de ajustar alguns itens que o fornecedor informou ter cancelado após o TA anterior, de forma a manter a adequação ao novo escopo de aeronaves a serem modernizadas, ainda foi ajustado o CFF para atender a cadência de entrega de materiais a serem utilizados na modernização. Nesse TA, foi reduzido preço para US$ 192,889,291.65 e mantida a execução e vigência.

Instrumento Contratual	9º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004
Publicação	DOU nº 225, de 21 de novembro de 2019.

O 9º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DEPED-SDDP/2004 foi firmado em 18 de novembro de 2019, motivado pela Resolução ANAC nº 519/2019, a qual altera o prazo sobre a aplicação e a cobrança de tarifas aeroportuárias de armazenagem, reduzindo o prazo de isenção para armazenagem de cargas de 30 para 5 dias, bem como por contingenciamento de recursos orçamentários para o exercício de 2019, que acarretou alongamento de etapas e priorização de itens com readequação do CFF e prorrogação dos prazos de execução e vigência. O prazo de vigência foi postergado para 31 de outubro de 2022 e o valor contratado mantido em US$ 192,889,291.65.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
Publicação Ratificação	DOU nº 15 de 22 de janeiro de 2009.

O Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 (Modernização), firmado em 23 de dezembro de 2008 com a empresa EAI, tem como objeto o fornecimento de componentes e Kit´s para a modernização das aeronaves A-1. Com valor total de US$ 147,565,954.11 e vigência prevista para 73 (setenta e três) meses, atualmente está em seu 5º TA, com valor contratual de US$ 136,523,828.79 e vigência até 30 de novembro de 2022.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 236, de 9 de dezembro de 2011.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 7 de dezembro de 2011 com a finalidade de se adequar o cronograma do contrato ao cronograma de desembolso do Contrato de financiamento. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 29 de maio de 2015 e da vigência para 29 de novembro de 2015.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 225, de 25 de novembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 24 de novembro de 2015 com o objetivo de se adequar aos novos procedimentos de importação definitiva e de se estender os prazos contratuais frente às restrições orçamentárias que o Projeto vinha enfrentando. Desta forma, foi necessário prorrogar o prazo de vigência para 29 de novembro de 2016.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 228, de 29 de novembro de 2016.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 28 de novembro de 2016 com o objetivo de estender o prazo de vigência. Tal medida se fez necessária devido aos reflexos da crise financeira nos Projetos da Força Aérea. O prazo de vigência foi postergado para 29 de novembro de 2017.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 20 de novembro de 2017 com a finalidade de ajustar o procedimento de importação definitiva e modelos. Devido ainda estar em negociação o pleito da empresa de alongamento contratual, em virtude da redução do objeto e adequação ao novo escopo de aeronaves a serem modernizadas, foi realizada apenas a extensão da execução e vigência nesse TA. A vigência foi alterada para 29/05/2019.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 101, de 28 de maio de 2019.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/CTA-SDDP/2008 foi assinado em 23 de maio de 2019 em virtude do óbice financeiro e do aumento dos custos de suporte logístico, reduzindo o escopo para 14 aeronaves, sendo 11 monopostas e 3 bipostas, com manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, pagamento de custos de armazenagem/estocagem de sobressalentes e registro de negociação de questões técnicas, logísticas e patrimoniais. O custo total, incluindo Down Payment e desembolsos, foi reduzido de US$ 147,565,954.11 para US$ 136,523,828.79. A vigência anterior de 29/05/19 foi prorrogada para 30/11/2022.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S.A.
Anuente Solidária	-
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 250, de 30 de dezembro de 2010.

O Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/10 (Revitalização), firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto serviços de reparos e fornecimento de bens para a revitalização das aeronaves A-1/A-1B. Com valor total de R$ 264.089.775,39 e vigência prevista para 70 (setenta) meses, atualmente está em seu 4º TA, com valor contratual de R$ 171.979.262,07 e vigência até 01 de novembro de 2020.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2011.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 7 de dezembro de 2011, motivado em virtude da LOA 2011 ter imposto restrições de grande monta ao Orçamento da União. Esse fato obrigou a COPAC a renegociar seus Contratos com as empresas participantes do Projeto de Modernização das Aeronaves A-1, de forma a replanejar o CFF do Contrato. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 04 de agosto de 2016 e da vigência, para 04 de fevereiro de 2017. Valor contratado mantido em R$ 264.089.775,39.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 3, de 4 de janeiro de 2013.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/010 foi assinado em 26 de dezembro de 2012 com o intuito de redimensionar as necessidades das células das aeronaves a serem revitalizadas e de se adaptar a precificação ao fato das atividades que seriam desenvolvidas na Unidade da Embraer, em Gavião Peixoto – SP, estarem isentas de impostos e taxas municipais até o término do exercício financeiro de 2015. Com isso, o preço total do Contrato foi reduzido para R$ 261.740.587,58.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 252, de 30 de dezembro de 2013.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de dezembro de 2013, motivado pela necessidade de ajustes nas listas de aquisições e de reparáveis. Além disso, restrições orçamentárias obrigaram que o cronograma fosse ajustado, o prazo de execução contratual fosse estendido para 13 de janeiro de 2017 e a vigência para 13 de julho de 2017. Valor contratado mantido em R$ 261.740.587,58.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 1312, de 12 de julho de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 006/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 11 de julho de 2017 com a finalidade de atender a decisão do EMAER, reduzindo o objeto e adequando-o ao novo escopo de aeronaves a serem modernizadas. Diversos itens tiveram suas quantidades reduzidas, vislumbrando a nova quantidade de aeronaves a serem modernizadas e o cancelamento dos serviços de revitalização das aeronaves não executados. Nesse TA foi reduzido preço para R$ 171.979.262,07 e estendida a execução e vigência, esta última alterada para 01/11/2020.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AIRCRAFT INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no item 6.1.4 da Instrução do Comando da Aeronáutica.

O Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 (Revitalização), firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EAI, tem como objeto serviços de reparos e fornecimento de bens no exterior para a revitalização de aeronaves A-1/A-1B. Com valor total de EUR 55.372.860,54 e vigência prevista 70 (setenta) meses, atualmente está em seu 5º T.A., com valor contratual de EUR 52.496.055,75 e vigência até 03 de maio de 2023.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 249, de 28 de dezembro de 2011.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 27 de dezembro de 2011. Este 1º TA foi motivado por restrições de grande monta no Orçamento da União. Esse fato obrigou a COPAC a renegociar seus contratos com as empresas participantes do Projeto de Modernização das Aeronaves A-1, de forma a replanejar o cronograma físico-financeiro do Contrato. Desta forma, foi necessário estender também o prazo de execução contratual para 21 de maio de 2016 e da vigência para 21 de novembro de 2016. Valor contratado mantido em EUR 55.372.860,54.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 3, de 4 de janeiro de 2013.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 26 de dezembro de 2012, motivado pela necessidade de se revisar o controle do estoque logístico da Aeronáutica, referente à aeronave A-1. Com as informações atualizadas acerca das condições de cada célula de aeronave a ser revitalizada, foi necessário redimensionamento nos reparos e aquisição de itens de reposição, alterando o preço do contrato e antecipando o prazo de execução contratual para 3 de setembro de 2015 e a vigência para 3 de março de 2016. Valor contratado alterado para EUR 61.435.737,41.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 251, de 27 de dezembro de 2013.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de dezembro de 2013. Foi celebrado fins de se fazer ajustes nas listas de aquisições e de reparáveis. Além disso, restrições orçamentárias obrigaram que o cronograma fosse ajustado e o prazo de execução contratual fosse estendido para 20 de dezembro de 2016 e a vigência para 20 de junho de 2017. Valor contratado mantido em EUR 61.435.737,41.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 116, de 20 de junho de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 8 de junho de 2017 com a finalidade de estender a vigência em virtude da negociação da redução de escopo, que não estava concluída. Nesse TA, foi estendida a execução e vigência, esta última alterada para 20 de junho de 2018. Valor contratado mantido em EUR 61.435.737,41.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 227, de 28 de novembro de 2017.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 007/DCTA-COPAC/2010 foi assinado em 23 de novembro de 2017 com a finalidade de atender a decisão do EMAER, reduzindo o objeto e adequando-o ao novo escopo de aeronaves a serem modernizadas. Diversos itens tiveram suas quantidades reduzidas, vislumbrando a nova quantidade de aeronaves a serem modernizadas e o cancelamento dos serviços de reparo de itens que não foram executados. Nesse TA, foi reduzido o preço para EUR 52.496.055,75 e estendida a execução e vigência, esta última alterada para 03/05/2021.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEL SISTEMAS S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 245, de 20 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012, firmado em 12 de dezembro de 2012 com a empresa AEL SISTEMAS S.A., tem como objeto serviços de apoio logístico contratado para as aeronaves A-1. Com valor total de R$ 99.565.530,56 e vigência prevista para 05 de abril de 2017, em 2019 teve encerrado seu 2º T.A., com valor contratual de R$ 79.386.033,75 e vigência até 30 de março de 2019.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/12 foi firmado em 13 de dezembro de 2016, motivado pela necessidade de se adequar à nova previsão de desembolso para pagamento. O preço total de R$ 99.565.530,55 passou para R$ 79.386.033,75. O prazo de vigência foi postergado para 30 de setembro de 2018.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 187, de 27 de setembro de 2018.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 035/DCTA-COPAC/2012 foi assinado em 26 de setembro de 2018 com a finalidade de estender a vigência para permitir a conclusão oportuna de processos administrativos referentes ao atraso na entrega de etapas por parte da contratada. Nesse TA, a vigência foi estendida para 30 de março de 2019, mantido o valor de R$ 79.386.033,75.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO – DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos acordos de compensação em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ELBIT
Contratos Associados	010/CTA-SDDP/2008
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 11, de 16 de janeiro de 2013.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados no Projeto foi celebrado, em 28 de dezembro de 2012, o Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2012 com a empresa ELBIT.

O Valor da obrigação acordado foi de US$ 147,565,954.11, dos quais já foram reconhecidos US$ 121.179.486,06 dos créditos, correspondente a 82% de execução. Com data de encerramento prevista para 28 de dezembro de 2021, teve como beneficiários o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e a empresa AEL Sistemas S/A.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2019
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ELBIT SYSTEMS EW AND SIGINT - ELISRA
Contratos Associados	035/DCTA-COPAC/2012
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 45, de 7 de março de 2019.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados no Projeto foi celebrado, em 06 de março de 2019, o Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2019 com a empresa ELISRA.

O Valor da obrigação acordado foi de US$ 20,872,362.00, os quais ainda estão em andamento e não possuem créditos reconhecidos. O valor total do Acordo é US$ 29,360,857.00. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2021, teve como beneficiários o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e a empresa AEL Sistemas S/A.

PROJETO CL-X2

Este Projeto visa recuperar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira, mediante a renovação e atualização tecnológica de seu acervo. O Projeto CL-X2 prevê a aquisição de três aeronaves CASA 295 da fabricante de aviões AIRBUS DEFENSE AND SPACE S.A.U., na configuração Search and Rescue (SAR). Esta aeronave, denominada na FAB como SC105, está equipada com recursos de varredura eletrônica dedicados às missões de Busca e Salvamento previstas nos tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil com a OACI (Organização Internacional de Aviação Civil), a IMO (Organização Marítima Internacional) e ainda a JID (Junta Interamericana de Defesa). A efetivação do processo de aquisição das aeronaves CASA 295 SAR, bem como, do suporte logístico inicial e equipamentos de apoio de solo, se deu com a assinatura de um contrato de despesa com a empresa EADS Construcciones Aeronáuticas S.A., atual AIRBUS DEFENSE AND SPACE S.A.U., no ano de 2014. Os recursos orçamentários para o Projeto CL-X2 são os provenientes da ação orçamentária 20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA. O DECEA, órgão central do Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico (SISSAR), é a organização responsável pela coordenação e supervisão operacional das atividades de busca e salvamento, na área de responsabilidade do País. Por meio da Divisão de Busca e Salvamento (D-SAR), o DECEA gerencia toda a atividade de busca e salvamento aeronáutico.

NOME DO PROJETO

PROJETO CL-X2

DESCRIÇÃO DO PROJETO

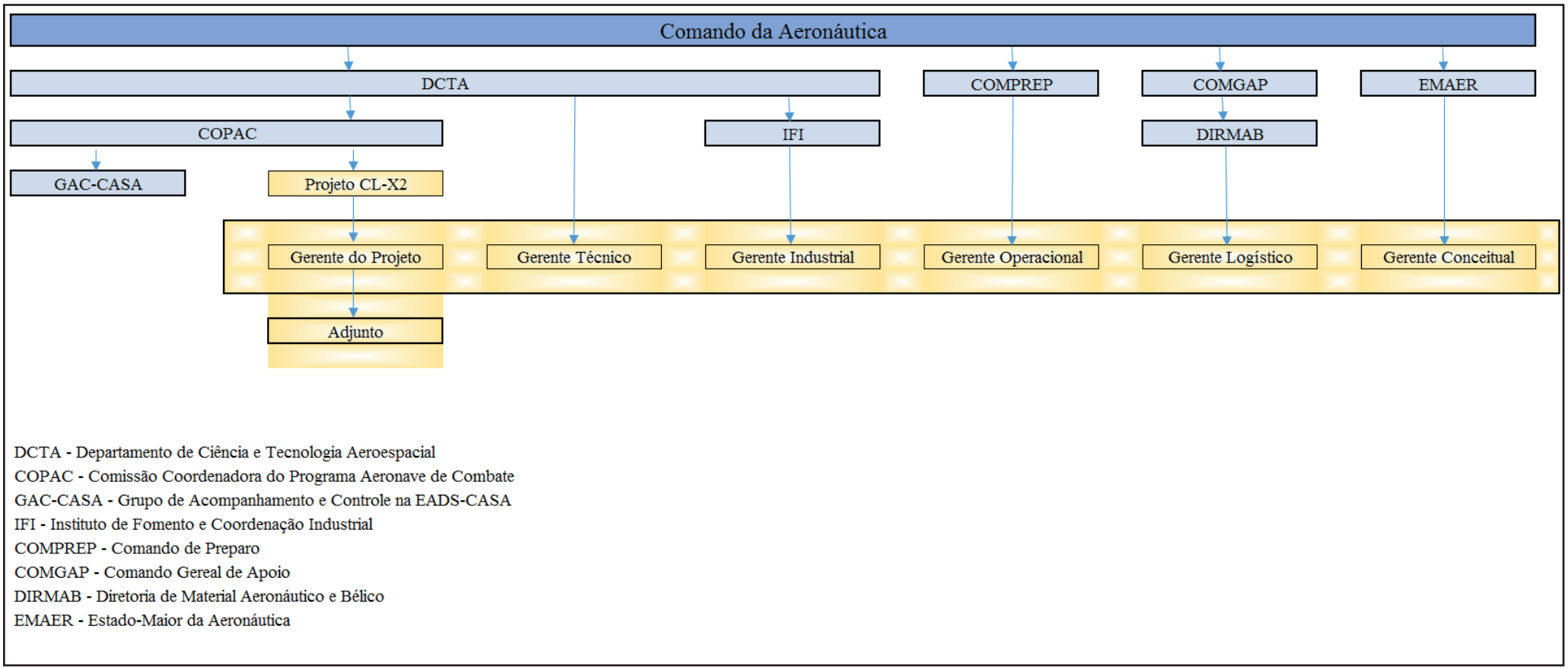
Aquisição de três aeronaves CASA 295, na configuração SAR (Search and Rescue), que se destinam prioritariamente a prover o apoio necessário à condução das missões de Busca e Salvamento.

PRODUTO

Aeronave CASA 295 na configuração SAR (Searche and Rescue).

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto CL-X2 é apresentada na figura abaixo:



Fonte COPAC.

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

As etapas e atividades concluídas demonstram que o cronograma contratual está sendo cumprido conforme o planejamento, porém os cortes orçamentários aplicados ao Projeto, obrigaram a renegociações e ajustes dos prazos inicialmente contratados por meio de termos aditivos. No exercício de 2019, foram remanejados R$ 21 milhões do Projeto E-99M para o Projeto CL-X2, perfazendo um total de R$ 152.588.664,00 para o custeio das obrigações contratuais do Projeto, sendo este valor totalmente empenhado, equivalente a € 34.500.413,70.

GRUPOS DE INTERESSE

Sendo uma aeronave dedicada às missões de Busca e Salvamento previstas nos tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil com a OACI (Organização Internacional de Aviação Civil), a IMO (Organização Marítima Internacional) e ainda a JID (Junta Interamericana de Defesa), foram identificados como grupos de interesse além destas Organizações, em contrapartida aos Acordos de Compensação, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), Universidade de São Paulo (USP) e empresas Equipaer Indústria Aeronáutica Ltda e Liebherr Aerospace Brasil.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	EUR 186.765.476,00	EUR 184.658.245,95

Fonte COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Este projeto não se utiliza de recuros provenientes de financiamento externo.

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.52911.05.151.2058.20XV	20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.	-	P 0000 – Operação do Sistema de Controle do espaço Aéreo brasileiro – SICEAB – Despesas Diversas

Fonte SIOP/COPAC

DOTAÇÃO AUTORIZADA NO PLANO DE AÇÃO

PLANO DE AÇÃO	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
159.747.578,13	0	0	152.588.664,00

Fonte SIOP/COPAC. Valores em Reais.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES)	FINAL 2019 (INSCRITOS)
20XV	0	R$ 1.210.151,18

Fonte COPAC.

VARIAÇÃO

001/DCTA-COPAC/2014	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4
	EUR 186.765.476,00	EUR 191.205.686,00	EUR 153.206.763,96	EUR 184.658.245,95	EUR 184.658.245,95
Variação		2,38%	-17,97%	-1,13%	-1,13%

Fonte COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO (EUR)	LIQUIDADO (EUR)	PAGO (EUR)
2014	11.558.525,10	10.027.109,00	10.027.109,00
2015	15.000.332,19	16.107.127,00	16.107.127,00
2016	16.566.092,08	16.990.713,37	16.990.713,37
2017	41.413.526,78	41.241.706,09	41.241.706,09
2018	17.118.445,39	17.290.266,08	17.290.266,08
2019	34.500.413,70	34.227.070,64	34.227.070,64
Total	136.157.335,24	135.883.992,18	135.883.992,18

Fonte COPAC *Valores referentes ao saldo de todos os contratos, tanto em vigor como os já encerrados, relacionados ao Projeto

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE

Os valores pagos são os descritos na tabela anterior. Não há previsão de reajuste para este contrato (001/DCTA-COPAC/2014).

INDICADORES

O percentual (%) financeiro foi obtido entre o valor total do contrato e o valor pago até dezembro de 2019 (ou previsão de pagamento para os anos subsequentes).

O percentual (%) físico, até dezembro de 2019, foi obtido entre o valor total das etapas recebidas, excluídas as de pré-pagamento, e o valor total do contrato (ou previsão de recebimento de etapa, para os anos subsequentes).

AVANÇO	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
FÍSICO	0%	1,30%	0%	16,26%	1,88%	18,53%	23,45%	2,23%	0,73%
FINANC.	5,43%	8,95%	8,97%	22,33%	9,36%	18,53%	23,45%	2,23%	0,73%

Fonte SIOP/COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 30/04/2014 Término do Projeto: 31/12/2021 Custo Estimado: € 186.765.476,00	Início do Projeto: 30/04/14 1º Termo Aditivo: 15/12/15 2º Termo Aditivo: 12/12/16 3º Termo Aditivo: 19/12/17 4º Termo Aditivo: 18/12/18 Término do Projeto: 16/06/2023 (Término da Vigência) Custo Total: € 184.658.245,95 Custo até o momento: € 135.883.992,18

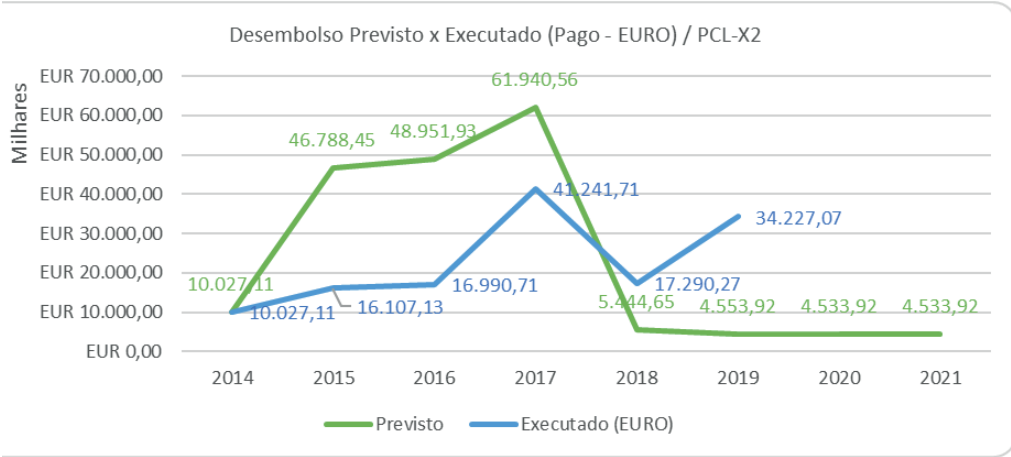
DESCRIÇÃO	PREVISTA	ATINGIDA	%
Recebimento de etapas em conformidade com o cronograma físico-financeiro estabelecido em contrato para o ano de 2019.	6	6	100

RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

Os recursos orçamentários disponibilizados em 2019 permitiram o recebimento e pagamento de todas as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro do contrato, com recebimento da segunda aeronave, em 13 de novembro de 2019, nas instalações da AIRBUS, em Sevilha, Espanha. Ainda no ano de 2019 foram realizados o recebimento de quatro etapas do "Full in Service Support (FISS)", do Relatório de Acompanhamento das Atividades do "Field Support Representative (FSR)", conforme previsto no 4º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

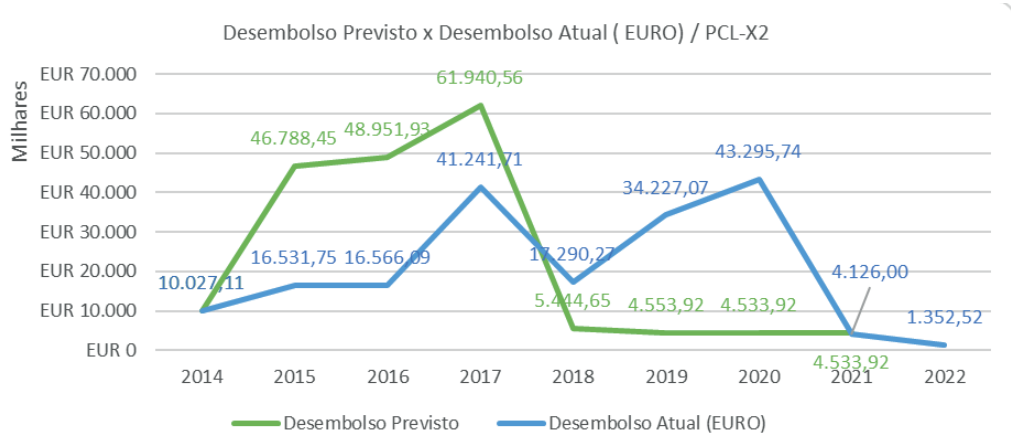
O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em EURO).



Fonte: COPAC

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

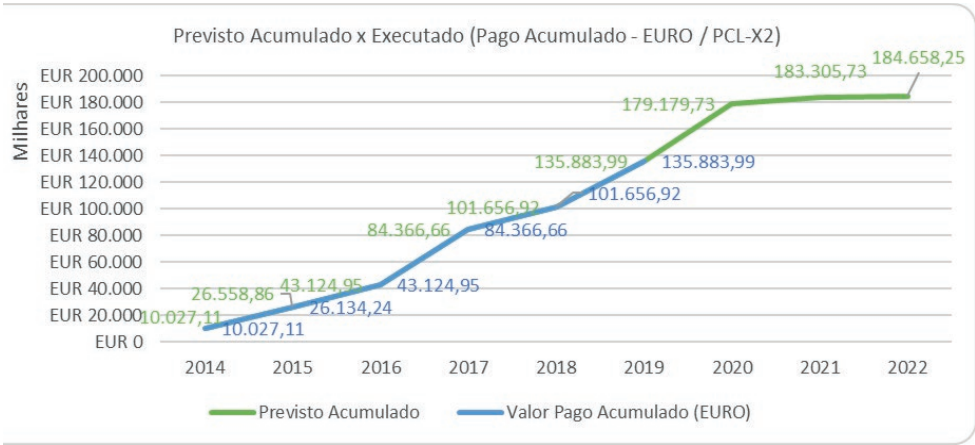
O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.



Fonte: COPAC

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em EURO).



Fonte: COPAC

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados na descrição resumida dos termos aditivos aos contratos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	30/04/2014	Início	30/04/2014
Término	31/12/2021	Término	16/06/2023

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (OFFSET)

Como contrapartida, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, foram firmados dois Acordos de Compensação, visando o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, tendo como beneficiárias o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), Universidade de São Paulo (USP) e empresas Equipaer Indústria Aeronáutica Ltda e Liebherr Aerospace Brasil. O quadro abaixo apresenta os valores das obrigações e dos créditos reconhecidos.

Valor da Obrigação	Valor Total Projetos	Créditos Reconhecidos	Saldo a reconhecer	Percentual executado	Empresa Fornecedora	Data de vigência
184.658.245,95	190.518.734,97	85.337.008,00	105.181.726,97	45%	Airbus	31/12/2021

Fonte COPAC. Valores apresentados em EURO.

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EADS CONSTRUCIONES AERONÁUTICAS S.A. SOCIEDAD UNIPERSONAL
Modalidade de Licitação	Dispensável nos Termos do Art. 24, XIX, da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 84, de 6 de maio de 2014.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, assinado em 30 de abril de 2014 com a empresa EADS Construcciones Aeronáuticas S.A., atual AIRBUS DEFENSE AND SPACE S.A.U., tem como objeto o fornecimento de três aeronaves CASA – 295 na versão de Busca e Resgate, o fornecimento de equipamentos de apoio de solo, publicações técnicas, conjunto de peças de reposição, treinamento, assistência técnica e fornecimento de serviços e materiais. Com valor total de EUR 186.765.476,00, atualmente está em seu 4º Termo Aditivo com valor contratual de EUR 184.658.245,95. O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 31 de dezembro de 2021, atualmente está prorrogado até 16 de junho de 2023.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratada	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
Publicação	DOU nº 240, de 16 de dezembro de 2015.

Devido a mudanças da denominação social da empresa EADS Construcciones Aeronáuticas SA para Airbus Defense and Space - ADS e a redução de R$ 50.000.000,00 do orçamento planejado para o Projeto, foi assinado, em 9 de novembro de 2015, o 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014. O Preço total acordado para a execução do objeto foi aumentado para EUR 191.205.656,00 (CE MAR14).

Em decorrência desta redução orçamentária, houve a necessidade de se prorrogar a execução contratual até 1º de novembro de 2022 e a vigência contratual até 1º de maio de 2023.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratada	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
Publicação	DOU nº 240, de 16 de dezembro de 2016.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, assinado em 12 de dezembro de 2016, foi motivado por graves restrições orçamentárias impostas ao Comando da Aeronáutica, fruto da crise econômica severa pela qual passava o país. O Projeto foi contemplado com o montante de R$ 60.000.000,00 para as despesas do ano de 2016, o que inviabilizou o pagamento integral das obrigações do corrente ano. Em virtude do

valor alocado inferior ao previsto para o exercício, houve a necessidade de se reduzir o objeto de três para duas aeronaves e a adequação completa do cronograma físico-financeiro, assim como a reconfiguração de toda a tabela de itens entregáveis e seus respectivos prazos de execução. A redução do objeto implicou na alteração dos valores contratados e na modificação de toda a estrutura de produção, o que acarretou a diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração.

O Preço total acordado para a execução do objeto foi reduzido para EUR 153.206.763,96 e a fim da vigência deste Contrato foi mantida em 1º de maio de 2023.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratada	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2017.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, assinado em 19 de dezembro de 2017, foi motivado principalmente pela reinclusão da terceira aeronave SAR, com ajustes de preços e prazos, bem como das alterações de projeto e especificações técnicas relativas à capacidade REVO nas 3 aeronaves.

O Preço total acordado para a execução do objeto foi aumentado para EUR 184.658.245,95 e a fim da vigência deste Contrato foi prorrogada para 16 de junho de 2023.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratada	AIRBUS DEFENCE AND SPACE, S.A.U.
Publicação	DOU nº 243, de 19 de dezembro de 2018.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, assinado em 18 de dezembro de 2018, foi motivado por mudanças de métricas no FISS e da necessidade de sanar as não conformidades apontadas na OPEVAL durante o recebimento da primeira aeronave SAR.

O Preço total acordado para a execução do objeto foi mantido em EUR 184.658.245,95 e a fim da vigência deste Contrato foi mantido em 16 de junho de 2023.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO – DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos acordos de compensação em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	Airbus
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 119, de 25 de junho de 2014.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados nas aeronaves do Projeto CL-X2, foi celebrado, em 17 de junho de 2014, o Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2014 com a empresa Airbus.

O valor da obrigação acordado foi de EUR 190.240.175,00 que corresponde ao valor do Contrato associado nº 001/DCTA-COPAC/2014. Do montante de EUR 190.240.175,00 foram reconhecidos EUR 85.337.008,08. Com encerramento previsto para 31 de dezembro de 2021, tem como beneficiários o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCTA), a Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), Universidade de São Paulo e a empresa Liebherr Aerospace Brasil.

PROJETO I-X

O Projeto I-X visa a aquisição de quatro aeronaves laboratório de inspeção em voo para o Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV) do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, do Comando da Aeronáutica.

NOME DO PROJETO

PROJETO I-X

DESCRIÇÃO DO PROJETO

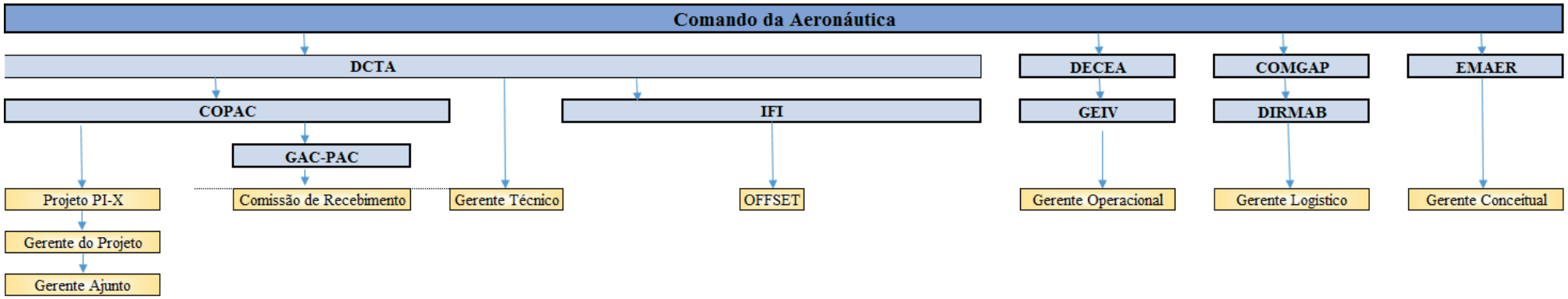
Aquisição de quatro aeronaves laboratório de inspeção em voo em substituição às aeronaves IC-95 (Bandeirante), incorporadas ao acervo do COMAER em maio de 1976 e atualmente obsoletas para as atividades de inspeção em voo relacionadas aos novos conceitos de CNS-ATM do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB.

PRODUTO

Aeronave laboratório para inspeção em voo modelo Legacy 500 da fabricante Embraer S/A.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto I-X é apresentada na figura abaixo:



DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
GAC-PAC - - Grupamento de Acompanhamento e Controle do Programa Aeronave de Combate
IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
DECEA - Departamento de Controle do Espaço Aéreo
COMGAP - Comando Geral de Apoio
DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica
GEIV - Grupo Especial de Inspeção em Voo

Fonte COPAC.

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

As etapas programadas para o exercício de 2019 foram apresentadas e recebidas conforme previsto no Anexo I - Cronograma Físico Financeiro, do Contrato nº 009/DCTA-COPAC/2014, 4º Termo Aditivo. A quarta e última aeronave do Projeto PI-X foi recebida em 1º de outubro de 2019. Para 2020, espera-se a finalização do cadastro dos itens de Catalogação. De acordo com as informações da Empresa, apresentadas em novembro de 2019, esta etapa será entregue na data prevista, 5 de julho de 2020. Os valores necessários para o ano de 2019 foram disponibilizados pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA na Ação Orçamentária 20XV – Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. O valor disponibilizado ao Projeto para o exercício foi de R$ 29.820.156,43. Este montante foi empenhando e as etapas foram pagas na sua totalidade.

GRUPOS DE INTERESSE

Tendo como produto aeronaves laboratório, destinadas às missões de inspeção em voo, cuja missão é de verificar a eficiência do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), proporcionando a todas as aeronaves a operação segura em todas as fases do voo, principalmente sob condições meteorológicas adversas, foram identificados como grupos de interesse deste Projeto todos os usuários do sistema e, ainda, em contrapartida aos Acordos de Compensação que visam o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, o Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV) e as empresas Embraer S/A e ATC Systems.

VALOR GLOBAL ESTIMADO (R$)

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	R$ 662.261.166,02	R$ 501.236.226,62

Fonte COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Este projeto não se utiliza de recuros provenientes de financiamento externo.

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.52911.05.151.2058.20XV	20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.	-	P 0000 – Operação do Sistema de Controle do espaço Aéreo brasileiro – SICEAB – Despesas Diversas

Fonte: SIOP.

DOTAÇÃO AUTORIZADA NO PLANO DE AÇÃO

PA	PA	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
37.738.223,73	36.188.023,00	0	0	29.820.156,43

Fonte SIOP/COPAC. Valores em Reais.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES)	FINAL 2019 (INSCRITOS)
20XV	0	R$ 254.282,47

Fonte COPAC.

VARIAÇÃO

009/DCTA-COPAC/2014	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4
	R$ 662.261.166,02	R$ 662.065.466,32	R$ 667.174.408,38	R$ 667.174.408,38	R$ 501.236.226,62
Variação		-0,03%	0,74%	0,74%	-24,31%

Fonte COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
2014	89.607.595,65	30.253.495,72	30.253.495,72
2015	98.862.350,02	157.622.693,49	157.622.693,49
2016	124.221.329,05	123.845.437,95	123.845.437,95
2017	119.603.585,16	95.326.177,46	95.326.177,46
2018	90.902.550,21	116.149.605,28	116.149.605,28
2019	29.820.156,43	29.565.873,96	29.565.873,96
TOTAL	553.017.566,33	552.763.283,86	552.763.283,86

Fonte COPAC. Valores em R$.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (NACIONAL)

CT 009/DCTA-COPAC/14			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2014	30.253.495,72		30.253.495,72
2015	154.077.851,38	3.544.842,11	157.622.693,49
2016	107.082.167,65	16.763.270,30	123.845.437,95
2017	78.149.364,36	17.176.813,10	95.326.177,46
2018	95.170.469,12	20.979.136,16	116.149.605,28
2019	22.786.426,20	6.779.447,76	29.565.873,96
Total	487.519.774,43	65.243.509,43	552.763.283,86

Fonte COPAC. Valores em R$

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (EXTERIOR)

Este Projeto não possui contratos com empresas estrangeiras.

INDICADORES

METODOLOGIA: Consulta e análise ao CFF do Contrato nº 009/DCTA-COPAC/2014 (4º TA). Para o cálculo do índice físico foi determinado que o número de etapas totais do projeto, cento e vinte e oito, corresponderia a 100% da execução do projeto. Assim, cada etapa corresponde a 0,78% do projeto, independentemente de sua relevância. Para o índice financeiro, o valor total do projeto, nas condições econômicas de dezembro de 2013, foi considerado como 100%. Assim, cada etapa, com seu respectivo valor, assume um percentual dentro do projeto.

O CFF foi reajustado para atender à redução do escopo de 6 para 4 ANV INSP VOO e será atualizado no 5º Termo Aditivo para formalizar a divisão da etapa 136 em 136A e 136B.

AVANÇO	ATÉ ANO ANT.	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	2020	2021
FÍSICO	82,81%	0,78%	2,34%	3,13%	1,56%	6,25%	3,13%
FINANC.	92,72%	0,81%	1,93%	1,53%	0,27%	2,40%	0,33%

Fonte COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 31/08/2012 Término do Projeto: 30/06/2017 Custo Estimado: R$ 662.261.166,02	Início do Projeto: 31/08/2012 Término do Projeto: 30/11/2021 Custo Total: R$ 501.236.226,62 (não reajustado TA-04) Custo até 31/12/2019: R$ 487.521.042,15 (valores sem reajuste, das etapas recebidas).

Fonte COPAC.

METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

DESCRIÇÃO	PREVISTA	ATINGIDA	%
Recebimento de etapas em conformidade com o cronograma físico-financeiro estabelecido em contrato.	11	10	99,90

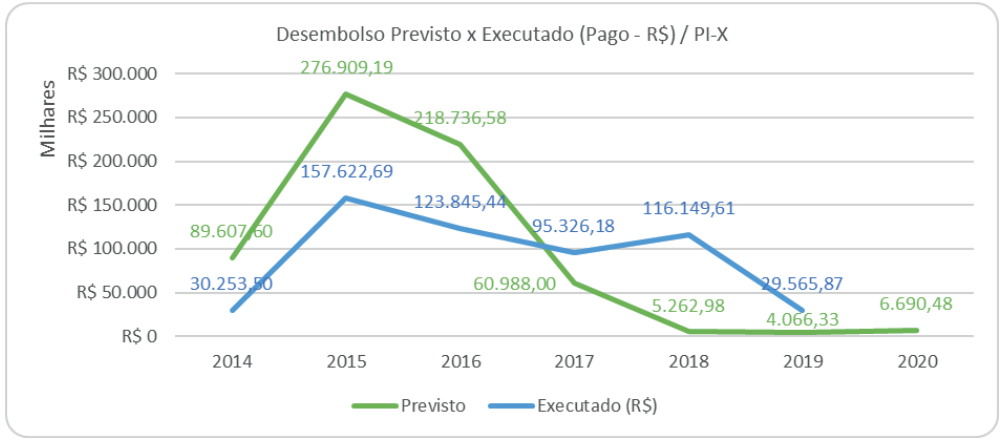
Fonte COPAC.

RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

Recebimento de uma aeronave laboratório denominada IU-50 em dois de outubro. Com o recebimento dessa aeronave encerra-se o principal ponto do objeto do contrato, que é a aquisição de quatro aeronaves certificadas na versão de inspeção em voo. As duas primeiras foram recebidas em 2016 e a terceira, em 2018. Até novembro de 2021, prazo para o término do contrato, ainda estão previstas as etapas de catalogação, treinamento de tripulantes e atualização do Computer Based Training (CBT), sistema que auxilia na formação dos tripulantes.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

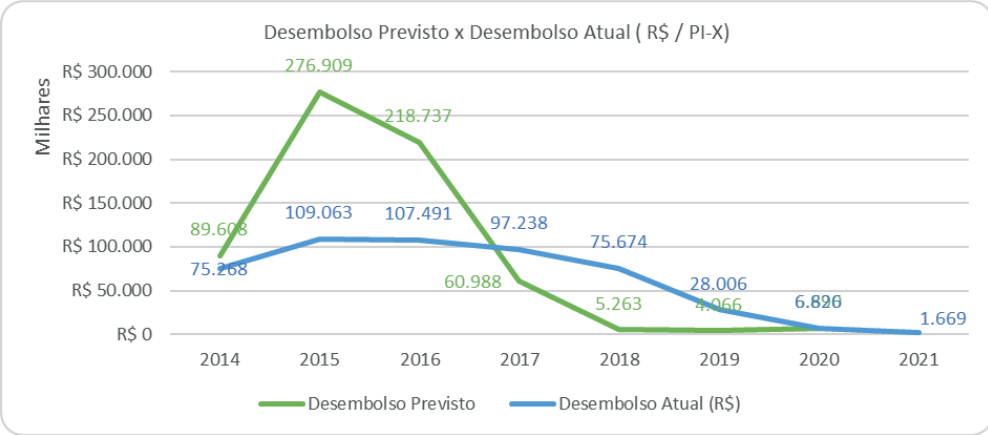
O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em R$).



Fonte COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

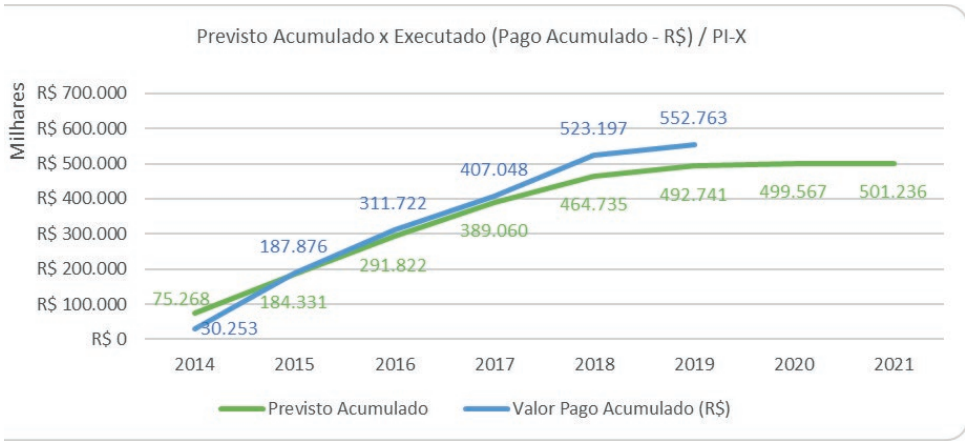
O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.



Fonte COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em R$).



Fonte COPAC.

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados na descrição resumida dos termos aditivos aos contratos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	30/04/14	Início	30/04/2014
Término	30/11/2019	Término	30/11/2021

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (OFFSET)

Como contrapartida, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, foi firmado um Acordo de Compensação, visando o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, tendo como beneficiários o Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV) e as empresas Embraer S/A e ATC Systems. O quadro abaixo apresenta os valores das obrigações e dos créditos reconhecidos.

Valor da Obrigação	Valor Total Projetos	Créditos Reconhecidos	Saldo a reconhecer	Percentual executado	Empresa Fornecedora	Data de vigência
30.277.898,00	30.037.898,00	10.438.505,00	19.599.393,00	35%	Norwegian Special M	31/12/2020

Fonte COPAC. Valores apresentados em US$.

CONTRATO DE DESPESA - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S.A. S/A
Modalidade de Licitação	Concorrência. Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 83, de 5 de maio de 2014.

O Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, assinado em 30 de abril de 2014 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto o fornecimento de seis aeronaves de inspeção em voo e suporte logístico, sendo que o fornecimento dos BENS dar se-ia parceladamente, conforme o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e a prestação dos SERVIÇOS seriam executados de forma indireta, sob o regime de Empreitada Integral, de acordo com o disposto no art. 6º, VIII, alínea "e" e no art. 10, II, alínea "e", tudo da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. Com valor total de R$ 662.261.166,02 (CE DEZ13), atualmente está em seu 4º Termo Aditivo com valor contratual de R$ 501.236.226,62. Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária 20XV, a qual custeia o SISCEAB. O prazo de vigência inicial deste contrato estava programado para 84 meses, atualmente está prorrogado para 30 de novembro de 2021.

Contrato de Despesa	1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 245, de 18 de dezembro de 2014.

Em virtude da diminuição no PREÇO TOTAL do contrato, onde o custeio passou ao valor de R$ 662.065.466,32, decorrente da correção nos elementos de despesas de algumas etapas, o que levou a um recálculo dos impostos incidentes no preço base dessas etapas, foi assinado, em 17 de dezembro de 2014, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014.

Contrato de Despesa	2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 181, de 20 de setembro de 2016.

Com restrições orçamentárias impostas pelo Governo Federal, disponibilizando recursos orçamentários inferiores aos compromissos contratuais para o ano de 2016, houve a necessidade de se ajustar a cadência de entrega das aeronaves e, ainda, o fracionamento e prorrogação da entrega de etapas relacionadas ao suporte logístico inicial, com assinatura do 2° Termo Aditivo, em 20 de setembro de 2016, a fim de diminuir o ritmo de trabalho e consequentemente prorrogar as referidas etapas de entrega de aeronaves. Foi ajustado, portanto, a CLÁUSULA 9ª – PRAZO DE VIGÊNCIA e corrigido o valor para R$ 667.174.408,38.

Contrato de Despesa	3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2016.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, firmado em 19 de dezembro de 2016, foi motivado pelo uso intenso da aeronave nas atividades de inspeção em voo e treinamento das equipagens. Com o recebimento da segunda aeronave, verificou-se a necessidade de se recompor a lista de aprovisionamento inicial, modificado em função da redução dos recursos orçamentários por meio do 2º TA. Devido a dificuldades de ordem orçamentária, o encerramento foi reprogramado para 30 de novembro de 2021, mantendo-se o valor de R$ 667.174.408,38.

Em relação ao comportamento dos requisitos de performance do produto, não houve alteração das características técnicas, logísticas, industriais e de desempenho estabelecidas pelo EMAER que implicassem em majoração de Preço.

Contrato de Despesa	4º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014, firmado em 20 de dezembro de 2017, foi motivado pela necessidade de redução do escopo de 6 para 4 aeronaves, com execução até 30 de maio de 2021, mantendo a vigência até 30 de novembro de 2021. Devido a dificuldades de ordem orçamentária, o valor total foi reduzido para R$ 501.236.226,62.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO – DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos acordos de compensação em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	NORWEGIAN SPECIAL MISSION AS (NSM)
Contratos Associados	009/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 119, de 25 de junho de 2014.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados nas aeronaves do Projeto I-X foi celebrado, em 18 de junho de 2014, o Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2014 com a empresa NORWEGIAN SPECIAL MISSION AS (NSM).

O Valor da obrigação acordado foi de US$ 30,277,898.00, dos quais US$ 10,438,505.00 já foram reconhecidos. Com encerramento inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2018, foi prorrogado para 31 de dezembro de 2020, e tem como beneficiários o Grupo Especial de Inspeção em Voo (GEIV) e as empresas Embraer S/A e ATC Systems.

Instrumento Contratual	1° TA ao Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	NORWEGIAN SPECIAL MISSION AS (NSM)
Contratos Associados	009/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 245, de 21 de dezembro de 2018.

O 1º Termo Aditivo ao Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 19 de dezembro de 2018 com a empresa NORWEGIAN SPECIAL MISSION AS (NSM). O instrumento tem como finalidade prorrogar o prazo de vigência contratual para que o processo de análise de documentação de comprovação dos créditos de compensação possa ocorrer com a cautela exigida. O prazo de vigência foi alterado para 31 de dezembro de 2020.

PROJETO E-99M

A Força Aérea Brasileira vem modernizando o seu Sistema de Comando e Controle ao longo dos últimos anos mediante a reestruturação funcional e a introdução de novas doutrinas de emprego do Poder Aéreo. Nesse cenário, a modernização dos sensores da aeronave E-99 busca ampliar diversas capacidades adotadas pela FAB nas Operações Aéreas Compostas – COMAO (Combined Air Operations), onde a flexibilidade de posicionamento da aeronave de Controle e Alerta Aéreo GlobalEye (AEW & C), juntamente com a capacidade look down do radar, permite aumentar a visualização e o controle das demais aeronaves, independentemente da estrutura de Comando e Controle - C2 existente no solo. Ademais, busca-se incrementar a detecção de tráfegos aéreos voando à baixa altura, artifício normalmente utilizado por aeronaves envolvidas em atos ilícitos, tais como: transporte de contrabando, drogas, munições e armas. Futuramente, as missões de combate ao narcotráfico que já têm sido realizadas em conjunto com a Polícia Federal poderão ter o escopo expandido diante das novas capacidades do vetor modernizado.

Outrossim, deve ser considerado o fato de que a aeronave E-99M será utilizada, em caso de necessidade, como posto de comando em situações de beligerância ou de crise. Por esse motivo, a aeronave E-99M será dotada de um sistema de comunicação segura que possibilite o enlace digital (data link), em voz e dados.

NOME DO PROJETO

PROJETO E-99M

DESCRIÇÃO DO PROJETO

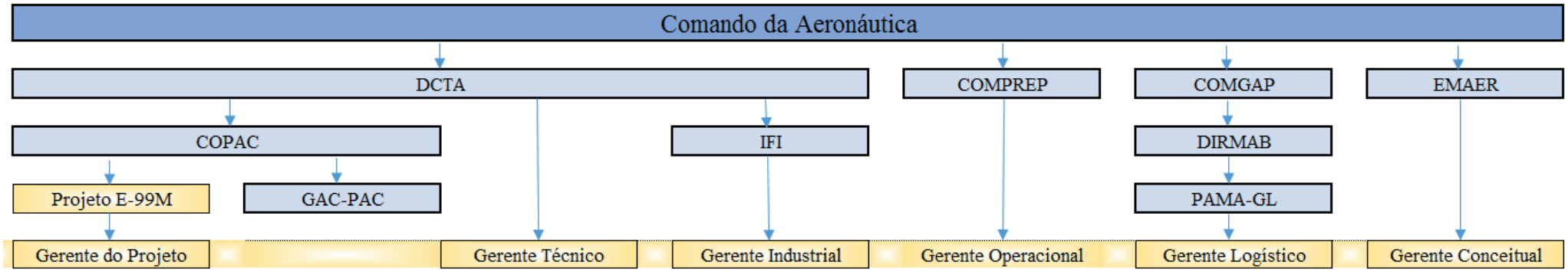
Modernização dos sensores aeroembarcados de cinco aeronaves E-99 (Embraer EMB-145 AEW&C - Airborne Early Warning and Control).

PRODUTO

Aeronave de Alerta Aéreo Antecipado e Controle modernizada. Denominada E-99M, é uma aeronave de fabricação nacional que realiza missões de Controle e Alarme em Voo e de Posto de Comunicação no Ar. Para cumprir essas missões, possui um radar embarcado que possibilita a detecção de tráfegos aéreos voando à baixa altura, bem como o guiamento das aeronaves de interceptação da Força Aérea.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto E-99M é apresentada na figura abaixo:



COMGAP - Comando Geral de Apoio
COMPREP - Comando de Preparo
COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica
GAC-PAC - Grupamento de Acompanhamento e Controle do Programa Aeronave de Combate
IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
PAMA-GL - Parque de Material Aeronáutico do Galeão

Fonte COPAC.

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

O Projeto encontra-se com três aeronaves na linha de produção na Embraer S/A, na cidade de Gavião Peixoto - SP. Em agosto de 2019, a primeira aeronave em processo de modernização realizou o primeiro voo, sendo essa uma importante sinalização do progresso do Projeto. Em dezembro de 2019 foi a vez da segunda realizar seu primeiro voo, demonstrando o bom andamento do cronograma, uma vez que a apresentação deste voo, como etapa contratual, estava prevista para o mês de março de 2020. Os Termos Aditivos assinados no ano de 2019, tiveram por objetivo, dentre outros pontos, a adequação do cronograma de modernização das aeronaves com as datas de entregas previstas no Cronograma Físico-Financeiro - CFF, a inclusão de novos equipamentos Timing System excluídos do contrato 003/DCTA-COPAC/2013. Após o desbloqueio, os recursos alocados em 2019 foram suficientes para suprir as necessidades do Projeto para o ano. Em virtude do atraso no engajamento dos fornecedores, houve um descompasso na cronologia das atividades programadas, a Gerência do Projeto iniciou e finalizou as tratativas para a elaboração do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 034/DCTA-COPAC/2012. Nesse contexto, houve a postergação de algumas Etapas contratuais para os anos seguintes. Os recursos orçamentários para o Projeto E-99M são os provenientes das ações orçamentárias 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados e 20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB do Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA. A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2019 foi de R$ 191.600.278,30. O Plano de Ação do Comando da Aeronáutica, aprovado para 2019, alocou o montante de R$ 111.415.000,00 provenientes das ações 20IH e 20XV, sendo R$ 36.415.000,00 e R$ 75.000.000,00, respectivamente.

GRUPOS DE INTERESSE

O E-99M é uma aeronave que realiza missões de Controle e Alarme em Voo e de Posto de Comunicação no Ar. Em função da capacidade dos sensores e de sua tripulação, o E-99M permitirá ao Brasil um controle mais eficiente do espaço aéreo, especialmente na identificação de alvos aéreos voando a baixa altura e em regiões fronteiriças, que é o perfil de voo mais utilizado por aeronaves envolvidas em atos ilícitos, tais como: transporte de contrabando, drogas, munições e armas. Dessa forma, pode-se afirmar que o E-99M é uma aeronave de extrema importância para a sociedade brasileira, uma vez que garante o controle soberano do espaço aéreo do país. Identifica-se, ainda, como grupos de interesse em função dos Acordos de Compensação firmados, o Comando de Preparo (COMPREP), o Comando de Emprego (COMAE), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e as empresas Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S. A., Rohde Schwarz do Brasil, Atech Negócios em Tecnologias S/A e AEL Sistemas S.A..

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	R$ 216.008.676,00	R$ 231.419.199,17
	US$ 6.441.450,00	US$ 6.948.487,63
	EUR 131.322.420,04	EUR 144.372.689,25

Fonte: COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.52911.05.151.2058.20XV	20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB	1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.	-	P 0000 – Operação do Sistema de Controle do espaço Aéreo brasileiro – SICEAB – Despesas Diversas
10.52111.05.151.2058.20IH	20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados	1121- Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	-	PO 000A – Aeronave de Alerta e Controle – Projeto E-99M

Fonte: SIOP.

DOTAÇÃO AUTORIZADA NO PLANO DE AÇÃO

PPA	PA	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
191.600.278,30	111.415.000,00			111.415.000,00

Fonte SIOP/COPAC.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES)	FINAL 2019 (INSCRITOS)
20IH	72.314,68	109.826,46
20XV	38.096.646,57	26.008.338,09
Total	38.168.961,25	26.118.264,55

Fonte SIOP/COPAC. Valores em R$.

VARIAÇÃO

001/DCTA-COPAC/2012	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4
	EUR 86.907.588,64	EUR 86.907.588,64	EUR 92.296.767,50	EUR 92.296.767,50	EUR 92.561.955,45
Variação		0%	6%	6%	6,51%

003/DCTA-COPAC/2013	CT ORIGINAL	TA1	TA2
	EUR 4.532.906,40	EUR 4.532.906,40	EUR 4.847.139,12
Variação		0%	6,93%

034/DCTA-COPAC/2012	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3
	R$ 216.008.676,00	R$ 216.915.678,08	R$ 231.419.199,17	R$ 231.419.199,17
Variação		0,42%	7,13%	7,13%

001/DCTA-COPAC/2013	CT ORIGINAL	TA1	TA2
	EUR 39.881.925,00	EUR 42.668.275,00	EUR 46.963.594,68
Variação		6,99%	17,76%

002/DCTA-COPAC/2013	CT ORIGINAL	TA1
	US$ 6.441.450,00	US$ 6.948.487,63
Variação		7,87%

Fonte COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

	EMPENHADO			LIQUIDADO			PAGO		
ANO	R$	EUR	US$	R$	EUR	US$	R$	EUR	US$
2012	18.199.322,30	8.695.920,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	41.142.401,63	21.510.231,66	960.667,50	49.465.023,49	23.929.675,62	960.667,50	49.465.023,49	23.929.675,62	960.667,50
2014	7.575.276,03	14.377.602,36	1.883.661,76	17.423.268,60	20.108.459,26	1.883.661,76	17.423.268,60	20.108.459,26	1.883.661,76
2015	5.877.875,73	2.683.108,59	493.384,74	0,00	3.228.728,53	485.984,74	0,00	3.228.728,53	485.984,74
2016	0,00	159.481,08	0,00	5.906.583,60	159.481,08	0,00	5.906.583,60	159.481,08	0,00
2017	73.666.985,28	19.329.007,44	2.694.086,31	57.500.737,75	10.859.494,26	894.084,52	57.500.737,75	10.859.494,26	894.084,52
2018	28.402.514,06	29.044.737,61	13.993,92	44.568.761,59	27.312.465,12	1.804.177,93	44.568.761,59	27.312.465,12	1.804.177,93
2019	36.676.983,46	15.661.642,05	0,00	36.567.057,00	20.187.083,46	894.084,52	36.567.057,00	20.187.083,46	894.084,52
Total	**211.541.358,49**	**11461731,59**	**6.045.794,23**	**211.431.432,03**	**105.785.387,33**	**6.922.660,97**	**211.431.432,03**	**105.785.387,33**	**6.922.660,97**

Fonte COPAC. Valores em R$.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (NACIONAL)

CT 034/DCTA-COPAC/12			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2013	49.465.023,49		49.465.023,49
2014	17.080.431,00	342.837,60	17.423.268,60
2015			0,00
2016	4.907.540,79	999.042,81	5.906.583,60
2017	44.241.410,16	13.259.327,59	57.500.737,75
2018	34.662.254,57	9.906.507,02	44.568.761,59
2019	25.733.833,60	10.833.223,40	36.567.057,00
Total Parcial	176.090.493,61	35.340.938,42	211.431.432,03

Fonte COPAC. Valores em R$.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (EXTERIOR)

CT 001/DCTA-COPAC/2012 (EURO)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2013	17.381.517,72		17.381.517,72
2014	12.750.445,36		12.750.445,36
2015	2.830.347,13		2.830.347,13
2016	0,00		
2017	10.626.886,78	1.108.706,23	10.626.886,78
2018	12.426.368,99	1.327.343,56	12.426.368,99
2019	10.403.906,03	1.463.172,11	10.403.906,03
Total Parcial	66.419.472,01	3.899.221,90	66.419.472,01

CT 001/DCTA-COPAC/2013 (EURO)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2013	5.888.025,90		5.888.025,90
2014	7.358.013,90		7.358.013,90
2015	42.144,20		42.144,20
2016			
2017			
2018	12.840.545,53	1.303.225,49	14.143.771,02
2019	7.311.530,01	995.614,12	8.307.144,13
Total Parcial	33.440.259,54	2.298.839,61	35.739.099,15

CT 003/DCTA-COPAC/2013 (EURO)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2013	660.132,00		660.132,00
2014	356.237,20		356.237,20
2015			
2016	159.481,08		159.481,08
2017	232.607,48		232.607,48
2018	793.221,47		793.221,47
2019	1.425.136,94		1.425.136,94
Total Parcial	3.626.816,17		3.626.816,17

CT 002/DCTA-COPAC/2013 (US$)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2013	960.667,50		960.667,50
2014	1.883.661,76		1.883.661,76
2015	485.984,74		485.984,74
2016			
2017	894.084,52		894.084,52
2018	1.804.177,93		1.804.177,93
2019	894.084,52		894.084,52
Total Parcial	6.922.660,97		6.922.660,97

INDICADORES

METODOLOGIA. Indicador financeiro: utiliza-se o valor gasto até o ano anterior e trimestres, dividido pelo custo total do Contrato, tudo nas condições econômicas à época da celebração dos contratos (sem considerar reajustes). O marco cronológico financeiro é a data de emissão da Ordem Bancária e/ou Nota de Lançamento.

Indicador físico: utiliza-se a quantidade de homem x hora (HH) por etapas entregues até o ano anterior e trimestres, dividido pelo número homem x hora (HH) das etapas totais do contrato. O marco cronológico considerado é a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Etapa (TRD).

Obs.: Considerando que os processos de pagamento e de assinatura do TRD podem levar mais de 30 dias, a porcentagem será lançada no trimestre em que o pagamento e o TRD forem efetivamente finalizados.

O avanço físico no 4º trimestre atingiu o valor de 68,85%. Ressalta-se que o Contrato 001/DCTA-COPAC/2013 (SAAB): 01 (uma) etapa com entrega prevista para dia 30/12/2019 foi apresentada e encontra-se em processo de recebimento; O avanço financeiro no 4º trimestre atingiu o valor de 76,71% Ressalta-se que: Contrato 001/DCTA-COPAC/2013 (SAAB): 01 (uma) etapa está em processo de pagamento.

AVANÇO	ANO ANT.	1ºTRIM	2ºTRIM	3ºTRIM	4ºTRIM	2020	2021	2022
FÍSICO	48,73%	49,74%	51,44%	55,63%	68,85%	83,62%	99,80%	100%
FINANC.	60,42%	60,63%	63,15%	65,12%	76,71%	85,30%	98,29%	100%

Fonte COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 13 de dezembro de 2012 Término do Projeto: 30 de agosto de 2017 Custo Estimado: R$ 551.944.729,30 • R$ 216.008.676,00 + € 131.322.420,04 + US$ 6.441.450,00, nas condições econômicas da época da celebração dos contratos. • Câmbio: € = R$ 2,26 e $ = R$ 2,00.	Início do Projeto: 13 de dezembro de 2012 Término do Projeto: 30 de maio de 2023 Custo Total: R$ 1.039.251.299,47 • R$ 295.767.720,91 + € 159.042.139,56 + US$ 6.948.487,64, considerando os reajustes aplicados em Dez/19. • Câmbio (2019): € = R$ 4,50 e $ = R$ 4,00 Custo até agora: R$ 717.030.572,23 R$ 211.431.432,03 + € 106.201.888,07 + US$ 6.922.660,97 com os respectivos reajustes anuais.

METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

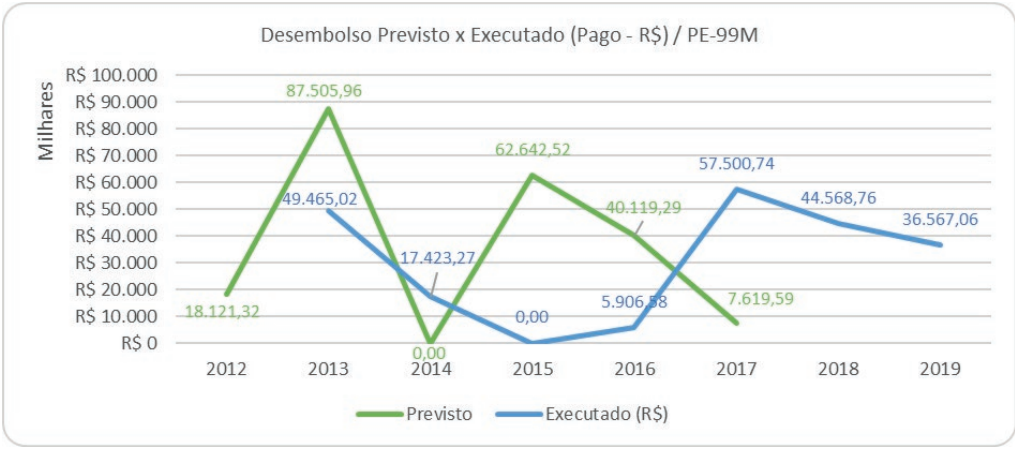
DESCRIÇÃO	PREVISTA	EXECUTADA	%
Recebimento de etapas contratuais em conformidade com os cronogramas físico-financeiro estabelecidos pelos contratos.	21	21	100

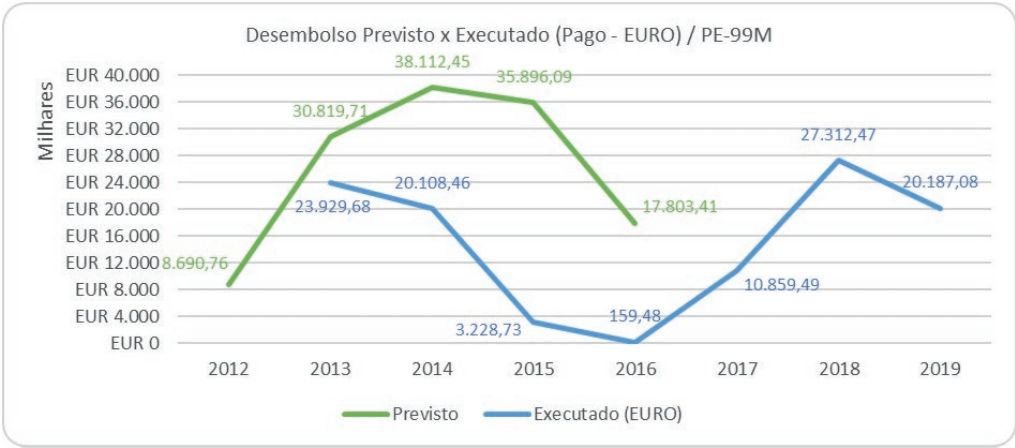
RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

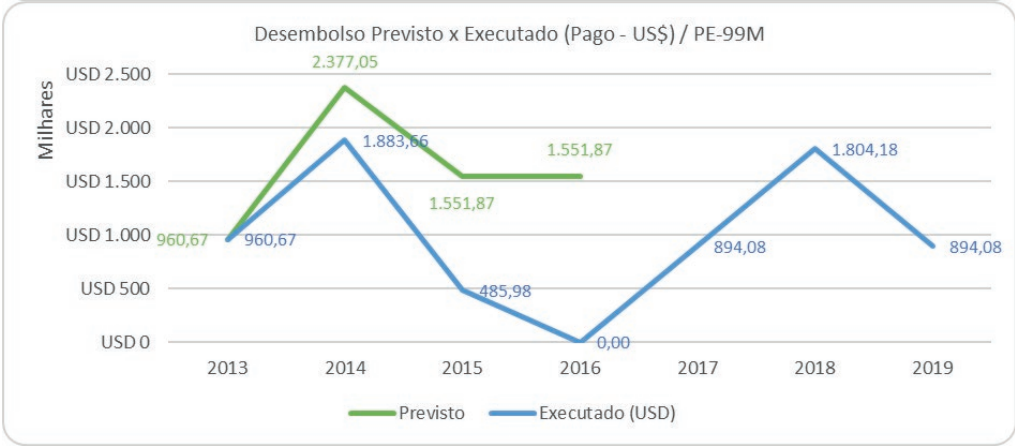
A realização, em agosto de 2019, do primeiro voo da aeronave E-99M após o processo de modernização, sendo esta etapa de extrema importância pois sinaliza o progresso do Projeto. Em dezembro de 2019, foi a vez da segunda aeronave em procedimento de modernização realizar seu primeiro voo. Estes marcos demonstram o bom andamento do Projeto.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em R$, EURO e US$).



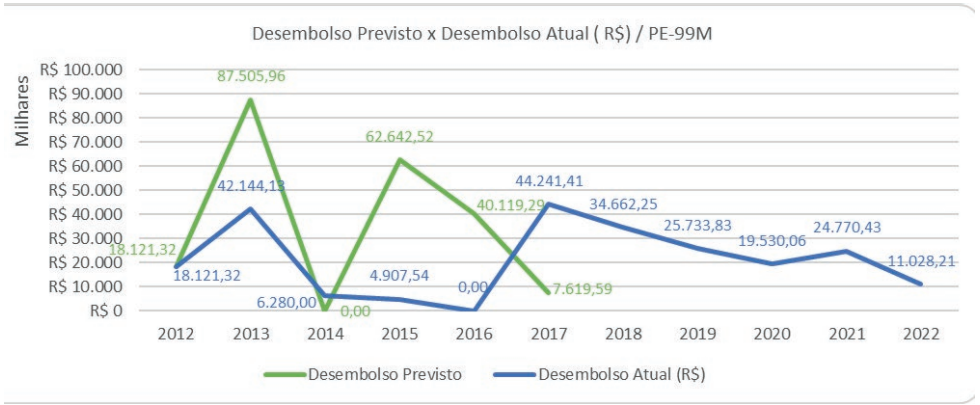


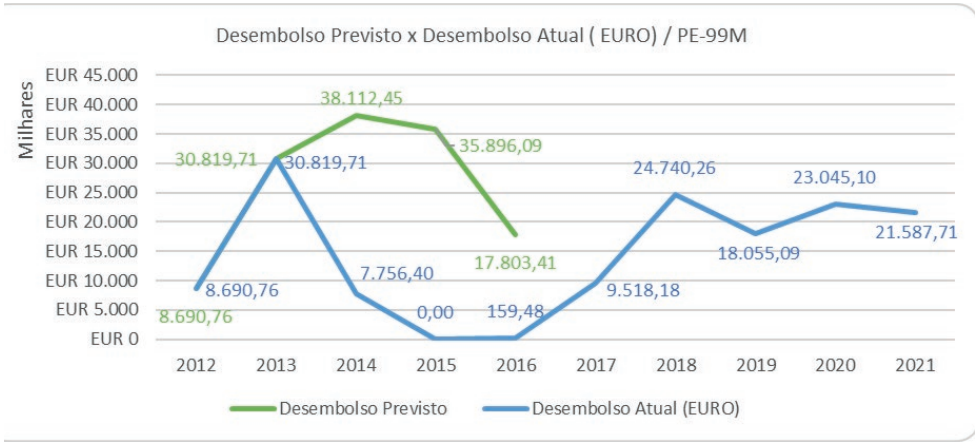


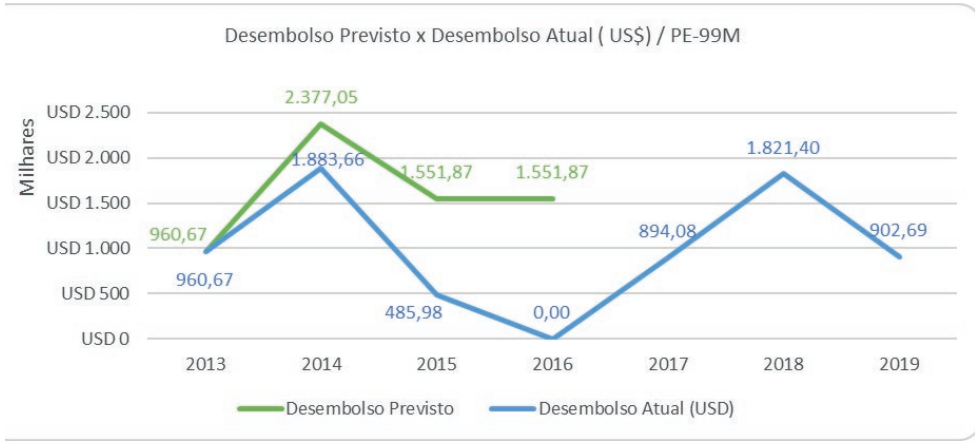
Fonte COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.



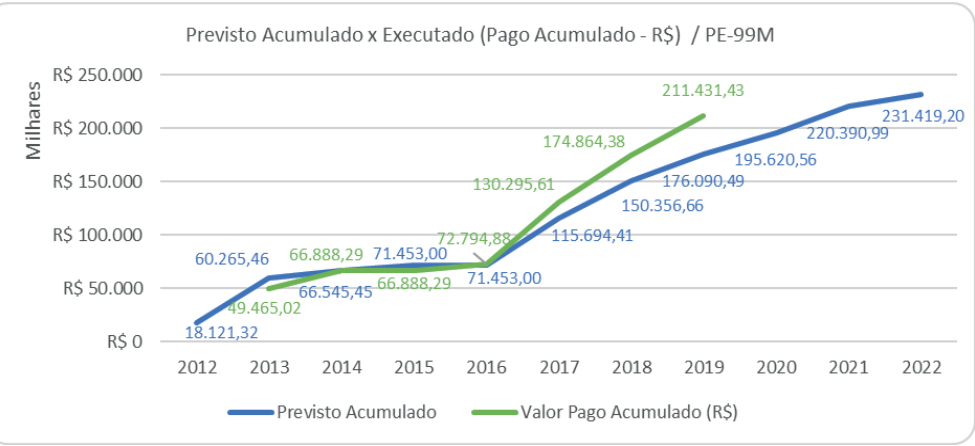


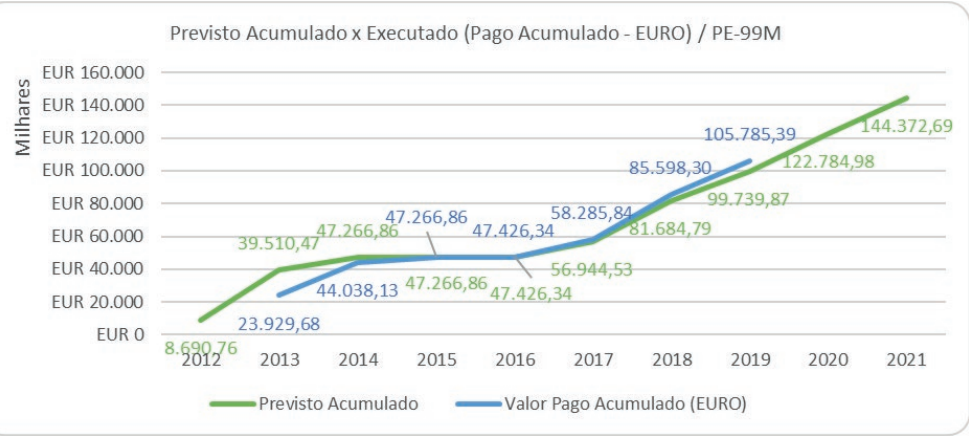


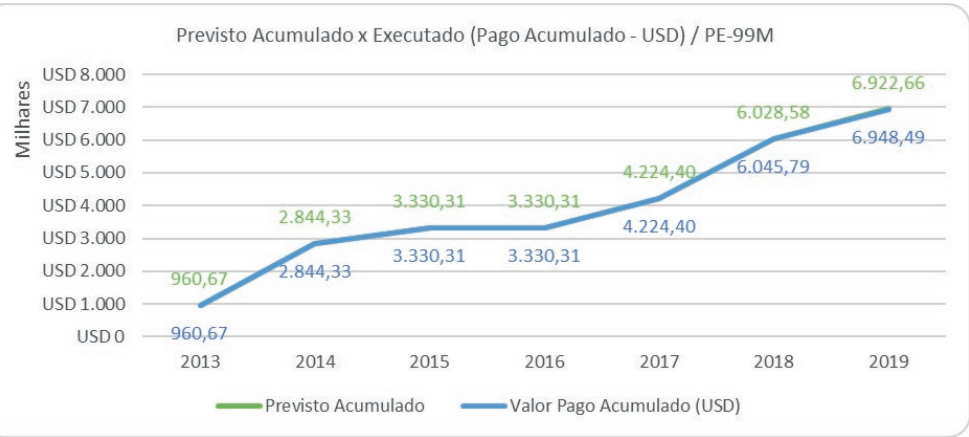
Fonte COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro original) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro atual (valores em R$, EURO e US$).







Fonte COPAC.

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados na descrição resumida dos termos aditivos aos contratos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	13/12/2012	Início	13/12/2012
Término	30/08/2017	Término	30/05/2023

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (OFFSET)

Como contrapartida, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, foram firmados dois Acordos de Compensação, visando o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, tendo como beneficiários o Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e as empresas Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S. A., Rohde Schwarz do Brasil, Atech Negócios em Tecnologias S/A e AEL Sistemas S.A. . O quadro abaixo apresenta os valores das obrigações e dos créditos reconhecidos.

Valor da Obrigação	Valor Total Projetos	Créditos Reconhecidos	Saldo a reconhecer	Percentual executado	Empresa Fornecedora	Data de vigência
16.346.100,00	16.346.100,00	12.323.100,00	4.023.000,00	75%	AEL	31/07/2022
11.120.720,00	11.120.720,00	1.525.014,00	9.595.706,00	14%	Rohde Schwarz	30/06/2021
*91.759.177,60	*91.759.177,60	*63.428.531,46	*28.330.646,14	69%	SAAB	30/09/2020

Fonte COPAC. Valores apresentados em US$. e EURO(*)

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL – EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93 combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 236, de 7 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012, firmado em 14 de dezembro de 2012 com a empresa Embraer Aviation International - EAI, tem como objeto a modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99, treinamento de pessoal e elaboração ou atualização de documentação técnica. Com valor total de EUR 86.907.588,64 (CE DEZ12), atualmente está em seu 4º Termo Aditivo com valor contratual de EUR 92.561.955,45. Esta despesa está sendo custeada pelas ações orçamentárias 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados e 20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA. O prazo de vigência inicial deste contrato estava programado para 1º de julho de 2017, atualmente está previsto para 20/02/22.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 116, de 20 de Junho de 2017.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 09 de junho de 2017, motivado pela redução orçamentária sofrida nos últimos anos e das tratativas para possibilidade de adequação do Cronograma Físico-Financeiro do CONTRATO, considerando um cenário que exigia a prorrogação da vigência por um prazo de 12 (doze) meses. O preço total não foi alterado e o prazo de vigência foi prorrogado para 1º de agosto de 2018.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 124, de 29 de Junho de 2018.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 28 de junho de 2018, motivado pela necessidade de ajuste do cronograma de entrega das ETAPAS remanescentes, refletindo o recebimento parcial da Etapa E7, bem como o desmembramento das Etapas E5 e E6 do cronograma original e a readequação dos valores e nomenclatura das etapas a serem pagas, para que haja concordância com o SOW, além de adequar o preço do CONTRATO aos custos de postergação que a CONTRATADA tem direito, de acordo com as alterações contratuais necessárias à consecução do OBJETO contratual. O preço total passou para EUR 92.296.767,50 e o prazo de vigência foi prorrogado para 20 de fevereiro de 2022.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 214, de 07 de novembro de 2018.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 30 de outubro de 2018, motivado pela necessidade de dissociar os preços dos serviços Não-Recorrentes dos preços dos materiais e adequar as atividades desenvolvidas, promovendo os ajustes necessários. O preço total permaneceu EUR 92.296.767,50 e o prazo de vigência foi mantido em 20 de fevereiro de 2022.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 250, de 27 de dezembro de 2019.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 26 de dezembro de 2019, motivado por problemas de integração do sistema de sincronismo dos rádios, com necessidade de substituição do Timing System, evitando que os prazos de integração, desenvolvimento e obtenção de licença acarretassem atrasos na montagem final das Aeronaves #1 e #2 e nos ensaios de voo. O preço total foi alterado para EUR 92.561.955,45 e o prazo de vigência foi mantido em 20 de fevereiro de 2022.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 250, de 28 de dezembro de 2012.

O Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012, firmado em 13 de dezembro de 2012 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto a modernização dos sensores aeroembarcados das aeronaves E-99, treinamento de pessoal e elaboração ou atualização de documentação técnica. Com valor total de R$ 216.008.676,00, atualmente está em seu 3º Termo Aditivo com valor contratual de R$ 231.419.199,17. Esta despesa está sendo custeada pelas ações orçamentárias 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados e 20XV - Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro – SISCEAB do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA. O prazo de vigência inicial deste contrato estava programado para 30 de janeiro de 2018, atualmente está previsto para 30/05/23.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 249, de 24 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de dezembro de 2013, motivado pela necessidade de se adequar os requisitos técnico-operacionais, com o incremento de serviços e suas contrapartidas financeiras, para disponibilização de uma versão ínterim para duas aeronaves E-99, atendendo a demanda operacional do EMAER para os Grandes Eventos Esportivos. O preço total do contrato passou a ser R$ 216.915.678,08 (CE DEZ12) e o prazo de vigência foi mantido em 30 de janeiro de 2018.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 230, de 2 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 30 de novembro de 2015, motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 e 2015, prorrogando os prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira (manutenção do equilíbrio econômico e financeiro). O preço total do contrato passou a ser R$ 231.419.199,17 (CE DEZ12) e o prazo de vigência passou para 30 de abril de 2022.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 230, de 28 de novembro de 2019.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 034/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 27 de novembro de 2019, motivado principalmente pelo tardio reengajamento dos fornecedores da EAI e as mudanças organizacionais e de processos adotadas pela Embraer S/A., o que não causou impactos financeiros ao contrato. O preço total do contrato foi mantido em R$ 231.419.199,17 (CE DEZ12) e o prazo de vigência passou para 30 de maio de 2023.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS
Modalidade de Licitação	Inexigível, nos termos do inciso I, do Art. 25 da Lei 8.666/93.
Publicação	DOU nº 63, de 3 de abril de 2013.

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013, assinado em 26 de abril de 2013 com a empresa SAAB AB (PUBL) Eletronic Defence Systems, tem como objeto a aquisição de bens para modernização dos sensores aeroembarcados de cinco aeronaves E-99. Com valor total de EUR 39.881.925,00 (CE ABR13), atualmente está em seu 2º Termo Aditivo com valor contratual de EUR 46.963.594,68. Todas as despesas decorrentes do Contrato em tela são custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). O prazo de vigência inicial deste contrato estava programado para 48 meses, atualmente está previsto para 30 de julho de 2021..

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 248, de 23 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013, foi firmado em 18 de dezembro de 2013, motivado pela proximidade da realização de Grandes Eventos esportivos, especialmente no momento em que ocorre um incremento dos tráfegos ilícitos; o EMAER solicitou que fossem feitas gestões junto à empresa Contratada, a fim de verificar a possibilidade de antecipação da entrega de duas aeronaves E-99, visando adequar a realidade orçamentária com a necessidade operacional. O preço total do contrato passou a ser de EUR 42.668.275,00 e o prazo de vigência 26 de abril de 2017.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015, motivado pela diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e no interesse da Administração, provocada por restrições orçamentárias. O preço total do contrato passou a ser de EUR 46.963.594,68 e o prazo de vigência passou para 30 de julho 2021.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEROELECTRONICA INTERNATIONAL LTD
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	DOU nº 140, de 23 de julho de 2013.

O Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013, assinado em 9 de agosto de 2013 com a empresa AEROELECTRONICA INTERNATIONAL LTD, tem como objeto o fornecimento de cinco sistemas NCOM para as aeronaves E-99. Com valor total de US$ 6.441.450,00, nas CE ABR13, atualmente está em seu 1º Termo Aditivo com valor contratual de US$ 6.948.487,63. Todas as despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). O prazo de vigência inicial deste contrato estava programado para 54 meses, atualmente está previsto para 01 de março de 2020.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015, motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014 e 2015, o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira. O preço total passou para US$ 6.948.487,63, nas CE AGO13, e o prazo de vigência final é 1º de março de 2020.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROHDE & SCHWARZ
Modalidade de Licitação	Inexigível, nos termos do inciso I, do Art. 25 da Lei 8.666/93.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013, assinado em 30 de agosto de 2013 com a empresa ROHDE & SCHWARZ, tem como objeto o fornecimento de bens para a modernização dos sensores aeroembarcados de cinco aeronaves E-99. Com valor total de EUR 4.532.906,40, nas CE AGO13, atualmente está em seu 2º Termo Aditivo com valor contratual de EUR 4.847.139,12. Todas as despesas decorrentes deste Contrato foram custeadas pela Ação 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). O prazo de vigência inicial deste contrato estava programado para 51 meses, atualmente está previsto para 15 de julho de 2021.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 132, de 14 de julho de 2014.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 8 de julho de 2014, motivado pela necessidade de se adequar o Cronograma Físico-Financeiro face ao aumento de serviços decorrentes da versão ínterim para duas aeronaves E-99, atendendo a demanda operacional do EMAER para os Grandes Eventos Esportivos. O preço total foi mantido e o prazo de vigência final é 30 de novembro de 2017.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013
Publicação	DOU nº 248, 29 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 23 de dezembro de 2015, motivado pela necessidade de se adequar o CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA de 2014 e 2015, o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira. O preço total passou para EUR 4.847.139,12 e o prazo de vigência passou para 15 de julho de 2021.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO – DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos acordos de compensação em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2012 e 001/DCTA-COPAC/2013
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 113, de 14 de junho de 2013.

Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012, firmado em 12 de junho de 2013, com a empresa SAAB. Valor EUR 91.759.177,60, dos quais EUR 62.428.531,46 já foram reconhecidos. Com data de encerramento prevista para 30 de setembro de 2020, tem como beneficiária a Atech Negócios em Tecnologias S/A.

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBL) ELECTRONIC DEFENCE SYSTEMS
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2012 e 001/DCTA-COPAC/2013
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 239, de 14 de dezembro de 2017.

O 1º Termo Aditivo ao Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 13 de dezembro de 2017 com a empresa SAAB. O instrumento tem como finalidade reprogramar as atividades dos Projetos de Compensação, em virtude de restrições orçamentárias. O prazo de vigência foi alterado para 30 de setembro de 2020.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2012 e 002/DCTA-COPAC/2013
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 156, de 14 de agosto de 2013,

Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2013 firmado em 9 de agosto de 2013 com a empresa AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD. O valor acordado foi de US$ 16,346,100.00, dos quais US$ 12,323,100.00 já foram reconhecidos, restando US$ 4,023,000.00 a reconhecer. O encerramento estava previsto para 31 de dezembro de 2019, atualmente prorrogado até 31 de julho de 2022, e tem como beneficiária AEL Sistemas S.A.

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2012 e 002/DCTA-COPAC/2013
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 147, de 01 de agosto de 2018.

O 1º Termo Aditivo ao Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 13 de julho de 2018 com a empresa AEROELETRÔNICA INTERNATIONAL LTD. O instrumento tem como finalidade reprogramar as atividades dos Projetos de Compensação, em virtude de restrições orçamentárias, que reduziram o ritmo das atividades dos contratos associados. O prazo de vigência foi alterado para 31 de julho de 2022.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROHDE SCHWARZ
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2011, 001/DCTA-COPAC/2012 e 003/DCTA-COPAC/2013.
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2013, firmado em 30 de agosto de 2013, com a empresa Rohde Schwarz. Valor EUR 11.120.720,00, dos quais já foram reconhecidos EUR 1.525.014,00 dos créditos. Saldo a reconhecer EUR 9.595.706,00. Com data de encerramento prevista inicialmente para 31 de julho de 2018, tem como beneficiários Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR), Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e as empresas Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S. A. e Rohde Schwarz do Brasil

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROHDE & SCHWARZ GmbH & Co. KG
Contratos Associados	001/DCTA-COPAC/2011, 001/DCTA-COPAC/2012 e 003/DCTA-COPAC/2013.
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 143, de 26 de julho de 2018.

O 1º Termo Aditivo ao Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2013 foi firmado em 24 de julho de 2018 com a empresa ROHDE SCHWARZ. O instrumento tem como finalidade atualizar o nome da contratada e modificar o Anexo I, refletindo a alteração da beneficiária, do escopo e prazos. O prazo de vigência foi alterado para 31 de julho de 2021.

PROJETO F-X2

Este Projeto visa dotar a Força Aérea Brasileira com aeronaves de caça de 5ª Geração, a fim de contribuir para a defesa do espaço aéreo brasileiro. Para tanto, estão sendo adquiridas e implantadas 36 aeronaves, simuladores, logística, bem como toda a transferência de tecnologia necessária para autonomia na operação e manutenção da frota durante todo o seu ciclo de vida. Esta aeronave de múltiplo emprego, denominada na FAB como F-39 Gripen, conduzirá o Brasil ao mais alto patamar mundial em relação à integração de sensores e à capacidade de suporte à decisão operacional. A concretização do processo de aquisição das aeronaves F-39 Gripen, bem como, do suporte logístico inicial, equipamentos de apoio de solo e armamento inicial se deu com a assinatura de um contrato de despesa com a empresa SAAB AB no ano de 2014.

NOME DO PROJETO

PROJETO F-X2 (1° Lote – Aquisição)

DESCRIÇÃO DO PROJETO

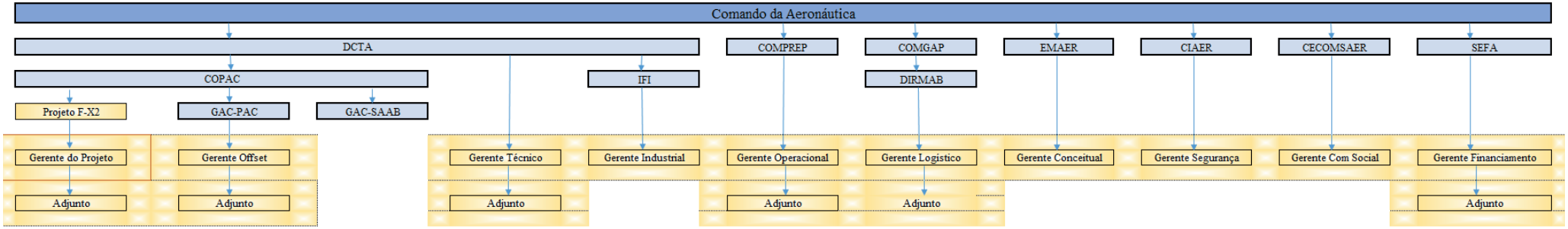
Aquisição e implantação de 36 aeronaves de caça de múltiplo emprego novas, simuladores, suporte logístico inicial e armamento para a implantação no acervo do COMAER, bem como toda a transferência de tecnologia necessária para a operação e manutenção autônomas do Projeto durante todo o seu ciclo de vida. A previsão de entrega das primeiras aeronaves está programada para o ano de 2021. As aeronaves brasileiras contarão com modernos sistemas embarcados, radar de última geração e capacidade de empregar armamentos de fabricação nacional.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Aeronave de caça multiemprego leve denominada Gripen E/F.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto F-X2 é apresentada na figura abaixo:



DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
GAC-PAC - - Grupamento de Acompanhamento e Controle do Programa Aeronave de Combate
GAC-SAAB - Grupamento de Acompanhamento e Controle na SAAB (Linköping-Suécia)
IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
COMPREP - Comando de Preparo
COMGAP - Comando Gereal de Apoio
DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica
CIAER - Centro de Inteligência da Aeronáutica
CECOMSAER - Centro de Comiunicação Social da Aeronáutica
SEFA - Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica

Fonte COPAC.

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

No ano de 2019, em função da necessidade de se ajustar determinados pacotes de trabalho, foram realizados ajustes nos contratos por meio de Termos Aditivos. Houve um incremento de SEK 67.665.175,00, em virtude da inclusão do IFF MODO 5. Além disso, houve alteração do GPS civil pelo militar e substituição de equipamento MSS-IA pela GES. Ao final do exercício, nova alteração foi realizada visando a adequação do Cronograma Físico-Financeiro à disponibilidade de recursos resultantes da taxa de câmbio favorável em relação ao câmbio planejado. O projeto encontra-se na Fase de Desenvolvimento / Subfase de Execução do Desenvolvimento, com o desenvolvimento da aeronave e de seus diversos sistemas. Os recursos orçamentários para o Projeto FX-2 são os provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, na ação orçamentária 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2. A LOA2019 aprovou para a ação orçamentária 14T0, o montante de R$ 1.346.611.151,00. Com os remanejamentos de créditos efetuados ao longo do exercício, a disponibilidade de recursos para o Projeto ficou em R$ 1.350.309.004,00. O primeiro contingenciamento na ação 14T0 no valor de R$ 446.961.368,00 sendo R$ 14.241.626,00 na Fonte 100 e R$ 432.719.742,00 na Fonte 149 ocorreu no mês de abril e o segundo em maio quando foram bloqueados R$ 113.009.603,00, sendo R$ 28.158.374,00 na Fonte 100 e R$ 84.851.229,00 na Fonte 149, totalizando R$ 560.044.961,00 no ano. O desbloqueio ocorreu no mês de setembro no valor de R$ 293.756.438,00, permanecendo contingenciado R$ 266.288.523,00 até novembro de 2019, quando houve o descontingenciamento do valor total da ação 14T0, tendo sido executado todo o Cronograma Físico-Financeiro previsto para o exercício. Houve, ainda, uma suplementação orçamentária permitida pela Lei 13.888 no valor de R$ 3.697.853,00. O saldo de empenho de 2018 (SEK 2.920.193,05 = R$ 22.389,69) e 2019 (SEK 8.989.550,94 = R$ 3.311.820,32), ambos da fonte 149, foram recolhidos conforme previsto conforme § 6º do art. 1º do decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019 - Decreto de Programação Orçamentária e Financeira do Poder Executivo Federal para o exercício de 2019.

GRUPOS DE INTERESSE

O sistema de armas que está sendo adquirido por este Projeto destina-se à Força Aérea Brasileira para o cumprimento da sua missão de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria, em uma área de 22 milhões de km², especificamente nas ações de Defesa Aérea.

Em função da Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, incluem-se como grupos de interesse as seguintes empresas e Organizações do Comando da Aeronáutica: EMBRAER S/A, Atech Negócios em Tecnologias S/A, Akaer, Mectron Comm, Atmos Sistemas, AEL Sistemas S.A., Instituo de Aplicações Operacionais (IAOP), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto de Estudos Avançados (IEAV), Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE).

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	SEK 39.882.335.471,59	SEK 39.561.495.350,91
	US$ 245.325.000,00	US$ 245.325.000,00
	GPB 185.374.000,00	GPB 185.374.000,00

Fonte COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Para a realização deste Projeto foi firmado um Contrato de Financiamento "Dual Currency Term Loan Facility Agreement", que está sob a responsabilidade da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA. As aquisições comerciais do Projeto F-X2 estão amparadas por essa operação de crédito externo (financiamento) em duas moedas: coroa sueca e dólar norte-americano, conforme quadro abaixo:

Contrato	Seguradora de Crédito	Bancos Credores	Valor
Dual Currency Term Loan Facility Agreement	Swedish Export Credits Guarantee Board (EKN)	Swedish Export Credit Corporation (AB SEK)	SEK 39.882.335.471,65 US$ 245.325.000,00

Firmado em 25 de agosto de 2015, o contrato de financiamento "Dual Currency Term Loan Facility Agreement" apresenta como credor a agência estatal sueca de crédito à exportação Swedish Export Credit Corporation (AB SEK), devidamente segurado pela agência estatal sueca Swedish Export Credits Guarantee Board (EKN).

No que se refere a Termos Aditivos, o "Dual Currency Term Loan Facility Agreement" possui uma alteração contratual descrita a seguir:

1º Termo Aditivo – assinado em 22 de fevereiro de 2018 - amplia o número máximo de desembolsos por ano de 6 (seis) para 12 (doze).

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O sistema de armas que está sendo adquirido por este Projeto destina-se à Força Aérea Brasileira para o cumprimento da sua missão de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria, em uma área de 22 milhões de km², especificamente nas ações de Defesa Aérea.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.52111.05.151.2058.14T0	14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	05Q2 - Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de caça multimissão e sistemas afins - Projeto F-X2.	PO 0000 – Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto FX-2

Fonte SIOP.

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019

PLOA	LOA	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
1.357.511.151,00	1.346.611.151,00	560.044.961,00	560.044.961,00	1.350.309.004,00

Fonte SIOP/COPAC.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES)	FINAL 2019 (INSCRITOS)
14T0	R$ 28.920.829,97	R$ 41.016.456,25

Fonte COPAC.

VARIAÇÃO

003/DCTA-COPAC/2014 (SEK)	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5	TA6
	39.333.870.435,39	38.952.812.850,23	38.952.812.850,23	38.952.812.850,23	38.952.812.850,23	39.020.478.825,23	39.020.478.825,23
Variação		-0,97%	-0,97%	-0,97%	-0,97%	-0,8%	-0,8%

004/DCTA-COPAC/2014 (SEK)	CT ORIGINAL	TA1
	548.465.036,26	541.016.525,68
Variação		-1,36%

001/DCTA-COPAC/2015 (US$)	CT ORIGINAL	TA1	TA2
	245.325.000,00	245.325.000,00	245.325.000,00
Variação		0%	0%

002/CABE-COPAC/2019 (GPB)	CT ORIGINAL
	185.374.000,00
Variação	

Fonte COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO				LIQUIDADO				PAGO			
	SEK	US$	GPB	EUR	SEK	US$	GPB	EUR	SEK	US$	GPB	EUR
2015	2.841.110.532,76	0,00	0,00	0,00	427.715.996,58	0,00	0,00	0,00	427715996,58	0,00	0,00	0,00
2016	3.643.468.377,52	10.948.000,00	0,00	0,00	5.238.905.779,46	10.948.000,00	0,00	0,00	5238905779,46	10.948.000,00	0,00	0,00
2017	3.141.218.575,03	16.233.000,00	0,00	0,00	3.734.693.767,29	16.233.000,00	0,00	0,00	3734693767,29	16.233.000,00	0,00	0,00
2018	2.949.868.759,20	15.956.000,00	0,00	0,00	2.347.691.057,69	15.956.000,00	0,00	0,00	2347691057,69	15.956.000,00	0,00	0,00
2019	3.042.046.125,34	4.991.033,11	29.131.034,16	6.545.200,50	3.868.705.768,83	4.867.192,00	27.136.030,00	0,00	3.868.705.768,83	4.867.192,00	27.136.030,00	0,00
Total	**15.617.712.369,85**	**48.128.033,11**	**29.131.034,16**	**6.545.200,50**	**15.617.712.369,85**	**48.004.192,00**	**27.136.030,00**	**0,00**	**15.617.712.369,85**	**48.004.192,00**	**27.136.030,00**	**0,00**

Fonte COPAC. Obs.: Na tabela acima, campo empenhado em SEK, considera o recolhimento dos saldos de empenho ocorrido em 31 dez 19. Assim os valores recolhidos foram o saldo de empenho de SEK 2.920.193,05 em 2018, e SEK 8.989.550,94 em 2019.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (NACIONAL)

Este Projeto não possui contratos com empresas no Brasil.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (EXTERIOR)

	CT 001/DCTA-COPAC/15 (US$)	CT 002/CABE-COPAC/19 (GBP)	CT 003/DCTA-COPAC/14 (SEK)	
ANO	SEM REAJUSTE	SEM REAJUSTE	PRINCIPAL	REAJUSTE
2015			427.715.996,58	
2016	10.948.000,00		5.158.787.947,56	80.117.831,90
2017	16.233.000,00		3.592.596.861,82	142.096.905,47
2018	15.956.000,00		2.176.168.076,49	171.522.981,20
2019	4.867.192,00	27.136.030,00	3.551.345.192,63	317.360.576,20
			14.906.614.075,08	711.098.294,77
Total	48.004.192,00	27.136.030,00	15.617.712.369,85	

Fonte COPAC. Obs.: O valor constante do CT 001/DCTA-COPAC/15 para 2019 foi de US$ 4,760,000.00. A diferença do valor (107,192,000.00) referente ao ano de 2019 para o CT 001/DCTA-COPAC/15 refere-se aos Cases FMS do GPS Militar e Assistência Técnica para integração do IFF Modo 5.

INDICADORES

METODOLOGIA. Como decorrência da necessidade de modificação da metodologia que mede o avanço físico, de modo a não confundir com o avanço financeiro, a metodologia de cálculo de avançamento físico do projeto baseia-se em indicadores físicos extraídos da estrutura analítica de seus contratos, voltados para os entregáveis de cada parte WBS. Para o avanço financeiro foi adotada uma metodologia considerando os contratos nas CE 2014, ou seja, nos valores dos CFF previstos, sem considerar reajustes anuais previstos nos contratos em moeda sueca. Considerando a assinatura do 6º Termo Aditivo, em 26 de novembro de 2019, houve alteração nos índices futuros e passados, em virtude da alteração do número de etapas e, também, da alteração da data de entrega das etapas anuais. Os indicadores acima mostram a previsão física e financeira. Até o final de dezembro de 2019, uma etapa foi rejeitada e continua em processo de recebimento.

AVANÇO	ATÉ 2015	ATÉ 2016	Até 2017	Até 2018	2019			
					1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM
FÍSICO	0%	5,76%	11,44%	17,57 %	17,57 %	18,14%	19,27%	23,68%
FINANCEIRO	6,82%	15,54%	22,60%	29,86%	29,86%	30,45%	31,43%	36,76%
AVANÇO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	-
FÍSICO	28,30%	42,94%	58,28%	73,33%	86,51%	97,33%	100,00%	-
FINANCEIRO	43,52%	55,23%	67,01%	79,76%	90,94%	97,85%	100,00%	-

Fonte COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 24/10/2014 Término do Projeto: 31/12/2025 Custo Estimado: R$ 20.873.689.837,44	Início do Projeto: 24/10/2014 Término do Projeto: 18/04/2027 Custo Total: SEK 39.561.495.350,91 / USD 245,325,000.00 / £158.459.970,00 CT 003/DCTA-COPAC/14 = SEK 39.020.478.825,23 CT 004/DCTA-COPAC/14 = SEK 541.016.525,68 CT 001/DCTA-COPAC/15 = US$ 245,325,000.00 CT 002/CABE-COPAC/19 = £185.374.000,00 Custo até agora: SEK 15.617.712.369,85, USD 48,004,192.00 e £27.136.030,00 correspondentes às etapas apresentadas até dezembro de 2019 (inclusive), incluindo os reajustes pagos, nestes contratos.

METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

DESCRIÇÃO	PREVISTA	ATINGIDA	%
Recebimento de etapas previstas em cronograma físico-financeiro em conformidade com os contratos	55	54	98,18

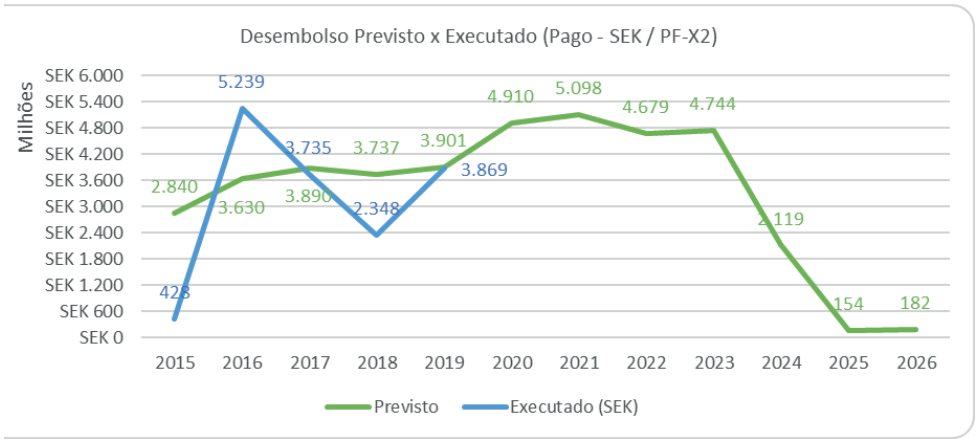
Fonte COPAC.

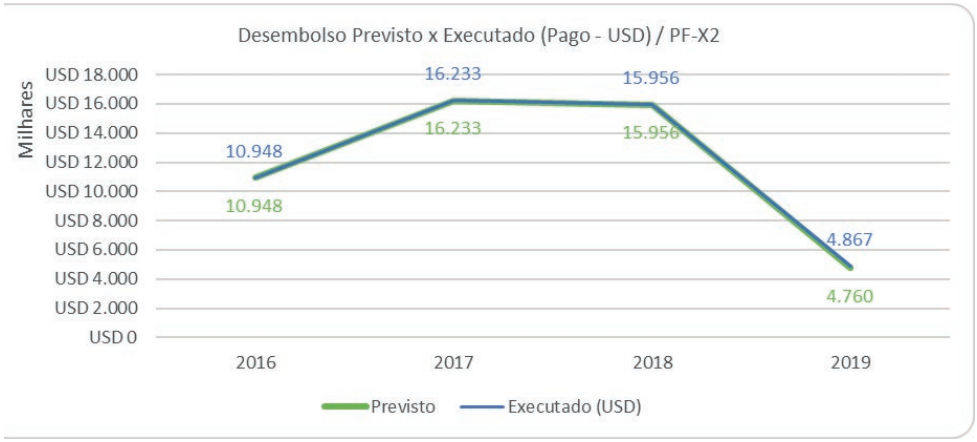
RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

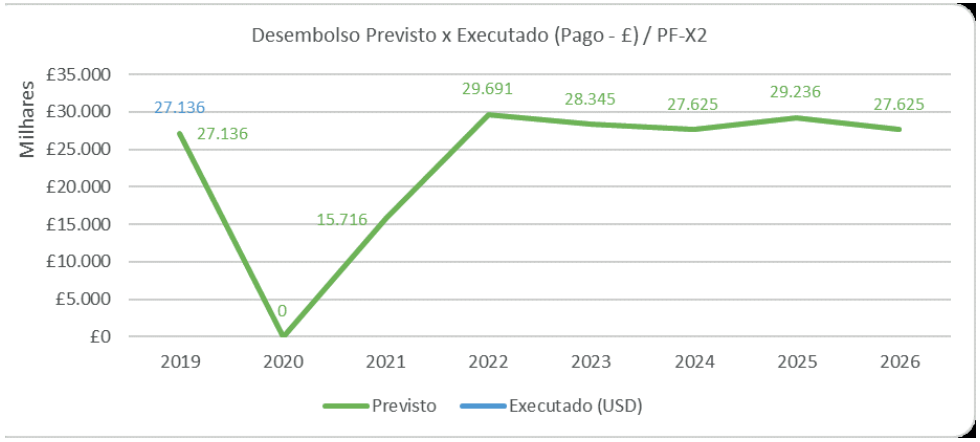
Realização do primeiro voo da aeronave Gripen E brasileira em 26 de agosto de 2019. Esta aeronave permanecerá com a empresa SAAB para a realização d ensaios de voo. A vinda desta aeronave para o Brasil está programada para o 3º trimestre de 2020.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em SEK, US$ e GPB).



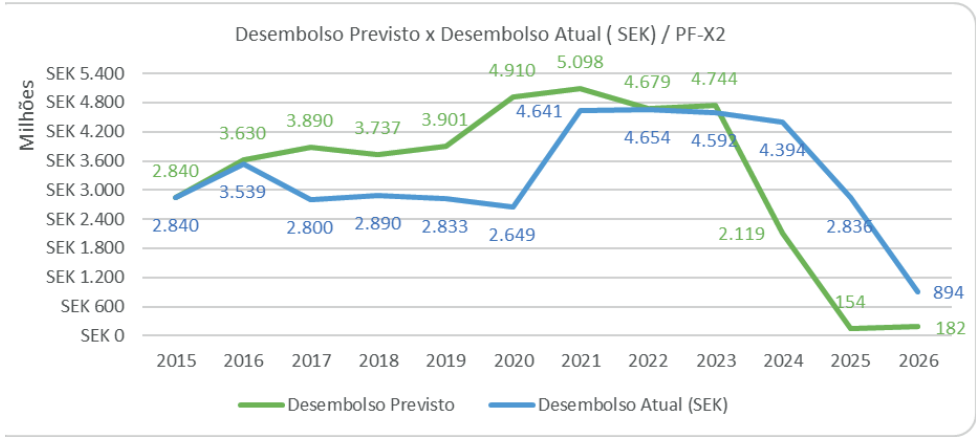


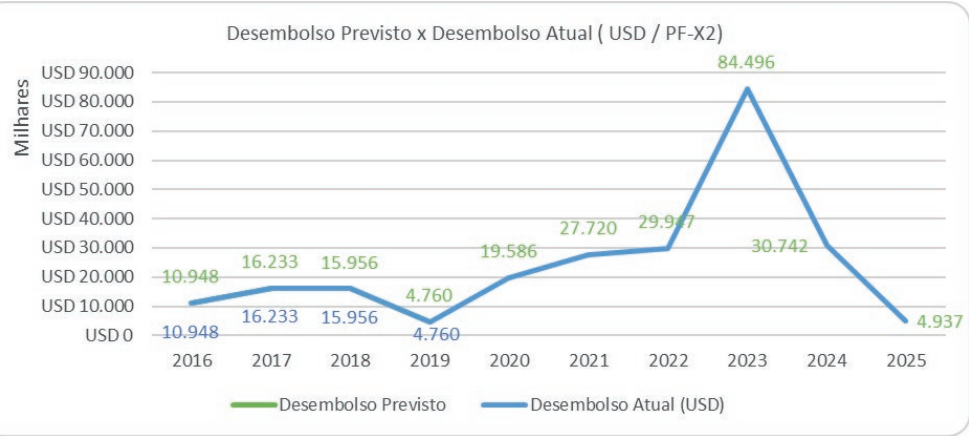


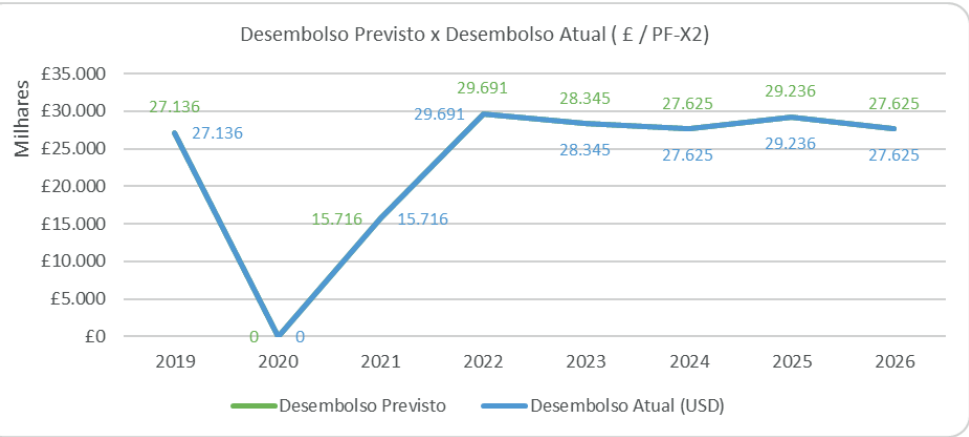
Fonte COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.



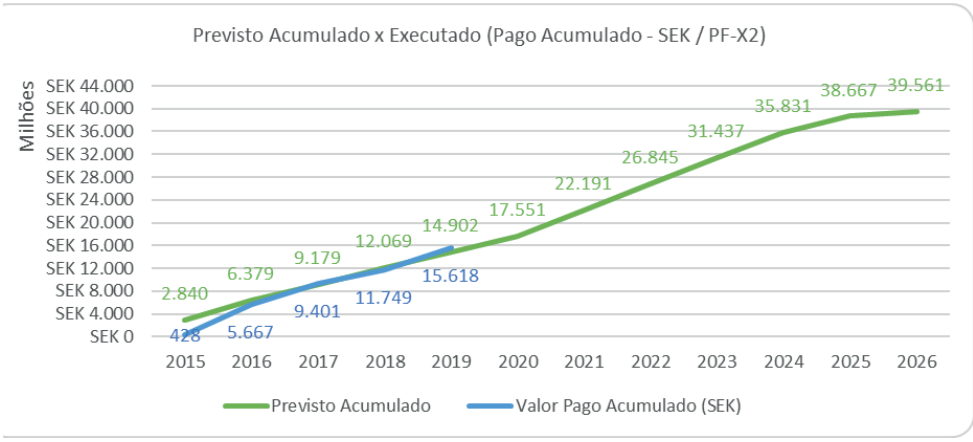


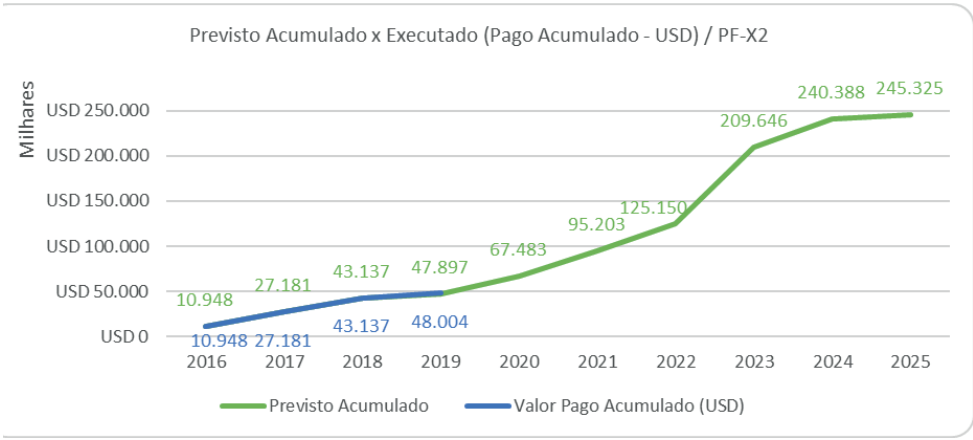


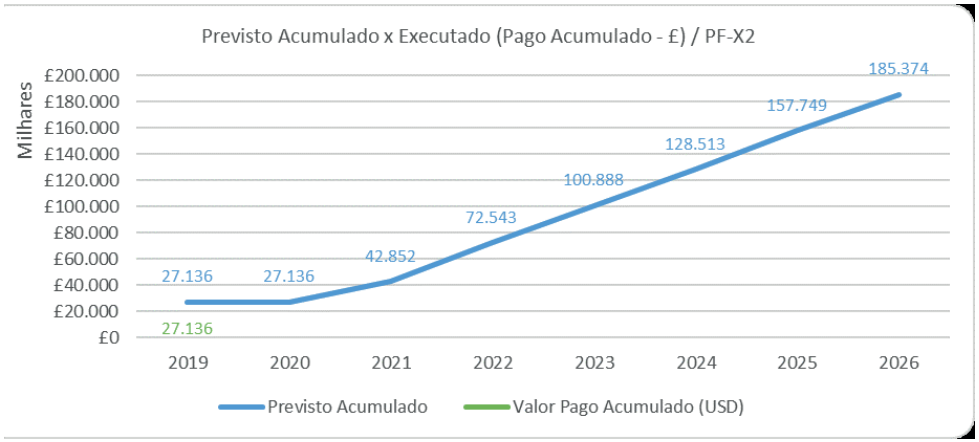
Fonte COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em SEK, US$ e GPB).







Fonte COPAC.

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

A tabela abaixo apresenta os valores desembolsados ano a ano e valores repagos (principal, juros e comissões) dos contratos de financiamento firmados entre a República Federativa do Brasil, representada por seu Ministério da Fazenda, e a agência estatal sueca de crédito à exportação Swedish Export Credit Corporation (AB SEK), devidamente segurado pela agência estatal sueca Swedish Export Credits Guarantee Board (EKN).

ANO	Utilização do Financiamento	Repagamento da Dívida Externa		
	DESEMBOLSOS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO
2015	568.000.000,00	-	932.940,00	362.100,00
2016	3.941.227.984,24	-	55.415.013,55	21.508.110,28
2017	4.892.087.559,09	-	125.934.412,44	48.878.653,23
2018	2.869.315.693,91	-	198.581.628,64	77.075.061,34
2019	3.024.562.710,29	-	264.476.513,64	102.650.701,64
TOTAL	**15.295.193.947,53**	**-**	**645.340.508,26**	**250.474.626,49**

ANO	Utilização do Financiamento	Repagamento da Dívida Externa		
	DESEMBOLSOS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO
2016	10.948.000,00	-	63.875,50	15.251,17
2017	16.233.000,00	-	492.675,32	17.633,15
2018	15.956.000,00	-	1.144.475,92	273.259,70
2019	4.760.000,00	-	1.578.658,76	376.926,95
TOTAL	**47.897.000,00**	**-**	**3.279.685,50**	**783.070,98**

Fonte Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA)

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados na descrição resumida dos termos aditivos aos contratos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	24/10/2014	Início	24/10/2014
Término	31/12/2025	Término	18/04/2027

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (OFFSET)

Como contrapartida, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, foi firmado um Acordo de Compensação, visando o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, tendo como beneficiárias as empresas EMBRAER S/A, Atech Negócios em Tecnologias S/A, Akaer, Mectron Comm, Atmos Sistemas, AEL Sistemas S.A., Instituo de Aplicações Operacionais (IAOP), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto de Estudos Avançados (IEAV), Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE). O quadro abaixo apresenta os valores das obrigações e dos créditos reconhecidos.

Valor da Obrigação	Valor Total Projetos	Créditos Reconhecidos	Saldo a reconhecer	Percentual executado	Empresa Fornecedora	Data de vigência
8.890.820.000,00	9.079.610.000,00	2.881.980.000,00	6.197.630.000,00	32%	SAAB	09/05/2027
197.500.000,00*	197.500.000,00*	0,00	197.500.000,00*	0%	MBDA FRANCE SAS	31/12/2029

Fonte COPAC. Valores apresentados em US$ e £ (Libras*)

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93 combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
Publicação	DOU nº 208, de 28 de outubro de 2014.

O Contrato de Despesa 003/DCTA-COPAC/2014, firmado em 24 de outubro de 2014 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o desenvolvimento conjunto da aeronave GRIPEN NG em versões monoposto e biposto nas fases funcionais BC, OC e FC e o fornecimento de 28 aeronaves novas de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves novas de caça multiemprego biposto, incluindo as despesas com combustível e seguro para o voo de recebimento das aeronaves. O fornecimento e instalação, na Base Aérea de Anápolis, de dois treinadores/simuladores de voo para a aeronave de caça GRIPEN NG, incluindo CLS dos treinadores/simuladores de voo por cinco anos. Com valor total de SEK 39.333.870.435,39 (CE OUT14), atualmente está em seu 6º Termo Aditivo, com valor contratual de SEK 39.020.478.825,23. Esta despesa está sendo custeada com financiamento externo e/ou do Tesouro Nacional, alocados no COMAER, pela Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). O prazo da vigência deste Contrato está programado para 24 de dezembro de 2026 desde seu contrato original.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 234, de 8 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 3 de dezembro de 2015, motivado pelas restrições de pagamento dos desembolsos programados para 2015 e pela atualização da oferta básica em virtude da substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos adotados por aquele mercado. O preço total foi alterado para SEK 38.952.812.850,23 (CE OUT14) e o prazo de vigência foi mantido.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 235, de 8 de dezembro de 2016.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 7 de dezembro de 2016, motivado pela necessidade de se revisar o cronograma físico-financeiro para adequar as entregas do contrato aos recursos orçamentários disponíveis nos exercícios de 2016 e aos estimados para os exercícios subsequentes, bem como para realizar o detalhamento da especificação do treinamento, que será ministrado aos pilotos, previsto em Contrato. O preço total foi mantido em SEK 38.952.812.850,23 (CE OUT14), bem como o prazo de vigência.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 205, de 25 de outubro de 2017.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 24 de outubro de 2017, motivado pela necessidade de se atualizar o cronograma físico-financeiro e revisar cláusulas do contrato. O preço total foi mantido em SEK 38.952.812.850,23 (CE OUT14), bem como o prazo de vigência.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 204, de 23 de outubro de 2018.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 22 de outubro de 2018, motivado pela necessidade de alteração das datas de entrega de AEA e HMD e ajustes no contrato e seus anexos. O preço total foi mantido em SEK 38.952.812.850,23 (CE OUT14), bem como o prazo de vigência.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 157, de 15 de agosto de 2019.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 13 de agosto de 2019, motivado pela necessidade de refletir no contrato e seus anexos, alterações de natureza técnica, resultantes de incremento qualitativo ao Projeto, decorrentes de desenvolvimento e maturidade do objeto contratado, como modificação das especificações de alguns subsistemas, inclusão do IFF Modo 5, equipamento que permite a identificação de aeronaves utilizando um modo seguro e de maneira a assegurar interoperabilidade das aeronaves Gripen E/F com outras plataformas estrangeiras, agregando capacidade operacional, e alteração do GPS Civil pelo GPS Militar, o que conferirá vantagens operacionais na navegação da aeronave e emprego de armamentos (o GPS Militar é obrigatório para utilização do Weapon 49). As modificações das especificações de alguns subsistemas que compõem o objeto contratado, para melhor adequação técnica aos objetivos da Administração. O preço total foi alterado para SEK 39.020.478.825,23 (CE OUT14) e o prazo de vigência foi mantido.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 229, de 27 de novembro de 2019.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 26 de novembro de 2019, motivado pela necessidade de adequação de algumas entregas no CFF de modo a adequá-lo aos recursos existentes devido ao câmbio favorável em relação ao planejado. E outros pequenos ajustes técnicos como adequar anexos às atualizações da LORA – Level Of Repair Analysis, adequação do índice sueco ITPI, em virtude de sua descontinuidade. O preço total foi mantido em SEK 39.020.478.825,23 (CE OUT14), bem como o prazo de vigência.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93 combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
Publicação	DOU nº 246, de 19 de dezembro de 2014.

O Contrato de Despesa 004/DCTA-COPAC/2014, firmado em 18 de dezembro de 2014 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o fornecimento do CLS de nível três para o sistema de armas GRIPEN e para os equipamentos de apoio associados, mediante a prestação de serviços de suporte logístico para 26.400 horas de voo ou cinco anos. Com valor total de SEK 548.465.036,26 (CE OUT14), atualmente está em seu 1º Termo Aditivo. O fim da vigência deste Contrato está programado para ocorrer em 18 de abril de 2027 desde seu contrato original. O valor do contrato no 1ºTA foi reduzido para SEK 541.561.495.350,91

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 203, de 21 de outubro de 2016.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 18 de outubro de 2016, pela necessidade de atualização da oferta básica, decorrente da substituição dos índices suecos preliminares de mercado, utilizados para assinatura do Contrato, pelos índices definitivos adotados por aquele mercado em out de 2015, com consequente ajuste de cláusulas. O preço total foi ajustado para SEK 541.016.525,68, bem como o prazo de vigência.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2015
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93 combinado com o Art. 1º, inciso I do Decreto nº 2.295/97
Publicação	DOU nº 78, de 27 de abril de 2015.

O Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2015, firmado em 23 de abril de 2015 com a empresa SAAB AB, tem como objeto o fornecimento de bens e serviços necessários para aquisição e operação do armamento da aeronave GRIPEN NG. Com valor total de US$ 245,325,000.00 (CE MAR15), atualmente está em seu 2º Termo Aditivo, mantendo o valor contratual original. Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária Ação 14T0 (Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins – Projeto F-X2). O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 09 de janeiro de 2016, atualmente está prorrogado para 21 de setembro de 2026.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2015
Publicação	DOU nº 78, de 24 de abril de 2018.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2015 foi firmado em 23 de abril de 2018, pela necessidade de atualização do CFF, em virtude de alteração da especificação técnica e do prazo de integração. O preço total foi mantido e o prazo de vigência foi prorrogado para 21 de setembro de 2026.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2015
Publicação	DOU nº 157, de 15 de agosto de 2019.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2015 foi firmado em 13 de agosto de 2019, decorrente da necessidade de alinhamento dos contratos de aquisição das aeronaves e aquisição de armamento, conforme análise técnica de 2015, que vincula a assinatura deste último com a possibilidade de dimensionar as necessidades de armamentos para viabilizar as integrações de armamentos na aeronave Gripen NG e as suas respectivas avaliações operacionais, bem como conciliar o cronograma de entrega de armamento com os recebimentos de aeronaves e suas respectivas fases, capacidades básicas, operacional e Final. O preço total foi mantido, bem como o prazo de vigência.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 002/CABE-COPAC/2019
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	MBDA FRANCE S.A.S
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Art.24, inciso IX, da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 108, de 06 de junho de 2019.

O Contrato de Despesa 002/CABE-COPAC/2019, firmado em 07 de junho de 2019 com a empresa MBDA FRANCE S.A.S, tem como objeto aquisição de recursos bélicos aeroespaciais. Com valor total de GPB 185.374.000,00. O fim da vigência deste Contrato está programado para ocorrer em 06 de novembro de 2026.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO – DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAAB AB (PUBLIC)
Contratos Associados	003/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 208, de 28 de outubro de 2014.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados no Projeto, foi celebrado, em 24 de outubro de 2014, o Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014, com a empresa SAAB.

O valor da obrigação acordado foi de US$ 9,079,610,000.00, dos quais US$ 3.048.040.000,00 já foram reconhecidos. Com data de vigência prevista para 09 de maio de 2017, tem como beneficiários as empresas EMBRAER S/A, Atech Negócios em Tecnologias S/A, Akaer, Mectron Comm, Atmos Sistemas, AEL Sistemas S.A., Instituo de Aplicações Operacionais (IAOP), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto de Estudos Avançados (IEAV), Instituto Tecnológico de Aeronáutica e Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE). Este Acordo de Compensação Comercial apresenta, entre Projetos diretos e indiretos, um total de 62 Projetos com empresas do parque industrial brasileiro e Instituições do COMAER.

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014
Contratada	SAAB AB (PUBLIC)

O 1º TA ao Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 24 de agosto de 2018, pela necessidade de redução monetária do valor do Acordo para US$ 9.079.610.000,00 e para refletir a redução do valor correspondente aos Projetos de compensação opcionais para US$ 188.790.000,00, bem como realizar outros ajustes da compensação. O prazo de vigência foi prorrogado para 09 de maio de 2027.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2019
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	MBDA FRANCE
Contratos Associados	002/CABE-COPAC/2019
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 111, de 11 de junho de 2019

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados no Projeto, foi celebrado, em 7 de junho de 2019, o Acordo de Compensação nº 003/DCTA-COPAC/2019, com a empresa MBDA FRANCE S.A.S. O valor da obrigação acordado foi de £197.500.000,00. Não houve reconhecimento de créditos no exercício de 2019. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2029, tem como beneficiárias as Organizações do Comando da Aeronáutica: Comando de Preparo (COMPREP), Instituto de Aplicações Operacionais (IAOP), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV) e a Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR).

PROJETO H-XBR

Projeto H-XBR visa a aquisição de 50 Helicópteros EC-725 (H-225M) para as Forças Armadas, com apoio logístico. Além de atender as necessidades operacionais das Forças Armadas, o Projeto tem como propósito desenvolver a indústria aeronáutica de asas rotativas no Brasil, em um processo de transferência de tecnologia, a qual prevê que, ao final do contrato de aquisição, seja adquirido um índice de nacionalização na ordem de 50%. Um dos objetivos da transferência de tecnologia vislumbra o crescimento/desenvolvimento da empresa Helibras, de modo que a mesma seja capaz de produzir os citados helicópteros no Brasil, assim como adquirir Know How para que futuramente seja capaz de desenvolver e produzir um helicóptero inteiramente brasileiro. Além disso, outras empresas e entidades nacionais também estão sendo beneficiadas, por meio da transferência de tecnologia, prevista no Offset. A concretização do processo de aquisição de 50 Helicópteros EC-725 (H-225M) para as Forças Armadas com apoio logístico se deu com a assinatura de um contrato de despesa com o Consórcio HELIBRAS/EUROCOPTER no ano de 2008.

NOME DO PROJETO

PROJETO H-XBR.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

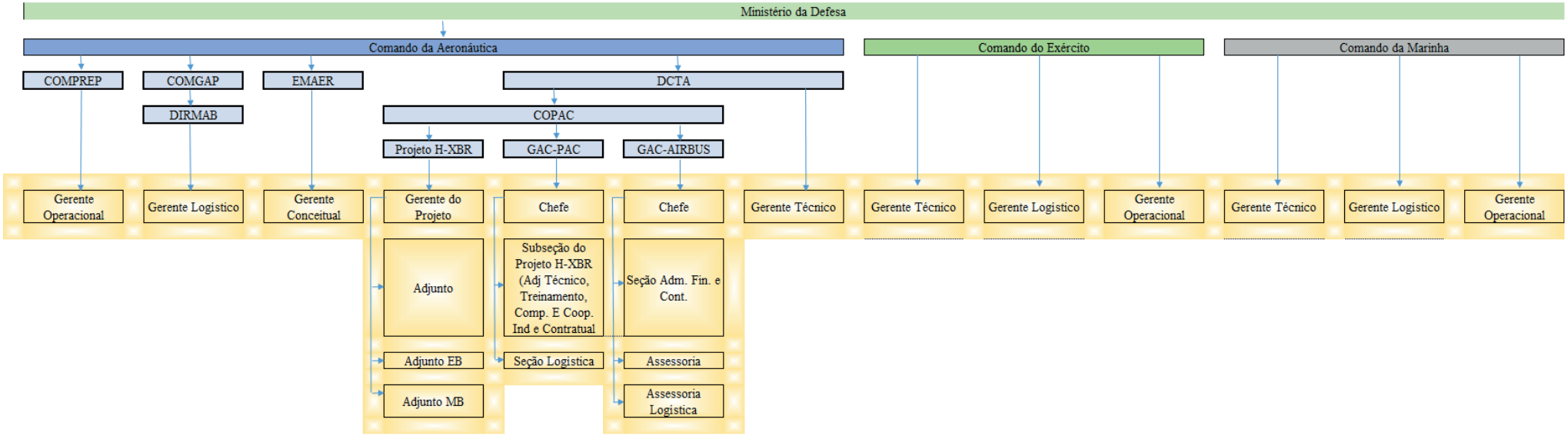
Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral das Forças Armadas - Projeto H-XBR, destinados, primordialmente, para missões associadas à Tarefa de Sustentação ao Combate. Secundariamente, a aeronave deve atender às missões relacionadas à Tarefa de Interdição e a outras missões da Força Aérea, como a de Ação Cívico-Social, a de Integração Nacional, a de Misericórdia e a Humanitária.

PRODUTO

Helicóptero de médio porte EC-725. O helicóptero EC725 Caracal é um helicóptero de transporte tático de longo alcance, desenvolvido a partir dos modelos da família Super Puma/Cougar, para fins militares. Esta aeronave foi concebida para desempenhar múltiplas missões, tais como busca e resgate, operações especiais, evacuação aeromédica, cívico-social, integração nacional, de misericórdia e humanitárias.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto H-XBR é apresentada na figura abaixo:



DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
GAC-PAC - Grupamento de Acompanhamento e Controle do Programa Aeronave de Combate
GAC-AIRBUS - Grupamento de Acompanhamento e Controle - AIRBUS Helicopters
COMPREP - Comando de Preparo
COMGAP - Comando Geral de Apoio
DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica
EB - Exército Brasileiro
MB - Marinha do Brasil

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

No que tange aos recursos orçamentários para o ano de 2019, foram aprovados na LOA, ação orçamentária 123J - Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas, o montante de R$ 286.024.988,00. A PLOA previa a quantia de R$ 258.151.420,00. O Projeto teve seus recursos orçamentários inicialmente bloqueados no valor de R$ 101.235.071,00. No decorrer do exercício, o montante contingenciado acabou sendo desbloqueado em sua totalidade. O montante aprovado para o Suporte Logístico das aeronaves foi de R$ 35.000.000,00. Este valor aquém das necessidades foi suplementado no decorrer do exercício com o aporte de R$ 49.000.000,00. Este recurso adicional possibilitou a manutenção do esforço aéreo programado das Forças Armadas. Os contratos de Suporte Logístico das aeronaves estão sob a responsabilidade do Parque de Material Aeronáutico de São Paulo – PAMA-SP. Dos recursos orçamentários disponibilizados para o Projeto (R$ 439.024.853,00), foram empenhados R$ 372.198.438,45

GRUPOS DE INTERESSE

O helicóptero EC725M é uma aeronave multi-emprego com capacidade para transporte de até 30 pessoas (tripulantes + passageiros) e com um alcance médio de 700 NM de raio, carga máxima de 11 toneladas. As aeronaves recebidas são empregadas em apoio às calamidades públicas em todo o Brasil (Ex: Brumadinho/2019), na busca e salvamento de vítimas de acidentes aéreos e marinhos, operações de grande vulto (Ex: BRICS 2019, Copa América, etc), apoio às ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) bem como nas principais missões militares (transporte de tropa, evacuação aeromédica, emprego armado, Combate SAR, etc). Pela sua múltipla aplicabilidade, este equipamento, atua nos mais diversos segmentos da sociedade dos quais destaca-se os grupos de interesse: Casa Civil da Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministérios das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Desenvolvimento Regional, Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA, Centro Tecnológico do Exército – CTEX, Centro de Instrução de Aviação do Exército - CIAVEX, Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Tribunal Superior Eleitoral – TSE, Força Nacional, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e a Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (Tratado de Busca e Salvamento). Em contrapartida aos Acordos de Compensação verifica-se, ainda, os seguintes grupos de interesse: Comando da Aeronáutica, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, e as empresas Helibras, Inbra Aerospace Indústria Comércio Compostos Aeronáuticos, Aeronova Brasil, Toyo Matic Aerospace Ltda, AEL Sistemas S.A., Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S. A., RS Brasil Etiquetas Comercial LTDA, Rockwell Collins do Brasil Ltda, Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Avibras Indústria Aerospacial S/A e Brascopter Projetos e Serviços Aeronáuticos e Mecânicos Ltda.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	EUR 1.847.354.117,00	EUR 1.891.384.018,39

Fonte COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Para a realização deste Projeto foram firmados dois Contratos de Financiamento, que estão sob a responsabilidade da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica - SEFA. Sendo 4,5% do total das contratações que constituem o Projeto custeados pela Fonte 100 – Recursos Ordinários do Tesouro Nacional, a título de downpayment, e os restantes 95,5% amparados por duas operações de crédito externo, na moeda euro. O valor contratado foi de € 1.764.020.784,00.

Contrato	Seguradora de Crédito	Bancos Credores	Valor (€)
COFACE Credit Agreement	COFACE (francesa)	Société Générale, BNP Paribas, Calyon, Santander	1.570.250.999,45

O Contrato de Operação de Crédito, COFACE Credit Agreement, firmado entre a República Federativa do Brasil, representada por seu Ministério da Fazenda, e o consórcio de Bancos composto pelo Société Générale, BNP Paribas, Calyon e Banco Santander S.A., foi assinado em 30 de setembro de 2009, para financiar parte do Projeto H-X BR. Os Termos Aditivos ao COFACE Credit Agreement seguem detalhados a seguir:

1º Termo Aditivo ao Contrato de Operação de Crédito da COFACE, Amendment Agreement Nº 1 to the COFACE Credit Agreement – assinado em 03 de março de 2010

– com alterações procedimentais e de terminologia, não tendo ocorrido mudanças de valores ou prazos;

2º Termo Aditivo ao Contrato de Operação de Crédito da COFACE, Amendment Agreement Nº 2 to the COFACE Credit Agreement – assinado em 16 de junho de 2016 – com alterações procedimentais e prorrogação do prazo para realização de desembolsos, não tendo ocorrido mudança de valores.

Contrato	Seguradora de Crédito	Bancos Credores	Valor (€)
Commercial Loan Agreement	(não há)	Société Générale, BNP Paribas, Calyon, Santander	193.769.784,55

O Contrato de Operação de Crédito, Commercial Loan Agreement, firmado entre a República Federativa do Brasil, representada por seu Ministério da Fazenda, e o consórcio de Bancos composto pelo Société Générale, BNP Paribas, Calyon e Banco Santander S.A., foi assinado em 30 de setembro de 2009, para financiar parte do downpayment do Projeto H-X BR. O Termo Aditivo ao Commercial Loan Agreement segue detalhado a seguir:

1º Termo Aditivo ao Contrato de Operação de Crédito Commercial Loan Agreement - "Amendment Agreement Nº 1 to the Commercial Loan Agreement" – assinado em 03 de março de 2010 – com alterações procedimentais e de terminologia, não tendo ocorrido mudanças de valores ou prazos.

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.52101.05.151.2058.123J	123J - Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	06NC - Desenvolvimento e aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral - Projeto HX_BR.	PO 0002 – Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral – Projeto H-XBR

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019

Os recursos orçamentários para o Projeto HX-BR são os provenientes da ação orçamentária 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral. A necessidade de recursos para atendimento das demandas contratuais para o ano de 2019 foi de R$ 258.151.420,00. A LOA 2019 aprovou ao Projeto o montante de 286.024.988,00.

PLOA	LOA	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
258.151.420,00	286.024.988,00	101.235.071,00	101.235.071,00	364.024.853,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP/Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES)	FINAL 2019 (INSCRITOS)
123J	R$ 10.824.343,34	R$ 84.086.794,51

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VARIAÇÃO

008/CTA-SDDP/2008	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5	TA6
	EUR 1.847.354.117,00	EUR 1.847.354.117,00	EUR 1.847.354.117,00	EUR 1.891.517.314,22	EUR 1.891.384.018,39	EUR 1.891.384.018,39	EUR 1.891.384.018,39
Variação		0%	0%	2,39%	2,38%	2,38%	2,38%

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO (EURO)	LIQUIDADO (EURO)	PAGO (EURO)
2008	0,00	0,00	
2009	75.000.000,00	75.000.000,00	75.000.000,00
2010	172.762.229,14	172.762.229,14	172.762.229,14
2011	36.105.851,12	11.845.438,59	11.845.438,59
2012	286.119.650,27	187.026.157,56	187.026.157,56
2013	157.529.990,59	116.169.970,76	116.169.970,76
2014	130.722.624,85	226.976.358,83	226.976.358,83
2015	25.040.080,86	83.000.993,75	83.000.993,75
2016	65.185.943,15	44.249.278,97	44.249.278,97
2017	53.277.715,57	84.397.158,72	84.397.158,72
2018	68.603.943,69	68.657.513,77	68.657.513,77
2019	43.066.134,13	32.743.680,19	32.743.680,19
Total	1.113.414.163,37	1.102.828.780,28	1.102.828.780,28

Fonte: COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (NACIONAL)

Este Projeto não possui contratos com empresas nacionais.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (EXTERIOR)

O Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 é fixo e irreajustável.

CT 008/CTA-SDDP/2008 (EURO)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2009	75.000.000,00	0	75.000.000,00
2010	172.762.229,14	0	172.762.229,14
2011	11.845.438,59	0	11.845.438,59
2012	187.026.157,56	0	187.026.157,56
2013	116.169.970,76	0	116.169.970,76
2014	226.976.358,83	0	226.976.358,83
2015	83.000.993,75	0	83.000.993,75
2016	44.249.278,97	0	44.249.278,97
2017	84.397.158,72	0	84.397.158,72
2018	68.657.513,77	0	68.657.513,77
2019	32.743.680,19	0	32.743.680,19
TOTAL	1.102.828.780,28	0	1.102.828.780,28

Fonte: COPAC

INDICADORES

METODOLOGIA. 1 - Classificação do CFF em indicadores baseado no WBS do Contrato; 2 - Estabelecimento de um peso para cada Indicador: = Valor Total do Bruto da Soma do Indicador ÷ Valor total Bruto do Contrato; 3 - Estabelecimento do Indicador Unitário por Etapa: = Valor do Peso do Indicador ÷ Quantidade de Etapas

AVANÇO	ATÉ 2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
FÍSICO (Acumulado)	2,46 %	7,57 %	26,66 %	37,52 %	44,26 %	49,61 %	56,77 %	63,39 %	71,31 %
FINANCEIRO.	17,57 %	19,81 %	37,26 %	47,67 %	53,70 %	57,99 %	63,63 %	69,64 %	75,94 %

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 23/12/2008 Término do Projeto: 30/06/2017 Custo Estimado: CT 008/CTA-SDDP/2008: € 1.847.354,117,00 CT 012/DCTA-COPAC/2011: R$ 164.276.217,34 CT 019/DCTA-COPAC/2011: R$ 147.644.892,40	Início do Projeto: 23/12/2008 Término do Projeto: 15/02/2023 Custo estimado: CT 008/CTA-SDDP/2008: € 1.891.384.018,39 CT 037/GAL-PAMASP/2017: R$ 150.921.310,41 (não inclusos os valores de reajustes) CT 013/GAL-PAMASP/2018: R$ 451.683.962,18 (não inclusos os valores de reajustes)

METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

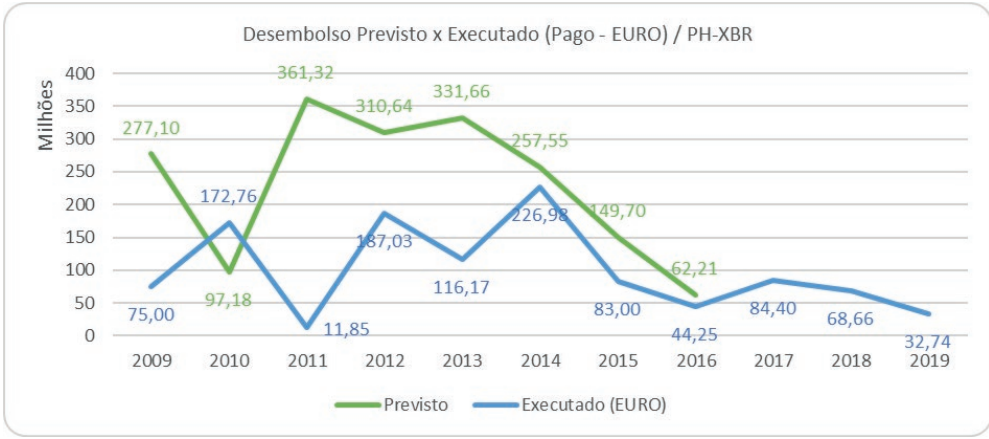
DESCRIÇÃO	PREVISTA	EXECUTADA	%
Recebimento de etapas em conformidade com o cronograma físico-financeiro estabelecido contratualmente.	44	10	22,72

RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

Como marcos importantes do Projeto em 2019, destaca-se o recebimento de mais uma aeronave para a Força Aérea Brasileira, totalizando, até o momento, 35 aeronaves recebidas, promovendo um ganho operacional para as três Forças e alavancando a indústria brasileira na capacitação tecnológica para conceber, desenvolver e produzir aeronaves de asas rotativas. Ainda nesse sentido, é importante destacar que a certificação e operação do sistema de reabastecimento em voo desse helicóptero continua em andamento e sua campanha final está planejada para o 1º semestre de 2020, bem como a certificação da versão operacional da Marinha do Brasil, com conclusão prevista também para o ano de 2020. O Projeto teve 23,99% de seu cronograma executado durante o PPA 2016-2019. Os recebimentos durante o quadriênio foram assim divididos: 4 aeronaves em 2016, 4 aeronaves em 2017, 4 aeronaves em 2018 e 1 aeronave em 2019. O projeto HX-BR está contemplado no próximo PPA e prevê o recebimento das demais aeronaves previstas contratualmente dentro do quadriênio 2020-2023.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

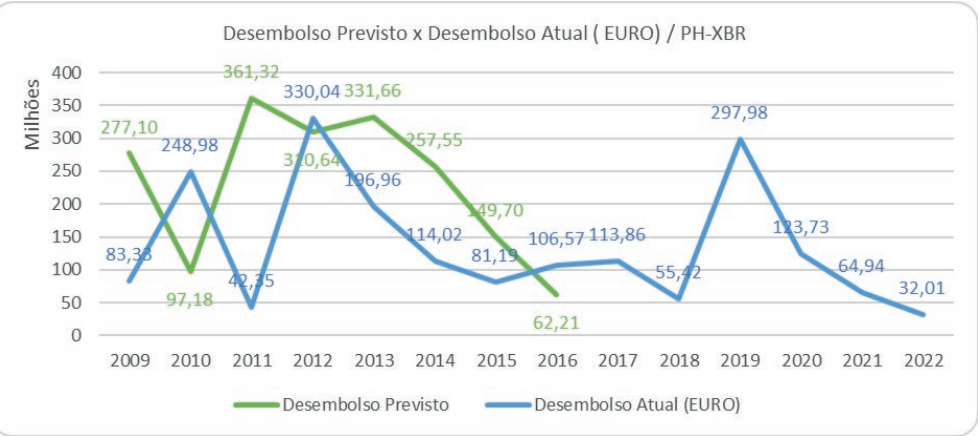
O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em EURO).



Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

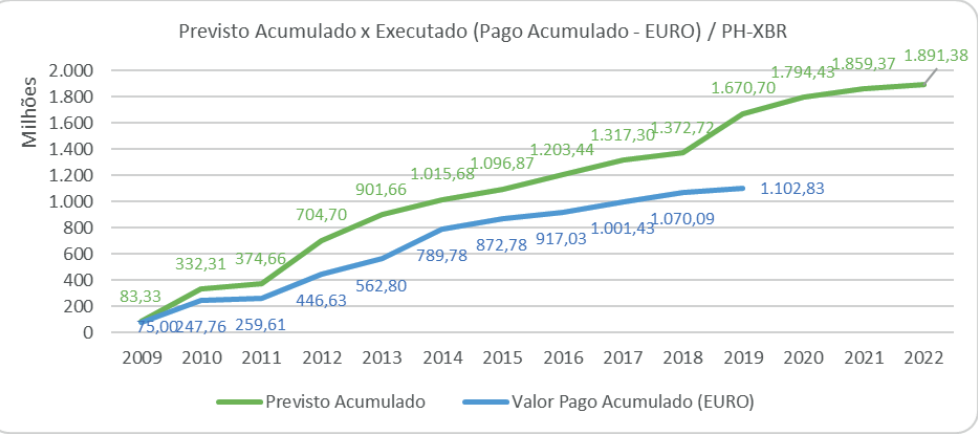
O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.



Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em EURO).



Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

A tabela a seguir apresenta os valores desembolsados ano a ano e valores repagos (principal, juros e comissões) dos contratos de financiamento firmados entre a República Federativa do Brasil, representada por seu Ministério da Fazenda, e o consórcio de Bancos composto pelo Société Générale, BNP Paribas, Calyon e Banco Santander S.A.

ANO	Utilização do Financiamento	Repagamento da Dívida Externa		
	DESEMBOLSOS	AMORTIZAÇÃO	JUROS	COMISSÃO
2009	-	-	-	1.657.487,17
2010	248.977.784,77	16.147.482,05	673.188,53	7.960.300,21
2011	18.822.375,87	32.294.964,10	10.852.883,96	7.635.579,46
2012	244.165.308,54	41.004.420,11	13.867.639,59	7.236.022,13
2013	239.896.246,30	63.329.497,60	24.267.104,09	5.811.710,68
2014	173.450.491,74	97.952.838,33	33.756.975,88	4.577.945,92
2015	24.549.126,70	115.795.904,08	33.256.069,77	4.182.939,39
2016	138.942.119,58	105.099.428,98	32.891.521,75	3.707.488,57
2017	126.319.100,25	105.211.499,11	33.942.639,23	3.092.434,56
2018	60.682.861,09	119.495.458,29	33.287.903,37	2.634.306,08
2019	89.278.009,06	127.298.309,45	31.903.643,57	2.109.063,42
TOTAL	**1.365.083.423,90**	**823.629.802,10**	**248.699.569,74**	**48.947.790,42**

Fonte: Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA)

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados na descrição resumida dos termos aditivos aos contratos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	23/12/2008	Início	23/12/2008
Término	30/06/2017	Término	15/02/2023

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (OFFSET)

Como contrapartida, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, foi firmado um Acordo de Compensação, visando o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, tendo como beneficiárias o Comando da Aeronáutica, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Helibras, Aeronova Brasil, Toyo Matic Aerospace Ltda, RS Brasil Etiquetas Comercial LTDA, Rockwell Collins do Brasil Ltda, Avibras Indústria Aerospacial S/A, Brascopter Projetos e Serviços Aeronáuticos e Mecânicos Ltda, Inbra Aerospace Indústria Comércio Compostos Aeronáuticos, Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S. A. e AEL Sistemas S.A.. O quadro abaixo apresenta os valores das obrigações e dos créditos reconhecidos.

Valor da Obrigação	Valor Total Projetos	Créditos Reconhecidos	Saldo a reconhecer	Percentual executado	Empresa Fornecedora	Data de vigência
1.897.830.500,00	1.897.830.500,00	885.664.901,84	1.012.165.598,16	47%	Eurocopter	30/06/2028

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	CONSÓRCIO HELIBRAS-EUROCOPTER
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com inciso I do Art 1º do Decreto nº 2.295/97
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, firmado em 23 de dezembro de 2008 com o Consórcio HELIBRAS/EUROCOPTER, tem como objeto o fornecimento de 50 aeronaves modelo EC725, conforme configurações definidas pelas Forças Armadas e fornecimento de apoio logístico inicial. Com valor total de EUR 1.847.354.117,00 (CE DEZ08), atualmente está em seu 6º Termo Aditivo, com valor contratual de EUR 1.891.384.018,39. Esta despesa está sendo custeada com financiamento externo e/ou do Tesouro Nacional, alocados no COMAER, por meio da Ação 8969 (Aquisição de Aeronaves). Esta ação orçamentária foi substituída pela ação 123J - Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral - Projeto H-X BR. O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em junho de 2017, atualmente está prorrogado para 15 de fevereiro de 2023.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 234, de 8 de dezembro de 2009.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de dezembro de 2009, motivado pela necessidade de ajuste da Cláusula Financiamento, decorrente da recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, acatada pelo Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovando somente uma parte do Pré-Pagamento para o ano de 2009 (EUR 83.333.333,00) e o restante do Pré-Pagamento para o ano de 2010 (EUR 193.769.784,55). Não houve alteração do valor contratado.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2011.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 11 de novembro de 2011, motivado pela necessidade de ajustes para clarificar os termos contratuais, alterar as especificações para melhor adequação técnica e gerar mudanças de configurações das aeronaves em face das necessidades das Forças Armadas. Não houve alteração do valor contratado.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 232, de 4 de dezembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 3 de dezembro de 2015, motivado pela necessidade de se restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, alterar a matriz de requisitos, com clarificações de funcionalidades técnicas e de desempe-

nho, assim como configurações das aeronaves, todas aprovadas pelos Estados-Maiores das Três Forças Armadas. O preço total foi alterado para EUR 1.891.517.314,22 e o prazo de vigência para 15 de fevereiro de 2023.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2016.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 20 de dezembro de 2016, motivado pela necessidade de se ajustar o CFF, considerando a redução cambial ocorrida no período de dezembro de 2015 até dezembro de 2016. O preço total contratado foi ajustado para EUR 1.891.384.018,19 e o prazo de vigência foi mantido.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 199, de 16 de outubro de 2018.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 08 de outubro de 2018, com objetivo de refletir o que foi acordado entre as partes durante a Program Management Meeting (PMM#29) na cidade de Marignane, França, entre 14 e 18 de maio de 2018. Foram mantidos o preço total contratado e o prazo de vigência.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2018.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 21 de dezembro de 2018, novamente para refletir o que foi acordado entre as partes durante a Program Management Meeting (PMM#29) na cidade de Marignane, França, entre 14 e 18 de maio de 2018. O preço total contratado e o prazo de vigência foram mantidos.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO – DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos acordos de compensação em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	CONSÓRCIO EUROCOPTER/HELIBRAS
Contrato Associado	008/CTA-SDDP/2008.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados ao Projeto foi celebrado, em 23 de dezembro de 2008, o Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008, com a empresa Eurocopter.

O valor acordado como contrapartida a ser prestada pela contratada à contratante compõe-se da soma dos valores de cada Projeto de compensação, já aplicados os Fatores Multiplicadores, e pela soma dos Projetos de Cooperação Industrial (ICP). O valor total da obrigação em pauta é de EUR 1.897.830.500,00 dos quais foram reconhecidos EUR 885.664.902,00. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2022, tem como beneficiários o Comando da Aeronáutica, Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, e as empresas Helibras, Inbra Aerospace Indústria Comércio Compostos Aeronáuticos, Aeronova Brasil, Toyo Matic Aerospace Ltda, AEL Sistemas S.A., Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S. A., RS Brasil Etiquetas Comercial LTDA, Rockwell Collins do Brasil Ltda, Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Avibras Indústria Aerospacial S/A e Brascopter Projetos e Serviços Aeronáuticos e Mecânicos Ltda. Este acordo possui 24 Projetos de cooperação Industrial e seis Projetos de Offset.

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

O 1º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 4 de dezembro de 2009, motivado pela necessidade de se ajustar as cláusulas de prorrogação, alteração contratual, cessões e transferências para que o início da execução dos Projetos de Cooperação

Industrial e dos Projetos de Compensação coincidissem com a integralização do "Pré-Pagamento", em consequência da recomendação da COFIEX acatada pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, aprovando somente uma parte do Pré-Pagamento para o ano de 2009 e o restante do Pré-Pagamento para o ano de 2010.

Instrumento Contratual	2º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2011.

O 2º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 11 de novembro de 2011, motivado pela necessidade de se ajustar os prazos de execução e de vigência do Acordo, tendo em vista o tempo inicial de execução dos Projetos; complementar os conteúdos de cada Projeto, para melhor adequação dos mesmos aos seus objetivos; e incluir os Memorandos de Entendimento (MOU) assinados entre o Consórcio e as empresas beneficiárias, os Planos de Trabalho e os Contract Data Requirement List - CDRL afetos a cada Projeto de Cooperação. O valor total da obrigação acordado foi de EUR 1.897.830.500.

Instrumento Contratual	3º TA ao Acordo de Compensação nº 001/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 219, de 16 de novembro de 2016.

O 3º TA ao Acordo nº 001/CTA-SDDP/2008, firmado em 4 de novembro de 2016, foi motivado pela necessidade de se adequar o Acordo à nova realidade do contrato de aquisição; atualizar as Fichas de Projetos de Cooperação Industrial em virtude de mudanças de nomenclatura da aeronave, de empresas e mudança de beneficiárias; Ajustar a Lista de Requisitos de Dados do Contrato (Contract Data Requirements List - CDRL) do Programa de Aplicação de Cooperação Industrial em função da alteração de datas de entrega formalizadas no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição e atualizar os Statement of Work (SOW) do Programa de Aplicação de Cooperação Industrial. O valor total da obrigação acordado foi de EUR 1.897.830.500. Prazo de vigência: 30 de junho de 2028. Prazo de execução: 30 de novembro de 2027.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	TURBOMECA S.A.
Contrato Associado	12/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 223, de 22 de novembro de 2011.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados no Projeto foi celebrado, em 28 de setembro de 2011, o Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011, com a empresa Safran Helicopter Engines Indústria e Comércio do Brasil Ltda (antiga Turbomeca do Brasil).

O valor da obrigação acordado foi de EUR 29.500.000,00, os quais foram totalmente reconhecidos até 2018. O encerramento ocorreu em 22 de março de 2019, teve como beneficiários o Exército Brasileiro e a empresa Safran Helicopter Engines Indústria e Comércio do Brasil Ltda.

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	SAFRAN HELICOPTER ENGINES
Contrato Associado	12/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 142, de 26 de julho de 2017.

O 1º Termo Aditivo ao Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 24 de julho de 2017, com a empresa Safran Helicopter Engines (antiga Turbomeca do Brasil), teve como finalidade firmar o acordo das partes em reprogramar o cronograma de execução dos Projetos de Compensação, alterar a denominação da contratada, adequar as datas de auditoria e alterar o grau de sigilo de Confidencial para Ostensivo.

PROJETO KC-X

O Projeto KC-X tem por finalidade o desenvolvimento de dois protótipos de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves Hércules C/KC-130 da Força Aérea Brasileira na realização das missões de transporte aéreo logístico, SAR (Busca e Resgate) e reabastecimento em voo, dentre outras. Para atender as necessidades expostas, tanto na sua missão precípua de caráter militar, como na ajuda humanitária de âmbito civil, essa nova aeronave deverá ser capaz de ser empregada em qualquer latitude e longitude do globo terrestre, o que a tornará passível de enfrentar qualquer cenário operacional hoje conhecido, nos teatros de operação marítimo, antártico, amazônico e pantaneiro, cumprindo missões de transporte aerotático, aeroestratégico e aerologístico, em ambientes com diversos graus de ameaça física e eletromagnética. De maneira mais ampla, o Projeto promoverá a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira, aumentando a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira.

NOME DO PROJETO

PROJETO KC-X.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

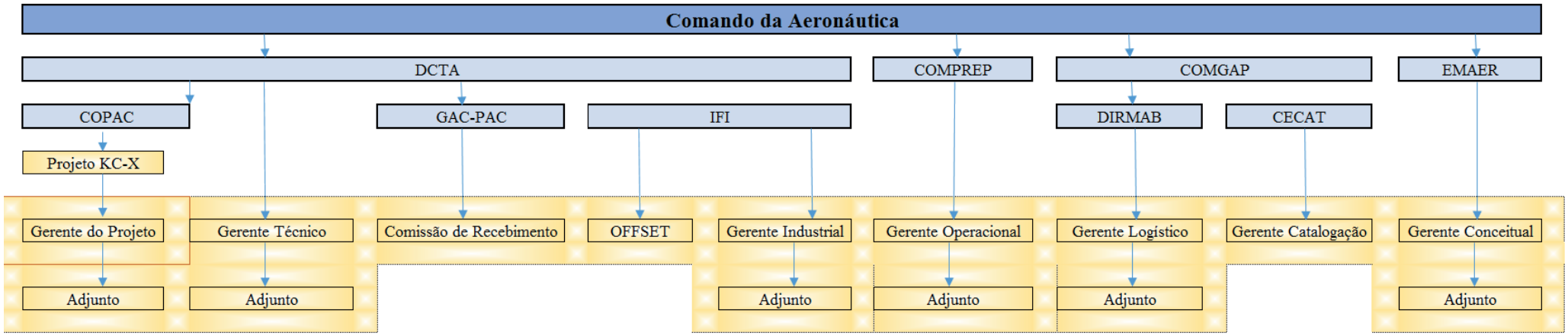
Desenvolvimento de um Cargueiro Tático de 10 a 20 toneladas, bem como sua versão de reabastecedor aéreo, a fim de suprir necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira. A concretização do processo de fornecimento de dois protótipos da aeronave de transporte militar e reabastecimento, bem como a prestação de serviços necessários para o gerenciamento da produção e montagem das aeronaves se deu com a assinatura de um contrato de despesa com a empresa EMBRAER – EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S.A. no ano de 2009.

PRODUTO

Aeronave (Protótipo) para transporte tático, logístico e reabastecimento em voo denominada KC-390. O Projeto de desenvolvimento encontra-se em fase de realização de campanhas de voos de ensaios para a certificação Militar da aeronave.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto KC-390 é apresentada na figura abaixo:



DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
GAC-PAC - - Grupamento de Acompanhamento e Controle do Programa Aeronave de Combate
IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
COMPREP - Comando de Preparo
COMGAP - Comando Gereal de Apoio
DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica
CECAT - Centro de Catalogação da Aeronáutica

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

O Projeto KC-X encontra-se na 4ª e última fase, a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O processo de desenvolvimento da aeronave continua evoluindo com a realização dos voos de ensaio, nos quais são comprovados os requisitos do produto, previstos nas fases anteriores. Devido às questões de ordem técnica e operacional houve a necessidade de se replanejar algumas campanhas de ensaios do ano de 2019 para 2020. Estas alterações implicaram numa redução das necessidades de recursos para o ano que foram realocados para o Projeto de aquisição da aeronave KC-390. Os recursos orçamentários para o Projeto KC-X são os provenientes da ação orçamentária específica, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominada 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-X. Do valor proposto para o Projeto de R$ 50.000.000,00, a LOA 2019 aprovou o montante de R$ 47.450.000,00. Deste valor, foram empenhados R$ 9.000.000,00 e remanejada, para o Projeto KC-390, a quantia de R$ 38.450.000,00.

GRUPOS DE INTERESSE

Por se tratar do desenvolvimento de uma aeronave, verifica-se como grupos de interesse, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, que visam o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, as seguintes empresas como beneficiárias:

Rockwell Collins do Brasil, AEL Sistemas S/A., Jabil do Brasil Industria Eletroeletrônica Ltda. e AEL Sistemas S/A., TAM MR e EMBRAER S.A.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	R$ 3.028.104.951,07	R$ 3.260.500.039,84
	US$ 631.702.459,35	US$ 603.525.923,16

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Este projeto não se utiliza de recuros provenientes de financiamento externo.

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.52111.05.151.2058.123B	123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional	05SV - Desenvolvimento da Aeronave KC-390 (Projeto KC-X)	PO 0000 – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019

PLOA	LOA	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
50.000.000,00	47.450.000,00	38.450.000,00	38.450.000,00	9.000.000,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP/Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES)	FINAL 2019 (INSCRITOS)
123B	R$ 48.829.623,27	R$ 42.296.841,41

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VARIAÇÃO

	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5	TA6
002/CTA-SDDP/2009	R$ 3.028.104.951,07	R$ 3.028.104.951,07	R$ 2.955.244.556,24	R$ 2.955.244.556,24	R$ 3.166.969.050,59	R$ 3.166.969.050,59	R$ 3.260.500.039,84
Variação		0%	-2,41%	-2,41%	4,59%	4,59%	7,67%

	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5	
001/DCTA-COPAC/2011	US$ 631.702.459,35	US$ 589.213.228,88	US$ 598.967.691,76	US$ 603.715.011,78	US$ 603.715.011,78	US$ 603,525,923.16	
Variação		-7%	-5,18%	-4,43%	-4,43%	-4,46%	

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	R$	US$	R$	US$	R$	US$
2009	40.029.753,16	0,00	40.029.753,16	0,00	40.029.753,16	0,00
2010	96.316.389,98	0,00	96.316.389,98	0,00	96.316.389,98	0,00
2011	204.867.312,45	20.258.885,09	204.867.312,45	20.258.885,09	204.867.312,45	20.258.885,09
2012	485.317.127,69	183.569.753,07	485.317.127,69	183.569.753,07	485.317.127,69	183.569.753,07
2013	890.173.389,29	139.364.101,51	890.173.389,29	139.364.101,51	890.173.389,29	139.364.101,51
2014	928.973.500,11	13.605.120,02	928.973.500,11	13.605.120,02	928.973.500,11	13.605.120,02
2015	785.692.242,71	19.997.078,22	387.391.627,90	19.997.078,22	387.391.627,90	19.997.078,22
2016	168.964.640,32	76.578.175,03	567.265.255,13	76.578.175,03	567.265.255,13	76.578.175,03
2017	309.462.359,68	86.792.255,80	309.462.359,68	73.814.972,66	309.462.359,68	73.814.972,66
2018	218.480,70	0,00	218.480,70	0,00	218.480,70	0,00
2019	9.000.000,00	0,00	8.996.124,56	0,00	8.996.124,56	0,00
Total	3.919.015.196,09	540.165.368,74	3.919.011.320,65	527.188.085,60	3.919.011.320,65	527.188.085,60

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (NACIONAL)

CT 002/DCTA-SDDP/09 (R$)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2009	40.029.753,16	0	40.029.753,16
2010	95.655.849,67	660.540,31	96.316.389,98
2011	185.721.858,92	19.145.453,53	204.867.312,45
2012	425.242.711,48	60.074.416,21	485.317.127,69
2013	757.933.498,47	132.239.890,82	890.173.389,29
2014	709.849.251,38	219.124.248,73	928.973.500,11
2015	287.042.211,09	100.349.416,81	387.391.627,90
2016	397.547.869,60	169.717.385,53	567.265.255,13
2017	193.713.328,96	115.749.030,72	309.462.359,68
2018	134.469,69	84.011,01	218.480,70
2019	5.139.767,38	3.856.357,18	8.996.124,56
TOTAL	3.098.010.569,80	821.000.750,85	3.919.011.320,65

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (EXTERIOR)

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011é fixo e irreajustável.

CT 001/DCTA-COPAC/11 (US$)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2009	0,00	0	0,00
2010	0,00	0	0,00
2011	20.258.885,09	0	20.258.885,09
2012	183.569.753,07	0	183.569.753,07
2013	139.364.101,51	0	139.364.101,51
2014	13.605.120,02	0	13.605.120,02
2015	19.997.078,22	0	19.997.078,22
2016	76.578.175,03	0	76.578.175,03
2017	73.814.972,66	0	73.814.972,66
2018	0,00	0	0,00
2019	0,00	0	0,00
TOTAL	527.188.085,60	0	527.188.085,60

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

INDICADORES

METODOLOGIA. Considerou-se como indicador do avançamento físico do Projeto o percentual de entregáveis (materiais e serviços) recebidos. Com a assinatura dos Termos Aditivos, em 10 de outubro de 2019, houve atualização qualitativa de requisitos, por determinação do Estado-Maior da Aeronáutica, com mudança no valor dos contratos e inclusão de novas etapas. Assim sendo, houve mudança no percentual executado acumulado até o ano anterior.

AVANÇO	ATÉ ANO ANT.	1º TRIM 2019	2º TRIM 2019	3º TRIM 2019	4º TRIM 2019	2009	2010	2011	2012
FÍSICO	94,86%	0,0%	0,0%	0,0%	0,16%	1,23%	2,93%	5,70%	20,71%
FINANC.	89,65%	0,0%	0,0%	0,0%	0,16%	0,69%	1,67%	4,11%	19,34%
AVANÇO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
FÍSICO	20,82%	16,53%	17,65%	5,56%	3,73%	0,00%	0,16%	4,30%	0,68%
FINANC.	19,39%	14,04%	13,51%	7,44%	9,45%	0,00%	0,16%	9,53%	0,67%

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 14/04/2009. Término do Projeto: 14/10/2016. Custo Estimado: R$ 4.544.190.853,51 (nas condições originais de cada contrato e US$1,00=R$2,40).	Início do Projeto: 14/04/2009. Término do Projeto: 30/04/2022. (Refere-se ao término da vigência do 6º Termo Aditivo ao Ct 002/CTA-SDDP/2009). Custo Total: R$ 5.781.718.004,48. Dólar futuro: R$ 4,20. Custo até agora: R$ 5.192.091.528,90. (R$ 3.919.011.320,66 + US$ 527.188.085,60, que são equivalentes a R$ 1.273.080.208,24). Somatório de valores históricos desde quando fora efetuado cada empenho no exterior. Não são dados coletados no SIAFI, SIOP ou no Tesouro Gerencial). Evolução física em relação à Meta de 100%: 95,02%

METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

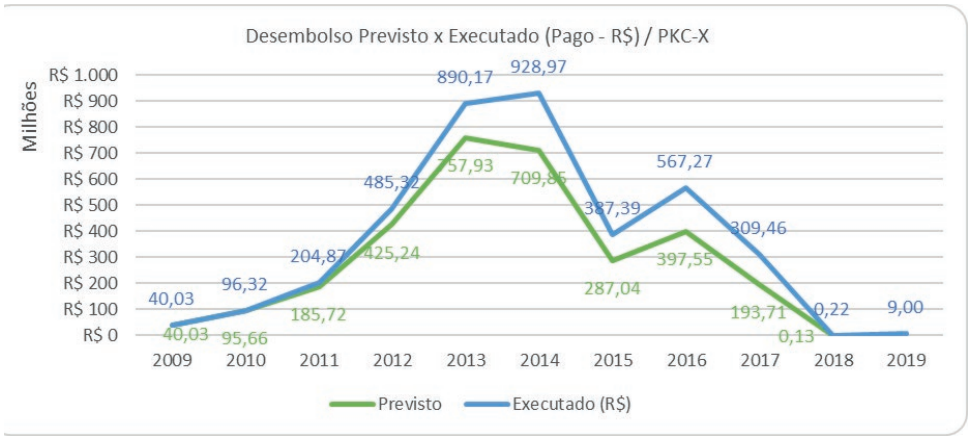
DESCRIÇÃO	PREVISTA	EXECUTADA	%
Recebimento de etapa em conformidade com o cronograma físico-financeiro estabelecidos contratualmente	3	0	0

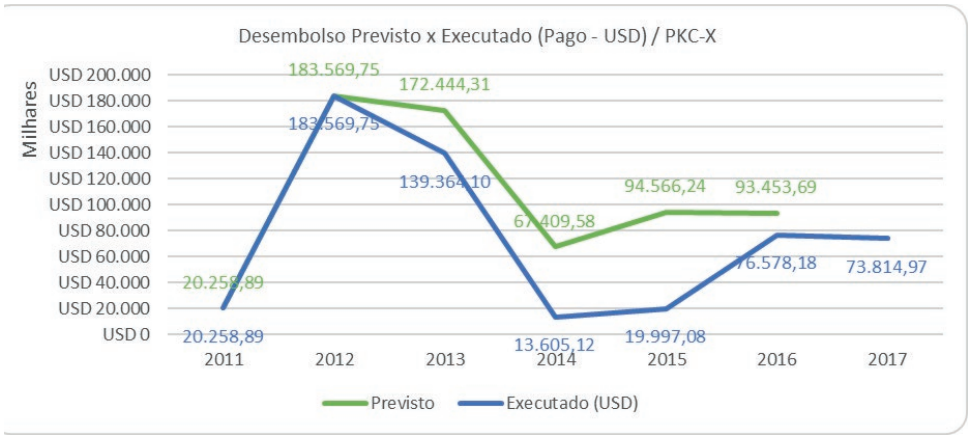
RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

No exercício de 2019 foram atingidos os seguintes resultados: mais de 2.200 horas de ensaios em voo, nas quais as aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo, conforme projetado; a realização de ensaios estáticos previstos para a certificação; a realização da Operação GUARANI, que teve como objetivo o desenvolvimento e certificação do Cargo Handling Air Delivery System – CHADS (Sistema Automático de Manejo e Lançamento de Carga) da aeronave KC-390, para os diversos tipos de lançamento de paraquedistas (porta, rampa, livre, HI-HI, HI-LO) e de certificação para o lançamento de carga. Destaca-se, nessa Operação, a participação de representantes do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil. Esta certificação insere a Força Aérea Brasileira no seleto grupo de Forças Aéreas no mundo que detém a capacidade de lançamento aéreo de viaturas de combate; a realização da Operação CAXIRI, que teve como objetivo o desenvolvimento e certificação dos sistemas de REVO (reabastecimento em voo) do KC-390; e a realização da operação ATIAIA que teve como objetivo o desenvolvimento e certificação do Radar Warning Receiver (RWR), do Radar Tático e do Sistema de Disparo de Contramedidas (CMDS – Chaff & Flare).

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em R$ e US$).

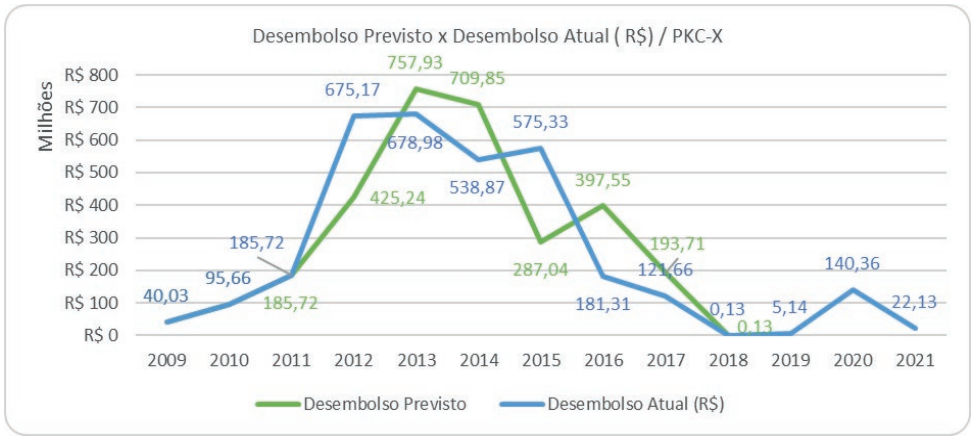


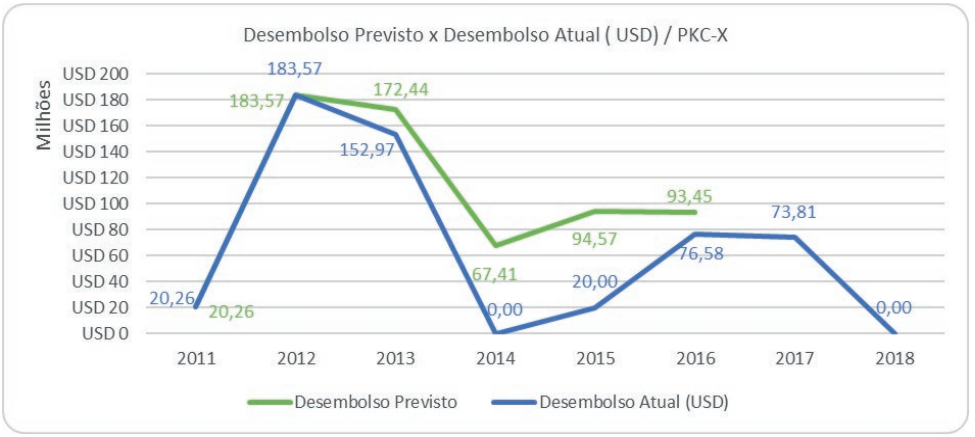


Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.



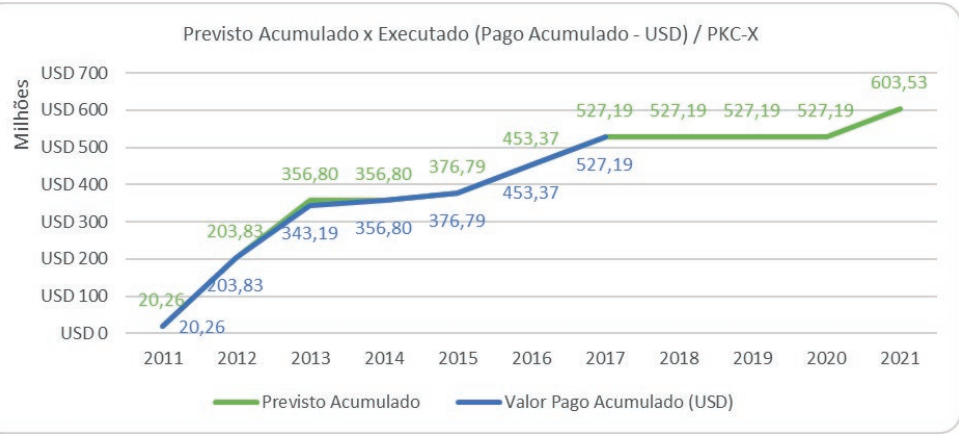


Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em R$ e US$).





Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados na descrição resumida dos termos aditivos aos contratos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	14/04/2009	Início	14/04/2009
Término	14/10/2016	Término	30/04/2022

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (OFFSET)

Como contrapartida, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, foram firmados três Acordos de Compensação, visando o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, tendo como beneficiárias o Parque de Material Aeronáutica de São Paulo, TAM MR, Embraer S/A., Rockwell Collins do Brasil, AEL Sistemas S/A., Jabil do Brasil Industria Eletroeletrônica Ltda., PWC do Brasil, IAS – Indústria de Aviação e Serviços, Ata Aerotáxi Abaeté Ltda., Rico Taxi Aéreo, ABA Manutenção de Aeronaves e Diamond Aviação LTDA. O quadro abaixo apresenta os valores das obrigações e dos créditos reconhecidos.

Valor da Obrigação	Valor Total Projetos	Créditos Reconhecidos	Saldo a reconhecer	Percentual executado	Empresa Fornecedora	Data de vigência
46.494.400,00	47.105.372,00	13.862.400,00	33.242.972,00	29%	BAE	01/06/2040
67.965.430,40	129.247.000,00	37.810.000,00	91.437.000,00	29%	Rockwell Collins	30/06/2037
664.533.164,38	984.553.214,00	0,00	984.553.214,00	0%	IAE	30/06/2032

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 81, de 30 de abril de 2009.

O Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, assinado em 14 de abril de 2009 com a empresa EMBRAER S/A, tem como objeto o fornecimento de dois protótipos da aeronave de transporte militar e reabastecimento, bem como a prestação de serviços necessários para o gerenciamento da produção e montagem das aeronaves, entrega de documentação, relatórios de desenvolvimento e certificação, relatórios de voos de teste e de avaliação operacional e um pacote de dados de produto. Com valor total de R$ 3.028.104.951,07 (CE ABR09), atualmente está em seu 6º Termo Aditivo com valor contratual de R$ 3.260.500.039,84. Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária específica, inserida no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, denominada 123B - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-X. O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 14 de outubro de 2016, atualmente está prorrogado até 30 de abril de 2022.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Publicação	DOU nº 244, de 21 de dezembro de 2011.

A alocação de recursos abaixo das necessidades previstas para o exercício culminou com a assinatura, em 20 de dezembro de 2011, do 1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009. Neste TA foram realizados ajustes no cronograma de desembolsos e alteração da denominação social da Contratada.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Publicação	DOU nº 97, de 23 de maio de 2014.

A entrada dos parceiros estratégicos Argentina, Portugal e República Tcheca no desenvolvimento e na fabricação de segmentos estruturais do Projeto KC-X resultou na revisão das tarefas e em novas obrigações assumidas com os fornecedores do sistema de trem de pouso, blindagem e parte do sistema de autoproteção. Assim, o Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, por meio do 2º TA, firmado 22 de maio de 2014, teve seu preço total reduzido de R$ 3.028.104.951,07, nas CE ABR09, para R$ 2.955.244.556,24. O prazo de vigência foi mantido em 14 de outubro de 2016.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Publicação	DOU nº 26, Seção 3, de 6 de fevereiro de 2015.

A necessidade de se reprogramar as entregas das etapas do Contrato nº 002/CTA-SDDP/2009, devido à baixa disponibilidade de recursos orçamentários sem, contudo, adiar objetivos importantes, tais como, a realização do primeiro voo da aeronave protótipo, originou o 3º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, firmado em 30 de dezembro de 2014.

No 3º TA foram realizados ajustes no custeio, aplicando as modificações dos valores anuais a serem desembolsados de acordo com a realidade orçamentária no CFF. Não houve alteração do preço total, que permaneceu em R$ 2.955.244.556,24. A vigência do Contrato foi mantida em 14 de outubro de 2016.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009
Publicação	DOU nº 237, 11 de dezembro de 2015.

Devido a modificações técnicas inseridas em equipamentos do Projeto em desenvolvimento e o aumento de custos de serviços decorrentes do alongamento dos prazos, da adequação dos compromissos aos limites orçamentários impostos pela LOA 2015 e, ainda, a elevação do câmbio da moeda norte americana no ano de 2015, foi firmado, em 9 de dezembro de 2015, o 4º TA ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009. O preço total a ser pago passou de R$ 2.955.244.556,24 para R$ 3.166.969.050,59 e o prazo de vigência foi estendido para 14 de outubro de 2018.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 237, de 11 de dezembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 9 de dezembro de 2015, foi motivado pela necessidade de incorporação de modificações técnicas mandatórias, demandadas pela evolução do processo de desenvolvimento e pela alta desvalorização do Real frente ao Dólar. As etapas previstas no cronograma para 2015 foram reprogramadas para 2016, 2017 e 2018. O preço total a ser pago à Contratada foi reajustado para US$ 603,715,011.78 e o prazo de vigência estendido para 4 de novembro de 2018.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 193, de 05 de outubro de 2018.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 2 de outubro de 2018, foi motivado pela necessidade de se prorrogar o prazo de vigência para análise de pleitos da EAI. O prazo de vigência estendido para 4 de novembro de 2019.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011
Publicação	DOU nº 202, de 17 de outubro de 2019.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2011, firmado em 10 de outubro de 2019, foi motivado pela necessidade, observada nos testes dos sistemas estratégicos, de redimensionar qualitativamente os requisitos relacionados ao CHS (Cargo Handling System), conjunto-chave para a realização das missões de transporte aerologístico e ressuprimento aéreo, e ao tanque de combustível auxiliar de fuselagem (AFFT – Auxiliary Fuselage Fuel Tank), componente essencial do sistema de reabastecimento em voo, com vistas a refletir avanços tecnológicos inerentes à complexidade e à rápida evolução dos projetos de engenharia aeronáutica. Tal ajustes no 002/CTA-SDDP/2009 resultou em alterações nas especificações, imprescindíveis para o melhor desempenho técnico do objeto contratado. O preço total a ser pago à Contratada foi reajustado para US$ 603,525,923.16 e o prazo de vigência estendido para 10 de outubro de 2020.

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO – DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos acordos de compensação em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	BAE SYSTEMS
Contrato Associado	001/DCTA-COPAC/2011
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93 1
Publicação	DOU nº 6, de 9 de janeiro de 2014.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados nas aeronaves do Projeto KC-X, foi celebrado, em 31 de dezembro de 2013, o Acordo de Compensação nº 001/DCTA-COPAC/2013, com a empresa BAE SYSTEMS CONTROLS INC, que tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria "E". Do montante de US$ 47,105,372.00 foram reconhecidos US$ 13,862,400.00. Saldo acordado a reconhecer US$ 33,242,972,00. Com encerramento previsto para 31 de dezembro de 2019, tem como beneficiárias as empresas TAM MR e EMBRAER S.A.

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2013
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ROCKWELL COLLINS.
Contrato Associado	001/DCTA-COPAC/2011
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93 1
Publicação	DOU nº 6, de 9 de janeiro de 2014.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados nas aeronaves do Projeto KC-X, foi celebrado, em 14 de novembro de 2013, o Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2013, com a empresa Rockwell Collins, que tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação

vinculados ao Contrato Associado, firmado para o fornecimento dos Sistemas Categoria Estratégica. Do montante de US$ 129,247,000.00 foram reconhecidos US$ 37,810,000.00. Com encerramento previsto para 31 de dezembro de 2036, tem como beneficiárias as empresas Rockwell Collins do Brasil, AEL Sistemas S/A., Jabil do Brasil Industria Eletro-eletrônica Ltda. e AEL Sistemas S/A.

PROJETO KC-390

O Projeto KC-390 visa a aquisição de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo para complementar e eventualmente substituir as aeronaves de transporte de tropa e carga Hércules C/KC-130 da Força Aérea Brasileira - FAB. O Projeto KC-X, de desenvolvimento de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, já contemplava, desde o seu início, a orientação para a aquisição das aeronaves de série que comporão a nova frota da FAB. O KC-390 é um projeto estratégico composto por sistemas embarcados inovadores e de última geração. Está alinhado com a Política Nacional de Defesa (PND) que preconiza como um dos Objetivos Nacionais de Defesa, em seu item VII - Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa - o seguinte: "manter e estimular a pesquisa e buscar o desenvolvimento de tecnologias autóctones, sobretudo no que se refere a tecnologias críticas, bem como o intercâmbio com outras nações detentoras de conhecimentos de interesse do País. Refere-se, adicionalmente, à qualificação do capital humano, assim como ao desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de produtos de emprego dual (civil e militar), além da geração de empregos e renda". No desenvolvimento e na produção em série da nova aeronave, foram criados cerca de 2.490 empregos diretos na Embraer e cerca de 12.450 empregos indiretos. Além de elevar a capacidade operacional da FAB, a aquisição da aeronave sinaliza e coloca em evidência as capacidades do produto, proporcionando diversos impactos positivos para o país, tais como: aumento de exportações, geração de empregos, domínio de novas tecnologias, geração de novas competências em engenharia e consolidação da liderança regional do Brasil no Setor Aeroespacial, com geração de divisas. Destaca-se, ainda, com relação à importância deste projeto para o Brasil, a matéria feita pela Revista Aviation Week, a qual escolheu a aeronave KC-390 como "Melhor Novo Produto" dentro da categoria Defesa.

NOME DO PROJETO

PROJETO KC-390

DESCRIÇÃO DO PROJETO

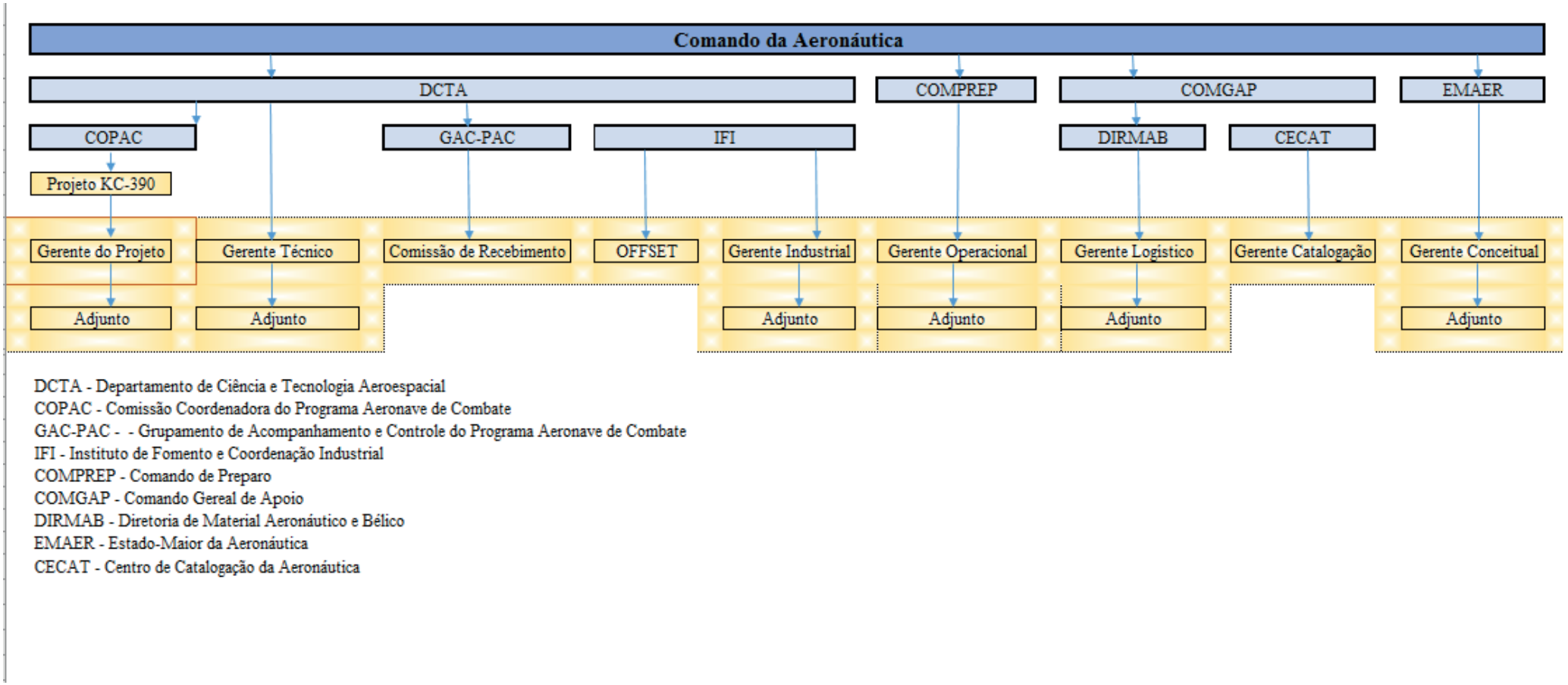
Aquisição de Aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo, a prestação de serviços e o fornecimento de uma Lista de Aprovisionamento Inicial (LAI) e de equipamentos de apoio no solo.

PRODUTO

O KC-390 é a aeronave de transporte multimissão de nova geração que combina uma plataforma altamente flexível com o menor custo de ciclo de vida do mercado de transporte médio. O KC-390 é capaz de transportar e lançar cargas e tropas, além de uma ampla gama de missões: evacuação aeromédica, busca e resgate, e auxílio humanitário. Possui, ainda, a capacidade de reabastecimento aéreo diurno e noturno de aeronaves de asas fixas e rotativas. Quando equipado com sistema modular de combate a incêndios, o KC-390 é um importante recurso aéreo para bombeiros no combate a incêndios florestais.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto KC-390 é apresentada na figura abaixo:



DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
GAC-PAC - - Grupamento de Acompanhamento e Controle do Programa Aeronave de Combate
IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
COMPREP - Comando de Preparo
COMGAP - Comando Gereal de Apoio
DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica
CECAT - Centro de Catalogação da Aeronáutica

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

Os recursos orçamentários para o Projeto KC-390 são os provenientes da ação orçamentária 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-390. A proposta aprovada para o exercício de 2019 foi de R$ 750.000.000,00. A LOA 2019 por meio da fonte 100, alocou ao Projeto o montante de R$ 749.050.159,00. O valor disponibilizado para o ano foi de R$ 811.059.860,00,00 dos quais foram empenhados R$ 803.678.215,51. O Projeto teve inicialmente um bloqueio de recursos no valor de R$ 707.436.261,28. O montante contingenciado foi totalmente desbloqueado no decorrer do exercício de 2019. Estes recursos proporcionaram a evolução cumulativa da Linha de Produção alcançando 100% da "Aeronave de Série N/S 002", que foi apresentada ao COMAER no dia 04 de setembro de 2019, 100% da "Aeronave de Série N/S 003"; de 84,36% da "Aeronave de Série N/S 004"; de 38,08% da "Aeronave de Série N/S 005" e de 38,08% da "Aeronave de Série N/S 006" ; o que equivale à evolução de 12,33% de todo o Projeto.

GRUPOS DE INTERESSE

O KC-390 é uma aeronave para transporte tático/logístico e reabastecimento em voo, desenvolvido e fabricado pela Embraer Defesa e Segurança, subsidiária do grupo brasileiro Embraer. O KC-390 é capaz de transportar e lançar cargas e tropas, além de uma ampla gama de missões: evacuação aeromédica, busca e resgate, combate a incêndios, reabastecimento aéreo e auxílio humanitário. Pela sua prestabilidade, esta aeronave, atua nos mais diversos segmentos da sociedade dos quais destaca-se os grupos de interesse: Casa Civil da Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministérios das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério do Desenvolvimento Regional, Organização da Aviação Civil Internacional – OACI (Tratado de Busca e Salvamento). Em contrapartida aos Acordos de Compensação verifica-se, ainda, os seguintes grupos de interesse: Parque de Material Aeronáutica de São Paulo – PAMA-SP, PWC do Brasil, IAS – Indústria de Aviação e Serviços, Ata Aerotáxi Abaeté Ltda., Rico Taxi Aéreo, ABA Manutenção de Aeronaves e Diamond Aviação LTDA.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	R$ 7.255.869.086,00	R$ 3.129.863.852,92
	US$ 1,925,704,094.68	US$ 1,859,488,979.62

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Este projeto não se utiliza de recuros provenientes de financiamento externo.

FONTES DE FINANCIAMENTO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.52111.05.151.2058.14XJ	14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390	1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional	05Q1 - Aquisição de cargueiro tático militar - Projeto KC-390.	P 000 – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – projeto KC-390

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019

PLOA	LOA	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
750.000.000,00	749.050.159,00	707.436.261,28	707.436.261,28	811.059.860,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP/Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES)	FINAL 2019 (INSCRITOS)
14XJ	R$ 35.181.411,87	R$ 33.826.216,25

VARIAÇÃO

010/DCTA-COPAC/2014	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5
	R$ 7.255.869.086,00	R$ 2.761.163.577,22	R$ 2.761.163.577,22	R$ 2.761.163.577,22	R$ 3.129.863.852,92	R$ 3.129.863.852,92
Variação		-61,95%	-61,95%	-61,95%	-56,86%	-56,86%

002/DCTA-COPAC/2014	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4
	US$ 1.925.704.094,68	US$ 1.925.704.094,68	US$ 1.925.704.094,68	US$ 1.859.488.979,62	US$ 1.859.488.979,62
Variação		0%	0%	-3,44%	-3,44%

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	R$	US$	R$	US$	R$	US$
2014	17.000.000,00	1.321.479,98	17.000.000,00	1.321.479,98	17.000.000,00	1.321.479,98
2015	150.575.757,00	0,00	39.107.439,10	0,00	39.107.439,10	0,00
2016	0,00	47.230.243,84	111.468.317,90	47.230.243,84	111.468.317,90	47.230.243,84
2017	109.543.428,52	91.015.907,80	68.224.249,62	89.518.121,19	68.224.249,62	89.518.121,19
2018	162.935.577,82	130.535.497,02	164.589.272,00	131.422.200,28	164.589.272,00	131.422.200,28
2019	274.357.392,05	131.614.360,65	279.623.225,96	131.620.525,56	279.623.225,96	131.620.525,56
Total	714.412.155,39	401.717.489,29	680.012.504,58	401.112.570,85	680.012.504,58	401.112.570,85

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (NACIONAL)

CT 010/DCTA-COPAC/14 (R$)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2014	17.000.000,00	0,00	17.000.000,00
2015	39.107.439,10	0,00	39.107.439,10
2016	111.468.317,90	0,00	111.468.317,90
2017	63.318.603,79	4.905.645,83	68.224.249,62
2018	141.256.338,90	23.332.933,10	164.589.272,00
2019	215.692.101,48	61.263.229,26	279.623.225,96
Total	587.842.801,17	89.501.808,19	680.012.504,58

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (EXTERIOR)

CT 002/DCTA-COPAC/14 (US$)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2014	1.321.479,98	0,00	1.321.479,98
2015		0,00	0,00
2016	47.230.243,84	0,00	47.230.243,84
2017	89.276.310,63	241.810,56	89.518.121,19
2018	127.720.752,03	3.701.448,25	131.422.200,28
2019	124.412.576,29	7.207.949,27	131.620.525,56
Total	389.961.362,77	11.151.208,08	401.112.570,85

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

INDICADORES

METODOLOGIA. Está sendo considerada como indicador de avanço físico do Projeto KC-390 a efetiva entrega de cada uma das Aeronaves KC-390.

AVANÇO		2014	2015	2016	2017	2018	1° TRIM 2019	2° TRIM 2019	3° TRIM 2019
FÍSICO	Ctr 010/14	0 ANV	0 ANV	0 ANV	0 ANV	0 ANV	0 ANV	0 ANV	0 ANV
FINANC.	Ctr 010/14	0,31%	2,67%	0,10%	1,26%	3,06%	0,20%	1,09%	0,25%
	Ctr 002/14	0,04%	0,00%	1,86%	3,54%	5,91%	0,03%	0,67%	2,22%
AVANÇO		4° TRIM 2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
FÍSICO	Ctr 010/14	2 ANV	3 ANV	2 ANV	3 ANV	4 ANV	3 ANV	4 ANV	4 ANV
FINANC.	Ctr 010/14	3,59%	5,85%	6,46%	12,78%	12,03%	12,87%	17,00%	16,36%
	Ctr 002/14	3,91%	9,84%	7,37%	9,30%	11,02%	15,72%	15,78%	12,79%
AVANÇO		2027							
FÍSICO	Ctr 010/14	3 ANV							
FINANC.	Ctr 010/14	4,13%							
	Ctr 002/14	0,00%							

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 01/12/2014. Término do Projeto: 20/03/2026. Custo Estimado: R$ 2.761.163.577,22, somados a USD $1.925.704.094,68 (nas condições originais de cada contrato).	Início do Projeto: 01/12/2014. Término do Projeto: 16/01/2028. Custo Total: R$ 13.998.772.714,62. Sendo R$ 13.803.732.098,58 de etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro (os valores futuros foram estimados, considerando os reajustes previstos contratualmente) + R$ 134.920.743,33 referente ao Contrato de Suporte Logístico Inicial das aeronaves, firmado pelo COMGAP com a Embraer S.A. e R$ 57.744.372,00 (US$ 13.748.660,00) para o Contrato de Suporte Logístico Inicial dos motores, firmado pelo COMGAP com a empresa IAE, referentes aos cinco primeiros anos de operação da aeronave KC-390 na FAB + R$ 2.375.500,71 para aquisição de licenças de software necessárias à continuidade do funcionamento da *Embraer Maintenance Station* (EMS) – Estação de Monitoramento da Saúde da Frota, conforme foi informado pela Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica. Dólar futuro: R$ 4,20. Custo até agora: R$ 2.160.010.860,80 (R$ 679.844.077,63 + USD$ 401.112.570,85, que são equivalentes a R$ 1.480.166.783,17). Valores históricos desde quando fora efetuado cada empenho no exterior. Não são dados coletados no SIAFI, SIOP ou no Tesouro Gerencial).

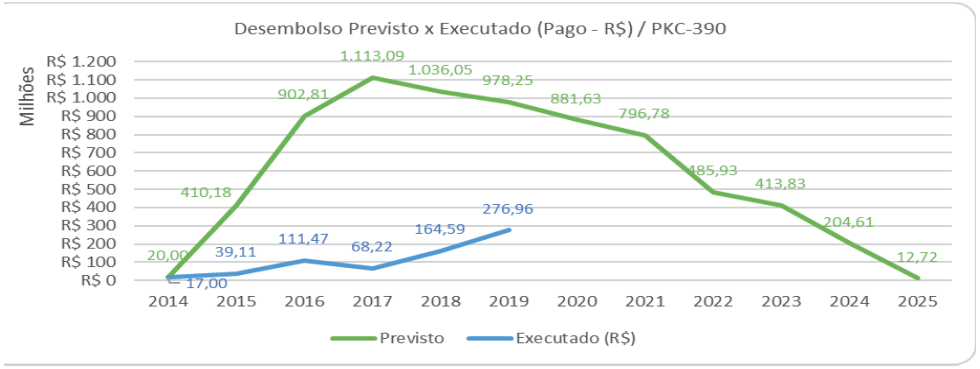
METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

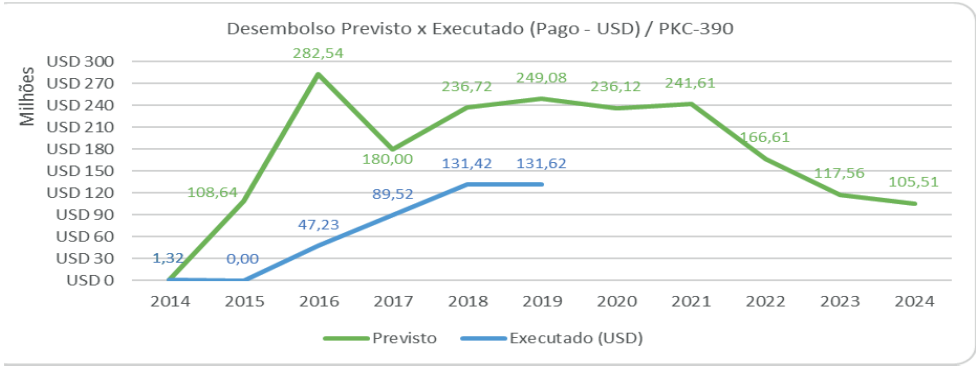
DESCRIÇÃO	PREVISTA	EXECUTADA	%
Recebimento de etapa em conformidade com o cronograma físico-financeiro estabelecidos contratualmente	106	104	98,11

Os principais marcos do Projeto KC-390 no ano de 2019 foram o recebimento de duas aeronaves, o início do treinamento operacional, o início da implantação da aeronave na Unidade Operacional de Preparo e Emprego da FAB - Ala 2, na cidade de Anápolis-GO e o avançamento da campanha de certificação militar.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em R$ e US$).

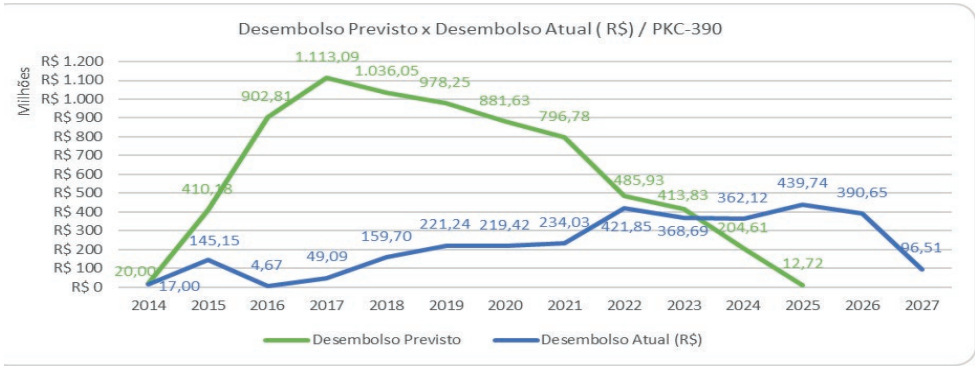


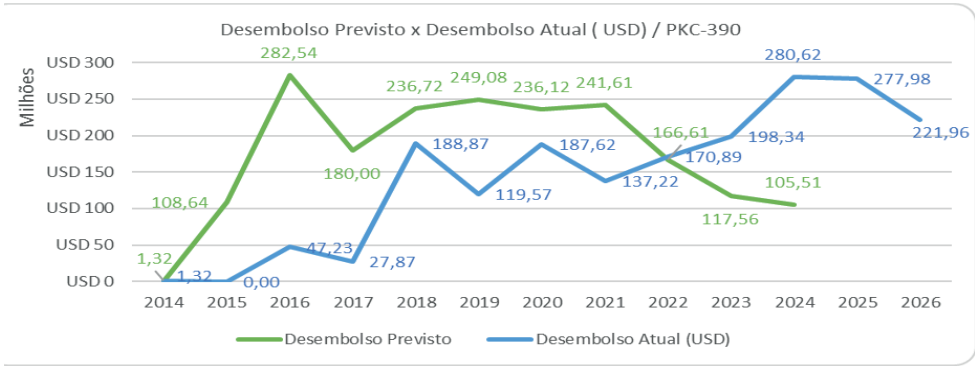


Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.

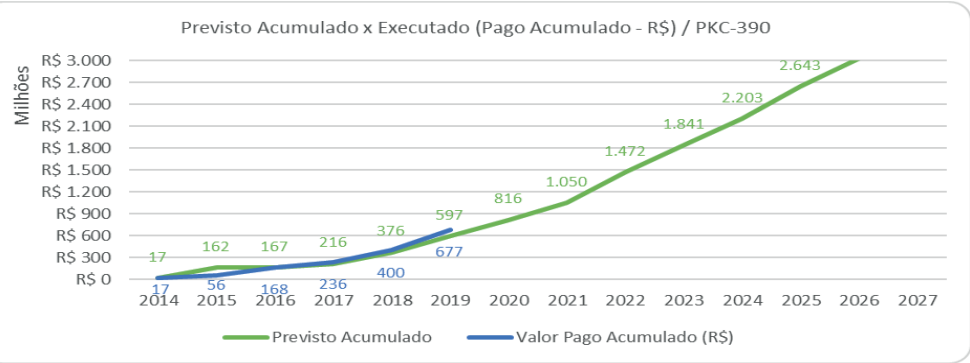


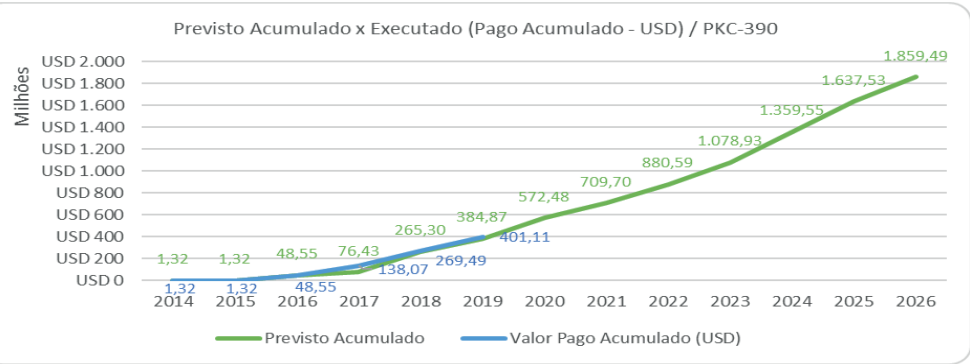


Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em R$ e US$).





Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados na descrição resumida dos termos aditivos aos contratos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	01/12/2014	Início	01/12/2014
Término	20/03/2026	Término	16/01/2028

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 114, de 17 de junho de 2014.

O Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/14, assinado em 20 de maio de 2014, com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto o fornecimento de 28 aeronaves de carga e reabastecimento em voo, bem como o fornecimento de aprovisionamento inicial de equipamentos de apoio no solo. Com valor total de R$ 7.255.869.086,00, atualmente está em seu 5º Termo Aditivo, com valor contratual de R$ 3.129.863.852,92. Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária 14XJ – Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-390. O fim da vigência deste Contrato

estava programado para ocorrer em 20 de março de 2026, atualmente está prorrogado até 16 de janeiro de 2028.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 190, de 2 de outubro de 2014.

Em função dos prazos envolvidos na aquisição dos sistemas e materiais necessários para a produção das aeronaves de série e também na possibilidade de se manter linha de produção com o aproveitamento das equipes, evitando a ociosidade da linha e despesas com custos de desmobilização e remobilização, foi firmado o 1º TA ao Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014, em 29 de setembro de 2014. Foram adequados os termos e condições para a prestação dos serviços e o fornecimento dos bens previstos na CLÁUSULA 1ª – OBJETO. Do escopo foram retirados os insumos de origem estrangeira, face ao cenário projetado de volatilidade cambial com tendência de alta e o histórico de limitações orçamentárias. O valor contratado foi reduzido para R$ 2.761.163.577,22. Paralelamente a esta readequação foi firmado o Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2014, com a Embraer Aviation International - EAI, tendo a Embraer como solidária, para fornecer os insumos importados para a produção das 28 (vinte e oito) aeronaves KC-390, bem como os insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial – LAI. O prazo de vigência passou de 142 para 148 meses, findando em 20 de setembro de 2026.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 240, de 15 de dezembro de 2016.

Os valores aprovados na LOA 2015 e 2016, na ação orçamentária 14XJ, foram insuficientes para suportar os desembolsos contratados. Devido a estas restrições foi realizada a adequação do CFF e a alteração do custeio do Contrato para os exercícios subsequentes. A data de vigência foi mantida em 20 de setembro de 2026, assim como foi mantido o preço de R$ 2.761.163.577,22. Com a retirada dos materiais de origem estrangeira do escopo do OBJETO, este contrato teve seu valor suprimido em 62%. Estes insumos passaram a ser fornecidos pelo Contrato nº 002/DCTA-COPAC/2014, cujo OBJETO é o fornecimento dos insumos importados para a produção de 28 aeronaves de carga e reabastecimento em voo e dos insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial – LAI.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 235, de 07 de dezembro de 2018

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014, firmado em 6 de dezembro de 2018, teve por finalidade principal viabilizar a cessão à Embraer do primeiro slot de produção das aeronaves de série para a FAB. Esta alteração possibilitou a produção, sem custos adicionais para a FAB, de uma nova aeronave (Protótipo 003), em substituição ao Protótipo 001, acidentado em 5 de maio de 2018.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 191, de 02 de outubro de 2019

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014, firmado em 1º de outubro de 2019, foi motivado principalmente por motivos técnicos relacionados a entrega da primeira aeronave; após mensurar a infraestrutura de informática necessária para instalação e utilização da EMS (Estação de Manutenção e Monitoramento da Frota), durante a entrada em serviço da primeira aeronave (N/S 002), foi necessário alterar a infraestrutura de informática, a data de disponibilidade e o local de implantação da SEM, além de atualizar a lista de Publicações Técnicas Operacionais e Não operacionais a serem entregues. A Cláusula Preço refletiu a mudança do valor das AERONAVES KC-390 e do treinamento, considerando as supressões em razão da retirada dos coletes salva-vidas da tripulação e da necessidade de atualização dos cursos do treinamento, bem como os acréscimos pela alteração de especificações técnicas, referente aos sistemas CHS (Cargo Handling System) e AFFT (Auxiliary Fuselage Fuel Tank). O valor contratado foi alterado para R$ 3.129.863.852,92 e a data de vigência foi estendida para 16 de janeiro de 2028.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 233, de 03 de dezembro de 2019

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 010/DCTA-COPAC/2014, firmado em 2 de dezembro de 2019, teve por finalidade adequar as etapas às alterações no escopo, alterando anexos de CFF, CDRL (Contract Data Requirements List), Deliverables, LAI (Lista de Aprovisionamento Inicial) e Equipamentos de Apoio no Solo. O valor contratado foi mantido, bem como a data de vigência contratual.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL EAI
Modalidade de Licitação	Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 190, de 2 de outubro de 2014.

O Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/14, firmado em 30 de setembro de 2014 com a empresa EAI, tem como objeto o fornecimento de insumos importados para a produção e o fornecimento de 28 aeronaves KC-390, fornecimento de insumos importados para a composição de uma Lista de Aprovisionamento Inicial e de equipamentos de apoio no solo. O fornecimento destes insumos, inicialmente previstos no Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014, foram retirados por meio do 1º TA ao Contrato de Despesa 010/DCTA-COPAC/2014, devido ao cenário projetado de volatilidade cambial com tendência de alta e o histórico de limitações orçamentárias.

O preço total acordado ficou em US$ 1,925,704,094.68 (CE SET14), atualmente está em seu 4º Termo Aditivo. Esta despesa é custeada pela ação orçamentária 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas – Projeto KC-X. O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 23 março de 2016, atualmente está prorrogado até 30 de setembro de 2027.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 238, de 13 de dezembro de 2016.

Devido a restrições de ordem orçamentária e financeira nos exercícios de 2015 e 2016, houve a necessidade de se adequar o cronograma de desembolsos, o que foi realizado por meio do 1º TA ao Contrato de Despesas nº 002/DCTA-CPAC/2014, em 12 de dezembro de 2016.

O preço total acordado de US$ 1,925,704,094.68 (CE SET14) foi mantido. O prazo de execução foi reprogramado para 20 de março de 2026 e a vigência deste Contrato foi estendida para 20 de setembro de 2026.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 235, de 07 de dezembro de 2018.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014, firmado em 6 de dezembro de 2018, teve por finalidade principal viabilizar a cessão à Embraer do primeiro slot de produção das aeronaves de série para a FAB. Esta alteração possibilitou a produção, sem custos adicionais para a FAB, de uma nova aeronave (Protótipo 003), em substituição ao Protótipo 001, acidentado em 5 de maio de 2018. O preço total acordado de US$ 1,925,704,094.68 (CE SET14) foi mantido.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 191, de 02 de outubro de 2019.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014, firmado em 1 de outubro de 2019, teve por finalidade suprimir valores, decorrentes de alterações técnicas dos sistemas CHS (Cargo Handling System) e AFFT (Auxiliary Fuselage Fuel Tank) e da internalização de entregáveis. O valor contratado foi alterado para US$ 1,859,488,979.62 e a data de vigência foi estendida para 30 de setembro de 2027.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 232, de 02 de dezembro de 2019.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 002/DCTA-COPAC/2014, firmado em 29 de novembro de 2019, teve por finalidade adequar as etapas às alterações no escopo, alterando anexos de CFF, CDRL (Contract Data Requirements List) e Deliverables, O valor contratado foi mantido, bem como a data de vigência.

ACORDO DE COMPENSAÇÃO – DESCRIÇÃO RESUMIDA

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2019
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	IAE INTERNATIONAL AEROENGINES AG
Contrato Associado	002/DCTA-COPAC/2014
Modalidade de Licitação	Lei 8.666/93 1
Publicação	DOU nº 77, de 23 de abril de 2009.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados nas aeronaves do Projeto KC-X, foi celebrado, em 16 de abril de 2019, o Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2019, com a empresa IAE INTERNATIONAL AEROENGINES AG, que tem por finalidade estabelecer as responsabilidades das partes envolvidas para a concretização dos diversos Projetos de Compensação, os quais integrarão os Planos de Aplicação de Compensação vinculados aos Contratos Associados, firmados para o fornecimento dos Sistemas Categoria "E". Valor total dos Projetos US$ 984,553,214.00 Não forram reconhecidos créditos no ano de 2019. O encerramento deste Acordo está previsto para 30 de junho de 2032 tendo como beneficiárias as empresas Parque de Material Aeronáutica de São Paulo, PWC do Brasil, IAS – Indústria de Aviação e Serviços, Ata Aerotáxi Abaeté Ltda., Rico Taxi Aéreo, ABA Manutenção de Aeronaves e Diamond Aviação LTDA.

PROJETO MAA-CA 5ª GERAÇÃO (A-DARTER)

O Projeto A-DARTER tinha por objetivo o desenvolvimento, a certificação e o suporte logístico de um sistema de míssil ar-ar infravermelho de curto alcance para autodefesa de 5ª geração; bem como realizar a transferência de tecnologia das áreas de interesse deste míssil para o Brasil. A efetivação do processo de desenvolvimento e certificação se deu com a assinatura de um contrato com a empresa ARMAMENTS CORPORATION OF SOUTH AFRICA – ARMSCOR LTD no ano de 2006. No ano de 2019, com o recebimento das últimas etapas contratuais, o Brasil se tornou um dos poucos países do mundo a deter tecnologias capazes de produzir artefatos bélicos desta magnitude.

NOME DO PROJETO

PROJETO A-DARTER

DESCRIÇÃO DO PROJETO

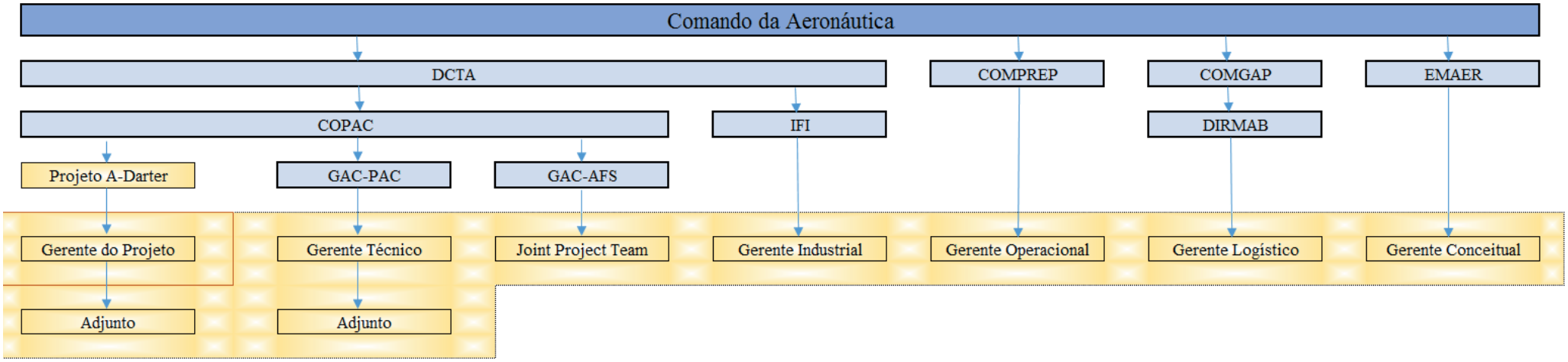
Desenvolvimento de um Míssil Ar-Ar de curto alcance de 5ª Geração, seu suporte logístico e sua base de certificação; bem como realizar a transferência de tecnologia das áreas de interesse deste míssil para o Brasil.

PRODUTO

Sistema de míssil ar-ar, de guia infravermelho de curto alcance para auto defesa de 5ª Geração.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto A-DARTER é apresentada na figura abaixo:



DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
GAC-PAC - - Grupamento de Acompanhamento e Controle do Programa Aeronave de Combate
GAC-AFS - Grupamento de Acompanhamento e Controle na África do Sul
IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial
COMPREP - Comando de Preparo
COMGAP - Comando Gereal de Apoio
DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

Os recursos orçamentários aplicados no Projeto A-DARTER são os provenientes da ação orçamentária 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial e 20I4 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas do Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação.

No ano de 2019, devido ao estágio de desenvolvimento do Projeto, não houve necessidade de aporte de recursos da ação orçamentária 20I4. Para a complementação dos recursos existentes, necessários para a finalização do projeto com o recebimento das últimas etapas contratuais, foi alocado o montante de R$ 270.453,29 provenientes da ação orçamentária 20XB.

GRUPOS DE INTERESSE

Por se tratar de um sistema de defesa, este Projeto relaciona-se com os seguintes grupos de interesse: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA, Comando de Preparo – COMPREP, Comando-Geral de Apoio – COMGAP, Base Industrial de Defesa – Avibras Indústria Aeroespacial S/A., AKAER Engenharia S/A. e seus fornecedores.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	R$ 46.288.326,47	R$ 49.284.371,55
	US$ 52,000,000.00	US$ 77,190,000.00

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2019

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.93455.05.572.6012.20XB	20XB - Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial	1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional	-	P0005 – Desenvolvimento de Projetos de Sistemas Bélicos e Associados

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019

PPA	PA	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
0	0	0	0	270.453,29

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP/Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES)		FINAL 2019 (INSCRITOS)
20I4	R$ 5.795.102,56	US$ 1.483.339,12	R$ 0,00
20XB	R$ 1.000.000,00	US$ 139.498,57	R$ 0,00
TOTAL	R$ 6.795.102,56	US$ 1.622.837,69	

VARIAÇÃO

CT 001/CTA-SDDP/2006 (US$)	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5	TA6
	52,000,000.00	52,000,000.00	53,676,017.51	65,000,000.00	77,190,000.00	77,190,000.00	77,190,000.00
Variação		0%	3,22%	25,00%	48,44%	48,44%	48,44%
005/CTA-SDDP/2008 (R$)	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5	TA6
	36.888.937,76	36.888.937,76	38.169.386,49	38.425.712,93	40.369.759,58	40.369.759,58	40.369.759,58
Variação		0%	3,47%	4,17%	9,44%	9,44%	9,44%

036/DCTA-COPAC/2014 (R$)	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3
	7.499.789,46	7.499.789,46	7.499.789,46	7.015.012,72
Variação		0%	0%	-6,46%

021/GAPBR-COPAC/2018 (R$)	CT ORIGINAL
	R$ 1.899.599,25
Variação	

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	R$	US$	R$	US$	R$	US$
2005	0	635.897,43	0	0	0	0
2006	0	6.999.374,70	0	0	0	0
2007	4.879.388,37	8.429.466,11	0	10.473.878,81	0	10.473.878,81
2008	21.454.835,28	13.267.919,77	7.061.989,76	8.019.847,53	7.061.989,76	8.019.847,53
2009	28.220.384,19	5.963.961,47	31.578.447,40	8.642.370,48	31.578.447,40	8.642.370,48
2010	23.626.429,80	15.212.180,59	26.079.976,75	9.152.441,66	26.079.976,75	9.152.441,66
2011	40.928.598,43	10.945.036,01	34.689.181,04	7.710.480,02	34.689.181,04	7.710.480,02
2012	23.107.517,95	7.933.531,91	22.055.355,19	11.553.228,69	22.055.355,19	11.553.228,69
2013	2.278.687,14	0	17.020.179,78	5.554.619,79	17.020.179,78	5.554.619,79
2014	14.650.400,00	4.400.000,00	1.799.528,55	3.096.059,27	1.799.528,55	3.096.059,27
2015	15.999.679,09	0	15.286.370,62	3.033.469,34	15.286.370,62	3.033.469,34
2016	4.490.235,29	0	13.075.621,07	5.668.005,43	13.075.621,07	5.668.005,43
2017	1.000.000,00	320,199.95	7.084.834,80	773.757,16	7.084.834,80	773.757,16
2018	2.895.108,71	3.082.432,06	243.974,54	1.889.004,13	243.974,54	1.889.004,13
2019	269.858,11	123,53	6.065.288,74	1.622.837,69	6.065.288,74	1.622.837,69
Total	183.801.122,36	76.869.923,58	182.040.748,24	77.190.000,00	182.040.748,24	77.190.000,00

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (NACIONAL)

ANO	CT 005/CTA-SDDP/08			CT 036/DCTA-COPAC/14			CT 021/GAPBR-COPAC/18
	Principal	Reajuste	Total	Principal	Reajuste	Total	Sem reajuste
2008							
2009	12.095.587,20		12.095.587,20				
2010	9.677.263,96	4.384,80	9.681.648,76				
2011	10.233.264,66	610.873,18	10.844.137,84				
2012	3.597.509,70	412.680,00	4.010.189,70				
2013	576.438,61	102.046,38	678.484,99				
2014			0,00				
2015	1.004.632,34	323.324,32	1.327.956,66	1.000.000,00		1.000.000,00	
2016	185.826,57	89.103,83	274.930,40	4.968.442,44	353.625,87	5.322.068,31	
2017	639.792,62	306.780,55	946.573,17	510.000,00	53.941,17	563.941,17	
2018	154.351,16	89.623,38	243.974,54			0,00	
2019	2.028.782,77	1.503.049,81	3.531.832,58	536.570,28	97.286,63	633.856,91	1.899.599,25
Parcial	40.193.449,59	3.441.866,25	43.635.315,84	7.015.012,72	504.853,67	7.519.866,39	1.899.599,25
Total							53.054.781,48

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC. Contratos em vigor no exercício.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (EXTERIOR)

O Contrato de Despesa nº 001/DCTA-SDDP/2006 é fixo e irreajustável.

CT 001/DCTA-SDDP/2006 (US$)25			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2007	10.473.878,81		10.473.878,81
2008	8.019.847,53		8.019.847,53
2009	8.642.370,48		8.642.370,48
2010	9.152.441,66		9.152.441,66
2011	7.710.480,02		7.710.480,02
2012	11.553.228,69		11.553.228,69
2013	5.554.619,79		5.554.619,79
2014	3.096.059,27		3.096.059,27
2015	3.033.469,34		3.033.469,34
2016	5.668.005,43		5.668.005,43
2017	773.757,16		773.757,16
2018	1.889.004,13		1.889.004,13
2019	1.622.837,69		1.622.837,69
Total	77.190.000,00		77.190.000,00

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC

INDICADORES

METODOLOGIA. O Gerenciamento de Risco do Projeto está sendo feito conforme previsto na: NPA/VICEPAC/115 – Gestão de Risco na COPAC, de 27 de julho de 2018 e ICA 80-13/2018.

O avanço físico é acompanhado por Pacotes de Engenharia de Produção (WBE), os quais consistem em serviços a serem realizados por subsistema do míssil (Espoleta, PSA, Atuador, GA, etc). Para cada subsistema foi atribuído um peso (x1, x2, ...), relativo ao esforço alocado no WBE. O WBE é subdividido em diversos Pacotes de Trabalho, que por sua vez, também são subdivididos em Atividades e Entregas. Vale ressaltar que para cada Atividade e Entrega foi atribuído um peso (y1, y2, ...), relativo a sua influência no Projeto como um todo. Inicialmente, em cada subsistema, soma-se o valor das Atividades e Entregas com seu respectivo peso (y), em seguida, nos resultados são aplicados os respectivos pesos (x). Finalmente, somam-se os resultados com os pesos e se obtém o avançamento total do Pacote de Trabalho. Com a média aritmética dos Pacotes de Trabalho se obtém o avançamento total do WBE. Os indicadores de avanço físico foram todos recalculados em função dessa nova metodologia adotada. No controle do avanço financeiro, por sua vez, não foram contemplados os adiantamentos de pagamento (Down Payment), consequentemente os respectivos indicadores também foram recalculados.

AVANÇO	ATÉ ANO ANT.	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	2020	2021	...	2035
FÍSICO	97,14%	97,14%	95,11%	98,46%	100%	%	%	%	%
FINANC.	99,3%	99,3%	99,3%	99,3%	100%	%	%	%	%

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 16/10/2006 Término do Projeto: 29/04/2011 Custo Estimado (contrato principal): US$ 52,000,000.00 Autorização: Aviso Interno R-1/GC4/4 de 25/09/03	Início do Projeto: 16/10/2006 Término do Projeto: 30/11/2019 Custo Total (contrato exterior): US$ 77,001,612.07 Custo Total (contratos Brasil): R$ 182.040.747,44 Custo Atual (contratos Brasil): R$ 178.321.178,10 Custo Atual (contrato exterior): US$ 77,001,612.07

METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

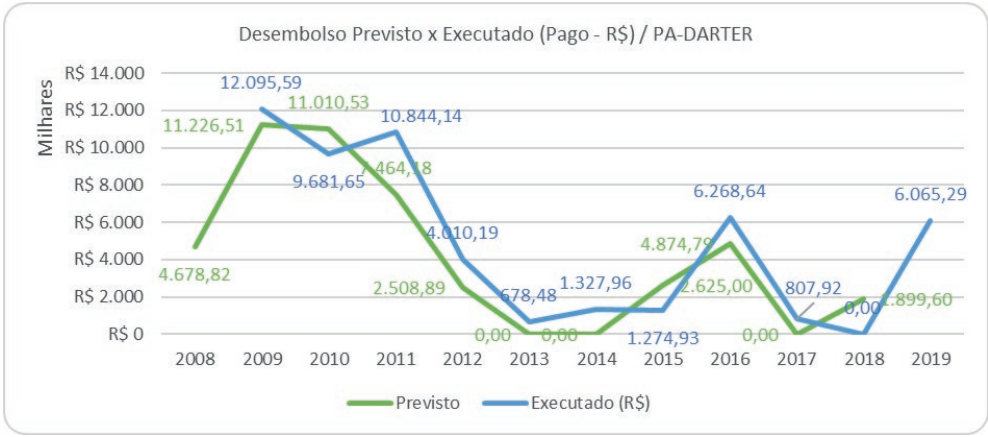
DESCRIÇÃO	PREVISTA	ATINGIDA	%
Recebimento de etapa em conformidade com o cronograma físico-financeiro estabelecidos contratualmente	5	5	100

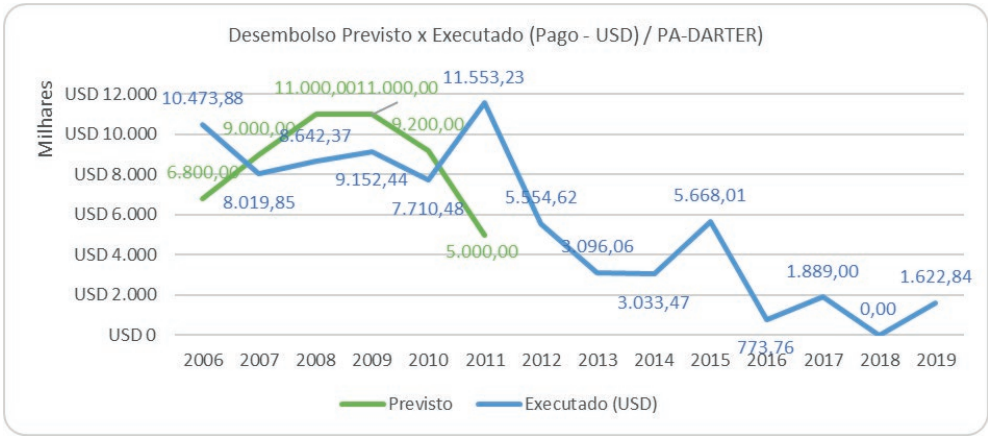
RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

Em 2019 foram recebidas as última Etapas do Contrato de Despesa nº 021/GAPBR-COPAC/2018, do Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014, do Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 e do Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008, atestando que os entregáveis estavam de acordo com os referidos contratos, assinados os Certificados de Tipo do míssil e a entrega do Data Package do míssil A-DARTER pela empresa contratada Armaments Corporation of South Africa - ARMSCOR.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em R$ e US$).

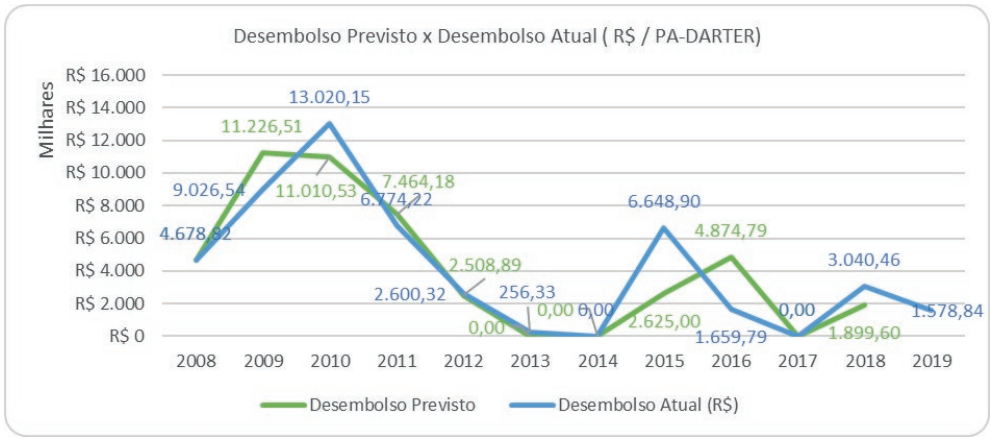


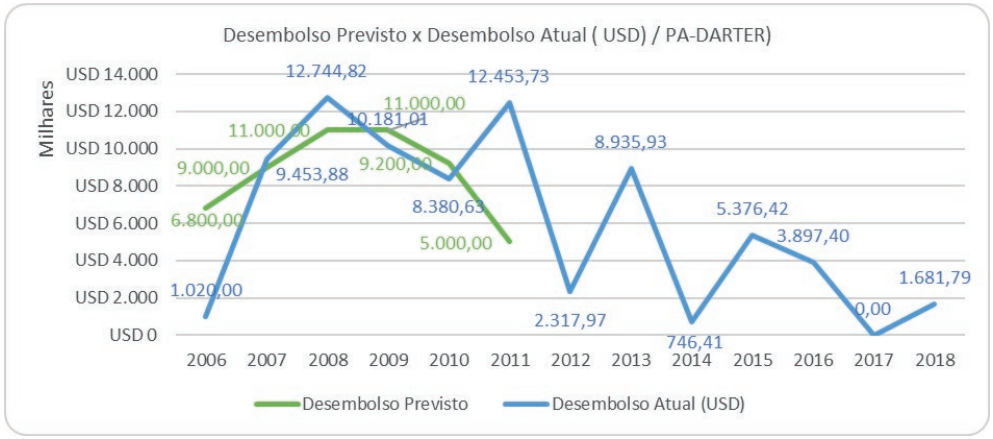


Fonte: Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.

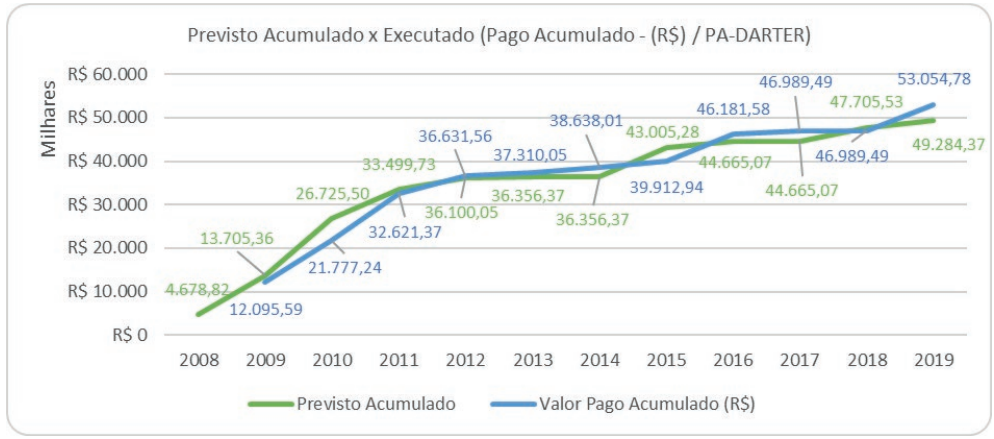


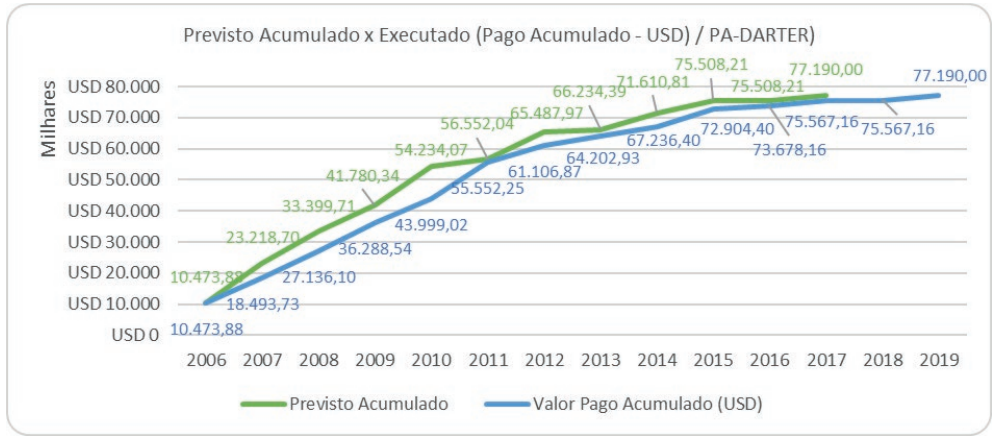


Fonte: Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em R$ e US$).





Fonte: Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados na descrição resumida dos termos aditivos aos contratos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	16/10/2006	Início	16/10/2006
Término	29/04/2011	Término	30/11/2019

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	ARMAMENTS CORPORATION OF SOUTH AFRICA – ARMSCOR LTD
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX do Art.24 da Lei nº 8.666/93 regulamentado pelo Decreto nº 2.295/97
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato em referência decorre do Acordo de Assuntos Relacionados à Defesa celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul em 4 de junho de 2003.

O Contrato de Despesa Nº 001/CTA-SDDP/2006, assinado em 16 de outubro de 2006, com a empresa Armaments Corporation of South Africa (ARMSCOR) Ltd., agência governamental competente para a realização de licitações e processos de aquisição do Departamento de Defesa (DoD) da República da África do Sul, tem como objeto o fornecimento dos SERVIÇOS relacionados ao desenvolvimento conjunto e certificação de um Sistema de Míssil Ar-Ar Infravermelho de Curto Alcance para Auto Defesa (SRAAM) de 5ª Geração e o estabelecimento de base inicial de suporte logístico, incluindo o gerenciamento do programa, e transferência de tecnologia. Com valor total de R$ US$ 52,000,000.00 (CE ABR06), atualmente está em seu 6º Termo Aditivo, com valor contratual de US$ 77,190,000.00. Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial e 20I4 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas do Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação. O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 29 de abril de 2011, posteriormente foi prorrogado até 18 de outubro de 2019.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 122, de 27 de junho de 2007.

Em 14 de dezembro de 2006, foi pactuado um Ajuste Suplementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul relativo a medidas gerais para a pesquisa, desenvolvimento, certificação e transferência de tecnologia conjunta de um Míssil Ar-Ar.

Como consequência do "Ajuste suplementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul" e da necessidade de atualização do Cronograma Físico-Financeiro - CFF do Contrato, de forma que este refletisse os reais prazos e datas de execução do Projeto A-Darter na República da África do Sul, foi firmado o 1º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006, em 21 de junho de 2007. O preço total permaneceu US$ 52,000,000.00 (CE ABR06) e o prazo de vigência foi postergado para 16 de outubro de 2012.

2006, com a empresa Armaments Corporation of South Africa (ARMSCOR) Ltd., agência governamental competente para a realização de licitações e processos de aquisição do Departamento de Defesa (DoD) da República da África do Sul, tem como objeto o fornecimento dos SERVIÇOS relacionados ao desenvolvimento conjunto e certificação de um Sistema de Míssil Ar-Ar Infravermelho de Curto Alcance

para Auto Defesa (SRAAM) de 5ª Geração e o estabelecimento de base inicial de suporte logístico, incluindo o gerenciamento do programa, e transferência de tecnologia. Com valor total de R$ US$ 52,000,000.00 (CE ABR06), atualmente está em seu 6º Termo Aditivo, com valor contratual de US$ 77,190,000.00. Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial e 20I4 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas do Programa 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação. O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 29 de abril de 2011, posteriormente foi prorrogado até 18 de outubro de 2019.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 110, de 11 de junho de 2008.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 10 de junho de 2008, motivado pela necessidade de alterar especificações e ajustar tecnicamente o Projeto A-DARTER aos objetivos do COMAER, alterando o preço total do Contrato, bem como o escopo dos serviços de infraestrutura disponibilizados pela ARMSCOR. O preço total passou para US$ 53,676,017.51 (CE FEV08) e o prazo de vigência foi mantido em 16 de outubro de 2012.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 134, de 14 de julho de 2011.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 1º de julho de 2011, motivado pela necessidade de se ajustar o CFF, em virtude de atrasos em etapas de desenvolvimento do Projeto, gerados por fatos supervenientes decorrentes da concretização de riscos inerentes a um Projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Tal instrumento ainda registrou aumento do escopo do Projeto, relacionado a acesso a tecnologias, de interesse do Brasil, desenvolvidas pelo governo da África do Sul, alterando assim o preço total do Contrato. O preço total passou para US$ 65,000,000.00 (CE FEV08) e o prazo de vigência foi postergado para 16 de setembro de 2013.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 107, de 6 de junho de 2013.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 4 de junho de 2013, também motivado pela necessidade de se ajustar o CFF, em virtude de atrasos em etapas de desenvolvimento do Projeto, gerados por fatos supervenientes decorrentes da concretização de riscos inerentes a um Projeto de desenvolvimento de elevado nível de complexidade tecnológica. Com consequência de tais fatos, houve a necessidade de aumento da mão de obra de serviços de gerenciamento do programa, controle de qualidade e gerenciamento de configuração de engenharia de sistema do Projeto alterando o valor total do Contrato. O preço total passou para US$ 77,190,000.00 (CE FEV08) e o prazo de vigência foi postergado para 18 de outubro de 2015.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 197, de 15 de outubro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 14 de outubro de 2015, motivado pela necessidade de adequação do CFF de uma das etapas, a fim de assegurar o repasse para Contratante de toda a documentação gerada no Projeto. O preço total permaneceu US$ 77,190,000.00 (CE FEV08) e o prazo de vigência foi postergado para 18 de outubro de 2018.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006
Publicação	DOU nº 189, de 1º de outubro de 2018.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 foi firmado em 27 de setembro de 2018, motivado pelo mesmo motivo do anterior. O preço total permaneceu US$ 77,190,000.00 (CE FEV08) e o prazo de vigência foi postergado para 18 de outubro de 2019.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	AVIBRAS – DIVISÃO AÉREA E NAVAL S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8666/93 combinado com o inciso I do Art 1º do Decreto nº 2.295/97
Publicação Ratificação	DOU nº 251, de 26 de dezembro de 2008.

O Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008, assinado em 23 de dezembro de 2008 com a empresa AVIBRAS – divisão aérea e naval S.A., tem como objeto o fornecimento de material e prestação de serviços subdivididos por Lote: Lote A – Prestação de serviços técnico-especializados de engenharia por 36 (trinta e seis) meses para o acompanhamento do desenvolvimentos conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM); Lote B – Fornecimento de material e prestação de serviços técnico-especializados de engenharia por 40 (quarenta) meses, para absorção de tecnologias de subsistemas prioritários referentes ao desenvolvimento conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM); Lote C - Fornecimento de Material e prestação de serviços técnico especializados por 42 (quarenta e dois) meses para adaptação parcial dos laboratórios referentes ao desenvolvimento conjunto de um sistema de Míssil Ar-Ar de curto alcance (SRAAM). Com valor total de R$ 36.888.937,76 (CE DEZ08), atualmente está em seu 6º Termo Aditivo, com valor contratual de R$ 40.369.759,58. O fim da vigência deste Contrato estava programado para 48 meses, posteriormente foi prorrogado para 138 meses.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 246, de 24 de dezembro de 2010.

O 1 º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de dezembro de 2010, motivado pela necessidade de adaptação aos insumos e processos disponíveis no País, no que se refere aos materiais e serviços técnico-especializados para absorção de tecnologias e sistemas prioritários e da elaboração de um plano de certificação para garantir que as especificações após a adaptação sejam atendidas. O preço total permaneceu R$ 36.888.937,76 (CE DEZ08) e o prazo de vigência foi postergado para 52 meses.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 247, de 26 de dezembro de 2011.

O 2 º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de dezembro de 2011, motivado pela necessidade de prorrogação da permanência na África do Sul por mais 12 meses da mão-de-obra (“equipe A”) responsável por acompanhar as atividades de desenvolvimentos do Projeto e continuar no processo de transferência desses conhecimentos para a equipe do Brasil (“equipe B”). O preço total passou para R$ 38.169.386,49 (CE DEZ08) e o prazo de vigência foi postergado para 66 meses.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 243, de 18 de dezembro de 2012.

O 3º TA ao Contrato nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 17 de dezembro de 2012, motivado pelo replanejamento suportado pelo Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 (contrato de desenvolvimento) e pelos estudos da Gerência de Projetos, assessorada pelos Grupos de Acompanhamento, que comprovaram a necessidade de sincronizar parte das entregas previstas dos Contratos no Brasil com o respectivo atraso no contrato de desenvolvimento, estendendo as atividades referentes ao lote A do CFF até 30 de junho de 2013, com o devido acréscimo ao valor contratual. O preço total passou para R$ 38.425.712,93 (CE DEZ08) e o prazo de vigência foi mantido em 23 de junho de 2014.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 117, de 23 de junho de 2014.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 23 de junho de 2014, motivado pelo replanejamento do Contrato de Despesa nº 001/CTA-SDDP/2006 (contrato de desenvolvimento) e pelos estudos da Gerência de Projetos, assessorada pelos Grupos de Acompanhamento, que comprovaram a necessidade de sincronizar parte das entregas previstas dos Contratos no Brasil com o respectivo atraso no contrato de desenvolvimento, estendendo as atividades referentes ao lote B do CFF até dezembro de 2015, com o devido acréscimo ao valor contratual. O preço total passou para R$ 40.369.759,58 (CE DEZ08) e o prazo de vigência foi postergado para 90 meses.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 242, de 18 de dezembro de 2015.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 17 de dezembro de 2015, motivado pela necessidade de ajustes em etapas do Lote B, por decorrência de não aceitação de matérias primas, obrigando nova importação desses insumos, e da necessidade de viabilizar tempo para novos estudos e relatórios adicionais ao Projeto, gerando a necessidade da extensão das atividades do lote B do CFF até dezembro de 2017. O preço total permaneceu R$ 40.369.759,58 (CE DEZ08) e o prazo de vigência foi postergado para 114 meses.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008
Publicação	DOU nº 115, de 18 de junho de 2018.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 005/CTA-SDDP/2008 foi firmado em 14 de junho de 2018, motivado pela necessidade de ajustes no CFF, que refletissem a extensão da prestação de serviços técnico-especializados de engenharia (Lote B), bem como a reprodução dos subsistemas prioritários. O preço total permaneceu R$ 40.369.759,58 (CE DEZ08) e o prazo de vigência foi postergado para 138 meses.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	DENEL DO BRASIL
Modalidade de Licitação	Inexigível nos termos do "CAPUT" do Art. 25, da Lei nº 8.666/93
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa 036/DCTA-COPAC/2014, assinado em 27 de maio de 2015 com a empresa DENEL DO BRASIL, tem como objeto o suporte ao desenvolvimento da industrialização do Projeto A-DARTER no Brasil. Com valor total de R$ 7.499.789,46, atualmente está em seu 3º Termo Aditivo, com valor contratual de R$ 7.015.012,72. O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 27 de novembro de 2017, posteriormente foi prorrogado para 30 de novembro de 2019.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 242, de 18 de dezembro de 2015.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 17 de dezembro de 2015, motivado pela necessidade de se ajustar o CFF em virtude de antecipação de etapas disponibilizadas pela contratada e de interesse da contratante. O preço total permaneceu R$ 7.499.789,46 e o prazo de vigência foi mantido em 27 de novembro de 2017.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 226, Seção 3, de 27 de novembro de 2017

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 24 de novembro de 2017, motivado pela necessidade de se alterar a Cláusula 8ª – Prazo de Vigência, a fim de adequar a vigência à execução das atividades decorrentes da transferência dos processos industriais relacionados ao contrato. O preço total permaneceu R$ 7.499.789,46 e o prazo de vigência foi postergado para 27 de novembro de 2018.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014
Publicação	DOU nº 225, Seção 3, de 23 de novembro de 2018.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 036/DCTA-COPAC/2014 foi firmado em 22 de novembro de 2018, motivado pela necessidade de alterações no arranjo contratual do Projeto, como a saída da empresa Mectron e a assinatura do 6º Termo Aditivo (de mudança do Statement Of Work - SOW) no Contrato n.º 005/CTA-SDDP/2008 com a AVIBRAS, bem como para adaptar as atividades previstas nas ETAPAS 7 e 8, a fim de que a Denel do Brasil pudesse apresentá-las, com redução de escopo e preço. O valor total do contrato foi ajustado para R$ 7.015.012,72 e o prazo de vigência foi postergado para 30 de novembro de 2019.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 021/GAPBR-COPAC/2018
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	OPTO TECNOLOGIA OPTRÔNICA LTDA
Modalidade de Licitação	Licitação Dispensável, inciso IX, do art. 24 da Lei 8666/93
Publicação	DOU nº 242, Seção 3, de 18 de dezembro de 2018.

O Contrato de Despesa 021/GAPBR-COPAC/2018, assinado em 14 de dezembro de 2018 com a empresa OPTO TECNOLOGIA OPTRÔNICA LTDA, tem como objeto a participação da CONTRATADA no Projeto A-DARTER com responsabilidades de absorção e reprodução de tecnologia no Brasil de forma laboratorial, em conformidade com as Fases 2 e 3 do Projeto. Os processos industriais remanescentes dos subsistemas anteriormente desenvolvidos na Mectron (Fuze), bem como os específicos de subsistemas, cujas transferências de tecnologia foram absorvidas pela Opto (IRSA e Dome), deverão ser implantados na empresa OPTO Tecnologia Optrônica em duas fases, sendo que nesse momento apenas a primeira fase conta com recursos oriundos do FNDCT para sua consecução. Como resultado esperado, será demonstrado o nível de absorção atingido durante o processo de transferência de tecnologia para viabilizar no futuro o fornecimento de subsistemas produzidos no País. Com valor total de R$ 1.899.599,25 (CE NOV18), atualmente está mantida sua pactuação original, sem termos aditivos. Esta despesa está sendo custeada pela Ação orçamentária 20I4 (Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas). O fim da vigência deste Contrato foi programado para ocorrer em 26 de julho de 2019.

PROJETO LINK-BR2

O Projeto LINK-BR2 visa a prestação de serviços e o provimento de bens, necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do Sistema de Comunicações por Enlaces Digitais da Aeronáutica. Este Sistema proporcionará um aumento da consciência situacional dos pilotos e a melhoria dos mecanismos de Comando e Controle da Força Aérea Brasileira, com base no previsto no Sistema de Comunicações por Enlaces Digitais da Aeronáutica – SISCENDA, provendo a interoperabilidade entre diferentes meios aéreos. A concretização do processo de prestação de serviços e de fornecimento de bens se deu com a assinatura de um contrato de despesa com a empresa MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. no ano de 2012.

NOME DO PROJETO

PROJETO LINK BR2.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

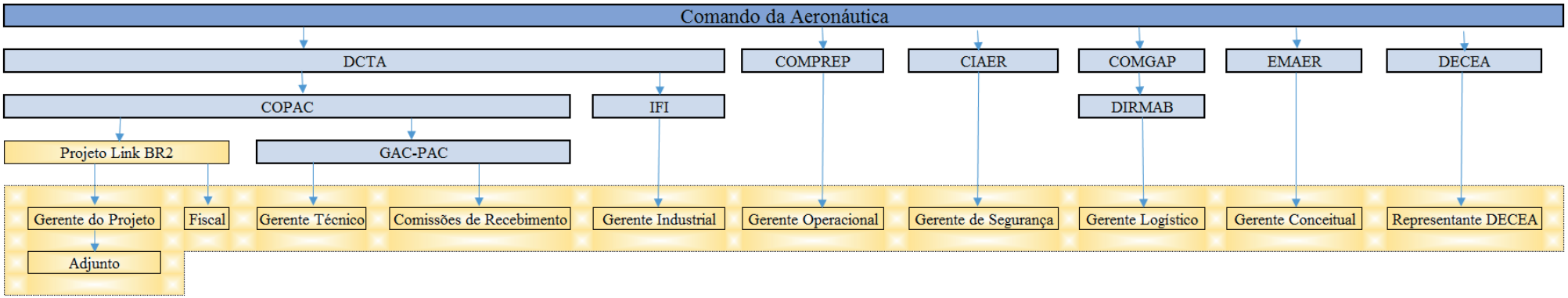
Desenvolvimento, integração, validação e fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do Sistema de Comunicações por Enlaces Digitais da Aeronáutica - SISCENDA e que contenha o Protocolo Link BR2. Este sistema tem como principais características do sistema: Redução do tempo no ciclo de decisão no teatro de operações das missões militares e nos Centros de Comando e Controle Forças Armadas; e Redução do risco de fratricídio, pela identificação positiva das aeronaves envolvidas na integração do sistema.

PRODUTO

Sistema tático de enlace de dados.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto LINK-BR2 é apresentada na figura abaixo:



DCTA: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COPAC: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
GAC-PAC: Grupo de Acompanhamento e Controle - Programa Aeronave de Combate
IFI: Instituto de Fomento Industrial
COMPREP: Comando de Preparo
CIAER: Centro de Inteligência da Aeronáutica
COMGAP: Comando-Geral de Apoio
DIRMAB: Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER: Estado-Maior da Aeronáutica

Fonte: COPAC

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

O Projeto, por meio do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012, teve seu escopo reduzido face às recorrentes restrições orçamentárias ocorridas no período de 2014 a 2017 e, também à necessidade de adequação à Norma de Engenharia de Sistemas SMC-S-021, correção de lacunas em cláusulas contratuais, alteração de requisitos e adequações técnicas que permitam a certificação do sistema. Os recursos orçamentários para o Projeto Link BR2 são os provenientes das ações orçamentárias 20XB - Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial, 15LS - Implantação do Projeto Link Tático Aeronáutico, 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados e 219W - Interoperabilidade de Sistemas de Defesa. Para o atendimento das demandas contratuais de 2019 foram disponibilizados recursos nas ações orçamentárias 219W (R$ 12.635.000,00) e 20IH (R$ 20.100.000,00). A ação 20IH teve seus recursos integralmente contingenciados e posteriormente cortados no exercício. Já os recursos disponibilizados na ação 19W sofreram um bloqueio de R$ 2.403.537,00 que acabaram sendo desbloqueados no decorrer do ano.

GRUPOS DE INTERESSE

Tendo como produto um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do Sistema de Comunicações por Enlaces Digitais da Aeronáutica, destinado à melhoria dos mecanismos de Comando e Controle da Força Aérea Brasileira, permitindo a troca de dados sem a necessidade de comunicação por voz, foram identificados como grupos de interesse deste Projeto além dos envolvidos na missão de manter a soberania do espaço aéreo brasileiro, os seguintes beneficiários, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica: o Ministério da Defesa – MD, a Marinha do Brasil, o Exército Brasileiro, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, o Instituto de Fomento Industrial, Comando de Preparo e Comando de Operações Aeroespaciais, além das Empresas Mectron COMM, AEL Sistemas, Krypitus, SAAB AB Electronic Defence Systems, Elbit Systems e Embraer S/A.

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	R$ 193.091.871,47	R$ 180.126.569,23

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
10.52101.05.722.2058.219W	219W - Interoperabilidade de Sistemas de Defesa	-	-	PO 0003 Implantação do Link Tático Aeronáutico-LINK-BR2

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

DOTAÇÃO AUTORIZADA PARA O PROJETO

PPA	LOA/PROJETO	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
	27.710.895,00/ 12.643.529,50	10.529.166,67	10.529.166,67	12.635.000,00

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP/Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES) R$	FINAL 2019 (INSCRITOS) R$
15LS	9.300.000,00	0
20IH		
20XB	168.949,81	0
219W		12.642.000,00
TOTAL	9.468.949,81	12.642.000,00

VARIAÇÃO

033/DCTA-COPAC/2012	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5	TA6
	R$ 193.091.871,47	R$ 199.907.062,01	R$ 231.959.562,54	R$ 231.959.562,54	R$ 231.959.562,54	R$ 231.959.562,54	R$ 180.126.569,23
Variação		4%	20,13%	20,13%	20,13%	20,13%	-6,71%

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO (R$)	LIQUIDADO (R$)	PAGO (R$)
2012	4.972.703,22		
2013	38.618.374,30	32.005.565,23	32.005.565,23
2014	38.000.000,00	49.126.076,27	49.126.076,27
2015	16.650.000,00	321.485,87	321.485,87
2016	3.023.216,69	16.051.907,02	16.051.907,02
2017	55.555,56	0,00	0,00
2018	9.300.000,00	417.213,54	417.213,54
2019	12.635.000,00	3.228.652,03	3.228.652,03
Total	**123.254.849,77**	**101.150.899,96**	**101.150.899,96**

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (NACIONAL)

033/DCTA-COPAC/12			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2013	32.005.565,23	0	32.005.565,23
2014	47.609.676,80	1.516.399,47	49.126.076,27
2015	295.506,70	25.979,17	321.485,87
2016	14.754.757,31	1.297.149,71	16.051.907,02
2017	0,00	0,00	0,00
2018	355.680,77	61.532,77	417.213,54
2019	2.306.018,17	922.633,86	3.228.652,03
Total	**97.327.204,98**	**3.823.694,98**	**101.150.899,96**

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (EXTERIOR)

Este Projeto não possui contratos com empresas estrangeiras.

INDICADORES

Tanto para o indicador de avanço físico quanto para o indicador de avanço financeiro foram lançados os valores acumulados desde o início do projeto, conforme orientações contidas. A metodologia utilizada para o indicador físico foi a quantidade de WBE (Work Break-Down Element) cumprido pela CONTRATADA até o ano anterior e trimestres, dividido pela quantidade total de WBE previsto no contrato e considerando como avanço a data prevista de aceitação de cada WBE, baseado nas datas de entrega dos Anexos I (CFF) e II (SOW – Statement of Work). A metodologia utilizada para o indicador financeiro foi o valor gasto até o ano anterior e trimestres, dividido pelo custo total do contrato, tudo nas condições econômicas de outubro de 2012 (sem considerar reajustes) e considerando como avanço a data prevista no CFF para a entrega da etapa.

AVANÇO	ATÉ ANO ANT.	1º TRIM 2019	2º TRIM 2019	3º TRIM 2019	4º TRIM 2019	2020	2021	2022	2023
FÍSICO	14%	17%	21%	29%	29%	68%	100%	N/A	N/A
FINANC.	52,75%	53,30%	53,30%	54,00%	54,00%	80,70%	100%	N/A	N/A

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 06/12/2012 Término do Projeto: 21/12/2016 Custo Estimado: R$ 193.091.871,47 (Condições Econômicas de outubro de 2012)	Início do Projeto: 06/12/2012 Término do Projeto: 31/03/2022 Custo Total: R$ 180.126.569,23 (Condições Econômicas de outubro de 2012, com redução de escopo – TA6) Custo até agora: R$ 97.327.204,98 (Condições Econômicas de outubro de 2012) + R$ 3.823.694,98 (Reajustes Contratuais) = R$ 101.150.899,96. (Pagamentos = R$ 32.005.565,23 em 2013; R$ 49.126.076,27 em 2014; R$ 321.485,87 em 2015; R$ 16.051.907,02 em 2016; R$ 417.213,54 em 2018; e R$ 3.228.652,03 em 2019)

METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

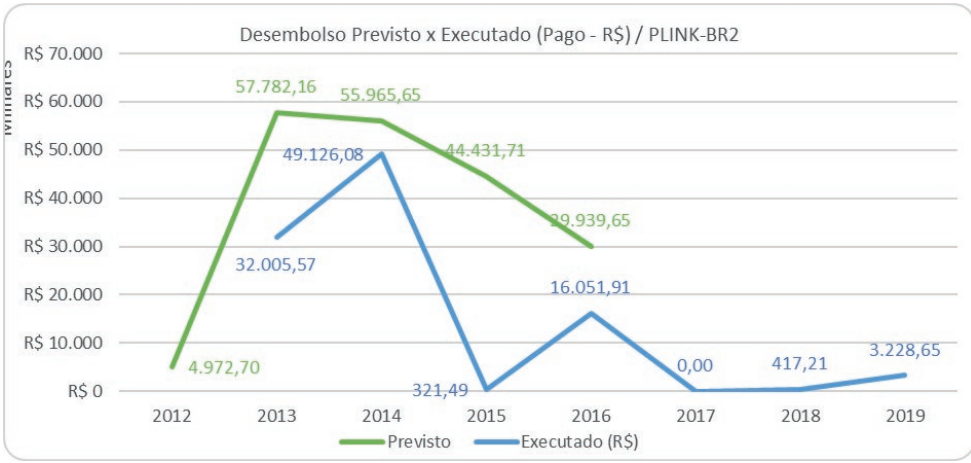
DESCRIÇÃO	PREVISTA	EXECUTADA	%
Recebimento de etapa em conformidade com o cronograma físico-financeiro estabelecidos contratualmente	16	13	81,25

RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

Foram entregues e recebidas treze etapas das dezesseis previstas no cronograma físico-financeiro do Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

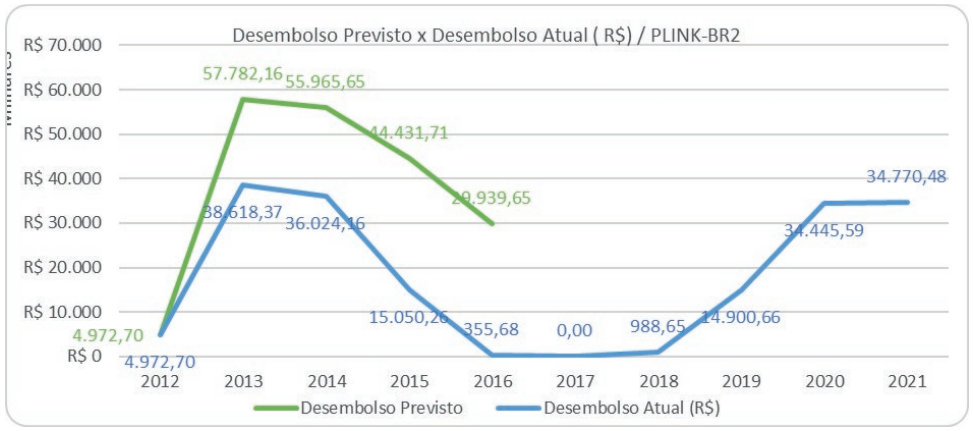
O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em R$).



Fonte: COPAC *Valores referentes aos contratos em vigor

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

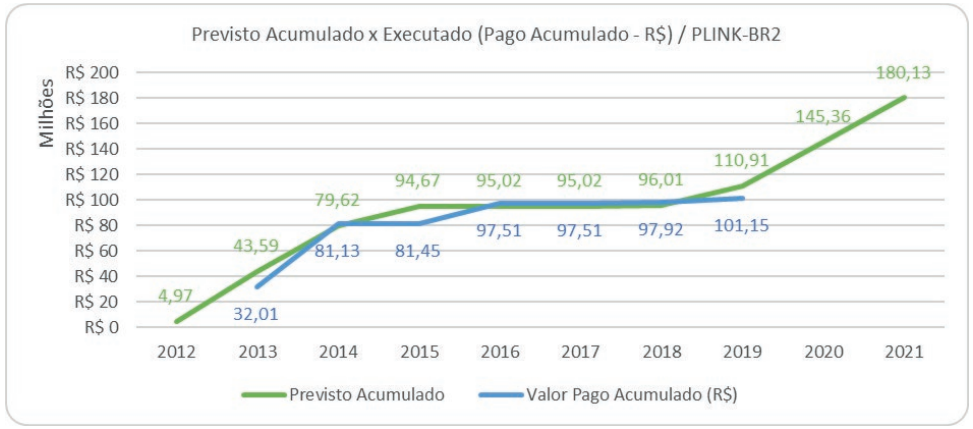
O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.



Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

O gráfico comparativo a seguir demonstra a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em R$).



Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados nas descrições resumidas dos termos aditivos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	06/12/2012	Início	06/12/2012
Término	21/12/2016	Término	31/03/2022

ACORDOS DE COMPENSAÇÃO (OFFSET)

Como contrapartida, em observância à Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, foi firmado um Acordo de Compensação, visando o desenvolvimento e a modernização tecnológica e industrial, tendo como beneficiária a empresa Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S.A.. O quadro abaixo apresenta os valores das obrigações e dos créditos reconhecidos.

Valor da Obrigação	Valor Total Projetos	Créditos Reconhecidos	Saldo a reconhecer	Percentual executado	Empresa Fornecedora	Data de vigência
33.675.000,00	33.675.000,00	3.236.250,00	30.438.750,00	10%	RAFAEL	31/12/2019

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC. Valores apresentados em US$.

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	MECTRON – ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do inciso IX, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93 combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93.

O Contrato de Despesa nº 33/DCTA-COPAC/2012, assinado em 6 de dezembro de 2012 com a empresa MECTRON - ENGENHARIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., tem como objeto o desenvolvimento e a implantação de um sistema de enlace digital entre as aeronaves F-5M e A-29. Com valor total de R$ 193.091.871,47, na CE OUT12, atualmente está em seu 6º Termo Aditivo com valor contratual de R$ R$ 180.126.569,23. Esta despesa está sendo custeada pela ação orçamentária 20IH (Modernização e Revitalização de Aeronaves). O prazo de vigência inicial deste contrato estava programado para dezembro de 2016, atualmente está prorrogado até 31 de março de 2022.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 249, de 24 de dezembro de 2013.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 18 de dezembro de 2013, motivado pela necessidade de adequação das Cláusulas do Contrato às normas de Engenharia de Sistema (SMC – S -021), respaldada pela análise técnica realizada pela Gerência do Projeto, que postergou o prazo de vigência do Projeto, realizando ainda ajustes com relação a Etapa 4, após alinhamentos técnicos entre a contratante e a Contratada. O preço total passou para R$ 199.907.062,01 (CE OUT12) e o prazo de vigência foi prorrogado para 31 de dezembro de 2017.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 70, de 14 de abril de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 26 de março de 2015, motivado pela necessidade de inclusão e exclusão de atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2, adequação do CFF e demais cláusulas, em virtude do baixo orçamento na LOA 2014, o que gerou uma necessidade de prorrogação nos prazos de execução e vigência do Contrato e sua contrapartida financeira. O preço total passou para R$ 231.959.562,54 e o prazo de vigência foi prorrogado para 1º de outubro de 2019.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 162, de 25 de agosto de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de agosto de 2015, motivado pela necessidade de se ajustar o CFF e demais anexos de entrega de etapas em virtude de atraso nos procedimentos de apresentação, análise, reapresentação e aceitação da Garantia Financeira do 2º TA ao Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012. O preço total a ser pago permaneceu R$ 231.959.562,54, na CE OUT12, assim como o prazo de vigência permaneceu 1º de outubro de 2019.

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 55, de 21 de março de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 21 de março de 2017, motivado pela necessidade de melhor adequação da execução e do acompanhamento do contrato em epígrafe à capacidade orçamentária da CONTRATANTE e aos objetivos do Projeto. O preço total a ser pago permaneceu R$ 231.959.562,54, na CE OUT12, e o prazo de vigência foi prorrogado para 31 de março de 2022.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 101, de 29 de maio de 2017.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 26 de maio de 2017, motivado pela necessidade de alteração subjetiva do polo contratado, de MECTRON, como CONTRATADA SUCEDIDA, pela MECTRON COMM, como CONTRATADA SUCESSORA e, consequentemente, ajustar cláusulas e o preâmbulo

do Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012, bem como incluir condições adicionais para regrar questões relativas a transferência de acervo vinculado à execução do contrato, propriedade intelectual perante a terceiros, subcontratações, processos para apuração de sanções administrativas em andamento, liberação da garantia financeira da contratada sucedida e transferência de responsabilidades. O preço total a ser pago permaneceu R$ 231.959.562,54, na CE OUT12, assim como o prazo de vigência permaneceu 31 de março de 2022.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 245, de 21 de dezembro de 2018.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 033/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de dezembro de 2018, motivado pela necessidade de adequação das cláusulas contratuais e dos anexos do Contrato nº 033/DCTA-COPAC/2012, visando atender a redução do escopo e a disponibilidade de recursos orçamentários previstos para o exercício de 2018. O preço total a ser pago foi ajustado para R$ 180.126.569,23, na CE OUT12, e o prazo de vigência permaneceu 31 de março de 2022.

ACORDO DE COMPENSAÇÃO – DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos acordos de compensação em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	RAFAEL ADVANCED DEFENSE SYSTEMS LTD.
Contrato Associado	033/DCTA-COPAC/2012
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 2.134/97 e no Art. 2 do Decreto nº 78.382/76.

Para compensar as importações de materiais e serviços aplicados nas aeronaves do Projeto LINK-BR2, foi celebrado, em 28 de dezembro de 2012, o Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012 com a empresa RAFAEL ADVANCED DEFENSE SYSTEMS LTD.

O Valor da obrigação acordado foi de US$ 33,675,000.00, dos quais já foram reconhecidos US$ 3,236,250.00. Saldo de créditos a reconhecer US$ 30,438,750.00. Com data de encerramento prevista para 31 de dezembro de 2018, teve como beneficiário a empresa Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S.A..

Instrumento Contratual	1º TA ao Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 245, de 22 de dezembro de 2016.

O 1º TA ao Acordo nº 002/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 21 de dezembro de 2016, motivado pela necessidade de inclusão e exclusão de atividades técnicas para melhor adequação aos objetivos do Projeto LinkBR2, o que gerou um aumento de valores, e, por consequência, aumento da contrapartida da Empresa RAFAEL para este acordo. O prazo de vigência permaneceu 31 de dezembro de 2018.

Instrumento Contratual	2º TA ao Acordo de Compensação nº 002/DCTA-COPAC/2012
Publicação	DOU nº 245, de 21 de dezembro de 2018.

O 2º TA ao Acordo nº 002/DCTA-COPAC/2012 foi firmado em 20 de dezembro de 2018, motivado pelas restrições orçamentárias entre 2016 a 2019, que causou uma diminuição do ritmo do contrato principal, julgou-se então oportuno que o cronograma de atividades que visam à transferência de tecnologia fosse alterado, de forma a permitir que o recebimento do conhecimento necessário ao desenvolvimento de uma forma de onda de 25 KHz, a ser repassado pela empresa RAFAEL, ocorresse no momento da aplicação desse conhecimento em atividades do projeto Link BR2, garantindo maior eficiência na absorção da tecnologia e mitigando os riscos ao desenvolvimento do objeto do contrato associado. O prazo de vigência foi prorrogado até 31 de dezembro de 2019.

PROJETO F-5BR

O Projeto F-5BR visa a modernização das aeronaves F-5 E/F do acervo da FAB, no total de 46 aeronaves, definido como Lote 1. Este primeiro lote foi finalizado em 2013, tendo sido atingido completamente seu objetivo. Tendo em vista a necessidade de se aumentar o número de aeronaves biposto, utilizadas na formação dos pilotos de caça, o COMAER decidiu pela aquisição de 11 aeronaves F-5 do Governo da Jordânia. Como estas aeronaves não eram modernizadas, e em função do conhecimento obtido pela Embraer S/A no primeiro lote de modernização, decidiu-se pela manutenção do Projeto F-5BR, com a celebração de novos contratos para padronização destas aeronaves com as demais da frota do COMAER, dando início assim ao Lote 2. Dentre as novas funcionalidades das aeronaves modernizadas destacam-se a capacidade de lançamento de artefatos com precisão, sobreviver em ambiente hostil, comunicar-se com o mínimo de interferência e o máximo de segurança, receber e transmitir dados em rede, tudo isso de dia ou de noite, sob quaisquer condições de visibilidade, e com alto grau de disponibilidade dos equipamentos. Ainda, o processo de modernização inclui a capacidade de reabastecimento em voo, o emprego de mísseis ar-ar, de curto e médio alcance, e um sistema de autodefesa, dentre outros.

NOME DO PROJETO

PROJETO F-5BR – Lote 2

DESCRIÇÃO DO PROJETO

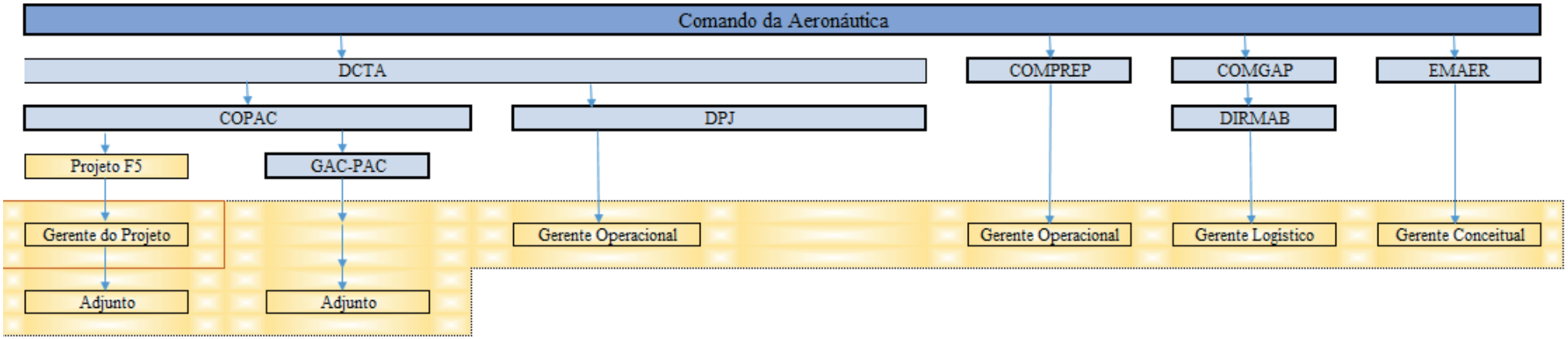
Realizar a modernização e padronização da frota de aeronaves F-5 E/F adquiridas do governo da Jordânia.

PRODUTO

Aeronave de caça tático de defesa aérea e ataque ao solo modernizado.

ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura organizacional para o atendimento das demandas do Projeto F-5BR é apresentada na figura abaixo:



DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate
GAC-PAC - - Grupamento de Acompanhamento e Controle do Programa Aeronave de Combate
DPJ - Divisão de Projetos
COMPREP - Comando de Preparo
COMGAP - Comando Gereal de Apoio
DIRMAB - Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica

Fonte:Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

DIAGNÓSTICO ACERCA DA PERFORMANCE

A efetivação do processo de modernização das aeronaves F-5BR, Lote 2, bem como, do suporte logístico inicial e equipamentos de apoio de solo, se deu com a assinatura dos contratos de despesa com as empresas EMBRAER S/A e EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL – EAI no ano de 2010. Os recursos orçamentários para o Projeto F-5M são os provenientes do Tesouro Nacional, na ação orçamentária 20IH – Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados.

GRUPOS DE INTERESSE

O produto deste Projeto, aeronave de caça tático de defesa aérea e ataque ao solo modernizado, destina-se ao cumprimento da missão da Força Aérea Brasileira de manter a soberania do espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da Pátria, em uma área de 22 milhões de km², especificamente nas ações de Defesa Aérea. Pela sua especificidade de emprego, como grupos de interesse, cita-se a própria nação brasileira e em função da Política de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica da Aeronáutica, incluem-se como grupos de interesse as seguintes empresas e Organizações do Comando da Aeronáutica: EMBRAER S/A, Mectron - Engenharia, Indústria e Comércio S. A., AEL Sistemas S.A., Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e Comando de Preparo (COMPREP).

VALOR GLOBAL ESTIMADO

	CT ORIGINAL	CT ATUAL
Total	R$ 91.779.612,76	R$ 57.330.228,93
	US$ 107.519.244,09	US$ 90.203.121,31

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Este projeto não se utiliza de recuros provenientes de financiamento externo.

VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não aporte de recursos para o projeto no ano de 2019.

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TÍTULO	OBJETIVO	INICIATIVA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
-	-	-	-	-

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA 2019

PPA	PA	BLOQUEADO	DESBLOQUEADO	DISPONÍVEL
0	0	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP/Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	INÍCIO DE 2019 (EX. ANTERIORES)	FINAL 2019 (INSCRITOS)
20IH	R$ 0,00	R$ 9.622.447,72

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VARIAÇÃO

005/DCTA-COPAC/2010	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3
	R$ 91.779.612,76	R$ 91.779.612,76	R$ 57.330.228,93	R$ 57.330.228,93
Variação		0%	-37,53%	-37,53%

009/DCTA-COPAC/2010	CT ORIGINAL	TA1	TA2	TA3	TA4	TA5	TA6
	US$ 107.519.244,09	US$ 91.579.159,74	US$ 90.741.880,11	US$ 90.741.880,11	US$ 90.741.880,11	US$ 90.203.121,31	US$ 90.203.121,31
Variação		-14,83%	-15,60%	-15,60%	-15,60%	-16,11%	-16,11%

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES EMPENHADOS, LIQUIDADOS E PAGOS POR EXERCÍCIO

ANO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
	R$	US$	R$	US$	R$	US$
2010	500.000,00	14.161.587,60	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	9.112.955,11	0,00	9.612.955,11	14.161.587,60	9.612.955,11	14.161.587,60
2012	17.962.775,52	8.909.597,61	14.065.242,69	6.193.638,06	14.065.242,69	6.193.638,06
2013	20.725.219,28	20.212.587,75	12.161.957,03	2.511.094,13	12.161.957,03	2.511.094,13
2014	5.378.526,00	16.674.600,86	17.768.984,48	36.930.990,60	17.768.984,48	36.930.990,60
2015	1.149.365,95	12.650.374,77	1.219.702,55	12.740.329,55	1.219.702,55	12.740.329,55
2016	0,00	4.578.605,41	0,00	4.649.714,06	0,00	4.649.714,06
2017	12.398.166,59	13.015.767,72	4.394.190,21	12.493.828,84	4.394.190,21	12.493.828,84
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	67.227.008,45	90.203.121,72	59.223.032,07	89.681.182,84	59.223.032,07	89.681.182,84

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (NACIONAL)

CT 005/DCTA-COPAC/10			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2011	9.612.955,11	0,00	9.612.955,11
2012	12.908.825,44	1.156.417,25	14.065.242,69
2013	10.710.358,17	1.451.598,86	12.161.957,03
2014	15.060.296,15	2.708.688,33	17.768.984,48
2015	1.007.071,49	212.631,06	1.219.702,55
2016	0,00	0,00	0,00
2017	2.891.114,32	1.503.075,89	4.394.190,21
2018	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00
TOTAL	52.190.620,68	7.032.411,39	59.223.032,07

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES PAGOS – PRINCIPAL E REAJUSTE (EXTERIOR)

O Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 é fixo e irreajustável.

CT 009/DCTA-COPAC/2010 (US$)			
ANO	PRINCIPAL	REAJUSTE	TOTAL
2010	0,00		0,00
2011	14.161.587,60		14.161.587,60
2012	6.193.638,06		6.193.638,06
2013	2.511.094,13		2.511.094,13
2014	36.930.990,60		36.930.990,60
2015	12.740.329,55		12.740.329,55
2016	4.649.714,06		4.649.714,06
2017	12.493.828,84		12.493.828,84
2018	0,00		0,00
2019	0,00		0,00
Total	89.681.182,84		89.681.182,84

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

INDICADORES

Considerou-se como indicador para computo do avançamento físico do Projeto a proporção entre o número de etapas recebidas e o número total de etapas do contrato em questão.

Para o indicador financeiro, considerou-se a proporção entre o compromisso financeiro de custeio contratual e sua quitação, todos nas CE de origem de cada contrato.

AVANÇO		ATÉ ANO ANT.	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM
CTT 005/2010	FÍSICO	92,85%	92,85%	92,85%	92,85%	92,85%
	FINANCEIRO	91,03%	91,03%	91,03%	91,03%	91,03%
CTT 009/2010	FÍSICO	97,14%	97,14%	97,14%	97,14%	97,14%
	FINANCEIRO	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%	98,83%

Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO ORIGINAL	PLANEJAMENTO ATUAL
Início do Projeto: 28/12/2010 Término do Projeto: 28/02/2016 Custo Estimado: R$ 91.779.612,76 + US$ 91.579.159,74	PLANEJAMENTO ATUAL (3 aeronaves): Início do Projeto: 28/12/2010 Término do Projeto: 30/12/2020 Custo Estimado: R$ 57.330.228,93 + S$ 90.203.121,31

METAS PLANEJADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019

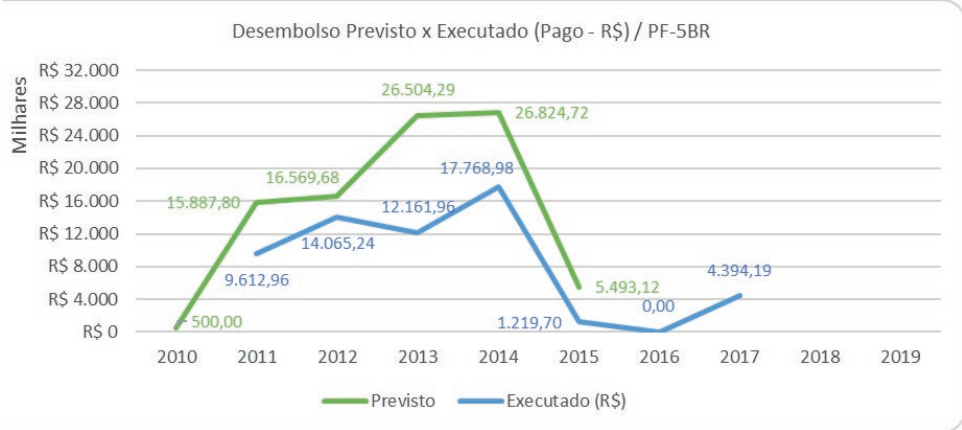
DESCRIÇÃO	PREVISTA	EXECUTADA	%
Recebimento de etapa em conformidade com o cronograma físico-financeiro estabelecidos contratualmente	0	0	0

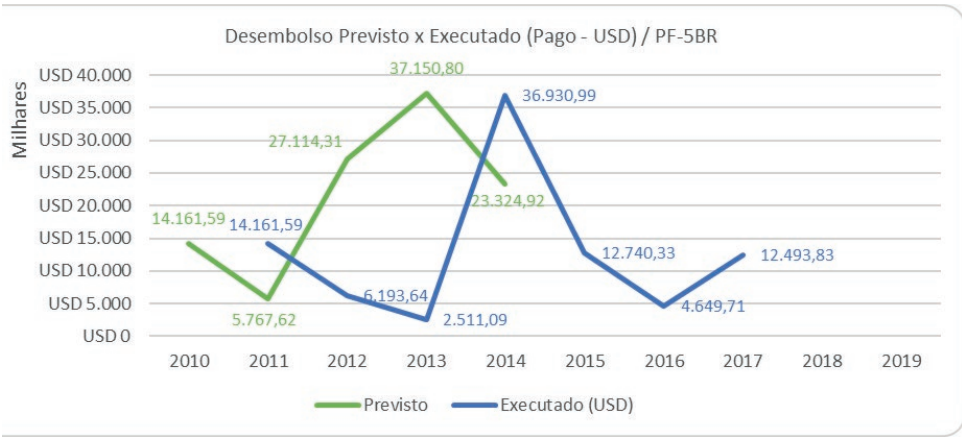
RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2019

O ano de 2019 foi marcado pelo empenho da empresa Embraer S/A. em desenvolver um "Operational Flight Program" - OFP adaptado ao "Air Data Attitude and Heading Backup System"- ADAHBS, opção técnica exercida pelo COMAER para contornar a deficiência funcional do sistema alternativo de navegação da aeronave F-5M. No entanto, em agosto de 2019, a Embraer S/A. informou ter corrigido a problemática do sistema nativo e solicitou que o COMAER permitisse a coleta de dados em voos de rotina, sendo autorizado um "survey". A partir da obtenção de resultados tecnicamente e operacionalmente favoráveis, o ano de 2019 foi finalizado com a preparação de relatórios e com a apresentação das conclusões ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA e para o Comando de Preparo - COMPREP, no dia 20 de dezembro. As expectativas agora residem nessa correção do sistema nativo, uma nova calibração que demonstrou resultados muito favoráveis e que, se for tecnicamente aprovada e aceita, permitirá a finalização da execução contratual ainda em 2020. Mesmo assim, o COMAER ainda precisa receber uma série de documentações técnicas para que o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - IFI possa efetuar as devidas análises e emitir parecer sobre a efetividade da solução proposta. Ressalta-se que esse impasse tecnológico impacta sobre a entrega das três últimas etapas do Projeto F-5BR motivo pelo qual a execução contratual propriamente dita permaneceu estagnada em 2019. Por isso, inclusive, foi necessário estender o prazo de vigência contratual por meio de termo aditivo.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E EXECUTADO (PAGO)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL) e os desembolsos executados (valores pagos), a cada ano, desde seu início até o término do execício de referência do relatório de gestão (valores em R$ e US$).

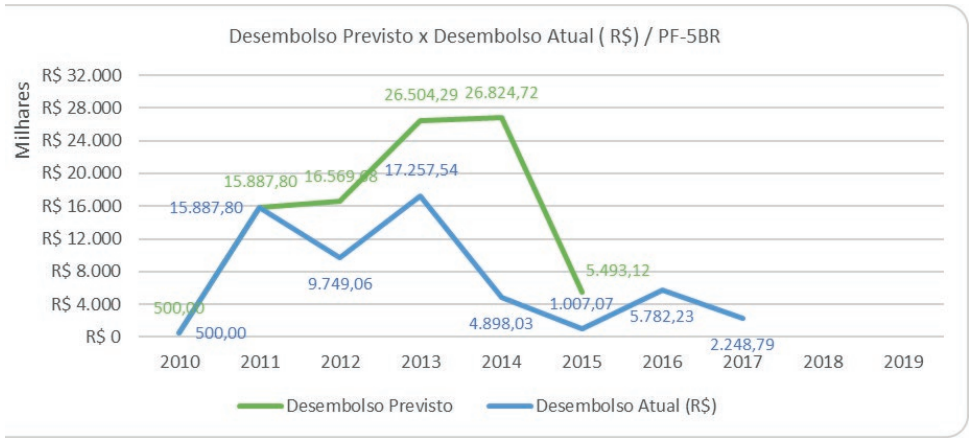


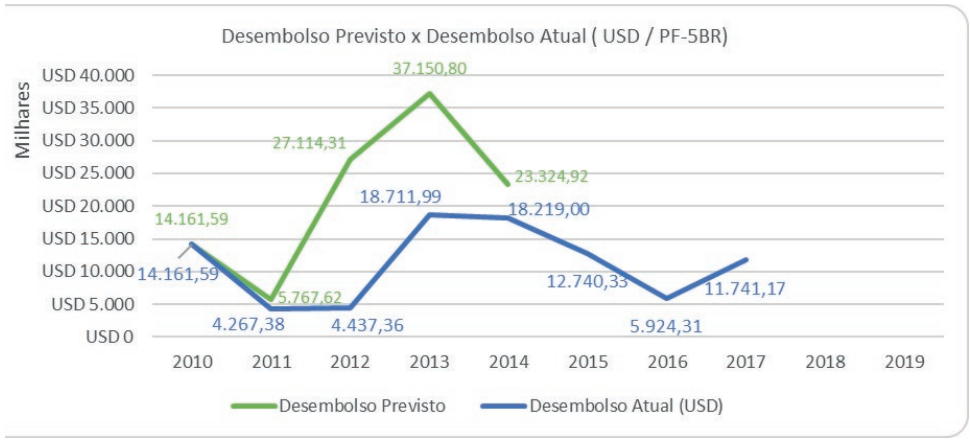


Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO E DESEMBOLSO ATUAL

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, na data de seu início (cronograma físico financeiro ORIGINAL), e os desembolsos previstos para todo o projeto, a cada ano, conforme cronograma físico financeiro ATUAL, válido ao término do exercício de referência do relatório de gestão.

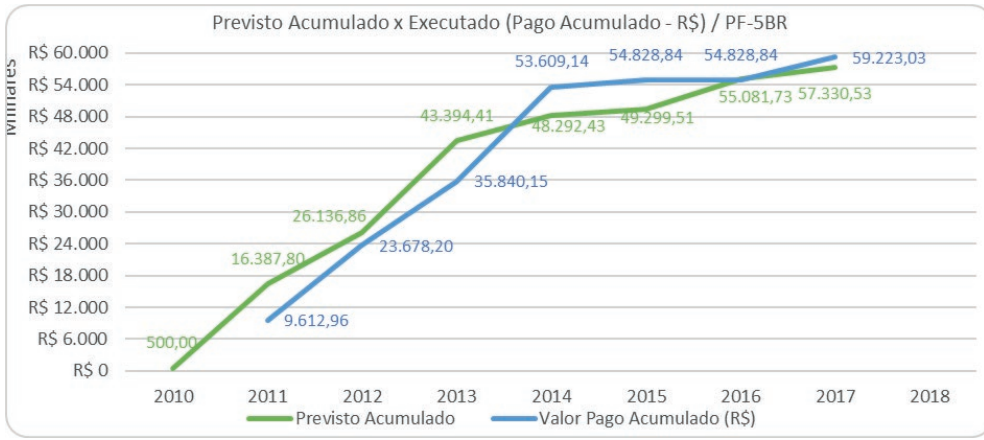


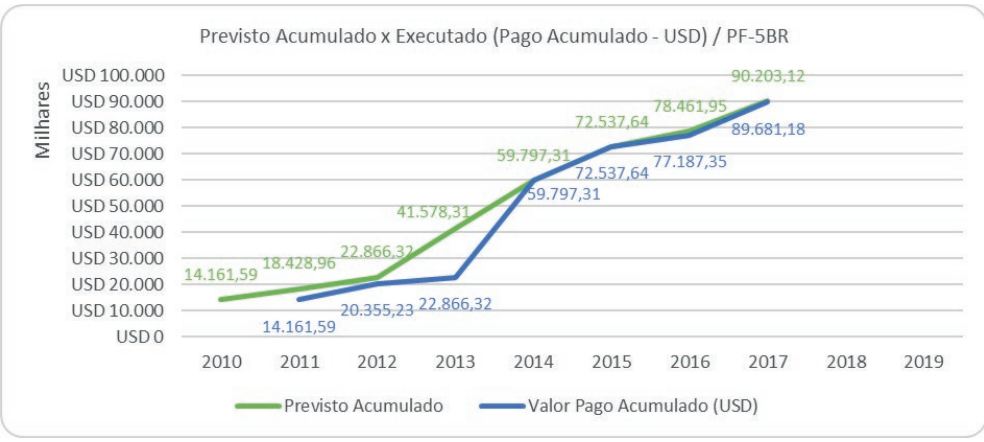


Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

COMPARATIVO ENTRE DESEMBOLSO PREVISTO ACUMULADO E EXECUTADO (Pago acumulado)

Os gráficos comparativos a seguir demonstram a relação entre os desembolsos previstos e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos (cronograma físico financeiro ORIGINAL) até seu término, e os desembolsos executados (valores pagos) e acumulados ano a ano, desde o início dos projetos até o término do exercício de referência do relatório de gestão, considerando o cronograma físico financeiro ATUAL (valores em R$ e US$).





Fonte: Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC.

VALORES DESEMBOLSADOS ANO A ANO – CONTRATOS DE FINANCIAMENTO

Não há contrato de financiamento para este Projeto.

PRAZOS DE EXECUÇÃO

Em relação aos prazos de execução, a tabela abaixo apresenta as datas originalmente previstas e as datas atualizadas. Os fatos que motivaram as alterações são abordados nas descrições resumidas dos termos aditivos.

Planejamento Original		Planejamento Atual	
Início	28/12/2010	Início	28/12/2010
Término	28/02/2016	Término	30/12/2020

CONTRATOS DE DESPESAS - DESCRIÇÃO RESUMIDA

As descrições resumidas dos contratos de despesa em vigor, bem como, de seus termos aditivos são apresentadas a seguir:

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER S/A
Modalidade de Licitação	Concorrência. Inexigível. Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93
Publicação	DOU nº 250, de 30 de dezembro de 2010.

O Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/10, firmado em 28 de dezembro de 2010 com a empresa EMBRAER S.A., tem como objeto a modernização de três aeronaves F-5F e oito aeronaves F-5E, bem como o fornecimento de toda a documentação técnica resultante, os equipamentos e as partes estruturais modificadas, apoio logístico, fornecimento de publicações técnicas e equipamentos de apoio de solo. Com valor total de R$ 91.779.612,76 (CE OUT10), atualmente está em seu 3º Termo Aditivo com valor contratual de R$ 57.330.228,93. Esta despesa foi custeada inicialmente na ação orçamentária 3128 – Modernização e Revitalização de Aeronaves, a qual foi substituída pela ação 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 62 meses, atualmente está prorrogado até 30 de dezembro de 2020.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 36, de 22 de fevereiro de2012.

Em 30 de dezembro de 2010, o COMAER celebrou o Contrato de despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010, com a empresa EAI, para fornecimento de materiais e prestação de serviços para a modernização, em apoio ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/10.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 23 de dezembro de 2011, motivado pelo atraso no início do Contrato citado, sua interdependência com o Contrato nº 005/DCTA-COPAC/2010 e o pedido feito pela EMBRAER S.A. para realizar a prorrogação das datas de apresentação das etapas previstas no CFF. O preço total foi mantido, sendo os ajustes realizados no custeio referentes aos desembolsos anuais nos exercícios de 2012 a 2015, e o prazo de vigência foi estendido para 12 de abril de 2016.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 249, de 30 de dezembro de 2015.

O 2º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 28 de dezembro de 2015, motivado pela dificuldade encontrada pela Embraer juntamente aos fornecedores de materiais da EAI que, associadas as pendências técnicas observadas nos serviços de modernização das aeronaves, provocaram atrasos significativos na execução do Projeto F-5BR. O Lote 2 iniciou com a modernização das 11 aeronaves adquiridas, das quais oito eram F-5E monoposto e três F-5F biposto. O EMAER, face a não aprovação do Decreto de Execução Orçamentária, optou pela redução do escopo de onze para três aeronaves, mantendo a modernização somente do modelo biposto.

O preço total foi reduzido para R$ 57.330.228,93 e o prazo de vigência foi postergado para 30 de junho de 2018.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 123, de 28 de junho de 2018.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 005/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 19 de junho de 2018, motivado pela necessidade de prorrogação do prazo de vigência, permitindo que as novas atividades de desenvolvimento e implementação de soluções discutidas entre as partes fossem adotadas.

O preço total foi mantido e o prazo de vigência foi postergado para 30 de dezembro de 2020.

Instrumento Contratual	Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Contratante	União/Comando da Aeronáutica
Contratada	EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL - EAI
Anuente Solidária	EMBRAER S.A.
Modalidade de Licitação	Dispensável nos termos do Inciso IX, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso I do Art. 1º do Decreto nº 2.295/97.
Publicação	Dispensada em face do disposto no Decreto nº 4.553/02 e Decreto nº 78.382/76.

O Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/10, firmado em 30 de dezembro de 2010 com a empresa EMBRAER AVIATION INTERNATIONAL - EAI, tem como objeto o fornecimento de materiais e a prestação de serviços, no Exterior, necessários à execução da modernização das aeronaves F-5. Com valor total de US$ 107,519,244.09, atualmente está em seu 5º Termo Aditivo com valor de US$ 90,203,121.31. Esta despesa foi custeada inicialmente na ação orçamentária 3128 – Modernização e Revitalização de Aeronaves e posteriormente na ação orçamentária 20IH - Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados. O fim da vigência deste Contrato estava programado para ocorrer em 30 de dezembro de 2015, atualmente está prorrogado até 31 de dezembro de 2020.

Instrumento Contratual	1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 30, de 10 de fevereiro de 2012.

O 1º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 23 de dezembro de 2011, motivado pela necessidade de adequação das datas com o Contrato nº 005/DCTA-COPAC/2010, uma vez que as atividades dos dois são interdependentes, assim como pela decisão de cancelamento da aquisição do Simulador de Voo. O preço total passou para US$ 91,579,159.74, com um decréscimo de US$ 15,940,084.35, e o prazo de vigência foi estendido para 12 de abril de 2016.

Instrumento Contratual	2º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 240, de 11 de dezembro de 2014.

O 2º TA ao do Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 10 de dezembro de 2014, motivado pela adequação da composição das tabelas de materiais AGE (Aircraft Ground Equipment - Equipamentos de Apoio de Solo) e para contemplar o novo período de entregas das etapas. O Preço total passou para US$ 90,741,880.11 e o prazo de vigência foi estendido para 30 de abril de 2017.

Instrumento Contratual	3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 248, de 29 de dezembro de 2015.

O 3º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 28 de dezembro de 2015, motivado pela necessidade de modificação da finalidade dos materiais referentes às aeronaves monopostos, que deixarão de ser utilizados na modernização para utilização no suporte à operação da frota, bem como para ajustes dos prazos no CFF. O preço total foi mantido e o prazo de vigência foi postergado para 30 de junho de 2018..

Instrumento Contratual	4º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 160, de 21 de agosto de 2017.

O 4º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 21 de agosto de 2017, motivado pela necessidade de dilatação do prazo de vigência, considerando o espaço de tempo necessário para superar os óbices técnicos surgidos para a apresentação da Etapa 21 e encerramento das atividades. O preço total foi mantido e o prazo de vigência foi postergado para 30 de dezembro de 2019.

Instrumento Contratual	5º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2017.

O 5º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 20 de dezembro de 2017, motivado pelo ajuste da Etapa 17, corrigindo a especificação técnica de alguns itens e refletindo na redução de valor e prazos no CFF. O preço total foi alterado para US$ 90.203.121,31. O prazo de vigência foi mantido.

Instrumento Contratual	6º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010
Publicação	DOU nº 250, de 27 de dezembro de 2019.

O 6º TA ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2010 foi firmado em 23 de dezembro de 2019, com a finalidade de estender o prazo de vigência de forma que a Contratada possa concluir o ciclo de desenvolvimento do sistema alternativo de navegação, com vistas à substituição do Sistema ADAHRS – Air data Heading and Reference System ARH-800, fabricado pela empresa Archangel. O preço total foi mantido e o prazo de vigência estendido para 31 de dezembro de 2020.

7. OUTRAS INFORMAÇÕES

7.1 O CECOMSAER E OS PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E OUTROS INTERESSADOS

7.1.1 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER) é a Organização do COMAER que tem a missão de assessorar o Comandante da Aeronáutica nos assuntos relacionados à Comunicação Social institucional, regulando, estimulando e orientando ações que favoreçam a projeção e a preservação da imagem da Aeronáutica. Para tanto, atua como órgão central do Sistema de Comunicação Social da Aeronáutica (SISCOMSAE).

O CECOMSAER dispõe de uma estrutura completa de comunicação, trabalhando de forma integrada de Jornalismo (Assessoria de Imprensa), Relações Públicas e Publicidade e Propaganda. Em todos os canais de acesso do cidadão, é possível verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pelo COMAER, em especial devido ao recurso de interação comentada, em via de mão dupla, nas mídias sociais.

De acordo com o Plano de Comunicação Social da Aeronáutica (ICA 142-1, de 26 de julho de 2017), um dos objetivos do CECOMSAER é "aprimorar o relacionamento da FAB com os seus públicos estratégicos". Para tanto, dispõe de inúmeros canais de acesso do cidadão: Portal FAB, Serviço de Informações ao Cidadão da Força Aérea Brasileira (SIC-FAB), Ouvidoria (e-OUV), Mídias Sociais (Facebook, Instagram, Twitter, Youtube, Flickr e Linkedin), Aplicativo da FAB para smartphones, Carta de Serviços ao Cidadão e Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade. Todos estes canais serão detalhados a seguir.

Antes, abordaremos os principais assuntos que dominaram a pauta do COMAER no último ano.

TEMA	VÍDEOS	NOTAER	AEROVISÃO	RÁDIO	SITE
FORMAÇÃO E CARREIRA MILITAR	15	9	2	1	15
INSTITUCIONAL	14	2	3	1	56
OPERAÇÕES E EXERCÍCIOS DA FAB	10	9	5	1	53
KC-390/GRIPEN/U-100 PHENOM	6	7	3	7	30

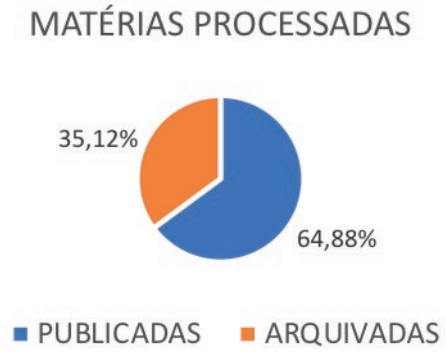
Fonte: CECOMSAER

Matérias processadas na agência no ano de 2019.

Total processadas: 2002

Total publicadas no site da FAB: 1.299

Total arquivadas: 703



As matérias arquivadas não possuíam, prioritariamente, critérios mínimos de noticiabilidade (interesse público, ineditismo, intensidade, humanização, autoridades, destaque visual ou exclusividade) para publicação no âmbito institucional ou, de alguma forma, apresentavam alguma sensibilidade que poderia gerar polêmica.

Publicação de matérias por categoria no ano de 2019.



Os temas abordados tiveram conteúdo diversificado e, em sua maioria, apurados pelos integrantes da agência. Os elos do SISCOMSAE sugeriram pautas em aspectos mais regionalizados. Essa dinâmica permitiu que se obtivesse material para publicação diária na página intraer/internet e possibilitou selecionar pautas ao jornal NOTAER, Revista Aerovisão, FABTV e Rádio Força Aérea.

Das 50 matérias mais acessadas no site no ano de 2019, 28 são referentes a "formas de ingresso na FAB", totalizando 1.792.964 de acessos.

Portal FAB

A página oficial da Força Aérea Brasileira na internet - www.fab.mil.br, denominada Portal FAB, é o local onde estão reunidas informações sobre a Instituição. Por ser uma central de conteúdos, a página dispõe de uma pluralidade de arquivos multimídia, publicações, notícias, notas oficiais, dados institucionais e de formas de ingresso e muito mais, tudo isso para facilitar o acesso ao conteúdo, conforme consta da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Para uma análise, foram coletados dados com base nos acessos ao referido Portal, feitos no próprio navegador da plataforma (não no aplicativo). Nesta análise, foi possível verificar que 58,96% dos acessos em 2019 foram por meio de dispositivos móveis e 39,94% por meio de computadores desktop, os demais foram através de tablets (1,11%). Esses dados corroboram a tendência de utilização mobile no mundo todo, com uma variação de +4,7% de utilização desta plataforma, juntamente com a redução de -4,41% no desktop em relação ao ano anterior.

Os picos de acesso no gráfico de acompanhamento anual indicam que os conteúdos que se destacam são as publicações de formas de ingresso e convocações, com matérias ocupando todo o Top10 Ex: As matérias "FAB abre editais para 55 vagas de nível superior"com mais de 300 mil e a "FAB lança Instruções Específicas para o Curso de Formação de Sargentos" com 224.850 acessos.

Os principais conteúdos disponíveis no portal FAB são:

- Notícias (as mais recentes da Agência Força Aérea);
- Ingresso (contato de todas as Organizações Militares que podem ter edital publicado);
- Notimp (Noticiário de Imprensa confeccionado pela Assessoria de Imprensa);
- Redes Sociais (acesso a todas as mídias sociais oficiais da FAB);
- Unidades da FAB (contato de todas as Organizações Militares do COMAER);
- Fotos (seleção de imagens que pode ser acessada mesmo estando offline, além de permitir compartilhamento direto nas mídias sociais);
- Vídeos (os mais recentes da FAB TV);
- Rádio Força Aérea FM (ao vivo e com informações sobre os artistas e as últimas músicas tocadas);
- Revista Aerovisão (os números mais recentes publicados da Revista da FAB);
- Notas Oficiais da FAB;
- Páginas Especiais das datas comemorativas;
- Notaer (os números mais recentes publicados do Jornal da FAB); e
- Contracheque (exclusivo do público interno da instituição, para acesso ao contracheque do mês e anteriores).

Serviço de Informações ao Cidadão da Força Aérea Brasileira (SIC-FAB)

A LAI regulamentou o direito constitucional de acesso à informação. Nesse contexto, toda pessoa física ou jurídica pode requerer as informações desejadas, eletronicamente, pelo site www.acessoainformacao.gov.br, ou, ainda, pessoalmente, no posto do Serviço de Informação ao Cidadão da Força (SIC-FAB). No caso do COMAER, o posto físico atua no seguinte endereço: Comando da Aeronáutica - Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Térreo - Brasília (DF). CEP: 70.045-900. Horário de Funcionamento: segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h30min às 17h. Contatos: +55 (61) 3966-9684 ou sicfab@fab.mil.br. Alternativamente, os formulários de pedido de acesso à informação encontram-se disponíveis por intermédio do endereço www.fab.mil.br/acessoainformacao. Todo conteúdo de atendimento do SIC-FAB é de domínio público e pode ser acessado em http://www.acessoainformacao.gov.br, aba "Relatórios e Dados".

Alguns dados do ano de 2019 devem ser ressaltados:

- Foram realizados 600 pedidos de acesso à informação - média mensal é de 50 pedidos;

- Dentre os recursos, 17,57% foram deferidos, 67,57% indeferidos, 4,05 % não conhecimento (não foram conhecidos como recurso), 8,11% parcialmente deferidos; e 2,7% houve perda de objeto;

- Principais pedidos: no total foram 1.134 perguntas, atendendo a um total de 420 solicitantes. Os temas que mais versaram foram: Pessoa, Família e Sociedade, com 31,5% dos pedidos; 17,2% sobre Defesa e Segurança; 16,8% Ciência, Informação e Comunicação; 10,8% Justiça e Legislação; 9,5% sobre Economia e Finanças; 6,3% sobre Transporte e Trânsito; e 7,9% Cultura, Lazer, Esporte e Saúde;

- Durante todo o ano, apenas 0,19% das manifestações do SIC foram de reclamações;

- Do total de 600 pedidos, apenas 72 pedidos tiveram acesso negado: 43,05% solicitavam acesso a informações que continham dados pessoais; 8 eram informações classificadas; 7 haviam processos decisórios em curso; 7 exigiam trabalho adicional para consolidação dos dados; 4 pedidos eram desproporcionais ou desarrazoáveis; e 1 genérico;

- 59,05% dos solicitantes eram do gênero masculino, 27,89% do gênero feminino e 13,07% não informaram;

- 33,92% dos solicitantes possuíam ensino superior; 18,84%, pós-graduação; 18,34%, ensino médio; 13,07%, mestrado ou doutorado; 0,75%, ensino fundamental; 14,82% não informaram e 0,25 sem instrução formal; e

- Todos os pedidos de acesso à informação foram respondidos dentro do prazo previsto em legislação.

Características dos pedidos de acesso à informação			
Total de perguntas:	1134	Total de solicitantes:	420
Perguntas por pedido:	1,89	Solicitantes com um único pedido:	343

Ouvidoria (e-OUV)

O e-OUV é um sistema integrado para encaminhamento de manifestações (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e a simplificação de serviços) a órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Está disponível na Internet, no endereço http://sistema.ouvidorias.gov.br/ e seu link está disponível no site do COMAER. As manifestações recebidas são analisadas pelo CECOMSAER e, quando necessário, encaminhadas à OM competente para a destinação adequada. Os dados das manifestações estão disponíveis no Painel Resolveu (CGU).

Alguns dados do ano de 2019 a serem ressaltados:

- Foram abertas 1.213 manifestações - média de 101 pedidos/mês;

- 100% dos pedidos foram respondidos dentro do prazo;

- Tempo médio de atendimento: 15 dias;

- Grau de Satisfação do Cidadão-Usuário: 78%; e

- Manifestações: 46,1% Solicitação; 22,1% Reclamação; 31,8% Demais (denúncia, sugestão, elogio, comunicação, simplifique).

Mídias Sociais

A Força Aérea Brasileira possui contas oficiais nas seguintes mídias sociais: Facebook, Instagram, Twitter, Youtube, Flickr e Linkedin. Por intermédio dessas redes de relacionamento, o CECOMSAER contribui para projetar e preservar a imagem da FAB.

Tal trabalho é realizado por meio de postagens e interações feitas para que a Instituição se relacione com a sociedade de forma democrática e próxima, respeitando-se os limites da plataforma e as características do público de cada mídia. Todas essas ferramentas são utilizadas de forma integrada, viabilizando um discurso único da instituição.

O conteúdo disponibilizado tem como fonte três canais principais: a agência de notícias; o clube de mídias na plataforma de determinado aplicativo de mensagens, que conta com a participação da maioria dos elos do SISCOMSAE; e a Assessoria de Imprensa. Esses três pilares, somados ao calendário de datas comemorativas nacionais e institucionais, norteiam as publicações de todas nossas mídias sociais. Por fim, os assuntos externos que estão repercutindo em veículos nacionais e/ou internacionais também podem vir a ser fonte de conteúdo criativo para aproveitamento institucional, dependendo da sua possibilidade de inserção no contexto das atividades executadas pela organização.

No ano de 2019, a página da FAB no Facebook (www.facebook.com/aeronauticaoficial/) cresceu a uma taxa de 1,9% ao ano, 1,1% a menos, comparado ao ano de 2018. Na busca de consolidar os seguidores já conquistados, a linha editorial das postagens da página da FAB foi baseada, majoritariamente, em missões, informações operacionais e matérias veiculadas no site da Instituição. As publicações mais relevantes foram: vídeos de aeronaves da FAB combatendo incêndios na Amazônia, com 83 mil engajamentos, vídeo de um helicóptero AH-2 Sabre interceptando um avião, com 40 mil engajamentos e uma foto mostrando um cadete da AFA em lágrimas durante uma formatura, com 25 mil engajamentos.

O Instagram (www.instagram.com/fab_oficial) contou com um acréscimo de 72% de seguidores. A ferramenta vem crescendo significativamente em números de usuários. Essa mídia exige alto grau de plasticidade (boas imagens) em seus posts para atrair novos seguidores e manter os atuais. As publicações mais curtidas foram: vídeo do desfile aéreo durante o 7 de Setembro em Brasília, com 56 mil engajamentos, foto da apresentação da primeira aeronave brasileira Gripen na Suécia, com 48 mil engajamentos e vídeos de aeronaves da FAB combatendo incêndios na Amazônia, com 45 mil engajamentos.

O Twitter (www.twitter.com/portalfab) apresentou a maior taxa de crescimento, de 69%. Um dos motivos foi a cobertura on time, característica intrínseca da plataforma. A grande produção de conteúdo, aliada ao network com influenciadores, também ajudou nesse incremento. Exemplos de destaques: Campanha do Dia do Aviador, atuação da FAB nas ações de resgate às vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho (MG) e as missões de transporte de órgãos.

O Flickr (https://www.flickr.com/portalfab) é uma plataforma profissional de fotos onde possui o maior banco de imagens da Força Aérea Brasileira. São divulgados diariamente os eventos militares, as Operações e Campanhas Institucionais da FAB. Em 2020, o acervo de 20.899 fotos do Flickr da FAB, alcançou a marca de 5.365 seguidores, totalizando 140.429.409 visualizações.

O Canal Portal FAB no Youtube (https://www.youtube.com/user/portalfab), em 2019, teve o maior número de novos inscritos, somando 66.700 adesões. O vídeo mais visualizado foi "VOO 1907 – 10 ANOS – BASTIDORES DA MAIOR OPERAÇÃO DE RESGATE", totalizando 54.046 horas de visualizações no período. De forma geral, os vídeos com mais visualizações no último ano tiveram em média 2:25 min, relacionados ao FAB em Ação (o desafio do voo Antarctico, carreira de piloto militar, Escola Preparatória de Cadetes do Ar) todos com mais de 16.000 visualizações.

Aplicativo da FAB para smartphones

A FAB lançou, em outubro de 2015, o seu aplicativo para smartphones; em termos de usuários do aplicativo da FAB, observa-se que, em sua maioria, o sistema operacional ANDROID é mais utilizado que o IOS para acesso ao nosso Portal, chegando a atingir quase 74,18% dos acessos.

Em termos de instalação do aplicativo da FAB, o IOS teve uma queda de 15%, quando comparado ao ano anterior, atingindo 9.070 usuários. Curiosamente, em relação à utilização, houve aumento de 0,1% comparando-se ao mesmo período em 2018.

Já na plataforma ANDROID, levando-se em consideração o critério instalação, ocorreu um aumento de 9,6% se comparado ao ano anterior, totalizando 21.200 usuários. Não foi possível mensurar a quantidade de usuários plenamente ativos por restrição do relatório gerado pela PlayStore.

Carta de Serviços ao Cidadão

Instituída por meio do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, a Carta de Serviços ao Cidadão simboliza o compromisso firmado pelas OM do COMAER na prestação de um atendimento de qualidade, contribuindo para a simplificação na forma de acesso a esses serviços. O documento está disponível no Portal FAB - http://www.fab.mil.br/cartaServicoCidadao.

Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

No portal FAB, no menu "Acesso à informação", é possível ter acesso a dados de transparência ativa, todo o conteúdo institucional do COMAER e visualizar a Estrutura Programática do Comando da Aeronáutica:

- Institucional;
- Ações e programas;
- Auditorias;
- Convênios e Transferências;
- Convênios com Estabelecimentos de Ensino;
- Licitações e contratos;
- Receitas e Despesas;
- Sobre a Lei de Acesso à Informação;
- Servidores;
- Informações classificadas;
- Registro de Voos;
- Relatórios Estatísticos;
- Relatório de Gestão do Comando da Aeronáutica ;
- Credenciamento de Entidades para desconto em folha; e
- Dados Abertos.

Da opção "Ações e Programas" (estrutura programática), em especial, constam informações dos diversos programas realizados, tais como:

- Previdência de Inativos e Pensionistas da União;
- Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, Financiamentos com Retorno, Serviço da Dívida Interna e Externa (Juros e Amortizações);
- Desenvolvimento Produtivo;
- Política Espacial;
- Política Nacional de Defesa; e
- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa.

Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Produtos:

Site da FAB: O Portal da FAB segue o modelo de identidade digital padrão do governo federal, que atende às principais recomendações de acessibilidade indicadas para web. Possui informações sobre todas as demais formas de interação com o público.

Mídias Sociais (Twitter, Instagram, Facebook, Issu, Linkedin, Youtube, Flickr, Spotify): Todas em funcionamento e constante atualização, de modo a permitir que a sociedade acesse as informações correlatas ao Comando da Aeronáutica de forma simples e direta.

Serviços:

Atendimento ao cidadão (e-Ouv, SIC, Atendimento telefônico e presencial): Há diversos meios para o cidadão brasileiro efetuar contato com o COMAER e retirar suas dúvidas e/ou efetuar reclamações/sugestões/elogios. O canal"e-Ouv"– Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal, ligada à Controladoria-Geral da União (CGU) aprimorou a comunicação com a sociedade brasileira pois atua no diálogo entre o cidadão e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício de

cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados. Além desses, qualquer pessoa pode entrar em contato por meio dos telefones disponíveis para atendimento ao público e/ou comparecer pessoalmente ao CECOMSAER, a fim de ser prontamente recebido por uma equipe preparada e capacitada para sanar quaisquer necessidades de assuntos relativos ao COMAER.

Instalações:

O CECOMSAER, principal órgão de comunicação com o cidadão, possui rampas de acesso, elevador com teclas em Braile, vagas de estacionamento exclusivas, acessibilidade às salas e demais ambientes, ou seja, qualquer cidadão brasileiro, independente de sua condição física, possui possibilidade de acessar as instalações deste Centro e ser atendimento em suas demandas.

7.2 CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA – CENCIAR

7.2.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O CENCIAR, Unidade Setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tem por atribuição, dentre outras, realizar auditorias nas Unidades Gestoras do COMAER.

Para todas as auditorias realizadas, são emitidos relatórios, com recomendações aos gestores auditados. No ano de 2019, foram emitidos 31 (trinta e um) relatórios de auditorias advindas do PAINT 2018 e 23 (vinte e três) relatórios referentes à execução do PAINT 2019, de um total de 29 (vinte e nove) auditorias realizadas. Dentre esses 23 relatórios emitidos, 22 (vinte e dois) permaneceram em monitoramento ao final de 2019 e 01 (um) foi encerrado. Restaram apenas 6 (seis) relatórios em fase de elaboração (revisão do Supervisor das equipes de auditoria), a serem finalizados e remetidos para as respectivas OM auditadas. Tal execução correspondeu 97 (noventa e sete) por cento do planejado para 2019. Os três por cento restantes refletem o cancelamento da auditora do Departamento Logístico (DELOG), OM cujo ato de criação não foi publicado.

Ressalta-se que, preocupado com providências a serem tomadas pelas UG antes do recebimento do relatório de auditoria, o CENCIAR emitiu ofícios pós-auditoria, no qual as Unidades Auditadas receberam recomendações anteriores à emissão dos relatórios de auditoria, principalmente quando os fatos constatados pelos auditores envolveram indícios de "dano ao Erário". Nesse contexto, na execução do PAINT 2019, foram emitidos 26 (vinte e seis) ofícios para 13 (treze) UG auditadas, mencionadas nos respectivos relatórios de auditoria.

Para fim de acompanhamento de desempenho, a Divisão de Auditoria do CENCIAR, possui um indicador que afere a quantidade de pontos de auditoria que contem benefícios ao controle interno da gestão. Assim sendo, no exercício de 2019, foram emitidas 1827 recomendações, abrangendo tanto relatórios daquele exercício quanto os remanescentes de 2018. Dessas recomendações, 705 foram classificadas como contendo benefícios ao controle interno, representando um percentual de 38,40%.

Na operacionalização dos procedimentos de auditoria ora especificados, desde o planejamento até o monitoramento, o CENCIAR utiliza o Sistema Informatizado AUDIFISC (Sistema de Auditoria e de Fiscalização). O sistema permite não apenas o registro dos planejamentos de auditoria, dos papeis de trabalho dos auditores, dos relatórios e demais documentos correlatos, como também a interação entre auditores e Organizações auditadas no decorrer dos monitoramentos.

Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

A entrega das declarações de bens e renda é normatizada pela Portaria nº 738/GC6, de 15 de maio de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação da Declaração de Bens e Valores para o exercício de cargos e funções no âmbito do COMAER. O normativo citado preconiza que todo agente público, no âmbito do COMAER deverá autorizar o acesso, por meio eletrônico, às suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Alternativamente, é possível entregar, anualmente, até quinze dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do IRPF, a cópia da referida Declaração, a fim de ser arquivada no Setor de Pessoal competente.

A autorização e as declarações deverão ficar arquivadas no Setor de Pessoal competente e transcritos em boletim interno, para registro nas alterações pessoais.

Em 2019, todos os agentes públicos do COMAER cumpriram com a obrigação prevista na respectiva Portaria, conforme reportado por 166 (cento e sessenta e seis) OM do COMAER, as quais encaminharam as cópias das páginas do boletim interno nas quais constam a relação dos agentes que apresentaram a cópia da Declaração ou autorizaram o acesso eletrônico.

7.2.2 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 174-3, de 2018 – Procedimentos para Ressarcimento ao Erário aprovada pela Portaria CENCIAR nº 106/AMNO, de 17 de setembro de 2018 e a Portaria nº 1.502/GC4, de 11 de outubro de 2017, normatizam os processos para o ressarcimento de dano ao Erário, no âmbito das UG do Comando da Aeronáutica

Outrossim, na citada Instrução está preconizado que quando houver fatos que contenham indícios de prejuízo à Fazenda Nacional, a autoridade competente da UG deverá adotar medidas administrativas para a elucidação dos fatos, a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, caso o mesmo seja constatado.

Caso sejam constatados prejuízos à Fazenda Nacional, durante as investigações efetuadas por Sindicância, IPM ou Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), medidas preliminares para caracterização ou elisão do dano, dentre outras, quantificado e atualizado o valor do dano e identificado o responsável, sem que haja o devido ressarcimento, seus autos, no todo ou em parte, são imprescindíveis para instruir o Processo Administrativo para Ressarcimento ao Erário (PARE) ou a Tomada de Contas Especiais (TCE), conforme preconizado na ICA supracitada.

Os processos que envolvam indicativos de dano ao Erário devem ser informados ao CENCIAR e aos Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica, tanto no momento da instauração quanto da conclusão, para propiciar o acompanhamento por parte dos mencionados órgãos.

Caso o PARE seja concluído sem que se tenha obtido o devido ressarcimento ao Erário pelo(s) responsável(is), o Dirigente Máximo da UG encaminhará o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ou à Advocacia-Geral da União (AGU), observadas as normas pertinentes emanadas por esses órgãos.

Quando esgotadas as medidas administrativas sem a elisão do dano e, sendo o valor atualizado igual ou superior ao estabelecido na IN TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, o Dirigente Máximo da UG solicita ao Orgão de Direção Setorial, ao qual se achar subordinado, a instauração da Tomada de Contas Especial, sendo a portaria de instauração de TCE publicada em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

O processo de TCE, quando concluído pela UG, é encaminhado para o ODSA, e posteriormente remetido para o CENCIAR, em até 120 dias a partir de sua insaturação, no intuito de que este Centro de Controle Interno realize a análise dos autos do processo e encaminhe ao TCU, por intermédio da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa (CISET/MD). Quando constatadas falhas no processo pelo CENCIAR, a TCE é restituída à UG para as correções necessárias.

Foram instaurados, no ano de 2019, 501 processos para reposição de valores e ressarcimento ao Erário, nos termos da ICA 174-3, de 2018, conforme gráfico abaixo:



7.3 Atenção ao TC 036.986/2019-4

- Implantação de indicadores de desempenho:

Neste relatório são apresentados os indicadores no nível institucional, bem como os de maior relevância nos Órgão de Direção Setorial do COMAER. Ainda estão sendo aperfeiçoados alguns detalhes, haja vista que seus ciclos são, no mínimo, anualizados. Há de se observar que há indicadores considerados sensíveis, mas abordados neste Relatório de Gestão, que não devem ser abertos na rede mundial (internet).

- Recomendação para implantar controles adicionais aos relatórios situacionais do SIOP:

O EMAER iniciou estudos para aprovação de proposta de nova sistemática de acompanhamento orçamentário do COMAER, início de implantação previsto para 2020.

- Reflexos da desoneração da folha de pagamento nos contratos com a Administração Pública Federal:

Foram encaminhadas planilhas, ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica, pelo EMAER, contendo a relação, por ODS, de todos os contratos celebrados por suas Unidades subordinadas, com empresas alcançadas pela "desoneração da folha de pagamento", contendo respostas e ações a cada contrato.

- Visando resguardar a fidedignidade e transparência das informações e subsidiar futuras demandas dos órgãos de controle, o Cenciar recomendou ao Comaer autuar no processo administrativo (PAG) do relatório de gestão do próximo exercício, todas as fontes de dados coletados e transportados para o Relatório de Gestão:

O Comando-Geral de Apoio, por intermédio da DTINFRA apresenta no atual Relatório de Gestão os dados e valores extraídos do SPIUnet, em atenção às solicitações dos Controles Internos e Externos ao COMAER. O EMAER solicitou ao COMGAP cópia dos dados extraídos dos sistemas de controle federal.

- O relatório de gestão não apresentou iniciativas e resultados e nem informações detalhadas sobre segurança de TI:

Acredita-se que o atual Relatório de Gestão atenda essa demanda, pois está com capítulo específico sobre esse tema, produzido pela Diretoria de Tecnologia da Informação, Órgão Central do Sistema de TI no COMAER, subordinado ao COMGAP, mas atendendo as Diretrizes elaboradas no EMAER e aprovadas pelo Comandante da Aeronáutica.

- O Comaer não apresentou o conteúdo requerido pelo Sistema e-Contas do TCU relativo ao Tratamento de determinações e recomendações do TCU:

O CENCIAR desenvolveu e implementou o AUDIFISC, sistema de acompanhamento e questionamento sobre determinações do TCU e suas auditorias, relativas a Prestação de Contas, onde o EMAER mantém atualizado todas as informações requeridas.

Há um capítulo específico para o tratamento dessa questão neste relatório **(7.2.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU).**

- Rol de responsáveis, incompletude das informações exigidas:

Acredita-se que a falta esteja sanada neste relatório.

- Gestão de Licitações e Contratos, ausência de detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados:

Espera-se que o atual relatório tenha atendido essa questão.

A Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica faz ampla abordagem sobre essas contratações.



FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Asas que protegem o País